COMARCA DA CAPITAL
JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL

TERMO DE :

(X) ABERTURA ( ) ENCERRAMENTO

NESTA DATA :

(X) INICIEI O 73º ( ) ENCERREI O ___º

Este volume destes autos com 14 401 folhas.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

Escrivão

Valor Global do Contrato EPC, além da relação de serviços que o compões, além de sua distribuição no tempo (Cronograma Físico-Financeiro).

6.4 Simultaneidade do Fechamento 1. Para os fins deste CONTRATO, todos os ATOS DO FECHAMENTO 1, bem como quaisquer outros atos jurídicos que devam ser praticados no FECHAMENTO 1, serão considerados praticados simultaneamente. Nenhuma das PARTES estará obrigada a cumprir com suas obrigações, se não forem igualmente cumpridas as obrigações e realizados os atos pertinentes pelas demais PARTES deste CONTRATO.

6.5 Atos Pós-Fechamento 1. Em até 30 (trinta) dias contados da DATA DO FECHAMENTO 1, a COMPANHIA deverá providenciar:

(i) A quitação de todos os valores devidos à GESA em razão do CONTRATO DE EPC; e

(ii) A quitação de todos os valores devidos à VENDEDORA e/ou à GESA em razão de outros contratos que estejam em vigor e devidamente contabilizados nas Demonstrações Financeiras da COMPANHIA, incluindo, mas não se limitando, (i) ao compromisso de reembolso dos montantes disponibilizados pela VENDEDORA à COMPANHIA em conta corrente, nos termos do Contrato de Conta Corrente; (ii) ao compromisso de pagamento dos valores devidos à GESA nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Segurança Rodoviária; e (iii) ao compromisso de pagamento dos valores devidos à GESA nos termos do Contrato Emergencial da Ponte sobre o Rio das Almas.

6.6 Data do Fechamento 2. A consumação da OPERAÇÃO DE OPÇÃO ("**FECHAMENTO 2**") ocorrerá em até 5 (cinco) dias contados após a manifestação positiva da ANTT acerca da transferência do controle da COMPANHIA, ou em outra data a ser acordada por todas as PARTES ("**DATA DO FECHAMENTO 2**").

6.7 Local do Fechamento 2. O FECHAMENTO 2 ocorrerá no endereço da VENDEDORA, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n.º 510, 19º andar, ou em qualquer outro local previamente acordado pelas Partes.

6.8 Atos do Fechamento 2. No Fechamento, serão praticados os seguintes atos ("**ATOS DO FECHAMENTO 2**"):

(i) A VENDEDORA entregará as AÇÕES REMANESCENTES ao COMPRADOR, mediante a assinatura do termo de transferência de ações no livro de transferência de ações da COMPANHIA;

(ii) A COMPANHIA registrará o COMPRADOR como titular das AÇÕES REMANESCENTES no livro de ações nominativas da COMPANHIA;

(iii) O COMPRADOR efetuará o pagamento integral do PREÇO DE EXERCÍCIO;

(iv) A COMPANHIA apresentará ao COMPRADOR as demonstrações financeiras atualizadas, contendo todos os direitos e obrigações existentes até aquele momento ("DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE FECHAMENTO 2");

6.9 Simultaneidade do Fechamento 2. Para os fins deste CONTRATO, todos os ATOS DO FECHAMENTO 2, bem como quaisquer outros atos jurídicos que devam ser praticados no FECHAMENTO 2, serão considerados praticados simultaneamente. Nenhuma das PARTES estará obrigada a cumprir com suas obrigações, se não forem igualmente cumpridas as obrigações e realizados os atos pertinentes pelas demais PARTES deste CONTRATO.

6.10 Atos Pós-Fechamento 2. Em até 30 (trinta) dias contados da DATA DO FECHAMENTO 2, o COMPRADOR deverá providenciar:

(i) A substituição da VENDEDORA, da GESA e/ou de quaisquer empresas do grupo econômico da VENDEDORA, na qualidade de garantidoras das obrigações assumidas pela COMPANHIA, junto aos respectivos credores. Caso os credores da COMPANHIA se recusem a substituir tais garantias, o COMPRADOR deverá emitir uma contra garantia junto a uma instituição financeira de primeira linha em favor da VENDEDORA, da GESA e/ou de empresas do grupo mesmo econômico, conforme o caso, em valor suficiente para que a VENDEDORA, a GESA e/ou empresas do grupo mesmo econômico possam arcar com as obrigações garantidas;

(ii) A alteração da denominação social da COMPANHIA junto a todos os órgãos públicos competentes, incluindo, mas não de limitando, à Junta Comercial do Estado de São Paulo e à Receita Federal, de modo a subtrair o nome "GALVÃO"; e

(iii) A transferência dos atuais softwares, provedores, marcas, patentes, desenhos industriais e domínio depositado, próprios, licenciados ou usados pela COMPANHIA, os quais se encontram vinculados a sociedades do grupo econômico da VENDEDORA.

6.11 Documentos Adicionais. As PARTES obrigam-se a assinar quaisquer documentos e fornecer quaisquer informações adicionais necessários para a consumação das Operações nos termos ora previstos.

7. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. Declarações e Garantias das PARTES. As PARTES declaram e garantem que as declarações e garantias abaixo são verdadeiras, completas, precisas, corretas e não enganosas em todos os aspectos na data de assinatura deste CONTRATO e que

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

continuarão verdadeiras, completas, precisas, corretas e não enganosas em todos os aspectos na Data do Fechamento, como se fossem prestadas na Data do Fechamento:

(i) *Poder.* As PARTES têm capacidade e poder para celebrar este CONTRATO e todos os documentos e instrumentos decorrentes do negócio jurídico aqui previsto;

(ii) *Efeito Vinculativo.* Este CONTRATO e demais documentos e instrumentos aqui contemplados para a realização da operação constituem (ou constituirão, conforme sejam firmados a posteriori na forma aqui prevista) obrigação legal, válida e vinculante, exequível de acordo com seus termos.

7.2. Declarações e Garantias da VENDEDORA. A VENDEDORA declara e garante que as declarações e garantias abaixo são verdadeiras, completas, precisas, corretas e não enganosas em todos os aspectos na data de assinatura deste CONTRATO e que continuarão verdadeiras, completas, precisas, corretas e não enganosas em todos os aspectos na Data do Fechamento, como se fossem prestadas na Data do Fechamento:

(i) *Ações da Companhia.* A VENDEDORA é legítima e única proprietária das AÇÕES, com tudo que elas representam, as quais estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, dívidas, reivindicações, encargos e/ou gravames de qualquer natureza, exceto por aqueles ônus e gravames necessários ao financiamento da Companhia, sem limite de valor;

(ii) *Acordo de Acionistas.* Não existe qualquer acordo, de qualquer natureza, que vincule, direta ou indiretamente, as AÇÕES, ou que restrinja o direito de voto ou de disposição com relação a tais AÇÕES, independentemente de estarem arquivados na sede da COMPANHIA;

(iii) *Informações.* A VENDEDORA prestou informações completas e verdadeiras para a COMPRADORA.

7.3. Declarações e Garantias do COMPRADOR. O COMPRADOR declara e garante que as declarações e garantias abaixo são verdadeiras, completas, precisas, corretas e não enganosas em todos os aspectos na data de assinatura deste CONTRATO e que continuarão verdadeiras, completas, precisas, corretas e não enganosas em todos os aspectos na Data do Fechamento, como se fossem prestadas na Data do Fechamento:

(i) *Capacidade.* O COMPRADOR atende aos requisitos determinados no EDITAL DE CONCESSÃO, e, em especial, declara e garante que: (i) não foi declarado inidôneo por ato do Poder Público; (ii) não está impedido ou suspenso de contratar com a Administração Pública; (iii) não foi condenado, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no artigo 10 da Lei n° 9.605 de 1998; (iv) seus dirigentes ou responsáveis técnicos não são ou ocuparam cargo efetivo ou emprego na ANTT ou no Ministério dos Transportes, ou ainda, cargo de direção, assessoramento superior ou assistência

intermediária na União, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias; (v) não participou, nem tem conhecimento de nenhum funcionário, dirigente ou acionista que tenha participado da elaboração dos estudos de engenharia e tráfego realizados no âmbito do Projeto; e (vi) possui profissionais qualificados, conforme atestados emitidos pelo Conselho Regional de Engenharia, para a execução, coordenação, gerência ou supervisão do Projeto;

(ii) *Condição Financeira*. O COMPRADOR terá, na data do Fechamento 2, todas as condições para a execução, coordenação, gerência ou supervisão do PROJETO, nos termos do EDITAL DE CONCESSÃO, incluindo, sem limitação, caixa suficiente, patrimônio líquido equivalente a R$ 432.000.000,00 (quatrocentos e trinta e dois milhões de reais);

(iii) *Conhecimento pleno quanto aos Passivos da Companhia*. O COMPRADOR possui pleno conhecimento de todos os termos e condições relativas aos passivos da COMPANHIA, devidamente registrados nas DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Anexo 7.3. (iii)), inclusive aqueles com as PARTES RELACIONADAS da VENDEDORA e com esta, comprometendo-se a quitá-los e/ou a fazer com que a COMPANHIA os quite integralmente após o FECHAMENTO, caso estas não tenham sido quitadas antes. Para os fins deste CONTRATO, o termo "PARTES RELACIONADAS" significa, com relação a uma Pessoa natural ou jurídica, qualquer de suas Afiliadas e, ainda, conforme aplicável, (a) os ascendentes e descendentes, o cônjuge, o companheiro em união estável e colaterais até o 2º grau, (b) Pessoas jurídicas da qual a referida Pessoa participe com 10% (dez por cento) ou mais do respectivo capital total, e (c) empregado, gerente, administrador, consultor, prestador de serviços ou similar das Afiliadas e demais Pessoas aqui previstas.

(iv) *CONTRATO DE CONCESSÃO*. O COMPRADOR possui pleno conhecimento de todas as obrigações e direitos decorrentes do CONTRATO DE CONCESSÃO e compromete-se a cumpri-lo integralmente após a aquisição das AÇÕES.

(v) *Acesso às informações pertinentes à situação da Companhia*. O COMPRADOR possui pleno conhecimento acerca da atual situação econômico-financeira da COMPANHIA, bem como dos riscos inerentes à OPERAÇÃO;

(vi) *CADE*. O grupo econômico do COMPRADOR não registrou, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios total no País, no ano de 2016, equivalente ou superior R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), de maneira que as Operações ora acordadas não deverão ser submetidas ao CADE, nos termos do art. 88 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011;

Grupo Galvão CSC Depto Jurídico

(vii) *Assessoria*. O COMPRADOR foi assessorado por advogados e assessores financeiros com capacidade técnica suficiente para dar o conforto necessário com relação à OPERAÇÃO; e

(viii) *PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL*. O COMPRADOR tem plena ciência das disposições previstas no Plano de Recuperação, no âmbito do processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001, em curso perante o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em especial, aquelas que tratam da venda da participação da Galpar na COMPANHIA.

8. INDENIZAÇÕES

8.1. Valores Indenizáveis. Serão indenizáveis, pela VENDEDORA ao COMPRADOR e/ou a COMPANHIA, os custos, despesas, danos diretos, encargos, multas e penalidades, **que não se encontrem reconhecidos nas DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE FECHAMENTO 1**, e que:

(i) tenham origem, comprovadamente, em período anterior à DATA DO FECHAMENTO 1;

(ii) se relacionem à titularidade das AÇÕES até a DATA DO FECHAMENTO 1 ("**PERDAS**").

8.1.1. Somente serão indenizáveis as PERDAS devidamente comprovadas e que sejam decorrentes de uma sentença judicial transitada em julgado ou de decisão arbitral final.

8.2. Limitação da Obrigação de Indenizar da Vendedora. Não obstante o previsto na Cláusula acima, a obrigação de indenizar da VENDEDORA estará sujeita às seguintes limitações:

8.2.1. A VENDEDORA não será responsável por PERDAS cujo valor individual seja igual ou inferior à R$ 1.000,00 (mil reais) ("**VALOR MÍNIMO**");

8.2.2. A VENDEDORA não será responsável por PERDAS até que o montante total destas exceda R$ 100.000,00 (cem mil reais) ("**LIMITE MÍNIMO**");

8.2.3. Ficam expressamente excluídas da obrigação de indenizar quaisquer PERDAS decorrentes de lucros cessantes, perdas de oportunidade, danos indiretos ou consequenciais, bem como aquelas PERDAS ocorridas em razão de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe; e

8.2.4. O valor de qualquer PERDA será reduzido pelos seguintes valores: (a) quaisquer indenizações de seguros ou garantias efetivamente pagas ao COMPRADOR ou à COMPANHIA com relação à respectiva PERDA; (b) indenizações, contribuições ou outros pagamentos similares efetivamente pagos por terceiros ao COMPRADOR ou à

Grupo Galvão
GSC
Depto. Jurídico

COMPANHIA; (c) quaisquer valores depositados em juízo em conexão com o pedido correspondente; e (d) qualquer benefício fiscal resultante da respectiva PERDA ou do seu tratamento contábil.

8.3. Limitação Temporal. A obrigação de indenizar da Vendedora estipulada neste Contrato está limitada a demandas tornadas efetivas até a data em que houver a prescrição legal das respectivas obrigações.

8.4. Notificação. Se a COMPRADORA sofrer uma PERDA deverá comunicar tal fato à VENDEDORA, na forma prevista abaixo, descrevendo detalhadamente a PERDA e a indenização devida, sua base e o seu respectivo valor ("NOTIFICAÇÃO DE PERDA").

8.4.1. A NOTIFICAÇÃO DE PERDA deve ser enviada pela COMPRADORA à VENDEDORA em até 15 (quinze) dias a contar da verificação da PERDA.

8.5. Resposta à NOTIFICAÇÃO DE PERDA. A partir do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE PERDA, a VENDEDORA terá o prazo de 90 (noventa) dias para responde-la, podendo alegar que: (i) irá sanar a violação que ensejaria a indenização, se passível de saneamento; (ii) concorda com a indenização; (iii) não concorda, apresentando as suas razões; ou (iv) necessita de mais tempo para a apuração dos fatos e solicita, assim, a prorrogação do prazo para a resposta por mais 30 (trinta) dias.

8.6. Falta de Consenso quanto às PERDAS. Caso as PARTES não cheguem a um consenso com relação ao pagamento de eventual indenização por PERDAS, a matéria será decidida em conformidade com os procedimentos previstos abaixo, não podendo, o COMPRADOR reter ou compensar quaisquer valores devidos à VENDEDORA até o trânsito em julgado da decisão.

8.7. Ressarcimento. Qualquer pagamento pela VENDEDORA ao COMPRADOR ou à COMPANHIA com relação à eventuais PERDAS deverá ser realizado no prazo de 20 (vinte) dias a contar: (i) da resposta à NOTIFICAÇÃO DE PERDA concordando com o pagamento da indenização; (ii) da decisão judicial ou arbitral definitiva sobre a PERDA em questão.

8.8. Atraso no Pagamento. O não pagamento da indenização no prazo indicado na cláusula acima sujeitará a VENDEDORA ao pagamento do valor em aberto acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pela variação positiva do IPCA, até a data do efetivo pagamento.

9. DEMANDAS DE TERCEIROS

9.1. Demanda de Terceiro. Toda e qualquer demanda movida por terceiros contra a COMPANHIA e/ou o COMPRADOR que possa gerar uma PERDA deverá ser conduzida pela VENDEDORA, observado o disposto na presente Cláusula.

Grupo Galvão GSC Depto. Jurídico

9.1.1. Serão consideradas "**DEMANDAS DE TERCEIROS**" todos os processos administrativos, judiciais ou arbitrais, investigações, reclamações, inquéritos ou quaisquer outros conflitos envolvendo terceiros que não sejam parte do presente CONTRATO e a COMPANHIA e/ou o COMPRADOR e que possam gerar uma PERDA.

9.2. Notificação. Na hipótese de uma DEMANDA DE TERCEIRO, o COMPRADOR deverá notificar a VENDEDORA ("**NOTIFICAÇÃO DE DEFESA**") no prazo de até 10 (dez) dias a contar da data em que tiver conhecimento de tal DEMANDA DE TERCEIRO, ou dentro do prazo correspondente à 1/3 (um terço) do prazo previsto para a apresentação da respectiva defesa ("Defesa"), o que for menor.

9.2.1. A NOTIFICAÇÃO DE DEFESA deverá (i) descrever detalhadamente a DEMANDA DE TERCEIRO; (ii) incluir todos os documentos necessários para a condução da elaboração da DEFESA, incluindo, mas não se limitando, ao pleito efetivamente apresentado pelo terceiro; e (iii) indicar o valor estimado, se possível, da PERDA, sendo que tal valor estimado não limitará o direito da COMPRADORA de receber qualquer valor de PERDA que exceda tal estimativa.

9.3. Resposta à NOTIFICAÇÃO DE DEFESA. No prazo de até 2/3 (dois terços) do prazo previsto para a apresentação da DEFESA, ou em 10 (dez) dias a contar do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE DEFESA, o que for menor, a VENDEDORA deverá informar à COMPRADORA que: (i) irá assumir a condução da DEFESA referente à respectiva DEMANDA DE TERCEIRO, às suas expensas exclusivas, por meio de advogado de sua escolha; ou (ii) não tem responsabilidade sobre a DEMANDA DE TERCEIRO, devendo apresentar, juntamente com a sua resposta, as razões de tal entendimento.

9.3.1. O COMPRADOR e/ou a COMPANHIA somente conduzirão a DEFESA: (i) se a VENDEDORA não assumir a sua responsabilidade sobre a respectiva DEMANDA DE TERCEIRO; ou (ii) em caso de omissão, por parte da VENDEDORA, após a confirmação de recebimento da NOTIFICAÇÃO DE DEFESA.

9.4. A Parte VENDEDORA poderá liquidar qualquer DEMANDA DE TERCEIRO que exija tão somente pagamento de indenização pecuniária, independentemente do consentimento do COMPRADOR e/ou da COMPANHIA. Caso qualquer composição envolva perdas e danos de natureza não pecuniária ou exija confissão de culpa ou ilicitude pelo COMPRADOR e/ou COMPANHIA, a VENDEDORA não poderá transacionar sobre a DEMANDA DE TERCEIRO sem o consentimento do COMPRADOR e/ou COMPANHIA, consentimento esse que não será negado ou atrasado sem justo motivo.

9.5. Eventuais sucumbências arbitradas em juízo reverterão em benefício da Parte que conduziu a DEFESA.

Grupo Calvão CSC Depto. Jurídico

10. CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES

10.1. Condução das Atividades. A partir da data de assinatura deste CONTRATO até a DATA DO FECHAMENTO 1, a VENDEDORA se obriga a fazer com que a COMPANHIA conduza as suas atividades dentro do seu curso normal.

10.2. Contabilização. Todas as dívidas, responsabilidades ou obrigações de qualquer natureza assumidas pela Companhia entre a presente data e a DATA DO FECHAMENTO 1 deverão ser devidamente contabilizadas nos respectivos registros e livros contábeis da Companhia, conforme aplicável, nos termos do GAAP Brasileiro e deverão constar das DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE FECHAMENTO.

10.3. Administração. Até a DATA DO FECHAMENTO 2 a VENDEDORA obriga-se a não promover quaisquer alterações na administração da COMPANHIA.

11. CONFIDENCIALIDADE

11.1. Confidencialidade. As PARTES, por si e por seus respectivos representantes (entendidos esses como quaisquer diretores, conselheiros, empregados, assessores, auditores, advogados, consultores e/ou contratados a qualquer título), obrigam-se a manter estrita confidencialidade acerca do conteúdo das informações deste acordo e das operações aqui previstas, bem como das informações sobre a COMPANHIA, as subsidiárias e as partes disponibilizadas para fins deste CONTRATO ("**INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**"). Qualquer divulgação de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS somente poderá ser realizada com a concordância de todas as PARTES. Não serão consideradas informações confidenciais, para os fins deste CONTRATO, as informações:

(i) que se tornaram ou venham a se tornar de domínio público, sem que tal fato tenha ocorrido por meio de violação de qualquer obrigação de confidencialidade aplicável às PARTES;

(ii) que eram conhecidas por qualquer PARTE ao tempo de sua revelação, não tendo sido obtidas, direta ou indiretamente, de outra PARTE ou de terceiros sujeitos a dever de sigilo; ou

(iii) que sejam reveladas em decorrência de atendimento a exigência legal ou de Autoridade Governamental, nos termos de Lei.

11.2. Anúncios Públicos. As PARTES não divulgarão qualquer comunicado à imprensa ou farão qualquer declaração pública referente a este CONTRATO e/ou à OPERAÇÃO sem que sua forma e teor tenham sido previamente aprovados pelas outras PARTES, exceto por anúncios públicos exigidos por lei, por autoridades governamentais, pelo presente CONTRATO ou regulamento ao qual qualquer das Partes esteja obrigado.

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Notificações. Todos os avisos, acordos, renúncias e outras notificações a serem realizados pelas Partes em razão do disposto no presente CONTRATO deverão ser feitos por escrito e entregues por carta registrada, courier, fac-símile, em mãos ou enviados por e-mail, em qualquer caso, mediante confirmação de entrega ou recebimento, conforme o caso, para os endereços indicados abaixo:

(a) Se para o Comprador:
Endereço: Av. Imperatriz Leopoldina, 957, sala 909, Condomínio Winner Office, Vila Leopoldina
CEP: 05305-000
Tel.: (61) 3034-6080
e-mail: filipe.oliveira@koex.com.br
At.: Sr. Filipe Freitas de Oliveira

(b) Se para a Vendedora:
Endereço: Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, Vila Olímpia
CEP: 04.547-005
Tel.: (11) 2199-0222
e-mail: egalvao@galvao.com
At.: Sr. Eduardo de Queiroz Galvão

(c) Se para a Companhia:
Endereço: Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, sala 03, Vila Olímpia
CEP: 04.547-005
Tel.: (11) 2199-0222
e-mail: pcoutinho@galvao.com
At.: Sr. Paulo Tessari Coutinho

(d) Se para a GESA:
Endereço: Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 2º andar, conj. 21 e 22, Vila Olímpia
CEP: 04.547-005
Tel.: (11) 2199-0222
e-mail: gilberto@galvao.com
At.: Sr. José Gilberto de Azevedo Branco Valentim

12.1.1. As notificações entregues de acordo com esta Cláusula serão consideradas efetivadas: (i) na data em que forem entregues, se entregues pessoalmente; (ii) na data em que forem recebidas, se enviadas por correio, e-mail ou por serviço de courier; e (iii) na data constante da confirmação de recebimento da transmissão emitida pelo aparelho receptor, se por fac-símile.

Grupo Galvão GSC Depto. Jurídico

12.1.2. Qualquer das Partes deste Contrato poderá mudar o endereço para o qual a notificação deverá ser enviada, mediante notificação escrita às demais Partes, de acordo com a Cláusula acima. Caso qualquer das Partes altere o seu endereço sem informar à outra Parte, serão consideradas como enviadas as notificações encaminhadas aos endereços indicados na presente Cláusula, ou de acordo com a última notificação da Parte nesse sentido.

12.2. Acordo Integral. Este Contrato constitui o acordo integral das Partes no que se refere ao seu objeto, substituindo todo e qualquer acordo e entendimento prévio entre as Partes, verbal ou por escrito, no que se refere ao seu objeto.

12.3. Alterações. O presente Contrato não poderá ser alterado, exceto com a concordância expressa e por escrito de todas as Partes.

12.4. Renúncia. A renúncia de qualquer das Partes com respeito a qualquer direito, obrigação ou requisito decorrente deste Contrato será eficaz apenas se for apresentada por escrito e quando assinada, exceto se disposto de forma diversa neste Contrato. Qualquer omissão ou tolerância por qualquer das Partes com relação às disposições do presente Contrato ou na exigência do cumprimento de quaisquer de suas Cláusulas, a qualquer tempo durante a vigência do presente Contrato, não afetará de qualquer forma a validade do presente Contrato, ou de parte dele, e não será considerada como precedente, alteração ou novação de suas Cláusulas, nem renúncia do direito de tal Parte previsto neste Contrato de exigir o cumprimento de qualquer de suas disposições, nem em qualquer caso isentará qualquer das Partes do total cumprimento de suas obrigações estipuladas neste Contrato.

12.5. Autonomia das Disposições. Caso qualquer termo ou disposição deste Contrato seja considerado ilegal ou inexequível por força de qualquer Lei, Autoridade Governamental ou política pública, todos os demais termos e disposições deste Contrato permanecerão em pleno vigor e eficácia. Quando da determinação de que qualquer termo ou outra disposição é inválido, ilegal ou inexequível, as Partes negociarão de boa-fé a fim de modificar este Contrato com vistas a fazer valer a intenção original das Partes de forma tão próxima quanto possível e de maneira aceitável para que as operações e negócios aqui previstos sejam consumados conforme originalmente previstos na medida máxima possível.

12.6. Boa-fé; Nulidade. Este Contrato foi redigido dentro dos princípios de boa-fé e probidade, sem nenhum vício de consentimento de qualquer das Partes. As Partes declaram, para todos os fins e efeitos legais que: (i) as prestações, obrigações e riscos aqui assumidos estão dentro de suas condições econômico-financeiras; (ii) este Contrato espelha fielmente a tudo o que foi ajustado; (iii) tiveram conhecimento prévio do conteúdo deste instrumento e entenderam perfeitamente todas as obrigações e riscos

Grupo Silvio Santos CBC Depto. Jurídico

nele contidos. As Partes, neste ato, obrigam-se a cumprir e a fazer cumprir integralmente tudo que é pactuado entre elas no presente Contrato, pelo que reconhecem e afirmam ser nula e ineficaz, entre elas, perante a Companhia e qualquer terceiro, qualquer atitude ou medida tomada em discordância com o aqui pactuado ou que represente violação às obrigações assumidas pelas Partes neste Contrato.

12.7. Comissões e honorários. Cada Parte será responsável pelo pagamento das comissões e honorários devidos a seus respectivos intermediários, assessores e consultores legais, financeiros, contábeis, ambientais e técnicos com relação ao negócio jurídico objeto deste Acordo.

12.8. Anexos. Integram o presente Contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, todos rubricados por todas as Partes.

13. ANTICORRUPÇÃO

13.1. As Partes declaram neste ato que estão cientes, conhecem e entendem os termos das leis anticorrupção brasileiras, em especial a Lei n.º 12.846/13 e seu respectivo Decreto n.º 8.420/15, o Foreign Corrupt Practices Act, - Act, 15 U.S.C. §§ 78dd-1 et seq. - ("FCPA") dos Estados Unidos da América do Norte (em conjunto, denominadas "Regras Anticorrupção"), comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção.

13.2. As Partes, por si e por seus sócios, administradores, diretores, empregados e agentes que venham a agir em seu nome, se obrigam a conduzir suas práticas comerciais, durante e para a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis e declaram neste ato que têm ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhecem as consequências possíveis de tal violação.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

14.1. Lei Aplicável. Este Contrato reger-se-á por e será interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

14.2. Resolução de Conflitos. Se surgir qualquer Conflito, envolvendo qualquer das Partes ou a Companhia ("PARTES ENVOLVIDAS"), as Partes Envolvidas envidarão seus melhores esforços para resolver o Conflito. Para essa finalidade, qualquer das Partes Envolvidas poderá notificar a outra de seu desejo de dar início ao procedimento contemplado por esta Cláusula, a partir do qual as Partes Envolvidas deverão reunir-se para tentar resolver tal Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé ("NOTIFICAÇÃO DE CONFLITO"). Exceto se de outro modo estabelecido neste Contrato, caso as Partes Envolvidas não encontrem uma solução, dentro de um período de 30

Grupo Galvão GSC Depto. Jurídico

(trinta) dias após a entrega da Notificação de Conflito de uma Parte à outra, então o Conflito será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da CCBC.

14.2.1. Se, dentro do período de 30 (trinta) dias seguintes à entrega da Notificação de Conflito, qualquer das Partes Envolvidas considerar remota a possibilidade de obter uma solução amigável, poderá dar início ao procedimento de arbitragem, observadas as disposições a seguir.

14.2.2. A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da CCBC em vigor no momento do protocolo do requerimento da arbitragem ("**REGULAMENTO DE ARBITRAGEM**"), de acordo com o disposto na Lei de Arbitragem e com o estipulado a seguir neste Contrato.

14.2.3. A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros ("**TRIBUNAL ARBITRAL**"). Cada Parte Envolvida indicará um árbitro. Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas dentro do prazo a ser fixado pela CCBC.

14.2.4. A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de diligências em outras localidades.

14.2.5. A arbitragem será realizada em língua portuguesa.

14.2.6. A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, estando vedada a utilização da equidade.

14.2.7. A arbitragem será sigilosa e conduzida em caráter confidencial.

14.2.8. O Tribunal Arbitral alocará entre as Partes Envolvidas no Conflito, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo Tribunal Arbitral e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das Partes Envolvidas a pagar ou reembolsar (i) honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou

Grupo Galvão GSC Depto. Jurídico

reembolsado pela parte contrária a seus respectivos advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e viagens.

14.2.9. Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares de urgência, sendo certo que o eventual requerimento de medida de urgência ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida de urgência deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, que poderá valer-se do disposto no artigo 22, § 4º, da Lei de Arbitragem. O Tribunal Arbitral poderá manter, modificar ou revogar medidas de urgência anteriormente requeridas ao Poder Judiciário.

14.2.10. Para (i) o requerimento de medidas de urgência antes da instalação do Tribunal Arbitral, (ii) execução das decisões da arbitragem, (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei de Arbitragem e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo/SP, como o único competente, renunciando a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

E, por estarem justas e acordadas, as Partes firmam este Acordo em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para um único efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2017.

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

CHPO CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS GALVÃO BR-153 SPE S.A.

GALVÃO ENGENHARIA S.A.

Testemunhas:

Nome: ANTONIO JOSÉ AFFONSO
RG: 13.400.771-2

Nome: RENATO DE OLIVEIRA
RG: 27.772.414-4

Grupo Galvão CSC Depto. Jurídico

ANEXO 6.3. (v) – NOVA EAP DO CONTRATO EPC

Grupo Galvão
CSC
Depto. Jurídico

ANEXO 7.3. (iii) – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA

Grupo Galvão
GSC
Depto. Jurídico

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185
e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Processo : **0093715-69.2015.8.19.0001**

Fls:14.416

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Atos Ordinatórios

DESPACHO EM PETIÇÃO: " JUNTE-SE. DIGAM, O AJ E O MP. SEM PREJUÍZO, INTIME-SE OS CREDORES DESTINATÁRIOS DOS RECURSOS QUE ADVIERAM DA ALIENAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO EM 5 DIAS.".

Rio de Janeiro, 22/02/2017.

Pery Joao Bessa Neves - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/22962

14417

Poder Judiciário **Malote Digital**

Impresso em: 02/03/2017 às 14:00

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	81920171793048
Documento:	OF108ccGalvão.pdf
Remetente:	CAPITAL 7 VARA EMPRESARIAL (Jose Francisco Pinto Quintanilha)
Destinatário:	Protocolo Administrativo (STJ)
Data de Envio:	02/03/2017 13:58:43
Assunto:	Ofício 108/2017 em resposta ao ofício requisitório 169/2017 ref. ao Conflito de Competência 150283

Imprimir

14418

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 70º CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Ofício: 108/2017/OF

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

RESPOSTA OFÍCIO REQUISITÓRIO

Processo 1ª Instância: 0093715-69.2015.8.19.0001

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: GALVAO PARTICIPAÇOES S A - CNPJ: 11.284.210/0001-75
Autor: GALVAO ENGENHARIA S A - CNPJ: 01340937/0001-79
Administrador Judicial: ALVAREZ E MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA.

Em resposta ao Ofício n:169/2017
Processo: Conflito de Competência nº 150283

Exmo. Ministro Relator,

Em resposta ao correio eletrônico recebido aos 20 dias do corrente mês, reiterando o pedido de informações solicitado por meio do telegrama 169 datado de 20/01/2017, referente ao Conflito de Competência nº 150283, em que figuram como suscitante GALVÃO ENGENHARIA S.A – **em Recuperação Judicial - e suscitados JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO- RJ e o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SANTO AMARO - BA**, encaminho a Vossa Excelência as informações requisitadas.

Tramita neste juízo a recuperação judicial das sociedades empresárias suscitantes, cujo processamento do pedido foi deferido em 27/03/2015, momento a partir do qual se estabeleceu um regime jurídico novo, que produziu efeitos em relações a todos os créditos existentes anteriores à decisão, ainda que não vencidos, salvo em relação àqueles excepcionados pela própria lei.

Isto porque, disciplina o artigo 49 da Lei 11.101/2005, que se sujeitam à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Desta forma, atento ao preceito legal contido no art. 6º e seu § 4º da Lei 11.101/2005, conjuntamente como o deferimento do pedido de recuperação foi determinada a suspensão de todas as ações e execuções propostas em face das recuperandas pelo prazo de 180 dias, interregno que já se transcorreu.

Com efeito, nos termos do artigo 59 da LRF, a partir da

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

homologação do plano de recuperação operou-se a novação com relação a todos os créditos anteriores ao pedido - que estejam listados no GQC - obrigando assim o devedor e todos os credores a ele sujeitos a essa nova relação jurídica criada.

Neste sentido, entendo que os créditos líquidos e certos suscitados nos juízos trabalhistas encontram-se sujeitos ao plano, nada mais devendo ser realizado nos respectivos juízos especializados, uma vez que a decisão que concede a recuperação judicial é título executivo judicial, nos termos do art. 584, inciso III, caput da Lei 5.869/73 (§1º do art. 59 da LFRE).

No mais, informo que o crédito não consta da lista de credores fornecida pela Recuperanda o nome de RUBEM MOREIRA LIMA, estando o processo em fase de venda de ativo para arrecadação de valores para cumprimento do referido Plano.

Essas, portanto, são as informações que por ora tenho a prestar, aproveitando o ensejo para prestar mais sinceras homenagens de estima e consideração, colocando-me desde já à disposição de Vossa Excelência para eventuais esclarecimentos complementares.

Paulo Assed Estefan - Juiz Auxiliar

AO EXCELENTÍSSIMO MINISTRO VILLAS BÔAS CUEVA

SEGUNDA SEÇÃO DO STJ

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4TF8.9LTZ.GQD5.LS1L**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

PAULO ASSED ESTEFAN:17761 Assinado em 22/02/2017 18:43:42
Local: TJ-RJ

14420

Capital - 07 V. Empresarial

De: Luciana Rocha Arifa <larifa@stj.jus.br> em nome de Coordenadoria da 2ª Seção <cd2s@stj.jus.br>
Enviado em: segunda-feira, 20 de fevereiro de 2017 14:19
Para: Capital - 07 V. Empresarial
Assunto: Reiterando pedido de informações - CC 150283
Anexos: CC 150283.pdf

A Sua Excelência o(a) Senhor(a) Juiz(íza) da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro - RJ,

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Ministro(a) Villas Bôas Cueva, informo a Vossa Excelência que até a presente data não foram recebidas as informações solicitadas a este Juízo, nos autos do processo **CC 150283** (relacionado ao processo **0093715-69.2015.19.0001** desse juízo), por meio do(s) Telegrama nº(s) 169, encaminhado(a)(s) em 20/01/2017.

Assim, solicito a Vossa Excelência que sejam prestadas as necessárias informações, a fim de instruir o processo supracitado.

Em virtude da urgência, solicito que as informações sejam enviadas por meio do malote digital (Informações Processuais - Superior Tribunal de Justiça - Protocolo Judicial) ou pelo e-mail: protocolo.judicial@stj.jus.br.

Favor confirmar recebimento.

ENVIADO

Respeitosamente,

Coordenadoria da Segunda Seção
Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 150.283 - RJ (2016/0325663-2)

RELATOR	:	**MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE	:	GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADA	:	MILENE PIMENTEL MORENO E OUTRO(S) - DF039470
SUSCITANTE	:	JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
SUSCITADO	:	JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE SANTO AMARO - BA
INTERES.	:	RUBEM MOREIRA LIMA
ADVOGADO	:	ROQUENALVO FERREIRA DANTAS - BA026868

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, em que é suscitante GALVÃO ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ e o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SANTO AMARO - BA.

Informa a suscitante que pleiteou os benefícios da recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, cujo processamento foi deferido pelo primeiro suscitado em 27/3/2015.

Aduz que:

> *"3. De outro lado, tem-se o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA, perante o qual tramita a Reclamação Trabalhista ('Reclamação Trabalhista'), já em fase de cumprimento de sentença, proposta por Rubem Moreira Lima ('Sr. Rubem') contra o Consórcio Alusa-Galvão-Tomé, a Alusa Engenharia Ltda., a GESA e a Tomé Engenharia S.A. (Processo nº 0001408-48.2012.5.05.0161).*
>
> *4. O d. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA, em 12.08.2016, determinou o prosseguimento da execução em relação ao débito remanescente contra as empresas Reclamadas, por meio de bloqueio de valores existentes em suas contas-correntes, através do sistema BACEN-JUD.*
>
> *(...)*
>
> *36. Ao que parece, o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA entende estar 'garantindo' o adimplemento das obrigações atinentes ao Sr. Rubem, mas, na verdade, está privilegiando um único credor (em de milhares de outros arrolados no processo de recuperação judicial). Ao privar a GESA de utilizar determinados recursos para incrementar a própria operação, o Juízo Trabalhista está criando obstáculos para o efeito soerguimento da companhia"* (fls. 2/8 e-STJ).

Defende que somente o Juízo recuperacional detém competência para decidir sobre os atos de constrição contra seu patrimônio, justificando a concessão de liminar para sustar os efeitos dos atos decisórios praticados pelo juízo trabalhista, para

Documento eletrônico juntado ao processo em 16/12/2016 às 13:41:30 pelo usuário: LUCIANA ROCHA ARIFA

Documento eletrônico VDA15751251 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 16/12/2016 12:29:04
Código de Controle do Documento: 3BC19604-5462-4E5E-8FF2-4291895CC323

revogar a ordem de bloqueio pelo sistema Bacen-Jud e para sobrestrar a reclamação trabalhista nº 0001408-48.2012.5.05.0161.

Ao final, pugna pela procedência do conflito suscitado, com a declaração da competência do juiz da recuperação para decidir sobre o destino dos bens.

É o relatório.

DECIDO.

A liminar deve ser concedida parcialmente.

De início, indefiro o pedido de devolução ou levantamento de eventuais valores e bens bloqueados ou penhorados. Não é o caso de levantamento da constrição realizada nos autos, mas, sim, de remessa dos bens ao juízo competente, qual seja, o da recuperação, para que este adote as providências cabíveis. Essa é a linha adotada por mim nos EDcl no CC nº 115.524 (DJe 30.9.2011) e também pelo Ministro Luis Felipe Salomão nos EDcl no CC nºs 112.300 (DJe 17.5.2011), 109.805 (DJe 10.2.2011) e 112.301 (DJe 2.2.2011). Não há falar em levantamento da penhora incidente sobre tais bens por se tratar aqui de conflito de competência.

No mais, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, no caso de deferimento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato executório que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação.

Nesse sentido:

> *"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CREDOR TRABALHISTA. APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. DECISÃO LIMINAR RECONHECENDO A EXISTÊNCIA DE CONFLITO. FIXAÇÃO PROVISÓRIA DE COMPETÊNCIA.*
> *1. Após aprovado e homologado o plano de recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a ações expropriatórias movidas contra a empresa devedora.*
> *2. O Superior Tribunal de Justiça também já decidiu que, na recuperação judicial, a competência de outros juízos se limita à apuração de respectivos créditos, sendo vedada a prática de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação.*
> *3. Agravo regimental não provido."*
> (AgRg no CC nº 132.285/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Segunda Seção, julgado em 14/5/2014, DJe 19/5/2014)

Diante do exposto, em vista da demonstrada estabilidade jurisprudencial, concedo a liminar para determinar a suspensão dos atos executórios decorrente da ação

Documento eletrônico juntado ao processo em 16/12/2016 às 13:41:30 pelo usuário: LUCIANA ROCHA ARIFA

Documento eletrônico VDA15751251 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 16/12/2016 12:29:04
Código de Controle do Documento: 3BC19604-5462-4E5E-8FF2-4291895CC323

nº 0001408-48.2012.5.05.0161, em curso perante o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SANTO AMARO - BA.

Designo o JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes até ulterior deliberação no presente conflito.

Oficiem-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando a liminar e solicitando informações, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 197 do RISTJ). Informem referidos Juízos se os créditos trabalhistas acima indicados encontram-se arrolados no plano de recuperação judicial aprovado. Ademais, detalhe o Juízo da recuperação o estágio atual do procedimento e se a devedora vem cumprindo o plano apresentado.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal para parecer (artigo 198 do RISTJ).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de dezembro de 2016.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

Documento eletrônico juntado ao processo em 16/12/2016 às 13:41:30 pelo usuário: LUCIANA ROCHA ARIFA

Documento eletrônico VDA15751251 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 16/12/2016 12:29:04
Código de Controle do Documento: 3BC19604-5462-4E5E-8FF2-4291895CC323

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.1

DECISÃO

Trata-se de pedido de recuperação judicial com base nos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/05 formulado por **GALVÃO ENGENHARIA** e **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A,** sociedades anônimas de capital fechado inscritas no CNPJ sob o n.º 0134937/0001-79 e 11.284.210/0001-75, respectivamente, onde se inserem no conglomerado econômico denominado de "Grupo Galvão", grupo que se dedica exclusivamente às atividades de construção civil para infraestruturas rodoviária, aeroviária, portuária e urbana, com tradição há mais de cinco décadas.

Aduzem ter a primeira requerente operações em curso em 14 estados da federação e no exterior, estando entre as maiores organizações empresariais do país, abarcando seu ramo de atuação clientes públicos e privados, sob a forma de contratos de prestação de serviços, concessões e parcerias público-privadas (PPP's), sendo gerida pela *holding* de capital fechado **Galvão Participações S.A** – segunda requerente – essa não operacional.

Descreve ser o "Grupo Galvão" formado pelas empresas **Galvão Engenharia**- primeira requerente – essa fundada em 1996 no Rio de Janeiro, a partir da cisão da Queiroz Galvão; **CAB Ambiental**; **Galvão Óleo e Gás Participações**; **Galvão Finanças** e das **Concessionários de Rodovias BR 153,** sendo o referido grupo gerido pela *holding* de capital fechado **Galvão Participações** - segunda requerente -, controlada, por sua vez, pela **Empresa Nacional de Participações Ltda** (Empar), pela **Moval Participações Ltda** e pela **Freccia Engenharia Ltda**, todas com capital 100% nacional.

Sustentam que apesar da fixação de sua sede na Cidade de São Paulo, a primeira requerente foi criada neste Município, e sua filial aqui presente, conduz atualmente as operações comerciais que geram mais de 50% do faturamento de todo o "Grupo Galvão", o que justifica, pelo critério econômico, a fixação da competência na jurisdição da competência na sede de sua filial.

Expõem como motivo para de sua crise econômico-financeira, os eloquentes sinalizadores de que o País vive uma severa crise econômica – já considerada sistêmica-, que fez gerar o crescimento irrefreável dos insumos, com inevitável aumento do custo de operação da primeira requerente, o que aumentou consideravelmente o seu endividamento, pois para manutenção do seu capital de giro, precisou obter créditos no mercado a juros cada vez mais altos, aliado ao fato de ter sido afetado pela incapacidade de alguns de seus clientes pagarem pelas obras já executadas nos prazos

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

inicialmente programados, o que impactou seu fluxo de caixa que fora estável por quase 20 anos.

Explicitam que na tentativa de sair da crise a primeira requerente expandiu seu ramo de atuação para área de óleo e gás, setor que parecia imune a crise denunciada, mas que, recentemente em razão de *default* os clientes desse setor também deixaram de cumprir com os cronogramas e pagamento inicialmente ajustados, o que acentuou por vez o fluxo de caixa das requerentes.

Concluem que a impontualidade dos pagamentos por parte dos contratantes dos seus serviços, a impontualidade de os fornecedores em cumprirem com os cronogramas de entrega de serviços e a crise econômica sistêmica que assola o País são os principais fatores que determinam a atual crise econômico-financeira das requeridas, a qual não poderá ser resolvida sem o auxílio da presente medida judicial requerida.

Afirmam, no entanto, ser viável a superação da crise, pois apontam a existência de créditos a receber na casa dos R$ 2 bilhões de reais, sem previsão de satisfação a curto prazo, o que torna necessária e inevitável a concessão da medida proposta, a fim de que possa ser implementado um plano eficiente para pagamento das suas dívidas, enquanto não resgata todos seus recebíveis.

Apontam de forma concisa os diversos contratos em vigor, os quais demonstram ótimas expectativas na possibilidade da obtenção de ativos, capazes de suprir o atual passivo, e ainda propiciar a manutenção e soerguimento da atividade econômica desenvolvida.

Inicialmente enfoco a questão sobre a possibilidade da formação do litisconsórcio ativo.

A lei 11.101/2005 não tratou da possibilidade do ingresso de uma recuperação judicial una, à vista da existência de um grupo societário, seja ele de fato ou direito.

Sobre essa possibilidade assim expôs Ricardo Brito Costa:

"A formação do litisconsórcio ativo na recuperação judicial, a despeito da ausência de previsão na Lei 11.101/2005, é possível, em se tratando de empresas que integrem um mesmo grupo econômico (de fato ou de direito). Nesse caso, mesmo havendo empresas do grupo com operações concentradas em foros diversos, o conceito ampliado de empresa (que deve refletir o atual estágio do capitalismo abrangendo o grupo econômico), para os fins da Lei 11.101/2005, permite estabelecer a competência do foro do local em que se situa a principal unidade (estabelecimento) do grupo de sociedades. O litisconsórcio

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.3

ativo, formado pelas empresas que integram o grupo econômico, não viola a sistemática da Lei nº 11.101/2005 e atende ao Princípio basilar da Preservação da Empresa. A estruturação do plano de recuperação, contudo, há de merecer cuidadosa atenção para que não haja violação de direitos dos credores" (COSTA, 2009, P. 182).

Ao contrário dos grupos societários de direito, cuja formação a lei impõe características próprias para constituição, dificuldade encontra-se para identificação dos grupos societários de fato, haja vista a possibilidade de se materializarem por meio de diversas relações econômicas entre as entidades, apesar de continuarem dotadas de personalidade e patrimônio próprios, e aparentemente independentes.

Sustentam alguns doutrinadores que nos grupos econômicos formais (de fato) existe apenas uma empresa e várias pessoas jurídicas atuando como empresárias, formando uma espécie de "sociedade em comum" de pessoas jurídicas.

Os grupos econômicos de fato são formados por sociedades que mantêm, entre si, laços empresariais através de participações acionárias, sem necessidade de se organizarem juridicamente, mantendo-se isoladas e relacionando-se sob a forma de coligadas, controladas e controladoras, sem necessidade de maior estrutura organizacional.

É necessário quase sempre, para verificarmos a existência desse fenômeno, apurarmos a configuração de três elementos fundamentais, quais sejam: contribuição individual com esforços ou recursos, atividade para lograr fins comuns e participação em lucros e prejuízos.

Nesse aspecto, as sociedades empresárias que formam o polo ativo do pedido enquadram-se dentro da descrição acima realizada.

Isto porque, além de possuírem o quadro societário formado pelas mesmas sócias – em ambas as sociedades - é evidente que a contribuição há uma entre as outras, e que disto, depende o sucesso de todo o empreendimento, haja vista o indubitável entrelaçamento de fins, haja vista a segunda sociedade ter sido criada com fins exclusivos de promulgar, expor e criar melhores meios de comercialização dos produtos negociados pela primeira.

Assim, não há como não se conceituar a existência da formação de um grupo societário de fato, pois o desígnio de atividades e participação dos lucros está intimamente interligado.

Neste sentido:

0049722-47.2013.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.4

DES. FLAVIA ROMANO DE REZENDE - Julgamento: 04/02/2014 - OITAVA CAMARA CIVEL.RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS. TRÊS SOCIEDADES. GRUPO ECONÔMICO DE FATO, ONDE UMA DELAS É RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO E AS DEMAIS PELA VENDA DAS MERCADORIAS. DEFERIMENTO, PELO JUÍZO DE 1º GRAU, DO PEDIDO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO DAS AGRAVADAS. INCONFORMISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE REGRAMENTO ESPECÍFICO DA MATÉRIA NA LEI 11.101/05. LITISCONSÓRCIO ATIVO QUE SE MOSTRA POSSÍVEL, DIANTE DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS AOS CREDORES E DA POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, FONTE DE RENDA E DE EMPREGOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU. - O surgimento dos grupos econômicos de fato está ligado à dinâmica do mercado e à sua globalização, as quais fazem com que os empresários busquem fórmulas mais ágeis e eficazes de garantir lucro e alcançar parte significativa de consumidores. - A recuperação judicial tem por objetivo maior a salvação da atividade econômica empresarial, geradora de empregos e renda. Por este motivo, o que se busca é harmonizar direitos e deveres, impondo-se, sempre que possível, o menor sacrifício a todas as partes envolvidas. Neste contexto, o litisconsórcio ativo pode facilitar o acordo entre as recuperandas e os credores, viabilizando o pagamento dos débitos, nos prazos estabelecidos. - NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

Isto posto, e ante o parecer favorável do MP, **recebo e defiro a formação do litisconsórcio ativo pretendido,** ressalvando apenas a necessidade da adoção da medidas pleiteadas pelo Parquet em seu parecer.

Quanto a formulação do pedido na sede de uma de suas filiais, compete analisarmos a questão pela ótica do principal estabelecimento da requerida, como determina o art. 3º da Lei 11.101/2005.

O art. 1.142 do CC define estabelecimento como sendo todo complexo de bens organizado para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.

Este deve ser caracterizado como sendo a sede administrativa da empresa, isto é, o lugar em que estão concentrados os negócios do empresário, onde são realizadas as operações financeiras e comerciais, não se confundindo necessariamente com a sede estatutária definida no contrato.

Deve, portanto, ser considerado, para fins de sua caracterização, não o elemento convencional ou formal, mas sim o critério fático.

Neste ponto, afirma a requerida exercer a maior parte de suas atividades comerciais e financeiras no Rio de Janeiro, afirmando que 50% do faturamento atual das requerentes advêm de contratos aqui firmados, o que confere a ela o status de principal estabelecimento.

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.5

Neste sentido, recebo o pedido.

No mais, a inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 30/769.

Ouvido, o Parquet manifestou-se favoravelmente ao deferimento do processamento da recuperação judicial.

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que a nova lei quis introduzir.

A LFR destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, conceito que se fortalece cada vez mais na jurisprudência do STJ e dos Tribunais.

In causa, as requerentes apontam na petição inicial de forma concisa e clara as causas da crise econômico-financeira que se instalou sobre as requerentes, expondo ainda a expectativa relativa de créditos a receber.

A vasta documentação carreada em seu bojo foi examinada pelo Ministério Público, à luz do art. 51 da Lei 11.101/2005, apontou encontrar-se ordem, restando apenas a apresentação da lista de bens dos diretores das companhias; demonstração de resultados acumulativos relativos aos exercícios de 2014 de ambas as requerentes e listagem completa de empregados da segunda requerente, os quais não considerou como sendo essenciais à apreciação do pedido, o que reputo correto, a partir do momento que os demais elementos são suficientes para apurar as condições da ação, ainda porque, a vinda dos documentos declinados pode ser perfeitamente trazida no curso do procedimento.

Com efeito, considero, a exordial suficientemente instruída, cumprido assim os elementos legais exigidos.

A empresa como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades, visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 47 da LRF).

Criada com o fim precípuo de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF inovou consideravelmente o conceito de empresa, alçando-a a um patamar de relevante papel social.

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.6

Assim o legislador ao promulgar a referida lei dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, respondeu aos anseios das empresas que, em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benefícios, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

Sobre as formas das crises econômico-financeiras que recaem sobre as sociedades assim descreveu o mestre Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª ed.)

"A crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária."

Tratando-se, portanto, de sociedades em atividade há décadas, observo dentro do contexto apresentado, que a crise anunciada é meramente financeira, uma vez que as sociedades necessitaram obter grande aporte de capital no mercado financeiro para manter as complexas e dispendiosas atividades desenvolvidas, e em contrapartida viram a suspensão do pagamento de créditos a receber em diversos dos seus contratos em execução, situação que precisa ser equacionada por meio de soluções de mercado a serem apresentadas corretamente em juízo de recuperação judicial.

Destarte, é possível afirmar, ainda que em uma análise perfunctória da situação, ser a atividade desenvolvida pela requerente bastante rentável, não só pelo tempo de mercado, mas por todos os indicativos trazidos, o que confere ao plano de recuperação a ser desenvolvido grande possibilidade de êxito.

Por fim, as empresas requerentes atenderam também aos requisitos do artigo 48 e seus incisos da Lei 11.101/05, ao comprovarem que estão em atividade há mais de 02 (dois) anos, não serem falidas ou terem obtido concessão de recuperação, inclusive com base em plano especial, nos últimos cinco, e não haver condenação criminal contra seus administradores, ou sócio controlador, por crimes previstos nesta lei.

Atendidas, portanto, as prescrições legais, e à vista do parecer Ministerial favorável de fls. 1210 vº, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL da GALVÃO ENGENHARIA S.A , sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ sob n.º 01340937/0001-79, com sede na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, 2º andar, Vila Olímpia, São e **Filial**

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.7

inscrita no CNPJ sob o n.º 01.340.937/0011-40, estabelecida na Rua Lauro Muller, nº 116, salas 2.704-2.706, Botafogo, Rio de Janeiro e da **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A, sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ sob n.º 11.284.210/0001-75,** com sede na Rua Gomes Carvalho, nº 1.510, 19ª, andar, Vila Olímpia, São Paulo, **e determino, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/05:**

I – A dispensa da apresentação de certidões negativas para que a requerente exerça suas atividades, exceto para contratação do Poder Público ou para recebimento de benefícios, incentivos fiscais ou créditos, ressalvado, contudo, essa possibilidade mediante obtenção de parcelamento fiscal na forma da legislação em vigor;

II – que as requerentes acrescentem após seu nome empresarial a expressão "em recuperação judicial", de acordo com o previsto no art. 69 da LRF;

III– a suspensão de todas as ações e execuções contra as recuperanda, na forma do art. 6º da Lei 11.101/05, bem como a venda ou retirada de seus estabelecimentos dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial, que tiverem sido dados em garantias não sujeitas à recuperação judicial (parte final do § 3º do art. 49 LRF);

IV – a suspensão da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito – em face das Requerentes;

V– que as recuperandas apresentem contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;

VI- a apresentação das certidões, na forma do VIII do art. 51, das filiais da primeira requente;

VII- a vinda da demonstração de resultados acumulados relativos ao exercício de 201 de ambas as requerentes;

IX- a relação de bens particulares dos controladores e administradores das sociedades e de suas filiais;

X- a lista de empregados da segunda requerente.

XI- a relação completa e segregada de seus credores, como requerido pelo Parquet, no prazo de 10 dias;

XII – a expedição e publicação do edital previsto no parágrafo 1º do art. 52 da Lei 11.101/05;

7

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.8

XIII– a intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas Federal, Estadual e do Município do Rio de Janeiro.

XIV– comunicação à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e demais Estados onde as recuperandas detenham registro de sede e filiais para anotação do pedido de Recuperação nos registros;

XV– apresentem as recuperandas, EM SEPARADO, o plano de recuperação no prazo de 60 dias da publicação desta decisão, o qual deverá observar os requisitos do art. 53 da Lei 11.101/2005.

XVI- determino sejam acautelados em cartório, em lugar com acesso restrito ao responsável pela serventia, com vista somente mediante despacho, os seguintes documentos: i) Lista de empregados e ii) Relação dos bens particulares dos diretores

Nomeio para função de Administrador Judicial a ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA., CNPJ 07.016.138/0001-28, situado na Rua Surubim, n.º 577, 9º andar, conjunto 92, Cidade Monções, CEP 04571-050, São Paulo/Capital, sendo sócio responsável **EDUARDO BARBOSA DE SEIXAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 09.376.430-6 IFP/RJ e CPF 025.864.457-59 **a qual deverá desempenhar o encargo na forma do inciso III do *caput* do artigo 22 da Lei 11.101/05, sem prejuízo do disposto no inciso I do *caput* do artigo 35 do mesmo diploma legal.**

Por ora, deixo a cargo das devedoras e da administradora judicial nomeada o acerto referente à remuneração do encargo, a qual, atento aos critérios contidos no art. 24 da Lei 11.101/2005, será oportunamente homologada.

Intime-se a Administradora Judicial via telefone para, aceitando o encargo, assinar o termo de compromisso em cartório.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

FERNANDO CESAR FERREIRA VIANA
Juiz de Direito

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

PODER JUDICIÁRIO / JT / TRT 5ª REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE SANTO AMARO

PROCESSO: **0001408-48.2012.5.05.0161** RTOrd

Reclamante(s) : RUBEM MOREIRA LIMA

Reclamada(o) : CONSÓRCIO ALUSA GALVÃO TOMÉ E OUTROS 3

SENTENÇA:

I – RELATÓRIO: A parte reclamante acima ingressou com reclamação trabalhista contra a parte reclamada supra, sob os fundamentos e pedidos constantes da petição inicial. A parte aforada se fez representar em audiência, apresentando contestação às pretensões da inicial, juntando documentos, sobre os quais a parte aforante se manifestou. Alçada fixada. Dispensado o Interrogatório das partes. Ouvida uma testemunha. As propostas conciliatórias não lograram êxito. Razões finais reiterativas.

II - RAZÕES DE DECIDIR:

DA JUSTIÇA GRATUITA : PESSOA FÍSICA: Ao contrário do que ocorre relativamente às pessoas jurídicas, basta a pessoa física reclamante asseverar a insuficiência de recursos, encontrando-se em situação inviabilizadora da assunção dos ônus decorrentes do ingresso em juízo, para que lhe seja devido tal direito, nos termos do artigo 790, §3º consolidado. Defere-se.

DA RETIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO: Requerida pela primeira ré, para que fosse retificado, na capa dos autos, o seu endereço, para fazer constar Av. Tancredo Neves, nº 274, Edifício Centro Empresarial Iguatemi, sala 815, Bloco B, CEP.: 41.820-020, Salvador/BA, bem como que sejam anotados na capa dos autos, para fins de notificação, como seus advogados, as Belas. CYNTIA POSSÍDIO LIMA, OAB/BA nº. 15.654 e CAMILA CERQUEIRA SILVA, OAB/BA nº. 25.452. Defere-se.

DA INÉPCIA: Argui a primeira demandada a inépcia do pedido de danos morais e materiais, sob o fundamento de que o pedido referente aos danos morais em razão "não entrega das guias de seguro desemprego e para o FGTS" é manifestamente inepto na medida em que o exórdio é sem lógica, tendo em vista que os fundamentos utilizados para consubstanciar a causa de pedir não coincide com o pedido designado. Suscita, ainda, tal vindicada, a inépcia do pedido de Equiparação Salarial, aduzindo que tendo alegado o autor que conquanto tenha sido contratado para exercer a função de Inspetor de Controle de Qualidade, sempre exerceu a função de Inspetor de Solda, ou seja, alegando o exercício de função diversa para o qual fora contratado. Indigita que o Autor confunde os institutos de desvio de função e equiparação salarial, informando ter sido admitido para exercer uma função, acabado executando função diversa e elegendo paradigma para fins de remuneração, cumulando pedidos incompatíveis entre si, o que tornaria a exordial inepta, no particular. Sem razão. O controvertido problema a propósito das teorias da individuação e da substanciação resolve-se com mais facilidade no processo do trabalho, visto que a CLT,

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: CASSIO MEYER BARBUDA
Num. 74778 - Pág. 1
Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 961398977979422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

artigo 840, parágrafo 1°, apenas exige que a parte indique os fatos em que funda seu pedido. Ora, o reclamante indicou claramente tais fatos no libelo, de tudo resultando que a inépcia invocada pelos réus não existe, devendo a correspondente preliminar ser rejeitada. A falta de indicação ao valor da causa, por seu turno, foi contornada pela fixação de tal valor na ata de fls.8, não havendo qualquer nulidade a ser declarada. Rejeita-se.

DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* : Sustentam, ainda, as reclamadas segunda, terceira e quarta que são partes ilegítimas para figurar no polo passivo da presente reclamação trabalhista, sem razão. A legitimidade passiva, em verdade, revela-se na pertinência subjetiva da ação, ou seja, estando legitimado aquele que se diz titular de direito material lesado, deduzindo pretensão em juízo, como faz o autor, não havendo que se falar em ilegitimidade passiva vez que os réus são as pessoas por eles indicadas como devedores da relação jurídica material, não importando se o são ou não, vez que esta matéria é de mérito e nem por antonomásia poderá ser confundida com matéria preliminar. A aferição da legitimidade "ad causam" restringe-se à análise da posição do autor e réus com relação à "res in iudicium deducta", não cabendo ao juízo adentrar no mérito neste instante. REJEITA-SE A PRELIMINAR.

DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA 2ª; 3ª e 4ª RECLAMADAS: No caso em tela há de se reconhecer a existência de grupo econômico ligando as contendentes, nos moldes do **Art. 2°, § 2° da CLT, in verbis:** "Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas". O Consórcio demandado foi criado com fim específico, como ele próprio admite, de construção na área "on-site" das unidades Hidrodessulfurização da Nafta Craqueada (HDS-U-33 e U-35), e geração de hidrogênio UGH U-34 e respectivas interligações dessas unidades com as subestações e casas de controle (CCLs), na implementação de empreendimentos para RLAM, no âmbito da refinaria Landulpho Alves de Mataripe – RLAM, após vencer a concorrência, sendo que a obra tem prazo para sua conclusão, carecendo os empregados que nela atuem ter a garantia de que seus valores salariais, indenizatórios e rescisórios serão honrados, razão pela qual ora se reconhece a responsabilidade solidária de todas as demandadas, componentes de grupo econômico, o que ora se declara.

DOS PEDIDOS RELATIVOS À JORNADA DE TRABALHO E À EQUIPARAÇÃO SALARIAL: *A priori*, saliente-se que o reclamante, tendo o ônus de provar o fato constitutivo do seu direito ao reconhecimento de labor em sobrejornada, habitualmente prestada, inclusive em fins de semana e feriados e sem respeito ao gozo do intervalo intrajornada e de labutar na mesma função ao do paradigma, sem perceber o mesmo salário, dele se desincumbiu, parcialmente:

Aduz a exordial que o Reclamante foi contratado para laborar de segunda a quinta – feira, das 07h as 17h h e às sextas – feiras das 07h às 16h. com 01 hora de intervalo para refeição, sendo sábado e domingo para descanso. Entretanto, afiança que, na realidade trabalhava em todos os sábados, e também praticamente todos os domingos e feriados (inclusive, sexta-feira santa), sem direito a folgas mensais programadas. Alega, ainda, que usufruía, na prática, de apenas 30 minutos de intervalo intrajornada, postulando, outrossim, as horas extras acima, que, por sua habitualidade deveriam ser consideradas com reflexos e integrações para o cálculo do aviso prévio indenizado, férias integrais e proporcionais acrescidas de 1/3 constitucional, 13° salários integrais e proporcionais, FGTS e PL referentes ao período de todo pacto laboral descrito acima. A parte ré aventa que o horário de trabalho habitual do Autor se desenvolvia das 07h00min às 17h00min, de segunda a quinta-feira e às sextas-feiras 07h00min as 16h00min, sempre com uma hora de intervalo para refeição e descanso. aduz que não havia trabalho nos sábados, domingos e feriados e que o Reclamante trabalhava em regime de compensação e prorrogação

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: CASSIO MEYER BARBUDA
Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 961398977794 22 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

de horas, devidamente autorizado pela Cláusula 28ª da CCT e que quando houve a prestação de labor extrajornada, o que ocorreu apenas eventualmente, a reclamada pagou integralmente as horas extraordinárias do Reclamante, de acordo com os percentuais normativos, inclusive para fins de reflexão em verbas rescisórias, juntando a respeito contracheques e TRCT. A testemunha do obreiro, ouvida, asseverou que ambos, ele e o autor, trabalhavam das 07h17min às 16h45min, esclarecendo que no início e no final da jornada gastavam cerca de 01hora para trocar de roupa e tomar café, além de se deslocarem ao local em que iam inspecionar as soldas; que trabalhavam sempre de segunda a sexta e nas escalas de sábados e domingos, em 02 finais de semana por mês; que trabalhavam em feriados. Disse, ainda que quando solicitados, tanto depoente como reclamante se trabalhassem em sábados, domingos ou feriados registravam o labor no cartão de ponto. Afirmou que o reclamante almoçava no refeitório da empresa; o refeitório ficava distante cerca de 02 k do escritório onde permaneciam depoente e reclamante, sendo que o depoente almoçava no próprio escritório. Admitiu que recebeu todas as horas extras que prestou e que " **quando havia divergência entre o horário trabalhado e o espelho de ponto, eles reclamavam e a empresa retificava, efetuando o pagamento**" (grifos nossos). Pois bem, os controles de frequência e os recibos de pagamento adunados demonstram regular quitação. O testigo do autor admitiu que a jornada dele e do autor eram regularmente registradas e que havia possibilidade do autor, se quisesse, de almoçar no escritório, sem a perda de tempo do deslocamento até o refeitório, facilidade a mais oferecida pela empresa ré. Deste modo, reconhece-se como quitados os valores relativos à jornada de labor do autor, inclusive em eventuais fins de semana e feriados labutados, assim como respeitado o intervalo intrajornada de 1 hora, pelo que indeferem-se os pleitos correlatos ("e" a "h").

No que toca à equiparação salarial, o encargo probatório do aforante fora cumprido. Seu testigo, que era o paradigma indicado na vestibular, disse que "*trabalhou com o reclamante, que desempenhava a mesma função que o depoente, ao que seja de inspetor de solda". Asseverou que começou a trabalhar para as rés, como inspetor de solda, em 16/05/2010. É fato incontroverso que o* Reclamante fora contratado pelas Reclamadas em 02/09/2010. *À continuação, a testemunha autoral afiançou que dada a demanda o reclamante foi contratado para dividir o serviço do depoente, também inspecionado as soldas e que " **todas as atividades desempenhadas pelo depoente eram desempenhadas pelo reclamante** " (grifos nossos). Pois bem, cumpriu o autor o ônus de provar a identidade de função entre ele e o paradigma, pelo que deferem-se os pedidos respectivos, de reconhecimento* da atividade do reclamante para Inspetor de Solda, com a correspondente retificação na sua CTPS para constar o cargo de Inspetor de Solda, bem como o pagamento das diferenças salariais decorrentes da caracterização da equiparação com o paradigma, com integração e reflexos postulados, no décimo terceiro salário, férias + 1\3, horas extras prestadas e adimplidas, aviso prévio, PL e inclusive sobre o FGTS mais a multa de 40%.

DO PLEITO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS: O autor, no item 7 da exordial, alegou que durante toda sua jornada, trabalhava diretamente com a exposição a vapores e gases de combustíveis, fumos de Solda de diversos metais soldados na obra do gasoduto, sendo certo seu contato com substâncias que contenham hidrocarbonetos ou quaisquer outros compostos de carbono, sem uso de qualquer EPI que elimine sua nocividade, não sendo justificável a não emissão do documento previdenciário, notadamente com a **inclusão** dos agentes nocivos indissociáveis da Atividade Industrial das Reclamadas. Afiançou ainda que em virtude de a parte ré "usurpar parte das significativas horas extras que submetia o empregado nas longas jornadas, as reclamadas ainda, conseguiu impor outro DANO à vida do obreiro, desta feita o prejuízo foi na sua vida previdenciária, visto que submetendo diariamente a saúde e integridade física em obra na área de petróleo e gás (construção de gasoduto) na Refinaria da Petrobras, não teve no documento previdenciário – PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), a realidade fática de sua exposição informada, notadamente quanto a ruído, fumos de solda, poeira, calor, petróleo e gás, entre outros agentes indissociáveis do labor do obreiro". Já no item 8 alega que a reclamada deve ser condenada ao pagamento de uma importância "a ser arbitrada por essa Junta" a título de dano moral, pela excessiva jornada de trabalho que era imposta ao autor, além de não permitir que o mesmo gozasse de forma integral da hora de almoço e descanso. No mesmo item, aduz que "devem ser as Reclamadas condenadas ao pagamento de 20 vezes a remuneração a que teria direito se laborando estivesse em sofridos DANOS MORAIS pela Reclamante em virtude dos danos causados pelas Reclamadas, a vida pessoal de

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: CASSIO MEYER BARBUDA
Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 961398977794 22 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

reclamante. Por fim, no pedido "g" da vestibular, requer "indenização no valor de 20 (vinte) vezes a remuneração a que o Reclamante teria direito se laborando estivesse, a título de DANO MORAL E MATERIAL, tendo em vista que a **não entrega das guias de seguro desemprego e para saque de FGTS, trouxe enormes prejuízos para o sustento do reclamante e sua família, inclusive sua filha recém nascida.** (grifos e sublinhados nossos). Pois bem, as parcelas inadimplidas pela parte ré tiveram o mérito examinado acima, tendo sido contempladas e reparadas pelo julgado, verbi gratia no caso das diferenças salariais por trabalhar como inspetor de solda, não cabendo o bis in idem. Ademais, no que tange ao FGTS e seguro desemprego, não comprovou o polo obreiro os fatos alegados na peça exórdia, de que não houvera a regular liberação. Indefere-se o pleito em epígrafe que, ademais, revela traços de inépcia.

DO PPP: Alega o obreiro que apesar da labuta em obra na área de petróleo e gás (construção de gasoduto) na Refinaria da Petrobras, não teve no documento previdenciário – PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), a realidade fática de sua exposição no período laborado, em conformidade com o meio ambiente de trabalho e a legislação previdenciária, notadamente quanto à fiel exposição aos agentes nocivos **indissociáveis** das atividades da reclamada. Aduz que o PPP deve em respeito à Primazia da Realidade, conter as informações quanto à exposição da saúde e integridade física aos agentes (fumos de solda, *benzeno, dízio e os derivados do petróleo betume e gás natural*). Como fora deferido supra o reconhecimento de labor do autor como inspetor de solda, efetivamente faz jus à retificação do PPP emitido pela parte ré, pelo que defere-se o pleito respectivo.

DO PAGAMENTO DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS: Alega o autor que as reclamadas, deixaram de efetuar o pagamento referente à Participação nos Lucros e Resultados, conforme previsão expressa nas CCTs anexas, no período de trabalho do reclamante. A parte ré, por seu turno, alega que tal previsão somente pode ser exigida caso exista, entre empresa e sindicato, o competente acordo coletivo o que não chegou a ser feito entre as Contestantes e o entre representativo. Com razão. Efetivamente há previsão nas CCTs juntadas pelo autor que exige que tal requisto seja adimplido, com realização de acordo específico. Logo, inexistindo instrumento normatizando valores e condições do pagamento colimado, indefere-se o pleito em epígrafe.

DO PAGAMENTO DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DA NORMA COLETIVA: Não tendo havido comprovada violação de cláusula de norma coletiva na relação que unia as partes, indefere-se o pleito de multa normativa.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Não preenchidos os requisitos da Lei 5584/70, na esteira do entendimento fixado pelo C. TST, através das Súmulas 329 e 219, revela-se indevida a postulação honorária. INDEFIRO o pedido.

III - CONCLUSÃO: Posto isto, resolve o Juiz desta Vara do Trabalho julgar a reclamatória **PROCEDENTE EM PARTE**, condenando a parte reclamada a pagar à parte autora, no prazo de oito dias, com juros e correção monetária desde o seu ajuizamento, as parcelas deferidas na fundamentação supra, que aqui se integra. A LIQUIDAÇÃO da sentença far-se-á por cálculos, inclusive das contribuições previdenciárias devidas (§ 1° A e B do artigo 879 da CLT), observando-se a variação salarial do autor, excluindo-se os dias não trabalhados para efeito de apuração de horas extra e deduzindo-se os valores já pagos sob o mesmo titulo ou idêntico fundamento. Firme-se, de logo, que passamos a adotar a Súmula 381 do TST, observando-se que o pagamento dos salários até o 5° dia útil do mês subseqüente ao vencido não está sujeito à correção monetária. Se essa data limite for ultrapassada, incidirá o índice da correção

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: CASSIO MEYER BARBUDA
Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 961398977794225 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

monetária do mês subseqüente ao da prestação dos serviços, a partir do dia 1º, aplicando-se os índices de atualização monetária previstos na Lei nº 8.177/1991, bem como a Tabela de Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas em vigor em toda Justiça do Trabalho, publicada periodicamente pelo Egrégio Regional. Ainda, a reclamada deverá recolher previamente as contribuições da Previdência Social incidente sobre as parcelas de natureza salarial, comprovando com o respectivo documento de arrecadação da Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S.A. (CLT, artigo 889-A), para ser ressarcida do valor que toca ao empregado, o qual será abatido de seu crédito, conforme dispõem os arts. 12 da Lei 7787/89 e 43 e 44 da Lei 8213/91, bem como o art. 81 e seguintes da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria da Justiça do Trabalho de 02/05/2006 e da Súmula 368, II do TST. Os créditos previdenciários serão executados *ex officio* (parágrafo único do artigo 876 da CLT). O IR deverá ser apurado mês a mês, separadamente, levando-se em conta o somatório do valor a ser pago observando-se a alíquota, os abatimentos e isenções respectivos. Custas, pela reclamada, de R$400,00 calculadas sobre R$20.000,00, valor arbitrado. INTIMEM-SE. Santo Amaro, 20 de março de 2013.

CÁSSIO MEYER BARBUDA

Juiz do Trabalho

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: CASSIO MEYER BARBUDA
Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Vara do Trabalho de Santo Amaro
RTOrd 0001408-48.2012.5.05.0161
RECLAMANTE: RUBEM MOREIRA LIMA
RECLAMADO: CONSORCIO ALUSA - GALVAO - TOME, ALUMINI ENGENHARIA S.A., GALVAO ENGENHARIA S/A, TOME ENGENHARIA S.A., LAERCIO TOME, CLAUDIO RIBEIRO DA SILVA NETO

DESPACHO

Vistos etc.,

Ao analisar os autos, verifico a notificação citatória para a executada principal (**CONSÓRCIO ALUSA - GALVÃO - TOME S/A**) pagar o crédito apurado ou nomear bens a penhora, tendo a mesma depositado, comprovante anexado em 05.07.2016, em valor bem inferior ao débito.

Por sua vez, é de conhecimento nesta Unidade de que a segunda e terceira executadas, possuem deferimento de recuperação judicial em favor de **ALUMINI ENGENHARIA S.A.** (nova denominação de Alusa Engenharia S.A - **segunda executada**) e de **GALVÃO ENGENHARIA S.A (terceira executada**) perante a 2ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1002851-64.2014.8.26.0100 e a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, sob o nº 0093715-69.2015.8.19.0001, respectivamente.

A execução pela devedora principal e determinou o prosseguimento em face da quarta executada, qual seja, **Tomé Engenharia S.A**, sendo esta parte citada, mas sem efetivar qualquer medida para satisfação do crédito trabalhista.

Não logrou êxito a realização de ordem de constrição de valores em face da quarta executada, Tomé Engenharia S.A.

Portanto, não houve, até a presente data, a garantia da execução pelas executadas para fins de definição do crédito trabalhista devido, na hipótese de oposição de embargos executivos.

Com efeito, nos diversos processos envolvendo tema equivalente, regra geral, ressalvava o meu entendimento quanto à possibilidade de suspensão processual da execução somente durante o prazo de 180 dias definidos na Lei n. 11.101/2005 e reconhecia a impossibilidade de efetivar atos executivos contra o patrimônio da empresa, sobretudo considerando o julgamento de Conflito de Competência n. 126203 SP (2012/0272984-0) pelo Superior Tribunal de Justiça referente à execução trabalhista em trâmite nesta Vara do Trabalho.

Neste particular, o Tribunal Superior mencionado reconheceu a incompetência desta Justiça Especializada para a realização de atos expropriatórios contra pessoa jurídica em recuperação judicial de crédito, sendo executada a empresa Agrisul Agrícola Ltda. (processo 0040300-31.2009.5.05.0161 RT).

Contudo, entendo que a matéria ainda não se encontrada pacificada, sobretudo após analisar a Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, ato administrativo com caráter normativo no âmbito desta Especializada. Isto porque o art. 80, do aludido Provimento dispõe que: "Deferida a recuperação judicial, caberá ao juiz do trabalho, que entender pela cessação da competência para prosseguimento da execução trabalhista, determinar a expedição de Certidão de Habilitação de Crédito para ser submetida à apreciação do administrador judicial."

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: CASSIO MEYER BARBUDA
Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
https://pje.trt5.jus.br/pjeconsulta/pages/documentoAssinado/listView.seam?nd=16081107482205000000013877343
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Número de Documento: 16081107482205000000013877343
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

Destaco, ainda, o disposto no art. 83, do mesmo diploma normativo quanto à possibilidade de prosseguimento da execução contra as empresas em recuperação judicial: "O juiz do trabalho contrário à cessação da competência para prosseguimento da execução trabalhista contra a empresa recuperanda, deverá proferir decisão fundamentada, da qual dará ciência aos juízes de direito das comarcas ou aos juízes das varas especializadas, que tenham deferido o pedido de recuperação judicial, para adoção de medida judicial pertinente.".

Deste modo, no particular, após refletir sobre a questão, resolvi retomar o anterior posicionamento judicial acerca do sobrestamento da realização de medidas de constrição judicial contra as empresas em recuperação judicial apenas durante o prazo de 180 dias expressamente previstos no art. 6º, §4º, da Lei n. 11.101/2005.

Por oportuno, ressalto que, diante do caráter especial e alimentar do crédito trabalhista, o presente entendimento visa assegurar a efetividade da execução em favor dos interesses do credor trabalhista, a partir de uma interpretação sistemática e teleológica da legislação indicada.

Fixada tal premissa e, considerando o caso específico dos autos, esclareço que não há óbice à continuidade da execução.

Diante do exposto, não verifico a existência de qualquer irregularidade na presente execução capaz de obstar o seu processamento até a satisfação do crédito trabalhista devido.

Sendo assim, prossiga-se a execução, efetuando-se o bloqueio de numerários nas contas da executada principal, bem como das responsáveis subsidiárias (segunda, terceira e quarta executadas) através do convênio BACENJUD.

Determino que a Secretaria da Vara proceda à comunicação aos Juízos Falimentares respectivos acima mencionados, servindo a cópia da presente decisão, devidamente assinada digitalmente, como ofício.

SANTO AMARO, 12 de Agosto de 2016

CASSIO MEYER BARBUDA
Juiz(a) do Trabalho Titular

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: CASSIO MEYER BARBUDA
Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 961398977794 22 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

14430

Galdino · Coelho · Mendes

Flavio Galdino
Sergio Coelho
João Mendes de O. Castro
Rodrigo Candido de Oliveira
Eduardo Takemi Kataoka
Cristina Biancastelli
Gustavo Salgueiro
Rafael Pimenta
Isabel Picot França
Marcelo Atherino
Marta Alves
Filipe Guimarães
Cláudia Maziteli Trindade
Pedro C. da Veiga Murgel
Gabriel Rocha Barreto
Diogo Rezende de Almeida
Renata Jordão Natacci
José Eduardo G. Barros
Danilo Palinkas
Felipe Brandão
Adrianna Chambô Eiger
Lia Stephanie S. Pompili
Mauro Teixeira de Faria
André Furquim Werneck
Wallace Corbo
Isadora A. R. de Almeida
Gustavo Klein Soares
Julianne Zanconato
Rodrigo Saraiva P. Garcia
Vanessa F. F. Rodrigues
Renato Alves
Gabriela Matta Ristow
Diogo Vinicius Moriki Silva
Milene Pimentel Moreno
Carlos Brantes
Ivana Harter
Maria Carolina Bichara
Aline da Silva Gomes
Fernanda Rocha David
Amanda Torres Hollerbach
Maria Flávia J. F. Macarini
Tassia de Oliveira Ruschel
Camilla Carvalho de Oliveira
Isabela Rampini Esteves
Bruno Duarte Santos
Luiza Nasser S. Rodrigues
Tomás de S. G. Martins Costa
Júlia Leal Danziger
Jéssica Simões de Toledo

EXMA. SRA. MINISTRA LAURITA VAZ, PRESIDENTE DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Distribuição Urgente – Pedido de Liminar

Prevenção do Exmo. Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

GALVÃO ENGENHARIA S.A., em recuperação judicial ("GESA"), sociedade por ações de capital fechado inscrita no CNPJ sob o nº 01.340.937/0001-79, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 2º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005, vem a V. Exa., por seus advogados abaixo assinados (Doc. 01), com fundamento nos art. 951 e seguintes do Novo CPC e 105, inciso I, "d", da Constituição Federal, suscitar o presente **CONFLITO DE COMPETÊNCIA**, com fundamento nos argumentos de fato e de direito a seguir aduzidos.

Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 138 / 11º andar
20040 002 / Centro
Rio de Janeiro / RJ
T +55 21 3195 0240

São Paulo
Av. Brig. Faria Lima 3900 / 11º andar
04538 132 / Itaim Bibi
São Paulo / SP
T +55 11 3041 1500

Brasília
SAUS Sul / quadra 05
bloco K / Nº 17 / salas 501-507
70070 050 / Brasília / DF
T +55 61 3323 3865

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

GCM

Galdino Coelho Mendes Advogados

CABIMENTO, COMPETÊNCIA DESTE E. STJ E PREVENÇÃO DO MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

1. O presente conflito de competência coloca em lados opostos o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, integrante do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e o d. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA, integrante do E. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região ("TRT5").

2. O primeiro juízo suscitado é aquele em que em 27.03.2015 deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial da GESA e da Galvão Participações S.A. – "GALPAR" (Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001) e posteriormente homologou o seu Plano de Recuperação Judicial, fixando, por conseguinte, sua competência para conhecer todas as ações que versem sobre bens, interesses e negócios das recuperandas e que afetam a recuperação judicial.

3. De outro lado, tem-se o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA, perante o qual tramita a Reclamação Trabalhista ("Reclamação Trabalhista"), já em fase de cumprimento de sentença, proposta por Rubem Moreira Lima ("Sr. Rubem") contra o Consórcio Alusa-Galvão-Tomé, a Alusa Engenharia Ltda., a GESA e a Tomé Engenharia S.A. (Processo nº 0001408-48.2012.5.05.0161).

4. O d. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA, em 12.08.2016, determinou o prosseguimento da execução em relação ao débito remanescente contra as empresas Reclamadas, por meio de bloqueio de valores existentes em suas contas-correntes, através do sistema BACEN-JUD.

5. Em que pese a apresentação de manifestação pela GESA nos autos da referida Reclamação Trabalhista acerca da propositura de ação de recuperação judicial, da concursalidade do crédito trabalhista cobrado e da homologação do seu

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

GCM
Galdino Coelho Mendes Advogados

Plano de Recuperação Judicial, o d. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA entendeu pelo prosseguimento da execução nos próprios autos.

6. Tem-se, assim, como configurado o conflito.

7. De outro giro, veja-se que se trata de Conflito que coloca em lados opostos juízos vinculados a Tribunais diversos, preenchendo a hipótese da alínea "d" do art. 105 da Constituição Federal, que determina ainda que, nesses casos, o conflito deve ser dirimido por este E. STJ.

8. Ademais, o Regimento Interno deste E. STJ estabelece, em seu art. 12, inciso IV, cumulado com o art. 9º, §2º, a competência da Segunda Seção para processar e julgar os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, bem como entre o Tribunal e Juízes a ele não vinculados e Juízes vinculados a Tribunais diversos, relativos ao direito do trabalho, falências e direito privado em geral.

9. Sob esse prisma – e levando-se em conta que o presente conflito, como já mencionado, coloca em lados opostos o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, integrante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e o d. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA, integrante do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, a fim de definir qual é o competente para realizar atos de constrição sobre ativos de empresa em recuperação judicial para fins de garantir o pagamento de créditos concursais – conclui-se pela competência desta E. Segunda Seção do STJ para processar e julgar o presente Conflito de Competência.

10. Daí se tem que os autos do presente Conflito de Competência devem ser imediatamente distribuídos a um dos Ministros integrantes da Segunda Seção deste E. STJ, se possível, para o Exmo. Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Explica-se.

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

GCM
Galdino Coelho Mendes Advogados

11. Em 15.04.2015, foi suscitado Conflito de Competência pela GESA, autuado sob o nº 139.693 e distribuído sob a relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, da Segunda Seção deste E. STJ, tendo em vista decisão proferida pelo d. Juízo da 4ª Vara Cível de Três Lagoas/MS.

12. Por meio daquele Conflito de Competência, a GESA requereu fosse reconhecida a competência do d. Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro para deliberar acerca de pedidos de constrição de bens para garantir o pagamento de créditos concursais, em razão da sua recuperação judicial.

13. Naquele caso, o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva deferiu o pedido liminar formulado pela GESA (Doc. 02), determinando o sobrestamento daquele feito e designando o Juízo Empresarial para julgar eventuais questões urgentes.

14. O presente conflito, assim como o anterior, coloca em lados opostos o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro e um Juízo fracionário que determinou o prosseguimento da fase de cumprimento de sentença e a prática de atos de constrição sobre ativos da GESA com o fim de garantir ou pagar crédito de inequívoca natureza concursal.

15. Como a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA se resolve no bloqueio de ativos da GESA, é imperiosa a necessidade de que este Conflito de Competência seja analisado pela mesma Turma julgadora (*in casu*, a 2ª Seção deste E. Tribunal), se possível relatado pelo mesmo Ministro, sob pena de se possibilitar a prolação de decisões divergentes e conflitantes.

16. Uma das missões de maior relevância deste E. STJ é justamente a de manter a uniformidade de julgamentos em todo o território nacional, não se admitindo que possa, *intra muros*, proferir decisões dissonantes em relação a Conflitos de Competência que versam exatamente a mesma matéria e oriundos de um mesmo processo de recuperação judicial.

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

A PARTICULAR SITUAÇÃO DA GESA

17. Como é fato notório, a GESA e a GALPAR mergulham em grave crise econômico-financeira, que afetou gravemente o seu fluxo de caixa, levando-as a formular pedido de recuperação judicial em 25.03.2015 perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Doc. 03). O pedido foi distribuído para o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

18. Após parecer favorável do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Doc. 04), o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro **deferiu o processamento do pedido em 27.03.2015** (Doc. 05).

19. Assim, deve-se concluir que a GESA encontra-se sob o especial regime da recuperação judicial desde 25.03.2015. Todos os créditos existentes (vencidos ou não) até esta data são considerados, portanto, créditos concursais.

20. O Plano de Recuperação Judicial (Doc. 06) apresentado por GESA e GALPAR foi aprovado maciçamente pelos seus credores. Na Classe I, formada pelos credores trabalhistas, 100% dos credores votaram favoravelmente à aprovação do Plano. Na Classe III, constituída pelos credores quirografários, o Plano recebeu votos favoráveis de 89,6% dos credores presentes e 66,66% dos créditos presentes. Já na Classe IV, formada pelos credores constituídos sob a forma de pequenas empresas ou empresas de pequeno porte, a votação favorável à aprovação do Plano foi de 95,93% dos credores presentes à Assembleia[1] (Doc. 07).

21. Após parecer favorável do Ministério Público (Doc. 08), o Plano de Recuperação foi homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, em decisão proferida em 14.09.2015 e publicada em 22.09.2015 (Doc. 09).

[1] Importante deixar consignado que a lista de credores divulgada pelo i. Administrador Judicial não contém Classe II.

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

GCM
Galdino . Coelho . Mendes Advogados

22. Pelo exposto, resta incontroverso que a GESA encontra-se sob o regime recuperacional e que todos os créditos concursais de que seja devedora deverão ser pagos na forma do Plano de Recuperação.

DO PROCESSO TRABALHISTA QUE ENSEJOU O CONFLITO

23. O presente conflito de competência tornou-se necessário em razão de decisão proferida em sede de Reclamação Trabalhista ajuizada pelo Sr. Rubem em face do Consórcio Alusa-Galvão-Tomé, da Alumini Engenharia S.A., da GESA, da Tomé Engenharia S.A., do Sr. Laercio Tomé e do Sr. Cláudio Ribeiro da Silva Neto. Esta ação tramita perante o d. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA (Doc. 10).

24. Nos autos dessa ação, foi proferida sentença, em 20.03.2013, julgando procedente em parte os pedidos do Sr. Rubem e determinando a liquidação dos valores devidos pelas Reclamadas por cálculos (Doc. 11).

25. Assim, em 06.05.2015, o d. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA homologou os cálculos apresentados pelo Sr. Rubem, no valor de R$ 145.323,95 (cento e quarenta e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos) (Doc. 12) e intimou as Reclamadas para fazerem o depósito da quantia (Doc. 13).

26. Em observância à referida decisão, o Consórcio Alusa-Galvão-Tomé realizou o depósito do valor de R$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais) (Doc. 14).

27. Paralelamente, a GESA informou ao d. Juízo Trabalhista que o crédito reconhecido nos autos está sujeito à sua recuperação judicial, razão pela qual não poderia realizar o seu pagamento. Por razões óbvias, caso o Reclamante pretenda

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

cobrar o crédito parcial ou integralmente da GESA, deverá apresentar pedido de habilitação de crédito perante o d. Juízo da Recuperação Judicial (Doc. 15).

28. Na sequência, o Sr. Rubem requereu o prosseguimento da execução do saldo remanescente, ao lacunoso (e incorreto) argumento de que já teria se esgotado o prazo de 180 dias para suspensão das ações de execução contra a GESA previsto no art. 6º, § 4º da Lei nº 11.101/2005 (Doc. 16).

29. Nesse contexto, o d. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA, revendo o seu posicionamento anterior, proferiu decisão determinando o prosseguimento da execução do saldo remanescente, com a realização de penhora *on line* nas contas-correntes de titularidade da GESA, via BACEN-JUD, ao argumento de que, uma vez esgotado o prazo para suspensão das ações de execução, seria possível a retomada de atos constritivos contra a GESA (Doc. 17).

30. Nesse contexto, a i. Serventia do d. Juízo Trabalhista procedeu à realização do bloqueio de valores, mediante penhora *on line*, nas contas-correntes da GESA (Doc. 18).

INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SANTO AMARO/BA

31. Como se pretende demonstrar a seguir, o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA é incompetente para realizar qualquer ato constritivo sobre bens da GESA.

32. Com efeito, cinge-se a controvérsia em saber a quem compete decidir sobre a constrição do patrimônio de uma empresa em recuperação judicial.

33. A questão já se encontra pacificada no âmbito deste E. STJ, que reconhece ser o Juízo perante o qual se processa a recuperação judicial o único competente

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de constrição ou execução.

34. Nestes termos, a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial (e mais ainda a que posteriormente homologou o Plano aprovado pelos credores), em tese, deveria funcionar como inibidor da prática de atos de constrição patrimonial, a bem de viabilizar a mais produtiva realização dos ativos que, afinal, é o próprio objetivo da lei, e o princípio da paridade de credores.

35. Ademais, a homologação do Plano de Recuperação Judicial que determina a forma de pagamento dos créditos concursais trabalhistas, como é o caso do crédito do Sr. Rubem, impede que esse crédito seja satisfeito de qualquer outra forma diversa daquela prevista no Plano.

36. Ao que parece, o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA entende estar "garantindo" o adimplemento das obrigações atinentes ao Sr. Rubem, mas, na verdade, está privilegiando um único credor (em de milhares de outros arrolados no processo de recuperação judicial). Ao privar a GESA de utilizar determinados recursos para incrementar a própria operação, o Juízo Trabalhista está criando obstáculos para o efeito soerguimento da companhia.

37. A rigor, quando uma empresa se encontra sob o especial regime de recuperação judicial, e no que diz respeito a créditos evidentemente concursais (como é o caso) a competência da Justiça do Trabalho se esgota no momento da apuração do *quantum* eventualmente devido[2]. Neste sentido:

---

[2] "Declarado por sentença o direito que o autor tem contra o devedor falido ou em recuperação, bastará apenas comunicar o fato ao juízo da recuperação ou falência, comprovando o alegado, para que o crédito seja automaticamente incluído no quadro geral, independentemente de habilitação. Aliás, o valor suficiente para atendimento do crédito poderá até já estar reservado, na forma do art. 6º, §3º. O pedido de reserva é feito por simples petição, acompanhada dos documentos comprobatórios do alegado; como o valor ainda não está definido, dependendo de sentença, deverá o peticionário estimar o valor a ser reservado, o que será examinado pelo juiz, que poderá, se for o caso, reduzir o valor da reserva" (Bezerra Filho, Manoel Justino. Nova Lei de Recuperação e Falências comentada. 3ª edição. São Paulo : Editora Revista do Tribunais, 2005, p. 60).

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

GCM

Galdino Coelho Mendes
Advogados

"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista.

(...)

3. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, *a fortiori*, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal".

(STJ. Conflito de Competência nº 112.799/DF. Segunda Seção. Min. Rel. Luis Felipe Salomão. D.j. 22.03.2011)

38. Não se pode perder de vista que, de acordo com o disposto no art. 47 da Lei nº 11.101/2005, viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da sociedade devedora (objetivo do instituto da recuperação judicial) é pré-condição necessária para promoção de seu princípio maior: o de preservação da empresa e de sua função social.

39. A jurisprudência desta E. Corte é sólida neste sentido, como se infere dos precedentes lapidares abaixo transcritos:

"CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO FALIMENTAR E JUÍZO TRABALHISTA. EXECUÇÃO TRABALHISTA. ARREMATAÇÃO DE IMÓVEL. CARTA DE ARREMATAÇÃO REGISTRADA.

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

I - Compete ao Juízo onde se processa a recuperação judicial julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução que tenham origem em créditos trabalhistas.

II - Ocorre que, tendo sido registrada a carta de arrematação, deixa-se de declarar a nulidade do ato, esclarecendo-se que o produto da alienação judicial deverá ser encaminhado pelo Juízo trabalhista ao Juízo falimentar, habilitando-se o credor trabalhista nos autos da falência, a fim de que sejam observadas as preferências legais.

Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo falimentar".

(STJ. Conflito de Competência nº 112.390/PA. Segunda Seção. Min. Rel. Sidnei Beneti)

* * *

"CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADJUDICAÇÃO DO BEM, NA JUSTIÇA TRABALHISTA, DEPOIS DE DEFERIDO O PEDIDO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESFAZIMENTO DO ATO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.

1 - A jurisprudência desta Corte assentou-se no sentido de que, decretada a falência ou deferido o processamento da recuperação judicial, as execuções contra o devedor não podem prosseguir, ainda que exista prévia penhora. Na hipótese de adjudicação posterior levada a efeito em juízo diverso, o ato deve ser desfeito, em razão da competência do juízo universal e da observância do princípio da preservação da empresa.

2 - De acordo com o entendimento deste Tribunal Superior, admite-se a prorrogação do prazo suspensivo das ações e execuções ajuizadas em face da sociedade em crise econômico-financeira, previsto no art. 6º, § 3º, da Lei n. 11.101/2005.

3 - Conflito de competência conhecido, declarada a competência do Juízo da Vara de Falência e Recuperações Judiciais e decretada a nulidade da adjudicação.

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

(STJ. Conflito de Competência nº 111.614/DF. Segunda Seção. Min. Rel. Nancy Andrighi. D.j. 19.06.2013)

40. É preciso impedir que decisões pulverizadas possam, ainda que indiretamente, inviabilizar a operação das empresas em recuperação judicial e, por consequência, o pagamento dos credores.

41. A esse respeito, recorre-se mais uma vez à jurisprudência deste E. STJ, que já se consolidou no sentido de (i) reconhecer sua própria competência para decidir conflito de competência envolvendo o tema ora em destaque; e (ii) afirmar a competência do Juízo Recuperacional em casos análogos. Vejamos:

> **"AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUÍZO FALIMENTAR. EXECUÇÃO TRABALHISTA. ARREMATAÇÃO REALIZADA POSTERIORMENTE AO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA. UNIVERSALIDADE DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. ANULADA A ARREMATAÇÃO, REALIZADA POR JUÍZO DIVERSO DO DA RECUPERAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.**
>
> I - O Juízo em que se processa a recuperação judicial é o competente para julgar as causas que envolvam interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução que tenham origem em créditos trabalhistas.
>
> II - Consideradas as peculiaridades do caso, a preservação do ato de arrematação realizado pelo Juízo incompetente, depois de deferido e persistindo o processo judicial de recuperação, não deve subsistir, uma vez que tal decisão é nitidamente incompatível com o objetivo da Lei n. 11.101/2005.
>
> III - A nulidade resulta da incompetência absoluta e, por isso, pode ser declarada em Conflito de Competência (CPC, art. 122), mormente por se tratar de arrematação cuja carta ainda não foi registrada. Agravo Regimental provido, conhecendo-se do Conflito e declarando competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Indaiatuba - SP. Em consequência, declara-se a nulidade da

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

arrematação realizada na reclamação trabalhista, posterior ao deferimento da recuperação judicial da executada".
(STJ. Ag. Reg. nos EDcl no CC 99.548/SP. Segunda Seção. Min. Rel. Sidnei Beneti. D.j. 23.02.2011).

* * *

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - ARRESTO DOS BENS DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - IMPOSSIBILIDADE - SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS - NECESSIDADE. - PRECEDENTES - COMPETÊNCIA DO JUÍZO EM QUE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.
I - A e. 2ª Seção desta a. Corte, ao sopesar a dificuldade ou mesmo total inviabilização da implementação do plano de recuperação judicial, decorrente da continuidade das execuções individuais, concluiu que, aprovado e homologado o plano de recuperação judicial, os créditos deverão ser executados de acordo com as condições ali estipuladas;
II – Convalidação da liminar anteriormente concedida, reconhecendo a competência do r. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Distrital de Caieiras/SP".
(STJ. Conflito de Competência nº 98.264/SP. Segunda Seção, Min. Rel. Massami Uyeda. D.j. 06.04.2009)

* * *

"PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. Após o deferimento da recuperação judicial, a competência para a prática de atos que comprometam o patrimônio da empresa em recuperação é do Juízo onde esta se processa.
2. Segundo entendimento firmado pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo de 180 dias previsto no art. 6, § 4º, da Lei 11.101/2005.

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

14436

GCM
Galdino Coelho Mendes
Advogados

3. Agravo regimental a que se nega provimento".
(STJ. Ag. Reg. no Conflito de Competência nº 104.500/SP. Segunda Seção. Min. Rel. Vasco Della Giustina. D.j. 27.04.2011)

* * *

"**O juízo responsável pela recuperação judicial detém a competência para dirimir todas as questões relacionadas, direta ou indiretamente, com tal procedimento**, inclusive aquelas que digam respeito à alienação judicial conjunta ou separada de ativos da empresa recuperanda, diante do que estabelecem os arts. 6º, caput e § 2º, 47, 59 e 60, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005.
(...)".
(STJ. Ag. Reg. no Conflito de Competência nº 97.732/RJ, Segunda Seção. Min. Rel. João Otávio de Noronha. D.j. 05.11.2010)

* * *

"**CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. COMERCIAL. LEI 11.101/05. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO.**
1. A decisão liminar da Justiça Trabalhista que determinou a indisponibilidade dos bens da empresa em recuperação judicial, assim também dos seus sócios, não pode prevalecer, sob pena de se quebrar o princípio nuclear da recuperação, que é a possibilidade de soerguimento da empresa, ferindo também o princípio da "*par conditio creditorum*".
2. É competente o Juízo da recuperação judicial para decidir acerca do patrimônio da empresa recuperanda, também da eventual extensão dos efeitos e responsabilidades aos sócios, especialmente após aprovado o plano de recuperação.
3. Os créditos apurados deverão ser satisfeitos na forma estabelecida pelo plano, aprovado de conformidade com o art. 45 da Lei 11.101/2005.

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55
Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

> 4. Não se mostra plausível a retomada das execuções individuais após o mero decurso do prazo legal de 180 dias".
> (STJ. Conflito de Competência nº 68.173/SP. Segunda Seção. Min. Rel. Luis Felipe Salomão. D.j. 04.12.2008)

42. Não se pode olvidar, ainda, que esta C. Segunda Seção, por meio do Ministro Ricardo Villas Bôas Cuevas, já teve a oportunidade de se manifestar sobre o tema, tendo proferido decisões liminares nos autos dos Conflitos de Competência nº 139.693, nº 141.284, 145.226 e 148.838, em que reconheceu a competência do Juízo Empresarial do Rio de Janeiro para decidir sobre medidas urgentes em casos semelhantes.

43. Deve esta E. Corte se manifestar, também, sobre a validade de eventuais atos constritivos efetivamente praticados pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA, na forma do art. 957 do Novo CPC, caso se confirme a competência do Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro.

DO PEDIDO LIMINAR:
SUSPENSÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO JUÍZO DO TRABALHO
E DO PROCESSO TRABALHISTA ATÉ DECISÃO NO PRESENTE CONFLITO

44. Como se viu acima, a GESA encontra-se sob o regime especial da recuperação judicial, vez que deferido o processamento do seu pedido em 27.03.2015.

45. Por conta disso, e notadamente à luz da jurisprudência já sedimentada desta E. Corte, não há como negar a competência do Juízo que deferiu o processamento da recuperação judicial para decidir acerca da possibilidade de constrição do patrimônio da empresa em recuperação para fins de garantir ou efetivamente adimplir um crédito de natureza concursal.

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

46. É evidente, por todas as questões trazidas acima, a existência de verossimilhança das alegações a permitir que esta questão esteja sob apreciação desta E. Corte Superior.

47. É cristalino, ademais, o risco de dano irreparável e de irreversibilidade dos efeitos gerados pela decisão proferida pelo Juízo incompetente, tudo a justificar, de plano, a concessão de medida liminar via provimento monocrático.

48. Em última análise, trata-se da única medida capaz de preservar a competência deste E. STJ para decidir Conflitos de Competência e, além disso, o próprio objeto do processo de recuperação judicial, evitando-se prejuízos causados por decisões emanadas de órgão jurisdicional incompetente. Não por outro motivo, a possibilidade está expressamente albergada no art. 196 do Regimento Interno desta E. Corte[3].

49. Necessária, portanto, a concessão da medida liminar a fim de (i) sustar os efeitos dos atos decisórios praticados pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA; (ii) determinar a imediata revogação da ordem de bloqueio, pelo sistema BACEN-JUD, nas contas-correntes da GESA; e (iii) sobrestar o processo trabalhista, na forma do art. 955 do Novo CPC, indicando-se o d. Juízo Empresarial do Rio de Janeiro como competente para apreciar medidas urgentes, se houver.

PEDIDOS FINAIS

50. À luz de todo exposto, requer seja recebido o presente Conflito de Competência para:

---

[3] Art. 196 do Regimento Interno do STJ: "*Poderá o relator, de ofício, ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, seja sobrestado o processo, e, neste caso, bem assim no de conflito negativo, designar um dos órgãos para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes*".

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

GCM
Gaidino... Coelho Mendes Advogados

(i) Sustar os efeitos dos atos decisórios praticados pelo d. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA até que este E. STJ decida em definitivo sobre a competência no caso em tela;

(ii) Revogar a ordem de bloqueio, pelo sistema BACEN-JUD, nas contas-correntes da GESA, ou, em eventualidade, reconhecer que compete ao Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ decidir sobre a manutenção ou revogação da penhora sobre esses bens; e

(iii) Sobrestar a Reclamação Trabalhista movidas pelo Sr. Rubem, na forma do art. 955 do Novo CPC, indicando-se o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro como o único juízo competente para apreciar medidas urgentes, se houver, na forma em que permite o art. 196 do Regimento Interno deste E. STJ.

51. Nos termos do art. 954 do Novo CPC, requer sejam expedidos ofícios para o d. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Santo Amaro/BA (Processo nº 0001408-48.2012.5.05.0161) e para o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001), para que prestem informações.

52. Requer, outrossim, que este E. STJ se digne a declarar a invalidade dos atos praticados pelo absolutamente incompetente Juízo do Trabalho de Santo Amaro/BA, consoante o disposto no art. 64, § 4º do Novo CPC.

53. Protesta pela produção de todas as provas em direito admitidas, notadamente a documental suplementar.

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 08/12/2016 11:59:03

14438

GCM
Galdino Coelho Mendes Advogados

54. Requerem que todas as publicações referentes ao presente feito sejam realizadas em nome de Flavio Galdino, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 94.605, com endereço profissional na Avenida Rio Branco, nº 138, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

55. Informam que as guias comprobatórias do recolhimento dos emolumentos judiciais devidos encontram-se em anexo (Doc. 19).

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília, 08 de dezembro de 2016.

FLAVIO GALDINO
OAB/RJ Nº 94.605

CRISTINA BIANCASTELLI
OAB/SP Nº 163.993

FILIPE GUIMARÃES
OAB/RJ Nº 153.005

DANILO PALINKAS
OAB/SP Nº 302.986

MILENE PIMENTEL MORENO
OAB/DF Nº 39.470

Petição Eletrônica protocolada em 09/12/2016 07:45:55

Documento eletrônico e-Pet nº 2093691 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897779422 Data e Hora: 08/12/2016 11:59:03hs

Alvarez & Marsal do Brasil Ltda.
Rua Surubim, 577 - 9º andar - Brooklin Novo
04571-050 - São Paulo - SP, Brazil
Phone: +55 11 5105 6500
Fax: +55 11 5506 4059

22.02.2017

14439

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Processo n. 0093715-69.2015.8.19.0001

ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA. ("**A&M**"), vem, nos autos do processo de Recuperação Judicial de **GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** e **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, em atenção à r. decisão que determinou a sua substituição do cargo de administrador judicial, expor o que segue.

A A&M tomou ciência da r. decisão publicada em 14.02.2017, por meio da qual este d. Juízo determinou a sua substituição do cargo de administrador judicial, nomeando para o seu posto a empresa R2A Serviços Empresariais, sob os fundamentos de que a A&M: (i) "*não tem se mostrado suficientemente efetiva no sentido de fiscalizar as atividades do devedor e o cumprimento do plano de recuperação judicial*" e que (ii) nos relatórios mensais de atividades, *isenta-se de responsabilidade pelos números apresentados, já que não garante nem confirma a correção dos dados, limitando-se a trazer aos autos aquilo que lhe foi repassado pela Recuperanda*". Segue abaixo reprodução parcial da r. decisão:

> *"Na decisão proferida pelo MM. Juiz Titular às fls. 14173/14183, foi asseverado que o retardo na venda de ativo das recuperandas em leilão - definida no plano de recuperação judicial - poderia comprometer o sucesso da recuperação judicial, em especial o prazo estabelecido no art. 61 da LRF. A insatisfação quanto aos rumos da recuperação judicial é retratada na posição de alguns credores, que requerem a convocação de nova assembleia geral, enquanto outros postulam a conversão da recuperação judicial em falência. Vislumbra-se certa passividade quanto à efetivação de medidas que possibilitem a concretização da venda de ativos da recuperanda em leilão, o que é refletido na condução da administração da recuperação judicial que não tem se mostrado suficientemente efetiva no sentido de fiscalizar as atividades do devedor e o cumprimento do plano de recuperação judicial (art. 22, II, 'a' da LRF). Com efeito, compulsando os autos e depois de já algum tempo conduzindo o feito na qualidade de Juiz Auxiliar, chego à conclusão da necessidade de substituição do Administrador Judicial originalmente nomeado. Trata-se de Recuperação Judicial de empresa de grande porte com inúmeros e variados negócios. Sua saúde financeira para suportar o período de soerguimento deve ser acompanhada de perto, tarefa a ser cumprida pelo AJ. Acontece que nos relatórios que apresenta, a Administradora Judicial isenta-se de responsabilidade pelos números apresentados, já que não garante nem confirma a correção dos dados, limitando-se a trazer aos autos aquilo que lhe foi repassado pela Recuperanda. Ora, tal isenção de responsabilidade pela confiabilidade dos dados se contrapõe a todos os princípios e comandos da lei de regência, que ressalta a importância e responsabilidade do Administrador Judicial ao retratar a situação econômico-financeira da empresa em recuperação. Rememore-se, por exemplo: Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe: II - na recuperação judicial: a) fiscalizar as atividades do devedor e o cumprimento do plano de recuperação judicial; b) requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação; c) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor; d) apresentar o relatório sobre a execução do plano de recuperação, de que trata o inciso III do caput do art. 63 desta Lei; Percebe-se, claramente, que tais atividades passam longe do simples repasse de informações. Antes, ao contrário, impõem diligências ímpares para a mais fidedigna apresentação da situação da Recuperanda ao longo do processo, para não falar da proatividade que se espera do auxiliar do juízo. Note-se que, este simples repasse de informações por parte do Administrador Judicial já perdura por quase 2 anos, e pelas últimas*

FECAP EMP07 20170097 6828 20/02/17 16:06:32126224 142080

manifestações do gestor nos autos, nada indica uma mudança de postura a possibilitar uma fiscalização mais efetiva nas atividades da recuperanda. Além disso, a substituição por quem possa com mais profundidade se comprometer com a apresentação de relatórios independentes e incisivos se torna hodiernamente ainda mais relevante, porquanto a fase de cumprimento do plano de recuperação já começa a apresentar sinais de necessidade de acompanhamento constante e mesmo proativo. Nessa toada, substituo a pessoa jurídica de Alvarez & Marsal, Consultoria Empresarial do Brasil Ltda. no exercício da função de Administrador Judicial, nomeando para seu posto a R2A Serviços Empresariais, representada perante este juízo pelo o economista Rubem Pereira da Silva Junior,, que deve ser cientificado imediatamente para manifestação quanto à aceitação do encargo. Aceitando-o, deve assinar o termo de compromisso. A remuneração da Administradora Judicial substituída fica consolidada no que até aqui recebeu, devendo as prestações vencíveis a partir desta data serem direcionadas à nova nomeada".

Cumpre de início consignar que a A&M respeita a r. decisão proferida por V. Exa., por entender que o magistrado que conduz o processo de recuperação judicial possui total liberdade na escolha do Administrador Judicial, conforme determina o art. 52, I da Lei n. 11.101/2005, porém, reserva-se o direito de resguardar sua imagem e integridade profissional demonstrados ao longo da prestação dos serviços.

A A&M, no exercício do cargo de Administrador Judicial deste processo, durante os 22 (vinte e dois) meses decorridos desde a sua nomeação, sempre atuou com zelo, transparência, ética, diligência, eficiência e, principalmente, com estrita observância às atribuições e obrigações estabelecidas na Lei n. 11.101/2005, especialmente aquelas relacionadas em seu art. 22, destacadas na r. decisão de substituição.

Em relação à parte da r. decisão que menciona o retardo na venda de ativos que seriam utilizados para realizar o pagamento de credores, na forma do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) aprovado em Assembleia Geral de Credores (via mecanismo denominado de *cash sweep*), a A&M, em momento algum, deixou de manter a postura e diligência exigidas pela Lei n. 11.101/2005, tendo atuado de maneira ativa em todo o curso do processo, prestando informações sobre sua situação e requerendo das Recuperandas esclarecimentos sobre as providências que estavam sendo adotadas para permitir as alienações.

Registra-se que as informações prestadas pela A&M ao longo do processo foram majoritariamente obtidas por força de seu próprio trabalho de questionamento, investigação e diligência junto às Recuperandas, trazendo aos autos as informações atualizadas, principalmente no que se refere à fiscalização e cumprimento do PRJ, conforme determina o art. 22 da Lei 11.101/2005., de maneira que não se afigura razoável imputar o retardo na realização do ativo à atuação do Administrador Judicial, até mesmo porque a responsabilidade pela realização da alienação dos ativos, nos moldes do PRJ, é das Recuperandas, cabendo ao Juízo autorizar qualquer outra forma de alienação não mais contemplada pelo PRJ.

Em relação "*a isentar-se da responsabilidade pelos números apresentados, já que não garante nem confirma a correção dos dados*", a A&M esclarece que referido entendimento não prospera, pois inclusive na sequência do texto (reproduzido abaixo) fica claro que será apresentado no relatório o andamento sobre as atividades das empresas diante das informações e demonstrações financeiras entregues pelas Recuperandas, ou seja, se os números apresentados forem inconsistentes e/ou falhos isso será diagnosticado e reportado, mas em nenhuma hipótese o Administrador Judicial pode se responsabilizar pelas demonstrações financeiras das Recuperandas. Assim, de forma alguma a condução dos trabalhos

poderia ser diferente, haja vista que numa Recuperação Judicial os administradores das Recuperandas são mantidos na condução do negócio.

> *"As informações analisadas nesse RMA foram entregues pelas próprias Recuperandas, sendo destas a responsabilidade pela acuracidade e exatidão das mesmas. Assim, o objetivo desse relatório é informar aos interessados sobre o andamento das atividades das empresas em recuperação."*

Adicionalmente, até mesmo nas Normas Técnicas (NBC TA – Auditoria Independente) publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade que norteiam as atividades de auditoria são muito claras em estabelecer que mesmo num trabalho de Auditoria de Asseguração, **o que não é o caso**, já que tal atividade não está prevista no rol de atribuições do Administrador Judicial previsto pela Lei 11.101/05, a responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras é da administração das empresas e não dos auditores independentes, sendo que na NBC TA 200, em seu item A45 – Limitação Inerente da Auditoria é expressamente mencionado que *"O auditor não é obrigado e não pode reduzir o risco de auditoria a zero, e, portanto, não pode obter segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro. Isso porque uma auditoria tem limitações inerentes, e, como resultado, a maior parte das evidências de auditoria que propiciam ao auditor obter suas conclusões e nas quais baseia a sua opinião são persuasivas ao invés de conclusivas"*

Importante destacar, ainda, que a A&M sempre apresentou os seus RMAs nos autos deste processo, dando amplo acesso a todos os interessados no feito sobre a situação contábil, financeira e econômica das Recuperandas desde a sua nomeação (27/03/2015), sem que houvesse qualquer objeção acerca do teor das informações e conclusões ali lançadas pela A&M. Não menos importante é o fato de que esta Administradora Judicial mantinha um procedimento mensal de apresentação e despacho dos RMAs junto ao Juiz, causando surpresa a decisão em tela.

Outro ponto relevante a ser citado diz respeito aos trabalhos de acompanhamento do andamento processual que contava com reuniões mensais para posicionar o Juiz dos principais fatos e assuntos relevantes ao processo, trabalho este inclusive elogiado por este D. Juízo e que nunca contou com qualquer admoestação.

Com isso, fica demonstrado que esta Administradora Judicial em momento algum deixou de cumprir com suas obrigações e/ou tenha sido negligente na condução dos trabalhos, pelo que, sua substituição fundamenta-se exclusivamente em critérios subjetivos inerentes à relação entre o Juízo da recuperação e seus auxiliares, relação esta que conta com o respeito da Peticionária.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2017.

ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA

Eduardo Seixas — Isabel Christina Nielebock

Administradora Judicial

Antonio Affonso Mac Dowell Leite de Castro
OAB/RJ n. 71.018

Lucas Latini
OAB/RJ n. 172.760

14.442

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue 3003 0100 (capitais e regiões metropolitanas), 0800 7257282 (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
185787
Carimbado Eletronicamente

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<TLG. MCD2S-1414/2017 - SEGUNDA SEÇÃO - SOJ (AOS) 21/02/17
ATENÇÃO: A SEGUINTE DECISÃO COMUNICA CONCESSÃO LIMINAR E SOLICITA O ENVIO DE INFORMAÇÕES.
PUBLICAÇÃO PREVISTA NO DJ ELETRÔNICO DE 22/02/2017. A PARTIR DA PUBLICAÇÃO, O INTEIRO TEOR DA DECISÃO PODE SER CONSULTADO NA PÁGINA DO STJ NA INTERNET.
COMUNICO A VOSSA EXCELÊNCIA , PARA OS DEVIDOS FINS, QUE, NOS AUTOS DO(A) CONFLITO DE COMPETÊNCIA N/0 150892/RJ, 2017/0028929-3, NÚMERO NA ORIGEM: 00937156920151900001 / 93715692015190001 / 00118960820165030184 / 118960820165030184, EM QUE FIGURAM COMO SUSCITANTES GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVAO PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SUSCITADOS JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ E JUIZO DA 46A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE -MG, INTERESSADO PATRICIA ABREU MOREIRA RODRIGUES, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO CONCEDENDO LIMINAR E SOLICITANDO INFORMAÇÕES:
"TRATA-SE DE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA, COM PEDIDO LIMINAR, EM QUE SÃO SUSCITANTES GALVÃO ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TENDO COMO SUSCITADOS O JUÍZO DE DIREITO DA 7/A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ E O JUÍZO DA 46/A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG.INFORMA A SUSCITANTE QUE PLEITEOU OS BENEFÍCIOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NOS TERMOS DA LEI N/0 11.101/2005, CUJO PROCESSAMENTO FOI DEFERIDO PELO PRIMEIRO SUSCITADO EM 27/3/2015.ADUZ QUE:"DE OUTRO LADO, TEM-SE O JUÍZO DO TRABALHO, PERANTE O QUAL TRAMITA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA PROPOSTA POR PATRICIA ABREU MOREIRA RODRIGUES ('RECLAMANTE') CONTRA AS RECUPERANDAS, ASSIM COMO A COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL ˇ CAB AMBIENTAL E O MUNICÍPIO DE BELO>

RESTRITO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 21/02 19:21

NÚMERO DO TELEGRAMA
ME579618975BR 20744

DHP 21/02/2017 15:21

14.443

Correios

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
185788
Carimbado Eletronicamente

Correios

Telegrama

Telegrama

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue 3003 0100 (capitais e grandes metropolitanas) 0800 7257282 (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
185789
Carimbado Eletronicamente

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<HORIZONTE ('MUNICÍPIO DE BH'), EM CONJUNTOS DENOMINADOS 'RECLAMADOS'.4. POR MEIO DE DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS DA EXECUÇÃO TRABALHISTA OBJETO DESTE CONFLITO, O JUÍZO DO TRABALHO DETERMINOU O BLOQUEIO DE CRÉDITOS DETIDOS PELOS RECLAMADOS (E, CONSEQUENTEMENTE, PELAS RECUPERANDAS) CONTRA O MUNICÍPIO DE BH, ATÉ O LIMITE DE R$ 60.519,07, COM O ESCOPO DE GARANTIR O PAGAMENTO DO CRÉDITO CONCURSAL PERQUIRIDO PELA RECLAMANTE NOS AUTOS TRABALHISTAS.(...)40. AO QUE PARECE, O JUÍZO DO TRABALHO ENTENDE ESTAR 'GARANTINDO' O ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATINENTES A UM DETERMINADO CREDOR TRABALHISTA, MAS, NA VERDADE, ESTÁ SUBVERTENDO A ORDEM PROCEDIMENTAL DE UM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PREJUDICANDO AS RECUPERANDAS E TODOS OS DEMAIS CREDORES SUBMETIDOS ÀQUELE PROCEDIMENTO" (FLS. 2/9 E-STJ).DEFENDE QUE SOMENTE O JUÍZO RECUPERACIONAL DETÉM COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SOBRE OS ATOS DE CONSTRIÇÃO CONTRA SEU PATRIMÔNIO, JUSTIFICANDO A CONCESSÃO DE LIMINAR PARA SUSTAR OS EFEITOS DOS ATOS DECISÓRIOS PRATICADOS PELO JUÍZO TRABALHISTA E PARA REVOGAR A ORDEM DE BLOQUEIO DOS ATIVOS FINANCEIROS OU, EVENTUALMENTE, REMETER MENCIONADA DISCUSSÃO AO CRIVO DO JUÍZO EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO , QUE DEVE SER DECLARADO O JUÍZO COMPETENTE PARA QUAISQUER MEDIDAS URGENTES.AO FINAL, PUGNA PELA PROCEDÊNCIA DO CONFLITO SUSCITADO, COM A DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUIZ DA RECUPERAÇÃO PARA DECIDIR SOBRE O DESTINO DOS BENS.É O RELATÓRIO. DECIDO.A LIMINAR DEVE SER CONCEDIDA PARCIALMENTE.DE INÍCIO, INDEFIRO O PEDIDO DE DEVOLUÇÃO OU LEVANTAMENTO DE EVENTUAIS VALORES E BENS BLOQUEADOS OU PENHORADOS. NÃO É O CASO DE LEVANTAMENTO DA CONSTRIÇÃO REALIZADA NOS AUTOS, MAS, SIM, DE REMESSA DOS BENS AO JUÍZO COMPETENTE, QUAL SEJA, O DA RECUPERAÇÃO, PARA QUE ESTE ADOTE AS PROVIDÊNCIAS>

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- [1] Mudou-se
- [2] Ausente
- [3] Desconhecido
- [4] Endereço insuficiente. Faltou: .....
- [5] Outros (Especificar) .....
- [6] Recusado
- [7] Falecido
- [8] Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 21/02 19:21

NÚMERO DO TELEGRAMA
ME579618975BR 20744

DHP 21/02/2017 15:21

14.445

Correios
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
185790
Carimbado Eletronicamente

Correios

Telegrama

Telegrama

14.446

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue 3003 0100 (capitais e regiões metropolitanas), 0800 7257282 (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Fls.
185791
Folha 3 de 4
Carimbado eletronicamente

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<CABÍVEIS. ESSA É A LINHA ADOTADA POR MIM NOS EDCL NO CC N/0 115.524 (DJE 30.9.2011) E TAMBÉM PELO MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO NOS EDCL NO CC N/0S 112.300 (DJE 17.5.2011), 109.805 (DJE 10.2.2011) E 112.301 (DJE 2.2.2011). NÃO HÁ FALAR EM LEVANTAMENTO DA PENHORA INCIDENTE SOBRE TAIS BENS POR SE TRATAR AQUI DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA. NO MAIS, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA JÁ DECIDIU QUE, NO CASO DE DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO SE LIMITA À APURAÇÃO DO RESPECTIVO CRÉDITO (PROCESSO DE CONHECIMENTO), SENDO VEDADA A PRÁTICA, PELO CITADO JUÍZO, DE QUALQUER ATO EXECUTÓRIO QUE COMPROMETA O PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO. NESSE SENTIDO:"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CREDOR TRABALHISTA. APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. DECISÃO LIMINAR RECONHECENDO A EXISTÊNCIA DE CONFLITO. FIXAÇÃO PROVISÓRIA DE COMPETÊNCIA.1. APÓS APROVADO E HOMOLOGADO O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, É DO JUÍZO DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL A COMPETÊNCIA PARA O PROSSEGUIMENTO DOS ATOS DE EXECUÇÃO RELACIONADOS A AÇÕES EXPROPRIATÓRIAS MOVIDAS CONTRA A EMPRESA DEVEDORA.2. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA TAMBÉM JÁ DECIDIU QUE, NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, A COMPETÊNCIA DE OUTROS JUÍZOS SE LIMITA À APURAÇÃO DE RESPECTIVOS CRÉDITOS, SENDO VEDADA A PRÁTICA DE QUALQUER ATO QUE COMPROMETA O PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO.3. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO."(AGRG NO CC N/0 132 .285/SP, REL. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 14/5/2014, DJE 19/5/2014)DIANTE DO EXPOSTO, EM VISTA DA DEMONSTRADA ESTABILIDADE JURISPRUDENCIAL, CONCEDO A LIMINAR PARA DETERMINAR A SUSPENSÃO DOS ATOS EXECUTÓRIOS DECORRENTE DA AÇÃO N /0 0011896-08.2016.5.03.0184, EM CURSO PERANTE O JUÍZO DA 46/A>

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 21/02 19:21

NÚMERO DO TELEGRAMA
ME579618975BR 20744

DHP 21/02/2017 15:21

14.447

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Fls: 792
Certificado Eletronicamente

Correios

Telegrama

Telegrama

Recibo de Telegrama	Data ____/____/____	Hora ____ h ____	ME579618975BR 20744
	Nome Legível do Recebedor		
Uso dos Correios	Rubrica do Carteiro	Matrícula	Tipo/Serviços Adicionais DHP 21/02/2017 15:21

14.448

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue 3003 0100 (capitais e regiões metropolitanas), 0800 7257282 (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG. DESIGNO O JUÍZO DE DIREITO DA 7/A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ PARA RESOLVER, EM CARÁTER PROVISÓRIO, EVENTUAIS MEDIDAS URGENTES ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO NO PRESENTE CONFLITO.OFICIEM-SE AOS JUÍZOS SUSCITADOS, COM URGÊNCIA, COMUNICANDO A LIMINAR E SOLICITANDO INFORMAÇÕES, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS (ARTIGO 197 DO RISTJ). INFORMEM REFERIDOS JUÍZOS SE OS CRÉDITOS TRABALHISTAS ACIMA INDICADOS ENCONTRAM-SE ARROLADOS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APROVADO. ADEMAIS, DETALHE O JUÍZO DA RECUPERAÇÃO O ESTÁGIO ATUAL DO PROCEDIMENTO E SE A DEVEDORA VEM CUMPRINDO O PLANO APRESENTADO. APÓS, ABRA-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA PARECER (ARTIGO 198 DO RISTJ). PUBLIQUE-SE.INTIME-SE.COMUNIQUEM-SE.BRASÍLIA (DF), 13 DE FEVEREIRO DE 2017."

ASSIM, SOLICITO-LHE QUE SEJAM PRESTADAS AS NECESSÁRIAS INFORMAÇÕES PREFERENCIALMENTE POR MALOTE DIGITAL (RESOLUÇÃO N/0 100 DE 24/11/2009/CNJ) OU, NA IMPOSSIBILIDADE DA TRANSMISSÃO, AO ENDEREÇO ELETRÔNICO: PROTOCOLO.JUDICIAL@STJ.JUS.BR ATENCIOSAMENTE, MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, RELATOR.SEGUNDA SEÇÃO.SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TELEFONES: (61) 3319.8000 (CENTRAL)/ (61) 3319.8410 (INFORMAÇÕES PROCESSUAIS)/ (61) 3319.8242/8243 (PROTOCOLO DE PETIÇÕES)/(61) 3319.8700/8194/8195 (PROTOCOLO DE FAXES)/WWW.STJ.JUS.BR (SITE OFICIAL)/ENTES PÚBLICOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO PODEM UTILIZAR O MALOTE DIGITAL PARA AS COMUNICAÇÕES OFICIAIS (RES/CNJ N. 100, de 24.11.2009)>>

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 21/02 19:21

NÚMERO DO TELEGRAMA
ME579618975BR 20744

DHP 21/02/2017 15:21

Telegrama

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
185794
Conferido Eletronicamente

14.449

Correios

Correios

Telegrama

Telegrama

14.450

Correios **TELEGRAMA** Para enviar telegrama ligue 3003 0100 (capitais e regiões metropolitanas), 0800 7257282 (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
185795
Folha 1 de 4
Carimbado Eletronicamente

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<TLG. MCD2S-1420/2017 - SEGUNDA SEÇÃO - SOJ (AOS) 21/02/17
ATENÇÃO: A SEGUINTE DECISÃO COMUNICA CONCESSÃO LIMINAR E SOLICITA O ENVIO DE INFORMAÇÕES.
PUBLICAÇÃO PREVISTA NO DJ ELETRÔNICO DE 22/02/2017. A PARTIR DA PUBLICAÇÃO, O INTEIRO TEOR DA DECISÃO PODE SER CONSULTADO NA PÁGINA DO STJ NA INTERNET.
COMUNICO A VOSSA EXCELÊNCIA , PARA OS DEVIDOS FINS, QUE, NOS AUTOS DO(A) CONFLITO DE COMPETÊNCIA N/0 150894/RJ, 2017/0028930-8, NÚMERO NA ORIGEM: 00937156920151900O1 / 93715692015190001 / 00102606620155030014 / 102606620155030014, EM QUE FIGURAM COMO SUSCITANTES GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVAO PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SUSCITADOS JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ E JUÍZO DA 14A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG, INTERESSADO SERGIO BRUNO ALONGI, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO CONCEDENDO LIMINAR E SOLICITANDO INFORMAÇÕES:
"TRATA-SE DE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA, COM PEDIDO LIMINAR, EM QUE SÃO SUSCITANTES GALVÃO ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TENDO COMO SUSCITADOS O JUÍZO DE DIREITO DA 7/A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ E O JUÍZO DA 14/A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG.INFORMA A SUSCITANTE QUE PLEITEOU OS BENEFÍCIOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NOS TERMOS DA LEI N/0 11.101/2005, CUJO PROCESSAMENTO FOI DEFERIDO PELO PRIMEIRO SUSCITADO EM 27/3/2015.ADUZ QUE:"DE OUTRO LADO, TEM-SE O JUÍZO DO TRABALHO, PERANTE O QUAL TRAMITA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA PROPOSTA POR SÉRGIO BRUNO ALONGI ('RECLAMANTE') CONTRA AS RECUPERANDAS, A COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL S.A. ˜ CAB AMBIENTAL ('CAB AMBIENTAL'), A COMPANHIA DE GÁS DE>

REMETENTE
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS
1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO
EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 21/02 19:21

NÚMERO DO TELEGRAMA
ME579619009BR 20743

DHP 21/02/2017 15:21

14.452

Correios
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
185796
Carimbado Eletronicamente

Correios

Telegrama

Telegrama

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue 3003 0100 (capitais e regiões metropolitanas), 0800 7257282 (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
185797
Folha 2 de 4
Certificado Eletronicamente

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<MINAS GERAIS - GASMIG ('GASMIG') E O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE ('MUNICÍPIO DE BH') ('AÇÃO TRABALHISTA') .4. COM EFEITO, EM 29.12.2016, O JUÍZO DO TRABALHO DETERMINOU, NO ÂMBITO DA AÇÃO TRABALHISTA O BLOQUEIO DE CRÉDITOS DETIDOS PELOS RECLAMADOS (E, CONSEQUENTEMENTE, PELAS RECUPERANDAS) CONTRA O MUNICÍPIO DE BH, ATÉ O LIMITE DE R$ 1.993.168,56, COM O ESCOPO DE GARANTIR O PAGAMENTO DO CRÉDITO CONCURSAL PERQUIRIDO PELO RECLAMANTE NOS AUTOS TRABALHISTAS.(...)37. AO QUE PARECE, O JUÍZO DO TRABALHO ENTENDE ESTAR 'GARANTINDO' O ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATINENTES A UM DETERMINADO CREDOR TRABALHISTA, MAS, NA VERDADE, ESTÁ SUBVERTENDO A ORDEM PROCEDIMENTAL DE UM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PREJUDICANDO AS RECUPERANDAS E TODOS OS DEMAIS CREDORES SUBMETIDOS ÀQUELE PROCEDIMENTO" (FLS. 2/9 E-STJ). DEFENDE QUE SOMENTE O JUÍZO RECUPERACIONAL DETÉM COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SOBRE OS ATOS DE CONSTRIÇÃO CONTRA SEU PATRIMÔNIO, JUSTIFICANDO A CONCESSÃO DE LIMINAR PARA SUSTAR OS EFEITOS DOS ATOS DECISÓRIOS PRATICADOS PELO JUÍZO TRABALHISTA E PARA REVOGAR A DECISÃO QUE DETERMINOU O BLOQUEIO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DETIDOS DA GESA E GALPAR FRENTE AO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE-MG, SOBRESTANDO O PROCEDIMENTO TRABALHISTA E DECLARANDO O JUÍZO RECUPERACIONAL COMO O COMPETENTE PARA QUAISQUER MEDIDAS URGENTES.AO FINAL, PUGNA PELA PROCEDÊNCIA DO CONFLITO SUSCITADO, COM A DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUIZ DA RECUPERAÇÃO PARA DECIDIR SOBRE O DESTINO DOS BENS.É O RELATÓRIO. DECIDO.A LIMINAR DEVE SER CONCEDIDA PARCIALMENTE.DE INÍCIO, INDEFIRO O PEDIDO DE DEVOLUÇÃO OU LEVANTAMENTO DE EVENTUAIS VALORES E BENS BLOQUEADOS OU PENHORADOS. NÃO É O CASO DE LEVANTAMENTO DA CONSTRIÇÃO REALIZADA NOS AUTOS, MAS, SIM, DE REMESSA DOS BENS AO JUÍZO COMPETENTE, QUAL>

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 21/02 19:21

NÚMERO DO TELEGRAMA

ME579619009BR 20743

DHP 21/02/2017 15:21

14.454

Correios

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
185798
Carimbado Eletronicamente

Correios

Telegrama

Telegrama

14.455

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue 3003 0100 (capitais e regiões metropolitanas), 0800 7257282 (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
185799
Folha 3 de 4
Carimbado Eletronicamente

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<SEJA, O DA RECUPERAÇÃO, PARA QUE ESTE ADOTE AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS. ESSA É A LINHA ADOTADA POR MIM NOS EDCL NO CC N/0 115.524 (DJE 30.9.2011) E TAMBÉM PELO MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO NOS EDCL NO CC N/0S 112.300 (DJE 17.5.2011), 109.805 (DJE 10.2.2011) E 112.301 (DJE 2.2.2011). NÃO HÁ FALAR EM LEVANTAMENTO DA PENHORA INCIDENTE SOBRE TAIS BENS POR SE TRATAR AQUI DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA. NO MAIS, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA JÁ DECIDIU QUE, NO CASO DE DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO SE LIMITA À APURAÇÃO DO RESPECTIVO CRÉDITO (PROCESSO DE CONHECIMENTO), SENDO VEDADA A PRÁTICA, PELO CITADO JUÍZO, DE QUALQUER ATO EXECUTÓRIO QUE COMPROMETA O PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO. NESSE SENTIDO:"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CREDOR TRABALHISTA. APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. DECISÃO LIMINAR RECONHECENDO A EXISTÊNCIA DE CONFLITO. FIXAÇÃO PROVISÓRIA DE COMPETÊNCIA.1. APÓS APROVADO E HOMOLOGADO O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, É DO JUÍZO DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL A COMPETÊNCIA PARA O PROSSEGUIMENTO DOS ATOS DE EXECUÇÃO RELACIONADOS A AÇÕES EXPROPRIATÓRIAS MOVIDAS CONTRA A EMPRESA DEVEDORA.2. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA TAMBÉM JÁ DECIDIU QUE, NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, A COMPETÊNCIA DE OUTROS JUÍZOS SE LIMITA À APURAÇÃO DE RESPECTIVOS CRÉDITOS, SENDO VEDADA A PRÁTICA DE QUALQUER ATO QUE COMPROMETA O PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO.3. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO."(AGRG NO CC N/0 132 .285/SP, REL. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 14/5/2014, DJE 19/5/2014)DIANTE DO EXPOSTO, EM VISTA DA DEMONSTRADA ESTABILIDADE JURISPRUDENCIAL, CONCEDO A LIMINAR PARA DETERMINAR A SUSPENSÃO DOS ATOS EXECUTÓRIOS DECORRENTE DA AÇÃO>

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 21/02 19:21

NÚMERO DO TELEGRAMA ME579619009BR 20743

DHP 21/02/2017 15:21

14.456

Correios

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
185800
Carimbado Eletronicamente

Correios

Telegrama

Telegrama

Recibo de Telegrama	Data ____/____/____	Hora ____ h ____	ME579619009BR 20743
	Nome Legível do Recebedor		
Uso dos Correios	Rubrica do Carteiro	Matrícula	Tipo/Serviços Adicionais DHP 21/02/2017 15:21

Carimbado Eletronicamente

14.457

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue 3003 0100 (capitais e regiões metropolitanas), 0800 7257282 (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<N/0 0011929-23.2016.5.03.0014, EM CURSO PERANTE O JUÍZO DA 14/A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG. DESIGNO O JUÍZO DE DIREITO DA 7/A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ PARA RESOLVER, EM CARÁTER PROVISÓRIO, EVENTUAIS MEDIDAS URGENTES ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO NO PRESENTE CONFLITO.OFICIEM-SE AOS JUÍZOS SUSCITADOS, COM URGÊNCIA, COMUNICANDO A LIMINAR E SOLICITANDO INFORMAÇÕES, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS (ARTIGO 197 DO RISTJ). INFORMEM REFERIDOS JUÍZOS SE OS CRÉDITOS TRABALHISTAS ACIMA INDICADOS ENCONTRAM-SE ARROLADOS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APROVADO. ADEMAIS, DETALHE O JUÍZO DA RECUPERAÇÃO O ESTÁGIO ATUAL DO PROCEDIMENTO E SE A DEVEDORA VEM CUMPRINDO O PLANO APRESENTADO. APÓS, ABRA-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA PARECER (ARTIGO 198 DO RISTJ). PUBLIQUE-SE.INTIME-SE.COMUNIQUEM-SE.BRASÍLIA (DF), 13 DE FEVEREIRO DE 2017."

ASSIM, SOLICITO-LHE QUE SEJAM PRESTADAS AS NECESSÁRIAS INFORMAÇÕES PREFERENCIALMENTE POR MALOTE DIGITAL (RESOLUÇÃO N/0 100 DE 24/11/2009/CNJ) OU, NA IMPOSSIBILIDADE DA TRANSMISSÃO, AO ENDEREÇO ELETRÔNICO: PROTOCOLO.JUDICIAL@STJ.JUS.BR ATENCIOSAMENTE, MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, RELATOR.SEGUNDA SEÇÃO.SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TELEFONES: (61) 3319.8000 (CENTRAL)/ (61) 3319.8410 (INFORMAÇÕES PROCESSUAIS)/ (61) 3319.8242/8243 (PROTOCOLO DE PETIÇÕES)/(61) 3319.8700/8194/8195 (PROTOCOLO DE FAXES)/WWW.STJ.JUS.BR (SITE OFICIAL)/ENTES PÚBLICOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO PODEM UTILIZAR O MALOTE DIGITAL PARA AS COMUNICAÇÕES OFICIAIS (RES/CNJ N. 100, de 24.11.2009)>>

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar).....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 21/02 19:21

NÚMERO DO TELEGRAMA
ME579619009BR 20743
DHP 21/02/2017 15:21

Telegrama

Correios

14.458

Correios

Telegrama

Telegrama

Capital - 07 V. Empresarial 14.459

De: Thaís Oliveira de Castro <thcastro@stj.jus.br>
Enviado em: sexta-feira, 3 de março de 2017 16:46
Para: Capital - 07 V. Empresarial
Cc: Coordenadoria da 2ª Seção
Assunto: Solicitação de Informações- URGENTE
Anexos: 201700074470 em 03_03_2017 16_31_24.pdf; 201700074470 em 03_03_2017 16_31_45.pdf; 201700074470 em 03_03_2017 16_31_56.pdf; 201700074470-Decisão do Juízo Suscitado em 03_03_2017 16_32_11.pdf

Processo: 0093715-69.2015.19.0001 movido por GALVÃO ENGENHARIA E GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A (CC 150.620/RJ)

Prezado (a) Senhor (a) Diretor (a) da Secretaria da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro - RJ

Foram solicitadas, de ordem da Exmo. Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Relator do CC nº 150620/RJ, mediante o envio do Telegrama MCD2S nº 198/2017 – CD2S e MCD2S nº 1314/2017 – CD2S, de 20/01/2017 e 20/02/2017, respectivamente, informações sobre o Conflito de Competência mencionado, referente ao processo nº 0093715-69.2015.19.0001.

Informo que essas informações ainda não chegaram a este Tribunal.

Por gentileza, encaminhem as referidas informações preferencialmente por malote digital (PROTOCOLO JUDICIAL) ou, na impossibilidade da transmissão, ao endereço eletrônico **protocolo.judicial@stj.jus.br**.

Atenciosamente,

Thaís Oliveira de Castro
Técnica Judiciária – Área Administrativa
Coordenadoria da 2ª Seção
Superior Tribunal de Justiça – STJ
Tel.: 3319-9938
thcastro@stj.jus.br

14.460

NOME DO DOCUMENTO: 69584139.txt
DATA: 20/02/2017 - 15:08:46
IDENTIFICADOR DE GRUPO:11018260
NÚMERO DO DOCUMENTO: ME579385975BR

DESTINATÁRIO:

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
RIO DE JANEIRO-RJ
20.020-903

MENSAGEM:

TLG. MCD2S-1314/2017 - SEGUNDA SEÇÃO - SOJ (AOS) 20/02/2017

ATENÇÃO: REITERAÇÃO DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES.
DE ORDEM DO(A) EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) RELATOR, MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, REITERO OS TERMOS DO TELEGRAMA Nº MCD2S-198 DE 20/01/2017, REFERENTE AOS AUTOS DO(A) CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 150620/RJ, 201700074470, NÚMERO NA ORIGEM: 0093715692015190001 / 93715692015190001 / 00004643520155030181 / 4643520155030181, EM QUE FIGURAM COMO SUSCITANTES GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVAO PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SUSCITADOS JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ E JUÍZO DA 43A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG, INTERESSADO WALFRIDO ANDRADE NETO.
SOLICITO A VOSSA EXCELÊNCIA QUE ENCAMINHE A ESTA CORTE AS NECESSÁRIAS INFORMAÇÕES, NOS TERMOS DO TELEGRAMA ANTERIOR: "ATENÇÃO: A SEGUINTE DECISÃO COMUNICA CONCESSÃO LIMINAR E SOLICITA O ENVIO DE INFORMAÇÕES.
PUBLICAÇÃO PREVISTA NO DJ ELETRÔNICO DE 02/02/2017. A PARTIR DA PUBLICAÇÃO, O INTEIRO TEOR DA DECISÃO PODE SER CONSULTADO NA PÁGINA DO STJ NA INTERNET.
COMUNICO A VOSSA EXCELÊNCIA , PARA OS DEVIDOS FINS, QUE, NOS AUTOS DO(A) CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 150620/RJ, 2017/0007447-0, NÚMERO NA ORIGEM: 0093715692015190001 / 93715692015190001 / 00004643520155030181 / 4643520155030181, EM QUE FIGURAM COMO SUSCITANTES GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVAO PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SUSCITADOS JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ E JUÍZO DA 43A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG, INTERESSADO WALFRIDO ANDRADE NETO, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO CONCEDENDO LIMINAR E

C542461153494812L=4449@

Documento eletrônico juntado ao processo em 20/02/2017 às 18:21:21 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: 916715BF-BF76-4B9D-8B05-84BD93B6F419

SOLICITANDO INFORMAÇÕES:
"VISTOS.CUIDA-SE DE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA, COM PEDIDO LIMINAR, EM QUE É SUSCITANTE GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TENDO COMO SUSCITADOS, DE UM LADO, O JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ E, DE OUTRO, O JUÍZO DA 43ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG, NO QUAL SE PROCESSA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA N.º 0000464-35-2015-5-03-0181.ALEGA A SUSCITANTE QUE PLEITEOU OS BENEFÍCIOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NOS TERMOS DA LEI Nº 11.101/2005, CUJO PROCESSAMENTO FOI DEFERIDO PELO PRIMEIRO SUSCITADO EM 27/3/2015 (FLS. 96-103).ADUZ QUE:"O PRIMEIRO JUÍZO SUSCITADO É AQUELE EM QUE EM 27.3.2015 DEFERIU O PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA GESA E GALPAR, FIXANDO, POR CONSEGUINTE, SUA COMPETÊNCIA PARA CONHECER TODAS AS AÇÕES QUE VERSEM SOBRE BENS, INTERESSES E NEGÓCIOS DAS RECUPERANDAS E QUE AFETAM A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.DE OUTRO LADO, TEM-SE O JUÍZO DO TRABALHO, PERANTE O QUAL TRAMITA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA PROPOSTA POR WALFRIDO ANDRADE NETO ('RECLAMANTE') CONTRA A GESA, GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. ('GALPAR'), COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL S.A. ('CAB'). GALVÃO FINANÇAS LTDA. ('GALVÃO FINANÇAS') E MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE ("MUNICÍPIO DE BH"). EM CONJUNTOS DENOMINADOS 'RECLAMADOS'.NO QUE TANGE À RECLAMAÇÃO TRABALHISTA SOB ANÁLISE, EM FASE DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA, TEM-SE QUE EM 11.1.2017, O JUÍZO DO TRABALHO DETERMINOU O BLOQUEIO DE CRÉDITOS DETIDOS PELOS RECLAMADOS (E, CONSEQUENTEMENTE, PELAS RECUPERANDAS) CONTRA O MUNICÍPIO DE BH, ATÉ O LIMITE DE R$ 1.355.794,78, COM O ESCOPO DE GARANTIR O PAGAMENTO DO CRÉDITO CONCURSAL PERQUIRIDO PELO RECLAMANTE NOS AUTOS TRABALHISTAS.TEM-SE, ASSIM, COMO CONFIGURADO O CONFLITO" (FL. 02).AFIRMA QUE, DEFERIDO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, É DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL A COMPETÊNCIA PARA DISPOR SOBRE OS BENS DA EMPRESA, CIRCUNSTÂNCIA JÁ RECONHECIDA EM OUTROS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA POR ELA AJUIZADOS NESTA CORTE (CC Nº 139.693/RJ, CC Nº 150.283/RJ, CC Nº 148.838/RJ, CC Nº 145.226/RJ, CC Nº 143.480/RJ, CC Nº 141.284/RJ, TODOS ENVOLVENDO A ORA SUSCITANTE – FL. 04), DE MODO QUE SE FAZ NECESSÁRIA A CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR PARA (I) SUSTAR OS EFEITOS DOS ATOS DECISÓRIOS PRATICADOS PELO JUÍZO DO TRABALHO, (II) DETERMINAR QUE O JUÍZO DO TRABALHO REVOGUE IMEDIATAMENTE A DECISÃO QUE DETERMINOU O BLOQUEIO DOS ATIVOS FINANCEIROS DA EMPRESA OU A REMESSA DA DISCUSSÃO DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO E (III) O SOBRESTAMENTO DO PROCEDIMENTO TRABALHISTA, COM A DESIGNAÇÃO DO JUÍZO EMPRESARIAL PARA APRECIAR MEDIDAS URGENTES (FL. 16).REQUER, AO FINAL, O CONHECIMENTO DO CONFLITO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA

Documento eletrônico juntado ao processo em 20/02/2017 às 18:21:21 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: 916715BF-BF76-4B9D-8B05-84BD93B6F419

EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ PARA DECIDIR O DESTINO DOS BENS INDEVIDAMENTE PENHORADOS.É, NO ESSENCIAL, O RELATÓRIO. INICIALMENTE, INDEFIRO O PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES BLOQUEADOS OU PENHORADOS, PORQUANTO NÃO É CASO DE LEVANTAMENTO DE QUALQUER CONSTRIÇÃO, POR SE TRATAR AQUI DE MERO CONFLITO DE COMPETÊNCIA.A ANÁLISE DO PRESENTE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA INDICA QUE O REQUERIMENTO LIMINAR MERECE DEFERIMENTO, HAJA VISTA O DISPOSTO NOS ARTS. 6º, § 2º, E 47 DA LEI Nº 11.101/2005, NORMAS VOLTADAS A POSSIBILITAR A RECUPERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA QUE SE ENCONTRA EM DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO, FAVORECENDO, DENTRO DO POSSÍVEL, A SUA PRESERVAÇÃO.POR ESSE MOTIVO, NECESSÁRIO OBSERVAR, QUANTO À EXECUÇÃO DO PASSIVO DA SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, O PLANO APROVADO PELO JUÍZO EMPRESARIAL.RESSALTE-SE QUE A HIPÓTESE EM ANÁLISE NOS AUTOS FOI OBJETO DE EXAME PELA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, OCASIÃO EM QUE SE RECONHECEU COMPETIR AO JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DECIDIR SOBRE ATOS EXECUTIVOS OU CONSTRITIVOS DOS BENS DAS SOCIEDADES EM RECUPERAÇÃO. NESSE SENTIDO:"AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.1. ENCONTRA-SE PACIFICADO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE O ENTENDIMENTO DE QUE, DEFERIDO O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, AS AÇÕES E EXECUÇÕES TRABALHISTAS DEVEM PROSSEGUIR NO ÂMBITO DO JUÍZO UNIVERSAL, MESMO NOS CASOS DE PENHORA ANTERIOR OU NAQUELES EM QUE ULTRAPASSADO O PRAZO DE SUSPENSÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 6º, § 4, DA LEI 11.101/2005.2. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO." (AGINT NO CC 146.036/RS, REL. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 14/09/2016, DJE 20/09/2016.)"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ.1. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, A TEOR DAS DISPOSIÇÕES DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SÃO INVIÁVEIS QUANDO INEXISTE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NA DECISÃO EMBARGADA.2. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL DO ACÓRDÃO EMBARGADO. RECURSO DOTADO DE CARÁTER MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS APONTADOS, OBJETIVANDO À REDISCUSSÃO DA MATÉRIA, JÁ REPETIDAMENTE DECIDA.3. O JUÍZO RESPONSÁVEL PELA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DETÉM A COMPETÊNCIA PARA DIRIMIR TODAS AS QUESTÕES RELACIONADAS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, AO PROCEDIMENTO EM APREÇO, INCLUSIVE AQUELAS QUE DIGAM RESPEITO À ALIENAÇÃO JUDICIAL CONJUNTA OU SEPARADA DE

Documento eletrônico juntado ao processo em 20/02/2017 às 18:21:21 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: 916715BF-BF76-4B9D-8B05-84BD93B6F419

ATIVOS DA EMPRESA RECUPERANDA, DIANTE DO QUE ESTABELECEM OS ARTS. 6º, CAPUT E § 2º, 47, 59 E 60, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 11.101/2005.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS." (EDCL NO AGRG NO AGRG NO CC 99.233/RJ, REL. MINISTRO MARCO BUZZI, DJE DE 19/11/2014.)"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. JUÍZO UNIVERSAL. PRECEDENTES DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA QUE CONHECEU DO CONFLITO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (AGRG NO CC 118.908/SP, REL. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 27/08/2014, DJE DE 26/09/2014.)ANTE O EXPOSTO, DEFIRO A LIMINAR, EXCLUSIVAMENTE PARA DETERMINAR A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO NA RECLAMATÓRIA TRABALHISTA N.º 0000464-35-2015-5-03-0181, EM TRÂMITE PERANTE O JUÍZO DA 43ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG, BEM COMO PARA DESIGNAR O JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ PARA DECIDIR, PROVISORIAMENTE, ACERCA DAS MEDIDAS URGENTES REQUERIDAS (ART. 955 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). COMUNIQUE-SE, COM URGÊNCIA, O INTEIRO TEOR DESTA DECISÃO AOS JUÍZOS SUSCITADOS, SOLICITANDO-LHES INFORMAÇÕES, QUE DEVEM SER PRESTADAS NO PRAZO LEGAL (ART. 954 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL).APÓS, DÊ-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE.BRASÍLIA (DF), 20 DE JANEIRO DE 2017."

ASSIM, SOLICITO-LHE QUE SEJAM PRESTADAS AS NECESSÁRIAS INFORMAÇÕES PREFERENCIALMENTE POR MALOTE DIGITAL (RESOLUÇÃO Nº 100 DE 24/11/2009/CNJ) OU, NA IMPOSSIBILIDADE DA TRANSMISSÃO, AO ENDEREÇO ELETRÔNICO: PROTOCOLO.JUDICIAL@STJ.JUS.BR ATENCIOSAMENTE, MINISTRO HUMBERTO MARTINS, VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA.SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.".

ASSIM, SOLICITO-LHE QUE SEJAM PRESTADAS AS NECESSÁRIAS INFORMAÇÕES PREFERENCIALMENTE POR MALOTE DIGITAL (RESOLUÇÃO Nº 100 DE 24/11/2009/CNJ) OU, NA IMPOSSIBILIDADE DA TRANSMISSÃO, AO ENDEREÇO ELETRÔNICO: PROTOCOLO.JUDICIAL@STJ.JUS.BR ATENCIOSAMENTE, MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, RELATOR.SEGUNDA SEÇÃO.SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Documento eletrônico juntado ao processo em 20/02/2017 às 18:21:21 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: 916715BF-BF76-4B9D-8B05-84BD93B6F419

Superior Tribunal de Justiça

14.462

NOME DO DOCUMENTO: 68640727.txt
DATA: 20/01/2017 - 19:45:07
IDENTIFICADOR DE GRUPO:10944935
NÚMERO DO DOCUMENTO: ME576179444BR

DESTINATÁRIO:

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
RIO DE JANEIRO-RJ
20.020-903

MENSAGEM:

TLG. MCD2S-198/2017 - SEGUNDA SEÇÃO - SOJ (ACA) 20/01/2017

ATENÇÃO: A SEGUINTE DECISÃO COMUNICA CONCESSÃO LIMINAR E SOLICITA O ENVIO DE INFORMAÇÕES.

PUBLICAÇÃO PREVISTA NO DJ ELETRÔNICO DE 02/02/2017. A PARTIR DA PUBLICAÇÃO, O INTEIRO TEOR DA DECISÃO PODE SER CONSULTADO NA PÁGINA DO STJ NA INTERNET.

COMUNICO A VOSSA EXCELÊNCIA , PARA OS DEVIDOS FINS, QUE, NOS AUTOS DO(A) CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 150620/RJ, 2017/0007447-0, NÚMERO NA ORIGEM: 00937156920151900001 / 93715692015190001 / 00004643520155030181 / 4643520155030181, EM QUE FIGURAM COMO SUSCITANTES GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVAO PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SUSCITADOS JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ E JUÍZO DA 43A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG, INTERESSADO WALFRIDO ANDRADE NETO, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO CONCEDENDO LIMINAR E SOLICITANDO INFORMAÇÕES:

"VISTOS.CUIDA-SE DE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA, COM PEDIDO LIMINAR, EM QUE É SUSCITANTE GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TENDO COMO SUSCITADOS, DE UM LADO, O JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ E, DE OUTRO, O JUÍZO DA 43ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG, NO QUAL SE PROCESSA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA N.º 0000464-35-2015-5-03-0181.ALEGA A SUSCITANTE QUE PLEITEOU OS BENEFÍCIOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NOS TERMOS DA LEI Nº 11.101/2005, CUJO PROCESSAMENTO FOI DEFERIDO PELO PRIMEIRO SUSCITADO EM 27/3/2015 (FLS. 96-103).ADUZ QUE:"O PRIMEIRO JUÍZO SUSCITADO É AQUELE EM QUE EM 27.3.2015 DEFERIU O PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA GESA E GALPAR, FIXANDO, POR CONSEGUINTE, SUA COMPETÊNCIA PARA CONHECER TODAS AS AÇÕES QUE VERSEM SOBRE BENS,

Documento eletrônico juntado ao processo em 23/01/2017 às 14:38:49 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: A5133B10-3193-4E32-B413-79A0B0E85CD2

INTERESSES E NEGÓCIOS DAS RECUPERANDAS E QUE AFETAM A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.DE OUTRO LADO, TEM-SE O JUÍZO DO TRABALHO, PERANTE O QUAL TRAMITA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA PROPOSTA POR WALFRIDO ANDRADE NETO ('RECLAMANTE') CONTRA A GESA, GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. ('GALPAR'), COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL S.A. ('CAB'). GALVÃO FINANÇAS LTDA. ('GALVÃO FINANÇAS') E MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE ("MUNICÍPIO DE BH"). EM CONJUNTOS DENOMINADOS 'RECLAMADOS'.NO QUE TANGE À RECLAMAÇÃO TRABALHISTA SOB ANÁLISE, EM FASE DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA, TEM-SE QUE EM 11.1.2017, O JUÍZO DO TRABALHO DETERMINOU O BLOQUEIO DE CRÉDITOS DETIDOS PELOS RECLAMADOS (E, CONSEQUENTEMENTE, PELAS RECUPERANDAS) CONTRA O MUNICÍPIO DE BH, ATÉ O LIMITE DE R$ 1.355.794,78, COM O ESCOPO DE GARANTIR O PAGAMENTO DO CRÉDITO CONCURSAL PERQUIRIDO PELO RECLAMANTE NOS AUTOS TRABALHISTAS.TEM-SE, ASSIM, COMO CONFIGURADO O CONFLITO" (FL. 02).AFIRMA QUE, DEFERIDO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, É DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL A COMPETÊNCIA PARA DISPOR SOBRE OS BENS DA EMPRESA, CIRCUNSTÂNCIA JÁ RECONHECIDA EM OUTROS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA POR ELA AJUIZADOS NESTA CORTE (CC N° 139.693/RJ, CC N° 150.283/RJ, CC N° 148.838/RJ, CC N° 145.226/RJ, CC N° 143.480/RJ, CC N° 141.284/RJ, TODOS ENVOLVENDO A ORA SUSCITANTE – FL. 04), DE MODO QUE SE FAZ NECESSÁRIA A CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR PARA (I) SUSTAR OS EFEITOS DOS ATOS DECISÓRIOS PRATICADOS PELO JUÍZO DO TRABALHO, (II) DETERMINAR QUE O JUÍZO DO TRABALHO REVOGUE IMEDIATAMENTE A DECISÃO QUE DETERMINOU O BLOQUEIO DOS ATIVOS FINANCEIROS DA EMPRESA OU A REMESSA DA DISCUSSÃO DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO E (III) O SOBRESTAMENTO DO PROCEDIMENTO TRABALHISTA, COM A DESIGNAÇÃO DO JUÍZO EMPRESARIAL PARA APRECIAR MEDIDAS URGENTES (FL. 16).REQUER, AO FINAL, O CONHECIMENTO DO CONFLITO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ PARA DECIDIR O DESTINO DOS BENS INDEVIDAMENTE PENHORADOS.É, NO ESSENCIAL, O RELATÓRIO. INICIALMENTE, INDEFIRO O PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES BLOQUEADOS OU PENHORADOS, PORQUANTO NÃO É CASO DE LEVANTAMENTO DE QUALQUER CONSTRIÇÃO, POR SE TRATAR AQUI DE MERO CONFLITO DE COMPETÊNCIA.A ANÁLISE DO PRESENTE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA INDICA QUE O REQUERIMENTO LIMINAR MERECE DEFERIMENTO, HAJA VISTA O DISPOSTO NOS ARTS. 6°, § 2°, E 47 DA LEI N° 11.101/2005, NORMAS VOLTADAS A POSSIBILITAR A RECUPERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA QUE SE ENCONTRA EM DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO, FAVORECENDO, DENTRO DO POSSÍVEL, A SUA PRESERVAÇÃO.POR ESSE MOTIVO, NECESSÁRIO OBSERVAR, QUANTO À EXECUÇÃO DO PASSIVO DA SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, O PLANO APROVADO PELO JUÍZO EMPRESARIAL.RESSALTE-SE QUE A HIPÓTESE EM ANÁLISE NOS AUTOS FOI OBJETO DE EXAME PELA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, OCASIÃO EM QUE SE RECONHECEU COMPETIR AO JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DECIDIR SOBRE ATOS EXECUTIVOS OU CONSTRITIVOS DOS BENS DAS SOCIEDADES EM RECUPERAÇÃO. NESSE SENTIDO:"AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS.

Documento eletrônico juntado ao processo em 23/01/2017 às 14:38:49 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: A5133B10-3193-4E32-B413-79A0B0E85CD2

PENHORA ANTERIOR.1. ENCONTRA-SE PACIFICADO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE O ENTENDIMENTO DE QUE, DEFERIDO O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, AS AÇÕES E EXECUÇÕES TRABALHISTAS DEVEM PROSSEGUIR NO ÂMBITO DO JUÍZO UNIVERSAL, MESMO NOS CASOS DE PENHORA ANTERIOR OU NAQUELES EM QUE ULTRAPASSADO O PRAZO DE SUSPENSÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 6º, § 4, DA LEI 11.101/2005.2. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO." (AGINT NO CC 146.036/RS, REL. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 14/09/2016, DJE 20/09/2016.)"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ.1. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, A TEOR DAS DISPOSIÇÕES DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SÃO INVIÁVEIS QUANDO INEXISTE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NA DECISÃO EMBARGADA.2. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL DO ACÓRDÃO EMBARGADO. RECURSO DOTADO DE CARÁTER MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS APONTADOS, OBJETIVANDO À REDISCUSSÃO DA MATÉRIA, JÁ REPETIDAMENTE DECIDA.3. O JUÍZO RESPONSÁVEL PELA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DETÉM A COMPETÊNCIA PARA DIRIMIR TODAS AS QUESTÕES RELACIONADAS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, AO PROCEDIMENTO EM APREÇO, INCLUSIVE AQUELAS QUE DIGAM RESPEITO À ALIENAÇÃO JUDICIAL CONJUNTA OU SEPARADA DE ATIVOS DA EMPRESA RECUPERANDA, DIANTE DO QUE ESTABELECEM OS ARTS. 6º, CAPUT E § 2º, 47, 59 E 60, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 11.101/2005.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS." (EDCL NO AGRG NO AGRG NO CC 99.233/RJ, REL. MINISTRO MARCO BUZZI, DJE DE 19/11/2014.)"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. JUÍZO UNIVERSAL. PRECEDENTES DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA QUE CONHECEU DO CONFLITO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (AGRG NO CC 118.908/SP, REL. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 27/08/2014, DJE DE 26/09/2014.)ANTE O EXPOSTO, DEFIRO A LIMINAR, EXCLUSIVAMENTE PARA DETERMINAR A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO NA RECLAMATÓRIA TRABALHISTA N.º 0000464-35-2015-5-03-0181, EM TRÂMITE PERANTE O JUÍZO DA 43ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG, BEM COMO PARA DESIGNAR O JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ PARA DECIDIR, PROVISORIAMENTE, ACERCA DAS MEDIDAS URGENTES REQUERIDAS (ART. 955 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). COMUNIQUE-SE, COM URGÊNCIA, O INTEIRO TEOR DESTA DECISÃO AOS JUÍZOS SUSCITADOS, SOLICITANDO-LHES INFORMAÇÕES, QUE DEVEM SER PRESTADAS NO PRAZO LEGAL (ART. 954 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL).APÓS, DÊ-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE.BRASÍLIA (DF), 20 DE JANEIRO DE 2017."

ASSIM, SOLICITO-LHE QUE SEJAM PRESTADAS AS NECESSÁRIAS

Documento eletrônico juntado ao processo em 23/01/2017 às 14:38:49 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: A5133B10-3193-4E32-B413-79A0B0E85CD2

Superior Tribunal de Justiça

INFORMAÇÕES PREFERENCIALMENTE POR MALOTE DIGITAL (RESOLUÇÃO Nº 100 DE 24/11/2009/CNJ) OU, NA IMPOSSIBILIDADE DA TRANSMISSÃO, AO ENDEREÇO ELETRÔNICO: PROTOCOLO.JUDICIAL@STJ.JUS.BR ATENCIOSAMENTE, MINISTRO HUMBERTO MARTINS, VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA.SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Documento eletrônico juntado ao processo em 23/01/2017 às 14:38:49 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: A5133B10-3193-4E32-B413-79A0B0E85CD2

Superior Tribunal de Justiça

14.464

NOME DO DOCUMENTO: 68640727.txt
DATA: 20/01/2017 - 19:45:07
IDENTIFICADOR DE GRUPO:10944935
NÚMERO DO DOCUMENTO: ME576179444BR

DESTINATÁRIO:

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
RIO DE JANEIRO-RJ
20.020-903

MENSAGEM:

TLG. MCD2S-198/2017 - SEGUNDA SEÇÃO - SOJ (ACA) 20/01/2017

ATENÇÃO: A SEGUINTE DECISÃO COMUNICA CONCESSÃO LIMINAR E SOLICITA O ENVIO DE INFORMAÇÕES.

PUBLICAÇÃO PREVISTA NO DJ ELETRÔNICO DE 02/02/2017. A PARTIR DA PUBLICAÇÃO, O INTEIRO TEOR DA DECISÃO PODE SER CONSULTADO NA PÁGINA DO STJ NA INTERNET.

COMUNICO A VOSSA EXCELÊNCIA , PARA OS DEVIDOS FINS, QUE, NOS AUTOS DO(A) CONFLITO DE COMPETÊNCIA N° 150620/RJ, 2017/0007447-0, NÚMERO NA ORIGEM: 00937156920151900O1 / 93715692015190001 / 00004643520155030181 / 46435201550301B1, EM QUE FIGURAM COMO SUSCITANTES GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVAO PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SUSCITADOS JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ E JUÍZO DA 43A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG, INTERESSADO WALFRIDO ANDRADE NETO, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO CONCEDENDO LIMINAR E SOLICITANDO INFORMAÇÕES:

"VISTOS.CUIDA-SE DE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA, COM PEDIDO LIMINAR, EM QUE É SUSCITANTE GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TENDO COMO SUSCITADOS, DE UM LADO, O JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ E, DE OUTRO, O JUÍZO DA 43ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG, NO QUAL SE PROCESSA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA N.° 0000464-35-2015-5-03-0181.ALEGA A SUSCITANTE QUE PLEITEOU OS BENEFÍCIOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NOS TERMOS DA LEI N° 11.101/2005, CUJO PROCESSAMENTO FOI DEFERIDO PELO PRIMEIRO SUSCITADO EM 27/3/2015 (FLS. 96-103).ADUZ QUE:"O PRIMEIRO JUÍZO SUSCITADO É AQUELE EM QUE EM 27.3.2015 DEFERIU O PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA GESA E GALPAR, FIXANDO, POR CONSEGUINTE, SUA COMPETÊNCIA PARA CONHECER TODAS AS AÇÕES QUE VERSEM SOBRE BENS,

Documento eletrônico juntado ao processo em 23/01/2017 às 14:38:49 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: A5133B10-3193-4E32-B413-79A0B0E85CD2

INTERESSES E NEGÓCIOS DAS RECUPERANDAS E QUE AFETAM A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.DE OUTRO LADO, TEM-SE O JUÍZO DO TRABALHO, PERANTE O QUAL TRAMITA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA PROPOSTA POR WALFRIDO ANDRADE NETO ('RECLAMANTE') CONTRA A GESA, GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. ('GALPAR'), COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL S.A. ('CAB'). GALVÃO FINANÇAS LTDA. ('GALVÃO FINANÇAS') E MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE ("MUNICÍPIO DE BH"). EM CONJUNTOS DENOMINADOS 'RECLAMADOS'.NO QUE TANGE À RECLAMAÇÃO TRABALHISTA SOB ANÁLISE, EM FASE DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA, TEM-SE QUE EM 11.1.2017, O JUÍZO DO TRABALHO DETERMINOU O BLOQUEIO DE CRÉDITOS DETIDOS PELOS RECLAMADOS (E, CONSEQUENTEMENTE, PELAS RECUPERANDAS) CONTRA O MUNICÍPIO DE BH, ATÉ O LIMITE DE R$ 1.355.794,78, COM O ESCOPO DE GARANTIR O PAGAMENTO DO CRÉDITO CONCURSAL PERQUIRIDO PELO RECLAMANTE NOS AUTOS TRABALHISTAS.TEM-SE, ASSIM, COMO CONFIGURADO O CONFLITO" (FL. 02).AFIRMA QUE, DEFERIDO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, É DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL A COMPETÊNCIA PARA DISPOR SOBRE OS BENS DA EMPRESA, CIRCUNSTÂNCIA JÁ RECONHECIDA EM OUTROS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA POR ELA AJUIZADOS NESTA CORTE (CC N° 139.693/RJ, CC N° 150.283/RJ, CC N° 148.838/RJ, CC N° 145.226/RJ, CC N° 143.480/RJ, CC N° 141.284/RJ, TODOS ENVOLVENDO A ORA SUSCITANTE – FL. 04), DE MODO QUE SE FAZ NECESSÁRIA A CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR PARA (I) SUSTAR OS EFEITOS DOS ATOS DECISÓRIOS PRATICADOS PELO JUÍZO DO TRABALHO, (II) DETERMINAR QUE O JUÍZO DO TRABALHO REVOGUE IMEDIATAMENTE A DECISÃO QUE DETERMINOU O BLOQUEIO DOS ATIVOS FINANCEIROS DA EMPRESA OU A REMESSA DA DISCUSSÃO DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO E (III) O SOBRESTAMENTO DO PROCEDIMENTO TRABALHISTA, COM A DESIGNAÇÃO DO JUÍZO EMPRESARIAL PARA APRECIAR MEDIDAS URGENTES (FL. 16).REQUER, AO FINAL, O CONHECIMENTO DO CONFLITO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ PARA DECIDIR O DESTINO DOS BENS INDEVIDAMENTE PENHORADOS.É, NO ESSENCIAL, O RELATÓRIO. INICIALMENTE, INDEFIRO O PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES BLOQUEADOS OU PENHORADOS, PORQUANTO NÃO É CASO DE LEVANTAMENTO DE QUALQUER CONSTRIÇÃO, POR SE TRATAR AQUI DE MERO CONFLITO DE COMPETÊNCIA.A ANÁLISE DO PRESENTE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA INDICA QUE O REQUERIMENTO LIMINAR MERECE DEFERIMENTO, HAJA VISTA O DISPOSTO NOS ARTS. 6°, § 2°, E 47 DA LEI N° 11.101/2005, NORMAS VOLTADAS A POSSIBILITAR A RECUPERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA QUE SE ENCONTRA EM DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO, FAVORECENDO, DENTRO DO POSSÍVEL, A SUA PRESERVAÇÃO.POR ESSE MOTIVO, NECESSÁRIO OBSERVAR, QUANTO À EXECUÇÃO DO PASSIVO DA SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, O PLANO APROVADO PELO JUÍZO EMPRESARIAL.RESSALTE-SE QUE A HIPÓTESE EM ANÁLISE NOS AUTOS FOI OBJETO DE EXAME PELA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, OCASIÃO EM QUE SE RECONHECEU COMPETIR AO JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DECIDIR SOBRE ATOS EXECUTIVOS OU CONSTRITIVOS DOS BENS DAS SOCIEDADES EM RECUPERAÇÃO. NESSE SENTIDO:"AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS.

Documento eletrônico juntado ao processo em 23/01/2017 às 14:38:49 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: A5133B10-3193-4E32-B413-79A0B0E85CD2

PENHORA ANTERIOR.1. ENCONTRA-SE PACIFICADO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE O ENTENDIMENTO DE QUE, DEFERIDO O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, AS AÇÕES E EXECUÇÕES TRABALHISTAS DEVEM PROSSEGUIR NO ÂMBITO DO JUÍZO UNIVERSAL, MESMO NOS CASOS DE PENHORA ANTERIOR OU NAQUELES EM QUE ULTRAPASSADO O PRAZO DE SUSPENSÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 6°, § 4, DA LEI 11.101/2005.2. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO." (AGINT NO CC 146.036/RS, REL. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 14/09/2016, DJE 20/09/2016.)"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ.1. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, A TEOR DAS DISPOSIÇÕES DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SÃO INVIÁVEIS QUANDO INEXISTE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NA DECISÃO EMBARGADA.2. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL DO ACÓRDÃO EMBARGADO. RECURSO DOTADO DE CARÁTER MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS APONTADOS, OBJETIVANDO À REDISCUSSÃO DA MATÉRIA, JÁ REPETIDAMENTE DECIDA.3. O JUÍZO RESPONSÁVEL PELA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DETÉM A COMPETÊNCIA PARA DIRIMIR TODAS AS QUESTÕES RELACIONADAS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, AO PROCEDIMENTO EM APREÇO, INCLUSIVE AQUELAS QUE DIGAM RESPEITO À ALIENAÇÃO JUDICIAL CONJUNTA OU SEPARADA DE ATIVOS DA EMPRESA RECUPERANDA, DIANTE DO QUE ESTABELECEM OS ARTS. 6°, CAPUT E § 2°, 47, 59 E 60, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 11.101/2005.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS." (EDCL NO AGRG NO AGRG NO CC 99.233/RJ, REL. MINISTRO MARCO BUZZI, DJE DE 19/11/2014.)"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. JUÍZO UNIVERSAL. PRECEDENTES DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA QUE CONHECEU DO CONFLITO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (AGRG NO CC 118.908/SP, REL. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 27/08/2014, DJE DE 26/09/2014.)ANTE O EXPOSTO, DEFIRO A LIMINAR, EXCLUSIVAMENTE PARA DETERMINAR A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO NA RECLAMATÓRIA TRABALHISTA N.° 0000464-35-2015-5-03-0181, EM TRÂMITE PERANTE O JUÍZO DA 43ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG, BEM COMO PARA DESIGNAR O JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ PARA DECIDIR, PROVISORIAMENTE, ACERCA DAS MEDIDAS URGENTES REQUERIDAS (ART. 955 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). COMUNIQUE-SE, COM URGÊNCIA, O INTEIRO TEOR DESTA DECISÃO AOS JUÍZOS SUSCITADOS, SOLICITANDO-LHES INFORMAÇÕES, QUE DEVEM SER PRESTADAS NO PRAZO LEGAL (ART. 954 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL).APÓS, DÊ-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE.BRASÍLIA (DF), 20 DE JANEIRO DE 2017."

ASSIM, SOLICITO-LHE QUE SEJAM PRESTADAS AS NECESSÁRIAS

Documento eletrônico juntado ao processo em 23/01/2017 às 14:38:49 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: A5133B10-3193-4E32-B413-79A0B0E85CD2

Superior Tribunal de Justiça

INFORMAÇÕES PREFERENCIALMENTE POR MALOTE DIGITAL (RESOLUÇÃO Nº 100 DE 24/11/2009/CNJ) OU, NA IMPOSSIBILIDADE DA TRANSMISSÃO, AO ENDEREÇO ELETRÔNICO: PROTOCOLO.JUDICIAL@STJ.JUS.BR ATENCIOSAMENTE, MINISTRO HUMBERTO MARTINS, VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA.SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Documento eletrônico juntado ao processo em 23/01/2017 às 14:38:49 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: A5133B10-3193-4E32-B413-79A0B0E85CD2

Superior Tribunal de Justiça

14.466

NOME DO DOCUMENTO: 68640727.txt
DATA: 20/01/2017 - 19:45:07
IDENTIFICADOR DE GRUPO:10944935
NÚMERO DO DOCUMENTO: ME576179444BR

DESTINATÁRIO:

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
RIO DE JANEIRO-RJ
20.020-903

MENSAGEM:

TLG. MCD2S-198/2017 - SEGUNDA SEÇÃO - SOJ (ACA) 20/01/2017

ATENÇÃO: A SEGUINTE DECISÃO COMUNICA CONCESSÃO LIMINAR E SOLICITA O ENVIO DE INFORMAÇÕES.

PUBLICAÇÃO PREVISTA NO DJ ELETRÔNICO DE 02/02/2017. A PARTIR DA PUBLICAÇÃO, O INTEIRO TEOR DA DECISÃO PODE SER CONSULTADO NA PÁGINA DO STJ NA INTERNET.

COMUNICO A VOSSA EXCELÊNCIA , PARA-OS DEVIDOS FINS, QUE, NOS AUTOS DO(A) CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 150620/RJ, 2017/0007447-0, NÚMERO NA ORIGEM: 00937156920151900O1 / 93715692015190001 / 00004643520155030181 / 4643520155030181, EM QUE FIGURAM COMO SUSCITANTES GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVAO PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SUSCITADOS JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ E JUÍZO DA 43A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG, INTERESSADO WALFRIDO ANDRADE NETO, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO CONCEDENDO LIMINAR E SOLICITANDO INFORMAÇÕES:

"VISTOS.CUIDA-SE DE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA, COM PEDIDO LIMINAR, EM QUE É SUSCITANTE GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TENDO COMO SUSCITADOS, DE UM LADO, O JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ E, DE OUTRO, O JUÍZO DA 43ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG, NO QUAL SE PROCESSA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA N.º 0000464-35-2015-5-03-0181.ALEGA A SUSCITANTE QUE PLEITEOU OS BENEFÍCIOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NOS TERMOS DA LEI Nº 11.101/2005, CUJO PROCESSAMENTO FOI DEFERIDO PELO PRIMEIRO SUSCITADO EM 27/3/2015 (FLS. 96-103).ADUZ QUE:"O PRIMEIRO JUÍZO SUSCITADO É AQUELE EM QUE EM 27.3.2015 DEFERIU O PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA GESA E GALPAR, FIXANDO, POR CONSEGUINTE, SUA COMPETÊNCIA PARA CONHECER TODAS AS AÇÕES QUE VERSEM SOBRE BENS,

Documento eletrônico juntado ao processo em 23/01/2017 às 14:38:49 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: A5133B10-3193-4E32-B413-79A0B0E85CD2

INTERESSES E NEGÓCIOS DAS RECUPERANDAS E QUE AFETAM A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.DE OUTRO LADO, TEM-SE O JUÍZO DO TRABALHO, PERANTE O QUAL TRAMITA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA PROPOSTA POR WALFRIDO ANDRADE NETO ('RECLAMANTE') CONTRA A GESA, GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. ('GALPAR'), COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL S.A. ('CAB'). GALVÃO FINANÇAS LTDA. ('GALVÃO FINANÇAS') E MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE ("MUNICÍPIO DE BH"). EM CONJUNTOS DENOMINADOS 'RECLAMADOS'.NO QUE TANGE À RECLAMAÇÃO TRABALHISTA SOB ANÁLISE, EM FASE DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA, TEM-SE QUE EM 11.1.2017, O JUÍZO DO TRABALHO DETERMINOU O BLOQUEIO DE CRÉDITOS DETIDOS PELOS RECLAMADOS (E, CONSEQUENTEMENTE, PELAS RECUPERANDAS) CONTRA O MUNICÍPIO DE BH, ATÉ O LIMITE DE R$ 1.355.794,78, COM O ESCOPO DE GARANTIR O PAGAMENTO DO CRÉDITO CONCURSAL PERQUIRIDO PELO RECLAMANTE NOS AUTOS TRABALHISTAS.TEM-SE, ASSIM, COMO CONFIGURADO O CONFLITO" (FL. 02).AFIRMA QUE, DEFERIDO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, É DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL A COMPETÊNCIA PARA DISPOR SOBRE OS BENS DA EMPRESA, CIRCUNSTÂNCIA JÁ RECONHECIDA EM OUTROS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA POR ELA AJUIZADOS NESTA CORTE (CC Nº 139.693/RJ, CC Nº 150.283/RJ, CC Nº 148.838/RJ, CC Nº 145.226/RJ, CC Nº 143.480/RJ, CC Nº 141.284/RJ, TODOS ENVOLVENDO A ORA SUSCITANTE – FL. 04), DE MODO QUE SE FAZ NECESSÁRIA A CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR PARA (I) SUSTAR OS EFEITOS DOS ATOS DECISÓRIOS PRATICADOS PELO JUÍZO DO TRABALHO, (II) DETERMINAR QUE O JUÍZO DO TRABALHO REVOGUE IMEDIATAMENTE A DECISÃO QUE DETERMINOU O BLOQUEIO DOS ATIVOS FINANCEIROS DA EMPRESA OU A REMESSA DA DISCUSSÃO DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO E (III) O SOBRESTAMENTO DO PROCEDIMENTO TRABALHISTA, COM A DESIGNAÇÃO DO JUÍZO EMPRESARIAL PARA APRECIAR MEDIDAS URGENTES (FL. 16).REQUER, AO FINAL, O CONHECIMENTO DO CONFLITO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ PARA DECIDIR O DESTINO DOS BENS INDEVIDAMENTE PENHORADOS.É, NO ESSENCIAL, O RELATÓRIO. INICIALMENTE, INDEFIRO O PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES BLOQUEADOS OU PENHORADOS, PORQUANTO NÃO É CASO DE LEVANTAMENTO DE QUALQUER CONSTRIÇÃO, POR SE TRATAR AQUI DE MERO CONFLITO DE COMPETÊNCIA.A ANÁLISE DO PRESENTE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA INDICA QUE O REQUERIMENTO LIMINAR MERECE DEFERIMENTO, HAJA VISTA O DISPOSTO NOS ARTS. 6º, § 2º, E 47 DA LEI Nº 11.101/2005, NORMAS VOLTADAS A POSSIBILITAR A RECUPERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA QUE SE ENCONTRA EM DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO, FAVORECENDO, DENTRO DO POSSÍVEL, A SUA PRESERVAÇÃO.POR ESSE MOTIVO, NECESSÁRIO OBSERVAR, QUANTO À EXECUÇÃO DO PASSIVO DA SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, O PLANO APROVADO PELO JUÍZO EMPRESARIAL.RESSALTE-SE QUE A HIPÓTESE EM ANÁLISE NOS AUTOS FOI OBJETO DE EXAME PELA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, OCASIÃO EM QUE SE RECONHECEU COMPETIR AO JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DECIDIR SOBRE ATOS EXECUTIVOS OU CONSTRITIVOS DOS BENS DAS SOCIEDADES EM RECUPERAÇÃO. NESSE SENTIDO:"AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS.

Documento eletrônico juntado ao processo em 23/01/2017 às 14:38:49 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: A5133B10-3193-4E32-B413-79A0B0E85CD2

PENHORA ANTERIOR.1. ENCONTRA-SE PACIFICADO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE O ENTENDIMENTO DE QUE, DEFERIDO O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, AS AÇÕES E EXECUÇÕES TRABALHISTAS DEVEM PROSSEGUIR NO ÂMBITO DO JUÍZO UNIVERSAL, MESMO NOS CASOS DE PENHORA ANTERIOR OU NAQUELES EM QUE ULTRAPASSADO O PRAZO DE SUSPENSÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 6°, § 4, DA LEI 11.101/2005.2. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO." (AGINT NO CC 146.036/RS, REL. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 14/09/2016, DJE 20/09/2016.)"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ.1. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, A TEOR DAS DISPOSIÇÕES DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SÃO INVIÁVEIS QUANDO INEXISTE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NA DECISÃO EMBARGADA.2. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL DO ACÓRDÃO EMBARGADO. RECURSO DOTADO DE CARÁTER MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS APONTADOS, OBJETIVANDO À REDISCUSSÃO DA MATÉRIA, JÁ REPETIDAMENTE DECIDA.3. O JUÍZO RESPONSÁVEL PELA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DETÉM A COMPETÊNCIA PARA DIRIMIR TODAS AS QUESTÕES RELACIONADAS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, AO PROCEDIMENTO EM APREÇO, INCLUSIVE AQUELAS QUE DIGAM RESPEITO À ALIENAÇÃO JUDICIAL CONJUNTA OU SEPARADA DE ATIVOS DA EMPRESA RECUPERANDA, DIANTE DO QUE ESTABELECEM OS ARTS. 6°, CAPUT E § 2°, 47, 59 E 60, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 11.101/2005.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS." (EDCL NO AGRG NO AGRG NO CC 99.233/RJ, REL. MINISTRO MARCO BUZZI, DJE DE 19/11/2014.)"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. JUÍZO UNIVERSAL. PRECEDENTES DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA QUE CONHECEU DO CONFLITO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (AGRG NO CC 118.908/SP, REL. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 27/08/2014, DJE DE 26/09/2014.)ANTE O EXPOSTO, DEFIRO A LIMINAR, EXCLUSIVAMENTE PARA DETERMINAR A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO NA RECLAMATÓRIA TRABALHISTA N.° 0000464-35-2015-5-03-0181, EM TRÂMITE PERANTE O JUÍZO DA 43ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG, BEM COMO PARA DESIGNAR O JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ PARA DECIDIR, PROVISORIAMENTE, ACERCA DAS MEDIDAS URGENTES REQUERIDAS (ART. 955 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). COMUNIQUE-SE, COM URGÊNCIA, O INTEIRO TEOR DESTA DECISÃO AOS JUÍZOS SUSCITADOS, SOLICITANDO-LHES INFORMAÇÕES, QUE DEVEM SER PRESTADAS NO PRAZO LEGAL (ART. 954 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL).APÓS, DÊ-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE.BRASÍLIA (DF), 20 DE JANEIRO DE 2017."

ASSIM, SOLICITO-LHE QUE SEJAM PRESTADAS AS NECESSÁRIAS

Documento eletrônico juntado ao processo em 23/01/2017 às 14:38:49 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: A5133B10-3193-4E32-B413-79A0B0E85CD2

INFORMAÇÕES PREFERENCIALMENTE POR MALOTE DIGITAL (RESOLUÇÃO Nº 100 DE 24/11/2009/CNJ) OU, NA IMPOSSIBILIDADE DA TRANSMISSÃO, AO ENDEREÇO ELETRÔNICO: PROTOCOLO.JUDICIAL@STJ.JUS.BR ATENCIOSAMENTE, MINISTRO HUMBERTO MARTINS, VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA.SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

C5424611553494812L=4449@

Documento eletrônico juntado ao processo em 23/01/2017 às 14:38:49 pelo usuário: BRUNO RODRIGUES DE CARVALHO

Código de Controle do Documento: A5133B10-3193-4E32-B413-79A0B0E85CD2

STJ-Petição Eletrônica recebida em 17/01/2017 19:09:57

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.1

DECISÃO

Trata-se de pedido de recuperação judicial com base nos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/05 formulado por **GALVÃO ENGENHARIA** e **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A,** sociedades anônimas de capital fechado inscritas no CNPJ sob o n.º 0134937/0001-79 e 11.284.210/0001-75, respectivamente, onde se inserem no conglomerado econômico denominado de "Grupo Galvão", grupo que se dedica exclusivamente às atividades de construção civil para infraestruturas rodoviária, aeroviária, portuária e urbana, com tradição há mais de cinco décadas.

Aduzem ter a primeira requerente operações em curso em 14 estados da federação e no exterior, estando entre as maiores organizações empresariais do país, abarcando seu ramo de atuação clientes públicos e privados, sob a forma de contratos de prestação de serviços, concessões e parcerias público-privadas (PPP's), sendo gerida pela *holding* de capital fechado **Galvão Participações S.A** – segunda requerente – essa não operacional.

Descreve ser o "Grupo Galvão" formado pelas empresas **Galvão Engenharia**- primeira requerente – essa fundada em 1996 no Rio de Janeiro, a partir da cisão da Queiroz Galvão; **CAB Ambiental**; **Galvão Óleo e Gás Participações**; **Galvão Finanças** e das **Concessionários de Rodovias BR 153,** sendo o referido grupo gerido pela *holding* de capital fechado **Galvão Participações** - segunda requerente -, controlada, por sua vez, pela **Empresa Nacional de Participações Ltda** (Empar), pela **Moval Participações Ltda** e pela **Freccia Engenharia Ltda**, todas com capital 100% nacional.

Sustentam que apesar da fixação de sua sede na Cidade de São Paulo, a primeira requerente foi criada neste Município, e sua filial aqui presente, conduz atualmente as operações comerciais que geram mais de 50% do faturamento de todo o "Grupo Galvão", o que justifica, pelo critério econômico, a fixação da competência na jurisdição da competência na sede de sua filial.

Expõem como motivo para de sua crise econômico-financeira, os eloquentes sinalizadores de que o País vive uma severa crise econômica – já considerada sistêmica-, que fez gerar o crescimento irrefreável dos insumos, com inevitável aumento do custo de operação da primeira requerente, o que aumentou consideravelmente o seu endividamento, pois para manutenção do seu capital de giro, precisou obter créditos no mercado a juros cada vez mais altos, aliado ao fato de ter sido afetado pela incapacidade de alguns de seus clientes pagarem pelas obras já executadas nos prazos

Petição Eletrônica protocolada em 18/01/2017 07:41:47

Documento eletrônico e-Pet nº 2127973 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897876789 Data e Hora: 17/01/2017 19:09:57hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 17/01/2017 19:09:57

inicialmente programados, o que impactou seu fluxo de caixa que fora estável por quase 20 anos.

Explicitam que na tentativa de sair da crise a primeira requerente expandiu seu ramo de atuação para área de óleo e gás, setor que parecia imune a crise denunciada, mas que, recentemente em razão de *default* os clientes desse setor também deixaram de cumprir com os cronogramas e pagamento inicialmente ajustados, o que acentuou por vez o fluxo de caixa das requerentes.

Concluem que a impontualidade dos pagamentos por parte dos contratantes dos seus serviços, a impontualidade de os fornecedores em cumprirem com os cronogramas de entrega de serviços e a crise econômica sistêmica que assola o País são os principais fatores que determinam a atual crise econômico-financeira das requeridas, a qual não poderá ser resolvida sem o auxílio da presente medida judicial requerida.

Afirmam, no entanto, ser viável a superação da crise, pois apontam a existência de créditos a receber na casa dos R$ 2 bilhões de reais, sem previsão de satisfação a curto prazo, o que torna necessária e inevitável a concessão da medida proposta, a fim de que possa ser implementado um plano eficiente para pagamento das suas dívidas, enquanto não resgata todos seus recebíveis.

Apontam de forma concisa os diversos contratos em vigor, os quais demonstram ótimas expectativas na possibilidade da obtenção de ativos, capazes de suprir o atual passivo, e ainda propiciar a manutenção e soerguimento da atividade econômica desenvolvida.

Inicialmente enfoco a questão sobre a possibilidade da formação do litisconsórcio ativo.

A lei 11.101/2005 não tratou da possibilidade do ingresso de uma recuperação judicial una, à vista da existência de um grupo societário, seja ele de fato ou direito.

Sobre essa possibilidade assim expôs Ricardo Brito Costa:

"A formação do litisconsórcio ativo na recuperação judicial, a despeito da ausência de previsão na Lei 11.101/2005, é possível, em se tratando de empresas que integrem um mesmo grupo econômico (de fato ou de direito). Nesse caso, mesmo havendo empresas do grupo com operações concentradas em foros diversos, o conceito ampliado de empresa (que deve refletir o atual estágio do capitalismo abrangendo o grupo econômico), para os fins da Lei 11.101/2005, permite estabelecer a competência do foro do local em que se situa a principal unidade (estabelecimento) do grupo de sociedades. O litisconsórcio

Petição Eletrônica protocolada em 18/01/2017 07:41:47

Documento eletrônico e-Pet nº 2127973 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897876789 Data e Hora: 17/01/2017 19:09:57hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 17/01/2017 19:09:57

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.3

ativo, formado pelas empresas que integram o grupo econômico, não viola a sistemática da Lei nº 11.101/2005 e atende ao Princípio basilar da Preservação da Empresa. A estruturação do plano de recuperação, contudo, há de merecer cuidadosa atenção para que não haja violação de direitos dos credores" (COSTA, 2009, P. 182).

Ao contrário dos grupos societários de direito, cuja formação a lei impõe características próprias para constituição, dificuldade encontra-se para identificação dos grupos societários de fato, haja vista a possibilidade de se materializarem por meio de diversas relações econômicas entre as entidades, apesar de continuarem dotadas de personalidade e patrimônio próprios, e aparentemente independentes.

Sustentam alguns doutrinadores que nos grupos econômicos formais (de fato) existe apenas uma empresa e várias pessoas jurídicas atuando como empresárias, formando uma espécie de "sociedade em comum" de pessoas jurídicas.

Os grupos econômicos de fato são formados por sociedades que mantêm, entre si, laços empresariais através de participações acionárias, sem necessidade de se organizarem juridicamente, mantendo-se isoladas e relacionando-se sob a forma de coligadas, controladas e controladoras, sem necessidade de maior estrutura organizacional.

É necessário quase sempre, para verificarmos a existência desse fenômeno, apurarmos a configuração de três elementos fundamentais, quais sejam: contribuição individual com esforços ou recursos, atividade para lograr fins comuns e participação em lucros e prejuízos.

Nesse aspecto, as sociedades empresárias que formam o polo ativo do pedido enquadram-se dentro da descrição acima realizada.

Isto porque, além de possuírem o quadro societário formado pelas mesmas sócias – em ambas as sociedades - é evidente que a contribuição há uma entre as outras, e que disto, depende o sucesso de todo o empreendimento, haja vista o indubitável entrelaçamento de fins, haja vista a segunda sociedade ter sido criada com fins exclusivos de promulgar, expor e criar melhores meios de comercialização dos produtos negociados pela primeira.

Assim, não há como não se conceituar a existência da formação de um grupo societário de fato, pois o desígnio de atividades e participação dos lucros está intimamente interligado.

Neste sentido:

0049722-47.2013.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

Petição Eletrônica protocolada em 18/01/2017 07:41:47

Documento eletrônico e-Pet nº 2127973 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897876789 Data e Hora: 17/01/2017 19:09:57hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 17/01/2017 19:09:57

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.4

DES. FLAVIA ROMANO DE REZENDE - Julgamento: 04/02/2014 - OITAVA CAMARA CIVEL.RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS. TRÊS SOCIEDADES. GRUPO ECONÔMICO DE FATO, ONDE UMA DELAS É RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO E AS DEMAIS PELA VENDA DAS MERCADORIAS. DEFERIMENTO, PELO JUÍZO DE 1º GRAU, DO PEDIDO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO DAS AGRAVADAS. INCONFORMISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE REGRAMENTO ESPECÍFICO DA MATÉRIA NA LEI 11.101/05. LITISCONSÓRCIO ATIVO QUE SE MOSTRA POSSÍVEL, DIANTE DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS AOS CREDORES E DA POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, FONTE DE RENDA E DE EMPREGOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU. - O surgimento dos grupos econômicos de fato está ligado à dinâmica do mercado e à sua globalização, as quais fazem com que os empresários busquem fórmulas mais ágeis e eficazes de garantir lucro e alcançar parte significativa de consumidores. - A recuperação judicial tem por objetivo maior a salvação da atividade econômica empresarial, geradora de empregos e renda. Por este motivo, o que se busca é harmonizar direitos e deveres, impondo-se, sempre que possível, o menor sacrifício a todas as partes envolvidas. Neste contexto, o litisconsórcio ativo pode facilitar o acordo entre as recuperandas e os credores, viabilizando o pagamento dos débitos, nos prazos estabelecidos. - NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

Isto posto, e ante o parecer favorável do MP, **recebo e defiro a formação do litisconsórcio ativo pretendido,** ressalvando apenas a necessidade da adoção da medidas pleiteadas pelo Parquet em seu parecer.

Quanto a formulação do pedido na sede de uma de suas filiais, compete analisarmos a questão pela ótica do principal estabelecimento da requerida, como determina o art. 3º da Lei 11.101/2005.

O art. 1.142 do CC define estabelecimento como sendo todo complexo de bens organizado para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.

Este deve ser caracterizado como sendo a sede administrativa da empresa, isto é, o lugar em que estão concentrados os negócios do empresário, onde são realizadas as operações financeiras e comerciais, não se confundindo necessariamente com a sede estatutária definida no contrato.

Deve, portanto, ser considerado, para fins de sua caracterização, não o elemento convencional ou formal, mas sim o critério fático.

Neste ponto, afirma a requerida exercer a maior parte de suas atividades comerciais e financeiras no Rio de Janeiro, afirmando que 50% do faturamento atual das requerentes advêm de contratos aqui firmados, o que confere a ela o status de principal estabelecimento.

Petição Eletrônica protocolada em 18/01/2017 07:41:47

Documento eletrônico e-Pet nº 2127973 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897876789 Data e Hora: 17/01/2017 19:09:57hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 17/01/2017 19:09:57

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

Neste sentido, recebo o pedido.

No mais, a inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 30/769.

Ouvido, o Parquet manifestou-se favoravelmente ao deferimento do processamento da recuperação judicial.

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que a nova lei quis introduzir.

A LFR destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, conceito que se fortalece cada vez mais na jurisprudência do STJ e dos Tribunais.

In causa, as requerentes apontam na petição inicial de forma concisa e clara as causas da crise econômico-financeira que se instalou sobre as requerentes, expondo ainda a expectativa relativa de créditos a receber.

A vasta documentação carreada em seu bojo foi examinada pelo Ministério Público, à luz do art. 51 da Lei 11.101/2005, apontou encontrar-se ordem, restando apenas a apresentação da lista de bens dos diretores das companhias; demonstração de resultados acumulativos relativos aos exercícios de 2014 de ambas as requerentes e listagem completa de empregados da segunda requerente, os quais não considerou como sendo essenciais à apreciação do pedido, o que reputo correto, a partir do momento que os demais elementos são suficientes para apurar as condições da ação, ainda porque, a vinda dos documentos declinados pode ser perfeitamente trazida no curso do procedimento.

Com efeito, considero, a exordial suficientemente instruída, cumprido assim os elementos legais exigidos.

A empresa como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades, visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 47 da LRF).

Criada com o fim precípuo de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF inovou consideravelmente o conceito de empresa, alçando-a a um patamar de relevante papel social.

Documento eletrônico e-Pet nº 2127973 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897876789 Data e Hora: 17/01/2017 19:09:57hs

Juntada protocolada em 18/01/2017 07:41:47

STJ-Petição Eletrônica recebida em 17/01/2017 19:09:57

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.6

Assim o legislador ao promulgar a referida lei dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, respondeu aos anseios das empresas que, em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benefícios, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

Sobre as formas das crises econômico-financeiras que recaem sobre as sociedades assim descreveu o mestre Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª ed.)

"A crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária."

Tratando-se, portanto, de sociedades em atividade há décadas, observo dentro do contexto apresentado, que a crise anunciada é meramente financeira, uma vez que as sociedades necessitaram obter grande aporte de capital no mercado financeiro para manter as complexas e dispendiosas atividades desenvolvidas, e em contrapartida viram a suspensão do pagamento de créditos a receber em diversos dos seus contratos em execução, situação que precisa ser equacionada por meio de soluções de mercado a serem apresentadas corretamente em juízo de recuperação judicial.

Destarte, é possível afirmar, ainda que em uma análise perfunctória da situação, ser a atividade desenvolvida pela requerente bastante rentável, não só pelo tempo de mercado, mas por todos os indicativos trazidos, o que confere ao plano de recuperação a ser desenvolvido grande possibilidade de êxito.

Por fim, as empresas requerentes atenderam também aos requisitos do artigo 48 e seus incisos da Lei 11.101/05, ao comprovarem que estão em atividade há mais de 02 (dois) anos, não serem falidas ou terem obtido concessão de recuperação, inclusive com base em plano especial, nos últimos cinco, e não haver condenação criminal contra seus administradores, ou sócio controlador, por crimes previstos nesta lei.

Atendidas, portanto, as prescrições legais, e à vista do parecer Ministerial favorável de fls. 1210 vº, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL da GALVÃO ENGENHARIA S.A , sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ sob n.º 01340937/0001-79, com sede na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, 2º andar, Vila Olímpia, São e **Filial**

6

Petição Eletrônica protocolada em 18/01/2017 07:41:47

Documento eletrônico e-Pet nº 2127973 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897876789 Data e Hora: 17/01/2017 19:09:57hs

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.7

inscrita no CNPJ sob o n.º 01.340.937/0011-40, estabelecida na Rua Lauro Muller, nº 116, salas 2.704-2.706, Botafogo, Rio de Janeiro e da **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A, sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ sob n.º 11.284.210/0001-75,** com sede na Rua Gomes Carvalho, nº 1.510, 19ª, andar, Vila Olímpia, São Paulo, **e determino, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/05:**

I – A dispensa da apresentação de certidões negativas para que a requerente exerça suas atividades, exceto para contratação do Poder Público ou para recebimento de benefícios, incentivos fiscais ou créditos, ressalvado, contudo, essa possibilidade mediante obtenção de parcelamento fiscal na forma da legislação em vigor;

II – que as requerentes acrescentem após seu nome empresarial a expressão "em recuperação judicial", de acordo com o previsto no art. 69 da LRF;

III– a suspensão de todas as ações e execuções contra as recuperanda, na forma do art. 6º da Lei 11.101/05, bem como a venda ou retirada de seus estabelecimentos dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial, que tiverem sido dados em garantias não sujeitas à recuperação judicial (parte final do § 3º do art. 49 LRF);

IV – a suspensão da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito – em face das Requerentes;

V– que as recuperandas apresentem contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;

VI- a apresentação das certidões, na forma do VIII do art. 51, das filiais da primeira requente;

VII- a vinda da demonstração de resultados acumulados relativos ao exercício de 201 de ambas as requerentes;

IX- a relação de bens particulares dos controladores e administradores das sociedades e de suas filiais;

X- a lista de empregados da segunda requerente.

XI- a relação completa e segregada de seus credores, como requerido pelo Parquet, no prazo de 10 dias;

XII – a expedição e publicação do edital previsto no parágrafo 1º do art. 52 da Lei 11.101/05;

Petição Eletrônica protocolada em 18/01/2017 07:41:47

Documento eletrônico e-Pet nº 2127973 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897876789 Data e Hora: 17/01/2017 19:09:57hs

STJ Petição Eletrônica recebida em 17/01/2017 19:09:57

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.8

XIII– a intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas Federal, Estadual e do Município do Rio de Janeiro.

XIV– comunicação à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e demais Estados onde as recuperandas detenham registro de sede e filiais para anotação do pedido de Recuperação nos registros;

XV– apresentem as recuperandas, EM SEPARADO, o plano de recuperação no prazo de 60 dias da publicação desta decisão, o qual deverá observar os requisitos do art. 53 da Lei 11.101/2005.

XVI- determino sejam acautelados em cartório, em lugar com acesso restrito ao responsável pela serventia, com vista somente mediante despacho, os seguintes documentos: i) Lista de empregados e ii) Relação dos bens particulares dos diretores

Nomeio para função de Administrador Judicial a ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA., CNPJ 07.016.138/0001-28, situado na Rua Surubim, n.º 577, 9º andar, conjunto 92, Cidade Monções, CEP 04571-050, São Paulo/Capital, sendo sócio responsável **EDUARDO BARBOSA DE SEIXAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 09.376.430-6 IFP/RJ e CPF 025.864.457-59 **a qual deverá desempenhar o encargo na forma do inciso III do *caput* do artigo 22 da Lei 11.101/05, sem prejuízo do disposto no inciso I do *caput* do artigo 35 do mesmo diploma legal.**

Por ora, deixo a cargo das devedoras e da administradora judicial nomeada o acerto referente à remuneração do encargo, a qual, atento aos critérios contidos no art. 24 da Lei 11.101/2005, será oportunamente homologada.

Intime-se a Administradora Judicial via telefone para, aceitando o encargo, assinar o termo de compromisso em cartório.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

FERNANDO CESAR FERREIRA VIANA
Juiz de Direito

Petição Eletrônica protocolada em 18/01/2017 07:41:47

Documento eletrônico e-Pet nº 2127973 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897876789 Data e Hora: 17/01/2017 19:09:57hs

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 150.892 - RJ (2017/0028929-3)

RELATOR	:	**MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE	:	GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE	:	GALVAO PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO	:	FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO E OUTRO(S) - RJ094605
SUSCITADO	:	JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
SUSCITADO	:	JUIZO DA 46A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE -MG
INTERES.	:	PATRICIA ABREU MOREIRA RODRIGUES
ADVOGADO	:	JOÃO CAETANO MUZZI E OUTRO(S) - MG021997

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, em que são suscitantes GALVÃO ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ e o JUÍZO DA 46ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG.

Informa a suscitante que pleiteou os benefícios da recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, cujo processamento foi deferido pelo primeiro suscitado em 27/3/2015.

Aduz que:

> *"De outro lado, tem-se o Juízo do Trabalho, perante o qual tramita a Reclamatória Trabalhista proposta por Patricia Abreu Moreira Rodrigues ('Reclamante') contra as Recuperandas, assim como a Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental e o Município de Belo Horizonte ('Município de BH'), em conjuntos denominados 'Reclamados'.*
>
> *4. Por meio de decisão proferida nos autos da execução trabalhista objeto deste conflito, o Juízo do Trabalho determinou o bloqueio de créditos detidos pelos Reclamados (e, consequentemente, pelas Recuperandas) contra o Município de BH, até o limite de R$ 60.519,07, com o escopo de garantir o pagamento do crédito concursal perquirido pela Reclamante nos autos trabalhistas.*
>
> *(...)*
>
> *40. Ao que parece, o Juízo do Trabalho entende estar 'garantindo' o adimplemento das obrigações atinentes a um determinado credor trabalhista, mas, na verdade, está subvertendo a ordem procedimental de um processo de recuperação judicial, prejudicando as Recuperandas e todos os demais credores submetidos àquele procedimento"* (fls. 2/9 e-STJ).

Defende que somente o Juízo recuperacional detém competência para

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/02/2017 às 12:46:50 pelo usuário: KÁTIA CRISTINA ROCHA DIAS

Documento eletrônico VDA16011989 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 20/02/2017 13:45:28
Código de Controle do Documento: 6D20CF26-989B-4F8E-841A-10C8329097A5

decidir sobre os atos de constrição contra seu patrimônio, justificando a concessão de liminar para sustar os efeitos dos atos decisórios praticados pelo juízo trabalhista e para revogar a ordem de bloqueio dos ativos financeiros ou, eventualmente, remeter mencionada discussão ao crivo do Juízo Empresarial do Rio de Janeiro, que deve ser declarado o Juízo competente para quaisquer medidas urgentes.

Ao final, pugna pela procedência do conflito suscitado, com a declaração da competência do juiz da recuperação para decidir sobre o destino dos bens.

É o relatório.

DECIDO.

A liminar deve ser concedida parcialmente.

De início, indefiro o pedido de devolução ou levantamento de eventuais valores e bens bloqueados ou penhorados. Não é o caso de levantamento da constrição realizada nos autos, mas, sim, de remessa dos bens ao juízo competente, qual seja, o da recuperação, para que este adote as providências cabíveis. Essa é a linha adotada por mim nos EDcl no CC nº 115.524 (DJe 30.9.2011) e também pelo Ministro Luis Felipe Salomão nos EDcl no CC nºs 112.300 (DJe 17.5.2011), 109.805 (DJe 10.2.2011) e 112.301 (DJe 2.2.2011). Não há falar em levantamento da penhora incidente sobre tais bens por se tratar aqui de conflito de competência.

No mais, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, no caso de deferimento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato executório que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CREDOR TRABALHISTA. APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. DECISÃO LIMINAR RECONHECENDO A EXISTÊNCIA DE CONFLITO. FIXAÇÃO PROVISÓRIA DE COMPETÊNCIA.

1. Após aprovado e homologado o plano de recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a ações expropriatórias movidas contra a empresa devedora.

2. O Superior Tribunal de Justiça também já decidiu que, na recuperação judicial, a competência de outros juízos se limita à apuração de respectivos créditos, sendo vedada a prática de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação.

3. Agravo regimental não provido."

(AgRg no CC nº 132.285/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Segunda Seção, julgado em 14/5/2014, DJe 19/5/2014)

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/02/2017 às 12:46:50 pelo usuário: KÁTIA CRISTINA ROCHA DIAS

Documento eletrônico VDA16011989 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 20/02/2017 13:45:28
Código de Controle do Documento: 6D20CF26-989B-4F8E-841A-10C8329097A5

Diante do exposto, em vista da demonstrada estabilidade jurisprudencial, concedo a liminar para determinar a suspensão dos atos executórios decorrente da ação nº 0011896-08.2016.5.03.0184, em curso perante o JUÍZO DA 46ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG.

Designo o JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes até ulterior deliberação no presente conflito.

Oficiem-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando a liminar e solicitando informações, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 197 do RISTJ). Informem referidos Juízos se os créditos trabalhistas acima indicados encontram-se arrolados no plano de recuperação judicial aprovado. Ademais, detalhe o Juízo da recuperação o estágio atual do procedimento e se a devedora vem cumprindo o plano apresentado.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal para parecer (artigo 198 do RISTJ).

Publique-se.

Intime-se.

Comuniquem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2017.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

NÃO OFICIAL

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/02/2017 às 12:46:50 pelo usuário: KÁTIA CRISTINA ROCHA DIAS

Documento eletrônico VDA16011989 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 20/02/2017 13:45:28
Código de Controle do Documento: 6D20CF26-989B-4F8E-841A-10C8329097A5

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Galdino · Coelho · Mendes

Flavio Galdino	Cláudia Maziteli Trindade	Diogo Vinicius Moriki Silva	Bruno Duarte Santos
Sergio Coelho	Diogo Rezende de Almeida	Isadora A. R. de Almeida	Maria Carolina Bichara
João Mendes de O. Castro	Gabriel Rocha Barreto	Wallace Corbo	Tassia de Oliveira Ruschel
Rodrigo Candido de Oliveira	Danilo Palinkas	Gustavo Klein Soares	Gabriela Matta Ristow
Eduardo Takemi Kataoka	Pedro C. da Veiga Murgel	Julianne Zanconato	Tomás de S. G. Martins Costa
Cristina Biancastelli	Renata Jordão Natacci	Rodrigo Saraiva P. Garcia	Luiza Nasser S. Rodrigues
Gustavo Salgueiro	Felipe Brandão	Amanda Torres Hollerbach	Camilla Carvalho de Oliveira
Rafael Pimenta	Milene Pimentel Moreno	Carlos Brantes	Fernanda Rocha David
Isabel Picot França	Adrianna Chambô Eiger	Vanessa F. F. Rodrigues	Aline da Silva Gomes
Marcelo Atherino	Lia Stephanie S. Pompili	Isabela Rampini Esteves	Júlia Leal Danziger
Marta Alves	Mauro Teixeira de Faria	Renato Alves	Maria Flávia J. F. Macarini
Filipe Guimarães	André Furquim Werneck	Ivana Harter	Jéssica Simões de Toledo

EXMA. SRA. MINISTRA LAURITA VAZ, PRESIDENTE DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Distribuição Urgente – Pedido de Liminar

Prevenção do Exmo. Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

GALVÃO ENGENHARIA S.A. ("GESA"), sociedade por ações de capital fechado inscrita no CNPJ sob o nº 01.340.937/0001-79, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 2º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005 e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., em recuperação judicial ("GALPAR", em conjunto com a GESA, "Recuperandas"), sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.284.210/0001-75, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005, vêm a V. Exa., por seus advogados abaixo assinados (Doc. 1), com fundamento nos arts. 66, 951 e seguintes do NCPC e 105, inciso I, "d", da Constituição Federal, suscitar o presente **CONFLITO DE COMPETÊNCIA**, com fundamento nos argumentos de fato e de direito a seguir aduzidos.

Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 138 / 11º andar
20040 002 / Centro
Rio de Janeiro / RJ
T +55 21 3195 0240

São Paulo
Av. Brig. Faria Lima 3900 / 11º andar
04538 132 / Itaim Bibi
São Paulo / SP
T +55 11 3041 1500

Brasília
SAUS Sul / quadra 05
bloco K / Nº 17 / salas 501-507
70070 050 / Brasília / DF
T +55 61 3323 3865

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

14.474

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

CABIMENTO E COMPETÊNCIA DESTE E. STJ

PREVENÇÃO DO MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

1. O presente conflito de competência coloca em lados opostos o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo Empresarial do Rio de Janeiro") e o d. Juízo da 46ª Vara do Trabalho da Capital do Estado de Minas Gerais, integrante do E. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região ("Juízo do Trabalho").

2. O primeiro juízo suscitado é aquele em que em 27.3.2015 deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial da GESA e GALPAR[1], fixando, por conseguinte, sua competência para conhecer todas as ações que versem sobre bens, interesses e negócios das recuperandas e que afetam a recuperação judicial.

3. De outro lado, tem-se o Juízo do Trabalho, perante o qual tramita a Reclamatória Trabalhista proposta por Patricia Abreu Moreira Rodrigues ("Reclamante") contra as Recuperandas, assim como a Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental e o Município de Belo Horizonte ("Município de BH"), em conjuntos denominados "Reclamados"[2].

4. Por meio de decisão proferida nos autos da execução trabalhista objeto deste conflito, o Juízo do Trabalho determinou o bloqueio de créditos detidos pelos Reclamados (e, consequentemente, pelas Recuperandas) contra o Município de BH, até o limite de R$ 60.519,07, com o escopo de garantir o pagamento do crédito concursal perquirido pela Reclamante nos autos trabalhistas.

[1] Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001.

[2] Reclamação trabalhista, em fase de cumprimento de sentença, nº 0011896-08.2016.5.03.0184.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

GCM
Galdino Coelho Mendes
Advogados

5. Tem-se, assim, como configurado o conflito.

6. De outro giro, veja-se que se trata de Conflito que coloca em lados opostos juízos vinculados a Tribunais diversos, preenchendo a hipótese da alínea "d" do art. 105 da Constituição Federal, que determina ainda que, nesses casos, o conflito deve ser dirimido por este E. STJ.

7. Ademais, o Regimento Interno deste E. STJ estabelece, em seu art. 12, inciso IV, cumulado com o art. 9º, §2º, a competência da Segunda Seção para processar e julgar os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, bem como entre o Tribunal e Juízes a ele não vinculados e Juízes vinculados a Tribunais diversos, relativos ao direito do trabalho, falências e direito privado em geral.

8. Sob esse prisma – e levando-se em conta que o presente conflito, como já mencionado, coloca em lados opostos o Juízo Empresarial do Rio de Janeiro e o Juízo do Trabalho, a fim de definir qual é o competente para realizar atos executivos e constritivos visando à garantia do adimplemento de obrigações concursais das Recuperandas – conclui-se pela competência desta E. Segunda Seção do STJ para processar e julgar o presente Conflito de Competência.

9. Daí se tem que os autos do presente Conflito de Competência devem ser imediatamente distribuídos a um dos Ministros integrantes da Segunda Seção deste E. STJ. Explica-se.

10. Em 15.4.2015, foi suscitado Conflito de Competência pela GESA, autuado sob o nº 139.693 e distribuído sob a relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, da Segunda Seção deste E. STJ, tendo em vista decisão proferida pelo d. Juízo da 4ª Vara Cível de Três Lagoas/MS.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

14475

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

11. Por meio daquele Conflito de Competência, a GESA requereu fosse reconhecida a competência do Juízo Empresarial do Rio de Janeiro para deliberar acerca de pedidos de constrição de bens para garantir o pagamento de créditos concursais, em razão da sua recuperação judicial.

12. Naquele caso, o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva deferiu o pedido liminar formulado pela GESA (Doc. 2), determinando o sobrestamento daquele feito e designando o Juízo Empresarial para julgar eventuais questões urgentes. Mesma linha adotada em casos análogos posteriormente ajuizados pela GESA: Conflitos de Competência nºs 150283/RJ, 148838/RJ, 145226/RJ, 143480/RJ, 141284/RJ e 139693/RJ.

13. O presente conflito, assim como aqueles citados acima, coloca em lados opostos o Juízo Empresarial do Rio de Janeiro e um Juízo fracionário que determinou a prática de atos de constrição sobre os patrimônios das Recuperandas para fins de garantir o pagamento de créditos concursais.

14. Como as decisões proferidas pelo Juízo do Trabalho se resolvem em constrições patrimoniais das Recuperandas e no pagamento de créditos concursais, é imperiosa a necessidade de que este Conflito de Competência seja analisado pela mesma Turma julgadora (*in casu*, a 2ª Seção deste E. Tribunal), se possível relatado pelo mesmo Ministro, sob pena de se possibilitar a prolação de decisões divergentes e conflitantes.

15. Afinal, não poderia ser decidido em um caso pela competência do Juízo Empresarial e em outro pela competência de Juízo fracionário em situações absolutamente idênticas.

16. Uma das missões de maior relevância deste E. STJ é justamente a de manter a uniformidade de julgamentos em todo o território nacional, não se

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

admitindo que possa, *intra muros*, proferir decisões dissonantes em relação a Conflitos de Competência que versam exatamente a mesma matéria e oriundos de um mesmo processo de recuperação judicial.

17. Sobre o tema, destaca-se, por oportuno, a decisão recente proferida durante o recesso judicial nos autos do Conflito de Competência nº 150.577, a I. Presidente deste e. STJ, ministra Laurita Vaz, concedeu a medida liminar pleiteada pela suscitante para, em caso análogo ao presente, suspender ordem de penhora exarada em juízo trabalhista.

18. Naquele caso, o juízo da 52ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro havia determinado a penhora sobre os créditos que a reclamada Schahin Engenharia detém junto à Petrobras. Ao informar que a empresa estava sob o regime especial da Recuperação Judicial, a liminar foi acolhida e a ordem de bloqueio suspensa.

19. Ainda, em caso idêntico ao presente, o vice-presidente deste Tribunal, ministro Humberto Martins, deferiu nos autos do CC nº 150.620 medida liminar para suspender a ordem de penhora proferida pelo Juízo Trabalhista da 46ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, para o fim de evitar que se realizasse penhora de créditos que as Recuperandas detinham contra o Município de Belo Horizonte

20. Demonstrados o cabimento e a competência deste E. Tribunal, bem como a urgência de suspensão da ordem de penhora, passa-se a explicar melhor os fatos e as razões pelas quais se entende que o Juízo competente é aquele perante o qual se processa a recuperação judicial das Recuperandas.

A PARTICULAR SITUAÇÃO DA GESA E DA GALPAR

21. Como é fato notório, GESA e GALPAR mergulharam em grave crise econômico-financeira, que afetou gravemente os fluxos de caixa das Recuperandas,

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

14476

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

levando-as a formular pedido de recuperação judicial em 25.3.2015 perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Doc. 3). O pedido foi distribuído para o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

22. Após parecer favorável do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Doc. 4), o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro **deferiu o processamento do pedido em 27.03.2015** (Doc. 5).

23. Assim, GESA e GALPAR encontram-se oficialmente sob o especial regime da recuperação judicial desde 25.3.2015. Todos os créditos existentes (vencidos ou não) até esta data são considerados créditos concursais.

24. Por fim, cabe dizer que, em 3.6.2015, as Recuperandas apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ao Juízo Empresarial do Rio de Janeiro (Doc. 6) – aprovado em assembleia geral de credores realizada em 28.8.2015 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em 14.9.2015 (decisão publicada em 22.9.2015) (Docs. 7 e 8).

25. É este, portanto, o pano de fundo necessário à correta compreensão acerca da configuração do conflito de competência. Assentadas as premissas, passa-se a outra etapa do debate.

DO PROCESSO TRABALHISTA QUE ENSEJOU O CONFLITO

26. O presente conflito de competência origina-se de ação trabalhista ajuizada pelo Reclamante em face dos Reclamados em 4.9.2015, em trâmite perante o Juízo do Trabalho de Belo Horizonte (Doc. 9), visando ao recebimento de verbas oriundas da relação tida entre 7.7.2014 a 7.5.2015 – período majoritariamente anterior ao ingresso da Recuperação Judicial.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

27. Em 23.6.2016, foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo Reclamante para condenar os Reclamados ao pagamento das seguintes verbas: (i) aviso prévio, férias proporcionais; (ii) diferenças salariais e (iii) multa do art. 477 da CLT; – decisão atacada por recurso ordinário interpostos pelos Reclamados e Reclamante (Doc. 10).

28. Em 16.11.2016, foi proferido acórdão negando provimento aos recursos, mantendo a r. sentença tal qual como lançada. (Doc. 11)

29. Em sede de execução provisória de sentença, o Reclamante requereu, a penhora de eventuais créditos detidos pelos Reclamados frente ao Município de BH, até o limite do montante exequendo, o qual perfazia à época a quantia de R$ 60.519,07 – **penhora deferida pelo Juízo Trabalhista, ensejando a expedição de ofício ao Município de BH para consecução do bloqueio em questão** (Doc. 12).

30. Em 26.1.2017, valendo-se de sua especial prerrogativa prevista na Lei nº 11.101/2005, as Recuperandas protocolaram pedido de reconsideração da r. decisão acima mencionada, salientando a competência do juízo universal para dispor sobre o patrimônio delas. (Doc. 13)

31. Conquanto as Recuperandas tenham informado o MM. Juízo Trabalhista de sua recuperação judicial, apenas fora determinada a suspensão do feito executivo, sendo indeferido o pedido de reconsideração para que fosse revogada a ordem de penhora então deferida. (Doc. 14)

32. No entanto, a situação não pode perdurar, o que evidencia a urgência deste Conflito de Competência.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

14.477

33. Sem qualquer intenção de se desvincular da obrigação trabalhista que detém, mas tão somente com o condão de manter a ordem procedimental de um processo de recuperação judicial, é que GESA e GALPAR clamam pela tutela desse C. STJ.

34. É certo, ainda, que o *periculum in mora* é latente nos autos, eis que, se mantida, patrimônios destinados ao pagamento dos credores será utilizado para adimplemento de crédito individual.

INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG

35. Como será demonstrado, o Juízo do Trabalho é incompetente para realizar qualquer ato constritivo contra a GESA e GALPAR ou para determinar o pagamento de quaisquer créditos concursais.

36. Com efeito, cinge-se a controvérsia em saber a quem compete decidir sobre a constrição do patrimônio de empresa em recuperação judicial e sobre a prática de atos para efetivar o pagamento de créditos concursais.

37. A questão já se encontra pacificada no âmbito deste E. STJ, que reconhece ser o Juízo onde se processa a recuperação judicial o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução.

38. Como regra geral, por conseguinte, anote-se o princípio da universalidade do juízo recuperacional, com a *vis attractiva*, no sentido de que exerce força de atração sobre os demais processos de interesse dos credores.

39. Nestes termos, a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, em tese, deveria funcionar como inibidor da prática de atos de constrição

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

patrimonial, a bem de viabilizar a mais produtiva realização dos ativos que, afinal, é o próprio objetivo da lei, e o princípio da paridade de credores.

40. Ao que parece, o Juízo do Trabalho entende estar "garantindo" o adimplemento das obrigações atinentes a um determinado credor trabalhista, mas, na verdade, está subvertendo a ordem procedimental de um processo de recuperação judicial, prejudicando as Recuperandas e todos os demais credores submetidos àquele procedimento.

41. A rigor, quando uma empresa se encontra sob o especial regime de recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se esgota no momento da apuração do *quantum* eventualmente devido[3]. Neste sentido:

> "PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.
> **1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista**.
> (...)
> **3. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, *a fortiori*, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005**.

---

[3] "Declarado por sentença o direito que o autor tem contra o devedor falido ou em recuperação, bastará apenas comunicar o fato ao juízo da recuperação ou falência, comprovando o alegado, para que o crédito seja automaticamente incluído no quadro geral, independentemente de habilitação. Aliás, o valor suficiente para atendimento do crédito poderá até já estar reservado, na forma do art. 6º, §3º. O pedido de reserva é feito por simples petição, acompanhada dos documentos comprobatórios do alegado; como o valor ainda não está definido, dependendo de sentença, deverá o peticionário estimar o valor a ser reservado, o que será examinado pelo juiz, que poderá, se for o caso, reduzir o valor da reserva" (Bezerra Filho, Manoel Justino. Nova Lei de Recuperação e Falências comentada. 3ª edição. São Paulo : Editora Revista do Tribunais, 2005, p. 60).

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953403 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

14.478

> 4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal".
> (STJ. Conflito de Competência nº 112.799/DF. Segunda Seção. Min. Rel. Luis Felipe Salomão. D.j. 22.03.2011)

42. Não se pode perder de vista que, de acordo com o disposto no art. 47, da Lei nº 11.101/2005, viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da sociedade devedora (objetivo do instituto da recuperação judicial) é pré-condição necessária para promoção de seu princípio maior: o de preservação da empresa e de sua função social.

43. A partir daí, reconhecido o empregado como credor das recuperandas, **o seu crédito deverá ser habilitado nos autos do feito recuperacional, a fim de que o seu pagamento seja, *in casu*, realizado na forma do Plano de Recuperação Judicial aprovado pelos credores em Assembleia Geral**.

44. A jurisprudência desta E. Corte é sólida neste sentido, como se infere dos precedentes lapidares abaixo transcritos:

> "CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO FALIMENTAR E JUÍZO TRABALHISTA. EXECUÇÃO TRABALHISTA. ARREMATAÇÃO DE IMÓVEL. CARTA DE ARREMATAÇÃO REGISTRADA.
> I - Compete ao Juízo onde se processa a recuperação judicial julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução que tenham origem em créditos trabalhistas.
> II - Ocorre que, tendo sido registrada a carta de arrematação, deixa-se de declarar a nulidade do ato, esclarecendo-se que o produto da alienação judicial deverá ser encaminhado pelo Juízo trabalhista ao Juízo falimentar, habilitando-se o credor trabalhista nos autos da falência, a fim de que sejam observadas as preferências legais.
> Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo falimentar".
> (STJ. Conflito de Competência nº 112.390/PA. Segunda Seção. Min. Rel. Sidnei Beneti)

* * *

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

> "CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADJUDICAÇÃO DO BEM, NA JUSTIÇA TRABALHISTA, DEPOIS DE DEFERIDO O PEDIDO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESFAZIMENTO DO ATO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.
> 1 - A jurisprudência desta Corte assentou-se no sentido de que, decretada a falência ou deferido o processamento da recuperação judicial, as execuções contra o devedor não podem prosseguir, ainda que exista prévia penhora. Na hipótese de adjudicação posterior levada a efeito em juízo diverso, o ato deve ser desfeito, em razão da competência do juízo universal e da observância do princípio da preservação da empresa.
> 2 - De acordo com o entendimento deste Tribunal Superior, admite-se a prorrogação do prazo suspensivo das ações e execuções ajuizadas em face da sociedade em crise econômico-financeira, previsto no art. 6º, § 3º, da Lei n. 11.101/2005.
> 3 - Conflito de competência conhecido, declarada a competência do Juízo da Vara de Falência e Recuperações Judiciais e decretada a nulidade da adjudicação.
> (STJ. Conflito de Competência nº 111.614/DF. Segunda Seção. Min. Rel. Nancy Andrighi. D.j. 19.06.2013)

45. Ao promover atos de expropriação e de execução, o Juízo do Trabalho está desfalcando a GESA e GALPAR de um acervo de bens que deve garantir o pagamento da integralidade dos credores, e não apenas o adimplemento dos créditos perquiridos pelo Reclamante.

46. É preciso impedir que decisões pulverizadas possam, ainda que indiretamente, inviabilizar o pagamento dos credores, e por consequência infringir o *par conditio creditorium.*

47. A esse respeito, recorre-se mais uma vez à jurisprudência deste E. STJ, que já se consolidou no sentido de (i) reconhecer sua própria competência para decidir conflito de competência envolvendo o tema ora em destaque; e (ii) afirmar a competência do Juízo Recuperacional em casos análogos. Vejamos:

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

14.429

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

"AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUÍZO FALIMENTAR. EXECUÇÃO TRABALHISTA. ARREMATAÇÃO REALIZADA POSTERIORMENTE AO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA. UNIVERSALIDADE DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. ANULADA A ARREMATAÇÃO, REALIZADA POR JUÍZO DIVERSO DO DA RECUPERAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.

I - O Juízo em que se processa a recuperação judicial é o competente para julgar as causas que envolvam interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução que tenham origem em créditos trabalhistas.

II - Consideradas as peculiaridades do caso, a preservação do ato de arrematação realizado pelo Juízo incompetente, depois de deferido e persistindo o processo judicial de recuperação, não deve subsistir, uma vez que tal decisão é nitidamente incompatível com o objetivo da Lei n. 11.101/2005.

III - A nulidade resulta da incompetência absoluta e, por isso, pode ser declarada em Conflito de Competência (CPC, art. 122), mormente por se tratar de arrematação cuja carta ainda não foi registrada. Agravo Regimental provido, conhecendo-se do Conflito e declarando competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Indaiatuba - SP. Em consequência, declara-se a nulidade da arrematação realizada na reclamação trabalhista, posterior ao deferimento da recuperação judicial da executada".

(STJ. Ag. Reg. nos EDcl no CC 99.548/SP. Segunda Seção. Min. Rel. Sidnei Beneti. D.j. 23.02.2011).

* * *

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - ARRESTO DOS BENS DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - IMPOSSIBILIDADE - SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS - NECESSIDADE. - PRECEDENTES - COMPETÊNCIA DO JUÍZO EM QUE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

I - A e. 2ª Seção desta a. Corte, ao sopesar a dificuldade ou mesmo total inviabilização da implementação do plano de recuperação judicial, decorrente da continuidade das execuções individuais, concluiu que, aprovado e homologado o plano de recuperação judicial, os créditos deverão ser executados de acordo com as condições ali estipuladas;

II – Convalidação da liminar anteriormente concedida, reconhecendo a competência do r. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Distrital de Caieiras/SP".

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

(STJ. Conflito de Competência nº 98.264/SP. Segunda Seção, Min. Rel. Massami Uyeda. D.j. 06.04.2009)

* * *

"**PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

1. Após o deferimento da recuperação judicial, a competência para a prática de atos que comprometam o patrimônio da empresa em recuperação é do Juízo onde esta se processa.

2. Segundo entendimento firmado pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo de 180 dias previsto no art. 6, § 4º, da Lei 11.101/2005.

3. Agravo regimental a que se nega provimento".

(STJ. Ag. Reg. no Conflito de Competência nº 104.500/SP. Segunda Seção. Min. Rel. Vasco Della Giustina. D.j. 27.04.2011)

* * *

"**O juízo responsável pela recuperação judicial detém a competência para dirimir todas as questões relacionadas, direta ou indiretamente, com tal procedimento**, inclusive aquelas que digam respeito à alienação judicial conjunta ou separada de ativos da empresa recuperanda, diante do que estabelecem os arts. 6º, caput e § 2º, 47, 59 e 60, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005.

(...)".

(STJ. Ag. Reg. no Conflito de Competência nº 97.732/RJ, Segunda Seção. Min. Rel. João Otávio de Noronha. D.j. 05.11.2010)

* * *

"**CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. COMERCIAL. LEI 11.101/05. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO.**

1. A decisão liminar da Justiça Trabalhista que determinou a indisponibilidade dos bens da empresa em recuperação judicial, assim também dos seus sócios, não pode prevalecer, sob pena de se quebrar o princípio nuclear da recuperação, que é a possibilidade de soerguimento da empresa, ferindo também o princípio da "*par conditio creditorum*".

2. É competente o Juízo da recuperação judicial para decidir acerca do patrimônio da empresa recuperanda, também da eventual extensão dos

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

14.480

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

> efeitos e responsabilidades aos sócios, especialmente após aprovado o plano de recuperação.
> 3. Os créditos apurados deverão ser satisfeitos na forma estabelecida pelo plano, aprovado de conformidade com o art. 45 da Lei 11.101/2005.
> 4. Não se mostra plausível a retomada das execuções individuais após o mero decurso do prazo legal de 180 dias".
> (STJ. Conflito de Competência nº 68.173/SP. Segunda Seção. Min. Rel. Luis Felipe Salomão. D.j. 04.12.2008)

48. No que concerne à mínima parcela do crédito decorrente de fato gerador posterior ao ingresso da recuperação judicial - mais especificamente o período trabalhado compreendido entre 27.3.2015 a 7.5.2015 (1 mês e meio praticamente) -, o entendimento pacificado deste e. Tribunal é o de que haverá submissão de aludidos créditos ao concurso de credores.

49. E a razão para tanto é mesmo lógica: no sopesamento dos princípios aplicáveis ao caso *sub judice* deverá prevalecer aquele atinente à preservação da empresa. Assim, se parcela mínima do crédito é extraconcursal, é certo que a competência do juízo universal permanece incólume. Para que não restem dúvidas a respeito do tema, colacionam-se abaixo alguns julgados:

> "DIREITO FALIMENTAR E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO ESPECIAL. CRÉDITOS RELATIVOS A NEGÓCIOS JURÍDICOS FORMALIZADOS APÓS O MOMENTO EM QUE DEFERIDO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO (LF, ART. 52). NATUREZA EXTRACONCURSAL (LF, ART. 67, CAPUT E 84, V). PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA (LF, ART. 47). PREVALÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos. 2. A expressão 'durante a recuperação judicial', gravada nos arts. 67, caput, e 84, V, da Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, abrange o período compreendido entre a data em que se defere o processamento da recuperação judicial e a decretação da falência, interpretação que melhor harmoniza a norma legal com as demais disposições

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

da lei de regência e, em especial, o princípio da preservação da empresa (LF, art. 47). 3. Recurso especial a que se nega provimento"[4]

***

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - CRÉDITO TRABALHISTA CONSTITUÍDO APÓS O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - ATO EXPROPRIATÓRIO ORDENADO PELO MAGISTRADO LABORAL GENÉRICO E SEM QUALQUER RESSALVA - ANTE A ESPECIFICIDADE DO CASO, COMPETE AO JUÍZO UNIVERSAL AVALIAR ACERCA DA ESSENCIALIDADE OU NÃO DO BEM AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - PRECEDENTES DO STJ. 1. Tratando-se de crédito trabalhista constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial, está excluído do plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n.º 11.101/2005). 2. **Ante a determinação de ato expropriatório genérico e sem ressalva determinado pelo magistrado trabalhista para a satisfação do crédito executado, compete ao juízo universal exercer o controle sobre atos de constrição patrimonial**. Precedentes do STJ. 3. Conflito conhecido para declarar a competência do juízo da recuperação judicial"[5]

***

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. No caso de deferimento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução). 2. Classificam-se como extraconcursais os créditos de obrigações que se originaram após o deferimento do processamento da recuperação, prevalecendo estes sobre os créditos concursais, de acordo com os arts. 83 e 84 da Lei nº 11.101/2005. 3. **Segundo a jurisprudência desta Corte, como forma de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, a execução de créditos trabalhistas constituídos depois do pedido de recuperação judicial deve prosseguir no Juízo universal**. 4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Blumenau/SC."[6]

---

[4] STJ. REsp 1.185.567/RS, Rel. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 5.6.2014
[5] STJ. CC 129.720/SP, Rel. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14.10.2015
[6] STJ. CC 145.027, Rel. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado 24.8.2016

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

14.481

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

50. À luz do exposto, ante a consolidada jurisprudência desta E. Corte, resta evidente a necessidade de que este E. STJ se pronuncie de plano, na forma do art. 955, par. único, do NCPC, acerca da competência para decidir sobre atos expropriatórios e de execução contra as Recuperandas com a finalidade de garantir o pagamento de créditos evidentemente concursais.

51. Deve esta E. Corte se manifestar, também, sobre a validade dos atos praticados pelo Juízo do Trabalho, na forma do art. 952, do NCPC, caso se confirme a competência do Juízo Empresarial do Rio de Janeiro.

DO PEDIDO LIMINAR:
SUSPENSÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO JUÍZO DO TRABALHO
E DO PROCESSO TRABALHISTA ATÉ DECISÃO NO PRESENTE CONFLITO

52. Como se viu acima, GESA e GALPAR encontram-se em regime de recuperação judicial, vez que deferido o processamento do seu pedido em 27.03.2015.

53. Por conta disso, e notadamente à luz da jurisprudência já sedimentada desta E. Corte, não há como negar a competência do Juízo que deferiu o processamento da recuperação judicial para decidir acerca do patrimônio das empresas recuperandas e sobre a possibilidade de pagamento de créditos concursais de forma alternativa à prevista no seu Plano de Recuperação Judicial (já apresentado ao Juízo Empresarial do Rio de Janeiro).

54. Isso é mais do que suficiente para que se repute **dominante a jurisprudência**, na forma que prescreve o par. único do art. 955, do CPC.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

55. É evidente, por todas as questões trazidas acima, a existência de verossimilhança das alegações a permitir que esta questão esteja sob apreciação desta E. Corte Superior.

56. É cristalino, portanto, o risco de dano irreparável para a GESA e GALPAR no presente caso, o que deve justificar, de plano, a concessão de medida liminar via provimento monocrático.

57. Em última análise, trata-se da única medida capaz de preservar a competência deste E. STJ para decidir Conflitos de Competência e, além disso, o próprio objeto do processo de recuperação judicial, evitando-se prejuízos causados por decisões emanadas de órgão jurisdicional incompetente. Não por outro motivo, a possibilidade está expressamente albergada no art. 196 do Regimento Interno desta E. Corte[7].

58. Necessária, portanto, a concessão da medida liminar a fim de (i) sustar os efeitos dos atos decisórios praticados pelo Juízo do Trabalho; e (ii) determinar a imediata liberação dos bens bloqueados naqueles autos em favor da GESA e GALPAR.

PEDIDOS FINAIS

59. À luz de todo exposto, requer seja recebido o presente Conflito de Competência e, tendo em vista o preenchimento dos requisitos autorizadores, requerem seja concedida a medida liminar para:

---

[7] Art. 196 do Regimento Interno do STJ: "*Poderá o relator, de ofício, ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, seja sobrestado o processo, e, neste caso, bem assim no de conflito negativo, designar um dos órgãos para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes*".

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

14.482

GCM

Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

(i) Sustar os efeitos dos atos decisórios praticados pelo Juízo do Trabalho até que este E. STJ decida em definitivo sobre a competência no caso em tela; e

(ii) Determinar ao Juízo do Trabalho que revogue imediatamente a decisão que determinou o bloqueio dos ativos financeiros da GESA e GALPAR em favor do Reclamante ou, em eventualidade, remeter mencionada discussão ao crivo do Juízo Empresarial do Rio de Janeiro, que deve ser declarado o Juízo competente para quaisquer medidas urgentes;

60. Nos termos do art. 954, do NCPC, requerem sejam expedidos ofícios para o Juízo do Trabalho (Processo nº 0011896-08.2016.5.03.0184) e para o Juízo Empresarial do Rio de Janeiro (Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001), para que prestem informações.

61. Requer ainda seja julgado de plano o presente Conflito de Competência, na forma do art. 955, par. único, do NCPC, declarando-se o d. Juízo Empresarial do Rio de Janeiro como único competente para decidir e determinar a realização de atos de execução e expropriatórios para a satisfação de créditos concursais nos autos da reclamação trabalhista (em fase de cumprimento de sentença) ajuizada pelo Reclamante em trâmite perante o Juízo do Trabalho.

62. Requer, outrossim, que este E. STJ se digne a declarar a invalidade dos atos praticados pelo absolutamente incompetente Juízo do Trabalho consoante a regra contida no art. 64, do NCPC.

63. Protestam pela produção de todas as provas em direito admitidas, notadamente a documental suplementar.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

64. Requerem que todas as publicações referentes ao presente feito sejam realizadas em nome de Flavio Galdino, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 94.605, com endereço profissional na Avenida Rio Branco, nº 138, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

65. Informam que as guias comprobatórias do recolhimento dos emolumentos judiciais devidos encontram-se em anexo (Doc. 15).

Nestes termos, pede deferimento.
Brasília, 10 de fevereiro de 2017.

FLAVIO GALDINO
OAB/RJ Nº 94.605

CRISTINA BIANCASTELLI
OAB/SP Nº 163.993

DANILO PALINKAS
OAB/SP Nº 302.986

MILENE PIMENTEL MORENO
OAB/DF Nº 39.470

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 03ª REGIÃO
46ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE
ExProvAS 0011896-08.2016.5.03.0184
EXEQUENTE: PATRICIA ABREU MOREIRA RODRIGUES
EXECUTADO: GALVAO ENGENHARIA S/A, GALVAO PARTICIPACOES S.A., COMPANHIA DE AGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL, MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE

14.483

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

46ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE

0011896-08.2016.5.03.0184
EXEQUENTE: PATRICIA ABREU MOREIRA RODRIGUES
EXECUTADO: GALVAO ENGENHARIA S/A, GALVAO PARTICIPACOES S.A., COMPANHIA DE AGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL, MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE

Vistos, etc.

A reclamante pretende tutela provisória de urgência cautelar objetivando garantir o pagamento das parcelas pleiteadas na presente ação, requerendo bloqueio de eventuais créditos que as 1ª, 2ª e 3ª reclamadas (GALVAO ENGENHARIA S/A, GALVAO PARTICIPACOES S.A. e COMPANHIA DE AGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL) possuam perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

A probabilidade do direito fica configurada, ao passo que a quantia a ser retida refere-se às parcelas deferidas à reclamante em decisão de 1º e 2º graus, processo 0010899-75.2015.5.03.0184, nas quais as empresas reclamadas foram diretamente condenadas de forma solidária, e o Município de Belo Horizonte de forma subsidiária.

É fato incontroverso que a 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro deferiu o plano de recuperação judicial da 1ª, 2ª e 3ª rés, conforme notícias de jornais de grande circulação juntadas.

As parcelas discutidas no processo principal se referem a verbas rescisórias e outras não quitadas no decorrer do contrato de trabalho, tendo nítido caráter alimentar. Fica demonstrado o perigo de dano ou ao resultado útil do processo.

Com o objetivo de assegurar a efetividade da presente ação trabalhista, e, buscando evitar que com a demora as reclamadas causem lesão ao direito da outra parte, observando que não há perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, defiro a tutela de urgência, art. 300 do CPC, para que seja tomada a seguinte providência:

- determino à secretaria da vara oficie a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no endereço da Avenida Afonso Pena, 1212, Centro, Belo Horizonte, MG, CEP:30.130-003, a fim de que informe nos autos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a existência de eventuais créditos devidos em favor das 1ª, 2ª e 3ª reclamadas (GALVAO ENGENHARIA S/A, GALVAO PARTICIPACOES S.A. e COMPANHIA DE AGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL, respectivamente), procedendo à retenção e imediato

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 961398979472 5 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

depósito à disposição deste d. Juízo na agência 0620 da Caixa Econômica Federal, dos respectivos valores até o limite do total bruto desta execução, na quantia de R$60.519,07 (sessenta mil, quinhentos e dezenove reais e sete centavos), conforme cálculo de liquidação anexado.

Intimem-se as partes.

14/12/2016

BELO HORIZONTE, 14 de Dezembro de 2016.

WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO
Juiz(a) do Trabalho Substituto(a)

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 03ª REGIÃO
46ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE
ExProvAS 0011896-08.2016.5.03.0184
EXEQUENTE: PATRICIA ABREU MOREIRA RODRIGUES
EXECUTADO: GALVAO ENGENHARIA S/A, GALVAO PARTICIPACOES S.A., COMPANHIA DE AGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL, MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE

14.484

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

0011896-08.2016.5.03.0184
EXEQUENTE: PATRICIA ABREU MOREIRA RODRIGUES
EXECUTADO: GALVAO ENGENHARIA S/A, GALVAO PARTICIPACOES S.A., COMPANHIA DE AGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL, MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE

Sr. Procurador do Município de Belo Horizonte,

Solicito que informe nos autos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a existência de eventuais créditos devidos em favor das 1ª, 2ª e 3ª reclamadas (GALVAO ENGENHARIA S/A, CNPJ: 01.340.937/0001-79, GALVAO PARTICIPACOES S.A., CNPJ: 11.284.210/0001-75 e COMPANHIA DE AGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL, CNPJ: 08.159.965/0001-33, respectivamente), procedendo à retenção e imediato depósito à disposição deste d. Juízo na agência 0620 da Caixa Econômica Federal, dos respectivos valores até o limite do total bruto desta execução, na quantia de R$60.519,07 (sessenta mil, quinhentos e dezenove reais e sete centavos), conforme cálculo de liquidação anexado.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044059498185196051 7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Atenciosamente,

REMETENTE: 46ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG

Rua Mato Grosso, 468, 13º andar. 30.190-080

DESTINATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ENDEREÇO: Avenida Afonso Pena, 1212, Centro, Belo Horizonte, MG, CEP:30.130-003

BELO HORIZONTE, 16 de Dezembro de 2016.

WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO
Juiz(a) do Trabalho Substituto(a)

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO
Documento eletrônico e-Pet nº 21621144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 03ª REGIÃO
46ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE
RTOrd 0010899-59.2015.5.03.0184
AUTOR: PATRICIA ABREU MOREIRA RODRIGUES
RÉU: GALVAO ENGENHARIA S/A, GALVAO PARTICIPACOES S.A., COMPANHIA DE AGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL, MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE

14,485

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

46ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG

Processo n° 0010899-75.2015.5.03.0184.

Reclamante: PATRICIA ABREU MOREIRA RODRIGUES.

Reclamado: GALVÃO ENGENHARIA S.A., GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., COMPANHIA DE AGUAS DO BRASIL E MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

SENTENÇA

Vistos etc.

I - RELATÓRIO

PATRICIA ABREU MOREIRA RODRIGUES, reclamante, devidamente qualificada, ajuizou a presente reclamação trabalhista em face de **GALVÃO ENGENHARIA S.A., GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., COMPANHIA DE AGUAS DO BRASIL E MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, requerendo reconhecimento de vínculo de emprego com a 1ª reclamada, declaração de rescisão indireta do contrato de trabalho, pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais pela redução imposta pela ré, isonomia salarial, bônus salarial pelo atingimento de metas, integração de benefícios recebidos por todo o contrato de trabalho, danos morais, multa do art. 477 da CLT, honorários advocatícios.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: JANE DIAS DO AMARAL DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 9613989794724S Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Devidamente notificadas, as reclamadas apresentaram defesa escrita com documentos e compareceram à audiência designada. Na defesa contestaram os pedidos elencados na peça de ingresso, requerendo a improcedência dos mesmos.

Manifestação da reclamante.

Audiência de instrução na qual foi ouvido o preposto das empresa e uma testemunha de cada parte.

Tentativas conciliatórias recusadas.

Razões finais orais.

Tudo visto e examinado.
É o relatório.

II - FUNDAMENTOS

QUESTÃO DE ORDEM

Friso que será utilizada nesta sentença a numeração por folhas, observando-se a ordem crescente de abertura do arquivo no formato PDF.

IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

No novo CPC, não há previsão de impossibilidade jurídica do pedido como causa extintiva do feito sem análise de mérito, conforme art. 485, VI, do CPC.

A questão confunde-se com o mérito, onde será apreciada.

Rejeito.

SUSPENSÃO DO PROCESSO

Pleiteiam as reclamadas, dado o deferimento do processamento da recuperação judicial, a suspensão do processo.

Entretanto, na hipótese em apreço, trata-se de processo ainda na fase de conhecimento, de modo que não precisa ser suspenso, a teor do art. 6° da Lei 11.101/2005, verbis, já que ainda não liquidado:

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: JANETE [illegible] ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 9613989794724S Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

> Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário. 14.486
>
> § 1º Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida.

Acrescente-se que conforme dispõe a Tese Jurídica Prevalecente nº 09, editada pelo TRT da 3ª Região, passados os 180 dias previstos no § 4º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005, a contar da decretação da recuperação judicial, a execução poderá continuar na Justiça do Trabalho, ainda que o crédito trabalhista esteja inscrito no quadro geral de credores.

RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Embora as reclamadas aleguem que houve prestação de serviços de forma autônoma, a prova dos autos não deixa dúvidas de que o trabalho da reclamante era subordinado, nos moldes da legislação trabalhista.

Os correios eletrônicos e relatórios juntados mostram que a reclamante trabalhava inserida na dinâmica da 1ªreclamada, recebendo ordens, participando de reuniões e respondendo por uma área da obra.

A tese da autonomia também foi afastada pela prova oral.

A testemunha Walfrido informou que a reclamante cuidava de toda parte jurídica da obra, e tinha e-mail do consórcio, assim como cadeira, mesa e computador fornecidos pela 1ª ré, que ficavam no local de trabalho.Também disse que a reclamante ia às reuniões no cliente do consórcio representando a 1ª reclamada, e relatava a ela as tarefas que teria que realizar.

A testemunha Rodrigo informou que a reclamante tinha que informar ao gerente do contrato caso não pudesse comparecer à obra, ou se fosse atrasar, como se fosse uma funcionária.

O trabalhador autônomo desenvolve sua atividade com organização própria, iniciativa e discricionariedade, assumindo, inclusive, os riscos de sua atividade econômica, o que não se pode inferir no caso, considerando-se que a reclamante prestou serviços essenciais em área essencial da 1ª reclamada, de forma pessoal e não eventual, com subordinação, mediante contraprestação ajustada mensalmente.

Assim, presentes os pressupostos do art. 3º da CLT, impõe-se reconhecer o vínculo de emprego existente entre reclamante e a 1ª reclamada, de 07/07/2014 a 07/05/2015.

ISONOMIA SALARIAL

A reclamante pretende a isonomia salarial, em sentido amplo, consagrada pela Constituição da República, que assegura ao empregado o direito de receber salário igual ao daquele pago para serviço igual.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: JANE DIAS DO AMARAL ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949851960517
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Se a empregada pretende a igualdade salarial, ou seja, diferenças salariais em virtude da prestação de trabalho idêntico, deveria ter comprovado essa identidade, assim como de quantidade e qualidade, ônus do qual não se desincumbiu, conforme art. 818 da CLT .

Ambas as testemunhas ouvidas informaram que o Sr. Vitor da Silva Nunes, modelo apontado, trabalhava como advogado em outra obra da 1ª reclamada, em local diverso e de maior complexidade e tamanho que a da reclamante.

Dessa forma, indefiro as diferenças salariais pretendidas.

DIFERENÇAS SALARIAIS PELA REDUÇÃO DA JORNADA

Diante da natureza alimentar, o salário do trabalhador somente pode ser reduzido por negociação coletiva, ainda que decorra da redução da carga horária cumprida pelo trabalhador.

Esse requisito está expressamente previsto no art. 7º, XXVI, da CR/88 e busca evitar a celebração de acordos individuais que negociem a redução do salário, fonte de sobrevivência do trabalhador e de sua família.

Como pode ser visto nos autos, a redução salarial e da jornada ocorreu por ato unilateral de vontade do empregador, que por interesses particulares resolveu fazer essa alteração no salário recebido pela reclamante. As notas fiscais de fl. 530 comprovam essa alteração nos vencimentos recebidos pela empregada e o preposto também confirmou o fato em depoimento pessoal.

Dessa forma, defiro as diferenças salariais, face a ilegalidade da redução efetivada pela 1ª reclamada, devendo ser apurada com base nas Notas Fiscais juntadas aos autos às fl 127 e seguintes e 530 e seguintes, e reflexos em aviso prévio, férias e 1/3, 13º salário e FGTS+40%.

BÔNUS NÃO RECEBIDOS. EXPECATIVA NA CONTRATAÇÃO

A reclamada junta documento de Política de Remuneração Variável, que indica os requisitos para o recebimento de bônus, no valor de até 3 salários recebidos, o que comprova não ser um benefício automático pela simples decorrência do vínculo empregatício.

Verifica-se que a reclamante não comprova que preencheu os requisitos necessários para o recebimento do benefício, ônus que lhe incumbia pelo art. 818 da CLT.

Ademais, a testemunha Rodrigo informou que só os que ocupavam cargo de gerência recebiam remuneração variável, e que o colega Vitor, que exercia a mesma função da reclamante, não ganhava bônus.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: JANE CLASSO GOMES DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 961398979472l5 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

Assim, indefiro o pedido de pagamento de bônus, com base na política de remuneração variável da empresa.

INTEGRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS

Resta incontroverso que a empregada trabalhava elaborando cartas, planilhas, relatórios, em escritório montado em uma obra da 1ª reclamada, e comparecendo em reuniões na Prefeitura de Belo Horizonte, cliente.

Se a reclamante cumpria essas atividades, necessário que tivesse computador e notebook, instrumentos necessários para o trabalho, considerando que a reclamante participava habitualmente de reuniões fora da reclamada.

O aparelho celular fornecido pelo reclamada também era necessário para o trabalho realizado pela reclamante, que era com frequência realizado fora das dependências da reclamada, e, segundo a testemunha Walfrido, não poderia ser utilizado para fins pessoais.

No caso, os benefícios (computador, notebook e celular) não foram fornecidos como simples contraprestração pelos serviços prestados, mas sim como meio de viabilizar o serviço prestado pela reclamada.

Dessa forma, se a utilização dos instrumentos foi para viabilizar a prestação dos serviços contratados, não pode ser reconhecido como salário in natura. Nesse sentido a Súmula 367 do TST.

Quanto ao plano de saúde, a pretensão da reclamante encontra óbice no item IV do § 2º do art. 458 da CLT. Entendimento contrário geraria um desestímulo aos empregadores fornecerem benefícios tão importantes a seus empregados.

Indefiro.

RESCISÃO INDIRETA

O rompimento do contrato de trabalho em virtude de prática de ato tipificado como justa causa exige prova robusta, visto que o Direito do Trabalho milita, justamente, em favor da manutenção do vínculo empregatício, conforme informa um de seus princípios basilares, qual seja, o da continuidade da relação de emprego.

A redução salarial ficou comprovada por meio das Notas Fiscais juntadas e confissão da 1ª, 2ª e 3ª reclamadas na contestação.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: JANE DIAS DE ALMEIDA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Se o empregador não cumpre com sua obrigação principal, o empregado pode passar por graves dificuldades e se ver privado de satisfazer suas necessidades pessoais, entre elas de quitar suas obrigações financeiras.

Dessa forma, entendo grave a falta cometida pela 1ª reclamada, capaz de ensejar rescisão indireta do contrato de trabalho, sendo devido o pagamento das seguintes verbas rescisórias: aviso prévio de 30 dias, 11/12 de férias proporcionais, acrescida de 1/3; 6/12 de gratificação natalina de 2014 e 5/12 de 2015; depósito do FGTS não depositado durante todo o contrato de trabalho, acrescida da multa de 40%.

Após o trânsito em julgado e intimação para tanto, no prazo de 5 dias, deverá a 1ª reclamada anotar a CTPS da reclamante a fim fazer constar data de admissão em 07/07/2014, saída em 07/06/2015 (OJ 82 da SDI-1 do TST), salário de R$ 8.000,00, sob pena de multa do art. 50,00 por dia, até o limite de R$ 10.000,00, quando as anotações serão efetuadas pela secretaria da Vara.

Antes, também no prazo de 5 dias, deverá a reclamante juntar aos autos CTPS para anotação, devendo ser intimado para tanto.

A 1ª reclamada entregará as guias CD/SD, TRCT/01 e chave de conectividade social na secretaria da Vara, no mesmo prazo para anotação da CTPS. A recusa de entrega e/ou a inviabilização do recebimento do benefício do seguro desemprego junto ao órgão competente, assim como do saque do fundo de garantia, por culpa patronal, determinará a conversão em pecúnia das quantias equivalentes.

Nos mesmos prazos acima estipulados, deverá a 1ª reclamada entregar PPP, sob pena de ser nomeado profissional para o trabalho, arcando a reclamada com a integralidade dos custos.

DANOS MORAIS

Todo aquele que por culpa ou dolo violar direito à honra ou à imagem de outrem fica obrigado a reparar-lhe o prejuízo, porquanto a honra, a imagem e intimidade de qualquer pessoa são invioláveis. Esta é a reparação de dano moral expressamente prevista em nosso ordenamento jurídico a partir da promulgação da Constituição da República de 1988.

O dano moral, entendido como o sofrimento físico e mental, a perda da paz interior, o sentimento de dor, desânimo, angústia, baixa de consideração à pessoa, conquanto não-mensurável por critérios objetivos, enseja uma reparação que dê à vítima o conforto e a esperança de ver mitigado o seu sofrimento e sentimento de menos valia, de descrença.

Mas a indenização por dano moral decorrente do contrato de trabalho pressupõe um ato ilícito ou erro de conduta do empregador ou de preposto seu, um prejuízo suportado pelo ofendido e um nexo de causalidade entre a conduta injurídica do primeiro e o dano experimentado pelo último,

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: JANE DIAS COSTA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621444 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

cumprindo ao julgador examinar a presença concomitante desses pressupostos fático-jurídicos para, a partir da sua demonstração inequívoca, imprimir a condenação de reparar os danos decorrentes da subversão dos valores subjetivos do empregado causados pelo seu empregador.

A reclamante não comprovou qualquer dano de ordem moral em decorrência da redução salarial, o dano material sofrido já foi devidamente reparado nesta assentada.

Pelo disposto acima, indefiro o pedido de danos morais.

MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT

Devida a aplicação da multa do art. 477 da CLT, nos termos da Súmula 462 do TST, face o reconhecimento de vínculo de emprego em juízo.

RESSARCIMENTO PELAS DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Tendo em vista que os gastos efetuados pela reclamante com CSLL, PIS, COFINS, ISSQN decorrem de exigência feita pela reclamada de reativação de pessoa jurídica, defiro o pedido de restituição de tais despesas com impostos, no valor a ser apurado conforme documentos de arrecadação juntados aos autos.

Quanto ao Imposto de Renda, nenhuma restituição é devida, já que tanto as pessoas físicas como jurídicas sofrem a incidência desse tributo.

Para o cálculo das contribuições previdenciárias deve ser observado que a reclamante foi optante do Simples Nacional apenas até 31/10/2014, conforme fl. 164 do PDF.

RESPONSABILIDADE DA 1ª, 2ª e 3ª RECLAMADAS. RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

As três reclamadas apresentam defesa conjunta, na qual confessam que pertencem ao mesmo grupo econômico, devendo, assim, ser condenas solidariamente com todas as obrigações de pagar eventualmente deferidas na presente decisão, em favor da reclamante.

A prestação de serviços em prol do 4° reclamado, município de Belo Horizonte, é incontroversa pelos termos do contrato de prestação de serviços celebrado com a Galvão Engenharia.

Assim, verifica-se que o município se beneficiou do trabalho da reclamante, devendo zelar pelo cumprimento das obrigações trabalhistas.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: JANE [illegible] ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02655953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

A observância do procedimento legal para contratação da 1ª reclamada não afasta a responsabilidade subsidiária decorrente da Súmula 331 do TST, porquanto não consta dos autos prova de que o 4º cuidou de fiscalizar o cumprimento do contrato administrativo, no que tange às obrigações trabalhistas da prestadora de serviço.

Como se vê, a responsabilidade imputada ao 4º reclamado não é objetiva nem decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas pela 1ª, mas da incúria daquela na fiscalização da execução do contrato.

Outrossim, a rigor, o § 1º do art. 71 da Lei 8.666/93 não impede a aplicação da Súmula 331 do TST à Administração, porquanto a responsabilidade - frise-se - subsidiária não implica efetiva transferência das obrigações trabalhistas para a Administração Pública, ficando sempre resguardado, por força do referido dispositivo, seu direito de regresso contra o contratado.

Com efeito, o referido verbete jurisprudencial configura apenas uma inversão de posições quanto à cobrança do real devedor, em virtude da natureza alimentar e privilegiada do crédito trabalhista e da hipossuficiência de seu titular, sendo flagrante a maior aptidão da Administração para se resguardar de eventual prejuízo mediante a fiscalização dos prestadores de serviços quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, para cujo exercício a lei estabeleceu uma série de prerrogativas (v.g., arts. 58, III, 67 e 116, § 3º, da Lei 8.666/93), notadamente o condicionamento da quitação das faturas à comprovação do pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias no período anterior.

Tal circunstância foi, inclusive, ponderada no julgamento da ADC nº 16, levando o Ministro Cezar Peluso a concluir que a Administração Pública é obrigada a tomar uma atitude que, quando não toma, constitui inadimplemento dela.

Nesse passo, reconheço a responsabilidade subsidiária do 4º reclamado pelas obrigações impostas à 1ª reclamada nesta decisão, em consonância com o entendimento consagrado na OJ 382 da SDI-I do TST.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Dois são os requisitos que tornam devidos honorários advocatícios da Justiça do Trabalho conforme previsto no art. 14 da lei 5584/70 cuja interpretação é dada pelo En. 219 do TST: assistência pelo sindicato e encontrar-se a parte em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo próprio ou da família ou perceber menos do dobro do mínimo legal. Não comprovado o primeiro requisito, indefiro o pleito.

JUROS E CORREÇÃO

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: JANE [illegible] ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953304 NSSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Sobre a condenação, corrigida na forma da Súmula 381 do C. TST, incidirão juros de 1% a.m. pro rata die.

JUSTIÇA GRATUITA

Face à declaração de pobreza firmada pelo reclamante, defiro-lhe os benefícios da Justiça gratuita.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, rejeito as preliminares e julgo **PROCEDENTES EM PARTE** os pedidos formulados na inicial por **PATRICIA ABREU MOREIRA RODRIGUES** em face de **GALVÃO ENGENHARIA S.A., GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., COMPANHIA DE AGUAS DO BRASIL e MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE** para, condenar a 1ª, 2ª e 3ª reclamadas solidariamente, e o 4º reclamado, subsidiariamente, a pagar à reclamante, no prazo legal, como se apurar em liquidação de sentença, com juros de mora e atualização monetária, na forma da fundamentação supra, parte integrante desta conclusão:

a) aviso prévio de 30 dias, 11/12 de férias proporcionais, acrescida de 1/3; 6/12 de gratificação natalina de 2014 e 5/12 de 2015; depósito do FGTS não depositado durante todo o contrato de trabalho, acrescida da multa de 40%;

b) diferenças salariais, face a ilegalidade da redução efetivada, a ser apurada com base nas Notas Fiscais juntadas, e reflexos em aviso prévio, férias e 1/3, 13º salário e FGTS+40%;

c) restituição de despesas com impostos, excluído Imposto de Renda e observada a exclusão da reclamante do Simples Nacional em 31/10/2014;

d) multa do art. 477 da CLT.

Após o trânsito em julgado e intimação para tanto, no prazo de 5 dias, deverá a 1ª reclamada anotar a CTPS da reclamante a fim fazer constar data de admissão em 07/07/2014, saída em 07/06/2015 (OJ 82 da SDI-1 do TST), salário de R$ 8.000,00, sob pena de multa do art. 50,00 por dia, até o limite de R$ 10.000,00, quando as anotações serão efetuadas pela secretaria da Vara.

Antes, também no prazo de 5 dias, deverá a reclamante juntar aos autos CTPS para anotação, devendo ser intimado para tanto.

A 1ª reclamada entregará as guias CD/SD, TRCT/01 e chave de conectividade social na secretaria da Vara, no mesmo prazo para anotação da CTPS. A recusa de entrega e/ou a inviabilização do recebimento do benefício do seguro desemprego junto ao órgão competente, assim como do saque do fundo de garantia, por culpa patronal, determinará a conversão em pecúnia das quantias equivalentes.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: JANETE [illegible] ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949851960517
Id Carimbo de Tempo: 98139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Nos mesmos prazos acima estipulados, deverá a 1ª reclamada entregar PPP, sob pena de ser nomeado profissional para o trabalho, arcando a reclamada com a integralidade dos custos.

O crédito da reclamante será apurado em liquidação por cálculos, efetuadas as deduções dos créditos pagos sob os mesmos títulos, acrescido de juros de 1% ao mês pro rata die do ajuizamento da reclamatória, incidentes sobre o principal já corrigido na forma da Súmula 381 do TST.

Para fins de incidência e base de cálculo das contribuições previdenciárias, declaro que contam com natureza salarial as seguintes parcelas: aviso prévio, férias e 1/3, 13° salário, diferenças salariais e reflexos em aviso prévio, férias e 13° salário.

Dispensada a intimação da União (Portaria MF 582/13).

Custas pelas reclamadas, observada a solidariedade e subsidiariedade, no importe de R$504,00, calculadas sobre R$25.200,00, valor ora arbitrado à condenação.

Dispensada a intimação da União, tendo em vista o valor ora arbitrado à condenação (Portaria 582/13 - MF/GM).

Intimem-se as partes.

Encerrou-se.

JANE DIAS DO AMARAL

Juíza do Trabalho

DANIEL HORA RIOS LEITE

Diretor de Secretaria

BELO HORIZONTE, 23 de Junho de 2016

JANE DIAS DO AMARAL
Juiz(a) do Trabalho Substituto(a)

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: JANE DIAS DO AMARAL ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.1

DECISÃO

Trata-se de pedido de recuperação judicial com base nos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/05 formulado por **GALVÃO ENGENHARIA** e **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A,** sociedades anônimas de capital fechado inscritas no CNPJ sob o n.º 0134937/0001-79 e 11.284.210/0001-75, respectivamente, onde se inserem no conglomerado econômico denominado de "Grupo Galvão", grupo que se dedica exclusivamente às atividades de construção civil para infraestruturas rodoviária, aeroviária, portuária e urbana, com tradição há mais de cinco décadas.

Aduzem ter a primeira requerente operações em curso em 14 estados da federação e no exterior, estando entre as maiores organizações empresariais do país, abarcando seu ramo de atuação clientes públicos e privados, sob a forma de contratos de prestação de serviços, concessões e parcerias público-privadas (PPP's), sendo gerida pela *holding* de capital fechado **Galvão Participações S.A** – segunda requerente – essa não operacional.

Descreve ser o "Grupo Galvão" formado pelas empresas **Galvão Engenharia**- primeira requerente – essa fundada em 1996 no Rio de Janeiro, a partir da cisão da Queiroz Galvão; **CAB Ambiental**; **Galvão Óleo e Gás Participações**; **Galvão Finanças** e das **Concessionários de Rodovias BR 153,** sendo o referido grupo gerido pela *holding* de capital fechado **Galvão Participações** - segunda requerente -, controlada, por sua vez, pela **Empresa Nacional de Participações Ltda** (Empar), pela **Moval Participações Ltda** e pela **Freccia Engenharia Ltda**, todas com capital 100% nacional.

Sustentam que apesar da fixação de sua sede na Cidade de São Paulo, a primeira requerente foi criada neste Município, e sua filial aqui presente, conduz atualmente as operações comerciais que geram mais de 50% do faturamento de todo o "Grupo Galvão", o que justifica, pelo critério econômico, a fixação da competência na jurisdição da competência na sede de sua filial.

Expõem como motivo para de sua crise econômico-financeira, os eloquentes sinalizadores de que o País vive uma severa crise econômica – já considerada sistêmica-, que fez gerar o crescimento irrefreável dos insumos, com inevitável aumento do custo de operação da primeira requerente, o que aumentou consideravelmente o seu endividamento, pois para manutenção do seu capital de giro, precisou obter créditos no mercado a juros cada vez mais altos, aliado ao fato de ter sido afetado pela incapacidade de alguns de seus clientes pagarem pelas obras já executadas nos prazos

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.2

inicialmente programados, o que impactou seu fluxo de caixa que fora estável por quase 20 anos.

Explicitam que na tentativa de sair da crise a primeira requerente expandiu seu ramo de atuação para área de óleo e gás, setor que parecia imune a crise denunciada, mas que, recentemente em razão de *default* os clientes desse setor também deixaram de cumprir com os cronogramas e pagamento inicialmente ajustados, o que acentuou por vez o fluxo de caixa das requerentes.

Concluem que a impontualidade dos pagamentos por parte dos contratantes dos seus serviços, a impontualidade de os fornecedores em cumprirem com os cronogramas de entrega de serviços e a crise econômica sistêmica que assola o País são os principais fatores que determinam a atual crise econômico-financeira das requeridas, a qual não poderá ser resolvida sem o auxílio da presente medida judicial requerida.

Afirmam, no entanto, ser viável a superação da crise, pois apontam a existência de créditos a receber na casa dos R$ 2 bilhões de reais, sem previsão de satisfação a curto prazo, o que torna necessária e inevitável a concessão da medida proposta, a fim de que possa ser implementado um plano eficiente para pagamento das suas dívidas, enquanto não resgata todos seus recebíveis.

Apontam de forma concisa os diversos contratos em vigor, os quais demonstram ótimas expectativas na possibilidade da obtenção de ativos, capazes de suprir o atual passivo, e ainda propiciar a manutenção e soerguimento da atividade econômica desenvolvida.

Inicialmente enfoco a questão sobre a possibilidade da formação do litisconsórcio ativo.

A lei 11.101/2005 não tratou da possibilidade do ingresso de uma recuperação judicial una, à vista da existência de um grupo societário, seja ele de fato ou direito.

Sobre essa possibilidade assim expôs Ricardo Brito Costa:

"A formação do litisconsórcio ativo na recuperação judicial, a despeito da ausência de previsão na Lei 11.101/2005, é possível, em se tratando de empresas que integrem um mesmo grupo econômico (de fato ou de direito). Nesse caso, mesmo havendo empresas do grupo com operações concentradas em foros diversos, o conceito ampliado de empresa (que deve refletir o atual estágio do capitalismo abrangendo o grupo econômico), para os fins da Lei 11.101/2005, permite estabelecer a competência do foro do local em que se situa a principal unidade (estabelecimento) do grupo de sociedades. O litisconsórcio

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.3

ativo, formado pelas empresas que integram o grupo econômico, não viola a sistemática da Lei nº 11.101/2005 e atende ao Princípio basilar da Preservação da Empresa. A estruturação do plano de recuperação, contudo, há de merecer cuidadosa atenção para que não haja violação de direitos dos credores" (COSTA, 2009, P. 182).

Ao contrário dos grupos societários de direito, cuja formação a lei impõe características próprias para constituição, dificuldade encontra-se para identificação dos grupos societários de fato, haja vista a possibilidade de se materializarem por meio de diversas relações econômicas entre as entidades, apesar de continuarem dotadas de personalidade e patrimônio próprios, e aparentemente independentes.

Sustentam alguns doutrinadores que nos grupos econômicos formais (de fato) existe apenas uma empresa e várias pessoas jurídicas atuando como empresárias, formando uma espécie de "sociedade em comum" de pessoas jurídicas.

Os grupos econômicos de fato são formados por sociedades que mantêm, entre si, laços empresariais através de participações acionárias, sem necessidade de se organizarem juridicamente, mantendo-se isoladas e relacionando-se sob a forma de coligadas, controladas e controladoras, sem necessidade de maior estrutura organizacional.

É necessário quase sempre, para verificarmos a existência desse fenômeno, apurarmos a configuração de três elementos fundamentais, quais sejam: contribuição individual com esforços ou recursos, atividade para lograr fins comuns e participação em lucros e prejuízos.

Nesse aspecto, as sociedades empresárias que formam o polo ativo do pedido enquadram-se dentro da descrição acima realizada.

Isto porque, além de possuírem o quadro societário formado pelas mesmas sócias – em ambas as sociedades - é evidente que a contribuição há uma entre as outras, e que disto, depende o sucesso de todo o empreendimento, haja vista o indubitável entrelaçamento de fins, haja vista a segunda sociedade ter sido criada com fins exclusivos de promulgar, expor e criar melhores meios de comercialização dos produtos negociados pela primeira.

Assim, não há como não se conceituar a existência da formação de um grupo societário de fato, pois o desígnio de atividades e participação dos lucros está intimamente interligado.

Neste sentido:

0049722-47.2013.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.4

DES. FLAVIA ROMANO DE REZENDE - Julgamento: 04/02/2014 - OITAVA CAMARA CIVEL.RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS. TRÊS SOCIEDADES. GRUPO ECONÔMICO DE FATO, ONDE UMA DELAS É RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO E AS DEMAIS PELA VENDA DAS MERCADORIAS. DEFERIMENTO, PELO JUÍZO DE 1º GRAU, DO PEDIDO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO DAS AGRAVADAS. INCONFORMISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE REGRAMENTO ESPECÍFICO DA MATÉRIA NA LEI 11.101/05. LITISCONSÓRCIO ATIVO QUE SE MOSTRA POSSÍVEL, DIANTE DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS AOS CREDORES E DA POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, FONTE DE RENDA E DE EMPREGOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU. - O surgimento dos grupos econômicos de fato está ligado à dinâmica do mercado e à sua globalização, as quais fazem com que os empresários busquem fórmulas mais ágeis e eficazes de garantir lucro e alcançar parte significativa de consumidores. - A recuperação judicial tem por objetivo maior a salvação da atividade econômica empresarial, geradora de empregos e renda. Por este motivo, o que se busca é harmonizar direitos e deveres, impondo-se, sempre que possível, o menor sacrifício a todas as partes envolvidas. Neste contexto, o litisconsórcio ativo pode facilitar o acordo entre as recuperandas e os credores, viabilizando o pagamento dos débitos, nos prazos estabelecidos. - NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

Isto posto, e ante o parecer favorável do MP, **recebo e defiro a formação do litisconsórcio ativo pretendido,** ressalvando apenas a necessidade da adoção da medidas pleiteadas pelo Parquet em seu parecer.

Quanto a formulação do pedido na sede de uma de suas filiais, compete analisarmos a questão pela ótica do principal estabelecimento da requerida, como determina o art. 3º da Lei 11.101/2005.

O art. 1.142 do CC define estabelecimento como sendo todo complexo de bens organizado para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.

Este deve ser caracterizado como sendo a sede administrativa da empresa, isto é, o lugar em que estão concentrados os negócios do empresário, onde são realizadas as operações financeiras e comerciais, não se confundindo necessariamente com a sede estatutária definida no contrato.

Deve, portanto, ser considerado, para fins de sua caracterização, não o elemento convencional ou formal, mas sim o critério fático.

Neste ponto, afirma a requerida exercer a maior parte de suas atividades comerciais e financeiras no Rio de Janeiro, afirmando que 50% do faturamento atual das requerentes advêm de contratos aqui firmados, o que confere a ela o status de principal estabelecimento.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.5

Neste sentido, recebo o pedido.

No mais, a inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 30/769.

Ouvido, o Parquet manifestou-se favoravelmente ao deferimento do processamento da recuperação judicial.

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que a nova lei quis introduzir.

A LFR destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, conceito que se fortalece cada vez mais na jurisprudência do STJ e dos Tribunais.

In causa, as requerentes apontam na petição inicial de forma concisa e clara as causas da crise econômico-financeira que se instalou sobre as requerentes, expondo ainda a expectativa relativa de créditos a receber.

A vasta documentação carreada em seu bojo foi examinada pelo Ministério Público, à luz do art. 51 da Lei 11.101/2005, apontou encontrar-se ordem, restando apenas a apresentação da lista de bens dos diretores das companhias; demonstração de resultados acumulativos relativos aos exercícios de 2014 de ambas as requerentes e listagem completa de empregados da segunda requerente, os quais não considerou como sendo essenciais à apreciação do pedido, o que reputo correto, a partir do momento que os demais elementos são suficientes para apurar as condições da ação, ainda porque, a vinda dos documentos declinados pode ser perfeitamente trazida no curso do procedimento.

Com efeito, considero, a exordial suficientemente instruída, cumprido assim os elementos legais exigidos.

A empresa como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades, visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 47 da LRF).

Criada com o fim precípuo de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF inovou consideravelmente o conceito de empresa, alçando-a a um patamar de relevante papel social.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.6

Assim o legislador ao promulgar a referida lei dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, respondeu aos anseios das empresas que, em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benefícios, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

Sobre as formas das crises econômico-financeiras que recaem sobre as sociedades assim descreveu o mestre Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª ed.)

"A crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária."

Tratando-se, portanto, de sociedades em atividade há décadas, observo dentro do contexto apresentado, que a crise anunciada é meramente financeira, uma vez que as sociedades necessitaram obter grande aporte de capital no mercado financeiro para manter as complexas e dispendiosas atividades desenvolvidas, e em contrapartida viram a suspensão do pagamento de créditos a receber em diversos dos seus contratos em execução, situação que precisa ser equacionada por meio de soluções de mercado a serem apresentadas corretamente em juízo de recuperação judicial.

Destarte, é possível afirmar, ainda que em uma análise perfunctória da situação, ser a atividade desenvolvida pela requerente bastante rentável, não só pelo tempo de mercado, mas por todos os indicativos trazidos, o que confere ao plano de recuperação a ser desenvolvido grande possibilidade de êxito.

Por fim, as empresas requerentes atenderam também aos requisitos do artigo 48 e seus incisos da Lei 11.101/05, ao comprovarem que estão em atividade há mais de 02 (dois) anos, não serem falidas ou terem obtido concessão de recuperação, inclusive com base em plano especial, nos últimos cinco, e não haver condenação criminal contra seus administradores, ou sócio controlador, por crimes previstos nesta lei.

Atendidas, portanto, as prescrições legais, e à vista do parecer Ministerial favorável de fls. 1210 vº, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL da GALVÃO ENGENHARIA S.A , sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ sob n.º 01340937/0001-79, com sede na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, 2º andar, Vila Olímpia, São e **Filial**

6

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.7

inscrita no CNPJ sob o n.º 01.340.937/0011-40, estabelecida na Rua Lauro Muller, nº 116, salas 2.704-2.706, Botafogo, Rio de Janeiro e da **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A, sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ sob n.º 11.284.210/0001-75,** com sede na Rua Gomes Carvalho, nº 1.510, 19ª, andar, Vila Olímpia, São Paulo, **e determino, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/05:**

I – A dispensa da apresentação de certidões negativas para que a requerente exerça suas atividades, exceto para contratação do Poder Público ou para recebimento de benefícios, incentivos fiscais ou créditos, ressalvado, contudo, essa possibilidade mediante obtenção de parcelamento fiscal na forma da legislação em vigor;

II – que as requerentes acrescentem após seu nome empresarial a expressão "em recuperação judicial", de acordo com o previsto no art. 69 da LRF;

III– a suspensão de todas as ações e execuções contra as recuperanda, na forma do art. 6º da Lei 11.101/05, bem como a venda ou retirada de seus estabelecimentos dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial, que tiverem sido dados em garantias não sujeitas à recuperação judicial (parte final do § 3º do art. 49 LRF);

IV – a suspensão da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito – em face das Requerentes;

V– que as recuperandas apresentem contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;

VI- a apresentação das certidões, na forma do VIII do art. 51, das filiais da primeira requente;

VII- a vinda da demonstração de resultados acumulados relativos ao exercício de 201 de ambas as requerentes;

IX- a relação de bens particulares dos controladores e administradores das sociedades e de suas filiais;

X- a lista de empregados da segunda requerente.

XI- a relação completa e segregada de seus credores, como requerido pelo Parquet, no prazo de 10 dias;

XII – a expedição e publicação do edital previsto no parágrafo 1º do art. 52 da Lei 11.101/05;

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:46:16

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.8

XIII– a intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas Federal, Estadual e do Município do Rio de Janeiro.

XIV– comunicação à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e demais Estados onde as recuperandas detenham registro de sede e filiais para anotação do pedido de Recuperação nos registros;

XV– apresentem as recuperandas, EM SEPARADO, o plano de recuperação no prazo de 60 dias da publicação desta decisão, o qual deverá observar os requisitos do art. 53 da Lei 11.101/2005.

XVI- determino sejam acautelados em cartório, em lugar com acesso restrito ao responsável pela serventia, com vista somente mediante despacho, os seguintes documentos: i) Lista de empregados e ii) Relação dos bens particulares dos diretores

Nomeio para função de Administrador Judicial a ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA., CNPJ 07.016.138/0001-28, situado na Rua Surubim, n.º 577, 9º andar, conjunto 92, Cidade Monções, CEP 04571-050, São Paulo/Capital, sendo sócio responsável **EDUARDO BARBOSA DE SEIXAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 09.376.430-6 IFP/RJ e CPF 025.864.457-59 **a qual deverá desempenhar o encargo na forma do inciso III do *caput* do artigo 22 da Lei 11.101/05, sem prejuízo do disposto no inciso I do *caput* do artigo 35 do mesmo diploma legal.**

Por ora, deixo a cargo das devedoras e da administradora judicial nomeada o acerto referente à remuneração do encargo, a qual, atento aos critérios contidos no art. 24 da Lei 11.101/2005, será oportunamente homologada.

Intime-se a Administradora Judicial via telefone para, aceitando o encargo, assinar o termo de compromisso em cartório.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

FERNANDO CESAR FERREIRA VIANA
Juiz de Direito

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:53:53

Documento eletrônico e-Pet nº 2162144 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947245 Data e Hora: 10/02/2017 18:46:17hs

Superior Tribunal de Justiça

14.494

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 150.894 - RJ (2017/0028930-8)

RELATOR	:	**MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE	:	GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE	:	GALVAO PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO	:	FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO E OUTRO(S) - RJ094605
SUSCITADO	:	JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
SUSCITADO	:	JUÍZO DA 14A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG
INTERES.	:	SERGIO BRUNO ALONGI
ADVOGADO	:	TIAGO MUZZI - MG071874

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, em que são suscitantes GALVÃO ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ e o JUÍZO DA 14ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG.

Informa a suscitante que pleiteou os benefícios da recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, cujo processamento foi deferido pelo primeiro suscitado em 27/3/2015.

Aduz que:

> *"De outro lado, tem-se o Juízo do Trabalho, perante o qual tramita a reclamatória trabalhista proposta por Sérgio Bruno Alongi ('Reclamante') contra as Recuperandas, a Companhia de Águas do Brasil S.A. – CAB Ambiental ('CAB Ambiental'), a Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG ('GASMIG') e o Município de Belo Horizonte ('Município de BH') ('Ação Trabalhista').*
>
> *4. Com efeito, em 29.12.2016, o Juízo do Trabalho determinou, no âmbito da Ação Trabalhista o bloqueio de créditos detidos pelos Reclamados (e, consequentemente, pelas Recuperandas) contra o Município de BH, até o limite de R$ 1.993.168,56, com o escopo de garantir o pagamento do crédito concursal perquirido pelo Reclamante nos autos trabalhistas.*
>
> *(...)*
>
> *37. Ao que parece, o Juízo do Trabalho entende estar 'garantindo' o adimplemento das obrigações atinentes a um determinado credor trabalhista, mas, na verdade, está subvertendo a ordem procedimental de um processo de recuperação judicial, prejudicando as Recuperandas e todos os demais credores submetidos àquele procedimento"* (fls. 2/9 e-STJ).

Defende que somente o Juízo recuperacional detém competência para

Documento eletrônico VDA16011987 assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 20/02/2017 13:45:26
Código de Controle do Documento: C8D49171-7CBC-40B7-8394-43FE9662524E

Usuário: SILVIO LUIZ MACIEL DA SILVA

decidir sobre os atos de constrição contra seu patrimônio, justificando a concessão de liminar para sustar os efeitos dos atos decisórios praticados pelo juízo trabalhista e para revogar a decisão que determinou o bloqueio de direitos creditórios detidos da GESA e GALPAR frente ao Município de Belo Horizonte-MG, sobrestando o procedimento trabalhista e declarando o Juízo recuperacional como o competente para quaisquer medidas urgentes.

Ao final, pugna pela procedência do conflito suscitado, com a declaração da competência do juiz da recuperação para decidir sobre o destino dos bens.

É o relatório.

DECIDO.

A liminar deve ser concedida parcialmente.

De início, indefiro o pedido de devolução ou levantamento de eventuais valores e bens bloqueados ou penhorados. Não é o caso de levantamento da constrição realizada nos autos, mas, sim, de remessa dos bens ao juízo competente, qual seja, o da recuperação, para que este adote as providências cabíveis. Essa é a linha adotada por mim nos EDcl no CC nº 115.524 (DJe 30.9.2011) e também pelo Ministro Luis Felipe Salomão nos EDcl no CC nºs 112.300 (DJe 17.5.2011), 109.805 (DJe 10.2.2011) e 112.301 (DJe 2.2.2011). Não há falar em levantamento da penhora incidente sobre tais bens por se tratar aqui de conflito de competência.

No mais, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, no caso de deferimento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato executório que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CREDOR TRABALHISTA. APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. DECISÃO LIMINAR RECONHECENDO A EXISTÊNCIA DE CONFLITO. FIXAÇÃO PROVISÓRIA DE COMPETÊNCIA.

1. Após aprovado e homologado o plano de recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a ações expropriatórias movidas contra a empresa devedora.

2. O Superior Tribunal de Justiça também já decidiu que, na recuperação judicial, a competência de outros juízos se limita à apuração de respectivos créditos, sendo vedada a prática de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação.

3. Agravo regimental não provido."

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/02/2017 às 13:26:54 pelo usuário: SILVIO LUIZ MACIEL DA SILVA

Documento eletrônico VDA16011987 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 20/02/2017 13:45:26
Código de Controle do Documento: C8D49171-7CBC-40B7-8394-43FE9662524E

(AgRg no CC nº 132.285/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Segunda Seção, julgado em 14/5/2014, DJe 19/5/2014)

Diante do exposto, em vista da demonstrada estabilidade jurisprudencial, concedo a liminar para determinar a suspensão dos atos executórios decorrente da ação nº 0011929-23.2016.5.03.0014, em curso perante o JUÍZO DA 14ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG.

Designo o JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes até ulterior deliberação no presente conflito.

Oficiem-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando a liminar e solicitando informações, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 197 do RISTJ). Informem referidos Juízos se os créditos trabalhistas acima indicados encontram-se arrolados no plano de recuperação judicial aprovado. Ademais, detalhe o Juízo da recuperação o estágio atual do procedimento e se a devedora vem cumprindo o plano apresentado.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal para parecer (artigo 198 do RISTJ).

Publique-se.

Intime-se.

Comuniquem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2017.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

NÃO OFICIAL

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/02/2017 às 13:26:54 pelo usuário: SILVIO LUIZ MACIEL DA SILVA

Documento eletrônico VDA16011987 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 20/02/2017 13:45:26
Código de Controle do Documento: C8D49171-7CBC-40B7-8394-43FE9662524E

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 03ª REGIÃO
14ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE
RTOrd 0010260-66.2015.5.03.0014
AUTOR: SERGIO BRUNO ALONGI
RÉU: GALVAO ENGENHARIA S/A, GALVAO PARTICIPACOES S.A., COMPANHIA DE AGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL, COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG, MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE

14ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG

Processo nº 0010260-66.2015.5.03.0014

No dia 17 do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às 14h30m, a Juíza do Trabalho **ANGELA CASTILHO ROGEDO RIBEIRO** proferiu o julgamento da reclamação trabalhista ajuizada por **SÉRGIO BRUNO ALONGI** em face de **GALVÃO ENGENHARIA S/A**, 1ª reclamada; **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.**, 2ª reclamada; **COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL**, 3ª reclamada; **COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG**, 4ª reclamada e **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, 5º reclamado.

Aberta a audiência, de ordem da Juíza, foram apregoadas as partes. Ausentes.

Proferiu o Juízo do Trabalho a seguinte SENTENÇA:

I - RELATÓRIO

SÉRGIO BRUNO ALONGI, qualificado, ajuizou reclamação trabalhista em face de **GALVÃO ENGENHARIA S/A**; **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.**; **COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL**; **COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG** e **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, também qualificados, alegando, em síntese, que: foi admitido pela primeira ré, que integra o mesmo grupo econômico que a segunda e terceira reclamadas, em 10.03.2009 e, em janeiro de 2012, em fraude a legislação trabalhista, foi simulada sua dispensa (sem pagamento de verbas rescisórias ou

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id. Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

respeito às formalidades legais), quando foi compelido a criar pessoa jurídica para continuar laborando, nos mesmos termos, o que ocorreu até sua dispensa imotivada em 16.03.215. Postula declaração da fraude e reconhecimento de unicidade contratual no período de 10.03.2009 a 16.03.2015 para pagamento de parcelas rescisórias e consectários legais trabalhistas; multas do artigo 467 e §8º do artigo 477 da CLT. Postulou a antecipação dos efeitos da tutela para pagamento das parcelas rescisórias, levantamento de FGTS e anotação da CTPS pela Secretaria da Vara. Aduz, ainda, que ao longo do pacto laboral recebeu gratuitamente telefone celular e veículo de luxo, de uso irrestrito, valores esses que devem ser incorporados ao salário por consistirem utilidades, para pagamento de repercussões em outras parcelas salariais. Postula, também, a declaração da natureza salarial de remuneração variável prometida e não quitada pelo empregador para integração, pagamento de diferenças e reflexos. Sustenta que a reclamada arcava com parte do seu plano de previdência privada (5%), sendo devidas diferenças em razão de integração das parcelas postuladas ao salário. Pede pagamento da indenização do artigo 9º da Lei 7.238/84. Aduz que não usufruiu de férias e postula o pagamento, bem, como indenização por danos existenciais por ausência de concessão dessas férias. Argui a responsabilidade subsidiária da 4ª e do 5º reclamados e postula, liminarmente, que seja determinado ao 5º réu que informe os créditos que a 1ª reclamada possui em razão de contrato de prestação de serviços/obras. Postula, por fim pagamento de honorários advocatícios.

Atribuiu à causa o valor de R$100.000,00. Juntou documentos (id b2510cc/id a4bcfa1 - id c1801fc/ 9337265 - id 08f89ea/ c3a7efc).

O quinto reclamado - Município de Belo Horizonte - apresentou defesa escrita (id f102204), arguindo sua exclusão do polo passivo por ser dono da obra, invocando a prescrição quinquenal, arguindo incompetência da Justiça do Trabalho para apurar fatos descritos na petição inicial como crime federal, de competência da Justiça Federal, importando na suspensão do processo até que referida questão seja solucionada. Por fim, postulou que fosse observado o prazo do contrato de empreitada do município com a primeira ré. Juntou documentos (id b6547e3/ id b0d9cc1).

A primeira, a segunda e a terceira reclamadas apresentaram defesa conjunta (id ec62be7), sem preliminares, arguindo a prescrição quinquenal e, no mérito arguindo a improcedência da ação, e, na

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949851851960517
Id.Carimbo de Tempo: 961398947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

eventual condenação, a compensação/dedução dos valores quitados. Impugnaram o pedido de justiça gratuita do reclamante. Juntaram documentos (id 1add10e/ id a5f8f99). Juntam petição de contestação repetida, idêntica ao documento id ec62be7 (id 6a5fdba).

Foi expedido Alvará Judicial para soerguimento dos depósitos do FGTS (id ccda35a).

A quarta ré, COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG apresentou defesa escrita (id f542cea), arguindo sua ilegitimidade passiva, argumentando que é dona da obra e não pode ser responsabilizada e, no mérito, postulando a improcedência dos direitos arguidos. Juntou documentos (id 8cb1e4b/id a356950). Junta petição de contestação repetida, idêntica ao documento id f542cea (id 8b2c870).

Impugnação às defesas (id e035232).

Confissão do autor no sentido de que recebeu R$20.000,00 da primeira reclamada, conforme recibo apresentado (id 0b01b0f).

Deferimento de antecipação dos efeitos da tutela para determinar que a 4ª e o 5º réus informassem os créditos que possuía com a primeira ré, com determinação de boqueio até o limite de R$ 178.039,11 de eventuais créditos (id e617057).

Cumprimento da ordem de bloqueio pelo Município de Belo Horizonte (id 5dc2f0a).

Decisão do C. STJ, em conflito de competência, determinando a suspensão de atos executórios em face da primeira ré em razão da competência do Juízo da recuperação judicial para tanto - a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro (id 0b0c317).

Audiência de instrução (id 4166082), quando o autor e os reclamados, exceto o quinto, prestaram depoimentos pessoais e foram inquiridas duas testemunhas.

Conversão do julgamento em diligência para determinar que a primeira reclamada juntasse documentos especificados sob pena de aplicação do artigo 400 do NCPC (id 6ef927c).

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621?6 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605?7
Id.Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

Juntada de documentos (id b324547/ id 57c6dea).

Manifestação do reclamante sobre a juntada de documentos determinada pelo Juízo (id 7eb738a).

Conclusão do processo para julgamento no prazo legal.

É o relatório.

I - FUNDAMENTAÇÃO

DAS PRELIMINARES

DA SUSPENSÃO PROCESSUAL

O quinto réu, o Município de Belo Horizonte, argumenta que o autor, na petição inicial, aduz que embora fosse empregado da 1ª reclamada emitiu notas fiscais relativas à prestação dos serviços que comporiam as suas atribuições funcionais, com o objetivo de minimizar a incidência de encargos tributários. Aduz que a emissão de documento fiscal em descompasso com a realidade configura conduta delituosa prevista nos artigos 1º e 2º da Lei n. 8.137/90; de modo que a apuração destes fatos depende da atuação da autoridade policial e, se for o caso, do juízo criminal. Entende, pois, que o julgamento da presente reclamação depende fundamentalmente da resolução dos fatos objeto destas alegações: a efetiva falsidade das declarações apostas pelo reclamante nas notas fiscais emitidas a pretexto da prestação de serviços à 1ª reclamada.

Equivoca-se o quinto réu.

A tese do autor é exatamente que a partir de janeiro de 2012 foi compelido a criar pessoa jurídica para continuar laborando em favor da primeira ré. A eventual conduta de emitir notas ficais, por essa pessoa jurídica, contudo nada influencia na caracterização dos requisitos da relação de emprego.

Em outras palavras, caracterizados os requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT a relação de emprego com a primeira ré pode e será declarada. Importante salientar, para que não se perca o foco, que quem pratica a fraude à lei trabalhista - obrigando o trabalhador a se "pejotizar", é o empregador e não obreiro - que é a parte aviltada nos seus direitos constitucionais e trabalhistas.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id. Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

Assim, a apuração das razões que levaram o reclamante a emitir notas fiscais é sim competência desse Juízo, uma vez que intrinsecamente ligadas ao pleito de declaração de vínculo por fraude à lei trabalhista perpetrada pela primeira ré.

Mas, o fato de essa emissão de notas ficais configurar crime ou não, do ponto de vista da lei dos crimes contra a ordem tributária, em nada influencia a declaração da relação de emprego, porque é o objeto da relação que não pode ser ilícito e não o meio pelo qual essa relação se concretiza. Ou seja, a prestação de serviços de engenharia é lícita - e pode ser objeto de contrato de trabalho ou trabalho autônomo - razão pela qual não há óbice legal ou prejudicial ao exame do pleito.

Rejeito a preliminar arguida.

DA ILEGITIMIDADE DE PARTE DO 4º E DO 5º RECLAMADOS

O 4º e 5º reclamados arguem sua ilegitimidade passiva ao fundamento de que não mantiveram relação jurídica com o autor.

A legitimidade, ativa ou passiva, verifica-se a partir da correspondência lógica entre a relação jurídica alegada na exordial e a relação processual formada com a citação válida (Teoria da Asserção).

Com efeito, a simples alegação do autor de que o quarto e o quinto demandados foram os beneficiários da prestação de serviços justifica a sua presença no polo passivo da ação.

Afasto a preliminar soerguida.

DOS PROTESTOS

A reclamada registrou protestos em ata de audiência (fl.639), contra o indeferimento da contradita à testemunha BRUNO MARIANTE, sob argumento de que o depoente é amigo íntimo do autor e que o autor foi testemunha em uma causa da testemunha. Todavia, não tendo sido comprovadas

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id.Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

as alegações da ré ou a falta de isenção da testemunha mantenho a decisão e rejeito os protestos.

O reclamante registrou outros protestos, pois pretendia ouvir mais duas testemunhas a fim de comprovar a unicidade contratual, o fornecimento das utilidades, obrigatoriedade da constituição da PJ, inalterabilidade do contrato fato, férias e sobre a RV, tendo sido deferido apenas a oitiva para a questão do gozo de férias, que foi desconhecido pela testemunha então ouvida. O Juízo é livre para avaliar necessidade da produção da prova e não cabe a oitiva de mais de uma testemunha para provar os mesmos fatos. Mantenho o indeferimento e rejeitos os protestos.

A quarta reclamada pretendia que a testemunha WALFRIDO ANDRADE NETO respondesse se o reclamante participou da obra da Gasmig e se deu lucro ou não, o que foi indeferido sob protestos. Os questionamentos pela parte ré são objeto de prova documental, descabendo o questionamento de testemunha para mera opinião acerca de fatos que se provam por documentos. Mantenho o indeferimento e rejeitos os protestos.

DO MÉRITO

DOS DONOS DAS OBRAS

Tanto o quarto quanto o quinto réus alegam ter contratado o primeiro reclamado para realização de obras e serviços de engenharia e, portanto, nos termos da Orientação Jurisprudencial 191 da SBDI-1 do C. TST, afirmam que não podem ser responsabilizados pelo passivo trabalhista daquele.

Nesse sentido, o E. TRT da 3ª Região, em Incidente de Uniformização Jurisprudencial suscitado pelo C. TST no processo nº 00521-2014-174-03-00-9, decidiu que o conceito de dono da obra previsto na OJ 191 da SBDI-1 do C. TST, para efeitos da exclusão da responsabilidade trabalhista, seja ela subsidiária ou solidária, restringe-se à pessoa física, ou micro e pequenas empresas, na forma da lei, que não exerçam atividade econômica vinculada ao objeto do contrato. Nesse sentido o E. TRT da 3ª Região editou a Súmula 42.

É verdade que a edição da Súmula 42 está sendo rediscutida, pois, o Tribunal Superior do Trabalho suscitou nova IJU (RR:

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id.Carimbo de Tempo: 961398979473 26 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

190.53.2015.5.03.00090), entendendo que a citada Súmula Regional afrontaria diretamente a redação da OJ 191 da sua SBDI-1. Isso porque, a OJ 191 da SBDI-1 do C. TST, prevê que diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, **salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora**. Sob essa ótica, construtoras e incorporadoras, sejam de grande porte ou micro/pequeno - pela regra do TST - sempre dividem a responsabilidade com o empreiteiro - pois construir/incorporar a obra é objeto do seu contrato social.

Para preservar a aplicação da atual Súmula 42 do E. TRT MG, a quarta e o quinta reclamados que são Entes Públicos - a quarta integrante da Administração Pública Indireta Estadual, prestadora de serviço público (fornecimento de gás) e o quinto, o Município de Belo Horizonte - não poderiam invocar irresponsabilidade no caso em tela, pois não são equiparadas a empresas de pequeno porte ou micro empresas.

Diante da grande polêmica jurisprudencial que sempre orbitou o tema, o TRT 3, provocado pelo incidente suscitado pelo TST, entendeu que mesmo que uma empresa de porte médio/grande não fosse construtora/incorporadora (caso da quarta e do quinta réus), como previa a OJ 191 do C. TST, não poderia esquivar-se da responsabilidade trabalhista ao argumento de ser dona da obra. A rigor da Súmula 42 do E. TRT **apenas micro e pequenas empresas** têm esse beneplácito, bem como as **pessoas físicas**.

Todavia, verifico que a jurisprudência do C. TST vem, em decisões recentes, de forma consolidada excluindo a responsabilidade do dono da obra quando é um Ente Público, como o caso da quarta e do quinto reclamados, que contrataram a primeira reclamada para obras de infraestrutura em rede de gás e em córregos urbanos canalizados, respectivamente.

Veja-se um dos muitos acórdão nesse sentido:

"RECURSO DE REVISTA DO TERCEIRO RECLAMADO (MUNICÍPIO DE PANAMBI). RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. DONO DA OBRA. Diante das premissas fáticas delineadas no acórdão recorrido, verifica-se que o Recorrente contratou a empresa empregadora do Reclamante para a execução de diversas obras de construção civil de interesse do

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621/76 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949851851960517
Id.Carimbo de Tempo: 961398979473326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

Município. Desse modo, aplicável à espécie a Orientação Jurisprudencial n.º 191 da SBDI-1 do TST, uma vez que, não sendo a parte recorrente empresa construtora ou incorporadora, não lhe cabe nenhuma responsabilidade, quer solidária quer subsidiária, pelas obrigações trabalhistas próprias do empregador. Recurso de Revista conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 4.ª REGIÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. DONO DA OBRA. Prejudicado o exame do Recurso de Revista do Ministério Público do Trabalho, em face do provimento do Recurso do terceiro Reclamado" (TST; 4ª Turma; RR: 103563020125040541, Relatora: Ministra Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 18/03/2015, Data de Publicação: DEJT 20/03/2015).

Dessa forma, e sobretudo porque foi suscitado novo incidente de uniformização para rever a Súmula 42 do TRT da 3ª Região, tendo em vista a jurisprudência consolidada no âmbito da Corte Uniformizadora Trabalhista, aplico a OJ 191 da SDI - 1 do C. TST e excluo a responsabilidade da quarta e do quinto reclamados, julgando improcedentes os pedidos articulados na petição inicial em face da **COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG** e do **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.**

DO GRUPO ECONÔMICO FORMADO ENTRE AS TRÊS PRIMEIRAS RECLAMADAS

As três primeiras reclamadas não negam a alegação de existência de grupo econômico apresentando, inclusive, defesa conjunta e se fazendo representar pelo mesmo preposto.

O grupo econômico, para os fins da relação de emprego, prescinde de formalidades, registros estatutários ou declaração das partes. Bastam as circunstâncias da prática gerencial para que se aperfeiçoem as exigências do art. 2º, par. 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, e, dali, seja a solidariedade declarada. Provas a respeito da administração compartilhada entre as empresas não faltam. Incontroverso que as reclamadas configuram um grupo econômico.

Logo são responsáveis solidárias pelas eventuais condenações e despesas processais advindas, resguardas as obrigações personalíssimas tais como anotação de CTPS e entrega de guias TRCT e CD/SD.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 89809986766625234504440594981851960517
Id. Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

DA RELAÇÃO ENTRE AS PARTES - VÍNCULO EMPREGATÍCIO - UNICIDADE CONTRATUAL

Aduz o reclamante que ativou-se nos quadros da primeira ré em 10.03.2009, no cargo de "Engenheiro Civil V", com salário inicial de R$15.512,09, como faz prova a sua CTPS (ID. b2510cc - Pág. 9). Afirma, porém, que a partir de janeiro de 2012 foi compelido pela primeira ré, caso quisesse manter seu emprego, a prestar serviços através de pessoa jurídica, caracterizando fenômeno conhecido como "pejotização".

Afirma que todos os custos de constituição dessa pessoa jurídica, denominada POSITIVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP foram arcados pelo 1ª reclamada, desde os mais prosaicos, como o xerox da documentação até os mais complexos como taxas e obtenção de alvará de funcionamento.

Com efeito, cópia de e-mails juntados pelo autor, e não desconstituídos por prova em contrário pelos réus, provam a iniciativa da primeira reclamada em criar a pessoa jurídica através da qual o autor passou a prestar serviços (id d1b389b).

Em um e-mail o representante da empresa questiona ao consultor quais seriam as "vantagens" financeiras de troca da forma de prestação de serviços nos moldes da CLT para a "pejotização" o que é explicado pelo consultor, matematicamente, afirmando que a troca redundaria na redução de 25% da remuneração que era até então paga aos empregados (ID. d1b389b - Pág. 4).

Seguem várias comunicações entre a diretoria da empresa e a consultoria sobre as vantagens financeiras em "transformar" empregados em "PJTs" para reduzir o custo indireto da obra (id d1b389b).

A seguir seguem as provas de que a empresa reembolsou o reclamante do custo para criação e abertura da pessoa jurídica (ID. d1b389b - Pág. 13/ ID. d1b389b - Pág. 25).

O reclamante prova, também, que a empresa POSITIVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP foi contratada pela primeira ré antes de ser criada, em 02.01.2012 (ID. 589a39f - Pág. 9).

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

O reclamante junta, ainda, cópia de e-mail, enviado em 08.02.2013 pelo RH da primeira ré, quando tecnicamente já não seria mais empregado da primeira ré, em que é instado a fazer sua auto avaliação de desempenho e a avaliação de desempenho do seu gestor (ID. e7e069d - Pág. 3), sendo tratado, pois, como empregado do quadro.

Por fim, no final da relação do reclamante com a primeira ré, em março de 2015, a primeira ré trata das verbas devidas ao autor como se fossem trabalhistas

Embora a reclamada alegue, em depoimento pessoal, que as atribuições do autor a partir de janeiro de 2012 eram diversas do período anterior, a testemunha BRUNO MARIANTE afirma que "*nada foi modificado nas atribuições do autor de 2009 a 2015*" (ID. 4166082 - Pág. 2).

A fraude à legislação trabalhista está comprovada fartamente pela documentação da comunicação interna juntada nos autos, não desconstituída por prova em contrário pelas rés. Restou cabalmente demonstrado que a "pejotização" visou o que sempre visa nesses casos, a precarização de direitos garantidos na CLT e a redução geral do custo do negócio a partir de redução da remuneração do trabalhador. Como vige na constituição o princípio da irredutibilidade salarial a empresa simula a contratação de uma empresa - que criou e abriu às próprias expensas - para reduzir a remuneração do autor, nas palavras do consultor da própria reclamada, em até 25%.

O reconhecimento judicial do vínculo empregatício requer a comprovação dos requisitos previstos nos artigos 2° e 3º da CLT, ou seja, a prestação de serviços não eventuais, com pessoalidade, mediante subordinação jurídica, pagamento de salário e risco da atividade. O ônus da prova da relação de emprego é, em princípio, do reclamante por ser fato constitutivo de direito, a rigor o artigo 818 da CLT, combinado com o inciso I do artigo 373 do NCPC.

Todavia, a reclamada negou o vínculo empregatício do período pleiteado (janeiro de 2012 a 16.03.2015), invocando fato impeditivo do direito do autor, ao afirmar que o reclamante prestava serviço como engenheiro consultor autônomo, logo é seu o ônus de evidenciar tal fato, a teor do que dispõem os artigos 818 da CLT combinado com o inciso II do artigo 373 do NCPC.

Conforme a prova produzida, verifica-se que o autor, no

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id. Carimbo de Tempo: 961398979473 26 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

período postulado, não é um consultor autônomo, mas sim, uma empregado celetista, até porque não houve alteração na forma de prestação de serviços em relação ao período em, que laborou com registro efetivo na CTPS (que sequer traz data de saída).

Observo que não se trata, especificamente, de terceirização ilícita de serviços (até porque não há terceiro envolvido na relação descrita), mas de fraude na contratação do reclamante, conhecida como "pejotização", pois, foi exigido do autor que abrisse uma empresa para ser contada pela primeira reclamada.

O contrato de prestação de serviços e aditivos, no caso, são nulos. Reconheço o vínculo empregatício do período de 10.03.2009 a 16.03.2015, na função de "engenheiro civil V".

DA ANOTAÇÃO DA CTPS

Intime-se o reclamante para entregar sua CTPS, na Secretaria deste Juízo, no prazo de cinco dias, **independentemente do trânsito em julgado desta decisão**, uma vez que a dispensa já foi reputada incontroversa em decisão que determinou a expedição de Alvará para soerguimento dos depósitos do FGTS (id 0b01b0f).

Após a juntada da CTPS, intime-se a primeira reclamada para, no prazo de cinco dias, **independentemente do trânsito em julgado desta decisão**, proceder à anotação da data de saída em 03.05.2015 (projeção de aviso prévio proporcional de 48 dias - OJ 82 da SDI -1 /TST), sob pena de multa diária de R$50,00, limitada ao valor de R$1.500,00.

Descumprida a obrigação, a Secretaria da Vara procederá às anotações devidas na CTPS do autor, nos termos do art. 29 da CLT, sem prejuízo da cobrança e execução da multa ora fixada.

DA PREJUDICIAL DE MÉRITO ANALISADA APÓS O MÉRITO - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

Declarada a unicidade contratual e reconhecida a relação de emprego no período de 10.03.2009 a 16.03.2015, acolho a arguição da prescrição quinquenal prevista no inciso XXIX do art. 7º da Constituição da República de 1988, para declarar prescrito o direito de ação no que concerne aos pedidos anteriores a 13.05.2010, ressalvadas as pretensões meramente declaratórias (§1°, do art.11 da CLT) e o direito ao recolhimento do FGTS (Súmula 362/TST com nova redação).

Extingo o processo, com resolução do mérito, em relação aos direitos anteriores a 13.05.2010, nos termos do artigo 279, IV, do CPC, com as ressalvas supramencionadas.

DA INTEGRAÇÃO DE SALÁRIO UTILIDADE

Argumenta o autor que desde o início do pacto a primeira reclamada forneceu telefone celular coorporativo e veículo de passeio sem restrições de uso particular e fora do horário de trabalho. Narra que o veículo utilizado na maior parte do tempo foi um veículo da marca Toyota Corola de placa AYN-9732 e o telefone celular era o da linha de número (31) 9138-65-80. Afirma que a partir de 2012, quando foi compelido a prestar serviços a partir de pessoa jurídica, a reclamada parou de fornecer o celular e o veículo.

O empregador reconheceu em depoimento pessoal que forneceria as utilidades e que suprimiu o fornecimento, embora negue a natureza salarial das benesses. Veja-se: "*houve uma readequação do escritório e por isso o reclamante não continuou utilizando a mesma mesa; também não permaneceu com o celular corporativo que tinha antes como empregado; não tem como precisar o número deste celular, tampouco o que foi trocado; o reclamante deixou de ter carro disponibilizado pela ré quando passou a PJ*" (ID. 4166082 - Pág. 1).

Já a testemunha BRUNO MARIANTE declara: "*sempre encontrou o autor no local até 2015, sendo que a mesa e o local sempre foram os mesmos; o número celular do autor com o qual o depoente se comunicava sempre foi o mesmo e tratava-se de celular corporativo; o reclamante sempre utilizou carro oferecido pela ré, pois estes eram fornecidos aos gerentes e superintendentes, entre Honda Civic e Corolla (...) os custos com o veículo disponibilizado ao autor sempre foram custeados pela Galvão; o reclamante também utilizava o carro para*

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id. Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

fins particulares, pois o autor comentava na obra que ia com o carro para o clube e na sexta-feira, com o carro para a sua casa (...) sempre telefonou para o mesmo número, por isso acredita que o celular sempre foi corporativo" (ID. 4166082 - Pág. 2).

Portanto, restou provado que a reclamada fornecia telefone celular de uso irrestrito para o autor e veículo, mesmo após 2012, quando autor passou a atuar de forma "pejotizada".

A teor do "caput" do artigo 458 da CLT vislumbra-se que dois são os critérios básicos para a configuração da utilidade: a) habitualidade - a concessão deve ser reiterada ao longo da vigência do contrato e b) gratuidade, ou seja, é uma prestação fornecida pelo empregador sem qualquer ônus para o empregado.

Ainda, o item I da Súmula 367 do C. TST determina que o veículo fornecido pelo empregador ao empregado, quando indispensável para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.

No caso, restou provado que o fornecimento do veículo era limitado aos gerentes e supervisores da empresa e é razoável acreditar que a reclamada entende que não era indispensável, uma vez que afirma até mesmo que deixou de fornecer esse veículo a partir de 2012.

A espécie de veículo ofertado pelo ré também indica que tratava-se mais de um atrativo para que o empregado se interessasse em ativar-se nos quadros da ré que uma ferramenta essencial para o trabalho, pois não era um veículo padrão simples (popular), mas sim um veículo classificado como de padrão luxuoso.

Outra indicação de que o veículo ofertado não era indispensável para prestação de serviços é fato de que os veículos fornecidos era alugados pela primeira ré. Caso fosse de fato essencial fornecer veículos aos gerente e superintendentes para que prestassem serviços em favor da empresa o mais lógico seria que empresa mantivesse frota própria e não alugasse precariamente veículos para uso do seu corpo executivo. A opção pelo aluguel talvez se justifique exatamente porque a empresa optou por fornecer veículos luxuosos a seus executivos, ao invés de adquirir veículos populares, que não

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621776 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:026595340 4 Nº Série Certificado: 898099867666252345044059498185196051 7
Id. Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

serviriam de atrativo para os empregados.

O exame da CTPS do reclamante facilmente indica o porquê da primeira ré se interessar por mantê-lo no corpo executivo, pois o empregado apresenta histórico de experiência em grandes construtoras do Brasil, com salário em nível gerencial (id b2510cc). Basta observar que, em 10.03.2009, o reclamante foi contratado com salário inicial de R$15.512,09 (ID. b2510cc - Pág. 9), quando o salário mínimo profissional, conforme as CCT's da categoria diferenciada, que remete à Lei 4.950-A/66 de 8,5 salários mínimos para uma jornada de 8 horas diárias era R$3.952,50 (referência de salário mínimo: Lei 11.944/2009). Portanto, o salário de contratação do reclamante superava em quase 04 vezes o piso profissional da categoria. No final do contrato, em 16.03.2015, o reclamante recebia, conforme informação do próprio RH da primeira ré, o salário de R$38.324,55 por mês, quando o piso da categoria era R$ 7.480,00, ou seja, mais de 05 vezes o piso.

Dessa sorte, a prova autoriza reconhecer que tanto o veículo quanto a linha de telefone celular de uso irrestrito para assuntos particulares foram fornecidos na condição de salário utilidade e, portanto, devem integrar a remuneração do reclamante para todos os efeitos legais.

Em conversão do Julgamento em diligência restou determinado que a primeira reclamada juntasse aos autos cópia das contas do telefone celular nº 031-9138-3580, do período de 13.05.2010 a 16.03.2015 e cópia dos contratos de locação do veículo TOYOTA COROLA, placa AYN-9732 (ID 74b79f5 - Pág. 12). A primeira ré apresentou a documentação em questão (id b324547/ id 57c6dea).

Analisando a documentação juntada observo que há provas de que, no ano de 2014 e até a rescisão em março de 2015, a ré locava o veículo utilizado pelo autor pelo valor mensal médio de R$2.890,00 (valor unitário pago). A reclamada optou por não juntar provas do valor pago no período de 13.05.2010 a fevereiro de 2014, mesmo advertida acerca da aplicação do artigo 400 do NCPC. Observo que o autor, na petição inicial, afirma que o gasto com o aluguel mensal do veículo fornecido era exatamente de R$2.890,00 (ID. 74b79f5 - Pág. 12).

Dessa sorte aplico artigo 400 do NCPC em relação ao período em que a empregadora opta por não colacionar prova dos valores pagãos a

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 961398979473 26 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

título de aluguel e acolho a documentação juntada para reconhecer que foi fornecido a título de salário-utilidade, no período imprescrito, o importe de R$2.890,00 por mês (respeitada a proporção de dias) a título de aluguel de veículo.

O valor de R$2.890,00 integra o salário do reclamante, nos termos do "caput" do artigo 458 da CLT.

Quanto ao telefone celular de uso irrestrito, a reclamada junta contas pagas de plano empresarial, esclarecendo que não há como especificar qual a despesa do reclamante, pois trata-se de conta coletiva.

Pois bem. Analisando as citadas contas, juntadas a partir de setembro de 2013, verifico que, de fato, englobam despesas com celular corporativo de mais de um plano (entre 06 e 08). Mas a ré junta, também, apurações individuais de gatos com telefone celular em forma de planilhas, identificando, por exemplo: no mês de agosto de 2014, em nome do autor o gasto de R$374,58 (ID. 592ac62 - Pág. 4); no mês de outubro de 2014, R$340,51 (ID. af6de48 - Pág. 4) e no mês de janeiro de 2015, R$540,10 (ID. cd80a6a - Pág. 4). Na petição inicial o reclamante afirma que desses valores que a reclamada discrimina, estima que R$280,00 eram gastos em ligações particulares (ID. 74b79f5 - Pág. 12).

Tendo em vista que não foram comprovadas todas as despesas com telefone celular de forma individualizada, aplico o artigo 400 do NCPC e arbitro que no período de 13.05.2010 a 16.03.2015 o reclamante usufruiu de R$280,00 por mês (respeitada a proporção de dias) a título de conta celular pagos a título de salário utilidade.

O valor de R$280,00 integra o salário do reclamante, nos termos do "caput" do artigo 458 da CLT.

Dessa sorte, no período de 13.05.2010 a 16.03.2015, respeitada a proporção de dias, integram o salário do reclamante o importe de R$2.890,00 (fornecido a título de aluguel de veículo) e o importe de R$280,00 (fornecido a título de despesas com conta de telefone celular). Os valores em questão, somando R$3.170,00 reais pagos a título de salário utilidade, repercutem em aviso prévio; 13º salários; férias +1/3 e com essas parcelas (exceto férias indenizadas e terços de férias, que são indenizatórias) em FGTS + 40% (Súmula 63 do C. TST).

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621/76 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id. Carimbo de Tempo: 98139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

Não há se falar repercussões em DSR's, pois as parcelas pagas mensalmente já os quitam em seu bojo.

Não há se falar em repercussões em comissões e/ou bônus, uma vez que não há prova de pagamento ou contratação dessas parcelas.

DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - NATUREZA INDENIZATÓRIA

Aduz o reclamante que, quando foi contratado, a primeira reclamada prometeu o pagamento de remuneração variável a título de contraprestação pelo esforço pessoal do trabalhador em captar a contratação de novas obras. Essa remuneração consistiria em 8,5% do resultado total da obra, a ser rateado entre os integrantes da equipe gerencial.

Narra o autor que faz jus a rateio de remuneração variável de três obras: Bonsucesso/PBH; Polo do Vale do Aço/GASMIG e Córrego Camarões/PBH. Aduz que como gerente comercial dos projetos deveria receber 20% dos 8% do total a ser rateado entre a equipe gerencial que representariam em relação à obra de Bonsucesso/PBH o importe de R$551,361,00; em relação à obra de do Polo do Vale do Aço/GASMIG o importe de R$302.281,25 e em relação à obra do Córrego Camarões/PBH, R$5.916,00.

A primeira reclamada argumenta que os valores lançados na inicial são indevidos porque conforme consta da Política de Remuneração Variável - RV, tem-se que aos colaboradores é devido o pagamento de adiantamento de resultados quando do atingimento de metas daquele ano de exercício. Segue aduzindo que o item 3.3 da Política de Remuneração Variável - RV prevê que a base de cálculo da parcela deve considerar o resultado econômico depois dos juros (conforme ECOFIN), sempre limitado ao caixa disponível no momento da apuração.

Por fim, argumenta a empregadora que para calcular a RV é necessário considerar o que o caixa financeiro da obra possui no final do ano de exercício e também os lançamentos futuros (despesas) para continuidade da obra, que são valores a pagar, que já estão provisionados. E assim conclui que se verificadas as ECOFIN´s dos anos de atividade da obra, apurar-se-á que que não

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id. Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

houve apuração de resultado econômico positivo nos últimos anos, razão pela qual não há se falar em pagamento de RV.

Argumenta, por fim que no ano de 2011 pagou ao autor RV no valor de R$86.745,00, sendo que esse valor está lançado na ficha financeira do mês de agosto de 2011, como participação de resultados (rubrica 169 - ID. 1dc2f65 - Pág. 1).

O reclamante junta a política de remuneração variável em relação às obras de Bonsucesso e Camarões, ambas da PBH, indicando que ao autor - gerente comercial, seria devido 20% do rateio "conforme o demonstrativo do controle econômico financeiro de cada obra (ECOFIN) do mês de dezembro" (ID. 96e0a31 - Pág. 16).

Do documento (ID. 96e0a31 - Pág. 17) depreende-se que o valor devido especificamente à Walfrido Andrade Neto, gerente do contrato, correspondente à 30% dos 8,5% do valor total, foi na obra de Bonsucesso, R$872,041,50. Portanto, como ao reclamante era devidos 20% do rateio, sua parcela seria de fato R$551.361,00, tal como declinado na petição inicial. Depreende-se, do mesmo documento, que o valor que Walfrido Andrade Neto deveria receber, referente a 30% dos 8,5% do valor total da obra de Camarões é R$8.874,00. Portanto, como ao reclamante era devidos 20% do rateio, sua parcela seria de fato R$5.916,00, tal como declinado na petição inicial.

Já em relação ao cálculo da RV da obra da Gasmig há o documento (ID. 96e0a31 - Pág. 25), atestando que o valor devido ao reclamante seria de R$302.281,25.

A reclamada, embora muito argumente que não houve apuração de resultado econômico positivo nos últimos anos, também não produziu provas hábeis a descaracterizar os mencionados documentos, que o preposto reconhece, em depoimento pessoal, contarem com assinatura do corpo executivo da reclamada, inclusive do autor.

Ademais, a prova da limitação do caixa disponível à época do pagamento da RV consiste fato impeditivo de direito, cujo ônus da prova é da reclamada, ônus esse do qual não se desincumbiu, a rigor do artigo 818 da CLT combinado com o inciso II do artigo 373 do NCPC.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621-76.com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 98139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/VisualizaDocumento/Autenticado/d...
(e-STJ Fl.280)

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Dessa sorte o reclamante faz jus as parcelas de RV nos valores de R$551,361,00, em relação à obra de Bonsucesso/PBH; R$302.281,25, em relação à obra de do Polo do Vale do Aço/GASMIG e R$5.916,00, em relação à obra do Córrego Camarões/PBH.

Observo, contudo, que a remuneração variável não era parcela habitualmente paga. A parcela não era paga mês a mês e sim a depender da obra, sob forma de adiantamento, no mês de maio de cada ano. Tanto a parcela não é salarial que o Programa de Remuneração Variável da primeira ré divide-se em três classes de trabalhadores. O reclamante pertence à mais alta casta do programa, aqueles empregados em nível de presidência/superintendência/gerência executiva e comercial. Para empregados abaixo do reclamante a previsão é de pagamento de bônus e para os trabalhadores restantes prevê-se o pagamento de PLR, na forma de normas coletivas (ID. 96e0a31 - Pág. 4).

Portanto, a RV está elencada junto do pagamento da PLR, sendo assim inegável sua natureza indenizatória.

O reclamante faz, portanto, jus à indenização substitutiva pelo não pagamento da RV, no valor total de R$859.558,25, parcela essa de natureza indenizatória.

A fim de evitar o enriquecimento sem causa do autor, autorizo a compensação do valor comprovadamente pago - R$86.745,00 - lançado na ficha financeira do mês de agosto de 2011, como participação de resultados (rubrica 169 - ID. 1dc2f65 - Pág. 1). Entendo que esse valor corresponde à RV, pois, de acordo com documento colacionado pelo próprio reclamante a PLR em si só era paga aos empregados que não recebiam RV ou bônus. Como o reclamante era classificado com empregado em nível que recebe RV (e não PL), reconheço que o valor lançado em 2011 corresponde, de fato, à RV.

Assim, compensado o valor comprovadamente pago, o reclamante faz jus a **R$772.813,25** a título diferença de RV não quitada no período imprescrito.

DO REAJUSTAMENTO ANUAL

No item "a.c" do rol de pedidos o autor postula seja

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621.76 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 9613989794732 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

declarado e incorporado ao "patrimônio jurídico" do autor o "reajustamento anual". Na causa de pedir, o reclamante repete o pleito de que seja declarado e incorporado ao "patrimônio jurídico" do autor o "reajustamento anual", agora mencionando que pretende que essa incorporação gere "as devidas repercussões", que não especifica (ID. 74b79f5 - Pág. 7).

Embora a causa de pedir e o pedido sejam obscuros, poder-se-ia entender que por "reajustamento anual" o autor refere-se aos reajustes convencionais da categoria diferenciada que integra, na forma das normas coletivas.

Embora o reclamante não tenha trazido à colação todas as normas coletivas vigentes no curso do pacto laboral, colacionado apenas a última norma vigente, a reclamada juntou esses documentos.

Ocorre que, a vista dessa normas coletivas, o reclamante não se desincumbiu do ônus de apontar diferenças de reajustes salariais não concedidos pela reclamada, deixando de provar fato constitutivo do direito invocado, nos termos do artigo 818 da CLT, combinado com o inciso I do artigo 373 do NCPC, razão pela qual julgo improcedente o pedido.

DAS VERBAS RESILITÓRIAS DECORRENTES DO TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO

Considerando o reconhecimento do vínculo empregatício único do período de **10.03.2009 a 16.03.2015**, respeitado o prazo prescricional, condeno a primeira ré a pagar ao reclamante, as seguintes parcelas, nos limites do pedido:

a) 03 dias de saldo de salário (limites do pedido "i", embora o reclamante faça jus a 16 dias de saldo de salário);

b) aviso prévio proporcional indenizado de 48 dias;

c) férias vencidas, em dobro, do período de aquisitivo de 10.03.2010 a 09.03.2011 + 1/3;

d) férias vencidas, em dobro, do período de aquisitivo de

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSerie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 961398979473 26 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

10.03.2011 a 09.03.2012 + 1/3;

e) férias vencidas, em dobro, do período de aquisitivo de 10.03.2012 a 09.03.2013 + 1/3;

f) férias vencidas, simples, do período de aquisitivo de 10.03.2013 a 09.03.2014 + 1/3, embora seja devido o pagamento em dobro, em razão dos limites da causa de pedir (ID. 74b79f5 - Pág. 33);

g) férias vencidas, simples, do período de aquisitivo de 10.03.2014 a 09.03.2015 + 1/3;

h) 02/12 de férias proporcionais + 1/3, respeitada a projeção do aviso prévio indenizado de 48 dias até 03.05.2015;

i) 13º salário integral do ano de 2012;

j) 13º salário integral do ano de 2013;

k) 13º salário integral do ano de 2014;

l) 04/12 de 13º salário proporcional do ano de 2015, respeitada a projeção do aviso prévio indenizado de 48 dias até 03.05.2015;

m) na forma da disposição da Súmula 461 do C. TST, proceder ao recolhimento dos depósitos do FGTS, do período de 10.03.2009 a 16.03.2015, bem como sobre o aviso prévio e 13º salários, além da multa de 40% sobre a totalidade dos depósitos do FGTS, sob pena de pagar diretamente ao autor, autorizada a compensação dos valores já depositados e inclusive já levantados pelo reclamante através de Alvará Judicial expedido para soerguimento dos depósitos do FGTS (id ccda35a).

Não é devida a multa prevista no artigo 467 da CLT, tendo em vista a ampla controvérsia gerada nos autos.

Não tendo sido as verbas rescisórias quitadas no prazo a que alude a alínea "b" do §6º artigo 477 da CLT, defiro o pagamento da multa prevista no §8º desse mesmo artigo.

Considero usufruídas as férias do período aquisitivo de 10.03.2009 a 09.03.2010, conforme documento id 2cffb34 e causa de pedir. Os

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id.Carimbo de Tempo: 9613989794732 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

demais períodos reputo como não concedidos tempestivamente, conforme causa de pedir, sobretudo à míngua de juntada de recibo de férias, atraindo aplicação do artigo 400 do NCPC. Observo, contudo, que a fim de evitar o enriquecimento sem causa do autor, o pagamento de férias simples, comprovado nas fichas financeiras, deverá ser compensado com a indenização do dobro das férias concedidas a destempo.

A base de cálculo da rescisão contratual será o salário de R$38.324,55 (ID. 96df196 - Pág. 7), acrescido do importe de R$2.890,00 (fornecido a título de aluguel de veículo) e do importe de R$280,00 (fornecido a título de despesas com conta de telefone celular), somando o salário mensal de R$41.491,55.

De modo a evitar o enriquecimento sem causa, conforme confissão do reclamante e documentação carreada nos autos, autorizo a compensação do valor de R$20.000,00, conforme recibo apresentado (id 0b01b0f), recebido ao final da prestação de serviços.

Guia TRTC e CD/SD:

Considerando que apenas parte dos depósitos do FGTS puderam ser soerguidos através de Alvará Judicial, no prazo de 05 (cinco) dias, **independentemente do trânsito em julgado**, uma vez que a dispensa sem justa causa é incontroversa, deverá a primeira reclamada entregar ao autor a guia TRCT, gerando chave de conectividade para soerguimento dos depósitos do FGTS + 40%, sob pena de multa diária de R$50,00; limitada a R$1.500,00.

Deverá, no mesmo prazo, a reclamada entregar ao autor a guia CD/SD para habilitação do Seguro-Desemprego, devendo indenizar o reclamante, no valor das parcelas devidas, caso, **por culpa exclusiva da ré**, seja o trabalhador impossibilitado de habilitar o benefício.

DO PLANO DE SAÚDE E DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O reclamante argumenta que a reclamada prometeu arcar

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621-76 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id. Carimbo de Tempo: 98139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

com despesas de plano de saúde familiar e com 5% da sua remuneração a título de previdência complementar.

Pois bem.

Em relação ao plano de saúde o reclamante apenas postula no item "f.a" do rol de pedidos que seja declarado e incorporado ao seu "patrimônio jurídico" plano de saúde SULAMERICA cuja participação mensal do empregado era de R$1.200,00, aproximadamente. Na causa de pedir, argumenta que o objetivo dessa declaração é para que a parcela paga "possa gerar as devidas repercussões".

Pois bem.

Conforme normas coletivas colacionadas pela ré verifica-se, por exemplo, no §2º da cláusula 34ª da CCT 2010/2011 (ID. 9b93604 - Pág. 13) que não existe uma obrigação de contratação de plano de saúde, mas tão somente, uma recomendação programática nesse sentido e ainda assim apenas em benefício do empregado, nada mencionando acerca de familiares.

Dessa sorte, não existe obrigação legal ou contratual comprovadas de contração do plano de saúde em favor do autor e de seus familiares, sendo indevidas as diferenças, sequer apontadas em sede de impugnação à defesa. Ademais, qualquer parcela paga a título de plano de saúde, na hipótese, não terá natureza salarial, razão pela qual não há se falar em repercussões em outras parcelas.

O mesmo se diga em relação ao plano de previdência complementar, que não está previsto como obrigação legal ou convencional. É certo, porém, que a reclamada participou de previdência complementar contratada em favor do reclamante, tendo o reclamante resgatado os valores depositados quando da rescisão contratual (ID. 920e2c9 - Pág. 4).

A parcela de previdência complementar paga por liberalidade da reclamada, que não estava legal ou convencionalmente obrigada a assim proceder, também não possui natureza salarial, sendo indevidos o pagamento de diferenças e/ou reflexos.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id.Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

DA INDENIZAÇÃO DO ARTIGO 9º DA LEI 7.238/84

Não é devida a indenização prevista no artigo 9º na Lei nº 7.238/84, pois com a projeção do aviso prévio proporcional indenizado, a ruptura contratual ocorreu em 03.05.2015, ou seja bem mais de 30 dias antes da data de sua correção salarial da categoria diferenciada, cuja data base é em 01 de novembro (ID. 0a84b80 - Pág. 1). Na verdade a projeção do aviso prévio encerra 181 dias antes da data base em 01.11.2015. Nesse sentido, Súmula 182 do C. TST.

DA MEDIDA CAUTELAR

Restou decidida a questão da medida cautelar que fora deferida antecipando em parte os efeitos da tutela para determinar que a 4ª e o 5º réus informassem os créditos que possuíam com a primeira ré, com determinação de bloqueio até o limite de R$ 178.039,11 de eventuais créditos existentes (id e617057). Houve cumprimento da ordem de bloqueio pelo Município de Belo Horizonte (id 5dc2f0a).

Todavia, o C. STJ, decidindo conflito de competência, determinou a suspensão de atos executórios nesses autos, em face da primeira ré, em razão de reconhecer a competência do Juízo da recuperação judicial para tanto - a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro (id 0b0c317).

Assim, prejudicado o exame do mérito do pleito nos presentes autos.

DO DANO EXISTENCIAL - AUSÊNCIA DE CONCESSÃO DE FÉRIAS

O reclamante laborou em favor da primeira reclamada de 10.03.2009 a 16.03.2015. A primeira ré prova haver concedido férias ao autor apenas em relação o período aquisitivo de 10.03.2009 a 09.03.2010.

Na causa de pedir, o autor argumenta que em relação ao segundo período aquisitivo (10.03.2010 a 16.03.2011) usufruiu 07 dias de férias entre dezembro e janeiro de 2011/2012 (portanto do fim do período aquisitivo em si)

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id.Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/VisualizaDocumento/Autenticado/d...
(e-STJ Fl.292)

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

previdenciárias incidentes sobre as parcelas de natureza salarial deferidas, conforme fundamentação, comprovando a operação nos autos, no prazo legal, sob pena de execução. Procederá também à retenção e ao recolhimento do imposto de renda, acaso devido, na forma da fundamentação.

Autorizo as deduções previdenciárias e fiscais a cargo do reclamante.

Em atendimento ao disposto no §3º do artigo 832 da CLT, declaram-se de natureza salarial as parcelas deferidas e os reflexos, à exceção de reflexos ou as próprias verbas: férias indenizadas; terços de férias e recolhimentos em FGTS +40%, parcelas de RV e multas dos artigos 467 e 477.

Custas no importe de R$50.000,00, calculadas sobre R$2.500.000,00, valor da condenação, pelos reclamados.

À vista do reconhecimento do vínculo empregatício expeçam-se ofícios à CEF, SRT e INSS.

Desde logo, advirto as partes para as disposições contidas nos artigos 80; 81 e 1.026 com parágrafos do NCPC (antigos artigos 17, 18 e 538, parágrafo único do CPC), ficando cientes de que os embargos de declaração não se prestam para revisão da apreciação realizada nesta sentença quanto aos fatos e às provas produzidas nos autos nem para impugnar a justiça da decisão, cabendo a sua interposição apenas e tão-somente nos estreitos limites previstos nos artigos 1.022 do NCPC (antigo artigo 535 do CPC) e 897-A da CLT.

Em atendimento ao disposto no artigo 832, parágrafo quinto, da CLT, intime-se a União, por meio de seu órgão competente, ao final.

Intimem-se as partes.

Encerrou-se.

M

BELO HORIZONTE, 17 de Dezembro de 2016.

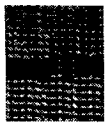
ANGELA CASTILHO ROGEDO RIBEIRO

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 21621 76 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSerie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Juiz(a) Titular de Vara do Trabalho



Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:
[ANGELA CASTILHO ROGEDO RIBEIRO]


16113013163668800000035936932

https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo
/ConsultaDocumento/listView.seam

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044059498185196051 7
Id.Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
7ª Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.8.19.0001. **FLS.1**

DECISÃO

Realizada a AGC em continuidade, no último dia 28 do mês de agosto do corrente ano, foi o PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA GALVÃO ENGENHARIA S.A e da GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A aprovado, mediante o quórum previsto no art. 45 da Lei 11.101/2005, assim obtido em cada classe de credores votantes, na seguinte proporção: 100% dos credores da Classe I; 66,66% dos créditos e 89,6% dos credores da Classe III e 95,93% dos credores da Classe IV.

Diante da obtenção do quórum de aprovação, resta ao juízo conhecer e decidir as questões trazidas pelos credores NETHERLAND ENGENHARIA LTDA EPP (fls.8935/8943), TERRA MÁQUINA EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA (fls.8979/8988), EUROBRAS CONSTRUÇÕES METÁLICAS MODULADAS LTDA (fls. 9715/9719) e ALPHA MARKTEC MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (fls. 9720/9730), a primeira relativa à nulidade da própria AGC, em razão da falta de publicidade quanto às modificações feitas no PRJ; enquanto a segunda, terceira e quarta referentes à nulidade de direito.

Funda-se o pedido de nulidade da AGC, realizada em continuação, na suposta falta de publicidade e de tempo hábil para que os credores tivessem ciência e assim pudessem se manifestar sobre o novo PRJ, apresentado apenas uma semana antes da realização AGC em primeira convocação.

Com intuito inovador, a Lei 11.101/2005 trouxe ao nosso mundo jurídico um instituto que, diferentemente da antiga concordata, busca satisfazer o maior número de credores da empresa devedora, contudo, sobre um ângulo mais amplo, onde se visa também a proteção jurídica do mercado, que deve sempre que possível se desenvolver de um modo sadio em benefício da sociedade e do crescimento econômico num todo, mediante a preservação da empresa (art. 47).

A AGC constitui-se em ponto de grande destaque na nova lei, posto que o êxito do empresário depende da vontade dos credores reunidos em assembleia específica, a quem compete a análise do plano de recuperação, limitando-se o julgador ao exame da legalidade dos atos praticados.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
7ª Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.8.19.0001. **FLS.2**

Através da dispersão de votos por meio de divisão de credores em classes, com quórum específico para aprovação do plano, o sistema adotado pelo legislador estimula a participação ativa dos credores, inclusive aqueles que detêm créditos menos expressivos.

Incontestável que o interesse coletivo foi prestigiado em detrimento dos interesses individuais, no firme propósito de que os credores fossem juízes de seus interesses prevalentes. O legislador impediu o abuso de voto e a prevalência de interesses pessoais, impelindo o credor a comparecer ao conclave para deliberar sobre o plano apresentado, sempre em conformidade com os princípios orientadores insculpidos no art. 47 da LRJ.

É até compreensível que, isoladamente, o credor busque receber ao máximo o seu crédito, atribuindo aos demais a conta da recuperação. Mas este não é o espírito da lei.

Dentro desta perspectiva foi requerido e concedido o processamento da R.J. das sociedades empresárias aqui apontadas como devedoras, tendo estas, após os procedimentos iniciais, apresentado tempestivamente, em 03/06/2015, o PRJ, o qual sofreu de imediato diversas objeções que levaram à necessidade da designação da AGC.

À vista das diversas objeções houveram por bem as devedoras reformularem o PRJ, sendo assim apresentado no dia 13/08/2015, uma nova versão do plano com alterações propostas a partir de negociações feitas ao longo do processo de recuperação, como assim fora relatado pelo Administrador Judicial em sua resposta às questões aqui ora em apreço (fls. 9.692/9.694).

Com efeito, iniciada a AGC no dia 19/08/2015, pelas próprias devedoras, e Administrador Judicial, foi sugerido - à vista que as modificações trazidas junto ao novo plano alteravam consideravelmente as condições dos credores da Classe III – e aprovado a suspensão do Ato para continuidade no dia 28/08/2015, nos termos da Ata de Assembleia de fls. 8112/8120.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

"Recuperação judicial – Assembléia Geral de Credores – Anulação determinada – **Introdução de profundas alterações no plano em evidente prejuízo aos participantes – Necessidade de nova assembléia para suficiente análise das modificações** – Voto de cessionário de diversos créditos que deve ser considerado como único por cabeça – Interpretação do art. 45, § 1°, da Lei n° 11.101/2005 – Recurso Improvido."(TJSP. Agl 99009364235-2. Câm. Reservada à Falência e Recuperação. Rel Des. Elliot Akel. DJ 04.05.2010)

Suspensa a AGC, esta retomou sua realização na data prevista, agora com a participação da NETHERLAND ENGENHARIA LTDA EPP, assim determinada na forma da decisão de fls.8971/8972.

A participação da NETHERLAND assim decorreu de forma válida e ativa na referida Assembleia, pois além de ter se posicionado votando contrariamente a aprovação do plano (vide fls. 9256), assim fez consignar em Ata.

> *"O credor Netherland manifestou "sua rejeição ao PRJ nos termos do novo plano de RJ apresentado nesta AGC, por não concordar com as premissas de pagamento, bem como por considerar o plano nulo de pleno direito, em virtude da validade do ato assemblear esta pendente de manifestação do AJ e de posterior julgamento nos autos, pois o modificativo apresentado foi protocolado em juízo sem oportunizar a análise e objeção ao mesmo, bem como pelo fato de que quem requereu a suspensão da assembleia foram as Recuperandas. A falta de previsão de juros e correção monetária, tempo de pagamento, deságio, entre outras, é tido como nulo o plano de RJ, conforme precedentes em todo território nacional".*

A participação, portanto, da credora de forma ativa e intensa na AGC realizada, contraria sua posição inicial, no sentido de que se viu prejudicada em razão da falta de publicidade e tempo hábil para fazer considerações sobre o novo PRJ apresentado.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

As considerações da referida credora na Ata deixam claro que não apenas tinha inequívoco conhecimento do novo Plano, como também que deliberadamente votou contrariamente à sua aprovação, fazendo constar em Ata suas diversas razões.

Estar contrário aos termos do PRJ difere em muito da alegação de nulidade por falta de conhecimento dos seus termos, pois quem julga desconhecer uma causa, em tese não estaria apto a emitir opinião sobre a mesma.

Assim, ao participar a credora ativamente da AGC, quando se pronunciou consciente e claramente contrária aos termos do novo PRJ, ao mesmo em tempo que declina desconhecer os termos do PRJ para buscar a nulidade daquele ato, está a credora a agir de forma contraditória e abusiva, agindo em verdadeira *venire contra factum proprium*, o que ofende o princípio a boa-fé e fere a segurança jurídica das relações.

Concluo, portanto, ser perfeitamente possível observar que a referida credora teve conhecimento e tempo suficiente para se manifestar sobre o plano, o que importa dizer deva ser observado o princípio *nullite sans grief*, pois somente haveria nulidade se houvesse efetivo prejuízo.

Por todo exposto, conheço, porém rejeito, a alegação de nulidade da AGC na forma requerida pela credora NETHERLAND ENGENHARIA LTDA EPP.

Com relação à nulidade do PRJ, em face dos seus aspectos formais, melhor sorte não assiste aos credores que assim arguiram, pois embora já se tenha decisões, em sede de recuperação judicial, conferindo ao judiciário a fiscalização sobre as decisões assembleares, certo é que, tal mitigação do poder de decisão dos credores, se restringe a fiscalizar abuso sobre o desrespeito das garantias Constitucionais e aprovação de medidas vedadas por lei, devendo, em regra, portanto, prevalecer a decisão do colegiado formado.

Neste sentido:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.359.311 - SP (2012/0046844-8)
RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
7ª Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.8.19.0001. **FLS.5**

RECORRENTE : BRAIDO-LEME INDUSTRIA QUIMICA LTDA
"ADVOGADO : PAULO HOFFMAN E OUTRO(S)
RECORRIDO : REI FRANGO ABATEDOURO LTDA
ADVOGADO : JÚLIO KAHAN MANDEL E OUTRO(S)
EMENTA
DIREITO EMPRESARIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA. CONTROLE DE LEGALIDADE. VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. CONTROLE JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE.
1. Cumpridas as exigências legais, o juiz deve conceder a recuperação judicial do devedor cujo plano tenha sido aprovado em assembleia (art. 58, *caput*, da Lei n. 11.101/2005), não lhe sendo dado se imiscuir no aspecto da viabilidade econômica da empresa, uma vez que tal questão é de exclusiva apreciação assemblear.
2. **O magistrado deve exercer o controle de legalidade do plano de recuperação - no que se insere o repúdio à fraude e ao abuso de direito -, mas não o controle de sua viabilidade econômica.** Nesse sentido, Enunciados n. 44 e 46 da I Jornada de Direito Comercial CJF/STJ. 3. Recurso especial não provido."

"DIREITO EMPRESARIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA. CONTROLE DE LEGALIDADE. VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. CONTROLE JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Cumpridas as exigências legais, o juiz deve conceder a recuperação judicial do devedor cujo plano tenha sido aprovado em assembleia (art. 58, caput, da Lei n. 11.101/2005), não lhe sendo dado se imiscuir no aspecto da viabilidade econômica da empresa, uma vez que tal questão é de exclusiva apreciação assemblear. 2. O magistrado deve exercer o controle de legalidade do plano de recuperação - no que se insere o repúdio à fraude e ao abuso de direito -, mas não o controle de sua viabilidade econômica. Nesse sentido, Enunciados n. 44 e 46 da I Jornada de Direito Comercial CJF/STJ. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1359311/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 30/09/2014). Veja-se ainda: REsp 1374545/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 25/06/2013; RMS 30.686/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/10/2010, DJe 20/10/2010."

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

A nova lei priorizou com destaque em seu art. 47, o princípio basilar da recuperação judicial, que é o da preservação da empresa, criando novos mecanismos para alcance deste objetivo, onde os credores deixam de ter posição passiva, para participarem ativamente desse novo procedimento.

De acordo com Lídia Valério Marzagão[1] "***a adesão dos credores às medidas preventivas de recuperação de empresas é de salutar importância passando estes a ter papel de destaque, relevante no procedimento da recuperação de empresas, na medida em que darão assentimento expresso, em assembleias de credores, sobre as condições propostas no plano de pagamento apresentado pelo devedor. O credor passa da condição passiva, que lhe era imposta na lei anterior, a ter voz ativa, participando do processo, concordando ou desaprovando as condições entabuladas no plano de recuperação apresentado pelo devedor***".

Temos, então, a inovadora participação ativa dos credores no projeto de recuperação a ser executado, ao mesmo tempo em que o legislador não olvidou em dar entusiástico destaque a preservação da empresa, como fonte geradora de empregos e recursos econômicos, e relevante função social.

Os credores, portanto, por meio da Assembleia Geral, detêm o poder de decisão sobre a principal questão que envolve o processo de recuperação judicial, conforme previsto no art. 35 da Lei de Falências (11.101/05), quando atribuiu-se ao colegiado: I. Aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor; II. A constituição do comitê de credores, a escolha de seus membros e sua substituição; III. Pedido de desistência e recuperação judicial após o deferimento judicial de seu processamento; IV. Indicação do nome do gestor judicial, quando do afastamento do devedor; V. Qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores.

Nesta linha de inovação, havendo objeção ao PRJ apresentado, a LFRE, por meio do seu art. 56, determina que juiz convoque a assembleia geral de credores para deliberar sobre o plano de recuperação judicial, o que mais uma vez,

[1] A recuperação judicial. Comentários à nova lei de falência e recuperação de empresas: doutrina e prática. Coord. Rubens Approbato Machado. São Paulo: Quartier latim, 2005, pág. 80.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

demonstra a força do colegiado e de suas decisões, como já afirmado nos arrestos acima mencionados.

A LFRE, então, previu que o PRJ teria que conter determinados aspectos formais, assim contidos no art. 53, I, II e III da Lei 11.101/2005.

A toda evidência, o novo PRJ apresentado e exaustivamente discutido na AGC contém todos esses elementos, tornando-se hígido neste aspecto.

O pedido de nulidade, portanto, se transmuda para as soluções de mercado apresentadas pelas devedoras como forma de pagamento de suas dívidas, o que não pode ser desconsiderado pelo juízo, em face da soberania assemblear.

Inicialmente, deve se ressaltar que não há qualquer disposição legal contrária à possibilidade de modificação do PRJ até a realização da AGC, visto que este deve conter elementos e condições que melhor possam atender os interesses tanto da devedora, como dos credores.

Assim, a recuperação pode ser entendida como o conjunto de medidas jurídicas, econômicas, administrativas e organizacionais tendentes a reestruturar e recuperar a atividade empresarial em crise.

Com efeito, correções de imperfeições ou de estratégias para o soerguimento da sociedade e pagamento dos credores podem e devem ser alterados para melhor atender ao interesse social que é o da preservação da empresa, essa no exercício de sua função social como fonte geradora de empregos e circulação de riquezas.

A suspensão da AGC realizada no dia 19/08/2015, atendeu às expectativas dos credores presentes ao Ato, que obtiveram assim tempo hábil para conhecimento e considerações sobre as mudanças realizadas, tendo sido perfeitamente consignado o voto contrário da credora ALPHA MARKTEC MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, conforme vemos às fls. 9208.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Destarte, não sendo a alteração do PRJ vedada por lei, e tendo os credores pleno acesso às referidas mudanças, antes da realização da AGC em continuação, não prospera qualquer alegação de nulidade neste aspecto.

Seguindo, pugnam os credores pela nulidade de direito do plano, sob alegação de violação da garantia Constitucional da Isonomia e do princípio do *par conditio creditorum* - o que efetivamente não ocorreu.

Isto porque, como bem salientado pelo MP em seu parecer de fls. 9690 vº/9691 (item 38), o qual integralizo *in totum* a esta decisão, e utilizo como outras razões de decidir, não se vislumbra a nulidade pretendida.

Vale destacar do referido parecer Ministerial:

> *"o plano apresenta e carreia a previsão da utilização de recebíveis muito superiores aos valores das dívidas para sua quitação, pretendendo um modo simplificado de pagamentos para pequenos débitos... e a quitação dos demais na medida em que são liquidados os ativos representados por participações societárias e que são perfomadas os direitos creditícios das recuperandas. Não há nele qualquer restrição maliciosa ao recebimento dos crédito por parte dos credores que antes estivessem dotados de garantia, sua divisão em classe/subconjuntos atendeu à natureza de seus créditos e à identidade das devedoras (GALPAR ou GESA) que integram um mesmo grupo econômico, mas possuem patrimônios perfeitamente segregados".*

Por fim, devo ressaltar a expressiva representação financeira dos credores ALPHA, TERRA e EUROBRÁS, em suas respectivas classes. E apesar de terem expressiva influência no rumo da votação dentro de suas Classes de credores, ainda assim saíram derrotadas da empreitada de não ver o plano aprovado.

As insatisfações pessoais de determinados credores devem se subjugar ao interesse do que fora decidido pela maioria do colegiado, visto que à sua decisão devem todos se submeter.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
7ª Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.8.19.0001. **FLS.9**

Note-se que, na recuperação judicial, ainda que haja algum prejuízo aos credores, com possíveis descontos para que se possa honrar com as moratórias, em consonância com o intuito maior da lei, busca-se o soerguimento de uma empresa com potencial econômico relevante, reduzindo os danos ao mercado, gerando imposto e mantendo empregos.

> **"Ao julgador há de ser dado certo campo de atuação além dos limites literais da lei para que prevaleça o princípio da manutenção da empresa que revele possibilidade de superar a crise econômico-financeira pela qual esteja passando."**(TJSP, Agl. 994.09.319947-8. Câm. Reservada à Falência e Recuperação. Rel. Des. Lino Machado. DJ 06.04.2010)

Resta, portanto, considerar que as nulidades suscitadas pelas credoras TERRAS MÁQUINA EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA e EUROBRAS CONSTRUÇÕES METÁLICAS MODULADAS LTDA. e ALPHA MARKTEC MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, não ferem qualquer preceito constitucional, e que as soluções mercadológicas apresentadas não se mostram abusivas ou contrárias às leis infraconstitucionais em vigor, devendo a decisão do colegiado que aprovou o PRJ prevalecer *in totum*.

Isto posto, considerando a validade e regularidade da AGC, bem como a aprovação do PRJ de acordo com o quórum previsto art. 45 da Lei 11.101/2005, e a apresentação das certidões exigidas no art. 57 do mesmo diploma legal, **HOMOLOGO O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE FLS. 7022/7228, com as devidas considerações aprovadas na AGC realizada no dia 28/08/2015** (ata de fls. 9033/9046) e via de consequência, **CONCEDO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS GALVÃO ENGENHARIA S.A CNPJ 01.340.937/0001-79 e da GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A CNPJ 11.284.210/0001-75.**

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
7ª Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.8.19.0001. **FLS.1 0**

Oficie-se às Fazendas Estadual e Federal, ao INSS e à Receita Federal, dando notícia desta decisão, bem como à JUCERJA, para ciência e anotação.

Publique-se, e dê-se ciência ao Administrador Judicial e MP.

Transitada em julgado, iniciem-se os pagamentos de acordo com o plano.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2015.

Fernando Cesar Ferreira Viana
Juiz de Direito

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.1

DECISÃO

Trata-se de pedido de recuperação judicial com base nos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/05 formulado por **GALVÃO ENGENHARIA** e **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A,** sociedades anônimas de capital fechado inscritas no CNPJ sob o n.º 0134937/0001-79 e 11.284.210/0001-75, respectivamente, onde se inserem no conglomerado econômico denominado de "Grupo Galvão", grupo que se dedica exclusivamente às atividades de construção civil para infraestruturas rodoviária, aeroviária, portuária e urbana, com tradição há mais de cinco décadas.

Aduzem ter a primeira requerente operações em curso em 14 estados da federação e no exterior, estando entre as maiores organizações empresariais do país, abarcando seu ramo de atuação clientes públicos e privados, sob a forma de contratos de prestação de serviços, concessões e parcerias público-privadas (PPP's), sendo gerida pela *holding* de capital fechado **Galvão Participações S.A** – segunda requerente – essa não operacional.

Descreve ser o "Grupo Galvão" formado pelas empresas **Galvão Engenharia**- primeira requerente – essa fundada em 1996 no Rio de Janeiro, a partir da cisão da Queiroz Galvão; **CAB Ambiental**; **Galvão Óleo e Gás Participações**; **Galvão Finanças** e das **Concessionários de Rodovias BR 153,** sendo o referido grupo gerido pela *holding* de capital fechado **Galvão Participações** - segunda requerente -, controlada, por sua vez, pela **Empresa Nacional de Participações Ltda** (Empar), pela **Moval Participações Ltda** e pela **Freccia Engenharia Ltda**, todas com capital 100% nacional.

Sustentam que apesar da fixação de sua sede na Cidade de São Paulo, a primeira requerente foi criada neste Município, e sua filial aqui presente, conduz atualmente as operações comerciais que geram mais de 50% do faturamento de todo o "Grupo Galvão", o que justifica, pelo critério econômico, a fixação da competência na jurisdição da competência na sede de sua filial.

Expõem como motivo para de sua crise econômico-financeira, os eloquentes sinalizadores de que o País vive uma severa crise econômica – já considerada sistêmica-, que fez gerar o crescimento irrefreável dos insumos, com inevitável aumento do custo de operação da primeira requerente, o que aumentou consideravelmente o seu endividamento, pois para manutenção do seu capital de giro, precisou obter créditos no mercado a juros cada vez mais altos, aliado ao fato de ter sido afetado pela incapacidade de alguns de seus clientes pagarem pelas obras já executadas nos prazos

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

inicialmente programados, o que impactou seu fluxo de caixa que fora estável por quase 20 anos.

Explicitam que na tentativa de sair da crise a primeira requerente expandiu seu ramo de atuação para área de óleo e gás, setor que parecia imune a crise denunciada, mas que, recentemente em razão de *default* os clientes desse setor também deixaram de cumprir com os cronogramas e pagamento inicialmente ajustados, o que acentuou por vez o fluxo de caixa das requerentes.

Concluem que a impontualidade dos pagamentos por parte dos contratantes dos seus serviços, a impontualidade de os fornecedores em cumprirem com os cronogramas de entrega de serviços e a crise econômica sistêmica que assola o País são os principais fatores que determinam a atual crise econômico-financeira das requeridas, a qual não poderá ser resolvida sem o auxílio da presente medida judicial requerida.

Afirmam, no entanto, ser viável a superação da crise, pois apontam a existência de créditos a receber na casa dos R$ 2 bilhões de reais, sem previsão de satisfação a curto prazo, o que torna necessária e inevitável a concessão da medida proposta, a fim de que possa ser implementado um plano eficiente para pagamento das suas dívidas, enquanto não resgata todos seus recebíveis.

Apontam de forma concisa os diversos contratos em vigor, os quais demonstram ótimas expectativas na possibilidade da obtenção de ativos, capazes de suprir o atual passivo, e ainda propiciar a manutenção e soerguimento da atividade econômica desenvolvida.

Inicialmente enfoco a questão sobre a possibilidade da formação do litisconsórcio ativo.

A lei 11.101/2005 não tratou da possibilidade do ingresso de uma recuperação judicial una, à vista da existência de um grupo societário, seja ele de fato ou direito.

Sobre essa possibilidade assim expôs Ricardo Brito Costa:

"A formação do litisconsórcio ativo na recuperação judicial, a despeito da ausência de previsão na Lei 11.101/2005, é possível, em se tratando de empresas que integrem um mesmo grupo econômico (de fato ou de direito). Nesse caso, mesmo havendo empresas do grupo com operações concentradas em foros diversos, o conceito ampliado de empresa (que deve refletir o atual estágio do capitalismo abrangendo o grupo econômico), para os fins da Lei 11.101/2005, permite estabelecer a competência do foro do local em que se situa a principal unidade (estabelecimento) do grupo de sociedades. O litisconsórcio

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.3

ativo, formado pelas empresas que integram o grupo econômico, não viola a sistemática da Lei nº 11.101/2005 e atende ao Princípio basilar da Preservação da Empresa. A estruturação do plano de recuperação, contudo, há de merecer cuidadosa atenção para que não haja violação de direitos dos credores" (COSTA, 2009, P. 182).

Ao contrário dos grupos societários de direito, cuja formação a lei impõe características próprias para constituição, dificuldade encontra-se para identificação dos grupos societários de fato, haja vista a possibilidade de se materializarem por meio de diversas relações econômicas entre as entidades, apesar de continuarem dotadas de personalidade e patrimônio próprios, e aparentemente independentes.

Sustentam alguns doutrinadores que nos grupos econômicos formais (de fato) existe apenas uma empresa e várias pessoas jurídicas atuando como empresárias, formando uma espécie de "sociedade em comum" de pessoas jurídicas.

Os grupos econômicos de fato são formados por sociedades que mantêm, entre si, laços empresariais através de participações acionárias, sem necessidade de se organizarem juridicamente, mantendo-se isoladas e relacionando-se sob a forma de coligadas, controladas e controladoras, sem necessidade de maior estrutura organizacional.

É necessário quase sempre, para verificarmos a existência desse fenômeno, apurarmos a configuração de três elementos fundamentais, quais sejam: contribuição individual com esforços ou recursos, atividade para lograr fins comuns e participação em lucros e prejuízos.

Nesse aspecto, as sociedades empresárias que formam o polo ativo do pedido enquadram-se dentro da descrição acima realizada.

Isto porque, além de possuírem o quadro societário formado pelas mesmas sócias – em ambas as sociedades - é evidente que a contribuição há uma entre as outras, e que disto, depende o sucesso de todo o empreendimento, haja vista o indubitável entrelaçamento de fins, haja vista a segunda sociedade ter sido criada com fins exclusivos de promulgar, expor e criar melhores meios de comercialização dos produtos negociados pela primeira.

Assim, não há como não se conceituar a existência da formação de um grupo societário de fato, pois o desígnio de atividades e participação dos lucros está intimamente interligado.

Neste sentido:

0049722-47.2013.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

DES. FLAVIA ROMANO DE REZENDE - Julgamento: 04/02/2014 - OITAVA CAMARA CIVEL.RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS. TRÊS SOCIEDADES. GRUPO ECONÔMICO DE FATO, ONDE UMA DELAS É RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO E AS DEMAIS PELA VENDA DAS MERCADORIAS. DEFERIMENTO, PELO JUÍZO DE 1º GRAU, DO PEDIDO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO DAS AGRAVADAS. INCONFORMISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE REGRAMENTO ESPECÍFICO DA MATÉRIA NA LEI 11.101/05. LITISCONSÓRCIO ATIVO QUE SE MOSTRA POSSÍVEL, DIANTE DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS AOS CREDORES E DA POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, FONTE DE RENDA E DE EMPREGOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU. - O surgimento dos grupos econômicos de fato está ligado à dinâmica do mercado e à sua globalização, as quais fazem com que os empresários busquem fórmulas mais ágeis e eficazes de garantir lucro e alcançar parte significativa de consumidores. - A recuperação judicial tem por objetivo maior a salvação da atividade econômica empresarial, geradora de empregos e renda. Por este motivo, o que se busca é harmonizar direitos e deveres, impondo-se, sempre que possível, o menor sacrifício a todas as partes envolvidas. Neste contexto, o litisconsórcio ativo pode facilitar o acordo entre as recuperandas e os credores, viabilizando o pagamento dos débitos, nos prazos estabelecidos. - NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

Isto posto, e ante o parecer favorável do MP, **recebo e defiro a formação do litisconsórcio ativo pretendido,** ressalvando apenas a necessidade da adoção da medidas pleiteadas pelo Parquet em seu parecer.

Quanto a formulação do pedido na sede de uma de suas filiais, compete analisarmos a questão pela ótica do principal estabelecimento da requerida, como determina o art. 3º da Lei 11.101/2005.

O art. 1.142 do CC define estabelecimento como sendo todo complexo de bens organizado para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.

Este deve ser caracterizado como sendo a sede administrativa da empresa, isto é, o lugar em que estão concentrados os negócios do empresário, onde são realizadas as operações financeiras e comerciais, não se confundindo necessariamente com a sede estatutária definida no contrato.

Deve, portanto, ser considerado, para fins de sua caracterização, não o elemento convencional ou formal, mas sim o critério fático.

Neste ponto, afirma a requerida exercer a maior parte de suas atividades comerciais e financeiras no Rio de Janeiro, afirmando que 50% do faturamento atual das requerentes advêm de contratos aqui firmados, o que confere a ela o status de principal estabelecimento.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.5

Neste sentido, recebo o pedido.

No mais, a inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 30/769.

Ouvido, o Parquet manifestou-se favoravelmente ao deferimento do processamento da recuperação judicial.

As normas que regem o procedimento de Recuperação Judicial devem ser analisadas de forma sistemática, valendo-se sempre que possível o julgador de uma interpretação sociológica, para tentar alcançar aos fins sociais e as exigências do bem comum, que a nova lei quis introduzir.

A LFR destacou no seu art. 47 como princípios básicos a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, conceito que se fortalece cada vez mais na jurisprudência do STJ e dos Tribunais.

In causa, as requerentes apontam na petição inicial de forma concisa e clara as causas da crise econômico-financeira que se instalou sobre as requerentes, expondo ainda a expectativa relativa de créditos a receber.

A vasta documentação carreada em seu bojo foi examinada pelo Ministério Público, à luz do art. 51 da Lei 11.101/2005, apontou encontrar-se ordem, restando apenas a apresentação da lista de bens dos diretores das companhias; demonstração de resultados acumulativos relativos aos exercícios de 2014 de ambas as requerentes e listagem completa de empregados da segunda requerente, os quais não considerou como sendo essenciais à apreciação do pedido, o que reputo correto, a partir do momento que os demais elementos são suficientes para apurar as condições da ação, ainda porque, a vinda dos documentos declinados pode ser perfeitamente trazida no curso do procedimento.

Com efeito, considero, a exordial suficientemente instruída, cumprido assim os elementos legais exigidos.

A empresa como unidade produtiva, tem sido considerada fonte de geração de riqueza e empregos, e a manutenção de suas atividades, visa proteger esta relevante função social e o estímulo à atividade econômica (art. 47 da LRF).

Criada com o fim precípuo de impulsionar a economia do país, e oportunizar aos empresários em dificuldades financeiras, não só a manutenção de sua unidade produtora, mas em especial, a continuidade da prestação dos serviços e geração de empregos, a LRF inovou consideravelmente o conceito de empresa, alçando-a a um patamar de relevante papel social.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.6

Assim o legislador ao promulgar a referida lei dispensando especial ênfase ao instituto da recuperação judicial, respondeu aos anseios das empresas que, em situação de necessária reestruturação de suas operações e dívidas, não tinham outra opção dentro do ordenamento jurídico nacional a não ser a decretação de sua insolvência ou falência, o que não resultava benefícios, seja para as próprias empresas, seja para os seus credores e a sociedade em um todo.

Sobre as formas das crises econômico-financeiras que recaem sobre as sociedades assim descreveu o mestre Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, 13ª ed.)

"A crise da empresa pode manifestar-se de formas variadas. Ela é econômica quando as vendas de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária."

Tratando-se, portanto, de sociedades em atividade há décadas, observo dentro do contexto apresentado, que a crise anunciada é meramente financeira, uma vez que as sociedades necessitaram obter grande aporte de capital no mercado financeiro para manter as complexas e dispendiosas atividades desenvolvidas, e em contrapartida viram a suspensão do pagamento de créditos a receber em diversos dos seus contratos em execução, situação que precisa ser equacionada por meio de soluções de mercado a serem apresentadas corretamente em juízo de recuperação judicial.

Destarte, é possível afirmar, ainda que em uma análise perfunctória da situação, ser a atividade desenvolvida pela requerente bastante rentável, não só pelo tempo de mercado, mas por todos os indicativos trazidos, o que confere ao plano de recuperação a ser desenvolvido grande possibilidade de êxito.

Por fim, as empresas requerentes atenderam também aos requisitos do artigo 48 e seus incisos da Lei 11.101/05, ao comprovarem que estão em atividade há mais de 02 (dois) anos, não serem falidas ou terem obtido concessão de recuperação, inclusive com base em plano especial, nos últimos cinco, e não haver condenação criminal contra seus administradores, ou sócio controlador, por crimes previstos nesta lei.

Atendidas, portanto, as prescrições legais, e à vista do parecer Ministerial favorável de fls. 1210 vº, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL da GALVÃO ENGENHARIA S.A , sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ sob n.º 01340937/0001-79, com sede na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, 2º andar, Vila Olímpia, São e **Filial**

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ - Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.7

inscrita no CNPJ sob o n.º 01.340.937/0011-40, estabelecida na Rua Lauro Muller, nº 116, salas 2.704-2.706, Botafogo, Rio de Janeiro e da **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A, sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ sob n.º 11.284.210/0001-75,** com sede na Rua Gomes Carvalho, nº 1.510, 19ª, andar, Vila Olímpia, São Paulo, **e determino, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/05:**

I – A dispensa da apresentação de certidões negativas para que a requerente exerça suas atividades, exceto para contratação do Poder Público ou para recebimento de benefícios, incentivos fiscais ou créditos, ressalvado, contudo, essa possibilidade mediante obtenção de parcelamento fiscal na forma da legislação em vigor;

II – que as requerentes acrescentem após seu nome empresarial a expressão "em recuperação judicial", de acordo com o previsto no art. 69 da LRF;

III– a suspensão de todas as ações e execuções contra as recuperanda, na forma do art. 6º da Lei 11.101/05, bem como a venda ou retirada de seus estabelecimentos dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial, que tiverem sido dados em garantias não sujeitas à recuperação judicial (parte final do § 3º do art. 49 LRF);

IV – a suspensão da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito – em face das Requerentes;

V– que as recuperandas apresentem contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;

VI- a apresentação das certidões, na forma do VIII do art. 51, das filiais da primeira requente;

VII- a vinda da demonstração de resultados acumulados relativos ao exercício de 201 de ambas as requerentes;

IX- a relação de bens particulares dos controladores e administradores das sociedades e de suas filiais;

X- a lista de empregados da segunda requerente.

XI- a relação completa e segregada de seus credores, como requerido pelo Parquet, no prazo de 10 dias;

XII – a expedição e publicação do edital previsto no parágrafo 1º do art. 52 da Lei 11.101/05;

7

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Sétima Vara Empresarial.

Processo nº. 0093715-69.2015.19.0001.

FLS.8

XIII– a intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas Federal, Estadual e do Município do Rio de Janeiro.

XIV– comunicação à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e demais Estados onde as recuperandas detenham registro de sede e filiais para anotação do pedido de Recuperação nos registros;

XV– apresentem as recuperandas, EM SEPARADO, o plano de recuperação no prazo de 60 dias da publicação desta decisão, o qual deverá observar os requisitos do art. 53 da Lei 11.101/2005.

XVI- determino sejam acautelados em cartório, em lugar com acesso restrito ao responsável pela serventia, com vista somente mediante despacho, os seguintes documentos: i) Lista de empregados e ii) Relação dos bens particulares dos diretores

Nomeio para função de Administrador Judicial a ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA., CNPJ 07.016.138/0001-28, situado na Rua Surubim, n.º 577, 9º andar, conjunto 92, Cidade Monções, CEP 04571-050, São Paulo/Capital, sendo sócio responsável **EDUARDO BARBOSA DE SEIXAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 09.376.430-6 IFP/RJ e CPF 025.864.457-59 **a qual deverá desempenhar o encargo na forma do inciso III do *caput* do artigo 22 da Lei 11.101/05, sem prejuízo do disposto no inciso I do *caput* do artigo 35 do mesmo diploma legal.**

Por ora, deixo a cargo das devedoras e da administradora judicial nomeada o acerto referente à remuneração do encargo, a qual, atento aos critérios contidos no art. 24 da Lei 11.101/2005, será oportunamente homologada.

Intime-se a Administradora Judicial via telefone para, aceitando o encargo, assinar o termo de compromisso em cartório.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

FERNANDO CESAR FERREIRA VIANA
Juiz de Direito

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

14.520

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Galdino · Coelho · Mendes

Flavio Galdino	Cláudia Maziteli Trindade	Diogo Vinicius Moriki Silva	Bruno Duarte Santos
Sergio Coelho	Diogo Rezende de Almeida	Isadora A. R. de Almeida	Maria Carolina Bichara
João Mendes de O. Castro	Gabriel Rocha Barreto	Wallace Corbo	Tassia de Oliveira Ruschel
Rodrigo Candido de Oliveira	Danilo Palinkas	Gustavo Klein Soares	Gabriela Matta Ristow
Eduardo Takemi Kataoka	Pedro C. da Veiga Murgel	Julianne Zanconato	Tomás de S. G. Martins Costa
Cristina Biancastelli	Renata Jordão Natacci	Rodrigo Saraiva P. Garcia	Luiza Nasser S. Rodrigues
Gustavo Salgueiro	Felipe Brandão	Amanda Torres Hollerbach	Camilla Carvalho de Oliveira
Rafael Pimenta	Milene Pimentel Moreno	Carlos Brantes	Fernanda Rocha David
Isabel Picot França	Adrianna Chambô Eiger	Vanessa F. F. Rodrigues	Aline da Silva Gomes
Marcelo Atherino	Lia Stephanie S. Pompili	Isabela Rampini Esteves	Júlia Leal Danziger
Marta Alves	Mauro Teixeira de Faria	Renato Alves	Maria Flávia J. F. Macarini
Filipe Guimarães	André Furquim Werneck	Ivana Harter	Jéssica Simões de Toledo

EXMA. SRA. MINISTRA LAURITA VAZ, PRESIDENTE DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Distribuição Urgente – Pedido de Liminar

Prevenção do Exmo. Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

GALVÃO ENGENHARIA S.A. ("GESA"), sociedade por ações de capital fechado inscrita no CNPJ sob o nº 01.340.937/0001-79, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 2º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005 e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., em recuperação judicial ("GALPAR", em conjunto com a GESA, "Recuperandas"), sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.284.210/0001-75, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005, vêm a V. Exa., por seus advogados abaixo assinados (Doc. 1), com fundamento nos arts. 66, 951 e seguintes do NCPC e 105, inciso I, "d", da Constituição Federal, suscitar o presente **CONFLITO DE COMPETÊNCIA**, com fundamento nos argumentos de fato e de direito a seguir aduzidos.

Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 138 / 11º andar
20040 002 / Centro
Rio de Janeiro / RJ
T +55 21 3195 0240

São Paulo
Av. Brig. Faria Lima 3900 / 11º andar
04538 132 / Itaim Bibi
São Paulo / SP
T +55 11 3041 1500

Brasília
SAUS Sul / quadra 05
bloco K / Nº 17 / salas 501-507
70070 050 / Brasília / DF
T +55 61 3323 3865

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

CABIMENTO, COMPETÊNCIA DESTE E. STJ E
PREVENÇÃO DO MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

1. O presente conflito de competência coloca em lados opostos o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo Empresarial do Rio de Janeiro") e o d. Juízo da 14ª Vara do Trabalho da Capital do Estado de Minas Gerais, integrante do E. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região ("Juízo do Trabalho").

2. O primeiro juízo suscitado é aquele em que em 27.3.2015 deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial das Recuperandas[1], fixando, por conseguinte, sua competência para conhecer todas as ações que versem sobre bens, interesses e negócios das recuperandas e que afetam a recuperação judicial.

3. De outro lado, tem-se o Juízo do Trabalho, perante o qual tramita a reclamatória trabalhista proposta por Sérgio Bruno Alongi ("Reclamante") contra as Recuperandas, a Companhia de Águas do Brasil S.A. – CAB Ambiental ("CAB Ambiental"), a Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG ("GASMIG") e o Município de Belo Horizonte ("Município de BH") ("Ação Trabalhista")[2].

4. Com efeito, em 29.12.2016, o Juízo do Trabalho determinou, no âmbito da Ação Trabalhista o bloqueio de créditos detidos pelos Reclamados (e, consequentemente, pelas Recuperandas) contra o Município de BH, até o limite de R$ 1.993.168,56, com o escopo de garantir o pagamento do crédito concursal perquirido pelo Reclamante nos autos trabalhistas.

5. Tem-se, assim, como configurado o conflito.

---

[1] Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001.
[2] Reclamação trabalhista, em fase de cumprimento de sentença, nº 0011929-23.2016.5.03.0014.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

GCM

Galdino . Coelho . Mendes Advogados

6. De outro giro, veja-se que se trata de Conflito que coloca em lados opostos juízos vinculados a Tribunais diversos, preenchendo a hipótese da alínea "d" do art. 105 da Constituição Federal, que determina ainda que, nesses casos, o conflito deve ser dirimido por este E. STJ.

7. Ademais, o Regimento Interno deste E. STJ estabelece, em seu art. 12, inciso IV, cumulado com o art. 9º, §2º, a competência da Segunda Seção para processar e julgar os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, bem como entre o Tribunal e Juízes a ele não vinculados e Juízes vinculados a Tribunais diversos, relativos ao direito do trabalho, falências e direito privado em geral.

8. Sob esse prisma – e levando-se em conta que o presente conflito, como já mencionado, coloca em lados opostos o Juízo Empresarial do Rio de Janeiro e o Juízo do Trabalho, a fim de definir qual é o competente para realizar atos executivos e constritivos visando à garantia do adimplemento de obrigações concursais da GESA e GALPAR – conclui-se pela competência desta E. Segunda Seção do STJ para processar e julgar o presente Conflito de Competência.

9. Daí se tem que os autos do presente Conflito de Competência devem ser imediatamente distribuídos a um dos Ministros integrantes da Segunda Seção deste E. STJ. Explica-se.

10. Em 15.4.2015, foi suscitado Conflito de Competência pela GESA, autuado sob o nº 139.693 e distribuído sob a relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, da Segunda Seção deste E. STJ, tendo em vista decisão proferida pelo d. Juízo da 4ª Vara Cível de Três Lagoas/MS.

11. Por meio daquele Conflito de Competência, a GESA requereu fosse reconhecida a competência do Juízo Empresarial do Rio de Janeiro para deliberar

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

acerca de pedidos de constrição de bens para garantir o pagamento de créditos concursais, em razão da sua recuperação judicial.

12. Naquele caso, o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva deferiu o pedido liminar formulado pela GESA (Doc. 2), determinando o sobrestamento daquele feito e designando o Juízo Empresarial para julgar eventuais questões urgentes. Mesma linha adotada em casos análogos posteriormente ajuizados pela GESA: Conflitos de Competência nºs 150283/RJ, 148838/RJ, 145226/RJ, 143480/RJ, 141284/RJ e 139693/RJ.

13. O presente conflito, assim como aqueles citados acima, coloca em lados opostos o Juízo Empresarial do Rio de Janeiro e um Juízo fracionário que determinou a prática de atos de constrição sobre os patrimônios da GESA e GALPAR para fins de garantir o pagamento de créditos concursais.

14. Como as decisões proferidas pelo Juízo do Trabalho se resolvem em constrições patrimoniais da GESA e GALPAR e no pagamento de créditos concursais, é imperiosa a necessidade de que este Conflito de Competência seja analisado pela mesma Turma julgadora (*in casu*, a 2ª Seção deste E. Tribunal), se possível relatado pelo mesmo Ministro, sob pena de se possibilitar a prolação de decisões divergentes e conflitantes.

15. Afinal, não poderia ser decidido em um caso pela competência do Juízo Empresarial e em outro pela competência de Juízo fracionário em situações absolutamente idênticas.

16. Uma das missões de maior relevância deste E. STJ é justamente a de manter a uniformidade de julgamentos em todo o território nacional, não se admitindo que possa, *intra muros*, proferir decisões dissonantes em relação a

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

GCM
Galdino . Coelho Mendes
Advogados

Conflitos de Competência que versam exatamente a mesma matéria e oriundos de um mesmo processo de recuperação judicial.

17. Mais especificamente, em decisão recente proferida durante o recesso judicial nos autos do Conflito de Competência nº 150.577, a presidente deste e. STJ, ministra Laurita Vaz, concedeu a medida liminar pleiteada para suspender ordem de penhora exarada em juízo trabalhista para amortização de crédito sujeito ao regime de recuperação judicial.

18. Explica-se. O juízo da 52ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro determinou a penhora sobre os créditos que a reclamada Schahin Engenharia detém junto à Petrobras. Ao informar que a empresa estava sob o regime especial da Recuperação Judicial, a liminar foi acolhida e a ordem de bloqueio suspensa.

19. Ainda, em caso idêntico ao presente, o vice-presidente deste Tribunal, ministro Humberto Martins, deferiu nos autos do CC nº 150.620 medida liminar para suspender a ordem de penhora proferida pelo Juízo Trabalhista da 46ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, para o fim de evitar que se realizasse penhora de créditos que as Recuperandas detinham contra o Município de Belo Horizonte.

20. Demonstrados o cabimento e a competência deste E. Tribunal, bem como a urgência de suspensão da ordem de penhora, passa-se a explicar melhor os fatos e as razões pelas quais se entende que o Juízo competente é aquele perante o qual se processa a recuperação judicial da GESA e da GALPAR.

A PARTICULAR SITUAÇÃO DA GESA E DA GALPAR

21. Como é fato notório, GESA e GALPAR mergulharam em grave crise econômico-financeira, que afetou gravemente os fluxos de caixa das Recuperandas, levando-as a formular pedido de recuperação judicial em 25.3.2015 perante o

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Doc. 3). O pedido foi distribuído para o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

22. Após parecer favorável do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Doc. 4), o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro **deferiu o processamento do pedido em 27.03.2015** (Doc. 5).

23. Assim, GESA e GALPAR encontram-se oficialmente sob o especial regime da recuperação judicial desde 25.3.2015. Todos os créditos existentes (vencidos ou não) até esta data são considerados créditos concursais.

24. Por fim, cabe dizer que, em 3.6.2015, as Recuperandas apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ao Juízo Empresarial do Rio de Janeiro (Doc. 6) – aprovado em assembleia geral de credores realizada em 28.8.2015 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em 14.9.2015 (decisão publicada em 22.9.2015) (Docs. 7 e 8).

25. É este, portanto, o pano de fundo necessário à correta compreensão acerca da configuração do conflito de competência. Assentadas as premissas, passa-se a outra etapa do debate.

DO PROCESSO TRABALHISTA QUE ENSEJOU O CONFLITO

26. O presente conflito de competência origina-se de ação trabalhista ajuizada pelo Reclamante em face dos Reclamados em 13.5.2015, em trâmite perante o Juízo do Trabalho de Belo Horizonte (Doc. 9), visando ao recebimento de verbas oriundas da relação tida entre 10.3.2009 e 16.3.2015 – período anterior ao ingresso da Recuperação Judicial.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

GCM
Galdino . Coelho . Mendes Advogados

27. Em 17.12.2016, foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo Reclamante para condenar os Reclamados ao pagamento das seguintes verbas: (i) salário referente ao aviso prévio, férias integrais em dobro mais 1/3 dos períodos aquisitivos, FGTS de todo o período contratual e 13º salários; e (ii) multa do artigo 467 e 477, § 8º, ambos da CLT; – decisão que não foi atacada por recurso ordinário.

28. Em sede de execução provisória de sentença (Doc. 10), o Reclamante requereu, a penhora de eventuais créditos detidos pelos Reclamados frente ao Município de BH, até o limite do montante exequendo, o qual perfazia à época a quantia de R$ 1.993.168,56 – **penhora deferida pelo Juízo Trabalhista, ensejando a expedição de ofício ao Município de BH para consecução do bloqueio em questão** (Doc. 11).

29. No entanto, a situação não pode perdurar, o que evidencia a urgência deste Conflito de Competência.

30. Sem qualquer intenção de se desvincular da obrigação trabalhista que detém, mas tão somente com o condão de manter a ordem procedimental de um processo de recuperação judicial, é que GESA e GALPAR clamam pela tutela desse C. STJ.

31. É certo, ainda, que o periculum in mora é latente nos autos, eis que, se mantida, patrimônios destinados ao pagamento dos credores será utilizado para adimplemento de crédito individual.

INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

32. Como será demonstrado, o Juízo do Trabalho é incompetente para realizar qualquer ato constritivo contra a GESA e GALPAR ou para determinar o pagamento de quaisquer créditos concursais.

33. Com efeito, cinge-se a controvérsia em saber a quem compete decidir sobre a constrição do patrimônio de empresa em recuperação judicial e sobre a prática de atos para efetivar o pagamento de créditos concursais.

34. A questão já se encontra pacificada no âmbito deste E. STJ, que reconhece ser o Juízo onde se processa a recuperação judicial o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução.

35. Como regra geral, por conseguinte, anote-se o princípio da universalidade do juízo recuperacional, com a *vis attractiva*, no sentido de que exerce força de atração sobre os demais processos de interesse dos credores.

36. Nestes termos, a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, em tese, deveria funcionar como inibidor da prática de atos de constrição patrimonial, a bem de viabilizar a mais produtiva realização dos ativos que, afinal, é o próprio objetivo da lei, e o princípio da paridade de credores.

37. Ao que parece, o Juízo do Trabalho entende estar "garantindo" o adimplemento das obrigações atinentes a um determinado credor trabalhista, mas, na verdade, está subvertendo a ordem procedimental de um processo de recuperação judicial, prejudicando as Recuperandas e todos os demais credores submetidos àquele procedimento.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

38. A rigor, quando uma empresa se encontra sob o especial regime de recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se esgota no momento da apuração do *quantum* eventualmente devido[3]. Neste sentido:

> "PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.
> **1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista**.
> (...)
> **3. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, *a fortiori*, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005**.
> 4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal".
> (STJ. Conflito de Competência nº 112.799/DF. Segunda Seção. Min. Rel. Luis Felipe Salomão. D.j. 22.03.2011)

39. Não se pode perder de vista que, de acordo com o disposto no art. 47, da Lei nº 11.101/2005, viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da sociedade devedora (objetivo do instituto da recuperação judicial) é pré-condição necessária para promoção de seu princípio maior: o de preservação da empresa e de sua função social.

---

[3] "Declarado por sentença o direito que o autor tem contra o devedor falido ou em recuperação, bastará apenas comunicar o fato ao juízo da recuperação ou falência, comprovando o alegado, para que o crédito seja automaticamente incluído no quadro geral, independentemente de habilitação. Aliás, o valor suficiente para atendimento do crédito poderá até já estar reservado, na forma do art. 6º, §3º. O pedido de reserva é feito por simples petição, acompanhada dos documentos comprobatórios do alegado; como o valor ainda não está definido, dependendo de sentença, deverá o peticionário estimar o valor a ser reservado, o que será examinado pelo juiz, que poderá, se for o caso, reduzir o valor da reserva" (Bezerra Filho, Manoel Justino. Nova Lei de Recuperação e Falências comentada. 3ª edição. São Paulo : Editora Revista do Tribunais, 2005, p. 60).

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

40. A partir daí, reconhecido o empregado como credor das recuperandas, **o seu crédito deverá ser habilitado nos autos do feito recuperacional, a fim de que o seu pagamento seja, *in casu*, realizado na forma do Plano de Recuperação Judicial aprovado pelos credores em Assembleia Geral**.

41. A jurisprudência desta E. Corte é sólida neste sentido, como se infere dos precedentes lapidares abaixo transcritos:

> "CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO FALIMENTAR E JUÍZO TRABALHISTA. EXECUÇÃO TRABALHISTA. ARREMATAÇÃO DE IMÓVEL. CARTA DE ARREMATAÇÃO REGISTRADA.
> I - Compete ao Juízo onde se processa a recuperação judicial julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução que tenham origem em créditos trabalhistas.
> II - Ocorre que, tendo sido registrada a carta de arrematação, deixa-se de declarar a nulidade do ato, esclarecendo-se que o produto da alienação judicial deverá ser encaminhado pelo Juízo trabalhista ao Juízo falimentar, habilitando-se o credor trabalhista nos autos da falência, a fim de que sejam observadas as preferências legais.
> Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo falimentar".
> (STJ. Conflito de Competência nº 112.390/PA. Segunda Seção. Min. Rel. Sidnei Beneti)
>
> * * *
>
> "CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADJUDICAÇÃO DO BEM, NA JUSTIÇA TRABALHISTA, DEPOIS DE DEFERIDO O PEDIDO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESFAZIMENTO DO ATO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.
> 1 - A jurisprudência desta Corte assentou-se no sentido de que, decretada a falência ou deferido o processamento da recuperação judicial, as execuções contra o devedor não podem prosseguir, ainda que exista prévia penhora. Na hipótese de adjudicação posterior levada a efeito em juízo diverso, o ato deve ser desfeito, em razão da competência do juízo universal e da observância do princípio da preservação da empresa.
> 2 - De acordo com o entendimento deste Tribunal Superior, admite-se a prorrogação do prazo suspensivo das ações e execuções ajuizadas em

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

face da sociedade em crise econômico-financeira, previsto no art. 6º, § 3º, da Lei n. 11.101/2005.
3 - Conflito de competência conhecido, declarada a competência do Juízo da Vara de Falência e Recuperações Judiciais e decretada a nulidade da adjudicação.
(STJ. Conflito de Competência nº 111.614/DF. Segunda Seção. Min. Rel. Nancy Andrighi. D.j. 19.06.2013)

42. Ao promover atos de expropriação e de execução, o Juízo do Trabalho está desfalcando a GESA e GALPAR de um acervo de bens que deve garantir o pagamento da integralidade dos credores, e não apenas o adimplemento dos créditos perquiridos pelo Reclamante.

43. É preciso impedir que decisões pulverizadas possam, ainda que indiretamente, inviabilizar o pagamento dos credores, e por consequência infringir o *par conditio creditorium*.

44. A esse respeito, recorre-se mais uma vez à jurisprudência deste E. STJ, que já se consolidou no sentido de (i) reconhecer sua própria competência para decidir conflito de competência envolvendo o tema ora em destaque; e (ii) afirmar a competência do Juízo Recuperacional em casos análogos. Vejamos:

"AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUÍZO FALIMENTAR. EXECUÇÃO TRABALHISTA. ARREMATAÇÃO REALIZADA POSTERIORMENTE AO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA. UNIVERSALIDADE DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. ANULADA A ARREMATAÇÃO, REALIZADA POR JUÍZO DIVERSO DO DA RECUPERAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.
I - O Juízo em que se processa a recuperação judicial é o competente para julgar as causas que envolvam interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução que tenham origem em créditos trabalhistas.
II - Consideradas as peculiaridades do caso, a preservação do ato de arrematação realizado pelo Juízo incompetente, depois de deferido e persistindo o processo judicial de recuperação, não deve subsistir, uma

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

vez que tal decisão é nitidamente incompatível com o objetivo da Lei n. 11.101/2005.
III - A nulidade resulta da incompetência absoluta e, por isso, pode ser declarada em Conflito de Competência (CPC, art. 122), mormente por se tratar de arrematação cuja carta ainda não foi registrada. Agravo Regimental provido, conhecendo-se do Conflito e declarando competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Indaiatuba - SP. Em consequência, declara-se a nulidade da arrematação realizada na reclamação trabalhista, posterior ao deferimento da recuperação judicial da executada".
(STJ. Ag. Reg. nos EDcl no CC 99.548/SP. Segunda Seção. Min. Rel. Sidnei Beneti. D.j. 23.02.2011).

* * *

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - ARRESTO DOS BENS DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - IMPOSSIBILIDADE - SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS - NECESSIDADE. - PRECEDENTES - COMPETÊNCIA DO JUÍZO EM QUE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.
I - A e. 2ª Seção desta a. Corte, ao sopesar a dificuldade ou mesmo total inviabilização da implementação do plano de recuperação judicial, decorrente da continuidade das execuções individuais, concluiu que, aprovado e homologado o plano de recuperação judicial, os créditos deverão ser executados de acordo com as condições ali estipuladas;
II – Convalidação da liminar anteriormente concedida, reconhecendo a competência do r. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Distrital de Caieiras/SP".
(STJ. Conflito de Competência nº 98.264/SP. Segunda Seção, Min. Rel. Massami Uyeda. D.j. 06.04.2009)

* * *

"PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
1. Após o deferimento da recuperação judicial, a competência para a prática de atos que comprometam o patrimônio da empresa em recuperação é do Juízo onde esta se processa.
2. Segundo entendimento firmado pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo de 180 dias previsto no art. 6, § 4º, da Lei 11.101/2005.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

3. Agravo regimental a que se nega provimento".
(STJ. Ag. Reg. no Conflito de Competência nº 104.500/SP. Segunda Seção. Min. Rel. Vasco Della Giustina. D.j. 27.04.2011)

* * *

"**O juízo responsável pela recuperação judicial detém a competência para dirimir todas as questões relacionadas, direta ou indiretamente, com tal procedimento**, inclusive aquelas que digam respeito à alienação judicial conjunta ou separada de ativos da empresa recuperanda, diante do que estabelecem os arts. 6º, caput e § 2º, 47, 59 e 60, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005.
(...)".
(STJ. Ag. Reg. no Conflito de Competência nº 97.732/RJ, Segunda Seção. Min. Rel. João Otávio de Noronha. D.j. 05.11.2010)

* * *

"**CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. COMERCIAL. LEI 11.101/05. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO.**
1. A decisão liminar da Justiça Trabalhista que determinou a indisponibilidade dos bens da empresa em recuperação judicial, assim também dos seus sócios, não pode prevalecer, sob pena de se quebrar o princípio nuclear da recuperação, que é a possibilidade de soerguimento da empresa, ferindo também o princípio da "*par conditio creditorum*".
2. É competente o Juízo da recuperação judicial para decidir acerca do patrimônio da empresa recuperanda, também da eventual extensão dos efeitos e responsabilidades aos sócios, especialmente após aprovado o plano de recuperação.
3. Os créditos apurados deverão ser satisfeitos na forma estabelecida pelo plano, aprovado de conformidade com o art. 45 da Lei 11.101/2005.
4. Não se mostra plausível a retomada das execuções individuais após o mero decurso do prazo legal de 180 dias".
(STJ. Conflito de Competência nº 68.173/SP. Segunda Seção. Min. Rel. Luis Felipe Salomão. D.j. 04.12.2008)

45. Diante da consolidada jurisprudência desta E. Corte, resta evidente a necessidade de que este E. STJ se pronuncie de plano, na forma do art. 955, par. único, do NCPC, acerca da competência para decidir sobre atos expropriatórios e

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19
Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

de execução contra as Recuperandas com a finalidade de garantir o pagamento de créditos evidentemente concursais.

46. Deve esta E. Corte se manifestar, também, sobre a validade dos atos praticados pelo Juízo do Trabalho, na forma do art. 952, do NCPC, caso se confirme a competência do Juízo Empresarial do Rio de Janeiro.

DO PEDIDO LIMINAR:
SUSPENSÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO JUÍZO DO TRABALHO
E DO PROCESSO TRABALHISTA ATÉ DECISÃO NO PRESENTE CONFLITO

47. Como se viu acima, GESA e GALPAR encontram-se em regime de recuperação judicial, vez que deferido o processamento do seu pedido em 27.03.2015.

48. Por conta disso, e notadamente à luz da jurisprudência já sedimentada desta E. Corte, não há como negar a competência do Juízo que deferiu o processamento da recuperação judicial para decidir acerca do patrimônio das empresas recuperandas e sobre a possibilidade de pagamento de créditos concursais de forma alternativa à prevista no seu Plano de Recuperação Judicial (já apresentado ao Juízo Empresarial do Rio de Janeiro).

49. Isso é mais do que suficiente para que se repute **dominante a jurisprudência**, na forma que prescreve o par. único do art. 955, do CPC.

50. É evidente, por todas as questões trazidas acima, a existência de verossimilhança das alegações a permitir que esta questão esteja sob apreciação desta E. Corte Superior.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

51. É cristalino, portanto, o risco de dano irreparável para a GESA e GALPAR no presente caso, o que deve justificar, de plano, a concessão de medida liminar via provimento monocrático.

52. Em última análise, trata-se da única medida capaz de preservar a competência deste E. STJ para decidir Conflitos de Competência e, além disso, o próprio objeto do processo de recuperação judicial, evitando-se prejuízos causados por decisões emanadas de órgão jurisdicional incompetente. Não por outro motivo, a possibilidade está expressamente albergada no art. 196 do Regimento Interno desta E. Corte[4].

53. Necessária, portanto, a concessão da medida liminar a fim de (i) sustar os efeitos dos atos decisórios praticados pelo Juízo do Trabalho; (ii) determinar a imediata liberação dos bens bloqueados naqueles autos em favor da GESA e GALPAR; e (iii) sobrestar o processo trabalhista, na forma do art. 955, do NCPC, indicando-se o d. Juízo Empresarial do Rio de Janeiro como competente para apreciar medidas urgentes, se houver.

PEDIDOS FINAIS

54. À luz de todo exposto, requer seja recebido o presente Conflito de Competência e, tendo em vista o preenchimento dos requisitos autorizadores, requer seja concedida a medida liminar para:

(i) Sustar os efeitos dos atos decisórios praticados pelo Juízo do Trabalho até que este E. STJ decida em definitivo sobre a competência no caso em tela;

---

[4] Art. 196 do Regimento Interno do STJ: "*Poderá o relator, de ofício, ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, seja sobrestado o processo, e, neste caso, bem assim no de conflito negativo, designar um dos órgãos para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes*".

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

(ii) Determinar ao Juízo do Trabalho que revogue imediatamente a decisão que determinou o bloqueio de direitos creditórios detidos da GESA e GALPAR frente ao Município de Belo Horizonte-MG;

(iii) Sobrestar o procedimento trabalhista ajuizado pelo Reclamante, na forma do art. 955, parágrafo único, do NCPC, indicando-se o Juízo Empresarial do Rio de Janeiro como único competente para apreciar medidas urgentes, se houver, na forma em que permite o art. 196 do Regimento Interno deste E. STJ.

55. Nos termos do art. 954, do NCPC, requer sejam expedidos ofícios para o Juízo do Trabalho (Processo nº 0011929-23.2016.5.03.0014) e para o Juízo Empresarial do Rio de Janeiro (Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001), para que prestem informações.

56. Requer ainda seja julgado de plano o presente Conflito de Competência, na forma do art. 955, par. único, do NCPC, declarando-se o d. Juízo Empresarial do Rio de Janeiro como único competente para decidir e determinar a realização de atos de execução e expropriatórios para a satisfação de créditos concursais nos autos da reclamação trabalhista (em fase de cumprimento de sentença) ajuizada pelo Reclamante em trâmite perante o Juízo do Trabalho.

57. Requer, outrossim, que este E. STJ se digne a declarar a invalidade dos atos praticados pelo absolutamente incompetente Juízo do Trabalho consoante a regra contida no art. 64, do NCPC.

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605l7
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

STJ-Petição Eletrônica recebida em 10/02/2017 18:57:31

GCM
Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

58. Protesta pela produção de todas as provas em direito admitidas, notadamente a documental suplementar.

59. Requer que todas as publicações referentes ao presente feito sejam realizadas em nome de Flavio Galdino, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 94.605, com endereço profissional na Avenida Rio Branco, nº 138, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

60. Informa que as guias comprobatórias do recolhimento dos emolumentos judiciais devidos encontram-se em anexo (Doc. 11).

Nestes termos, pede deferimento.
Brasília, 10 de fevereiro de 2017.

FLAVIO GALDINO
OAB/RJ Nº 94.605

CRISTINA BIANCASTELLI
OAB/SP Nº 163.993

DANILO PALINKAS
OAB/SP Nº 302.986

MILENE PIMENTEL MORENO
OAB/DF Nº 39.470

Petição Eletrônica protocolada em 11/02/2017 09:58:19

Documento eletrônico e-Pet nº 2162176 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 898099867666252345044405949818519605 17
Id Carimbo de Tempo: 96139897947326 Data e Hora: 10/02/2017 18:57:31hs

14.529

Poder Judiciário **Malote Digital**

Impresso em: 08/03/2017 às 15:56

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	81920171806657
Documento:	OF146.pdf
Remetente:	CAPITAL 7 VARA EMPRESARIAL (Jose Francisco Pinto Quintanilha)
Destinatário:	Protocolo Judicial (STJ)
Data de Envio:	08/03/2017 15:51:03
Assunto:	OF146/2017 - resposta ao ofício requisitório nºMCD2S 1314/2017 ref. ao Conflito de Competência 150620/RJ

Imprimir

14.530

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Ofício: 146/2017/OF

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017.

RESPOSTA OFÍCIO REQUISITÓRIO

Processo 1ª Instância: 0093715 69.2015.8.19.0001

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: GALVAO PARTICIPAÇOES S A - CNPJ: 11.284.210/0001-75
Autor: GALVAO ENGENHARIA S A - CNPJ: 01340937/0001-79
Administrador Judicial: ALVAREZ E MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA.

Em resposta ao Ofício n:MCD2S - 1314/2017
Processo: CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 150620/RJ

Exmo. Ministro Relator,

Inicialmente este Magistrado pede escusas pela demora na resposta do expediente, que se operou pela excessiva quantidade de solicitações na demanda.
Seguem as devidas informações solicitadas por meio do telegrama TLG.MCD2S-1314/2017 ,referente ao conflito de competência em epígrafe, em que figuram como suscitantes **GALVÃO ENGENHARIA S/A e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A – ambas em recuperação judicial** – tendo como suscitados **JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO- RJ e JUÍZO DA 43ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG,** encaminho a Vossa Excelência as informações requisitadas.

Tramita neste juízo a Recuperação Judicial das sociedades empresariais GALVÃO ENGENHARIA S.A e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A, suscitantes, cujo processamento do pedido foi deferido em 27/03/2015 e a concessão da recuperação em 14/09/2015, momento a partir do qual se estabeleceu um regime jurídico novo, que produziu efeitos em relação a todos os créditos existentes anteriores à decisão, ainda que não vencidos, salvo em relação àqueles excepcionados pela própria lei.

Isso porque, disciplina o artigo 49 da Lei 11.101/2005, que se sujeitam à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Desta forma, atento ao preceito legal contido no art. 6º e seu § 4º da Lei 11.101/2005, conjuntamente como o deferimento do pedido de recuperação, foi determinada a suspensão de todas as ações e execuções propostas em face das recuperandas pelo prazo de 180 dias, interregno que transcorreu.

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Com efeito, nos termos do artigo 49 da LRF, a partir da homologação do plano de recuperação operou-se a novação em relação a todos os créditos anteriores ao pedido - que estejam listados no GQC - obrigando o devedor e todos os credores a ele sujeitos a essa nova relação jurídica criada.

Neste sentido, entendo que os créditos líquidos e certos executados nos juízos trabalhistas, sujeitos ao plano, devem submeter-se ao juízo universal, nada mais restando aos respectivos juízos especializados, haja vista que a decisão que concede a recuperação judicial é título executivo judicial, nos termos do art. 584, inciso III, caput da Lei 5.869/73 (§1º do art. 59 da LFRE).

Destarte, ainda que não estejam mais suspensos os prazos por força do art. 6º da LRFE, a dívida foi novada por meio da decisão que concedeu a recuperação judicial da suscitante, devendo assim, todos os credores sujeitados ao plano de recuperação judicial homologado, aguardarem o pagamento no valor e prazo conferidos no respectivo plano.

Informo ainda que a recuperação judicial concedida encontra-se em fase de execução de cumprimento do plano, já tendo se iniciado o pagamento a determinados credores.

Essas, portanto, são as informações que por ora tenho a prestar, aproveitando o ensejo para prestar sinceras homenagens de estima e consideração, colocando-me à disposição de Vossa Excelência para eventuais esclarecimentos complementares.

Paulo Assed Estefan - Juiz Auxiliar

AO EXCELENTÍSSIMO MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

14.532

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

2ª SEÇÃO STJ

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4DLJ.7MQD.KJQS.CQAL**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

PAULO ASSED ESTEFAN: 17761 Assinado em 08/03/2017 14:48:53
Local: TJ-RJ

Recibo de Telegrama	Data ____/____/____	Hora ____ h ____	ME581724411BR 24450
	Nome Legível do Recebedor		
Uso dos Correios	Rubrica do Carteiro	Matrícula	Tipo/Serviços Adicionais DHP 07/03/2017 16:15

14533

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas), **0800 7257282** (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<TLG. MCD2S-1797/2017 – SEGUNDA SEÇÃO – SOJ (AOS) 07/03/17
DE ORDEM DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, RELATOR, COMUNICO A VOSSA EXCELÊNCIA QUE NOS AUTOS DO(A) CONFLITO DE COMPETÊNCIA N/0 148838/RJ, REGISTRO N/0 2016/0246680-3, NÚMERO DE ORIGEM: 00093715692015819000 / 93715692015819000 / 00022430220135050161 / 22430220135050161 / 00937156920158190001 , EM QUE FIGURAM COMO SUSCITANTE GALVAO ENGENHARIA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SUSCITADOS JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO – RJ E JUIZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE SANTO AMARO – BA, INTERESSADOS AGRIPINO FRANCISCO DOS SANTOS FILHO, CONSORCIO ALUSA – GALVAO – TOME, ALUSA ENGENHARIA S/A E TOME ENGENHARIA S.A, OCORREU O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO ANTERIORMENTE COMUNICADA. COMUNICO, AINDA, QUE AS PEÇAS PROCESSUAIS REFERENTES A ESSE PROCESSO ENCONTRAM-SE ARQUIVADAS DIGITALMENTE NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AS DECISÕES PODEM SER CONSULTADAS NA PÁGINA DO STJ NA INTERNET. ATENCIOSAMENTE, ANA ELISA DE ALMEIDA KIRJNER. COORDENADORA DA SEGUNDA SEÇÃO. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TELEFONES: (61) 3319.8000 (CENTRAL)/ (61) 3319.8410 (INFORMAÇÕES PROCESSUAIS)/ (61) 3319.8242/8243 (PROTOCOLO DE PETIÇÕES)/(61) 3319.8700/8194/8195 (PROTOCOLO DE FAXES)/WWW.STJ.JUS.BR (SITE OFICIAL)/ENTES PÚBLICOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO PODEM UTILIZAR O MALOTE DIGITAL PARA AS COMUNICAÇÕES OFICIAIS (RES/CNJ N. 100, de 24.11.2009)>>

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1	Mudou-se	6	Recusado
2	Ausente	7	Falecido
3	Desconhecido	8	Não existe o número indicado
4	Endereço insuficiente. Faltou:		
5	Outros (Especificar)		

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 07/03 20:15

NÚMERO DO TELEGRAMA ME581724411BR 24450

DHP 07/03/2017 16:15

Correios

Telegrama

Telegrama

Correios

TENTATIVAS DE ENTREGA

DATA	HORA	DATA	HORA	CÓD	RUBRICA
/ /	h	/ /	h		
/ /	h	/ /	h		
/ /	h	/ /	h		

Anotações complementares

14534

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas), **0800 7257282** (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<TLG. MCD2S–1314/2017 – SEGUNDA SEÇÃO – SOJ (AOS) 20/02/17
ATENÇÃO: REITERAÇÃO DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES.
DE ORDEM DO(A) EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) RELATOR, MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, REITERO OS TERMOS DO TELEGRAMA N/0 MCD2S–198 DE 20/01/2017, REFERENTE AOS AUTOS DO(A) CONFLITO DE COMPETÊNCIA N/0 150620/RJ 201700074470, NÚMERO NA ORIGEM: 00937156920151900O1 / 93715692015190001 / 00004643520155030181 / 4643520155030181, EM QUE FIGURAM COMO SUSCITANTES GALVAO ENGENHARIA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVAO PARTICIPACOES S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SUSCITADOS JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO – RJ E JUÍZO DA 43A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG, INTERESSADO WALFRIDO ANDRADE NETO.
SOLICITO A VOSSA EXCELÊNCIA QUE ENCAMINHE A ESTA CORTE AS NECESSÁRIAS INFORMAÇÕES, NOS TERMOS DO TELEGRAMA ANTERIOR:
"ATENÇÃO: A SEGUINTE DECISÃO COMUNICA CONCESSÃO LIMINAR E SOLICITA O ENVIO DE INFORMAÇÕES.
PUBLICAÇÃO PREVISTA NO DJ ELETRÔNICO DE 02/02/2017. A PARTIR DA PUBLICAÇÃO, O INTEIRO TEOR DA DECISÃO PODE SER CONSULTADO NA PÁGINA DO STJ NA INTERNET.
COMUNICO A VOSSA EXCELÊNCIA , PARA OS DEVIDOS FINS, QUE, NOS AUTOS DO(A) CONFLITO DE COMPETÊNCIA N/0 150620/RJ, 2017/0007447–0, NÚMERO NA ORIGEM: 00937156920151900O1 / 93715692015190001 / 00004643520155030181 / 4643520155030181, EM QUE FIGURAM COMO SUSCITANTES GALVAO ENGENHARIA S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVAO PARTICIPACOES S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SUSCITADOS JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO – RJ E JUÍZO DA 43A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG, INTERESSADO>

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 20/02 19:06

NÚMERO DO TELEGRAMA
ME579385975BR 20142

DHP 20/02/2017 15:06

ÁREA DE COLA

DOBRAR

DESTACAR AQUI

752401B3-1

Fabrizzio - FC0731/30

210 x 297mm

Correios

Telegrama

14540

Poder Judiciário **Malote Digital**

Impresso em: 13/03/2017 às 11:51

RECIBO DE ENVIO

Documento:	OF146.pdf
Código de rastreabilidade:	81920171806657
Remetente:	CAPITAL 7 VARA EMPRESARIAL
	Jose Francisco Pinto Quintanilha
Data de Envio:	08/03/2017 15:51:03
Assunto:	OF146/2017 em resposta ao ofício requisitório nºMCD2S 1314/2017 ref. ao Conflito de Competência 150620/RJ

Destinatários	Data Leitura	Lido Por
Protocolo Judicial (STJ)	08/03/2017 17:45:53	Giovanny Prado dos Santos

Imprimir

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: MEMO53 2017

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Nona Câmara Cível

Memorando 09CCIV/nº 53 /2017
Ref. ao Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL Nº: 0056513-61.2015.8.19.0000
Ação Originária: Nº: 0093715-69.2015.8.19.0001

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017

A(o) Exmo(a) Sr (a) Juiz (a),
CAPITAL 7 VARA EMPRESARIAL

Assunto: descarte/eliminação agravo de instrumento

Senhor(a) Juiz (a),

De ordem do(a) Exmo(a) Sr(a) DES. CARLOS AZEREDO DE ARAUJO , comunico a V. Exa. que transitou em julgado o(a) AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0056513-61.2015.8.19.0000, em que é/são AGRAVANTE FLOWSERVE DO BRASIL LTDA e AGRAVADO GALVÃO ENGENHARIA S A, GALVÃO PARTICIPAÇÕES S A, cujas peças digitalizadas poderão ser visualizadas no Portal do TJRJ, através do seguinte acesso: SERVIÇOS>SISTEMAS>LOGIN>SENHA>CONSULTA PROCESSO ELETRÔNICO>NUMERAÇÃO ÚNICA . (Obs: A visualização das peças poderá ser feita, também, através da página do Tribunal, no link "Consulta Processual")

Respeitosamente,

VALÉRIA BERNARDO DA ROCHA BATISTA
Secretária Nona Câmara Cível

14541

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 7 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Ofício: 146/2017/OF

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017.

RESPOSTA OFÍCIO REQUISITÓRIO

Processo 1ª Instância: 0093715-69.2015.8.19.0001

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: GALVAO PARTICIPAÇOES S A - CNPJ: 11.284.210/0001-75
Autor: GALVAO ENGENHARIA S A - CNPJ: 01340937/0001-79
Administrador Judicial: ALVAREZ E MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA.

Em resposta ao Ofício n:MCD2S 1314/2017
Processo: CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 150620/RJ

Exmo. Ministro Relator,

Inicialmente este Magistrado pede escusas pela demora na resposta do expediente, que se operou pela excessiva quantidade de solicitações na demanda.
Seguem as devidas informações solicitadas por meio do telegrama TLG.MCD2S-1314/2017 ,referente ao conflito de competência em epígrafe, em que figuram como suscitantes **GALVÃO ENGENHARIA S/A e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A – ambas em recuperação judicial** – tendo como suscitados **JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO- RJ e JUÍZO DA 43ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG,** encaminho a Vossa Excelência as informações requisitadas.

Tramita neste juízo a Recuperação Judicial das sociedades empresariais GALVÃO ENGENHARIA S.A e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A, suscitantes, cujo processamento do pedido foi deferido em 27/03/2015 e a concessão da recuperação em 14/09/2015, momento a partir do qual se estabeleceu um regime jurídico novo, que produziu efeitos em relação a todos os créditos existentes anteriores à decisão, ainda que não vencidos, salvo em relação àqueles excepcionados pela própria lei.

Isso porque, disciplina o artigo 49 da Lei 11.101/2005, que se sujeitam à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Desta forma, atento ao preceito legal contido no art. 6º e seu § 4º da Lei 11.101/2005, conjuntamente como o deferimento do pedido de recuperação, foi determinada a suspensão de todas as ações e execuções propostas em face das recuperandas pelo prazo de 180 dias, interregno que transcorreu.

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 7º CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Com efeito, nos termos do artigo 49 da LRF, a partir da homologação do plano de recuperação operou-se a novação em relação a todos os créditos anteriores ao pedido - que estejam listados no GQC - obrigando o devedor e todos os credores a ele sujeitos a essa nova relação jurídica criada.

Neste sentido, entendo que os créditos líquidos e certos executados nos juízos trabalhistas, sujeitos ao plano, devem submeter-se ao juízo universal, nada mais restando aos respectivos juízos especializados, haja vista que a decisão que concede a recuperação judicial é título executivo judicial, nos termos do art. 584, inciso III, caput da Lei 5.869/73 (§1º do art. 59 da LFRE).

Destarte, ainda que não estejam mais suspensos os prazos por força do art. 6º da LRFE, a dívida foi novada por meio da decisão que concedeu a recuperação judicial da suscitante, devendo assim, todos os credores sujeitados ao plano de recuperação judicial homologado, aguardarem o pagamento no valor e prazo conferidos no respectivo plano.

Informo ainda que a recuperação judicial concedida encontra-se em fase de execução de cumprimento do plano, já tendo se iniciado o pagamento a determinados credores.

Essas, portanto, são as informações que por ora tenho a prestar, aproveitando o ensejo para prestar sinceras homenagens de estima e consideração, colocando-me à disposição de Vossa Excelência para eventuais esclarecimentos complementares.

Paulo Assed Estefan - Juiz Auxiliar

AO EXCELENTÍSSIMO MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

2ª SEÇÃO STJ

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4DLJ.7MQD.KJQS.CQAL**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

PAULO ASSED ESTEFAN:17761 Assinado em 08/03/2017 14:48:53 Local: TJ-RJ

14544

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81920171734373
Nome original: MEMO53.pdf
Data: 31/01/2017 15:04:41
Remetente:

Juliana Martins de Oliveira
DGJUR - SECRETARIA DA 9 CAMARA CIVEL
TJRJ

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: MEMO53 2017

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Nona Câmara Cível

Memorando 09CCIV/nº 53 /2017
Ref. ao Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL Nº: 0056513-61.2015.8.19.0000
Ação Originária: Nº: 0093715-69.2015.8.19.0001

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017

A(o) Exmo(a) Sr (a) Juiz (a),
CAPITAL 7 VARA EMPRESARIAL

Assunto: descarte/eliminação agravo de instrumento

Senhor(a) Juiz (a),

De ordem do(a) Exmo(a) Sr(a) DES. CARLOS AZEREDO DE ARAUJO , comunico a V. Exa. que transitou em julgado o(a) AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0056513-61.2015.8.19.0000, em que é/são AGRAVANTE FLOWSERVE DO BRASIL LTDA e AGRAVADO GALVÃO ENGENHARIA S A, GALVÃO PARTICIPAÇÕES S A, cujas peças digitalizadas poderão ser visualizadas no Portal do TJRJ, através do seguinte acesso: SERVIÇOS>SISTEMAS>LOGIN>SENHA>CONSULTA PROCESSO ELETRÔNICO>NUMERAÇÃO ÚNICA . (Obs: A visualização das peças poderá ser feita, também, através da página do Tribunal, no link "Consulta Processual")

Respeitosamente,

VALÉRIA BERNARDO DA ROCHA BATISTA
Secretária Nona Câmara Cível

14545

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81920171734422
Nome original: MEMO55.pdf
Data: 31/01/2017 15:06:42
Remetente:

Juliana Martins de Oliveira
DGJUR - SECRETARIA DA 9 CAMARA CIVEL
TJRJ

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: MEMO55 2017

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Nona Câmara Cível

Memorando 09CCIV/nº 55 /2017
Ref. ao Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL Nº: 0004834-85.2016.8.19.0000
Ação Originária: Nº: 0093715-69.2015.8.19.0001

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017

A(o) Exmo(a) Sr (a) Juiz (a),
CAPITAL 7 VARA EMPRESARIAL

Assunto: descarte/eliminação agravo de instrumento

Senhor(a) Juiz (a),

De ordem do(a) Exmo(a) Sr(a) DES. CARLOS AZEREDO DE ARAUJO , comunico a V. Exa. que transitou em julgado o(a) AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0004834-85.2016.8.19.0000, em que é/são AGRAVANTE BANCO DO BRASIL S A e AGRAVADO GALVAO ENGENHARIA S A EM RECUPERACAO JUDICIAL REP/P/S/ADMINISTRADOR JUDICIAL ALVAREZ E MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA, GALVAO PARTICIPACOES S A EM RECUPERACAO JUDICIAL REP/P/S/ADMINISTRADOR JUDICIAL ALVAREZ E MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA, cujas peças digitalizadas poderão ser visualizadas no Portal do TJRJ, através do seguinte acesso: SERVIÇOS>SISTEMAS>LOGIN>SENHA>CONSULTA PROCESSO ELETRÔNICO>NUMERAÇÃO ÚNICA . (Obs: A visualização das peças poderá ser feita, também, através da página do Tribunal, no link "Consulta Processual")

Respeitosamente,

VALÉRIA BERNARDO DA ROCHA BATISTA
Secretária Nona Câmara Cível

14546

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81920171757035

Nome original: 4. Decisão expedição carta precatória.pdf

Data: 10/02/2017 13:54:14

Remetente:

Nilcilene Rosa Maria

CARTORIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS

Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Devolução.

Assunto: Documento encaminhado em duplicidade. As peças e CP são as mesmas já enviadas. A CP foi distribuída sob n.0001003-24.2017.8.12.0021.

DECISÃO

Vol. 60:

a- Fls. 11.853/11.854: Diante da confessada ausência de crédito, promova o administrador judicial a baixa do indicado crédito.

b- Fls. 11.855/11868: Desentranhe-se para autuação e registro na forma de procedimento secundário de impugnação.

c- Fls. 11.875: Oficie-se nos termos requeridos pelo A.J, nos itens i e ii.

d- Fls. 11.760/11.765 (Pet. ITT Bombas Goulds do Brasil Ltda): A reserva de crédito, quando apontada na lista de créditos, não configura liquidez e certeza da quantia reservada ao respectivo credor, o que somente ocorrerá quando a verba indicada for devidamente reconhecida como líquida e certa perante o respectivo juízo em que a ação de conhecimento ou de execução se desenvolva. Isto posto, assiste razão ao MP e administrador judicial, no sentido de que não há, por ora, a possibilidade da emissão de título de crédito - nota promissória - correspondente a esse valor, sob a justificativa de cumprimento do que fora ajustado no plano homologado. Com efeito, determino apenas que as recuperandas expeçam, em cumprimento ao ajustado no plano, Nota Promissória no valor até agora líquido e certo - devidamente listado - de R$937.640,48 (Novecentos e trinta e sete reais, seiscentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos). Intime-se.

e- Renumere-se o feito a partir das fls. 11.879.

f- A questão relativa a retificação de ofício de determinados créditos trabalhistas foi decidida nos termos do item 8 de fls. 12.362, pelo que nada mais se tem a prover.

g- Fls. 11802: Nada a prover, visto que a peça contém apenas indicação de profissional para autuação na área de leilões.

Vol. 63:

h- Fls. 12432/12435: A questão foi decidida nos termos do item "d" desta decisão.

i- Fls. 12.441/12443: Intime-se a CEF, por meio do patrono constituído na impugnação de crédito indicada, para dizer se mediante liberação do valor apontado, há concordância com o pedido de desistência da referida impugnação.

j-Fls. 12463: Oficie-se como requerido.

k-Fls. 12.555/12558: Instruam as devedoras os autos com o rol dos bens e os respectivos títulos de propriedade que estão acautelados no canteiro de obras da Petrobrás. Feito isto, expeça-se Carta Precatória para Comarca de Três Lagoas, a fim de que seja cumprido o devido mandado de entrega aos proprietários ou seus representantes.

l-Fls. 12569: Seguem em anexo as informações de agravo.

m- Fls. 12.574: Certifique o cartório o cumprimento do art. 526 do CPC.

n- Fls. 12602/12605: Diz a recuperanda que é titular do capital social da concessionária de Rodovias Galvão BR-153, cuja concessão visa a realização de obras de recuperação e duplicação de um trecho de 624,8 km de extensão da Rodovia BR-153, e que a alienação deste ativo está prevista no seu plano de recuperação.

Alega que diversos fatores, notadamente a conjuntura econômica, tem inibido o apetite de eventuais investidores no setor, ao passo que o contrato de concessão firmado entre a Galvão BR-153 e a União estabelece a obrigação de se integralizar R$ 66 milhões até 31/10/15, que ainda não foi adimplida por problemas de fluxo de caixa da controladora.

Informa que a ANTT já notificou a Galvão BR-153 para efetuar a integralização na forma pactuada, sob pena de gerar a caducidade do contrato de concessão.

Noticia que uma das empresas interessadas na aquisição da participação que a Galpar detém na Galvão BR-153, apresentou proposta consistente no aporte de R$ 66 milhões na forma de subscrição e integralização imediata de 66 milhões de novas ações preferenciais, que seriam utilizados para o adimplemento da obrigação de integralização do capital e cumprimento de índices mínimos de performance.

O Ministério Público não se opôs ao pleito de autorização da emissão das ações preferenciais, pugnando pelo depósito do resultado financeiro da operação em conta à disposição do juízo para fins de pagamento de obrigações pendentes do plano aprovado.

Pois bem.

A cautela sugerida pelo Ministério Público é salutar, uma vez que foca-se no efetivo implemento do plano de recuperação. Todavia, se o valor do aporte oferecido não se destinar ao adimplemento da obrigação de integralização do capital e manutenção da operação da concessão, haverá o risco

do próprio aporte nem se efetivar. Ademais, o implemento de fluxo de caixa da concessionária preservará o contrato de concessão de um capital social de R$ 221 milhões – embora não se desconheça que esse valor não represente necessariamente o volume do negócio - e ainda garantirá a alienação da participação da recuperanda na companhia, que está prevista no plano de recuperação, o que, de certa forma, também favorecerá o interesse de credores.

O ativo a ser considerado na seara recuperacional é a participação acionária da recuperanda GALPAR na Galvão BR-153, tanto assim que a alienação deste ativo está inserido no plano de recuperação.

A proposta, na forma apresentada, viabilizará a manutenção da operação da concessionária e preservará o ativo resultante da alienação da participação da Galpar na companhia – e já conta com a aprovação da agencia reguladora ANTT, lembrando-se já foi integralizado boa parte do capital social da Galvão BR-153.

Na verdade, o valor a ser aportado corresponde ao valor do capital que ainda deve ser integralizado pela concessionária, e a correlata subscrição das ações preferenciais não implicará em alteração do controle da companhia após a integralização do capital, até porque a transferência da titularidade do controle societário da concessionária depende de prévia concordância da ANTT.

Assim sendo, defiro o pedido na forma requerida às fls.12605, para o fim de autorizar, mediante estrita observação das regras contidas na LSA, a emissão de 66 milhões ações preferenciais da Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S/A, no valor total de R$ 66 milhões de reais, a serem subscritas pela Ciax Incorporação, Empreendimentos e Participações Ltda.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2016.

FERNANDO CESAR FERREIRA VIANA
Juiz de Direito

14548

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81920171757032

Nome original: 1. Petição liberação bens UFN III.pdf

Data: 10/02/2017 13:52:27

Remetente:

Nilcilene Rosa Maria

CARTORIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS

Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Devolução.

Assunto: Documento encaminhado em duplicidade. As peças e CP são as mesmas já enviadas. A CP foi distribuída sob n.0001003-24.2017.8.12.0021.

GCM 120914

Galdino . Coelho . Mendes Advogados

20. Face ao exposto, as Recuperandas requerem a V. Exa. que se digne determinar a expedição de ofício à Petrobrás determinando que esta se abstenha de praticar qualquer ato que impeça a remoção dos bens de propriedade da GESA depositados no canteiro de obras do Consórcio UFNIII, localizado às margens da rodovia BR-158, Distrito Industrial da Moeda, a 28km de Três Lagoas.

Nestes termos,

Pedem deferimento.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2015.

FLAVIO GALDINO
OAB/RJ Nº 94.605

CRISTINA BIANCASTELLI
OAB/SP Nº 163.993

FILIPE GUIMARÃES
OAB/RJ Nº 153.005

DANILO PALINKAS
OAB/SP Nº 302.986

THIAGO D. D. CABRAL
OAB/ RJ Nº 201.723

14549

12095

GCM

Guidime , Coelho . Mendes
Advogados

DOC. 01

12096

Processo nº 0024015-98.2015.5.24.0072 e 0026394-43.2014.5.24.0072

Autor: **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA**

Ré: **CONSÓRCIO UFN III, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, GALVÃO ENGENHARIA S.A, SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA**

Data do Julgamento: 07.05.2015

S E N T E N Ç A

RELATÓRIO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA, qualificado na inicial, ajuizou **AÇÃO CIVIL COLETIVA** c/c com pedido de antecipação de tutela em face de **CONSÓRCIO UFN III, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, GALVÃO ENGENHARIA S.A, SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA**, também qualificadas, alegando em síntese que na data de 05.12.2014, após as manifestações dos trabalhadores, quando obstruíram o acesso à empresa e bloquearam duas rodovias federais de suma importância para o trafego estadual, representantes das empresas rés procuraram o autor para negociarem o pagamento de recurso liberado pela justiça (tal recurso não se confunde com o bloqueio judicial da ação cautelar e sim uma liberação de valores depositado em uma conta específica da Petrobras para liberação ao Consórcio, que havia sido bloqueada em outra ação) à primeira reclamada para que os trabalhadores liberassem o acesso às obras e as respectivas rodovias. Não obstante a negociação ocorrida em data de 05.12.14, os valores disponibilizados ao pagamento dos trabalhadores, apenas foi um paliativo, que minimizou em parte o sofrimento dos trabalhadores, porém após este evento e até a presente data a primeira reclamada não efetuou espontaneamente nenhum pagamento a seus funcionários, nem a título de salário e nem a título de verbas rescisórias. Também, alega que as dispensas ocorreram unilateralmente, sem qualquer negociação coletiva.

O autor vindica os seguintes pleitos: a) sejam mantidos os bloqueios judiciais, levados a efeito na ação cautelar processo nº 0026394-46.2014.5.24.0072, no valor de R$ 49.880.427,02 (quarenta e nove milhões, oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e vinte e sete reais e dois centavos) R$ 16.115.748,60 e bloqueados mais (dezesseis milhões, cento e quinze mil, setecentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), completando o valor de R$ 65.996.175,62 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e seis mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), valor necessário para satisfação total das verbas rescisórias, salários e encargos (os estritamente legais); b) Em caso de não efetivação dos bloqueios judiciais, dos demais valores complementares para se atingir os R$ 65.996.175,62, requer sejam mantidas as penhoras levadas a efeito por esta especializada no processo nº 0026394-46.2014.5.24.0072 relativos aos veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas das reclamadas e suas constituídas; c) por fim, em não sendo acolhidas as pretensões acima, sucessivamente que as empresas rés sejam obrigadas a: a) pagar, a cada trabalhador dispensado, o correspondente a 12 meses de salário, independentemente do aviso prévio; b) conceder e/ou estender, a cada trabalhador dispensado, o plano de saúde pelo prazo de 12 meses aos empregados e seus dependentes; c) fornecer, a cada trabalhador dispensado, cestas básicas e ou vale alimentação pelo período de 12 meses; d) promover cursos de qualificação profissional aos trabalhadores dispensados, a serem ministrados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, indicados pelo reclamante, de acordo com a necessidade das demandas trabalhistas nos municípios da região do Três Lagoas sejam custeadas todas as despesas com o retorno dos trabalhadores e suas respectivas famílias, não residentes em

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA
https://pje.trt24.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=15050709250791600000002750521
Número do documento: 15050709250791600000002750521

14550

12097

Três Lagoas e região, aos seus locais de origem. f) apenas sucessivamente, como último pedido, caso as atividades sejam retomadas, que haja direito de preferência de contratação dos empregados dispensados, na unidade de Três Lagoas e região, pelo prazo de dois anos a partir da retomada da atividade, ainda que parcial (se esta ocorrer); **d)** A condenação das empresas rés na obrigação de não fazer, consistente em abster-se de promover novas dispensas de empregados até efetiva negociação com o sindicato, sob pena de multa de R$ 100.000,00 (cem mil reais), por empregado dispensado.

Houve a concessão parcial da tutela antecipada (ID 037a734), nos termos segue: *"defiro a tutela antecipada e determino a liberação da importância de R$ 4.946.706,76 para quitação das verbas rescisórias dos trabalhadores dispensados no período de 05 a 13 de janeiro de 2015, cujos TRCT(s) devidamente homologados se encontram arquivados na Secretaria da Vara. Também defiro a liberação da importância de R$ 998.685,14 para pagamento da multa de 40% do FGTS e o valor de R$ 18.539,18 a título de pensões alimentícias, conforme planilhas encaminhadas pelo sindicato-autor".*

Regularmente citadas as rés apresentaram defesas escritas.

A primeira, terceira e quarta requeridas, suscitam preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* da empresa Galvão Engenharia S.A e Sinopec Petroleum do Brasil Ltda, impugnação ao valor da causa, das planilhas e documentos, no mérito afirmam que procederam a desmobilização dos trabalhadores desnecessários à obra, vez que várias etapas já tinham sido concluídas, bem como reconhecem que a partir de novembro de 2014 dispensaram trabalhadores sem quitação dos haveres trabalhistas, ante a crise no setor da construção civil, intensificada pelos escândalos envolvendo a quarta ré. Juntaram documentos.

A segunda requerida suscita a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*, e, no mérito, pugna pela desconsideração da personalidade jurídicas das demais rés, aplicação da OJ 191 do TST e observância da S. 331, V do TST. Juntou documentos.

Em face do bloqueio e liberação de valores da empresa Galvão Engenharia Ltda (terceira reclamada), houve interposição de Mandado de Segurança n. 0024042-03.2015.5.24.0000, cujas informações foram prestadas pelo juízo (ID 4a752d3), sendo indeferida a liminar postulada pela ré (ID f299d92).

Foram expedidos alvarás judiciais para liberação dos valores bloqueados (ID 028fbbe, 5b74570 e 6b8ef3d).

O MPT foi devidamente intimado da presente demanda.

O autor apresentou réplica às defesas das requeridas (ID d8a41c3).

A empresa VINCI CREDITO E DESENVOLVIMENTO I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS -, postulou sua habilitação como terceiro interessado (d19b4a9), o que foi indeferido por este juízo, pois não demonstrado nenhum interesse jurídico, apenas econômico.

Em relação a AÇÃO CAUTELAR - Processo n. 0026394-43.2014.5.24.0072, tem-se a relatar que foi concedida a liminar (ID d8a41c3), nos seguintes termos: *"Constato que os valores foram devidamente bloqueados e estão à disposição deste Juízo. Pois bem. A presente Ação Cautelar possui natureza satisfativa em relação aos pleitos de pagamento de verbas rescisórias, pois tais parcelas são incontroversas, eis que os TRCTs foram homologados pelo Sindicato da categoria, com reconhecimento do empregador. Registre-se, ainda que muitos trabalhadores, estão sem receber as verbas rescisórias, vivendo em alojamentos, distantes de sua região, e, sem perspectivas de serem realocados ao mercado de trabalho desta urbe. Ademais, avizinha-se uma grave crise social caso os valores bloqueados não sejam liberados de imediato, irradiando efeitos na economia*

local. Portanto, visando à garantia da dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho e a função social da empresa, conforme a planilha ***determino a imediata liberação dos valores bloqueados*** *encaminhada pelo sindicato-autor. Liberem-se, também os valores a título de contribuição sindical e assistencial ao sindicato-autor, correspondente a sua cota parte, conforme planilha encaminhada. Saliento que é de responsabilidade do sindicato-autor a consistência das informações constantes na referida planilha, razão pela qual se houver dados lançados que não retratem a realidade dos fatos, este estará sujeito às sanções civis e criminais. Também havendo algum erro em dados dos beneficiários, o sindicato-autor prontamente prestará diretamente à instituição financeira as informações necessárias para viabilização da transferência do crédito ao trabalhador".*

Realizou-se audiência de tentativa de conciliação (ID 541cc18), na qual as empresas mencionaram que: *"O Consórcio alega que não tem condições financeiras de quitar os débitos com os trabalhadores. O representante da PETROBRÁS alega que está em andamento apuração de eventuais créditos em favor da empresa GALVÃO que se comprovados, serão de imediato informados ao Juízo visando o bloqueio. A PETROBRÁS está verificando a situação dos empregados do Consórcio UFN III, em relação a alimentação e alojamento, no que tange à manutenção de tais itens. Que neste momento a situação do Consórcio UFN III em face dos seus empregados está sendo deliberado na sede da PETROBRÁS".*

Houve interposição de Mandado de Segurança - Processo n. 0024291-85.2014.5.24.0000, sendo concedida parcialmente a liminar requerida para suspender somente a liberação de valores referentes à contribuição sindical e assistencial.

Foram prestadas informações por este juízo (ID 6709546).

Também, foram expedidos alvarás judiciais para liberação dos valores bloqueados (ID bbcdc89, 75badbf, 92b8f0b, 0e0a49f).

As requeridas devidamente citadas apresentaram defesas e documentos, nos mesmos termos daquelas apresentadas na ação principal (Processo n. 0024015-98.2015.24.0072), já relatada.

O MPT apresentou manifestação (ID 43f61dd).

É o relatório.

Decido.

FUNDAMENTAÇÃO

1.DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072 e 0026394-43.2014.5.24.0072)

Instadas às partes para manifestação quanto a produção de outras provas, o autor vindicou pelo julgamento antecipado da lide. A primeira, terceira e quarta requeridas, embora devidamente intimadas, não se manifestaram. A segunda requerida postula a produção de prova testemunhal para demonstrar a fiscalização da execução do contrato, bem como prova contábil.

Saliento que a prova quanto a fiscalização da execução do contrato é eminentemente documental, não comportando dilação probatória.

14551

12099

No que se refere a prova contábil, entendo que tal providência deve ser levada a efeito na fase de cumprimento da decisão judicial e não na fase conhecimento, até porque não se trata de ação de prestação de contas.

Por fim, o pleito da quarta ré se reveste de nítido caráter protelatório, razão pela qual indefiro.

Nesse cotejo, o presente processo comporta o julgamento antecipado, pois não há necessidade de produção de outras provas, vez que a prova documental carreada aos autos é suficiente para efetiva prestação jurisdicional (art. 330, II do CPC).

2.LIMITES DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072)

A tutela jurisdicional é prestada com lastro nos pedidos contidos na petição inicial, sobre os quais as partes adversas elaboraram suas teses de defesa.

Assim ofertada a defesa pelas rés a demanda se encontra estabilizada, não podendo a parte autora aviar novos pedidos, a não ser que consinta a parte contrária, o que não é o caso dos autos.

Portanto, extingo sem resolução de mérito a pretensão ao pagamento de adiantamento de salário do mês de janeiro/2015; Rescisões de Contrato de Trabalho de 52 trabalhadores demitidos posteriormente a propositura desta ação principal; FGTS pendente das Rescisões de Contratos de Trabalho de 52 trabalhadores; Multa do artigo 477 da CLT dos trabalhadores dispensados após a proposição da ação, conforme petição ID d0fdad8 (pág. 04/05).

3. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL - *EX OFFICIO* - *(Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072)*

A petição inicial, fator de impulso inicial do processo, tem de ser válida, regular e apta para, como pressuposto de validade que é, possibilitar um válido desenvolvimento do processo.

In casu, o autor vindica que as empresas rés sejam obrigadas a: **a)** pagar, a cada trabalhador dispensado, o correspondente a 12 meses de salário, independentemente do aviso prévio; **b)** conceder e/ou estender, a cada trabalhador dispensado, o plano de saúde pelo prazo de 12 meses aos empregados e seus dependentes; **c)** fornecer, a cada trabalhador dispensado, cestas básicas e ou vale alimentação pelo período de 12 meses; **d)** promover cursos de qualificação profissional aos trabalhadores dispensados, a serem ministrados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, indicados pelo reclamante, de acordo com a necessidade das demandas trabalhistas nos municípios da região do Três Lagoas; **e)** apenas sucessivamente, como último pedido, caso as atividades sejam retomadas, que haja direito de preferência de contratação dos empregados dispensados, na unidade de Três Lagoas e região, pelo prazo de dois anos a partir da retomada da atividade, ainda que parcial (se esta ocorrer).

Porém, não há no bojo da petição inicial, a causa de pedir que dê guarida a pretensão.

Desta forma, não se enquadrando o pleito nas hipóteses em que é possível o pedido genérico (art. 286 do CPC), extingo de ofício sem resolução de mérito a pretensão elencada no item VI, tópico 3, alíneas "a", "b", "c", "d", "f", do rol de pedidos, com fulcro no art. 267, IV do CPC.

4. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL - REEMBOLSO - *EX OFFICIO* *(Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072)*

12100

Verifico da planilha (ID 1940605) o lançamento da parcela denominada "reembolso", contudo, não há nenhuma menção a que título se refere o reembolso.

Desta forma, não se enquadrando o pleito nas hipóteses em que é possível o pedido genérico (art. 286 do CPC), extingo de ofício sem resolução de mérito a pretensão a percepção de "reembolso", constante da planilha (ID 1940605), com fulcro no art. 267, IV do CPC.

5. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL (Interesse Individual não Homogêneo) - *EX OFFICIO* - (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072)

5.1. Trabalhadores com Garantia de Emprego

O sindicato-autor pretende o pagamento de salários atrasados a contar do mês de dezembro de 2014 (vencidos e vincendos) em relação a 142 trabalhadores (conforme listagem - ID 5373c5b), que se encontram com o contrato suspenso em decorrência de estabilidade sindical, representantes CIPA, gestantes, auxílio-doença, auxílio-acidente e prisão.

Quando da análise da tutela antecipada, este juízo indeferiu a liberação de valores a tais trabalhadores (ID 037a734).

Pois bem.

Verifico do caso em tela que o pedido de liberação de salários atrasados (vencidos e vincendos) para os referidos trabalhadores, não os atinge da mesma forma, pois cada um possui uma situação fática e jurídica própria, o que retira o caráter homogêneo do direito pleiteado.

Exemplificando: o trabalhador afastado percebendo auxílio-doença, em tese não recebe salários do empregador, a menos que haja obrigação em norma coletiva de complementação dos valores. Também não recebe salários o trabalhador que se encontra com o contrato suspenso em decorrência de prisão.

Logo, havendo necessidade de se examinar a situação individual de cada trabalhador caso a caso, não há dúvidas de que se trata de direito individual.

Por tais razões, julgo extinto sem resolução de mérito (art. 267, VI do CPC) a pretensão de pagamento de salários atrasados a contar do mês de dezembro de 2014 (vencidos e vincendos) em relação a 142 trabalhadores (conforme listagem - ID 5373c5b), bem como àqueles elencados na planilha salários janeiro/2015 (ID dfab67d).

5.2. Participação nos Lucros e Resultados

O sindicato-autor vindica em planilha em separado na Ação Civil Coletiva (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072), o pagamento a título de Participação nos Lucros e Resultados.

Ocorre que na Ação Cautelar (Proc. 0026394-43.2014.5.24.0072) a PLR devida foi lançada no TRCT, conforme se verifica por amostragem dos empregados Israel dos Santos (rubrica 95.3) e Weliton dos Santos Melo (rubrica 95.3), cujo documentos se encontram acostados no Processo n. 0026408-27.2014.5.24.0072, e, também arquivado na Secretaria desta Vara, o que atrai a certeza e liquidez do direito.

Situação diversa é o pleito na Ação Civil Coletiva, pois os valores da PLR não foram elencados no TRCT.

Compulsando a norma coletiva (ACT - 2014-2015 - ID 3bbeb35) constato dos §§ 5°, 6° e 7° da Cláusula 7ª, que para apuração da PLR, devem ser considerados os parâmetros dos valores a serem distribuídos, indicadores e metas e condições elegibilidade, o que demanda análise de direito individual, inclusive, a verificação de cada trabalhador do atingimento dos critérios elencados para aquisição da PLR.

Sendo assim, julgo extinto sem resolução de mérito a pretensão a percepção de PLR (Planilha - ID 57c9db2), com fulcro no art. 267, VI do CPC.

5.3. Complementação de Verbas Rescisórias

Também constato da planilha (Rescisão Contratual 2 - ID 9ff831d) que a pretensão se dirige a percepção de complementação de verbas rescisórias, o que demanda apuração estritamente individual, a saber os motivos e razões pelas quais o pagamento das parcelas rescisórias não foram realizadas em sua integralidade à época própria.

Desta feita, julgo extinto sem resolução de mérito a pretensão a percepção de complementação de verbas rescisórias (Planilha - ID 9ff831d), com fulcro no art. 267, VI do CPC.

6. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGUNDA, TERCEIRA E QUARTA REQUERIDAS (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072 e 0026394-43.2014.5.24.0072)

A legitimidade das partes decorre das afirmações feitas na inicial, não guardando dependência com o reconhecimento ou não da relação jurídica deduzida (teoria da asserção).

Assim, mesmo que no mérito seja afastada a responsabilidade da reclamada, isso não implica em acolher sua ilegitimidade preliminar.

Rejeito.

7.DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072 e 0026394-43.2014.5.24.0072)

A segunda ré vindica a desconsideração da personalidade jurídica da terceira e quarta requerida, inclusive indicando os nomes de seus diretores.

Contudo, entendo que a desconsideração da personalidade jurídica na fase de conhecimento compromete a celeridade processual e não garante totalmente a efetividade da tutela jurisdicional prestada, até porque os sócios da sociedade empresária e/ou diretores, nos termos do art. 1.024 do CC e 596 do CPC, sempre podem invocar o benefício de ordem, o que tumultuaria a fase cognitiva.

Logo, somente quando da execução da sentença, quando for constatada a inexistência de bens da sociedade suficientes para responder pelos créditos trabalhistas, é que, aplicando-se a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, os sócios serão incluídos no polo passivo da demanda, respondendo com seus bens pessoais pelos débitos.

Por tais razões rejeito.

8.IMPUGNAÇÃO - VALOR DA CAUSA - DOCUMENTOS - PLANILHAS

A 1ª, 3ª e 4ª rés impugnam o valor dado à causa pelo autor, no entanto, não ofertaram a este juízo valores e parâmetros mais seguros que os elencados pelo requerente, e, nesse viés rejeito a pretensão.

No tocante a impugnação aos documentos verifico que esta adstrita apenas quanto a forma e não ao seu conteúdo, o que impõe a rejeição.

Em relação a impugnação das planilhas apresentadas pelo autor, as rés o fazem de forma genérica, sem trazerem aos autos planilhas indicando os valores que entendem corretos, pois detém condições de fazê-lo, já que ostentam a condição de empregadoras, razão pela qual rejeito a arguição.

Também, rejeito, a arguição da segunda requerida (Petrobras) que aduz que os TRCT(s), foram elaborados unilateralmente, pois conforme emerge dos documentos arquivados em Secretaria, estes foram homologados pelo sindicato da categoria e elaborados e assinados pelo Consórcio UFN III.

De fato a requerida Petrobras não os assinou, até porque, se assim o fizesse, deixaria o posto de contratante de bens e serviços, para empregadora dos trabalhadores, o que não é o caso dos autos, a não ser que insista nessa tese.

9. RECUPERAÇÃO JUDICIAL - GALVÃO ENGENHARIA S.A - SUSPENSÃO

A terceira requerida pugna pela suspensão do feito em decorrência da recuperação judicial.

Verifico que o Juízo da recuperação determinou a suspensão de todas as ações ou execuções em face da Galvão Engenharia S.A, nos termos do art. 6° e 52, III da Lei 11.101/05, permanecendo os respectivos autos onde se processam (ID f398d72).

Trago a colejo a lição de Marcelo Papaléo de Souza, em sua obra - A Lei de Recuperação e Falência e as suas Consequências no Direito e no Processo do Trabalho - LTr, 3ª edição, pág. 206:

> *"No caso da suspensão do processamento da ação, esta mantém-se até o término do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, restabelecendo-se os direitos dos credores de iniciar ou continuar suas ações ou execuções, independentemente de pronunciamento judicial (art. 6°, § 4° da LF), salvo tenha sido aprovado o plano de recuperação e englobe o seu crédito. **Ressaltamos, ao final, que o trabalhador não impedido de propor sua ação, mesmo no prazo de 6 (seis) meses, referido no art. 6 da LRF, pois está enquadrado na exceção do art. 52, III da LRF**; mas, no caso de afetar o desenvolvimento das atividades do devedor deverá ser suspenso o seu processamento". (g.n)*

Entendo que a Lei de Recuperação Judicial não prevê qualquer impedimento ao prosseguimento desta demanda, sobretudo se considerado que ainda está em fase de conhecimento (art. 6°.).

No mais, a que considerar que os riscos da atividade econômica são atribuíveis aos empregadores (risco do negócio) e desse modo as dificuldades financeiras não se configura como força maior capaz de afastar os direitos vindicados pelo autor.

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA
https://pje.trt24.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=15050709250791600000002750521
Número do documento: 15050709250791600000002750521

Por tais razões rejeito.

10. DISPENSA EM MASSA - ABSTENÇÃO DE NOVAS DISPENSAS (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072 e 0026394-43.2014.5.24.0072)

O autor alega que houve dispensa em massa, pois no ano de 2013 o Consórcio efetuou o desligamento de cerca de 2.000 trabalhadores, no mês de outubro de 2014 também dispensou em torno de 2000 trabalhadores, no mês de novembro de 2014 foram demitidos 1.177, e no mês de janeiro de 2015, foram desligados 592 trabalhadores.

A primeira reclamada sustenta que procedeu a desmobilização dos trabalhadores desnecessários à obra, uma vez que várias etapas já haviam sido concluídas, assim as demissões se fizeram necessárias. Alega, também que até o mês de novembro de 2014 todas as demissões foram efetivadas dentro dos procedimentos legais, com os pagamentos de todos os direitos trabalhistas. E, ainda esclarece que não promoveu dispensas em massa e que fez tudo que estava ao seu alcance para quitar as obrigações trabalhistas.

Pois bem.

Como já assentando na decisão que determinou o bloqueio de valores das requeridas em sede de medida cautelar (Processo n. 0026394-43.3014.5.24.0072 - ID 19a4ab5), tem-se que os consórcios formados para construção de grandes plantas operacionais como a da Petrobrás tendem a ser dissolvidos porque são formados com uma finalidade específica e, uma vez atingido o objetivo, encerram suas atividades. Nesses casos as dispensas dos trabalhadores não ganham o mesmo tratamento das dispensas coletivas em geral.

In casu, o contrato de fornecimento de bens e prestação de serviços firmado entre as rés no item 4.1 (ID 0c33c7c - pág. 17) prevê que o prazo para execução dos serviços é de 1.294 dias corridos contados a partir data de início fixada na primeira autorização de serviços.

Depreende-se do referido contrato o termo certo para conclusão das atividades pelas consorciadas, e, por via de consequência a desmobilização da obra.

Contrapondo-se o item 4.1 do contrato com os fatos narrados na petição inicial, constata-se que de fato os desligamentos têm sido realizados desde o ano de 2013, por certo, com a finalização de setores da obra, o que afasta a caracterização da dispensa em massa.

Também é público e notório que no dia 19.12.2014 a Petrobrás rescindiu o contrato com o Consórcio UNF III, o que impõe concluir a necessidade da dispensa dos trabalhadores, pois admitidos com fito de construir a unidade de fertilizantes nitrogenados, o que também afasta a caracterização da dispensa em massa.

O Ministro e jurista Maurício Godinho Delgado, em sua obra Curso de Direito do Trabalho (Editora LTr - 1a edição - 2.ª tiragem - pág. 1131), assim discorre acerca da despedida individual e coletiva: "**A despedida individual é a que envolve um único trabalhador, ou que, mesmo atingindo diferentes empregados, não configura ato demissional grupal, ou uma prática maciça de rupturas contratuais (o chamado lay-off). A ocorrência de mais de uma dispensa em determinada**

empresa ou estabelecimento não configura, desse modo, por si somente, despedida coletiva: pode tratar-se de um número disperso de dispensas individuais. Já a despedida coletiva atinge um grupo significativo de trabalhadores vinculados ao respectivo estabelecimento ou empresa, configurando uma prática maciça de rupturas contratuais (lay-off)".

E, ainda, adverte **"que o instituto da despedida coletiva carece de dispositivos legais regulamentadores em nosso ordenamento jurídico"** (pág. 1132).

É, nesse sentido a decisão da Ministra Maria de Assis Calsing, vejamos:

Dissídio coletivo de natureza jurídica. Demissão coletiva. Não configuração. Ausência de fato único alheio à pessoa do empregado.

A dispensa de cento e oitenta empregados ao longo de quatro meses não configura "demissão em massa", pois esta pressupõe um fato único, seja de ordem econômica, tecnológica ou estrutural, alheio à pessoa do empregado. No caso concreto, restou demonstrado que a demissão dos empregados estava dentro dos parâmetros de normalidade do fluxo de mão de obra da empresa, e ocorreu em momento de incremento de produção e recuperação de postos de trabalho, caracterizando-se tão-somente como dispensa plúrima. Com esse entendimento, a SDC, por unanimidade, negou provimento ao recurso ordinário interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, Eletrônico e Fibra Óptica de Campinas e Região. (TST-RO-147-67.2012.5.15.0000, SDC, rel. Min. Maria de Assis Calsing, 15.4.2013)

Portanto, julgo improcedente o pedido de reconhecimento de dispensa em massa, e, por via de consequência, improcedem os pleitos de obrigação de não fazer, consistente em abster-se de promover novas dispensas de empregados até efetiva negociação com o sindicato, sob cominação de multa de R$ 100.000,00, por empregado dispensado, e, ainda, o pleito de nulidade das dispensas efetivadas.

11. PARCELAS DEVIDAS

A primeira ré não comprovou nos autos que tenha realizado o pagamento do salário do mês de dezembro de 2014, ônus que lhe competia, razão pela qual julgo procedente o pedido, exceto em relação aos trabalhadores descritos no tópico 5.1 desta sentença.

Também é de conhecimento desta magistrada, tendo em vista os inúmeros processos individuais já julgados em face do Consórcio UFN III (Galvão Engenharia S.A e Sinopec Petroleum do Brasil Ltda), que a empregadora sempre remunerou aos seus empregados as parcelas denominadas de vale refeição, vale alimentação e auxílio moradia.

Nesse cotejo, não tendo a primeira requerida comprovado a quitação das referidas parcelas, julgo procedente o pedido de pagamento do vale alimentação, vale refeição e auxílio moradia, conforme elencado na planilha (ID 0f4c3db), no que tange aos valores e trabalhadores relacionados.

No tocante ao pagamento do FGTS dos meses de novembro e dezembro/2014 (planilha ID 3b0be77), cabe salientar que é obrigação do empregador depositar mensalmente em conta vinculada do trabalhador o FGTS, desde o início do contrato de emprego até a dispensa do trabalhador, nos termos do art. 15 da Lei 8.036/90.

14554

12 105

A primeira requerida não comprovou o recolhimento do FGTS dos meses acima referidos.

Portanto, julgo procedente o pleito e determino que a primeira reclamada proceda ao recolhimento do FGTS correspondente aos meses de novembro e dezembro/2014, na conta vinculada de cada trabalhador, no prazo de 08 dias do trânsito em julgado desta decisão, a contar de sua intimação para o cumprimento da obrigação de fazer, sob consequência de responder diretamente pelo valor correspondente da obrigação.

Julgo improcedente o pedido de aplicação da multa do art. 477, § 8° da CLT, em relação as dispensas realizadas quando da propositura da Ação Cautelar, pois as verbas rescisórias quitadas naquele feito (0026394-43.2014.5.24.0072) já contemplavam a referida parcela.

Em relação as dispensas realizadas no período de 05 a 13 de janeiro de 2015, julgo procedente a incidência da multa do art. 477, § 8° da CLT, pois os valores bloqueados só foram liberados para quitação das verbas rescisórias no dia 30.01.2015 (ID 028fbbe).

Ainda, a primeira reclamada não comprovou o recolhimento das contribuições previdenciárias e Imposto de Renda, o que impõe a procedência do pedido.

Frise-se que os valores deverão ser apurados em regular liquidação de sentença.

12.PEDIDO SUCESSIVO - CUSTEAR DESPESAS PARA RETORNO DE TRABALHADORES *(Proc.* 0024015-98.2015.5.24.0072 e 0026394-43.2014.5.24.0072)

O sindicato-autor requer sucessivamente que as requeridas sejam obrigadas a custear todas as despesas com o retorno dos trabalhadores e suas respectivas famílias, não residentes em Três Lagoas aos seus locais de origem.

Compulsando, por amostragem o TRCT do trabalhador Rodrigo Nazário Fernandes (ID 1643acd - pág. 49), há menção expressa da verba intitulada "ajuda de custo desmobilização" - rubrica 95.1 (R$ 5.105,63), que remunera os gastos com deslocamento do trabalhador de outra localidade.

Nesse cotejo, tendo em vista que consta expressamente no TRCT, para os trabalhadores oriundos de outras localidades, a verba "ajuda de custo desmobilização", julgo improcedente o pedido.

13.CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E ASSISTENCIAL

A contribuição sindical esta prevista nos art.s 578 e 591 da CLT, possuindo natureza tributária é recolhida compulsoriamente pelos empregadores no mês de janeiro e pelos trabalhadores no mês de abril de cada ano.

O art. 8°, IV, *in fine*, da CR prevê o recolhimento anual por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou se uma profissão liberal, independentemente de serem ou não associados a um sindicato.

Sendo assim, tendo em vista a natureza tributária da contribuição sindical, julgo procedente o pedido de recolhimento em favor do sindicato-autor.

Contudo a obrigação de recolhimento da contribuição sindical ao sindicato-autor já se encontra satisfeita, conforme o alvará judicial (ID 3b0be77).

12106

No que se refere a contribuição assistencial há previsão na Cláusula 32ª do ACT 2014/2015, que dispõe em síntese que empregadora descontará, mês a mês, em folha de pagamento de seus empregados, sindicalizados ou não, a contribuição retributiva de representação/assistencial, no valor de R$ 30,00.

Muito embora, o STF tenha editado a Súmula Vinculante n. 40, entendo que esta não tem aplicabilidade ao presente caso, pois a demanda foi proposta anteriormente a conversão da Súmula n. 666, com efeitos vinculantes.

Por tais razões, julgo procedente o pedido de pagamento de contribuição assistencial.

Quando da liquidação de sentença autorizo a dedução dos valores já recebidos pelo sindicato-autor, no importe de R$ 20.415,47 (contribuição sindical) e R$ 175.857,56 (contribuição assistencial), conforme emerge do alvará judicial (ID 3b0be77).

Indefiro o pleito manejado pela segunda requerida de bloqueio via *bacen jud* dos valores já liberados ao sindicato-autor, cujos efeitos devem aguardar a decisão do Mandado de Segurança n. 0024291-85.2014.5.24.0000, preservando-se a segurança jurídica da prestação jurisdicional.

Verifico que quando da elaboração da planilha de débitos das contribuições sindical e assistencial o sindicato-autor, cienciou 50% (o que totaliza - R$ 196.273,12) dos valores devidos, também em favor do SINTRICOM (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Mobiliário e Montagem de Três Lagoas e Região), por força de acordo em dissídio coletivo.

Sendo assim, determino a liberação da importância de R$ 196.273,12 em favor do SINTRICOM (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Mobiliário e Montagem de Três Lagoas e Região), cujos efeitos devem aguardar a decisão do Mandado de Segurança n. 0024291-85.2014.5.24.0000, preservando-se a segurança jurídica da prestação jurisdicional.

14. OBRIGAÇÃO DE FAZER

Conforme a decisão ID 037a734 (pág. 02), ficou determinado que a partir do mês de fevereiro de 2015, a primeira requerida deveria proceder ao pagamento das verbas rescisórias dos empregados dispensados, culminando-se multa diária de R$ 300,00 por trabalhador pelo descumprimento.

Porém, a primeira requerida não cumpriu sua obrigação de fazer, pois deixou de quitar as verbas rescisórias dos trabalhadores dispensados a partir do mês de fevereiro/2015, conforme p.ex., a trabalhadora Adelina Jesus dos Santos, que foi desligada em 06.04.2015 (ID 1643acd - pág. 27).

Por isso, reconheço e declaro o descumprimento da obrigação de fazer o pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores dispensados a partir do mês de fevereiro/2015, incidindo a multa de R$ 300,00, por dia de atraso, por trabalhador, limitada a prolação desta sentença, cuja destinação será objeto de deliberação por este Juízo, posteriormente.

15.TUTELA ANTECIPADA

14535

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas), **0800 7257282** (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<WALFRIDO ANDRADE NETO, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO CONCEDENDO LIMINAR E SOLICITANDO INFORMAÇÕES:
"VISTOS.CUIDA-SE DE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA, COM PEDIDO LIMINAR, EM QUE É SUSCITANTE GALVÃO ENGENHARIA S.A. ˇ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TENDO COMO SUSCITADOS, DE UM LADO, O JUÍZO DE DIREITO DA 7/A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ E, DE OUTRO, O JUÍZO DA 43/A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG, NO QUAL SE PROCESSA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA N./0 0000464-35-2015-5-03-0181.ALEGA A SUSCITANTE QUE PLEITEOU OS BENEFÍCIOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NOS TERMOS DA LEI N/0 11.101/2005, CUJO PROCESSAMENTO FOI DEFERIDO PELO PRIMEIRO SUSCITADO EM 27/3/2015 (FLS. 96-103).ADUZ QUE: "O PRIMEIRO JUÍZO SUSCITADO É AQUELE EM QUE EM 27.3.2015 DEFERIU O PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA GESA E GALPAR, FIXANDO, POR CONSEGUINTE, SUA COMPETÊNCIA PARA CONHECER TODAS AS AÇÕES QUE VERSEM SOBRE BENS, INTERESSES E NEGÓCIOS DAS RECUPERANDAS E QUE AFETAM A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.DE OUTRO LADO, TEM-SE O JUÍZO DO TRABALHO, PERANTE O QUAL TRAMITA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA PROPOSTA POR WALFRIDO ANDRADE NETO ('RECLAMANTE') CONTRA A GESA, GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. ('GALPAR'), COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL S.A. ('CAB'). GALVÃO FINANÇAS LTDA. ('GALVÃO FINANÇAS') E MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE ("MUNICÍPIO DE BH"). EM CONJUNTOS DENOMINADOS 'RECLAMADOS'.NO QUE TANGE À RECLAMAÇÃO TRABALHISTA SOB ANÁLISE, EM FASE DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA, TEM-SE QUE EM 11.1.2017, O JUÍZO DO TRABALHO DETERMINOU O BLOQUEIO DE CRÉDITOS DETIDOS PELOS RECLAMADOS (E, CONSEQUENTEMENTE, PELAS RECUPERANDAS) CONTRA O MUNICÍPIO DE BH, ATÉ O LIMITE DE R$ 1.355.794,78, COM O ESCOPO DE GARANTIR O PAGAMENTO DO CRÉDITO CONCURSAL PERQUIRIDO PELO RECLAMANTE NOS AUTOS TRABALHISTAS.TEM-SE, ASSIM, COMO>

ÁREA DE COLA

DOBRAR

DESTACAR AQUI

Fabrizzio - FC0731|30

75240183-1

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 20/02 19:06

NÚMERO DO TELEGRAMA
ME579385975BR 20142

DHP 20/02/2017 15:06

210 x 297mm

Correios

Correios

Telegrama

Telegrama

14536

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas), **0800 7257282** (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<CONFIGURADO O CONFLITO" (FL. 02).AFIRMA QUE, DEFERIDO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, É DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL A COMPETÊNCIA PARA DISPOR SOBRE OS BENS DA EMPRESA, CIRCUNSTÂNCIA JÁ RECONHECIDA EM OUTROS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA POR ELA AJUIZADOS NESTA CORTE (CC N/0 139.693/RJ, CC N/0 150.283/RJ, CC N/0 148.838/RJ, CC N/0 145.226/RJ, CC N/0 143.480/RJ, CC N/0 141. 284/RJ, TODOS ENVOLVENDO A ORA SUSCITANTE ˜ FL. 04), DE MODO QUE SE FAZ NECESSÁRIA A CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR PARA (I) SUSTAR OS EFEITOS DOS ATOS DECISÓRIOS PRATICADOS PELO JUÍZO DO TRABALHO, (II) DETERMINAR QUE O JUÍZO DO TRABALHO REVOGUE IMEDIATAMENTE A DECISÃO QUE DETERMINOU O BLOQUEIO DOS ATIVOS FINANCEIROS DA EMPRESA OU A REMESSA DA DISCUSSÃO DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO E (III) O SOBRESTAMENTO DO PROCEDIMENTO TRABALHISTA, COM A DESIGNAÇÃO DO JUÍZO EMPRESARIAL PARA APRECIAR MEDIDAS URGENTES (FL. 16).REQUER, AO FINAL, O CONHECIMENTO DO CONFLITO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA 7/A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ PARA DECIDIR O DESTINO DOS BENS INDEVIDAMENTE PENHORADOS.É, NO ESSENCIAL, O RELATÓRIO. INICIALMENTE, INDEFIRO O PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES BLOQUEADOS OU PENHORADOS, PORQUANTO NÃO É CASO DE LEVANTAMENTO DE QUALQUER CONSTRIÇÃO, POR SE TRATAR AQUI DE MERO CONFLITO DE COMPETÊNCIA.A ANÁLISE DO PRESENTE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA INDICA QUE O REQUERIMENTO LIMINAR MERECE DEFERIMENTO, HAJA VISTA O DISPOSTO NOS ARTS. 6/0, § 2/0, E 47 DA LEI N/0 11.101/2005, NORMAS VOLTADAS A POSSIBILITAR A RECUPERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA QUE SE ENCONTRA EM DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO, FAVORECENDO, DENTRO DO POSSÍVEL, A SUA PRESERVAÇÃO.POR ESSE MOTIVO, NECESSÁRIO OBSERVAR, QUANTO À EXECUÇÃO DO PASSIVO DA SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, O PLANO APROVADO PELO JUÍZO EMPRESARIAL.RESSALTE-SE QUE A HIPÓTESE>

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 20/02 19:06

NÚMERO DO TELEGRAMA

ME579385975BR 20142

DHP 20/02/2017 15:06

ÁREA DE COLA

DOBRAR

DESTACAR AQUI

Fabrizzio - FC0731V30

75240183-1

210 x 297mm

Correios

Telegrama

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas), **0800 7257282** (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

94537

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<EM ANÁLISE NOS AUTOS FOI OBJETO DE EXAME PELA SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, OCASIÃO EM QUE SE RECONHECEU COMPETIR AO JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DECIDIR SOBRE ATOS EXECUTIVOS OU CONSTRITIVOS DOS BENS DAS SOCIEDADES EM RECUPERAÇÃO. NESSE SENTIDO:"AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.1. ENCONTRA-SE PACIFICADO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE O ENTENDIMENTO DE QUE, DEFERIDO O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, AS AÇÕES E EXECUÇÕES TRABALHISTAS DEVEM PROSSEGUIR NO ÂMBITO DO JUÍZO UNIVERSAL, MESMO NOS CASOS DE PENHORA ANTERIOR OU NAQUELES EM QUE ULTRAPASSADO O PRAZO DE SUSPENSÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 6/0, § 4, DA LEI 11.101/2005.2. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO." (AGINT NO CC 146. 036/RS, REL. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 14/09/2016, DJE 20/09/2016.)"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA – AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO – REDISCUSSÃO DO JULGADO – DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR – PRECEDENTES DO STJ.1. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, A TEOR DAS DISPOSIÇÕES DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SÃO INVIÁVEIS QUANDO INEXISTE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NA DECISÃO EMBARGADA.2. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL DO ACÓRDÃO EMBARGADO. RECURSO DOTADO DE CARÁTER MANIFESTAMENTE INFRINGENTE. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS APONTADOS, OBJETIVANDO À REDISCUSSÃO DA MATÉRIA, JÁ REPETIDAMENTE DECIDA.3. O JUÍZO RESPONSÁVEL PELA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DETÉM A COMPETÊNCIA PARA DIRIMIR TODAS AS QUESTÕES RELACIONADAS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, AO PROCEDIMENTO EM APREÇO, INCLUSIVE AQUELAS QUE DIGAM RESPEITO À ALIENAÇÃO JUDICIAL CONJUNTA>

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 20/02 19:06

NÚMERO DO TELEGRAMA ME579385975BR 20142

DHP 20/02/2017 15:06

AREA DE COLA

DOBRAR

DESTACAR AQUI

75240183-1

Fabrizio - FC0731/30

210 x 297mm

Correios

Correios

Telegrama

Telegrama

14538

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas), **0800 7257282** (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<OU SEPARADA DE ATIVOS DA EMPRESA RECUPERANDA, DIANTE DO QUE ESTABELECEM OS ARTS. 6/0, CAPUT E § 2/0, 47, 59 E 60, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 11.101/2005.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS." (EDCL NO AGRG NO AGRG NO CC 99.233/RJ, REL. MINISTRO MARCO BUZZI, DJE DE 19/11/2014.)"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. JUÍZO UNIVERSAL. PRECEDENTES DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA QUE CONHECEU DO CONFLITO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2/A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (AGRG NO CC 118.908/SP, REL. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 27/08/2014, DJE DE 26/09/2014.)ANTE O EXPOSTO, DEFIRO A LIMINAR, EXCLUSIVAMENTE PARA DETERMINAR A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO NA RECLAMATÓRIA TRABALHISTA N./0 0000464-35-2015-5-03-0181, EM TRÂMITE PERANTE O JUÍZO DA 43/A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE /MG, BEM COMO PARA DESIGNAR O JUÍZO DE DIREITO DA 7/A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ PARA DECIDIR, PROVISORIAMENTE, ACERCA DAS MEDIDAS URGENTES REQUERIDAS (ART. 955 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). COMUNIQUE-SE, COM URGÊNCIA, O INTEIRO TEOR DESTA DECISÃO AOS JUÍZOS SUSCITADOS, SOLICITANDO-LHES INFORMAÇÕES, QUE DEVEM SER PRESTADAS NO PRAZO LEGAL (ART. 954 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL).APÓS, DÊ-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE.BRASÍLIA (DF), 20 DE JANEIRO DE 2017." ASSIM, SOLICITO-LHE QUE SEJAM PRESTADAS AS NECESSÁRIAS INFORMAÇÕES PREFERENCIALMENTE POR MALOTE DIGITAL (RESOLUÇÃO N/0 100 DE 24/11/ 2009/CNJ) OU, NA IMPOSSIBILIDADE DA TRANSMISSÃO, AO ENDEREÇO ELETRÔNICO: PROTOCOLO.JUDICIAL@STJ.JUS.BR ATENCIOSAMENTE, MINISTRO>

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 20/02 19:06

NÚMERO DO TELEGRAMA

ME579385975BR 20142

DHP 20/02/2017 15:06

ÁREA DE COLA

DOBRAR

DESTACAR AQUI

Fabrizzio - FC0731/30

75240183-1

210 x 297mm

Correios

Correios

Telegrama

Telegrama

Recibo de Telegrama	Data ____/____/____	Hora ____ h ____	ME579385975BR 20142
	Nome Legível do Recebedor		
Uso dos Correios	Rubrica do Carteiro	Matrícula	Tipo/Serviços Adicionais DHP 20/02/2017 15:06

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas), **0800 7257282** (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

14539

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<HUMBERTO MARTINS, VICE--PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.".
ASSIM, SOLICITO-LHE QUE SEJAM PRESTADAS AS NECESSÁRIAS INFORMAÇÕES PREFERENCIALMENTE POR MALOTE DIGITAL (RESOLUÇÃO N/0 100 DE 24/11/2009/CNJ) OU, NA IMPOSSIBILIDADE DA TRANSMISSÃO, AO ENDEREÇO ELETRÔNICO: PROTOCOLO.JUDICIAL@STJ.JUS.BR ATENCIOSAMENTE, MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, RELATOR.SEGUNDA SEÇÃO.SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TELEFONES: (61) 3319.8000 (CENTRAL)/ (61) 3319.8410 (INFORMAÇÕES PROCESSUAIS)/ (61) 3319.8242/8243 (PROTOCOLO DE PETIÇÕES)/(61) 3319.8700/8194/8195 (PROTOCOLO DE FAXES)/WWW.STJ.JUS.BR (SITE OFICIAL)/ENTES PÚBLICOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO PODEM UTILIZAR O MALOTE DIGITAL PARA AS COMUNICAÇÕES OFICIAIS (RES/CNJ N. 100, de 24.11.2009)>>

REMETENTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
AVENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL, SALA 706
CENTRO
20020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 20/02 19:06

NÚMERO DO TELEGRAMA
ME579385975BR 20142

DHP 20/02/2017 15:06

DESTACAR AQUI

DOBRAR

ÁREA DE COLA

Fabrizzio - FC0731/30

75240183-1

210 x 297mm

Correios

Telegrama

Telegrama

Correios

TENTATIVAS DE ENTREGA			RUBRICA
DATA / / HORA h			
DATA / / HORA h			
DATA / / HORA h			

Anotações complementares

14555

12107

Confirmo e torno definitiva a tutela antecipada concedida para fins de pagamento das verbas rescisórias em relação aos 592 trabalhadores dispensados a partir de 03 até 13 de janeiro de 2015, multa de 40% do FGTS e pensões alimentícias (ID 037a734).

Indefiro a tutela antecipada em relação aos pedidos reconhecidos nessa sentença a título de salários atrasados (mês de dezembro/2014), vale alimentação, vale refeição, auxílio moradia, recolhimento de FGTS, multa do art. 477, § 8° da CLT, pois não há receio de dano irreparável ou de difícil reparação, até porque, os recursos nessa Especializada não possuem efeito suspensivo.

16. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA PRIMEIRA, SEGUNDA E TERCEIRA RECLAMADAS E SUBSIDIÁRIA DAS QUARTA RECLAMADA

Quanto a responsabilidade das requeridas, este juízo já apreciou a matéria no Processo n. 26394-43.2014.5.24.0072, cujas razões de decidir passo a adotá-las:

"No tocante a responsabilidade das consorciadas (GALVÃO ENGENHARIA S.A E SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA), tem-se que o consórcio é o modo de organização empresarial (art. 278 e ss da Lei 6.404/67). Trata-se de uma integração horizontal entre empresas, a estabelecer uma relação de coordenação de interesses autônomos, visando a um fim específico e comum.

Embora não haja subordinação entre as empresas que integram o consórcio, há conjugação de esforços e cooperação administrativa.

O art. 33, V da Lei 8.666/93, dispõe o seguinte:

"Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

(...)

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato".

Percebe-se da norma comento, que a previsão da responsabilidade solidária entre os integrantes de consórcio está vinculada ao fato de não existir uma pessoa jurídica única assumindo a participação na licitação e na execução do contrato, eis que o consórcio é figura desprovida de personalidade jurídica.

Nesse cotejo para se evitar que a Administração tenha que ingressar em face de todos os integrantes para viabilizar o cumprimento da obrigação, a Lei de Licitação instituí a responsabilidade solidária entre eles.

Se ao Estado é garantida a responsabilidade solidária na contratação entre consórcio, quiçá na relação de emprego, na qual vige o princípio da proteção, bem como a eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

Ainda que assim não fosse, emerge do Instrumento Particular de Constituição do Consórcio a declaração expressa de responsabilidade solidária dos integrantes do consórcio, vejamos:

"4.4 - AS CONSORCIADAS, declaram expressamente que responderão solidariamente, perante a PETROBRÁS, pelos atos praticados em nome do CONSÓRCIO em relação a toda execução do CONTRATO.

4.5 - cada CONSORCIADA responderá individual e solidariamente pelas exigências de ordem fiscal e administrativa, trabalhistas, previdenciária e ambiental pertinentes a execução do objeto da licitação até a conclusão final dos trabalhos que vierem a ser realizados pelo consórcio."

Portanto, resta evidenciada a responsabilidade solidária das consorciadas.

Em relação a demandada Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRÁS -, embora este juízo tenha se manifestado em feitos individuais pela ausência de responsabilidade subsidiária, utilizando-se do entendimento sedimentado do c. TST, por meio da Orientação Jurisprudencial n. 191, entendo que o caso em tela, difere daqueles, pois é indene de dúvidas a ausência de pagamento das verbas rescisórias, ou seja, reconhecida a inidoneidade financeira da prestadora de serviços (CONSÓRCIO UFN III).

Além do mais, a "operação lava-jato", investiga o envolvimento de recebimento de propinas na ordem de 100.000,00 a 150.000,00, por mês, em relação a três diretores da Petrobrás, inclusive sendo citada a empresa GALVÃO ENGENHARIA S.A, que compõe o consórcio, ora demandado, o que gera incerteza quanto a regularidade do contrato celebrado entre as partes.

Logo, havendo dúvidas acerca da regularidade da contratação entre o CONSÓRCIO UNF III e a PETROBRÁS, entendo inaplicável, no presente caso, a OJ 191 da SBDI/TST.

Ademais, cabe salientar que o valor social do trabalho é inscrito como fundamento da República, de modo que não pode o Poder Judiciário vendar os olhos para uma questão tão delicada e cara a todos os trabalhadores da cidade.

Como se sabe, o dano provocado pelo inadimplemento de verbas rescisórias a inúmeros trabalhadores provoca caos social, afetando não só os trabalhadores, mas toda a economia local, aumentando a inadimplência e freando os gastos do comércio".

No que se refere a alegação da 2ª ré de que não possui qualquer responsabilidade pela execução do contrato de fornecimento de bens e serviços pelas demais rés, considerando a redação do art. 71 da Lei n. 8.666/93, cuja constitucionalidade fora declarada pelo STF na ADC n. 16/DF.

Analiso.

Sabe-se que a terceirização de mão-de-obra tem como objetivo reduzir os custos de produção, o que acarreta a limitação de direitos trabalhistas. Sendo assim, a regularidade da terceirização submete-se, à evidência, ao disposto no art. 9º da CLT, que prevê: *"Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação".*

14556

12109

Pois bem. O parágrafo primeiro do art. 71 da Lei n. 8.666/93, declarado constitucional pelo STF, em recente decisão proferida na ADC n. 16, exclui qualquer responsabilidade da Administração Pública quanto às dívidas trabalhistas dos empregados das empresas por si contratadas, *in verbis*:

> *Art.71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.*
>
> *§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.*

A interpretação literal de referido dispositivo poderia levar-nos à errônea conclusão de que a Administração Pública jamais responde pela inadimplência da empresa contratada, o que chancelaria a conivência com o descumprimento de direitos constitucionais básicos dos trabalhadores, como se nenhum dever de fiscalização tivesse. Aludido dispositivo deve, isso sim, ser interpretado em conformidade à Constituição da República de forma sistemática, impedindo apenas a responsabilização automática pelos débitos das empresas com quem contrata, sendo imperiosa a análise de eventual culpa da Administração Pública na fiscalização da atividade.

Inscre-se dentre os deveres da Administração a fiscalização da execução dos contratos administrativos, seja em relação ao seu objeto principal, seja em relação à observância dos direitos previstos em favor dos trabalhadores empregados da prestadora de serviços, conforme preceitua o art. 67 da Lei n. 8.666/93. Assim reconheceu o Supremo Tribunal Federal nos autos da ADC n. 16, conforme notícia veiculada no sítio da Corte Suprema (Informativo n. 610 do STF, de 22 a 26 de novembro de 2010):

> *"Em conclusão, o Plenário, por maioria, julgou procedente pedido formulado em ação declaratória de constitucionalidade movida pelo Governador do Distrito Federal, para declarar a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93 (...)*
>
> *Quanto ao mérito, entendeu-se que a mera inadimplência do contratado não poderia transferir à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento dos encargos, mas **reconheceu-se que isso não significaria que eventual omissão da Administração Pública, na obrigação de fiscalizar as obrigações do contratado, não viesse a gerar essa responsabilidade**. (...)*

A análise deve ser realizada diante dos casos concretos postos à apreciação do Poder Judiciário, de modo que se possa, diante do contexto probatório trazido à lume, averiguar-se se foram atendidas as diligências necessárias pelo Poder Público a fim de verificar o atendimento da contratada às determinações legais e constitucionais quanto à proteção dos direitos trabalhistas, isso porque, como já ressaltado, o dever de fiscalização imposto pela própria Lei de Licitações não se limita ao

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA
https://pje.trt24.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=15050709250791600000002750521
Número do documento: 15050709250791600000002750521

cumprimento do objeto do contrato, mas de tudo o que o rodeia, como o recolhimento da tributação cabível, a prestação de contas e, o mais importante, o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária.

No caso concreto, não há prova de que a segunda ré tenha efetivamente fiscalizado (repisa-se a prova é documental) a prestação de serviços por parte da primeira, terceira e quarta rés, especialmente no que respeita à regularidade dos vínculos de emprego por si mantidos, mesmo que se entenda pela regularidade do processo licitatório ventilado e, por consequência, a inexistência de culpa *in eligendo* e *in contrahendo*, ônus processual que lhe incumbia.

Novamente, saliento que a segunda ré não anexou ao processo quaisquer documentos que demonstrem efetivamente a fiscalização, conforme, inclusive consta elencado no contrato de fornecimento de bens e serviços (ID 1614743), tais como comprovação de adimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e do recolhimento do FGTS (item 2.3.6), guias GFIP (item 2.3.8.1) e GPS (2.3.8.2).

Logo, na medida em que os entes particulares respondem subsidiariamente pelas parcelas trabalhistas eventualmente inadimplidas pelas empresas com as quais firmam contratos, a concessão de tratamento desigual aos entes da Administração Pública não pode prosperar, também em respeito ao princípio constitucional da isonomia, sendo defesa a aplicação de tratamento desigual do ente estatal em relação aos particulares em casos idênticos: terceirização de serviços. Nesse sentido, o Poder Público, ainda mais que os particulares, tem o dever de procurar fazer a melhor escolha dos serviços que contrata, não sendo os processos de licitação empecilho para tanto, mas mecanismo de realização do melhor negócio, bem como de fiscalizá-los devidamente, obedecendo aos princípios da legalidade e moralidade contidos no art. 37 da Constituição da República, sob pena de caracterização de culpa *in vigilando*, e, por consequência, responsabilização pelos prejuízos trabalhistas causados pelas empresas contratadas aos seus empregados.

Resta evidente, portanto, que a segunda requerida não se desincumbiu de sua obrigação de zelar pela incolumidade dos direitos dos trabalhadores que lhe prestaram serviços.

Por tais razões, reconheço a responsabilidade subsidiária da demandada **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS**.

17. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O sindicato-autor postula a condenação das rés na verba honorária.

Frise-se que a assistência conferida pelo sindicato à categoria, na condição de substituto processual, equivale à situação em que a entidade patrocina ações individuais, não havendo razão para que nesta última hipótese haja a condenação na parcela honorária, e na primeira não.

Por tais razões arbitro os honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da condenação.

18. OFÍCIO

Determino que seja oficiado ao MPF para apuração de possível fraude perpetrada pela empresa Galvão Engenharia S.A e a Vinci Crédito e Desenvolvimento I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, ao entabularem o suposto "contrato de cessão fiduciária", inclusive com cópia dos documentos Ids 2089aec até c2fc965.

14557

12111

19.CORREÇÃO MONETÁRIA

Considerando que o STF declarou inadequada a TR como fator de correção monetária (ADI 493), e inconstitucional a expressão "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança", constante do § 12 do art. 100 da CF (ADI 4357), reputo invalidada a regra específica (Lei nº 8.177/91, art. 39, "caput"). Diante disso, determino aplicação analógica do IPCA-E (CLT, art. 8º c/c art. 27 da Lei nº. 12.919/2013 e art. 27 da Lei nº. 13.080/2015), índice de correção de precatórios - inclusive em relação aos débitos trabalhistas -, também adotado pelo Banco Central para medição "oficial" da inflação.

20. DEDUÇÃO

Autorizo a dedução dos pagamentos comprovadamente realizados em idênticos títulos.

21. BANCO DE DADOS DOS TRABALHADORES BENEFICIADOS

Para fins de se evitar o enriquecimento sem causa, determino que a Secretaria da Vara elabore uma listagem contendo os nomes de todos os trabalhadores que receberam as parcelas devidas no momento rescisório, inclusive com a descrição destas, tanto na Ação Cautelar, quanto na Ação Civil Coletiva, que ficará à disposição das partes e advogados para consulta.

DA AÇÃO CAUTELAR - Processo n. 0026394-43.2014.5.24.0072

1. IDENTIDADE DE MATÉRIAS

Saliento que as objeções e insurgências idênticas já foram apreciadas no Processo n. 0024015-98.2015.5.24.0072 (Ação Civil Coletiva), sendo que neste momento analiso apenas as questões específicas apontadas pelas partes na Ação Cautelar.

2. NÃO CABIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES

A segunda requerida (PETROBRAS) alega em sua defesa que se encontram ausentes os requisitos do *fumus boni iuris e periculum in mora* ao argumento de que a plausibilidade do direito, deve ser provado mediante provas que instruirão a peça vestibular da cautelar. E, quanto ao *periculum in mora*, afirma que resta patente sua inexistência, em relação à Petrobras.

Daniel Amorim Assumpção Neves (Manual de Direito Processual Civil - vol. Único - 5ª edição -ed. Método - pág. 1214), assim discorre acerca da tutela cautelar: **"A tutela cautelar é concedida mediante cognição sumária, diante da mera probabilidade de o direito material existir. Trata-se da exigência do fumus boni iuris, que para parcela significativa da doutrina significa que o juiz deve conceder tutela cautelar fundado em juízo de simples verossimilhança ou de probabilidade, não se exigindo um juízo de certeza, típico da tutela definitiva"**. (grifei)

À toda evidência a presente demanda cautelar reúne todos os requisitos necessários para seu regular processamento, pois restou amplamente demonstrada a aparência do bom direito e o perigo da demora.

12112

Ademais era público e notório que um grande número de trabalhadores foi dispensado sem o recebimento de suas verbas rescisórias, não apenas nesta urbe, mas em todas as cidades nas quais obras da segunda requerida estavam sendo executadas.

Diante do exposto, rejeito a arguição de segunda reclamada, pois presentes os requisitos necessários.

3.CERCEAMENTO DE DEFESA - VIOLAÇÃO AOS ART. 5º, LIV E LV, DA CR

A segunda ré suscita cerceamento de defesa asseverando que houve violação da imparcialidade do julgador, devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Não há falar em cerceamento de defesa, pois ao contrário do alegado pela ré, este juízo é imparcial, porém, não inerte diante de situações em que se espera uma conduta ativa do Judiciário.

Cabe asseverar que o juiz passa a desempenhar o seu papel social na medida em que perquire acerca de seus valores e concepções filosóficas e investiga os pressupostos do caso sob julgamento. Tal operação torna possível um julgamento mais amarrado à realidade e com maior responsabilidade na efetivação da justiça.

Além do mais o valor social do trabalho é inscrito como fundamento da República, de modo que não pode o Poder Judiciário vendar os olhos para uma questão tão delicada e cara a todos os trabalhadores que estavam privados de suas verbas rescisórias.

Ainda, foi devidamente observado o princípio do devido processo legal, contraditório e ampla defesa da ré, pois foi intimada de todos os atos processuais, apresentou defesa e produziu as provas necessárias para o deslinde da questão.

Desta feita, rejeito a arguição da ré.

4.INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - PRESTAÇÃO DE CONTAS PELO SINDICATO

A segunda ré vindica que o sindicato-autor preste contas dos valores despendidos para pagamentos dos trabalhadores, nos moldes do art. 914 do CPC.

O art. 914 do CPC trata da ação de prestação de contas que possui rito próprio, sendo incompatível seu trâmite com a presente Ação Cautelar e Ação Civil Coletiva, pois não pode ser recebida como um mero pedido contraposto.

Nesse diapasão, extingo sem resolução de mérito a pretensão de Ação de Prestação de Contas, por não se mostrar adequado com o trâmite das demandas, ora, analisadas.

5.DAS VERBAS NÃO-ALIMENTARES

A 2ª ré alega que o sindicato-autor vindicou o pagamento de diversas verbas de natureza não alimentares, a exemplo da multa do art. 477 pelo suposto atraso no pagamento das verbas rescisórias e do art. 467 da CLT.

14558

12113

Saliento que as parcelas indicadas pelo sindicato-autor são aquelas devidas no momento rescisório que não se restringem apenas aos títulos denominados de aviso-prévio, férias acrescidas do terço constitucional, salários trezenos, FGTS e multa de 40%, mas a todos os valores devidos pelo empregador no ato de encerramento do contrato de emprego.

O que se entende por verba alimentar?

Por certo, "verba alimentar" é um conceito amplo, inclusive, parte da jurisprudência tem entendido que os honorários advocatícios possuem natureza alimentar.

Portanto, a alegação da ré, é frágil, não afastando a correção na liberação por este juízo dos valores devidos no momento rescisório aos trabalhadores dispensados pela primeira requerida.

No mais, responsabilização subsidiária da segunda reclamada implica em todos os direitos do trabalhador relativo ao período em que usufruiu da mão-de-obra, não havendo fundamento para excluir as demais parcelas decorrentes do extinto contrato de trabalho, inclusive decorrente da incidência de multas revertidas ao trabalhador.

6.ALTERAÇÃO DE PARADIGMA PROCESSUAL - SUBVERSÃO DA ORDEM JURÍDICA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Não houve subversão da ordem jurídica, ao contrário, foi observada a ordem de preferência para satisfação das verbas devidas aos trabalhadores, aliás, incontroversas, pois os termos rescisórios foram confeccionados e assinados pelo empregador (CONSÓRCIO UFNIII).

De início foi encaminhada ordem de bloqueio dos valores existentes em instituições financeiras em nome do Consórcio UFN III, Galvão Engenharia Ltda e Sinopec Petroleum do Brasil Ltda.

Na audiência de tentativa de conciliação realizada no dia 15.12.2014 (ID 541cc18), o Consórcio afirmou que **"não tem condições financeiras de quitas os débitos com os trabalhadores"**, situação que foi confirmada com o retorno das ordens de bloqueio como insuficientes.

Inexistindo valores em nome das devedoras principais, redireciona-se a ordem de satisfação do crédito em face da responsável subsidiário, o que foi realizado.

Ou seja, primeiro buscou-se a satisfação do crédito em face do devedor principal, restando insuficiente, redirecionou-se o provimento para o responsável subsidiário.

Portanto, rejeito a arguição.

7. DA NÃO ACEITAÇÃO POR PARTE DA PETROBRAS DE FIGURAR COMO DEPOSITÁRIA DOS BENS DO CONSÓRCIO ARRESTADOS

A arguição da requerida é despicienda, pois em nenhum momento esta foi considerada depositária dos bens arrestados do Consórcio, até porque se assim o fosse, seria lavrado o termo de recebimento e responsabilidade pelos bens, o que inexiste nos autos.

Aliás, os bens já estão sendo depositados em favor terceiros, em atendimento a decisões da Justiça Comum Estadual (Processos n. 0800309-90.2015.8.12.0021, 0800332-36.2015.8.12.0021 e 0800309-90.2015.8.12.0021).

Logo, rejeito a arguição.

8.BLOQUEIOS DE BENS E VALORES

Torno por definitivo os bloqueios de bens e valores realizados no presente processo.

Converto o bloqueio de bens do Consórcio UNF III, Galvão Engenharia S.A e Sinopec Petroleum do Brasil Ltda., em arresto visando garantir a efetividade da entrega da prestação jurisdicional. dos processos que tramitam em face das rés nesta Especializada.

Quanto ao bloqueio de valores, determino que o saldo remanescente seja transferido ao Processo n. 0024015-98.2015.5.24.0072 (Ação Civil Coletiva).

9. CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR E LIBERAÇÃO DE VALORES

Torno por definitiva a liminar concedida (ID 19a4ab5) e também a liberação de valores (ID 60f8e22).

CONCLUSÃO

AÇÃO CIVIL COLETIVA - Processo n. 0024015-98.2015.5.24.0072

Ante o exposto, na ação civil pública com pedido de antecipação de tutela movida por **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA** em face de**CONSÓRCIO UFN III, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, GALVÃO ENGENHARIA S.A E SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA**, decido:

- extinguir sem resolução de mérito a pretensão ao pagamento de adiantamento de salário do mês de janeiro/2015; Rescisões de Contrato de Trabalho de 52 trabalhadores demitidos posteriormente a propositura desta ação principal; FGTS pendente das Rescisões de Contratos de Trabalho de 52 trabalhadores; Multa do artigo 477 da CLT dos trabalhadores dispensados após a proposição da ação, conforme petição ID d0fdad8 (pág. 04/05).

- extinguir de ofício sem resolução de mérito a pretensão a percepção de "reembolso", constante da planilha (ID 1940605), com fulcro no art. 267, IV do CPC.

- extinguir de ofício sem resolução de mérito a pretensão elencada no item VI, tópico 3, alíneas "a", "b", "c", "d", "f", do rol de pedidos, com fulcro no art. 267, IV do CPC.

- extinguir de ofício sem resolução de mérito a pretensão a percepção de PLR (Planilha - ID 57c9db2), com fulcro no art. 267, VI do CPC.

- extinguir de ofício sem resolução de mérito (art. 267, VI do CPC) a pretensão de pagamento de salários atrasados a contar do mês de dezembro de 2014 (vencidos e vincendos) em relação a 142 trabalhadores (conforme listagem - ID 5373c5b), bem como àqueles elencados na planilha salários janeiro/2015 (ID dfab67d).

14559

12115

Ainda, decido rejeitar as demais preliminares eriçadas. E, no mérito julgar **parcialmente procedentes** os pedidos da inicial, declarando e condenando a primeira, terceira e quarta requeridas de forma solidária e a segunda requerida de forma subsidiária em:

- pagamento do salário do mês de dezembro de 2014 dos trabalhadores, exceto em relação aos trabalhadores descritos no tópico 5.1 desta sentença.

- vale alimentação, vale refeição e auxílio moradia, conforme elencado na planilha (ID 0f4c3db), no que tange aos valores e trabalhadores relacionados.

- FGTS dos meses de novembro e dezembro/2014.

- multa do art. 477, § 8º da CLT (dispensas ocorridas no período de 05 a 13 de janeiro/2015).

- multa pelo descumprimento da obrigação de fazer, correspondente a R$ 300,00, por dia de atraso, no pagamento das verbas rescisórias das dispensas efetuadas a partir de fevereiro/2015 até a prolação desta sentença, cuja destinação será objeto de deliberação por este Juízo, posteriormente.

- contribuições sindical e assistencial devida ao sindicato-autor.

- contribuição sindical e assistencial em favor do SINTRICOM (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Mobiliário e Montagem de Três Lagoas e Região), no valor de R$ 196.273,12, cujos efeitos devem aguardar a decisão do Mandado de Segurança n. 0024291-85.2014.5.24.0000, preservando-se a segurança jurídica da prestação jurisdicional.

Determino que a primeira reclamada proceda ao recolhimento do FGTS correspondente aos meses de novembro e dezembro/2014, na conta vinculada de cada trabalhador, no prazo de 08 dias do trânsito em julgado desta decisão, a contar de sua intimação para o cumprimento da obrigação de fazer, sob consequência de responder diretamente pelo valor correspondente da obrigação.

Também determino que a primeira reclamada promova o recolhimento das contribuições previdenciárias e Imposto de Renda, incidentes sobre os salários dos trabalhadores, no prazo de 08 dias do trânsito em julgado desta decisão, a contar de sua intimação para o cumprimento da obrigação de fazer, sob consequência de responder diretamente pelo valor correspondente da obrigação.

Confirmo e torno definitiva a tutela antecipada concedida para fins de pagamento das verbas rescisórias em relação aos 592 trabalhadores dispensados a partir de 03 até 13 de janeiro de 2015, multa de 40% do FGTS e pensões alimentícias (ID 037a734).

Para fins de se evitar o enriquecimento sem causa, **determino que a Secretaria da Vara elabore uma listagem contendo os nomes de todos os trabalhadores que receberam as parcelas devidas no momento rescisório, inclusive com a descrição destas, tanto na Ação Cautelar, quanto na Ação Civil Coletiva, que ficará à disposição das partes e advogados para consulta**.

Tudo nos termos da fundamentação supra que passa a integrar o presente dispositivo para todos os efeitos legais.

Liquidação por cálculos. Correção monetária a partir da exigibilidade do crédito, observada a época própria com aplicação analógica do IPCA-E (CLT, art. 8º c/c art. 27 da Lei nº. 12.919/2013 e art. 27 da Lei nº. 13.080/2015), índice de correção de precatórios - inclusive em relação aos débitos trabalhistas -, também adotado pelo Banco Central para medição "oficial" da inflação. Quanto a indenização por dano moral deve ser observada a S. 439 do TST.

Juros moratórios, a contar do ajuizamento da ação, (CLT, art. 883), com observância da Súmula n. 200/TST.

Recolhimentos previdenciários e fiscais, na forma da lei. Para os efeitos do art. 832, § 3º, da CLT, observar-se-á quanto a natureza salarial as parcelas integrantes do salário-de-contribuição, conforme dispõe o art. 28 da Lei 8.212/91, excluindo-se aquelas expressamente relacionadas no § 9º do mesmo dispositivo legal.

Autorizo a dedução dos pagamentos comprovadamente realizados em idênticos títulos.

Honorários advocatícios em favor do sindicato-autor, no importe de 10% do valor da condenação.

Custas processuais pela primeira, terceira e quarta requeridas de forma solidária, sendo a segunda requerida de forma subsidiária, no importe de R$ 14.000,00, calculadas sobre R$ 7.000.000,00, valor provisório arbitrado à condenação.

Determino que seja oficiado ao MPF para apuração de possível fraude perpetrada pela empresa Galvão Engenharia S.A e a Vinci Crédito e Desenvolvimento I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, ao entabularem o suposto "contrato de cessão fiduciária", inclusive com cópia dos documentos Ids 2089aec até c2fc965.

Intime-se a PGFN.

AÇÃO CAUTELAR - Processo n. 0026394-43.2014.5.24.0072

Ante o exposto, na Ação Cautelar com pedido de liminar movida por **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA** em face de**CONSÓRCIO UFN III** e **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** decido extinguir de ofício sem resolução de mérito a pretensão de Ação de Prestação de Contas, por não se mostrar adequado com o trâmite da Ação Cautelar. Rejeitar as preliminares criçadas, e no mérito:

- reconhecer e declarar definitivo os bloqueios de bens e valores realizados no presente processo.

- converter o bloqueio de bens do Consórcio UNF III, Galvão Engenharia S.A e Sinopec Petroleum do Brasil Ltda., em arresto visando garantir a efetividade da entrega da prestação jurisdicional, dos processos que tramitam em face das rés nesta Especializada.

- determinar que o saldo remanescente do bloqueio efetuado, seja transferido ao Processo n. 0024015-98.2015.5.24.0072 (Ação Civil Coletiva).

Tudo nos termos da fundamentação supra que passa a integrar o presente dispositivo para todos os efeitos legais.

14560

12117

Custas processuais pela primeira requerida, sendo a segunda requerida de forma subsidiária, no importe de R$ 65.992,35, calculadas sobre R$ 32.996.175,62, valores liberados para satisfação dos créditos, os quais equivalem à condenação.

Intimem-se as partes, sendo o Ministério Público do Trabalho, de forma pessoal (art. 18, inciso II, alínea 'h' e art. 84, inciso IV, da Lei Complementar 75/93).

Nada mais.

Daniela Rocha Rodrigues Peruca

Juíza do Trabalho Substituta

12118

Processo nº 0024015-98.2015.5.24.0072 e 0026394-43.2014.5.24.0072

Autor: **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA**

Ré: **CONSÓRCIO UFN III, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, GALVÃO ENGENHARIA S.A, SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA**

Data do Julgamento: 07.05.2015

S E N T E N Ç A

RELATÓRIO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA, qualificado na inicial, ajuizou **AÇÃO CIVIL COLETIVA** c/c com pedido de antecipação de tutela em face de **CONSÓRCIO UFN III, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, GALVÃO ENGENHARIA S.A, SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA,** também qualificadas, alegando em síntese que na data de 05.12.2014, após as manifestações dos trabalhadores, quando obstruíram o acesso à empresa e bloquearam duas rodovias federais de suma importância para o trafego estadual, representantes das empresas rés procuraram o autor para negociarem o pagamento de recurso liberado pela justiça (tal recurso não se confunde com o bloqueio judicial da ação cautelar e sim uma liberação de valores depositado em uma conta específica da Petrobras para liberação ao Consórcio, que havia sido bloqueada em outra ação) à primeira reclamada para que os trabalhadores liberassem o acesso às obras e as respectivas rodovias. Não obstante a negociação ocorrida em data de 05.12.14, os valores disponibilizados ao pagamento dos trabalhadores, apenas foi um paliativo, que minimizou em parte o sofrimento dos trabalhadores, porém após este evento e até a presente data a primeira reclamada não efetuou espontaneamente nenhum pagamento a seus funcionários, nem a título de salário e nem a título de verbas rescisórias. Também, alega que as dispensas ocorreram unilateralmente, sem qualquer negociação coletiva.

O autor vindica os seguintes pleitos: **a)** sejam mantidos os bloqueios judiciais, levados a efeito na ação cautelar processo nº 0026394-46.2014.5.24.0072, no valor de R$ 49.880.427,02 (quarenta e nove milhões, oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e vinte e sete reais e dois centavos) R$ 16.115.748,60 e bloqueados mais (dezesseis milhões, cento e quinze mil, setecentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), completando o valor de R$ 65.996.175,62 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e seis mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), valor necessário para satisfação total das verbas rescisórias, salários e encargos (os estritamente legais); **b)** Em caso de não efetivação dos bloqueios judiciais, dos demais valores complementares para se atingir os R$ 65.996.175,62, requer sejam mantidas as penhoras levadas a efeito por esta especializada no processo nº 0026394-46.2014.5.24.0072 relativos aos veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas das reclamadas e suas constituídas; **c)** por fim, em não sendo acolhidas as pretensões acima, sucessivamente que as empresas rés sejam obrigadas a: a) pagar, a cada trabalhador dispensado, o correspondente a 12 meses de salário, independentemente do aviso prévio; b) conceder e/ou estender, a cada trabalhador dispensado, o plano de saúde pelo prazo de 12 meses aos empregados e seus dependentes; c) fornecer, a cada trabalhador dispensado, cestas básicas e ou vale alimentação pelo período de 12 meses; d) promover cursos de qualificação profissional aos trabalhadores dispensados, a serem ministrados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, indicados pelo reclamante, de acordo com a necessidade das demandas trabalhistas nos municípios da região do Três Lagoas sejam custeadas todas as despesas com o retorno dos trabalhadores e suas respectivas famílias, não residentes em

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA
https://pje.trt24.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=15050709112419300000002750477
Número do documento: 15050709112419300000002750477

14561

12119

Três Lagoas e região, aos seus locais de origem. f) apenas sucessivamente, como último pedido, caso as atividades sejam retomadas, que haja direito de preferência de contratação dos empregados dispensados, na unidade de Três Lagoas e região, pelo prazo de dois anos a partir da retomada da atividade, ainda que parcial (se esta ocorrer); d) A condenação das empresas rés na obrigação de não fazer, consistente em abster-se de promover novas dispensas de empregados até efetiva negociação com o sindicato, sob pena de multa de R$ 100.000,00 (cem mil reais), por empregado dispensado.

Houve a concessão parcial da tutela antecipada (ID 037a734), nos termos segue: *"defiro a tutela antecipada e determino a liberação da importância de R$ 4.946.706,76 para quitação das verbas rescisórias dos trabalhadores dispensados no período de 05 a 13 de janeiro de 2015, cujos TRCT(s) devidamente homologados se encontram arquivados na Secretaria da Vara. Também defiro a liberação da importância de R$ 998.685,14 para pagamento da multa de 40% do FGTS e o valor de R$ 18.539,18 a título de pensões alimentícias, conforme planilhas encaminhadas pelo sindicato-autor"*.

Regularmente citadas as rés apresentaram defesas escritas.

A primeira, terceira e quarta requeridas, suscitam preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* da empresa Galvão Engenharia S.A e Sinopec Petroleum do Brasil Ltda, impugnação ao valor da causa, das planilhas e documentos, no mérito afirmam que procederam a desmobilização dos trabalhadores desnecessários à obra, vez que várias etapas já tinham sido concluídas, bem como reconhecem que a partir de novembro de 2014 dispensaram trabalhadores sem quitação dos haveres trabalhistas, ante a crise no setor da construção civil, intensificada pelos escândalos envolvendo a quarta ré. Juntaram documentos.

A segunda requerida suscita a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*, e, no mérito, pugna pela desconsideração da personalidade jurídicas das demais rés, aplicação da OJ 191 do TST e observância da S. 331, V do TST. Juntou documentos.

Em face do bloqueio e liberação de valores da empresa Galvão Engenharia Ltda (terceira reclamada), houve interposição de Mandado de Segurança n. 0024042-03.2015.5.24.0000, cujas informações foram prestadas pelo juízo (ID 4a752d3), sendo indeferida a liminar postulada pela ré (ID f299d92).

Foram expedidos alvarás judiciais para liberação dos valores bloqueados (ID 028fbbe, 5b74570 e 6b8ef3d).

O MPT foi devidamente intimado da presente demanda.

O autor apresentou réplica às defesas das requeridas (ID d8a41c3).

A empresa VINCI CREDITO E DESENVOLVIMENTO I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS -, postulou sua habilitação como terceiro interessado (d19b4a9), o que foi indeferido por este juízo, pois não demonstrado nenhum interesse jurídico, apenas econômico.

Em relação a AÇÃO CAUTELAR - Processo n. 0026394-43.2014.5.24.0072, tem-se a relatar que foi concedida a liminar (ID d8a41c3), nos seguintes termos: *"Constato que os valores foram devidamente bloqueados e estão à disposição deste Juízo. Pois bem. A presente Ação Cautelar possui natureza satisfativa em relação aos pleitos de pagamento de verbas rescisórias, pois tais parcelas são incontroversas, eis que os TRCTs foram homologados pelo Sindicato da categoria, com reconhecimento do empregador. Registre-se, ainda que muitos trabalhadores, estão sem receber as verbas rescisórias, vivendo em alojamentos, distantes de sua região, e, sem perspectivas de serem realocados ao mercado de trabalho desta urbe. Ademais, avizinha-se uma grave crise social caso os valores bloqueados não sejam liberados de imediato, irradiando efeitos na economia*

local. Portanto, visando à garantia da dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho e a função social da empresa, conforme a planilha ***determino a imediata liberação dos valores bloqueados*** *encaminhada pelo sindicato-autor. Liberem-se, também os valores a título de contribuição sindical e assistencial ao sindicato-autor, correspondente a sua cota parte, conforme planilha encaminhada. Saliento que é de responsabilidade do sindicato-autor a consistência das informações constantes na referida planilha, razão pela qual se houver dados lançados que não retratem a realidade dos fatos, este estará sujeito às sanções civis e criminais. Também havendo algum erro em dados dos beneficiários, o sindicato-autor prontamente prestará diretamente à instituição financeira as informações necessárias para viabilização da transferência do crédito ao trabalhador".*

Realizou-se audiência de tentativa de conciliação (ID 541cc18), na qual as empresas mencionaram que: *"O Consórcio alega que não tem condições financeiras de quitar os débitos com os trabalhadores. O representante da PETROBRÁS alega que está em andamento apuração de eventuais créditos em favor da empresa GALVÃO que se comprovados, serão de imediato informados ao Juízo visando o bloqueio. A PETROBRÁS está verificando a situação dos empregados do Consórcio UFN III, em relação a alimentação e alojamento, no que tange à manutenção de tais itens. Que neste momento a situação do Consórcio UFN III em face dos seus empregados está sendo deliberado na sede da PETROBRÁS".*

Houve interposição de Mandado de Segurança - Processo n. 0024291-85.2014.5.24.0000, sendo concedida parcialmente a liminar requerida para suspender somente a liberação de valores referentes à contribuição sindical e assistencial.

Foram prestadas informações por este juízo (ID 6709546).

Também, foram expedidos alvarás judiciais para liberação dos valores bloqueados (ID bbcdc89, 75badbf, 92b8f0b, 0e0a49f).

As requeridas devidamente citadas apresentaram defesas e documentos, nos mesmos termos daquelas apresentadas na ação principal (Processo n. 0024015-98.2015.24.0072), já relatada.

O MPT apresentou manifestação (ID 43f61dd).

É o relatório.

Decido.

FUNDAMENTAÇÃO

1.DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072 e 0026394-43.2014.5.24.0072)

Instadas às partes para manifestação quanto a produção de outras provas, o autor vindicou pelo julgamento antecipado da lide. A primeira, terceira e quarta requeridas, embora devidamente intimadas, não se manifestaram. A segunda requerida postula a produção de prova testemunhal para demonstrar a fiscalização da execução do contrato, bem como prova contábil.

Saliento que a prova quanto a fiscalização da execução do contrato é eminentemente documental, não comportando dilação probatória.

No que se refere a prova contábil, entendo que tal providência deve ser levada a efeito na fase de cumprimento da decisão judicial e não na fase conhecimento, até porque não se trata de ação de prestação de contas.

Por fim, o pleito da quarta ré se reveste de nítido caráter protelatório, razão pela qual indefiro.

Nesse cotejo, o presente processo comporta o julgamento antecipado, pois não há necessidade de produção de outras provas, vez que a prova documental carreada aos autos é suficiente para efetiva prestação jurisdicional (art. 330, II do CPC).

2.LIMITES DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072)

A tutela jurisdicional é prestada com lastro nos pedidos contidos na petição inicial, sobre os quais as partes adversas elaboraram suas teses de defesa.

Assim ofertada a defesa pelas rés a demanda se encontra estabilizada, não podendo a parte autora aviar novos pedidos, a não ser que consinta a parte contrária, o que não é o caso dos autos.

Portanto, extingo sem resolução de mérito a pretensão ao pagamento de adiantamento de salário do mês de janeiro/2015; Rescisões de Contrato de Trabalho de 52 trabalhadores demitidos posteriormente a propositura desta ação principal; FGTS pendente das Rescisões de Contratos de Trabalho de 52 trabalhadores; Multa do artigo 477 da CLT dos trabalhadores dispensados após a proposição da ação, conforme petição ID d0fdad8 (pág. 04/05).

3. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL - *EX OFFICIO* - *(Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072)*

A petição inicial, fator de impulso inicial do processo, tem de ser válida, regular e apta para, como pressuposto de validade que é, possibilitar um válido desenvolvimento do processo.

In casu, o autor vindica que as empresas rés sejam obrigadas a: **a)** pagar, a cada trabalhador dispensado, o correspondente a 12 meses de salário, independentemente do aviso prévio; **b)** conceder e/ou estender, a cada trabalhador dispensado, o plano de saúde pelo prazo de 12 meses aos empregados e seus dependentes; **c)** fornecer, a cada trabalhador dispensado, cestas básicas e ou vale alimentação pelo período de 12 meses; **d)** promover cursos de qualificação profissional aos trabalhadores dispensados, a serem ministrados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, indicados pelo reclamante, de acordo com a necessidade das demandas trabalhistas nos municípios da região do Três Lagoas; **e)** apenas sucessivamente, como último pedido, caso as atividades sejam retomadas, que haja direito de preferência de contratação dos empregados dispensados, na unidade de Três Lagoas e região, pelo prazo de dois anos a partir da retomada da atividade, ainda que parcial (se esta ocorrer).

Porém, não há no bojo da petição inicial, a causa de pedir que dê guarida a pretensão.

Desta forma, não se enquadrando o pleito nas hipóteses em que é possível o pedido genérico (art. 286 do CPC), extingo de ofício sem resolução de mérito a pretensão elencada no item VI, tópico 3, alíneas "a", "b", "c", "d", "f", do rol de pedidos, com fulcro no art. 267, IV do CPC.

4. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL - REEMBOLSO - *EX OFFICIO* *(Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072)*

Verifico da planilha (ID 1940605) o lançamento da parcela denominada "reembolso", contudo, não há nenhuma menção a que título se refere o reembolso.

Desta forma, não se enquadrando o pleito nas hipóteses em que é possível o pedido genérico (art. 286 do CPC), extingo de ofício sem resolução de mérito a pretensão a percepção de "reembolso", constante da planilha (ID 1940605), com fulcro no art. 267, IV do CPC.

5. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL (Interesse Individual não Homogêneo) - *EX OFFICIO* - (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072)

5.1. Trabalhadores com Garantia de Emprego

O sindicato-autor pretende o pagamento de salários atrasados a contar do mês de dezembro de 2014 (vencidos e vincendos) em relação a 142 trabalhadores (conforme listagem - ID 5373c5b), que se encontram com o contrato suspenso em decorrência de estabilidade sindical, representantes CIPA, gestantes, auxílio-doença, auxílio-acidente e prisão.

Quando da análise da tutela antecipada, este juízo indeferiu a liberação de valores a tais trabalhadores (ID 037a734).

Pois bem.

Verifico do caso em tela que o pedido de liberação de salários atrasados (vencidos e vincendos) para os referidos trabalhadores, não os atinge da mesma forma, pois cada um possui uma situação fática e jurídica própria, o que retira o caráter homogêneo do direito pleiteado.

Exemplificando: o trabalhador afastado percebendo auxílio-doença, em tese não recebe salários do empregador, a menos que haja obrigação em norma coletiva de complementação dos valores. Também não recebe salários o trabalhador que se encontra com o contrato suspenso em decorrência de prisão.

Logo, havendo necessidade de se examinar a situação individual de cada trabalhador caso a caso, não há dúvidas de que se trata de direito individual.

Por tais razões, julgo extinto sem resolução de mérito (art. 267, VI do CPC) a pretensão de pagamento de salários atrasados a contar do mês de dezembro de 2014 (vencidos e vincendos) em relação a 142 trabalhadores (conforme listagem - ID 5373c5b), bem como àqueles elencados na planilha salários janeiro/2015 (ID dfab67d).

5.2. Participação nos Lucros e Resultados

O sindicato-autor vindica em planilha em separado na Ação Civil Coletiva (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072), o pagamento a título de Participação nos Lucros e Resultados.

Ocorre que na Ação Cautelar (Proc. 0026394-43.2014.5.24.0072) a PLR devida foi lançada no TRCT, conforme se verifica por amostragem dos empregados Israel dos Santos (rubrica 95.3) e Weliton dos Santos Melo (rubrica 95.3), cujo documentos se encontram acostados no Processo n. 0026408-27.2014.5.24.0072, e, também arquivado na Secretaria desta Vara, o que atrai a certeza e liquidez do direito.

Situação diversa é o pleito na Ação Civil Coletiva, pois os valores da PLR não foram elencados no TRCT.

Compulsando a norma coletiva (ACT - 2014-2015 - ID 3bbeb35) constato dos §§ 5°, 6° e 7° da Cláusula 7ª, que para apuração da PLR, devem ser considerados os parâmetros dos valores a serem distribuídos, indicadores e metas e condições elegibilidade, o que demanda análise de direito individual, inclusive, a verificação de cada trabalhador do atingimento dos critérios elencados para aquisição da PLR.

Sendo assim, julgo extinto sem resolução de mérito a pretensão a percepção de PLR (Planilha - ID 57c9db2), com fulcro no art. 267, VI do CPC.

5.3. Complementação de Verbas Rescisórias

Também constato da planilha (Rescisão Contratual 2 - ID 9ff831d) que a pretensão se dirige a percepção de complementação de verbas rescisórias, o que demanda apuração estritamente individual, a saber os motivos e razões pelas quais o pagamento das parcelas rescisórias não foram realizadas em sua integralidade à época própria.

Desta feita, julgo extinto sem resolução de mérito a pretensão a percepção de complementação de verbas rescisórias (Planilha - ID 9ff831d), com fulcro no art. 267, VI do CPC.

6. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGUNDA, TERCEIRA E QUARTA REQUERIDAS (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072 e 0026394-43.2014.5.24.0072)

A legitimidade das partes decorre das afirmações feitas na inicial, não guardando dependência com o reconhecimento ou não da relação jurídica deduzida (teoria da asserção).

Assim, mesmo que no mérito seja afastada a responsabilidade da reclamada, isso não implica em acolher sua ilegitimidade preliminar.

Rejeito.

7.DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072 e 0026394-43.2014.5.24.0072)

A segunda ré vindica a desconsideração da personalidade jurídica da terceira e quarta requerida, inclusive indicando os nomes de seus diretores.

Contudo, entendo que a desconsideração da personalidade jurídica na fase de conhecimento compromete a celeridade processual e não garante totalmente a efetividade da tutela jurisdicional prestada, até porque os sócios da sociedade empresária e/ou diretores, nos termos do art. 1.024 do CC e 596 do CPC, sempre podem invocar o benefício de ordem, o que tumultuaria a fase cognitiva.

Logo, somente quando da execução da sentença, quando for constatada a inexistência de bens da sociedade suficientes para responder pelos créditos trabalhistas, é que, aplicando-se a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, os sócios serão incluídos no polo passivo da demanda, respondendo com seus bens pessoais pelos débitos.

Por tais razões rejeito.

12 124

8.IMPUGNAÇÃO - VALOR DA CAUSA - DOCUMENTOS - PLANILHAS

A 1ª, 3ª e 4ª rés impugnam o valor dado à causa pelo autor, no entanto, não ofertaram a este juízo valores e parâmetros mais seguros que os elencados pelo requerente, e, nesse viés rejeito a pretensão.

No tocante a impugnação aos documentos verifico que esta adstrita apenas quanto a forma e não ao seu conteúdo, o que impõe a rejeição.

Em relação a impugnação das planilhas apresentadas pelo autor, as rés o fazem de forma genérica, sem trazerem aos autos planilhas indicando os valores que entendem corretos, pois detém condições de fazê-lo, já que ostentam a condição de empregadoras, razão pela qual rejeito a arguição.

Também, rejeito, a arguição da segunda requerida (Petrobras) que aduz que os TRCT(s), foram elaborados unilateralmente, pois conforme emerge dos documentos arquivados em Secretaria, estes foram homologados pelo sindicato da categoria e elaborados e assinados pelo Consórcio UFN III.

De fato a requerida Petrobras não os assinou, até porque, se assim o fizesse, deixaria o posto de contratante de bens e serviços, para empregadora dos trabalhadores, o que não é o caso dos autos, a não ser que insista nessa tese.

9. RECUPERAÇÃO JUDICIAL - GALVÃO ENGENHARIA S.A - SUSPENSÃO

A terceira requerida pugna pela suspensão do feito em decorrência da recuperação judicial.

Verifico que o Juízo da recuperação determinou a suspensão de todas as ações ou execuções em face da Galvão Engenharia S.A, nos termos do art. 6° e 52, III da Lei 11.101/05, permanecendo os respectivos autos onde se processam (ID f398d72).

Trago a cotejo a lição de Marcelo Papaléo de Souza, em sua obra - A Lei de Recuperação e Falência e as suas Consequências no Direito e no Processo do Trabalho - LTr, 3ª edição, pág. 206:

> *"No caso da suspensão do processamento da ação, esta mantém-se até o término do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, restabelecendo-se os direitos dos credores de iniciar ou continuar suas ações ou execuções, independentemente de pronunciamento judicial (art. 6°, § 4° da LF), salvo tenha sido aprovado o plano de recuperação e englobe o seu crédito.* ***Ressaltamos, ao final, que o trabalhador não impedido de propor sua ação, mesmo no prazo de 6 (seis) meses, referido no art. 6 da LRF, pois está enquadrado na exceção do art. 52, III da LRF****; mas, no caso de afetar o desenvolvimento das atividades do devedor deverá ser suspenso o seu processamento". (g.n)*

Entendo que a Lei de Recuperação Judicial não prevê qualquer impedimento ao prosseguimento desta demanda, sobretudo se considerado que ainda está em fase de conhecimento (art. 6°.).

No mais, a que considerar que os riscos da atividade econômica são atribuíveis aos empregadores (risco do negócio) e desse modo as dificuldades financeiras não se configura como força maior capaz de afastar os direitos vindicados pelo autor.

14564

12125

Por tais razões rejeito.

10. DISPENSA EM MASSA - ABSTENÇÃO DE NOVAS DISPENSAS (Proc. 0024015-98.2015.5.24.0072 e 0026394-43.2014.5.24.0072)

O autor alega que houve dispensa em massa, pois no ano de 2013 o Consórcio efetuou o desligamento de cerca de 2.000 trabalhadores, no mês de outubro de 2014 também dispensou em torno de 2000 trabalhadores, no mês de novembro de 2014 foram demitidos 1.177, e no mês de janeiro de 2015, foram desligados 592 trabalhadores.

A primeira reclamada sustenta que procedeu a desmobilização dos trabalhadores desnecessários à obra, uma vez que várias etapas já haviam sido concluídas, assim as demissões se fizeram necessárias. Alega, também que até o mês de novembro de 2014 todas as demissões foram efetivadas dentro dos procedimentos legais, com os pagamentos de todos os direitos trabalhistas. E, ainda esclarece que não promoveu dispensas em massa e que fez tudo que estava ao seu alcance para quitar as obrigações trabalhistas.

Pois bem.

Como já assentando na decisão que determinou o bloqueio de valores das requeridas em sede de medida cautelar (Processo n. 0026394-43.3014.5.24.0072 - ID 19a4ab5), tem-se que os consórcios formados para construção de grandes plantas operacionais como a da Petrobrás tendem a ser dissolvidos porque são formados com uma finalidade específica e, uma vez atingido o objetivo, encerram suas atividades. Nesses casos as dispensas dos trabalhadores não ganham o mesmo tratamento das dispensas coletivas em geral.

In casu, o contrato de fornecimento de bens e prestação de serviços firmado entre as rés no item 4.1 (ID 0e33c7c - pág. 17) prevê que o prazo para execução dos serviços é de 1.294 dias corridos contados a partir data de início fixada na primeira autorização de serviços.

Depreende-se do referido contrato o termo certo para conclusão das atividades pelas consorciadas, e, por via de consequência a desmobilização da obra.

Contrapondo-se o item 4.1 do contrato com os fatos narrados na petição inicial, constata-se que de fato os desligamentos têm sido realizados desde o ano de 2013, por certo, com a finalização de setores da obra, o que afasta a caracterização da dispensa em massa.

Também é público e notório que no dia 19.12.2014 a Petrobrás rescindiu o contrato com o Consórcio UNF III, o que impõe concluir a necessidade da dispensa dos trabalhadores, pois admitidos com fito de construir a unidade de fertilizantes nitrogenados, o que também afasta a caracterização da dispensa em massa.

O Ministro e jurista Maurício Godinho Delgado, em sua obra Curso de Direito do Trabalho (Editora LTr - 1a edição - 2.ª tiragem - pág. 1131), assim discorre acerca da despedida individual e coletiva: **"A despedida individual é a que envolve um único trabalhador, ou que, mesmo atingindo diferentes empregados, não configura ato demissional grupal, ou uma prática maciça de rupturas contratuais (o chamado lay-off). A ocorrência de mais de uma dispensa em determinada**

empresa ou estabelecimento não configura, desse modo, por si somente, despedida coletiva: pode tratar-se de um número disperso de dispensas individuais. Já a despedida coletiva atinge um grupo significativo de trabalhadores vinculados ao respectivo estabelecimento ou empresa, configurando uma prática maciça de rupturas contratuais (lay-off)".

E, ainda, adverte **"que o instituto da despedida coletiva carece de dispositivos legais regulamentadores em nosso ordenamento jurídico"** (pág. 1132).

É, nesse sentido a decisão da Ministra Maria de Assis Calsing, vejamos:

Dissídio coletivo de natureza jurídica. Demissão coletiva. Não configuração. Ausência de fato único alheio à pessoa do empregado.

A dispensa de cento e oitenta empregados ao longo de quatro meses não configura "demissão em massa", pois esta pressupõe um fato único, seja de ordem econômica, tecnológica ou estrutural, alheio à pessoa do empregado. No caso concreto, restou demonstrado que a demissão dos empregados estava dentro dos parâmetros de normalidade do fluxo de mão de obra da empresa, e ocorreu em momento de incremento de produção e recuperação de postos de trabalho, caracterizando-se tão-somente como dispensa plúrima. Com esse entendimento, a SDC, por unanimidade, negou provimento ao recurso ordinário interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, Eletrônico e Fibra Óptica de Campinas e Região. (TST-RO-147-67.2012.5.15.0000, SDC, rel. Min. Maria de Assis Calsing, 15.4.2013)

Portanto, julgo improcedente o pedido de reconhecimento de dispensa em massa, e, por via de consequência, improcedem os pleitos de obrigação de não fazer, consistente em abster-se de promover novas dispensas de empregados até efetiva negociação com o sindicato, sob cominação de multa de R$ 100.000,00, por empregado dispensado, e, ainda, o pleito de nulidade das dispensas efetivadas.

11. PARCELAS DEVIDAS

A primeira ré não comprovou nos autos que tenha realizado o pagamento do salário do mês de dezembro de 2014, ônus que lhe competia, razão pela qual julgo procedente o pedido, exceto em relação aos trabalhadores descritos no tópico 5.1 desta sentença.

Também é de conhecimento desta magistrada, tendo em vista os inúmeros processos individuais já julgados em face do Consórcio UFN III (Galvão Engenharia S.A e Sinopec Petroleum do Brasil Ltda), que a empregadora sempre remunerou aos seus empregados as parcelas denominadas de vale refeição, vale alimentação e auxílio moradia.

Nesse cotejo, não tendo a primeira requerida comprovado a quitação das referidas parcelas, julgo procedente o pedido de pagamento do vale alimentação, vale refeição e auxílio moradia, conforme elencado na planilha (ID 0f4c3db), no que tange aos valores e trabalhadores relacionados.

No tocante ao pagamento do FGTS dos meses de novembro e dezembro/2014 (planilha ID 3b0be77), cabe salientar que é obrigação do empregador depositar mensalmente em conta vinculada do trabalhador o FGTS, desde o início do contrato de emprego até a dispensa do trabalhador, nos termos do art. 15 da Lei 8.036/90.

A primeira requerida não comprovou o recolhimento do FGTS dos meses acima referidos.

Portanto, julgo procedente o pleito e determino que a primeira reclamada proceda ao recolhimento do FGTS correspondente aos meses de novembro e dezembro/2014, na conta vinculada de cada trabalhador, no prazo de 08 dias do trânsito em julgado desta decisão, a contar de sua intimação para o cumprimento da obrigação de fazer, sob consequência de responder diretamente pelo valor correspondente da obrigação.

Julgo improcedente o pedido de aplicação da multa do art. 477, § 8º da CLT, em relação as dispensas realizadas quando da propositura da Ação Cautelar, pois as verbas rescisórias quitadas naquele feito (0026394-43.2014.5.24.0072) já contemplavam a referida parcela.

Em relação as dispensas realizadas no período de 05 a 13 de janeiro de 2015, julgo procedente a incidência da multa do art. 477, § 8º da CLT, pois os valores bloqueados só foram liberados para quitação das verbas rescisórias no dia 30.01.2015 (ID 028fbbe).

Ainda, a primeira reclamada não comprovou o recolhimento das contribuições previdenciárias e Imposto de Renda, o que impõe a procedência do pedido.

Frise-se que os valores deverão ser apurados em regular liquidação de sentença.

12.PEDIDO SUCESSIVO - CUSTEAR DESPESAS PARA RETORNO DE TRABALHADORES (*Proc.* 0024015-98.2015.5.24.0072 e 0026394-43.2014.5.24.0072)

O sindicato-autor requer sucessivamente que as requeridas sejam obrigadas a custear todas as despesas com o retorno dos trabalhadores e suas respectivas famílias, não residentes em Três Lagoas aos seus locais de origem.

Compulsando, por amostragem o TRCT do trabalhador Rodrigo Nazário Fernandes (ID 1643acd - pág. 49), há menção expressa da verba intitulada "ajuda de custo desmobilização" - rubrica 95.1 (R$ 5.105,63), que remunera os gastos com deslocamento do trabalhador de outra localidade.

Nesse cotejo, tendo em vista que consta expressamente no TRCT, para os trabalhadores oriundos de outras localidades, a verba "ajuda de custo desmobilização", julgo improcedente o pedido.

13.CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E ASSISTENCIAL

A contribuição sindical esta prevista nos art.s 578 e 591 da CLT, possuindo natureza tributária é recolhida compulsoriamente pelos empregadores no mês de janeiro e pelos trabalhadores no mês de abril de cada ano.

O art. 8º, IV, *in fine*, da CR prevê o recolhimento anual por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou se uma profissão liberal, independentemente de serem ou não associados a um sindicato.

Sendo assim, tendo em vista a natureza tributária da contribuição sindical, julgo procedente o pedido de recolhimento em favor do sindicato-autor.

Contudo a obrigação de recolhimento da contribuição sindical ao sindicato-autor já se encontra satisfeita, conforme o alvará judicial (ID 3b0be77).

No que se refere a contribuição assistencial há previsão na Cláusula 32ª do ACT 2014/2015, que dispõe em síntese que empregadora descontará, mês a mês, em folha de pagamento de seus empregados, sindicalizados ou não, a contribuição retributiva de representação/assistencial, no valor de R$ 30,00.

Muito embora, o STF tenha editado a Súmula Vinculante n. 40, entendo que esta não tem aplicabilidade ao presente caso, pois a demanda foi proposta anteriormente a conversão da Súmula n. 666, com efeitos vinculantes.

Por tais razões, julgo procedente o pedido de pagamento de contribuição assistencial.

Quando da liquidação de sentença autorizo a dedução dos valores já recebidos pelo sindicato-autor, no importe de R$ 20.415,47 (contribuição sindical) e R$ 175.857,56 (contribuição assistencial), conforme emerge do alvará judicial (ID 3b0be77).

Indefiro o pleito manejado pela segunda requerida de bloqueio via *bacen jud* dos valores já liberados ao sindicato-autor, cujos efeitos devem aguardar a decisão do Mandado de Segurança n. 0024291-85.2014.5.24.0000, preservando-se a segurança jurídica da prestação jurisdicional.

Verifico que quando da elaboração da planilha de débitos das contribuições sindical e assistencial o sindicato-autor, elencou 50% (o que totaliza - R$ 196.273,12) dos valores devidos, também em favor do SINTRICOM (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Mobiliário e Montagem de Três Lagoas e Região), por força de acordo em dissídio coletivo.

Sendo assim, determino a liberação da importância de R$ 196.273,12 em favor do SINTRICOM (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Mobiliário e Montagem de Três Lagoas e Região), cujos efeitos devem aguardar a decisão do Mandado de Segurança n. 0024291-85.2014.5.24.0000, preservando-se a segurança jurídica da prestação jurisdicional.

14. OBRIGAÇÃO DE FAZER

Conforme a decisão ID 037a734 (pág. 02), ficou determinado que a partir do mês de fevereiro de 2015, a primeira requerida deveria proceder ao pagamento das verbas rescisórias dos empregados dispensados, culminando-se multa diária de R$ 300,00 por trabalhador pelo descumprimento.

Porém, a primeira requerida não cumpriu sua obrigação de fazer, pois deixou de quitar as verbas rescisórias dos trabalhadores dispensados a partir do mês de fevereiro/2015, conforme p.ex., a trabalhadora Adelina Jesus dos Santos, que foi desligada em 06.04.2015 (ID 1643acd - pág. 27).

Por isso, reconheço e declaro o descumprimento da obrigação de fazer o pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores dispensados a partir do mês de fevereiro/2015, incidindo a multa de R$ 300,00, por dia de atraso, por trabalhador, limitada a prolação desta sentença, cuja destinação será objeto de deliberação por este Juízo, posteriormente.

15.TUTELA ANTECIPADA

14566

12129

Confirmo e torno definitiva a tutela antecipada concedida para fins de pagamento das verbas rescisórias em relação aos 592 trabalhadores dispensados a partir de 03 até 13 de janeiro de 2015, multa de 40% do FGTS e pensões alimentícias (ID 037a734).

Indefiro a tutela antecipada em relação aos pedidos reconhecidos nessa sentença a título de salários atrasados (mês de dezembro/2014), vale alimentação, vale refeição, auxílio moradia, recolhimento de FGTS, multa do art. 477, § 8º da CLT, pois não há receio de dano irreparável ou de difícil reparação, até porque, os recursos nessa Especializada não possuem efeito suspensivo.

16. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA PRIMEIRA, SEGUNDA E TERCEIRA RECLAMADAS E SUBSIDIÁRIA DAS QUARTA RECLAMADA

Quanto a responsabilidade das requeridas, este juízo já apreciou a matéria no Processo n. 26394-43.2014.5.24.0072, cujas razões de decidir passo a adotá-las:

"No tocante a responsabilidade das consorciadas (GALVÃO ENGENHARIA S.A E SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA), tem-se que o consórcio é o modo de organização empresarial (art. 278 e ss da Lei 6.404/67). Trata-se de uma integração horizontal entre empresas, a estabelecer uma relação de coordenação de interesses autônomos, visando a um fim específico e comum.

Embora não haja subordinação entre as empresas que integram o consórcio, há conjugação de esforços e cooperação administrativa.

O art. 33, V da Lei 8.666/93, dispõe o seguinte:

"Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

(...)

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato".

Percebe-se da norma comento, que a previsão da responsabilidade solidária entre as integrantes de consórcio está vinculada ao fato de não existir uma pessoa jurídica única assumindo a participação na licitação e na execução do contrato, eis que o consórcio é figura desprovida de personalidade jurídica.

Nesse cotejo para se evitar que a Administração tenha que ingressar em face de todos os integrantes para viabilizar o cumprimento da obrigação, a Lei de Licitação instituí a responsabilidade solidária entre eles.

Se ao Estado é garantida a responsabilidade solidária na contratação entre consórcio, quiçá na relação de emprego, na qual vige o princípio da proteção, bem como a eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

Ainda que assim não fosse, emerge do Instrumento Particular de Constituição do Consórcio a declaração expressa de responsabilidade solidária dos integrantes do consórcio, vejamos:

"4.4 - AS CONSORCIADAS, declaram expressamente que responderão solidariamente, perante a PETROBRÁS, pelos atos praticados em nome do CONSÓRCIO em relação a toda execução do CONTRATO.

4.5 - cada CONSORCIADA responderá individual e solidariamente pelas exigências de ordem fiscal e administrativa, trabalhistas, previdenciária e ambiental pertinentes a execução do objeto da licitação até a conclusão final dos trabalhos que vierem a ser realizados pelo consórcio."

Portanto, resta evidenciada a responsabilidade solidária das consorciadas.

Em relação a demandada Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRÁS -, embora este juízo tenha se manifestado em feitos individuais pela ausência de responsabilidade subsidiária, utilizando-se do entendimento sedimentado do c. TST, por meio da Orientação Jurisprudencial n. 191, entendo que o caso em tela, difere daqueles, pois é indene de dúvidas a ausência de pagamento das verbas rescisórias, ou seja, reconhecida a inidoneidade financeira da prestadora de serviços (CONSÓRCIO UFN III).

Além do mais, a "operação lava-jato", investiga o envolvimento de recebimento de propinas na ordem de 100.000,00 a 150.000,00, por mês, em relação a três diretores da Petrobrás, inclusive sendo citada a empresa GALVÃO ENGENHARIA S.A, que compõe o consórcio, ora demandado, o que gera incerteza quanto a regularidade do contrato celebrado entre as partes.

Logo, havendo dúvidas acerca da regularidade da contratação entre o CONSÓRCIO UNF III e a PETROBRÁS, entendo inaplicável, no presente caso, a OJ 191 da SBDI/TST.

Ademais, cabe salientar que o valor social do trabalho é inscrito como fundamento da República, de modo que não pode o Poder Judiciário vendar os olhos para uma questão tão delicada e cara a todos os trabalhadores da cidade.

Como se sabe, o dano provocado pelo inadimplemento de verbas rescisórias a inúmeros trabalhadores provoca caos social, afetando não só os trabalhadores, mas toda a economia local, aumentando a inadimplência e freando os gastos do comércio".

No que se refere a alegação da 2ª ré de que não possui qualquer responsabilidade pela execução do contrato de fornecimento de bens e serviços pelas demais rés, considerando a redação do art. 71 da Lei n. 8.666/93, cuja constitucionalidade fora declarada pelo STF na ADC n. 16/DF.

Analiso.

Sabe-se que a terceirização de mão-de-obra tem como objetivo reduzir os custos de produção, o que acarreta a limitação de direitos trabalhistas. Sendo assim, a regularidade da terceirização submete-se, à evidência, ao disposto no art. 9º da CLT, que prevê: *"Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação".*

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA
https://pje.trt24.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=15050709112419300000002750477
Número do documento: 15050709112419300000002750477

14567

12 131

Pois bem. O parágrafo primeiro do art. 71 da Lei n. 8.666/93, declarado constitucional pelo STF, em recente decisão proferida na ADC n. 16, excluí qualquer responsabilidade da Administração Pública quanto às dívidas trabalhistas dos empregados das empresas por si contratadas, *in verbis*:

> *Art.71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.*
>
> *§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.*

A interpretação literal de referido dispositivo poderia levar-nos à errônea conclusão de que a Administração Pública jamais responde pela inadimplência da empresa contratada, o que chancelaria a conivência com o descumprimento de direitos constitucionais básicos dos trabalhadores, como se nenhum dever de fiscalização tivesse. Aludido dispositivo deve, isso sim, ser interpretado em conformidade à Constituição da República de forma sistemática, impedindo apenas a responsabilização automática pelos débitos das empresas com quem contrata, sendo imperiosa a análise de eventual culpa da Administração Pública na fiscalização da atividade.

Insere-se dentre os deveres da Administração a fiscalização da execução dos contratos administrativos, seja em relação ao seu objeto principal, seja em relação à observância dos direitos previstos em favor dos trabalhadores empregados da prestadora de serviços, conforme preceitua o art. 67 da Lei n. 8.666/93. Assim reconheceu o Supremo Tribunal Federal nos autos da ADC n. 16, conforme notícia veiculada no sítio da Corte Suprema (Informativo n. 610 do STF, de 22 a 26 de novembro de 2010):

> *"Em conclusão, o Plenário, por maioria, julgou procedente pedido formulado em ação declaratória de constitucionalidade movida pelo Governador do Distrito Federal, para declarar a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93 (...)*
>
> *Quanto ao mérito, entendeu-se que a mera inadimplência do contratado não poderia transferir à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento dos encargos, mas reconheceu-se **que isso não significaria que eventual omissão da Administração Pública, na obrigação de fiscalizar as obrigações do contratado, não viesse a gerar essa responsabilidade.** (...)*

A análise deve ser realizada diante dos casos concretos postos à apreciação do Poder Judiciário, de modo que se possa, diante do contexto probatório trazido à lume, averiguar-se se foram atendidas as diligências necessárias pelo Poder

Público a fim de verificar o atendimento da contratada às determinações legais e constitucionais quanto à proteção dos direitos trabalhistas, isso porque, como já ressaltado, o dever de fiscalização imposto pela própria Lei de Licitações não se limita ao cumprimento do objeto do contrato, mas de tudo o que o rodeia, como o recolhimento da tributação cabível, a prestação de contas e, o mais importante, o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária.

No caso concreto, não há prova de que a segunda ré tenha efetivamente fiscalizado (repisa-se a prova é documental) a prestação de serviços por parte da primeira, terceira e quarta rés, especialmente no que respeita à regularidade dos vínculos de emprego por si mantidos, mesmo que se entenda pela regularidade do processo licitatório ventilado e, por consequência, a inexistência de culpa *in eligendo* e *in contrahendo*, ônus processual que lhe incumbia.

Novamente, saliento que a segunda ré não anexou ao processo quaisquer documentos que demonstrem efetivamente a fiscalização, conforme, inclusive consta elencado no contrato de fornecimento de bens e serviços (ID 1614743), tais como comprovação de adimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e do recolhimento do FGTS (item 2.3.6), guias GFIP (item 2.3.8.1) e GPS (2.3.8.2).

Logo, na medida em que os entes particulares respondem subsidiariamente pelas parcelas trabalhistas eventualmente inadimplidas pelas empresas com as quais firmam contratos, a concessão de tratamento desigual aos entes da Administração Pública não pode prosperar, também em respeito ao princípio constitucional da isonomia, sendo defesa a aplicação de tratamento desigual do ente estatal em relação aos particulares em casos idênticos: terceirização de serviços. Nesse sentido, o Poder Público, ainda mais que os particulares, tem o dever de procurar fazer a melhor escolha dos serviços que contrata, não sendo os processos de licitação empecilho para tanto, mas mecanismo de realização do melhor negócio, bem como de fiscalizá-los devidamente, obedecendo aos princípios da legalidade e moralidade contidos no art. 37 da Constituição da República, sob pena de caracterização de culpa *in vigilando*, e, por consequência, responsabilização pelos prejuízos trabalhistas causados pelas empresas contratadas aos seus empregados.

Resta evidente, portanto, que a segunda requerida não se desincumbiu de sua obrigação de zelar pela incolumidade dos direitos dos trabalhadores que lhe prestaram serviços.

Por tais razões, reconheço a responsabilidade subsidiária da demandada **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS**.

17. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O sindicato-autor postula a condenação das rés na verba honorária.

Frise-se que a assistência conferida pelo sindicato à categoria, na condição de substituto processual, equivale à situação em que a entidade patrocina ações individuais, não havendo razão para que nesta última hipótese haja a condenação na parcela honorária, e na primeira não.

Por tais razões arbitro os honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da condenação.

18. OFÍCIO

14569

12 133

Determino que seja oficiado ao MPF para apuração de possível fraude perpetrada pela empresa Galvão Engenharia S.A e a Vinci Crédito e Desenvolvimento I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, ao entabularem o suposto "contrato de cessão fiduciária", inclusive com cópia dos documentos Ids 2089aec até c2fc965.

19.CORREÇÃO MONETÁRIA

Considerando que o STF declarou inadequada a TR como fator de correção monetária (ADI 493), e inconstitucional a expressão "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança", constante do § 12 do art. 100 da CF (ADI 4357), reputo invalidada a regra específica (Lei nº 8.177/91, art. 39, "caput"). Diante disso, determino aplicação analógica do IPCA-E (CLT, art. 8º c/c art. 27 da Lei nº. 12.919/2013 e art. 27 da Lei nº. 13.080/2015), índice de correção de precatórios - inclusive em relação aos débitos trabalhistas -, também adotado pelo Banco Central para medição "oficial" da inflação.

20. DEDUÇÃO

Autorizo a dedução dos pagamentos comprovadamente realizados em idênticos títulos.

21. BANCO DE DADOS DOS TRABALHADORES BENEFICIADOS

Para fins de se evitar o enriquecimento sem causa, determino que a Secretaria da Vara elabore uma listagem contendo os nomes de todos os trabalhadores que receberam as parcelas devidas no momento rescisório, inclusive com a descrição destas, tanto na Ação Cautelar, quanto na Ação Civil Coletiva, que ficará à disposição das partes e advogados para consulta.

DA AÇÃO CAUTELAR - Processo n. 0026394-43.2014.5.24.0072

1. IDENTIDADE DE MATÉRIAS

Saliento que as objeções e insurgências idênticas já foram apreciadas no Processo n. 0024015-98.2015.5.24.0072 (Ação Civil Coletiva), sendo que neste momento analiso apenas as questões específicas apontadas pelas partes na Ação Cautelar.

2. NÃO CABIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES

A segunda requerida (PETROBRAS) alega em sua defesa que se encontram ausentes os requisitos do *fumus boni iuris e periculum in mora* ao argumento de que a plausibilidade do direito, deve ser provado mediante provas que instruirão a peça vestibular da cautelar. E, quanto ao *periculum in mora*, afirma que resta patente sua inexistência, em relação à Petrobras.

Daniel Amorim Assumpção Neves (Manual de Direito Processual Civil - vol. Único - 5ª edição -ed. Método - pág. 1214), assim discorre acerca da tutela cautelar: "**A tutela cautelar é concedida mediante cognição sumária, diante da mera probabilidade de o direito material existir. Trata-se da exigência do fumus boni iuris, que para parcela significativa da doutrina significa que o juiz deve conceder tutela cautelar fundado em juízo de simples verossimilhança ou de probabilidade, não se exigindo um juízo de certeza, típico da tutela definitiva**". (grifei)

À toda evidência a presente demanda cautelar reúne todos os requisitos necessários para seu regular processamento, pois restou amplamente demonstrada a aparência do bom direito e o perigo da demora.

Ademais era público e notório que um grande número de trabalhadores foi dispensado sem o recebimento de suas verbas rescisórias, não apenas nesta urbe, mas em todas as cidades nas quais obras da segunda requerida estavam sendo executadas.

Diante do exposto, rejeito a arguição de segunda reclamada, pois presentes os requisitos necessários.

3.CERCEAMENTO DE DEFESA - VIOLAÇÃO AOS ART. 5º, LIV E LV, DA CR

A segunda ré suscita cerceamento de defesa asseverando que houve violação da imparcialidade do julgador, devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Não há falar em cerceamento de defesa, pois ao contrário do alegado pela ré, este juízo é imparcial, porém, não inerte diante de situações em que se espera uma conduta ativa do Judiciário.

Cabe asseverar que o juiz passa a desempenhar o seu papel social na medida em que perquire acerca de seus valores e concepções filosóficas e investiga os pressupostos do caso sob julgamento. Tal operação torna possível um julgamento mais amarrado à realidade e com maior responsabilidade na efetivação da justiça.

Além do mais o valor social do trabalho é inscrito como fundamento da República, de modo que não pode o Poder Judiciário vendar os olhos para uma questão tão delicada e cara a todos os trabalhadores que estavam privados de suas verbas rescisórias.

Ainda, foi devidamente observado o princípio do devido processo legal, contraditório e ampla defesa da ré, pois foi intimada de todos os atos processuais, apresentou defesa e produziu as provas necessárias para o deslinde da questão.

Desta feita, rejeito a arguição da ré.

4.INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - PRESTAÇÃO DE CONTAS PELO SINDICATO

A segunda ré vindica que o sindicato-autor preste contas dos valores despendidos para pagamentos dos trabalhadores, nos moldes do art. 914 do CPC.

O art. 914 do CPC trata da ação de prestação de contas que possui rito próprio, sendo incompatível seu trâmite com a presente Ação Cautelar e Ação Civil Coletiva, pois não pode ser recebida como um mero pedido contraposto.

Nesse diapasão, extingo sem resolução de mérito a pretensão de Ação de Prestação de Contas, por não se mostrar adequado com o trâmite das demandas, ora, analisadas.

5.DAS VERBAS NÃO-ALIMENTARES

A 2ª ré alega que o sindicato-autor vindicou o pagamento de diversas verbas de natureza não alimentares, a exemplo da multa do art. 477 pelo suposto atraso no pagamento das verbas rescisórias e do art. 467 da CLT.

Salienta que as parcelas indicadas pelo sindicato-autor são aquelas devidas no momento rescisório que não se restringem apenas aos títulos denominados de aviso-prévio, férias acrescidas do terço constitucional, salários trezenos, FGTS e multa de 40%, mas a todos os valores devidos pelo empregador no ato de encerramento do contrato de emprego.

O que se entende por verba alimentar?

Por certo, "verba alimentar" é um conceito amplo, inclusive, parte da jurisprudência tem entendido que os honorários advocatícios possuem natureza alimentar.

Portanto, a alegação da ré, é frágil, não afastando a correção na liberação por este juízo dos valores devidos no momento rescisório aos trabalhadores dispensados pela primeira requerida.

No mais, responsabilização subsidiária da segunda reclamada implica em todos os direitos do trabalhador relativo ao período em que usufruiu da mão-de-obra, não havendo fundamento para excluir as demais parcelas decorrentes do extinto contrato de trabalho, inclusive decorrente da incidência de multas revertidas ao trabalhador.

6.ALTERAÇÃO DE PARADIGMA PROCESSUAL - SUBVERSÃO DA ORDEM JURÍDICA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Não houve subversão da ordem jurídica, ao contrário, foi observada a ordem de preferência para satisfação das verbas devidas aos trabalhadores, aliás, incontroversas, pois os termos rescisórios foram confeccionados e assinados pelo empregador (CONSÓRCIO UFNIII).

De início foi encaminhada ordem de bloqueio dos valores existentes em instituições financeiras em nome do Consórcio UFN III, Galvão Engenharia Ltda e Sinopec Petroleum do Brasil Ltda.

Na audiência de tentativa de conciliação realizada no dia 15.12.2014 (ID 541cc18), o Consórcio afirmou que **"não tem condições financeiras de quitas os débitos com os trabalhadores"**, situação que foi confirmada com o retorno das ordens de bloqueio como insuficientes.

Inexistindo valores em nome das devedoras principais, redireciona-se a ordem de satisfação do crédito em face da responsável subsidiário, o que foi realizado.

Ou seja, primeiro buscou-se a satisfação do crédito em face do devedor principal, restando insuficiente, redirecionou-se o provimento para o responsável subsidiário.

Portanto, rejeito a arguição.

7. DA NÃO ACEITAÇÃO POR PARTE DA PETROBRAS DE FIGURAR COMO DEPOSITÁRIA DOS BENS DO CONSÓRCIO ARRESTADOS

A arguição da requerida é despicienda, pois em nenhum momento esta foi considerada depositária dos bens arrestados do Consórcio, até porque se assim o fosse, seria lavrado o termo de recebimento e responsabilidade pelos bens, o que inexiste nos autos.

Aliás, os bens já estão sendo depositados em favor terceiros, em atendimento a decisões da Justiça Comum Estadual (Processos n. 0800309-90.2015.8.12.0021, 0800332-36.2015.8.12.0021 e 0800309-90.2015.8.12.0021).

Logo, rejeito a arguição.

8.BLOQUEIOS DE BENS E VALORES

Torno por definitivo os bloqueios de bens e valores realizados no presente processo.

Converto o bloqueio de bens do Consórcio UNF III, Galvão Engenharia S.A e Sinopec Petroleum do Brasil Ltda., em arresto visando garantir a efetividade da entrega da prestação jurisdicional, dos processos que tramitam em face das rés nesta Especializada.

Quanto ao bloqueio de valores, determino que o saldo remanescente seja transferido ao Processo n. 0024015-98.2015.5.24.0072 (Ação Civil Coletiva).

9. CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR E LIBERAÇÃO DE VALORES

Torno por definitiva a liminar concedida (ID 19a4ab5) e também a liberação de valores (ID 60f8e22).

CONCLUSÃO

AÇÃO CIVIL COLETIVA - Processo n. 0024015-98.2015.5.24.0072

Ante o exposto, na ação civil pública com pedido de antecipação de tutela movida por **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA** em face de**CONSÓRCIO UFN III, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, GALVÃO ENGENHARIA S.A E SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA**, decido:

- extinguir sem resolução de mérito a pretensão ao pagamento de adiantamento de salário do mês de janeiro/2015; Rescisões de Contrato de Trabalho de 52 trabalhadores demitidos posteriormente a propositura desta ação principal; FGTS pendente das Rescisões de Contratos de Trabalho de 52 trabalhadores; Multa do artigo 477 da CLT dos trabalhadores dispensados após a proposição da ação, conforme petição ID d0fdad8 (pág. 04/05).

- extinguir de ofício sem resolução de mérito a pretensão a percepção de "reembolso", constante da planilha (ID 1940605), com fulcro no art. 267, IV do CPC.

- extinguir de ofício sem resolução de mérito a pretensão elencada no item VI, tópico 3, alíneas "a", "b", "c", "d", "f", do rol de pedidos, com fulcro no art. 267, IV do CPC.

- extinguir de ofício sem resolução de mérito a pretensão a percepção de PLR (Planilha - ID 57c9db2), com fulcro no art. 267, VI do CPC.

14570

12137

- extinguir de ofício sem resolução de mérito (art. 267, VI do CPC) a pretensão de pagamento de salários atrasados a contar do mês de dezembro de 2014 (vencidos e vincendos) em relação a 142 trabalhadores (conforme listagem - ID 5373c5b), bem como àqueles elencados na planilha salários janeiro/2015 (ID dfab67d).

Ainda, decido rejeitar as demais preliminares eriçadas. E, no mérito julgar **parcialmente procedentes** os pedidos da inicial, declarando e condenando a primeira, terceira e quarta requeridas de forma solidária e a segunda requerida de forma subsidiária em:

- pagamento do salário do mês de dezembro de 2014 dos trabalhadores, exceto em relação aos trabalhadores descritos no tópico 5.1 desta sentença.

- vale alimentação, vale refeição e auxílio moradia, conforme elencado na planilha (ID 0f4c3db), no que tange aos valores e trabalhadores relacionados.

- FGTS dos meses de novembro e dezembro/2014.

- multa do art. 477, § 8° da CLT (dispensas ocorridas no período de 05 a 13 de janeiro/2015).

- multa pelo descumprimento da obrigação de fazer, correspondente a R$ 300,00, por dia de atraso, no pagamento das verbas rescisórias das dispensas efetuadas a partir de fevereiro/2015 até a prolação desta sentença, cuja destinação será objeto de deliberação por este Juízo, posteriormente.

- contribuições sindical e assistencial devida ao sindicato-autor.

- contribuição sindical e assistencial em favor do SINTRICOM (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Mobiliário e Montagem de Três Lagoas e Região), no valor de R$ 196.273,12, cujos efeitos devem aguardar a decisão do Mandado de Segurança n. 0024291-85.2014.5.24.0000, preservando-se a segurança jurídica da prestação jurisdicional.

Determino que a primeira reclamada proceda ao recolhimento do FGTS correspondente aos meses de novembro e dezembro/2014, na conta vinculada de cada trabalhador, no prazo de 08 dias do trânsito em julgado desta decisão, a contar de sua intimação para o cumprimento da obrigação de fazer, sob consequência de responder diretamente pelo valor correspondente da obrigação.

Também determino que a primeira reclamada promova o recolhimento das contribuições previdenciárias e Imposto de Renda, incidentes sobre os salários dos trabalhadores, no prazo de 08 dias do trânsito em julgado desta decisão, a contar de sua intimação para o cumprimento da obrigação de fazer, sob consequência de responder diretamente pelo valor correspondente da obrigação.

Confirmo e torno definitiva a tutela antecipada concedida para fins de pagamento das verbas rescisórias em relação aos 592 trabalhadores dispensados a partir de 03 até 13 de janeiro de 2015, multa de 40% do FGTS e pensões alimentícias (ID 037a734).

Para fins de se evitar o enriquecimento sem causa, **determino que a Secretaria da Vara elabore uma listagem contendo os nomes de todos os trabalhadores que receberam as parcelas devidas no momento rescisório, inclusive com a descrição destas, tanto na Ação Cautelar, quanto na Ação Civil Coletiva, que ficará à disposição das partes e advogados para consulta.**

Tudo nos termos da fundamentação supra que passa a integrar o presente dispositivo para todos os efeitos legais.

Liquidação por cálculos. Correção monetária a partir da exigibilidade do crédito, observada a época própria com aplicação analógica do IPCA-E (CLT, art. 8º c/c art. 27 da Lei nº. 12.919/2013 e art. 27 da Lei nº. 13.080/2015), índice de correção de precatórios - inclusive em relação aos débitos trabalhistas -, também adotado pelo Banco Central para medição "oficial" da inflação. Quanto a indenização por dano moral deve ser observada a S. 439 do TST.

Juros moratórios, a contar do ajuizamento da ação, (CLT, art. 883), com observância da Súmula n. 200/TST.

Recolhimentos previdenciários e fiscais, na forma da lei. Para os efeitos do art. 832, § 3º, da CLT, observar-se-á quanto a natureza salarial as parcelas integrantes do salário-de-contribuição, conforme dispõe o art. 28 da Lei 8.212/91, excluindo-se aquelas expressamente relacionadas no § 9º do mesmo dispositivo legal.

Autorizo a dedução dos pagamentos comprovadamente realizados em idênticos títulos.

Honorários advocatícios em favor do sindicato-autor, no importe de 10% do valor da condenação.

Custas processuais pela primeira, terceira e quarta requeridas de forma solidária, sendo a segunda requerida de forma subsidiária, no importe de R$ 14.000,00, calculadas sobre R$ 7.000.000,00, valor provisório arbitrado à condenação.

Determino que seja oficiado ao MPF para apuração de possível fraude perpetrada pela empresa Galvão Engenharia S.A e a Vinci Crédito e Desenvolvimento I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, ao entabularem o suposto "contrato de cessão fiduciária", inclusive com cópia dos documentos Ids 2089aec até c2fc965.

Intime-se a PGFN.

AÇÃO CAUTELAR - Processo n. 0026394-43.2014.5.24.0072

Ante o exposto, na Ação Cautelar com pedido de liminar movida por **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA** em face de **CONSÓRCIO UFN III** e **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A**, decido extinguir de ofício sem resolução de mérito a pretensão de Ação de Prestação de Contas, por não se mostrar adequado com o trâmite da Ação Cautelar. Rejeitar as preliminares eriçadas, e no mérito:

- reconhecer e declarar definitivo os bloqueios de bens e valores realizados no presente processo.

- converter o bloqueio de bens do Consórcio UNF III, Galvão Engenharia S.A e Sinopec Petroleum do Brasil Ltda., em arresto visando garantir a efetividade da entrega da prestação jurisdicional, dos processos que tramitam em face das rés nesta Especializada.

- determinar que o saldo remanescente do bloqueio efetuado, seja transferido ao Processo n. 0024015-98.2015.5.24.0072 (Ação Civil Coletiva).

Tudo nos termos da fundamentação supra que passa a integrar o presente dispositivo para todos os efeitos legais.

Custas processuais pela primeira requerida, sendo a segunda requerida de forma subsidiária, no importe de R$ 65.992,35, calculadas sobre R$ 32.996.175,62, valores liberados para satisfação dos créditos, os quais equivalem à condenação.

Intimem-se as partes, sendo o Ministério Público do Trabalho, de forma pessoal (art. 18, inciso II, alínea 'h' e art. 84, inciso IV, da Lei Complementar 75/93).

Nada mais.

Daniela Rocha Rodrigues Peruca

Juíza do Trabalho Substituta

12 140

GCM

Caldeira . Coelho . Mendes
Advogados

DOC. 02

14572

12 141

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 2ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS - MS.

Processos nº: 0024015-98.2015.5.24.0071 e 0026394-43.2014.5.24.0072.

CONSÓRCIO UFN III, GALVÃO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA., todas já qualificadas nos autos do processo em epígrafe, que neste r. Juízo lhe move SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA, vem, tempestivamente, com fulcro no art. 897-A da CLT, opor os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** à r. sentença (ID. 07EA5B6), cuja prolação se dera no dia 15/05/2015 (sexta-feira), pelas razões de fato e de direito que passa a aduzir:

DO CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Data máxima venia, em que pese a brilhante sentença deste Juízo de primeiro grau, existem algumas omissões com relação à apreciação de pontos importantes das defesas das embargantes, bem como, da integral prova dos autos, devendo, portanto, em sede de embargos de declaração, sanar tais omissões.

DA OMISSÃO REFERENTE A DECISÃO DE CONSTRIÇÃO DE BENS DA EMBARGANTE GALVÃO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

No tocante ao deferimento da recuperação judicial da reclamada Galvão Engenharia S/A, tal decisão foi noticiada nos autos, juntado-se, inclusive, o despacho de deferimento do processamento da recuperação judicial.

Consta da petição (ID. 381221F) e do despacho (ID. F398D72) que não pode haver a venda ou retirada de bens do estabelecimento da recuperanda (Galvão Engenharia S/A), pois tais bens são essenciais ao desenvolvimento da sua atividade empresarial, sendo imprescindível para sua efetiva recuperação. Senão vejamos:

> ***"Determino, nos termos do art. 52 da Lei 11.101/05: (...) III - a suspensão de todas as ações e execuções contra as recuperandas, na forma do art. 6º da lei 11.101/05, bem como, a venda ou retirada de seus estabelecimentos dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial, que tiverem sido dados em garantias não sujeitas à recuperação judicial (parte final do §3º do art. 49 LRF)".***

No entanto, ao apreciar a questão da recuperação judicial da Galvão Engenharia, V. Exa. deixou de se manifestar quanto a impossibilidade de constrição dos bens da embargante. Demais disso, fez constar no item nº 8 da decisão da ação cautelar (bloqueios de bens e valores) a seguinte decisão:

> ***"Torno por definitivo os bloqueios de bens e valores realizados no presente processo. Converto o bloqueio de bens do Consórcio UFNIII, Galvão Engenharia S/A e Sinopec Petroleum do Brasil Ltda., em arresto visando garantir a efetividade da entrega da prestação jurisdicional, dos processos que tramitam em face das rés nesta Especializada."***

Vale frisar, que a prudência recomenda concentrar no juízo da recuperação judicial todas as decisões que envolvam o patrimônio da recuperanda, a fim de não comprometer a alternativa de mantê-la em funcionamento. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência abaixo transcritos:

> **STJ - CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 68.173 - SP (2006/0176543-8) EMENTA:** CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. COMERCIAL. LEI 11.101/05. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO.
>
> 1. ***A DECISÃO LIMINAR DA JUSTIÇA TRABALHISTA QUE DETERMINOU A INDISPONIBILIDADE DOS BENS DA EMPRESA***

14573

12 143

EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ASSIM TAMBÉM DOS SEUS SÓCIOS, NÃO PODE PREVALECER, SOB PENA DE SE QUEBRAR O PRINCÍPIO NUCLEAR DA RECUPERAÇÃO, QUE É A POSSIBILIDADE DE SOERGUIMENTO DA EMPRESA, FERINDO TAMBÉM O PRINCÍPIO DA "PAR CONDITIO CREDITORUM". 2. É COMPETENTE O JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA DECIDIR ACERCA DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA, TAMBÉM DA EVENTUAL EXTENSÃO DOS EFEITOS E RESPONSABILIDADES AOS SÓCIOS, ESPECIALMENTE APÓS APROVADO O PLANO DE RECUPERAÇÃO. 3. OS CRÉDITOS APURADOS DEVERÃO SER SATISFEITOS NA FORMA ESTABELECIDA PELO PLANO, APROVADO DE CONFORMIDADE COM O ART. 45 DA LEI 11.101/2005. 4. NÃO SE MOSTRA PLAUSÍVEL A RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS APÓS O MERO DECURSO DO PRAZO LEGAL DE 180 DIAS. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 3ª VARA DE MATÃO/SP.

STJ - CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. 79.170/SP RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. PRAZO DE CENTO E OITENTA DIAS. USO DAS ÁREAS OBJETO DA REINTEGRAÇÃO PARA O ÊXITO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO.

(...) 3. *No caso, o destino do patrimônio da empresa ré em processo de recuperação judicial não pode ser atingido por decisões prolatadas por juízo diverso daquele da Recuperação, sob pena de prejudicar o funcionamento do estabelecimento, comprometendo o sucesso de seu plano de recuperação, ainda que ultrapassado o prazo legal de suspensão constante do § 4º do art. 6º, da Lei nº 11.101/05, sob pena de violar o princípio da continuidade da empresa.* 4. Precedentes: CC 90.075/SP, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 04.08.08; CC 88661/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 03.06.08. 5. *Conflito positivo de competência conhecido para declarar o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo competente para decidir acerca das medidas que venham a atingir o patrimônio ou negócios jurídicos da Viação Aérea São Paulo - VASP." (Conflito de Competência nº 79.170/SP, publicado em 19/09/2008)*

Diante do exposto, verifica-se que a competência para determinar qualquer tipo de constrição de bens da recuperanda é do Juízo da recuperação judicial, sendo assim, requer que V. Exa. se pronuncie acerca da determinação de constrição de bens da empresa Galvão Engenharia S/A - em recuperação judicial.

DA CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, requer a V. Exa. sejam os presentes embargos de declaração conhecidos e acolhidos, a fim de que sejam sanadas as omissões constantes da r. sentença de fls. , e, por consequência, em razão dos efeitos infringentes dos embargos de declaração, seja reformada a decisão no tocante a determinação do bloqueio e posterior arresto de bens da embargante GALVÃO ENGENHARIA S/A - em recuperação judicial, conforme fundamentação supra.

Pede deferimento.

Três Lagoas/MS, 22 de maio de 2015.

Daniella Koike Ribeiro

OAB/SP nº 296.139

14574

12 145

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 1ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS - MS.

Processos nº: 0024015-98.2015.5.24.0071 e 0026394-43.2014.5.24.0072.

CONSÓRCIO UFN III, GALVÃO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA., todas já qualificadas nos autos do processo em epígrafe, que neste r. Juízo lhe move SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA, vem, tempestivamente, com fulcro no art. 897-A da CLT, opor os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** à r. sentença (ID. 07EA5B6), cuja prolação se dera no dia 15/05/2015 (sexta-feira), pelas razões de fato e de direito que passa a aduzir:

DO CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Data máxima venia, em que pese a brilhante sentença deste Juízo de primeiro grau, existem algumas omissões com relação à apreciação de pontos importantes das defesas das embargantes, bem como, da integral prova dos autos, devendo, portanto, em sede de embargos de declaração, sanar tais omissões.

DA OMISSÃO REFERENTE A DECISÃO DE CONSTRIÇÃO DE BENS DA EMBARGANTE GALVÃO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

No tocante ao deferimento da recuperação judicial da reclamada Galvão Engenharia S/A, tal decisão foi noticiada nos autos, juntado-se, inclusive, o despacho de deferimento do processamento da recuperação judicial.

Consta da petição (ID. 381221F) e do despacho (ID. F398D72) que não pode haver a venda ou retirada de bens do estabelecimento da recuperanda (Galvão Engenharia S/A), pois tais bens são essenciais ao desenvolvimento da sua atividade empresarial, sendo imprescindível para sua efetiva recuperação. Senão vejamos:

> ***"Determino, nos termos do art. 52 da Lei 11.101/05: (...) III - a suspensão de todas as ações e execuções contra as recuperandas, na forma do art. 6º da lei 11.101/05, bem como, a venda ou retirada de seus estabelecimentos dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial, que tiverem sido dados em garantias não sujeitas à recuperação judicial (parte final do §3º do art. 49 LRF)".***

No entanto, ao apreciar a questão da recuperação judicial da Galvão Engenharia, V. Exa. deixou de se manifestar quanto a impossibilidade de constrição dos bens da embargante. Demais disso, fez constar no item nº 8 da decisão da ação cautelar (bloqueios de bens e valores) a seguinte decisão:

> ***"Torno por definitivo os bloqueios de bens e valores realizados no presente processo. Converto o bloqueio de bens do Consórcio UFNIII, Galvão Engenharia S/A e Sinopec Petroleum do Brasil Ltda., em arresto visando garantir a efetividade da entrega da prestação jurisdicional, dos processos que tramitam em face das rés nesta Especializada."***

Vale frisar, que a prudência recomenda concentrar no juízo da recuperação judicial todas as decisões que envolvam o patrimônio da recuperanda, a fim de não comprometer a alternativa de mantê-la em funcionamento. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Conflitos de Competência abaixo transcritos:

> **STJ - CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 68.173 - SP (2006/0176543-8) EMENTA:** CONFLITO POSITIVO DE

14575

12 147

COMPETÊNCIA. COMERCIAL. LEI 11.101/05. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO.

1. ***A DECISÃO LIMINAR DA JUSTIÇA TRABALHISTA QUE DETERMINOU A INDISPONIBILIDADE DOS BENS DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ASSIM TAMBÉM DOS SEUS SÓCIOS, NÃO PODE PREVALECER, SOB PENA DE SE QUEBRAR O PRINCÍPIO NUCLEAR DA RECUPERAÇÃO, QUE É A POSSIBILIDADE DE SOERGUIMENTO DA EMPRESA, FERINDO TAMBÉM O PRINCÍPIO DA "PAR CONDITIO CREDITORUM". 2. É COMPETENTE O JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA DECIDIR ACERCA DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA, TAMBÉM DA EVENTUAL EXTENSÃO DOS EFEITOS E RESPONSABILIDADES AOS SÓCIOS, ESPECIALMENTE APÓS APROVADO O PLANO DE RECUPERAÇÃO.*** 3. OS CRÉDITOS APURADOS DEVERÃO SER SATISFEITOS NA FORMA ESTABELECIDA PELO PLANO, APROVADO DE CONFORMIDADE COM O ART. 45 DA LEI 11.101/2005. 4. NÃO SE MOSTRA PLAUSÍVEL A RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS APÓS O MERO DECURSO DO PRAZO LEGAL DE 180 DIAS. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 3ª VARA DE MATÃO/SP.

STJ - CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. 79.170/SP
RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. PRAZO DE CENTO E OITENTA DIAS. USO DAS ÁREAS OBJETO DA REINTEGRAÇÃO PARA O ÊXITO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO.

(...) 3. ***No caso, o destino do patrimônio da empresa ré em processo de recuperação judicial não pode ser atingido por decisões prolatadas por juízo diverso daquele da Recuperação, sob pena de prejudicar o funcionamento do estabelecimento, comprometendo o sucesso de seu plano de recuperação, ainda que ultrapassado o prazo legal de suspensão constante do § 4º do art. 6º, da Lei nº 11.101/05, sob pena de violar o princípio da continuidade da empresa.*** 4. Precedentes: CC 90.075/SP, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 04.08.08; CC 88661/SP, Rel. Min, Fernando Gonçalves, DJ 03.06.08. ***5. Conflito positivo de competência conhecido para declarar o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo competente***

12 198

para decidir acerca das medidas que venham a atingir o patrimônio ou negócios jurídicos da Viação Aérea São Paulo - VASP." (Conflito de Competência nº 79.170/SP, publicado em 19/09/2008)

Diante do exposto, verifica-se que a competência para determinar qualquer tipo de constrição de bens da recuperanda é do Juízo da recuperação judicial, sendo assim, requer que V. Exa. se pronuncie acerca da determinação de constrição de bens da empresa Galvão Engenharia S/A - em recuperação judicial.

DA CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, requer a V. Exa. sejam os presentes embargos de declaração conhecidos e acolhidos, a fim de que sejam sanadas as omissões constantes da r. sentença de fls. , e, por consequência, em razão dos efeitos infringentes dos embargos de declaração, seja reformada a decisão no tocante a determinação do bloqueio e posterior arresto de bens da embargante GALVÃO ENGENHARIA S/A - em recuperação judicial, conforme fundamentação supra.

Pede deferimento.

Três Lagoas/MS, 22 de maio de 2015.

Daniella Koike Ribeiro

OAB/SP nº 296.139

14576

12149

GCM

Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

DOC. 03

12 150

Processo nº 0026394-43.2014.5.24.0072

Requerente: **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA**

Requeridas: **CONSÓRCIO UFN III e PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS**

Data do julgamento: 03.06.2015

RELATÓRIO

A segunda requerida qualificada nos autos apresentou embargos de declaração (ID 704037a) alegando cerceamento de defesa e insurgindo-se quanto as seguintes matérias: do cabimento cautelar ausência de requisitos, bloqueio de valores e bloqueio de bens - não aceitação por parte da requerida de figurar como depositária dos bens do consórcio.

O autor não apresentou impugnação acerca dos embargos manejados pela segunda requerida (ID e290ca1).

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Admissibilidade

Embargos de declaração são tempestivos, merecendo conhecimento.

Mérito

1.Cerceamento de Defesa

A segunda embargante suscita cerceamento de defesa ao argumento que protestou pela produção de prova testemunhal.

Não lhe assiste razão.

Conforme assentado na decisão, ora acatada, a prova da fiscalização da execução do contrato é eminentemente documental, não comportando dilação probatória, ao menos é o que se extrai do art. 67 da Lei 8.666/93, vejamos:

> *"Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.*

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes". (grifei)

Percebe-se da norma em comento que o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato deverá ser anotado em registro próprio, o que impõe concluir o dever da segunda reclamada em apresentar a documentação pertinente.

No mais, o sistema processual pátrio consagra o princípio do livre convencimento motivado, podendo o magistrado valer-se somente das provas que julgar necessárias, desde que fundamente sua decisão (artigos 130 e 131 do Código de Processo Civil), inclusive, dispensando as provas desnecessárias, inúteis e protelatórias.

Sendo assim, rejeito os embargos.

2.Do Cabimento da Cautelar - Ausência de Requisitos/ Bloqueio de Valores/ Bloqueio de Bens - Não aceitação por parte da Petrobras de figurar como depositária dos bens do Consórcio arrestados

Verifico que a irresignação da segunda embargante em relação ao cabimento da cautelar - ausência de requisitos, bloqueio de valores e bloqueio de bens (não aceitação de figurar como depositária dos bens do Consórcio arrestados), esta adstrita a maneira pela qual este juízo decidiu os pleitos, o que não comporta análise por meio de embargos de declaração.

Saliento que quanto ao bloqueio de bens e suposta alegação de depositária destes, a sentença, ora atacada, rejeitou a arguição, pois em nenhum momento a Petrobrás foi considerada depositária dos bens arrestados do Consórcio, até porque se assim o fosse, seria lavrado o termo de recebimento e responsabilidade pelos bens, o que inexiste nos autos.

No mais, pontua-se que os embargos de declaração não servem para o juiz rever as provas dos autos ou alterar o conteúdo da sentença, isso desafia recurso próprio, no caso, recurso ordinário, o qual devolve ao Tribunal a apreciação das matérias do apelo em razão do efeito devolutivo em profundidade.

Assim para a reforma da decisão, deverá a embargante interpor o recurso apropriado, sendo, inabível para tal propósito o manejo de embargos de declaração.

Por tais razões rejeito os embargos opostos.

DISPOSITIVO

Face ao exposto, na ação cautelar que **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA**move em face de **CONSÓRCIO UFN III e PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS**, admito os embargos declaratórios da segunda requerida para, no mérito, REJEITÁ-LOS.

Tudo na forma da fundamentação, integrante deste dispositivo no que pertinente às soluções adotadas.

Intimem-se as partes.

12 152

Daniela Rocha Rodrigues Peruca

Juíza do Trabalho Substituta

14578

12 153

Processo nº 0024015-98.2015.5.24.0072

Requerente: **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA**

Requeridas: **CONSÓRCIO UFN III, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, GALVÃO ENGENHARIA S.A, SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA.**

Data do julgamento: 03.06.2015

RELATÓRIO

A primeira, terceira e quarta requeridas qualificadas nos autos apresentaram embargos de declaração (ID c996db9) alegando omissão na sentença (ID 07ea5b6).

A segunda requerida apresentou embargos de declaração (ID cc96f32), alegando cerceamento de defesa e insurgindo-se quanto as seguintes matérias: ilegitimidade passiva, fiscalização do contrato, contribuição sindical e honorários advocatícios.

O autor não apresentou impugnação acerca dos embargos manejados pelas partes adversas (ID 1191b8a).

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Admissibilidade

Os embargos de declaração são tempestivos, merecendo conhecimento.

Mérito

a) **Embargos de Declaração - Consórcio UFN III, Galvão Engenharia S.A, Sinopec Petroleum do Brasil LTDA (ID c99db9)**

Omissão- referente a decisão de constrição de bens da Embargante Galvão Engenharia S.A. - Em Recuperação Judicial

As embargantes alegam omissão na sentença ao argumento de que não foi apreciado o pleito de recuperação judicial no que tange a constrição de bens da empresa Galvão Engenharia S.A.

Assiste razão às embargantes quanto à omissão.

Todavia, a constrição de bens na sentença apenas confirmou a liminar concedida no Processo Cautelar (nº 0026394-46.2014.5.24.0072), que foi proferida anteriormente ao deferimento da recuperação judicial.

Ora, se a constrição foi levada a efeito em data anterior (12.12.2014) a recuperação judicial, há prosseguimento normal da execução trabalhista até a integral satisfação do crédito.

Ainda que assim não fosse, tem-se que a recuperação judicial não se trata de Juízo Universal, portanto, não há universalidade a atrair todas as ações que tramitem em face da empresa em recuperação, como acontece no caso de falência.

Diante do exposto, visando o aclaramento e integração da sentença (ID 07ea5b6), indefiro o pleito de suspensão de constrição de bens da empresa Galvão Engenharia S.A em decorrência da recuperação judicial.

Os demais termos da sentença remanescem inalterados.

b.Embargos de Declaração - Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras (ID cc96f32)

1. Cerceamento de Defesa

A segunda embargante suscita cerceamento de defesa ao argumento que protestou pela produção de prova testemunhal e contábil.

Não lhe assiste razão.

Conforme assentado na decisão, ora acatada, a prova da fiscalização da execução do contrato é eminentemente documental, não comportando dilação probatória, ao menos é o que se extrai do art. 67 da Lei 8.666/93, vejamos:

> *"Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.*
>
> ***§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.***
>
> *§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes". (grifei)*

Percebe-se da norma em comento que o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato deverá ser anotado em registro próprio, o que impõe concluir o dever da segunda reclamada em apresentar a documentação pertinente.

Já a prova contábil deve ser levada a efeito na fase de cumprimento da decisão judicial e não na fase conhecimento, até porque não se trata de ação de prestação de contas.

14579

12 155

No mais, o sistema processual pátrio consagra o princípio do livre convencimento motivado, podendo o magistrado valer-se somente das provas que julgar necessárias, desde que fundamente sua decisão (artigos 130 e 131 do Código de Processo Civil), inclusive, dispensando as provas desnecessárias, inúteis e protelatórias.

Sendo assim, rejeito os embargos.

2. Ilegitimidade Passiva, Fiscalização do Contrato, Contribuição Sindical e Honorários Advocatícios.

Verifico que a irresignação da segunda embargante em relação a ilegitimidade passiva, fiscalização do contrato, contribuição sindical e honorários advocatícios, esta adstrita a maneira pela qual este juízo decidiu os pleitos, o que não comporta análise por meio de embargos de declaração.

Pontua-se que os embargos de declaração não servem para o juiz rever as provas dos autos ou alterar o conteúdo da sentença, isso desafia recurso próprio, no caso, recurso ordinário, o qual devolve ao Tribunal a apreciação das matérias do apelo em razão do efeito devolutivo em profundidade.

Assim para a reforma da decisão, deverá a embargante interpor o recurso apropriado, sendo, incabível para tal propósito o manejo de embargos de declaração.

Por tais razões rejeito os embargos opostos.

DISPOSITIVO

Face ao exposto, na ação civil coletiva que **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PESADA**move em face de **CONSÓRCIO UFN III, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, GALVÃO ENGENHARIA S.A, SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA.**, admito os embargos declaratórios da primeira, terceira e quarta requeridas para, no mérito, ACOLHÊ-LOS, constando da fundamentação da sentença (ID 07ca5b6), o indeferimento do pleito de suspensão de constrição de bens da empresa Galvão Engenharia S.A., em decorrência da recuperação judicial.

Admito os embargos declaratórios da segunda requerida para, no mérito, REJEITÁ-LOS.

Tudo na forma da fundamentação, integrante deste dispositivo no que pertinente às soluções adotadas.

Intimem-se as partes.

Daniela Rocha Rodrigues Peruca

Juíza do Trabalho Substituta

12 156

GCM

Guidino , Coelho . Mendes
Advogados

DOC. 04

14580

12 157

Galdino · Coelho · Mendes

Flavio Galdino	Marcelo Atherino	Vanessa F. Rodrigues	Gabriel Jacarandá
Sergio Coelho	Marta Alves	Milene Pimentel Moreno	Pedro Mota
João Mendes de O. Castro	Filipe Guimarães	Julianne Zanconato	Lana Mine Nagai
Rodrigo Cândido de Oliveira	Fabrizio Pires Pereira	Rodrigo Gerda	Annita Germau
Eduardo Takemi Kataoka	Cláudia Mazzeli Trindade	Lia Stephanie S. Poropiti	Adrianna Chambô Eiger
Cristina Brancastelli	Gabriel Rocha Barreto	Wallace de Almeida Corbo	André Furquim Werneck
Gustavo Salgunieo	Miguel Mana	Carlos Brantes	
Rafael Pimenta	Felipe Brandão	Isabela Rampini Esteves	
Isabel Picot França	Danilo Falinkos	Renato Alves	

EXMO. SR. MINISTRO FRANCISCO FALCÃO, PRESIDENTE DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Distribuição Urgente – Pedido de Liminar

Prevenção do Exmo. Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("**GESA**"), sociedade por ações de capital fechado inscrita no CNPJ sob o nº 01.340.937/0001-79, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 2º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005 e com filial inscrita no CNPJ sob o nº 01.340.937/0011-40, localizada na Rua Santa Luzia, nº 651, 27º andar, Parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20030-041, vem a V. Exa. por seus advogados abaixo assinados (Doc. 01), com fundamento nos arts. 115 e seguintes do CPC e 105, inciso I, "d", da Constituição Federal, suscitar o presente **CONFLITO DE COMPETÊNCIA**, com fundamento nos argumentos de fato e de direito a seguir aduzidos.

Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 138 / 11º andar
20040-002 / Centro
Rio de Janeiro / RJ
T +55 21 3795 0240

São Paulo
Av. Bem. Faria Lima 3900 / 11º andar
04538-132 / Itaim Bibi
São Paulo / SP
T +55 11 3071 3500

Brasília
SAUS Sul / quadra 05
bloco A / nº 17 / sala 501 / 5º
70070-050 / Brasília / DF
T +55 61 9923 3865

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51

Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02685953404 NºSérie Certificado: 443821525455990088181669554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93538693593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

12 158

GCM

CABIMENTO. COMPETÊNCIA DESTE E. STJ E
PREVENÇÃO DO MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

1. O presente conflito de competência coloca em lados opostos o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, integrante do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e o d. Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS, integrante do E. Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região ("TRT24").

2. O primeiro juízo suscitado é aquele em que em 27.03.2015 deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial da GESA (Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001), fixando, por conseguinte, sua competência para conhecer todas as ações que versem sobre bens, interesses e negócios da recuperanda e que afetam a recuperação judicial.

3. De outro lado, tem-se o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS, perante o qual tramitam (a) a "Ação Cautelar Inominada com Pedido de Antecipação de Tutela *inaudita altera parte*, para Bloqueio de Valores e Cessação de Demissão de Trabalhadores" ("Ação Cautelar"); e (b) a "Ação Declaratória de Direitos Trabalhistas e Rescisórios de Trabalhadores Demitidos e em Vias de Serem Demitidos, cumulada com Pedido de Bloqueio de Valores e Consequente Pagamento de tais Direitos" ("Ação Declaratória"); ambas propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral ["SINTIESPAV/MS"] contra a GESA, o Consórcio UEN III ("Consórcio") e a Sinopec Petroleum do Brasil Ltda. ("Sinopec") (Processos nº 0026394-43.2014.5.24.0072 e 0024015-98.2015.5.24.0071, respectivamente).

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51
Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02685953404 NºSérie Certificado: 443821525445990088181669554301258189O9
Id Carimbo do Tempo: 93538893593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

4. O Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS, em 9.12.2014 acolheu o pedido liminar formulado pela SINTIESPAV/MS, no âmbito da Ação Cautelar, para determinar o bloqueio de todos os valores eventualmente existentes nas contas correntes e ativos financeiros de titularidade da GESA, do Consórcio e da Sinopec, até o limite de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), valor estimado pela própria SINTIESPAV/MS para satisfação total das verbas rescisórias para o pagamento dos 1.774 trabalhadores demitidos pelo Consórcio.

5. A decisão liminar em comento, ainda determinava que, *"em caso de não efetivação dos bloqueios judiciais, sejam sequestrados veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas das reclamadas e suas constituídas, existentes no canteiro de obras da UFN-III de Três Lagoas, localizado às margens da rodovia BR-158, Distrito Industrial da Moeda, a 28km de Três Lagoas (...)."*

6. No mesmo sentido, procedeu o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS em relação à Ação Declaratória, determinando o bloqueio de valores e de bens de propriedade da GESA, do Consórcio e da Sinopec, depositados no canteiro de obra.

7. Em que pese a apresentação de manifestação pela GESA tanto na Ação Cautelar quanto na Ação Declaratória acerca da propositura de ação de recuperação judicial e o deferimento de seu processamento, nenhuma medida no sentido de liberar tais gravames foi adotada pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS, o qual, em via inversa, indeferiu expressamente o pleito formulado neste sentido.

8. A determinação de penhora *on line* direcionada à Galvão Engenharia e às demais empresas do "Grupo Galvão" privilegia os credores provenientes das reclamações trabalhistas que tramitam na 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS.

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51

Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSério Certificado: 443821525455890088181669554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93538693593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

GCM 12 160

em detrimento daqueles que se encontram devidamente habilitados no processo de recuperação judicial.

9. Tem-se, assim, como configurado o conflito.

10. De outro giro, veja-se que se trata de Conflito que coloca em lados opostos juízos vinculados a Tribunais diversos, preenchendo a hipótese da alínea "d" do art. 105 da Constituição Federal, que determina ainda que, nesses casos, o conflito deve ser dirimido por este E. STJ.

11. Ademais, o Regimento Interno deste E. STJ estabelece, em seu art. 12, inciso IV, cumulado com o art. 9º, §2º, a competência da Segunda Seção para processar e julgar os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, bem como entre o Tribunal e Juízes a ele não vinculados e Juízes vinculados a Tribunais diversos, relativos ao direito do trabalho, falências e direito privado em geral.

12. Sob esse prisma – e levando-se em conta que o presente conflito, como já mencionado, coloca em lados opostos o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, integrante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e o d. Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS, integrante do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, a fim de definir qual é o competente para realizar atos de constrição sobre ativos essenciais de empresa em recuperação judicial para fins de garantir o pagamento de créditos concursais – conclui-se pela competência desta E. Segunda Seção do STJ para processar e julgar o presente Conflito de Competência.

13. Daí se tem que os autos do presente Conflito de Competência devem ser distribuídos a um dos Ministros integrantes da Segunda Seção deste E. STJ, se possível, para o Exmo. Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Explica-se.

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51

Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 443821525455990089181689564301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93538693593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

14. Em 15.04.2015, foi suscitado Conflito de Competência pela GESA, autuado sob o nº 139.693 e distribuído sob a relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, da Segunda Seção deste E. STJ, tendo em vista decisão proferida pelo d. Juízo da 4ª Vara Cível de Três Lagoas/MS.

15. Por meio daquele Conflito de Competência, a GESA requereu fosse reconhecida a competência do d. Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro para deliberar acerca de pedidos de constrição de bens para garantir o pagamento de créditos concursais, em razão da sua recuperação judicial.

16. Naquele caso, o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva deferiu o pedido liminar formulado pela GESA [Doc. 02], determinando o sobrestamento daquele feito e designando o Juízo Empresarial para julgar eventuais questões urgentes.

17. O presente conflito, assim como o anterior, coloca em lados opostos o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro e um Juízo fracionário que determinou liminarmente atos de constrição sobre os bens essenciais da GESA.

18. Como as decisões proferidas pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS se resolvem no bloqueio de ativos da GESA, é imperiosa a necessidade de que este Conflito de Competência seja analisado pela mesma Turma julgadora (*in casu*, a 2ª Seção deste E. Tribunal), se possível relatado pelo mesmo Ministro, sob pena de se possibilitar a prolação de decisões divergentes e conflitantes.

19. Afinal, não poderia ser decidido em um caso pela competência do Juízo Empresarial e em outro pela competência de Juízo fracionário em situações absolutamente idênticas.

20. Uma das missões de maior relevância deste E. STJ é justamente a de manter a uniformidade de julgamentos em todo o território nacional, não se

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51
Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 443821625455990088181669554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 935386933931O2 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:59hs

GCM 12 162

admitindo que passa, *intra muros*, proferir decisões dissonantes em relação a Conflitos de Competência que versam exatamente a mesma matéria e oriundos de um mesmo processo de recuperação judicial.

21. Demonstrados o cabimento e a competência deste E. Tribunal, bem como a prevenção do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, passa-se a explicar melhor os fatos e as razões pelas quais se entende que o Juízo competente é aquele perante o qual se processa a recuperação judicial da GESA.

A PARTICULAR SITUAÇÃO DA GESA

22. Como é fato notório, a GESA mergulhou em grave crise econômico-financeira, que afetou gravemente o seu fluxo de caixa, levando-a a formular pedido de recuperação judicial em 25.03.2015 perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Doc. 03). O pedido foi distribuído para o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

23. Após parecer favorável do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Doc. 04), o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro **deferiu o processamento do pedido em 27.03.2015** (Doc. 05).

24. Assim, deve-se concluir que a GESA encontra-se oficialmente sob o especial regime da recuperação judicial desde 25.03.2015. Todos os créditos existentes (vencidos ou não) até esta data são considerados créditos.

25. O Plano de Recuperação Judicial (Doc. 06) apresentado por GESA e GALPAR foi aprovado maciçamente pelos seus credores. Na Classe I, formada pelos credores trabalhistas, 100% dos credores votaram favoravelmente à aprovação do

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51
Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02885963404 NºSério Certificado: 443621525405990088181669554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93538693693102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

Plano. Na Classe III, constituída pelos credores quirografários, o Plano recebeu votos favoráveis de 89,6% dos credores presentes e 66,66% dos créditos presentes. Já na Classe IV, formada pelos credores constituídos sob a forma de pequenas empresas ou empresas de pequeno porte, a votação favorável à aprovação do Plano foi de 95,93% dos credores presentes à Assembleia[1] (Doc. 07).

26. Após parecer favorável do Ministério Público (Doc. 08), o Plano de Recuperação foi homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, em decisão proferida em 14.09.2015 e publicada em 22.09.2015 (Doc. 09).

Pelo exposto, resta incontroverso que tanto a GESA quanto a GALPAR encontra-se oficialmente sob o regime recuperacional pelos próximos dois anos e que todos os créditos concursais de que sejam devedoras – reconhecidos ou não nesta data – deverão ser pagos na forma do Plano de Recuperação aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo competente.

DO PROCESSO TRABALHISTA QUE ENSEJOU O CONFLITO

27. O presente conflito de competência tornou-se necessário em razão de decisões proferidas em sede de Ação Cautelar e de respectiva Ação Declaratória, ambas ajuizadas pelo SINTIESPAV/MS em face da GESA, do Consórcio e da Sinopec. Estas ações tramitam sob os auspícios do Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS (Doc. 10 e Doc. 11).

28. Sob o argumento de que a GESA enfrentava forte crise econômico-financeira e consequente risco de dilapidação patrimonial que influenciasse na

[1] Importante deixar consignado que a lista de credores divulgada pelo I. Administrador Judicial não contém Classe II.

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51
Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02885953404 NºSérie Certificado: 443821525455990089181669554301258816909
Id Carimbo de Tempo: 93538693593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

GCM 12 164

quitação dos empregados contratados para execução da obra UFN III, o SINTIESPAV/MS requereu a concessão de liminar para o bloqueio de valores e bens da GESA depositados no canteiro de obras da UFN III, de modo a garantir o pagamento das indenizações e verbas rescisórias dos empregados demitidos, o que foi deferido em 09.12.2014 nos autos da Ação Cautelar, antes mesmo do ajuizamento do pedido de recuperação judicial.

29. Recebida e processada a ação, foi proferida decisão liminar determinando (i) o bloqueio de todos os valores existentes nas contas correntes e ativos financeiros de titularidade da GESA, do Consórcio e da Sinopec, até o limite de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais); e (ii) em caso de não efetivação dos bloqueios judiciais, o sequestro de veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas da GESA, do Consórcio e da Sinopec, depositados no canteiro da obra UFN III.

30. Concedida a liminar, o SINTIESPAV/MS apresentou, dentro do prazo legal, a Ação Declaratória principal, que foi recebida com o deferimento de antecipação dos efeitos da tutela para igualmente bloquear todos os valores existentes nas contas correntes e ativos financeiros existentes em nome da GESA, do Consórcio e da Sinopec (decisão que veio a ser complementada pela decisão proferida em 29.01.2015, que manteve o bloqueio de bens efetivado na Ação Cautelar).

31. Em 07.05.2015, foram proferidas sentenças em ambos os casos, convertendo a liminar de bloqueio de bens em arresto (Doc. 12 e Doc. 13).

32. Visando sanar omissões do julgado, a GESA opôs embargos de declaração (Doc. 14 e Doc. 15), a fim de que o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS se manifestasse expressamente sobre a recuperação judicial da

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51
Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665963404 Nº Série Certificado: 443821525455990088181686955430125816909
Id Carimbo de Tempo: 93538693593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

demandada, reconhecendo, por seu turno, a competência do Juízo Empresarial do Rio de Janeiro.

33. No entanto, os embargos declaratórios foram rejeitados, em decisão proferida em 03.06.2015 (Doc. 16).

34. Além disso, nas últimas semanas o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS emitiu ordem de bloqueio, via Bacenjud, contra a GESA e todas as empresas que pertencem ao Grupo Galvão, conforme se comprova pelos relatórios de bloqueios anexos (Doc. 17), na tentativa de ver garantido créditos de natureza concursal decorrente das reclamações trabalhistas na fase de execução.

35. No entanto, a manutenção do bloqueio sobre bem essenciais da GESA – tais como, por exemplo: rolos compactadores, caminhões basculantes e etc. – seguida da negativa do Juízo em rever a decisão à luz do fato de a GESA agora se encontrar sob o regime recuperacional tornaram necessário o ajuizamento deste Conflito de Competência.

36. Obviamente, a GESA já interpôs recurso ordinário em face da referida sentença (Doc. 18). No entanto, a situação não pode perdurar, o que evidencia a urgência deste Conflito de Competência.

INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS/MS

37. Como se pretende demonstrar a seguir, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS é incompetente para realizar qualquer ato constritivo sobre bens da GESA, em especial sobre bens essenciais para a sua operação, como sejam

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51
Documento eletrônico e-Pet nº 1961939 com assinatura digital
Signatário(a): MALENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 443621525459990088181689554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93536693593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

GCM 12 167

os arrestados. Com efeito, trata-se de ativos empregados diretamente à atividade de construção, atividade fim da GESA.

38. Como é sabido, o art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005 impede "*a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial*".

39. Com efeito, cinge-se a controvérsia em saber a quem compete decidir sobre a constrição do patrimônio de uma empresa em recuperação judicial, em especial em se tratando de ativos que são essenciais à operação desta empresa.

40. A questão já se encontra pacificada no âmbito deste E. STJ, que reconhece ser o juízo onde se processa a recuperação judicial o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de constrição ou execução.

41. Como regra geral, por conseguinte, anote-se o princípio da universalidade do juízo recuperacional, com a *vis attractiva*, no sentido de que exerce força de atração sobre os demais processos de interesse dos credores.

42. Nestes termos, a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, em tese, deveria funcionar como inibidor da prática de atos de constrição patrimonial, a bem de viabilizar a mais produtiva realização dos ativos que, afinal, é o próprio objetivo da lei, e o princípio da paridade de credores.

43. Ao que parece, o juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS entende estar "garantindo" o adimplemento das obrigações atinentes a determinado número de empregados representados pelo SINTTESPAV/MS, mas, na verdade, está privando a GESA de utilizar equipamentos e insumos absolutamente essenciais à sua atividade. Ao privar a GESA de desempenhar a sua atividade em

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51
Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 443821525455990089181689554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93538693583102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

grau máximo de eficiência, está criando obstáculos para o efeito soerguimento da companhia, do que depende o fluxo de receitas necessário paga o pagamento de todos os credores.

44. A rigor, quando uma empresa se encontra sob o especial regime de recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se esgota no momento da apuração do *quantum* eventualmente devido[2]. Neste sentido:

> "PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.
> **1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista.**
> (...)
> **3. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, *a fortiori*, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.**

---

[2] "Declarado por sentença o direito que o autor tem contra o devedor falido ou em recuperação, bastará apenas comunicar o fato ao juízo da recuperação ou falência comprovando o alegado, para que o crédito seja automaticamente incluído no quadro geral, independentemente de habilitação. Aliás, o valor suficiente para atendimento do crédito poderá até já estar reservado, na forma do art. 6º, §3º. O pedido de reserva é feito por simples petição, acompanhada dos documentos comprobatórios do alegado, como o valor ainda não está definido, dependendo de sentença, deverá o peticionário estimar o valor a ser reservado, o que será examinado pelo juiz, que poderá, se for o caso, reduzir o valor da reserva" (Bezerra Filho, Manoel Justino. Nova Lei de Recuperação e Falências comentada. 3ª edição. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2005. p. 60).

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51

Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 4438215254559900891818895543012581690 9
Id Carimbo de Tempo: 93538693593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

12 169

GCM

> 4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal".
> (STJ. Conflito de Competência nº 112.799/DF. Segunda Seção. Min. Rel. Luis Felipe Salomão. DJ. 22/03/2011)

45. Não se pode perder de vista que, de acordo com o disposto no art. 47 da Lei nº 11.101/2005, viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da sociedade devedora (objetivo do instituto da recuperação judicial) é pré-condição necessária para promoção de seu princípio maior: o de preservação da empresa e de sua função social.

46. A jurisprudência desta E. Corte é sólida neste sentido, como se infere dos precedentes lapidares abaixo transcritos:

> "CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO FALIMENTAR E JUÍZO TRABALHISTA. EXECUÇÃO TRABALHISTA. ARREMATAÇÃO DE IMÓVEL. CARTA DE ARREMATAÇÃO REGISTRADA.
> I - Compete ao Juízo onde se processa a recuperação judicial julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução que tenham origem em créditos trabalhistas.
> II - Ocorre que, tendo sido registrada a carta de arrematação, deixa-se de declarar a nulidade do ato, esclarecendo-se que o produto da alienação judicial deverá ser encaminhado pelo Juízo trabalhista ao Juízo falimentar, habilitando-se o credor trabalhista nos autos da falência, a fim de que sejam observadas as preferências legais.
> Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo falimentar".

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51
Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02685963404 NºSérie Certificado: 443821525455990088181869554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93538693593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

(STJ. Conflito de Competência nº 112.390/PA. Segunda Seção. Min. Rel. Sidnei Beneti):

***

"CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADJUDICAÇÃO DO BEM. NA JUSTIÇA TRABALHISTA, DEPOIS DE DEFERIDO O PEDIDO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESFAZIMENTO DO ATO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.

1 - A jurisprudência desta Corte assentou-se no sentido de que, decretada a falência ou deferido o processamento da recuperação judicial, as execuções contra o devedor não podem prosseguir, ainda que exista prévia penhora. Na hipótese de adjudicação posterior levada a efeito em juízo diverso, o ato deve ser desfeito, em razão da competência do juízo universal e da observância do princípio da preservação da empresa.

2 - De acordo com o entendimento deste Tribunal Superior, admite-se a prorrogação do prazo suspensivo das ações e execuções ajuizadas em face da sociedade em crise econômico-financeira, previsto no art. 6º, § 3º, da Lei n. 11.101/2005.

3 - Conflito de competência conhecido, declarada a competência do Juízo da Vara de Falência e Recuperações Judiciais e decretada a nulidade da adjudicação.

(STJ. Conflito de Competência nº 111.614/DF. Segunda Seção. Min. Rel. Nancy Andrighi. DJ. 19.06.2013]

47. Ao promover atos de expropriação e de execução, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS está desfalcando a GESA de um acervo de bens que

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51

Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 443821525455990088181669554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 935388935B3102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

GCM 12 171

deve garantir a continuidade das suas atividades, o que é condição para a geração das receitas necessárias par ao pagamento da integralidade dos credores.

48. É preciso impedir que decisões pulverizadas possam, ainda que indiretamente, inviabilizar a operação das empresas em recuperação judicial e, por consequência, o pagamento dos credores.

49. A esse respeito, recorre-se mais uma vez à jurisprudência deste E. STJ, que já se consolidou no sentido de (i) reconhecer sua própria competência para decidir conflito de competência envolvendo o tema ora em destaque; e (ii) afirmar a competência do Juízo Recuperacional em casos análogos. Vejamos:

> **"AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUÍZO FALIMENTAR. EXECUÇÃO TRABALHISTA. ARREMATAÇÃO REALIZADA POSTERIORMENTE AO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA. UNIVERSALIDADE DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. ANULADA A ARREMATAÇÃO, REALIZADA POR JUÍZO DIVERSO DO DA RECUPERAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.**
>
> I - O Juízo em que se processa a recuperação judicial é o competente para julgar as causas que envolvam interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução que tenham origem em créditos trabalhistas.
>
> II - Consideradas as peculiaridades do caso, a preservação do ato de arrematação realizado pelo Juízo incompetente, depois de deferido e persistindo o processo judicial de recuperação, não deve subsistir, uma vez que tal decisão é nitidamente incompatível com o objetivo da Lei n. 11.101/2005.

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51
Documento eletrônico e-Pet nº 1361639 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 Nº Série Certificado: 443821526455990088181668554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93538693593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

III.- A nulidade resulta da incompetência absoluta e, por isso, pode ser declarada em Conflito de Competência (CPC, art. 122), mormente por se tratar de arrematação cuja carta ainda não foi registrada. Agravo Regimental provido, conhecendo-se do Conflito e declarando competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Indaiatuba - SP. Em consequência, declara-se a nulidade da arrematação realizada na reclamação trabalhista, posterior ao deferimento da recuperação judicial da executada".

(STJ. Ag. Reg. nos EDcl no CC 99.548/SP. Segunda Seção. Min. Rel. Sidnei Beneti. D.j. 23.02.2011).

***

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - ARRESTO DOS BENS DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - IMPOSSIBILIDADE - SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS - NECESSIDADE - PRECEDENTES - COMPETÊNCIA DO JUÍZO EM QUE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

I - A e. 2ª Seção desta a. Corte, ao sopesar a dificuldade ou mesmo total inviabilização da implementação do plano de recuperação judicial, decorrente da continuidade das execuções individuais, concluiu que, aprovado e homologado o plano de recuperação judicial, os créditos deverão ser executados de acordo com as condições ali estipuladas;

II - Convalidação da liminar anteriormente concedida, reconhecendo a competência do r. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Distrital de Catelras/SP".

(STJ. Conflito de Competência nº 98.264/SP. Segunda Seção. Min. Rel. Massami Uyeda. D.j. 06.04.2009)

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51

Documento eletrônico e-Pet nº 1361938 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 443821525455990089818689554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93538693593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

12 173

GCM

***

"PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Após o deferimento da recuperação judicial, a competência para a prática de atos que comprometam o patrimônio da empresa em recuperação é do juízo onde esta se processa.

2. Segundo entendimento firmado pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo de 180 dias previsto no art. 6, § 4º, da Lei 11.101/2005.

3. Agravo regimental a que se nega provimento".

(STJ, Ag. Reg. no Conflito de Competência nº 104.500/SP, Segunda Seção, Min. Rel. Vasco Della Giustina, D.j. 27.04.2011)

***

"O juízo responsável pela recuperação judicial detém a competência para dirimir todas as questões relacionadas, direta ou indiretamente, com tal procedimento, inclusive aquelas que digam respeito à alienação judicial conjunta ou separada de ativos da empresa recuperanda, diante do que estabelecem os arts. 6º, caput e § 2º, 47, 59 e 60, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005.

(...)".

(STJ, Ag. Reg. no Conflito de Competência nº 97.732/RJ, Segunda Seção, Min. Rel. João Otávio de Noronha, D.j. 05.11.2010)

***

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51

Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 443821525455990068181669554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93538935593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

"CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. COMERCIAL. LEI 11.101/05. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO.

1. A decisão liminar da Justiça Trabalhista que determinou a indisponibilidade dos bens da empresa em recuperação judicial, assim também dos seus sócios, não pode prevalecer, sob pena de se quebrar o princípio nuclear da recuperação, que é a possibilidade de soerguimento da empresa, ferindo também o princípio da "*par condicio creditorum*".

2. É competente o juízo da recuperação judicial para decidir acerca do patrimônio da empresa recuperanda, também da eventual extensão dos efeitos e responsabilidades aos sócios, especialmente após aprovado o plano de recuperação.

3. Os créditos apurados deverão ser satisfeitos na forma estabelecida pelo plano, aprovado de conformidade com o art. 45 da Lei 11.101/2005.

4. Não se mostra plausível a retomada das execuções individuais após o mero decurso do prazo legal de 180 dias".

(ST]. Conflito de Competência nº 68.173/SP. Segunda Seção. Min. Rel. Luis Felipe Salomão. D.j. 04.12.2008)

50. Não se pode olvidar, ainda, que esta Colenda Segunda Seção, por meio do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, já teve a oportunidade de se manifestar sobre o tema, por intermédio de decisões liminares proferidas nos autos dos Conflitos de Competência nº 139.693 e nº 141.284, em que reconheceu a competência do Juízo Empresarial do Rio de Janeiro para decidir sobre medidas urgentes e atos expropriatórios em casos semelhantes.

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51

Documento eletrônico e-Pet nº 1381939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02865953404 NºSérie Certificado: 443821525455990068181669554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93538693983102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

GCM 12 175

51. Diante da consolidada jurisprudência desta E. Corte, resta evidente a necessidade de que este E. STJ se pronuncie de plano, na forma do art. 120, par. único, do CPC, acerca da competência para decidir sobre atos expropriatórios sobre bens essenciais da GESA.

52. Deve esta E. Corte se manifestar, também, sobre a validade dos atos praticados pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS, na forma do art. 117 do CPC, caso se confirme a competência do Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro.

DO PEDIDO LIMINAR:
SUSPENSÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO JUÍZO DO TRABALHO E DO PROCESSO TRABALHISTA ATÉ DECISÃO NO PRESENTE CONFLITO

53. Como se viu acima, a GESA encontra-se sob o regime especial da recuperação judicial, vez que deferido o processamento do seu pedido em 27.03.2015.

54. Por conta disso, e notadamente à luz da jurisprudência já sedimentada desta E. Corte, não há como negar a competência do Juízo que deferiu o processamento da recuperação judicial para decidir acerca do patrimônio da empresa recuperanda e sobre a possibilidade de arresto de bem essenciais à sua operação.

55. **Salvo melhor juízo, o repertório de jurisprudência desta E. Corte não contém um único julgado que tenha decidido de maneira diversa.** Isso é mais do que suficiente para que se reputе **dominante a jurisprudência**, na forma que prescreve o par. único do art. 120 do CPC.

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51
Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NPSérie Certificado: 443821525455990088181669554301258 16909
Id Carimbo do Tempo: 936388933993102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

56. É evidente, por todas as questões trazidas acima, a existência de verossimilhança das alegações a permitir que esta questão esteja sob apreciação desta E. Corte Superior.

57. É cristalino, portanto, o risco de dano irreparável para a GESA no presente caso, o que deve justificar, de plano, a concessão de medida liminar.

58. Em última análise, trata-se da única medida capaz de preservar a competência deste E. STJ para decidir Conflitos de Competência e, além disso, o próprio objeto do processo de recuperação judicial, evitando-se prejuízos causados por decisões emanadas de órgão incompetente. Não à toa, a possibilidade está expressamente albergada no art. 196 do Regimento Interno desta Corte[3].

59. Necessária, portanto, a concessão da medida liminar a fim de (i) sustar os efeitos dos atos decisórios praticados pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS; (ii) determinar a imediata revogação das ordens de arresto sobre os bens essenciais da GESA determinadas naqueles autos; e (iii) sobrestar o processo trabalhista, na forma do art. 120 do CPC, indicando-se o d. Juízo Empresarial do Rio de Janeiro como competente para apreciar medidas urgentes, se houver.

PEDIDOS FINAIS

[3] Art. 196 do Regimento Interno do STJ: *"Poderá o relator, de ofício, ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, seja sobrestado o processo e, neste caso, bem assim no de conflito negativo, designar um dos órgãos para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes".*

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51

Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(s): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 443821525455990089191689554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93538693593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:59hs

GCM 12 1177

60. À luz de todo exposto, requer seja recebido o presente Conflito de Competência e, tendo em vista o preenchimento dos requisitos autorizadores, requer seja concedida a medida liminar para:

(i) Sustar os efeitos dos atos decisórios praticados pelo d. Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS até que este E. STJ decida em definitivo sobre a competência no caso em tela;

(ii) Revogar imediatamente as ordens de arresto sobre os bens essenciais da GESA ou, em eventualidade, reconhecer que compete ao Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ decidir sobre a manutenção ou revogação da penhora sobre esses bens, sendo certo que este Juízo; e

(iii) Sobrestar a Ação Cautelar e a Ação Declaratória movidas pelo SINTIESPAV/MS, na forma do art. 120, par. único, do CPC, indicando-se o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro como o único juízo competente para apreciar medidas urgentes, se houver, na forma em que permite o art. 196 do Regimento Interno deste E. STJ.

61. Nos termos do art. 119 do CPC, requer sejam expedidos ofícios para o d. Juízo da Vara do Trabalho de Mato Grosso do Sul/MS (Processos nº 0026394-43.2014.5.24.0072 e 0024015-98.2015.5.24.0072) e para o d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001), para que prestem informações.

62. Requer ainda seja julgado de plano o presente Conflito de Competência, na forma do art. 120, par. único, do CPC, declarando-se o d. Juízo da 7ª Vara

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51
Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 443821525455990088181689554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93538693893102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

GCM

Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro como único competente para decidir sobre a possibilidade de bloqueio de bens essenciais à operação da GESA.

63. Requer, outrossim, que este E. STJ se digne a declarar a invalidade dos atos praticados pelo absolutamente incompetente Juízo do Trabalho de Três Lagoas/MS consoante a regra contida no art. 113 do CPC.

64. Protesta pela produção de todas as provas em direito admitidas, notadamente a documental suplementar.

65. Requer que todas as publicações sejam realizadas em nome de Flavio Galdino, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 94.605, com endereço na Avenida Rio Branco, nº 138, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

66. Informa, que as guias comprobatórias do recolhimento dos emolumentos judiciais devidos encontram-se em anexo (Doc.19).

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília, 28 de setembro de 2015.

FLAVIO GALDINO
OAB/RJ Nº 94.605

CRISTINA BIANCASTELLI
OAB/SP Nº 163.993

FILIPE GUIMARÃES
OAB/RJ Nº 153.005

DANILO PALINKAS
OAB/SP Nº 302.986

MILENE PIMENTEL MORENO
OAB/DF Nº 39.470

Petição Eletrônica protocolada em 29/09/2015 10:07:51

Documento eletrônico e-Pet nº 1361939 com assinatura digital
Signatário(a): MILENE PIMENTEL MORENO:02665953404 NºSérie Certificado: 443821525455990088181689554301258169O9
Id Carimbo de Tempo: 93638093593102 Data e Hora: 29/09/2015 10:02:55hs

12 179

GCM

Galdino . Coelho . Mendes
Advogados

DOC. 05

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 143.480 - RJ (2015/0248855-7)

RELATOR	:	**MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE	:	GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO	:	FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO E OUTRO(S)
SUSCITADO	:	JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
SUSCITADO	:	JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS - MS
INTERES.	:	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLANAGEM EM GERAL - SINTIESPAV - MS
ADVOGADO	:	JOAO AFONSO PETENATTI
INTERES.	:	CONSORCIO UFN III
INTERES.	:	SINOPEC INTERNATIONAL PETROLEUM SERVICE DO BRASIL LTDA
INTERES.	:	PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência com pedido liminar, em que é suscitante GALVÃO S.A. ENGENHARIA S.A., tendo como suscitados, de um lado, o JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ e, de outro, o JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS/MS.

Alega a suscitante que obteve os benefícios da recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, cujo processamento foi deferido pelo primeiro suscitado em 27.3.2015.

Aduz que

> *"3. De outro lado, tem-se o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS, perante o qual tramitam (a) a 'Ação Cautelar Inominada com Pedido de Antecipação de Tutela inaudita altera parte, para Bloqueio de Valores e Cessação de Demissão de Trabalhadores' ('Ação Cautelar'); e (b) a 'Ação Declaratória de Direitos Trabalhistas e Rescisórios de Trabalhadores Demitidos e em Vias de Serem Demitidos, cumulada com Pedido de Bloqueio de Valores e Consequente Pagamento de tais Direitos' ('Ação Declaratória'); ambas propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral ('SINTIESPAV/MS') contra a GESA, o Consórcio UFN III ('Consórcio') e a Sinopec Petroleum do Brasil Ltda. ('Sinopec') (Processos nº 0026394-43.2014.5.24.0072 e 0024015-98.2015.5.24.0071, respectivamente).*
>
> *4. O Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS, em 9.12.2014 acolheu o pedido liminar formulado pela SINTIESPAV/MS, no âmbito da Ação Cautelar, para determinar o bloqueio de todos os valores eventualmente existentes nas contas correntes e ativos financeiros de titularidade da GESA, do Consórcio e da Sinopec, até o limite de R$*

Documento eletrônico VDA12894756 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 06/10/2015 17:01:30
Publicação no DJe/STJ nº 1633 de 08/10/2015. Código de Controle do Documento: 55379AEF-B862-4D72-9168-9275527A0081

80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), valor estimado pela própria SINTIESPAV/MS para satisfação total das verbas rescisórias para o pagamento dos 1.774 trabalhadores demitidos pelo Consórcio.

(...)

43. Ao que parece, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS entende estar 'garantindo' o adimplemento das obrigações atinentes a determinado número de empregados representados pelo SINTIESPAV/MS, mas, na verdade, está privando a GESA de utilizar equipamentos e insumos absolutamente essenciais à sua atividade. Ao privar a GESA de desempenhar a sua atividade em grau máximo de eficiência, está criando obstáculos para o efeito soerguimento da companhia, do que depende o fluxo de receitas necessário para o pagamento de todos os credores" (fls. 2/11, e-STJ).

Defende que somente o Juízo [illegible] competência para decidir sobre os atos de constrição contra seu patrimônio, justificando a concessão de liminar de suspensão dos atos executórios determinados pelo Juízo trabalhista e, ao final, a procedência do conflito suscitado, declarando-se competente o juiz da recuperação para decidir sobre o destino dos bens.

É o relatório.

DECIDO.

A liminar deve ser concedida parcialmente.

De início, indefiro o pedido de devolução dos valores bloqueados ou penhorados. Não é o caso de levantamento da constrição realizada nos autos, mas, sim, de remessa dos bens ao juízo competente, qualquer seja, o da recuperação, para que este adote as providências cabíveis. Esse [illegible] adotada por mim nos EDcl no CC nº 115.524 (DJe 30.9.2011) e também pelo Ministro Luis Felipe Salomão nos EDcl no CC nºs 112.300 (DJe 17.5.2011), 109.805 (DJe 10.2.2011) e 112.301 (DJe 2.2.2011). Não há falar em levantamento da penhora incidente sobre tais bens por se tratar aqui de conflito de competência.

Quanto ao mais, a questão não é nova nesta Corte, já havendo se firmado o entendimento de que deferido o pedido de recuperação judicial, é do Juízo de falências e recuperações judiciais a competência para o prosseguimento dos atos de execução decorrentes de processos movidos contra o devedor, consoante se observa dos seguintes precedentes:

"PROCESSO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. LEI DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. EMISSÃO FRAUDULENTA DE DUPLICATAS. DANO MORAL. SÚMULA 7 DO STJ. PROVA DO DANO SOFRIDO PELA PESSOA JURÍDICA. DESNECESSIDADE. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO

Documento eletrônico VDA12894756 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 06/10/2015 17:01:30
Publicação no DJe/STJ nº 1833 de 08/10/2015. Código de Controle do Documento: 55379AEF-B982-4D72-9168-9275527A0061

DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA DO STF.
1. A decisão que defere o processamento do pedido de recuperação judicial tem como um de seus efeitos a suspensão das ações e execuções individuais contra o devedor que, dessa forma, pode desfrutar de maior tranquilidade para a elaboração de seu plano de recuperação, alcançando o fôlego necessário para atingir o objetivo de reorganização da empresa (art. 6º, § 4º, c/c art. 52, III, da Lei n. 11.101/2005).
2. Nessa linha, para alcançar esse desiderato, é ônus do devedor informar a determinação de suspensão dessas ações ao juízo perante o qual elas estão tramitando, no momento em que deferido o processamento da recuperação, o qual é o termo a quo da contagem do prazo de duração do sobrestamento (art. 6º, § 4º, da LFR), que pode ser ampliado pelo juízo da recuperação, em conformidade com as especificidades de cada situação. No caso concreto, porém, a Corte a quo não considerou que a informação acerca da suspensão da ação pelo juízo da recuperação deveria ter sido obrigatoriamente realizada ao juiz singular, mas sim que, de acordo com as circunstâncias, não era o caso de dilargar o prazo de 180 dias.

3. Recurso especial não provido.
(REsp nº 1.316.328/RN, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 10/9/2013, DJe 24/9/2013)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO SUJEITO À RECUPERAÇÃO. CRÉDITO LÍQUIDO. NÃO INCLUSÃO NO PLANO. HABILITAÇÃO. FACULDADE. IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL DURANTE O TRÂMITE DA RECUPERAÇÃO.
1. Nos termos do art. 49 da Lei 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
2. Se o crédito é ilíquido, a ação deve prosseguir no Juízo trabalhista até a apuração do respectivo valor (art. 6º, § 2º, da Lei 11.101/2005). Porém, se o crédito já foi apurado, pode ser habilitado na recuperação judicial.
3. Nos termos do art. 10 da Lei 11.101/2005, o crédito líquido não habilitado no prazo de quinze dias após a publicação do edital será recebido na recuperação na condição de habilitação retardatária, sendo da competência do Juízo da Recuperação estabelecer a forma como será satisfeito, sob pena de não ser adimplido durante o trâmite da recuperação, mas somente após seu encerramento, já que as execuções individuais permanecem suspensas.
4. A habilitação é providência que cabe ao credor, mas a este não se impõe. Caso decida aguardar o término da recuperação para prosseguir na busca individual de seu crédito, é direito que lhe assegura a lei. Porém, admitir que alguns credores que não atenderam ou não puderam atender o prazo para habilitação de créditos submetidos à recuperação (arts. 7º, § 1º, e 52, § 1º, III, da 140979) prossigam com suas execuções individuais ofende a própria lógica do sistema legal aplicável. Importaria em conferir melhor tratamento aos credores não habilitados, além de significar a inviabilidade do plano de reorganização na medida em que parte do patrimônio da sociedade recuperanda poderia ser alienado nas referidas execuções, implicando, assim, a ruptura da indivisibilidade do juízo universal da recuperação e o desatendimento do princípio da preservação da empresa (art. 47 da LF), reitor

Documento eletrônico VDA12894756 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 06/10/2015 17:01:30
Publicação no DJe/STJ nº 1833 de 08/10/2015. Código de Controle do Documento: 55379AEF-B882-4D72-9168-9275527A0061

da recuperação judicial.
5. Conflito conhecido, em face da impossibilidade de dois diferentes juízos decidirem acerca do destino de bens pertencentes à empresa sob recuperação, para declarar a competência do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo - SP".
(CC nº 114.952/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Segunda Seção, DJe 26/9/2011).

"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/2005. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.
1. Tanto sob a égide do Decreto-lei n. 7.661/1945 como da Lei n. 11.101/2005, suspendem-se as universalidades da falência e da recuperação judicial e competirá ao respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.
2. Se, de um lado, há de se respeitar a exclusiva competência da Justiça laboral para solucionar questões atinentes à relação do trabalho (art. 114 da CF), por outro, não se pode perder de vista que, após a apuração do montante devido ao reclamante, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, exceto dos princípios e normas legais que regem o plano de reorganização da empresa recuperanda.
3. A Segunda Seção do STJ tem jurisprudência firmada no sentido de que, no período de vigência da recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o transcurso do prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005.
4. Agravo regimental desprovido."
(AgRg no CC nº 101.628/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Seção, DJe 1º/6/2011).

Diante do exposto, em vista da demonstrada estabilidade jurisprudencial, concedo a liminar para determinar a suspensão dos atos executórios decorrentes das Reclamações Trabalhistas nº 0026394-43.2014.5.24.0072 e 0024015-98.2015.5.24.0071, em curso perante o JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS/MS, somente no que tange à empresa ora reclamante.

Designo o JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO/RJ para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes até ulterior deliberação no presente conflito.

Oficiem-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando a liminar e solicitando informações, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 197 do RISTJ). Informem referidos Juízos se os créditos trabalhistas acima indicados encontram-se arrolados no

Documento eletrônico VDA12894766 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º Inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 08/10/2015 17:01:30
Publicação no DJe/STJ nº 1833 de 08/10/2015. Código de Controle do Documento: 55379AEF-B882-4D72-9168-8275527A0061

plano de recuperação judicial aprovado.

Ademais, detalhe o Juízo da recuperação o estágio atual do procedimento e se a devedora vem cumprindo o plano apresentado.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal para parecer (artigo 198 do RISTJ).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2015.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

Documento eletrônico VDA12854758 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º Inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Ricardo Villas Bôas Cueva Assinado em: 06/10/2015 17:01:30
Publicação no DJe/STJ nº 1833 de 08/10/2015. Código de Controle do Documento: 55379AEF-B882-4D72-9168-8275527A0061

12 185

GCM

Gaiotino . Coelho . Mendes
Advogados

DOC. 06

14594

12186

4º SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Reconhecimento de Firmas | Autenticações | Procurações | Escrituras
Registro de Atas, Estatutos, Contratos | Notificação Extrajudicial

ELIANE RIBAS DE OLIVEIRA
Tabeliã

LIVRO 98 **FLS. 001** **PRIMEIRO TRASLADO**

"ATA NOTARIAL"

SAIBAM, os quantos esta bastante virem que, no ano de dois mil e quinze (2015), aos vinte e sete (27) dias do mês de novembro (11), nesta cidade e Comarca de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, em Cartório à Av. Capitão Olinto Mancini, nº 570, centro, compareceu **CRISTIANE RODRIGUES MONTALVÃO DE SOUZA**, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/MS sob nº 12.780, onde consta RG nº 540563 SSP/MS e CPF nº 962.052.291-91, com escritório profissional sito na Rua Duque de Caxias nº 165, sala 02, 2º piso, nesta cidade de Três Lagoas -MS; reconhecida como a própria por mim, 1º Tabelião Substituto, a vista dos documentos que me foram apresentados, dou que dou fé. E, pela requerente, me foi requerido a lavratura e assim o fiz a presente ata, e para tanto, "na data de 27/11/2014, às **09:35 horas**, diligenciei até o local denominado site do Consórcio UFN III, zona rural, neste município de Três Lagoas-MS, que localiza-se há aproximadamente 20 km da zona urbana deste município, com a finalidade de acompanhar os representantes da **Empresa Galvão Engenharia**, que informaram, que o objetivo da visita ao local, e fazer a retirada de todos os maquinários e pertences, da referida empresa, que se encontram retidos naquele local, em face da decisão do STJ/RJ, Conflito de Competência nº 143.480 – RJ (2015/0248858-7), Exmº Ministro Relator Ricardo Villas Bôas Cueva, com liminar concedida aos 30/09/2015. Chegando ao endereço, aguardamos, na portaria de acesso, até as 10:00 horas, para ter nossa entrada liberada. Após a liberação, adentrei ao local, acompanhado pela, **ora solicitante**, e pelo Sr. Fagner José Alvares de Almeida, funcionário da Empresa Galvão Engenharia, fomos recebidos, pelos representantes da Petrobras UFN III, um deles, identificou-se como "Rodrigo", ao qual, a solicitante informou que gostaria de falar com o senhor "**Magalhães**", na sequência, nos deslocamos até o local, denominado pelos presentes, de "escritório". Permanecemos aguardando. Aproximadamente, às 10:30 horas, o senhor "Rodrigo", funcionário da Petrobrás, chamou, a ora requerente, para acompanhá-lo, até a sala onde se encontrava o senhor "**Magalhães**", a requerente informou que pretendia que este Oficial a acompanhasse, pois gostaria de registrar o teor da conversa, que teria com o senhor "**Magalhães**". Neste momento, o senhor "**Rodrigo**", funcionário da Petrobrás, negou o meu acesso, informando que o senhor "**Magalhães**": "só autorizava conversar isoladamente com a advogada". Sendo assim, a requetente, se dirigiu à sala do senhor "**Magalhães**", onde permaneceu até às 11:00 hrs. Ao retornar, reportou, que o senhor "**Magalhães**" informou que: "não autorizaria a empresa Galvão Engenharia, retirar nenhum de seus maquinários ou equipamentos, retidos". Ao final, esta ata foi lida em voz alta, achada conforme e assinada por mim, 1º Tabelião Substituto, e pela solicitante. Para constar, lavro a presente ata, para os efeitos do art. 364 do Código de Processo Civil Brasileiro e de acordo com a competência exclusiva que me confere o art. 6º, inciso III, e art. 7º, inciso III, da Lei nº 8.935, de 18 e novembro de 1.994. Emolumentos R$ 308,00; Funjeec 10% R$ 30,80; Funjecc 5% R$ 15,40; Funadep 6% R$ 18,48; Fundo PGE 4% R$ 12,32 - Selo Digital: AKW04210-495. Este selo poderá ser consultado no site www.tjms.jus.br/corregedoria/selos/pesquisaselos.php. Trasladada a seguir. (a.a)

Fone/Fax: 67-3521-2249 - 67-3521-6143
Av. Cap. Olinto Mancini, 570 - Centro - Cep: 79.601-091 - Três Lagoas/MS
www.cartorio4tl.com.br - contato@cartorio4tl.com.br

12187

Cristiane Rodrigues Montalvão de Souza Da ~~Silva~~ Fernando Flávio Ribas de Oliveira, 1º Tabelião Substituto, diligenciei, elaborei, digitei, conferi, subscrevo e assino em público e raso. Três Lagoas, 27 de novembro de 2015.

EM TESTº DA VERDADE

1º SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

---113 - Ata notarial, com ou sem valor declarado
Livro: 98 Folha: 1/1
CRISTIANE RODRIGUES MONTALVAO DE SOUZA
SELO DIGITAL: AKW04210-495
Três Lagoas-MS 27/11/2015

Fernando Flávio Ribas de Oliveira
1º Tabelião Substituto
1º Serviço Notarial
Três Lagoas - MS

14595

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 81920171757031
Nome original: 2017-02-09 (1).pdf
Data: 10/02/2017 13:49:50
Remetente:
Nilcilene Rosa Maria
CARTORIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS
Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Devolução.
Assunto: Documento encaminhado em duplicidade. As peças e CP são as mesmas já enviadas. A CP foi distribuída sob n.0001003-24.2017.8.12.0021.

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Nº da GRERJ: Justiça Gratuita

CARTA PRECATÓRIA

Processo : **0093715-69.2015.8.19.0001** Distribuido em: 25/03/2015
Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: GALVAO PARTICIPAÇOES S A - CNPJ: 11.284.210/0001-75
Autor: GALVAO ENGENHARIA S A - CNPJ: 01340937/0001-79
Administrador Judicial: ALVAREZ E MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA.

Finalidade: **Retirada de bens da empresa GESA que se encontram no canteiro de obras da Petrobras.**

Nome do Personagem: **Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS**

Local da diligência: **Às margens da rodovia BR-158, Distrito Industrial da Moeda, a 28 km de Três Lagoas - MS**

Despacho: **Fls. 12816: Defiro o requerimento de fls. 12.555/12.566. Expeça-se Carta Precatória a ser cumprida na Comarca de Três Lagoas, com o fito que seja promovido a remoção e retirada do canteiro de obras da PETROBRÁS S/A os bens informados pelas devedoras às fls. 12.819/13.140 - cujas cópias devem instruir a diligência - devendo ser entregues ao representante legal das devedoras, ou na sua ausência, serem acautelados em local apropriado indicado pela própria PETROBRÁS, certificando-se, porém, o Oficial de Justiça executor do ato, em ambas as hipóteses, a composição do acervo removido e o estado de conservação de cada item.**

OBS: **Segue em anexo cópias dos documentos juntados nos autos às fls. 12.819/13.140**

Espaço reservado ao juízo deprecado

Distribuição | *Despacho*

O MM. Juiz de Direito, **Dr. Paulo Assed Estefan**, FAZ SABER ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da **Comarca de Três Lagoas - Mato Grosso do Sul**, ou a quem o substituir que, dos autos do processo acima referido foi extraída a presente Carta Precatória a fim de que V. Exª se digne ordenar a realização da(s) diligência(s) ora deprecada(s), nos termos e de acordo com a(s) peça(s) fielmente transcrita(s) em folha(s) devidamente autenticada(s), que fica(m) fazendo parte integrante desta. Eu, _____ Thiago Sousa da Cruz - Analista Judiciário - Matr. 01/30978 a digitei e conferi. E eu, _____ Pery Joao Bessa Neves - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/22962, a subscrevo.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2016.

Paulo Assed Estefan - Juiz Auxiliar

14596

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 81920171757034
Nome original: 3. Petição PTB liberação bens UFN III.pdf
Data: 10/02/2017 13:53:28
Remetente:
Nilcilene Rosa Maria
CARTORIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS
Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Devolução.
Assunto: Documento encaminhado em duplicidade. As peças e CP são as mesmas já enviadas. A CP foi distribuída sob n.0001003-24.2017.8.12.0021.

12.555

PETROBRAS

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ (JUÍZA) DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Após, aguarde-se.
Rio, 02/02/2016

Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, já qualificada nos autos em epígrafe, em atenção ao despacho exarado em 16/12/2015, mais precisamente no que toca a determinação "*autorizando as recuperandas a promoverem a retirada dos bens de sua propriedade depositados no canteiro de obras do Consórcio UFNIII, localizado às margens da rodovia BR-158, Distrito Industrial da Moeda, a 28 km de três Lagoas, ficando advertidos os administradores do referido canteiro*", vem expor e requerer o que segue:

Após a expedição da referida determinação, o CONSÓRCIO UFN III, composto pelas empresas GALVÃO ENGENHARIA e SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA., enviou à PETROBRAS a correspondência OGB/PB-C-DIR-0001/16 (ANEXO 1) solicitando acesso ao referido canteiro nos dias 25, 26, e 27 de janeiro de 2016 para "*realização de inventário dos materiais e bens*" para a sua posterior retirada.

14598

PETROBRAS

12.556

Em resposta à aludida correspondência, a PETROBRAS enviou a carta ENG-RLE/IEIND/IEUFN-III- 0001/2016 (ANEXO 2) informando que o canteiro estaria liberado para a realização do inventário.

Conferido acesso ao local nos dias indicados pelo CONSÓRCIO UFN III, os representantes que ali comparecerem se limitaram a tirar fotos do local.

Para a surpresa da PETROBRAS, no dia 29/01/2016, uma sexta feira, após às 16:00, o CONSÓRCIO UFN III enviou nova carta à PETROBRAS (ANEXOS 3 e 4), agora para comunicar que compareceria ao local nos dias 01/02/2016 (primeiro dia útil seguinte) e 05/02/2016 para "*retirada dos bens da Galvão Engenharia*".

Sem esperar resposta da PETROBRAS, os representantes do aludido consórcio se dirigiram ao local do canteiro para a retirada de bens.

Considerando o fato de os mencionados representantes estarem desacompanhados de oficial de justiça e, principalmente, por não terem apresentado um rol dos bens a serem retirados, com a devida comprovação de propriedade, os representantes da PETROBRAS, temendo a eventual retirada de equipamentos e materiais que eventualmente sejam de propriedade de algum subfornecedor do CONSÓRCIO UFN III, solicitou fosse realizado o inventário dos bens e apresentados comprovantes de propriedade, de modo a atender adequadamente os termos da decisão judicial.

12.557

Não obstante, foi pertimido o acesso dos representantes do CONSÓRCIO UFN III ao local para a realização de manutenção dos bens que ali estavam, inclusive porque muitos não estão em condição de serem movimentados, por falta de calibragem em pneus, desgaste de baterias etc. – ao que os ditos representantes reagiram informando que registrariam ocorrência contra os responsáveis da PETROBRAS.

Exa., que fique claro que não há ressitência da PETROBRAS ao cumprimento da decisão em questão. Contudo, diante de tais circunstâncias, considerando a justa pretensão da PETROBRAS em evitar ser responsabilizada caso o CONSÓRCIO UFN III se aposse de bens que não sejam de sua propriedade e a aparente falta de interesse do referido consórcio em colaborar espontaneamente para mitigar o risco em questão, vem a PETROBRAS, respeitosamente, expor o imbróglio criado pelo CONSÓRCIO UFN III e requerer que os termos do despacho exarado no dia 16/12/2015 seja complementado para esclarecer que:

1) Os representantes do CONSÓRCIO UFN III estejam acompanhados de oficial de justiça no momento da retirada dos equipamentos do canteiro;

2) A retirada se dê mediante apresentação de atestado de recebimento dos bens, a ser arquivado pela PETROBRAS;

3) Seja reconhecida a ausência de responsabilidade da PETROBRAS caso o CONSÓRCIO UFN III venha a retirar do local algum equipamento que não seja de sua propriedade.

14599

12.558

PETROBRAS

Por fim, de modo a viabilizar a tomada de ações internas de organização para o recebimentos dos represantantes do CONSÓRCIO UFN III, requer-se seja conferido prazo razoável para o cumprimento da diligência, com antecedência mínima de dez dias.

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2016.

Vagner Silva dos Santos
OAB/RJ 122.659

Pedro Henrique de Magalhães Sellmann
OAB/RJ 139.325

Victor Soares da Silva Cereja
OAB/RJ nº 168.314

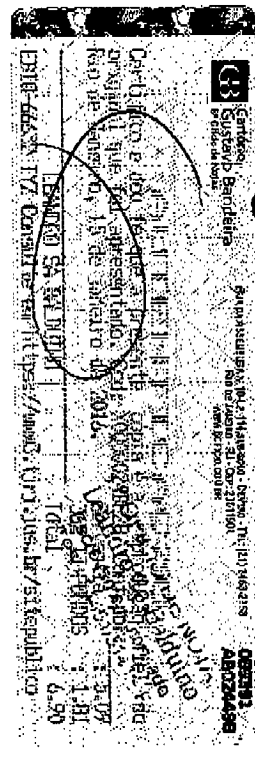
12.559

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS,
na forma abaixo:

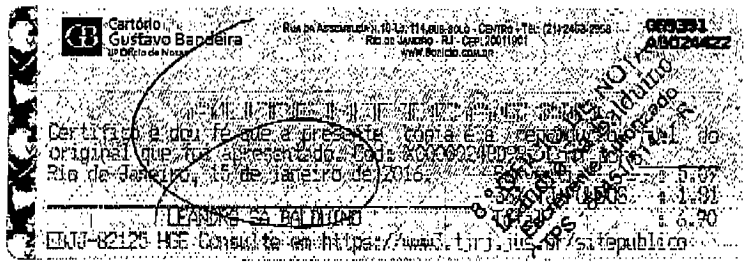
020-15
CERTIDÃO

LIVRO 0782 FLS 185/187 ATO 117 DATA 29.12.2015

S A I B A M, quantos este público instrumento de procuração bastante virem que no ano dois mil e quinze, aos vinte e nove (29) dias do mês de dezembro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste Cartório do 13° Oficio de Notas, sito na Avenida Rio Branco, 135/3° andar, perante mim, **MARIA DE LURDES DA SILVA MARQUES**, Substituta, compareceu como Outorgante; **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**, sociedade de economia mista, com sede nesta cidade, na Avenida República do Chile, nº 65, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, neste ato representada por seus Diretores **IVAN DE SOUZA MONTEIRO, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**, brasileiro, natural da Cidade de Manaus (AM), casado, engenheiro eletrônico e de telecomunicações, residente e domiciliado nesta Cidade, com escritório na Avenida Henrique Valadares, nº 28 Torre A - 18º andar, Centro CEP 20231-030, na Cidade do Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 004.834.564-9, expedida pelo DETRAN/RJ em 27/04/2001 e inscrito no CPF/MF sob o nº 667.444.077-91 e **JOÃO ADALBERTO ELEK JUNIOR, Diretor de Governança, Risco e Conformidade**, brasileiro, natural da Cidade de São Paulo (SP), divorciado, Engenheiro, residente e domiciliado nesta Cidade, com escritório na Avenida Henrique Valadares, nº 28 Torre A - 18º andar, Centro CEP 20231-030, na Cidade do Rio de Janeiro, portador da Carteira de Identidade nº 03524098-5, expedida pelo Instituto Felix Pacheco - IFP/RJ, em 07/02/95, e inscrito no CPF/MF sob o nº 550.003.047-72. A presente reconhecida como a própria por mim e pelos documentos apresentados, inclusive seus Diretores também por mim identificados como os próprios e de que farei comunicar a presente ao competente distribuidor dentro do prazo legal. Então, pela Outorgante, através de seu representante, foi-me dito que, por este público instrumento, nomeia e constitui, na forma do artigo 26 do Estatuto Social da **PETROBRAS**, seus bastantes procuradores, **TAISA OLIVEIRA MACIEL**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 118.488 e no CPF/MF sob o nº 032.182.566-74, residente e domiciliada nesta cidade, na qualidade de **Gerente Executiva do Jurídico** da **PETROBRAS**, com escritório na Avenida República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, nesta cidade, e **HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR**, brasileiro, viúvo, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 62.929 e no CPF/MF sob o nº 768.013.577-00, residente e domiciliado nesta cidade, na qualidade de **Gerente Geral Jurídico de Matérias** da **PETROBRAS**, com escritório na Avenida República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, nesta cidade; aos quais outorga os poderes das cláusulas ***ad judicia et extra***, inclusive para receber citações, notificações e intimações, reconhecer a procedência de pedidos, requerer falências, desistir, renunciar a direitos sobre que se fundam ações, efetuar depósito como garantia de instância ou levantá-los, receber, dar quitação e firmar compromissos, requerer cancelamento de protesto de título, ajuizar ações rescisórias, ficando, outrossim, investidos dos poderes para representar a Outorgante na fase de conciliação prevista no artigo 447 do Código de Processo Civil, recebendo intimações para comparecer como representante da parte às audiências de instrução e julgamento, nelas podendo acordar e transigir, com o que ficam os Outorgados qualificados para representar e defender a Outorgante em juízo e perante quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, interno ou externo, bem como perante a União Federal, os Estados da Federação, o Distrito Federal e os Municípios, por seus diversos órgãos e entidades da Administração direta ou indireta, em especial perante o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), com vistas a obter e manter a proteção de direitos de propriedade intelectual da Outorgante, tais como: depositar pedido de patente ou de modelo de utilidade; depositar pedido de registro de desenho industrial, de marcas, de programas de computador e de indicações geográficas; realizar buscas de anterioridade, cumprir exigências,



14600



apresentar oposições, subsídios, recursos, pedidos de nulidade administrativa, caducidade e apresentar quaisquer outras petições; transigir, desistir e renunciar, efetuar e receber pagamento; dar e receber quitações; apresentar todas as medidas impeditivas contra processos de terceiros; requerer anotações, certidões e averbações de quaisquer contratos que envolvam propriedade intelectual; requerer alterações dos dados da Outorgante; requerer o registro das obras no campo do Direito Autoral e apresentar petições aos órgãos de registro e a renovação de nomes de domínio, podendo representar a Outorgante em arbitragens e mediações, especialmente perante o Centro de Arbitragem e de Mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em casos de disputas relativas a nomes de domínio, praticando, nestes casos, todos os atos em nome da Outorgante necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, incluindo apresentar reclamações e defesas, quaisquer petições, provas, pagar taxas administrativas, fazer declarações em nome da Outorgante e propor e aceitar transações; promover notificações, interpelações e protestos extrajudiciais e mais quaisquer outros atos em defesa dos interesses da Outorgante e responder às notificações de terceiros; facultando aos Outorgados substabelecer os poderes ora recebidos, no todo ou em parte, com reserva de iguais para si. A presente procuração revoga a anteriormente lavrada nestas Notas do 13º Ofício, no livro 0860, às folhas 194/196, ato 048, em 30/06/2015, mantida a eficácia dos substabelecimentos outorgados com base no instrumento ora revogado. Lavrada sob minuta apresentada. Certifico que as custas deste ato serão recolhidas ao Cartório, de acordo com a portaria 1772/2014 da Corregedoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro, da seguinte forma: custas R$ 201,52 (tab.7,2,d); atos gratuitos e PMCMV no valor de R$ 4,03; comunicação ao distribuidor no valor de R$ 9,89; comunicação a JUCERJA no valor de R$ 9,89; Mútua, Acoterj e Anoreg R$ 12,24. Recolhido o acréscimo de 20 % no valor de R$ 44,26 devido ao FETJ e o acréscimo de 5% instituído pela Lei 4664/2005, no valor de R$ 11,06 devido ao FUNDPERJ e o acréscimo de 5% instituído pela Lei Complementar 111/2006 no valor de R$ 11,06 devido ao FUNPERJ, e o acréscimo de 4% instituído pela Lei Estadual 6281/2012 no valor de R$ 8,85 devido ao FUNARPEN, Distribuição no valor de R$ 22,19 e Certidões no valor de R$ 33,32. Assim o disse do que dou fé, me pediu lavrasse nestas Notas, o presente instrumento o que fiz, lavrei, li, aceita, outorga e assina tendo sido dispensadas as testemunhas, conforme Provimento da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado do Rio de Janeiro, 92/84. E, eu **MARIA DE LURDES DA SILVA MARQUES**, Substituta, lavrei li o presente colhendo as assinaturas. E, eu **LUIZ FERNANDO CARVALHO DE FARIA**, Tabelião matricula do IPERJ nº. 06/1774 a encerro e subscrevo.(AA)**IVAN DE SOUZA MONTEIRO**JOÃO ADALBERTO ELEK JUNIOR**CERTIFICADA HOJE EM 05/01/2016. E, eu ___ a digitei. E, eu ___ a subscrevo e assino em público e raso.**

13º OFÍCIO DE NOTAS
Maria de Lurdes da S. Marques
Substituta
Matr. 94/1349
Av. Rio Branco, 135 / 3º Andar
Centro - RJ
Rio de Janeiro

Poder Judiciário – TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBIV 32350 NBH
Consulte a validade do(s) selo(s) em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

12.560

PETROBRAS

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas de iguais, ao Advogado **CARLOS RAFAEL LIMA MACEDO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 133.206, com escritório na Avenida República do Chile, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-912, na qualidade de Gerente do Jurídico de Governança, Risco e Conformidade, os poderes que me foram outorgados por **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**, na anexa procuração, lavrada em 29/12/2015, livro 0782, folhas 185/187, ato 117, do 13º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, facultado o substabelecimento, no todo ou em parte, sendo vedada a outorga a terceiros do poder de substabelecer.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2016.

Taísa Oliveira Maciel
OAB/RJ 118.488

WF- 1619ECA

Cartório Gustavo Bandeira 8º Ofício de Notas
Rua da Assembleia nº 10 / Lj. 114 sub-solo - Centro - Tel: (21) 2483-2958 Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20011901 www.8oficio.com.br
CS0991 AB031955
Reconheço por semelhança a firma de: TAISA OLIVEIRA MACIEL
Cod: X00000247809
Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2016. Conf. por:
Em testemunho da verdade.
LEANDRO SA MALDONADO
EBJC-31458 LFG Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

8º OFÍCIO DE NOTAS - RE - MARIA REGINA CARIO LOBAO CS0922 AA145643
AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 SL - CENTRO - RJ FONE: 2220-9545
AUTENTICAÇÃO - Certifico que a presente fotocopia, confere com o original que me foi apresentado, e que com esta é devolvida.
Rio de Janeiro, 02/02/2016
Edson de Calvalho - Substituto
Emolumentos: 5,09 Let: 5217/5634/1117/6281; 1,81 Total: 6,90
EBJU18345 RWY Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/

8º OFÍCIO DE NOTAS - RJ
EDSON DE CARVALHO - Substituto
Cp. 96.658/115-RJ

JURÍDICO
Avenida República do Chile, 65, 20º andar, Sala 2002.
20031-912 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.
Telefone: (21) 3224-2950.

14601

12.567

PETROBRAS

SUBSTABELECIMENTO

Conforme substabelecimento que me foi passado na data de 09/07/2015, originário da procuração outorgada por PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, lavrada no livro 0860, folhas 194/196, ato 048, em 30/06/2015, junto ao 13º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, todos em anexo, substabeleço, com reserva, aos advogados **DANIEL CABRAL GRUENBAUM**, brasileiro, casado, OAB/RJ 183.794, **VAGNER SILVA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 122.659, **VICTOR SOARES DA SILVA CEREJA**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 168.314, **PEDRO HENRIQUE DE MAGALHÃES SELLMANN**, brasileiro, casado, OAB/RJ 139.325, **MARIO RODRIGO ZAED**, brasileiro, casado, OAB/RJ 125.243, **GUILHERME DIEGUES MONTEIRO**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 155.747, estes com escritório no endereço da Avenida República do Chile, nº 65/20º andar, Centro/Rio de Janeiro/RJ/CEP: 20031-912, única e exclusivamente os poderes relativos à clausula ***ad judicia***, e os de firmar compromissos, representar e defender a outorgante da sobredita procuração em qualquer processo arbitral ou administrativo, nisto incluindo-se fiscal, ou junto a qualquer pessoa jurídica ou entidade de direito privado ou público, seja integrante da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, a todos sendo vedado substabelecer ou receber citação.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2015.

CARLOS RAFAEL LIMA MACEDO
OAB/RJ nº 133.206

Cartório Gustavo Bandeira 8º Ofício de Notas — Rua da Assembléia nº 10 sl. 114 5ºAnd. - Centro - Tel.: (21) 2531-2599 - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011901 - www.8oficio.com.br

CB95391 AA58B593

Reconheço por semelhança a firma de: CARLOS RAFAEL LIMA MACEDO
Cod: X00000234909
Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2015. Em testemunho da verdade.
LEANDRO SA BALTUNI

Conf. por: Serventia 362 TJRJ1N005 Total
: 4,47 : 1,58 : 6,25

ERMJ-89059 DIT Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

LEANDRO SA BALTUNI — Escrevente Autorizado — Proc. - 2445/15141 - RJ

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado. Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2015.

CB95391 AA58B593

ERMJ-89048 ATJ Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

ANEXO 1

12562

CONSÓRCIO UFN3

OGB/PB-C-DIR-0001/16

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2016.

À

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

At.: Sr. Sergio Silva Magalhães
Gerente de Implementação da UFN III

Ref.: Unidade de Fertilizantes Nitrogenados UFN III / Contrato nº 0802.0069074.11.2

Assunto: Autorização para entrada no site

Prezados Senhores,

Por meio desta, solicitamos a liberação do acesso da equipe do Consorcio UFN III, que entre os dias 25, 26 e 27 de janeiro de 2016 fará visita ao canteiro de obras da UFN III para realização de inventário dos materiais e bens do Consórcio UFN3, procedendo, conforme Alvará de Autorização anexo, o início da retirada dos bens.

Os dados dos representantes do Consórcio que realizarão o inventário seguem abaixo:

- Durval Barrile – Gerente de Logística – RG. 13.077.643 SSP/SP
- Eduardo Rodrigues Ferreira Toscano – Coordenador de Suprimentos – RG. 2.639.759 SSP/MG
- Francisco Erisvaldo Bezerra de Sousa – Ger. Adm/Fin – RG 22.310.187-4 SSP/SP
- Rafael Damasceno Meves – Analista de Suprimentos – RG. 32.607.205-6 SSP/SP
- Wang Hua – Gerente Adm – RG 09685823-8 IFPRJ

Contamos com a colaboração de V. Sas. no sentido de permitir a visita da equipe que irá fazer as verificações necessárias dos bens e materiais do Consorcio UFN III.

Atenciosamente,

Guilherme Rosetti Mendes
Diretor do Empreendimento
Consórcio UFN3

Yan Zhiquan
Diretor
Consórcio UFN3

Yan Zhiquan
Diretor Executivo
Consórcio UFN3

PROTOCOLO

Recebido em ____/____/____

Nome:

Assinatura

14602

ANEXO 2

NP-1 12.563

PETROBRAS

ENG-RLE/IEIND/IEUFN-III– 0001/2016 **Três Lagoas, 18 de janeiro de 2016**

Ao
CONSÓRCIO UFN3,
Avenida Ranulpho Marques Leal, 2.571
Bairro Jardim Alvorada, Três Lagoas / MS

Atenção: **Eng. Guilherme Rosetti Mendes**
Diretor do Consórcio UFN3

Referência: **Unidade de Fertilizantes Nitrogenados UFN III /**
Carta OGB/PB-C-DIR-0001/16 de 14/01/2016;

Assunto: **Autorização para entrada no site – Alvará de Autorização**

Prezado Senhor,

Em resposta à Carta OGB/PB-C-DIR-0001/16, recebida na data de 14 de janeiro de 2016, a PETROBRAS informa que será concedido o acesso ao *site* nos dias 25, 26 e 27 de janeiro de 2016 para os profissionais indicados na referida carta, para a realização do inventário dos materiais e bens do Consorcio UFN3.

A PETROBRAS solicita que este Consórcio apresente seu plano de trabalho antecipadamente, informamos que á visita será acompanhada por um membro da fiscalização Petrobras e será realizada no horário comercial, iniciando ás 08:00 horas e encerrando ás 16:00 horas.

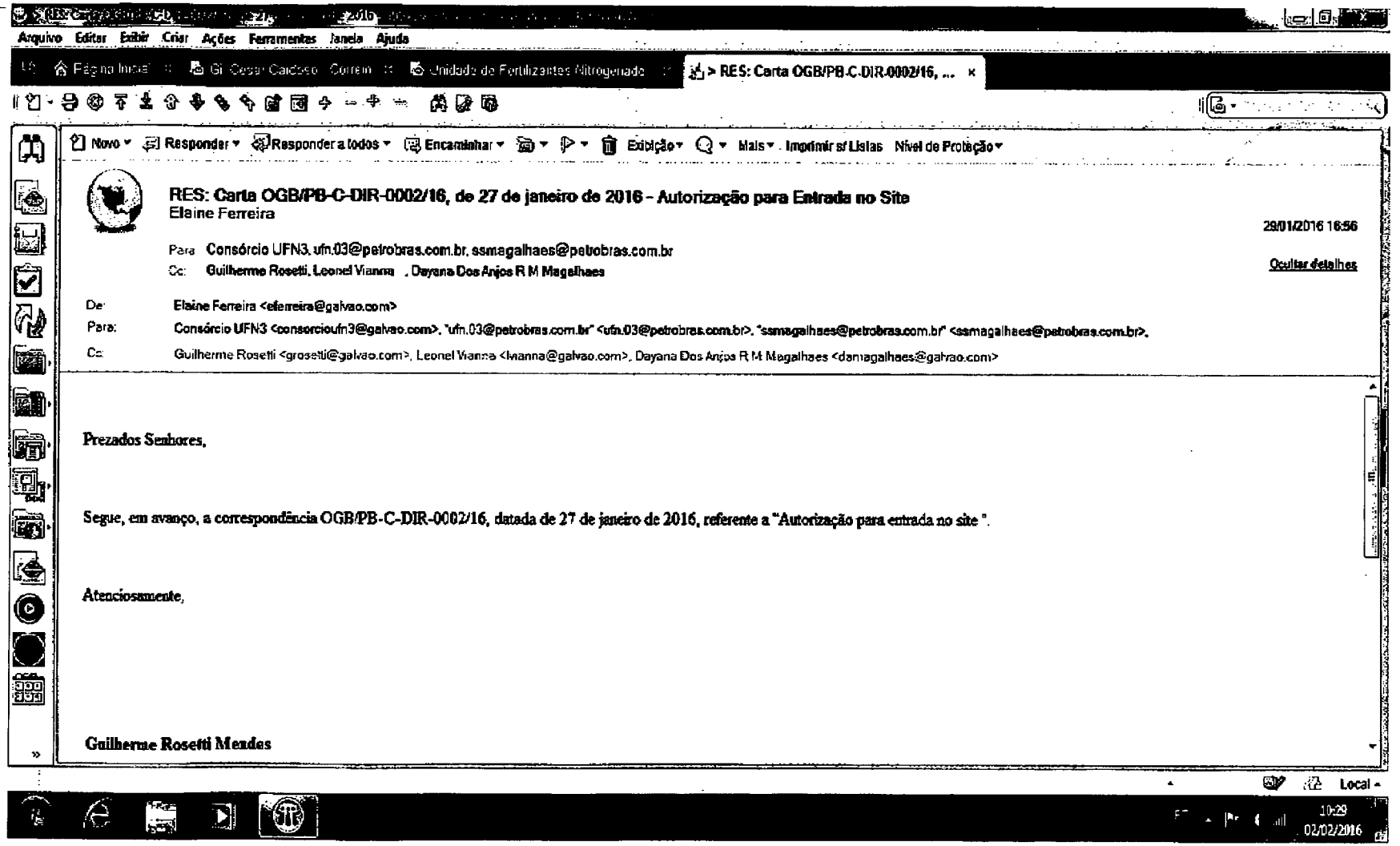
A PETROBRAS está à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Sérgio Silva de Magalhães
ENG-RLE/IEIND/IEUFN-III

CONFERIDO CBS

ANEXO 3
12.564



Arquivo Editar Exibir Criar Ações Ferramentas Janela Ajuda

Página Inicial | GI Cesar Cardoso Correia | Unidade de Fertilizantes Nitrogenado | > RES: Carta OGB/PB-C-DIR-0002/16, ...

Novo | Responder | Responder a todos | Encaminhar | Exibição | Mais | Imprimir s/ Listas | Nível de Proteção

RES: Carta OGB/PB-C-DIR-0002/16, de 27 de janeiro de 2016 - Autorização para Entrada no Site

Elaine Ferreira

28/01/2016 16:56

Para: Consórcio UFN3. ufn.03@petrobras.com.br, ssmagalhaes@petrobras.com.br

Cc: Guilherme Rosetti, Leonel Vianna , Dayana Dos Anjos R M Magalhaes

Ocultar detalhes

De: Elaine Ferreira <eferreira@galvao.com>

Para: Consórcio UFN3 <consorcioufn3@galvao.com>, "ufn.03@petrobras.com.br" <ufn.03@petrobras.com.br>, "ssmagalhaes@petrobras.com.br" <ssmagalhaes@petrobras.com.br>,

Cc: Guilherme Rosetti <grosetti@galvao.com>, Leonel Vianna <lvianna@galvao.com>, Dayana Dos Anjos R M Magalhaes <damagalhaes@galvao.com>

Prezados Senhores,

Segue, em avanço, a correspondência OGB/PB-C-DIR-0002/16, datada de 27 de janeiro de 2016, referente a "Autorização para entrada no site ".

Atenciosamente,

Guilherme Rosetti Mendes

Local

10:29
02/02/2016

14603

ANEXO 4

2.565

CONSÓRCIO UFN3

OGB/PB-C-DIR-002/16

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2016

À
PETRÓLEO BRASILEIRO SA – PETROBRAS
At.: Senhor Sergio Silva Magalhães
Gerente de Implementação da UFN III

Ref.: Unidade de Fertilizantes Nitrogenados UFN III / Contarto 0802.0069074.11.2
Carta ENG-RLE/IEIND/IEUFN-III-0001/2016 de 18/01/2016

Assunto: Autorização para entrada no site

Prezados Senhores,

Por meio desta solicitamos a liberação de acesso da equipe do Consórcio UFN-III que entre os dias 01 e 05 de fevereiro de 2016 fará visita ao canteiro de obras da UFN-III para retirada dos bens da Galvão Engenharia, conforme Alvará de Autorização anexo.

Os dados dos representantes do Consórcio que realizarão a retirada seguem abaixo:

- Alexandre de Lala – CPF 117.281.368.06
- Franscisco Fabiano A. de Moraes – CPF 304.333.698-41
- Durval Barrile – CPF 097.300.708-73

Para as atividades listadas será necessária ainda a utilização dos equipamentos listados a seguir com seus respectivos operadores:

- Marcio Antonio Verro

Operador do Munck:

RG: 25638924

CPF: 121.758.888-43

Placa: DAH2808-MS

Placa: HSI0948-MS

12.566

CONSÓRCIO UFN3

OGB/PB-C-DIR-002/16

- Guilherme Leal

Ajudante do Munck:

RG: 001579459

CPF: 04525707194

- Josenildo de Oliveira Monteiro

Operador do Guindaste

RG: 30843774

CPF: 079.826.914-63

Placa: HSI0852 – MS

Placa: CPG6164-MS

Contamos com a colaboração de V.Sas. no sentido de permitir a visita e retirada dos bens da Galvão Engenharia,

Atenciosamente,

Guilherme Rosetti Mendes
Diretor- Consórcio UFN3

PROTOCOLO

Recebido em _____/_____/_____

Nome:

Assinatura

14604

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81920171757033

Nome original: 2. Decisão liberação bens UFN III.pdf

Data: 10/02/2017 13:52:59

Remetente:

Nilcilene Rosa Maria
CARTORIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS
Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Devolução.

Assunto: Documento encaminhado em duplicidade. As peças e CP são as mesmas já enviadas. A CP foi distribuída sob n.0001003-24.2017.8.12.0021.

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

12361

Fls.

Processo: 0093715-69.2015.8.19.0001

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: GALVAO PARTICIPAÇOES S A - CNPJ: 11.284.210/0001-75
Autor: GALVAO ENGENHARIA S A - CNPJ: 01340937/0001-79
Administrador Judicial: ALVAREZ E MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA.

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 16/12/2015

Despacho

1- Certifique o cartório na forma determinada no item 3 de fls. 12062.

2- Tendo em vista a concordância condicionada tanto por parte do administrador judicial (12200/12203), como por parte do MP (item 25 de fls. 11851 vº), tragam as devedoras a anuência expressa Banco Comercial com o pedido de cessão formulado 11370/11.373.

3- Certifique o cartório se houve a intimação na forma determinada no item 5 de fls. 12062.

4- Diante do parecer favorável do MP no item 37 de fls. 11852, manifestem-se as devedores e o administrador judicial sobre o pedido da CEF formulado às fls. 11820/11823 (vol. 60).

5- Fls. 12071/12.074, 12.075/12082 e 12.085/12087 (Embargos de Declaração Banco do Brasil S/A, CEF, BANCO ABC BRASIL S/A): Diante da decisão de fls. 12.208, a qual retirou de pauta a realização do leilão na forma questionada no fundamento de todos os Embargos interpostos, reconheço estarem prejudicadas suas apreciações, pelo que deixo de conhecê-los. I.

6- Fls. 12089/12.094: Como bem observado pelo Ministério Público, existe decisão do STJ conferindo ao Juízo da R.J., em caráter provisório, deliberar sobre medidas urgentes. Com efeito, qualquer ataque direto ao patrimômio imobilizado das devedoras, em especial, sobre equipamentos utilizados no desenvolvimento de suas atividades, se mostra temerário e trará incerteza e claro prejuízo aos credores sujeitos ao certame instaurado. Desarte, expeça-se alvará autorizando as recuperandas a promoverem a retirada dos bens de sua propriedade depositados no canteiro de obras do Consórcio UFN!!I, localizado às margens da rodovia BR-158, Distrito Industrial da Moeda, a 28 km de três Lagoas, ficando advertidos os administradores do referido canteiro, que qualquer objeção ao cumprimento da referida ordem será caracterizado como crime de desobediência.

7- Fls. 12.188/12.194: A expedição de ofícios autorizando a realização de pagamento de valores devidos as devedoras, não representa, por si só, anuência ou plena e rasa quitação da dívida,

JOSEFPQ

14605

12362

visto que poderão as devedoras, após o depósito dos créditos, perfeitamente questionarem o seu valor por meio de medida adequada. Assim, defiro a expedição dos ofícios na forma requerida no item 18 e 19 de fls. 11446 (Vol. 58).

8- Fls. 11328/11340: Cuida-se de pedido de retificação do QGC, especificamente em razão da não observação em determinados créditos da necessidade da inclusão de verbas definidas na legislação trabalhista, bem como em face da realização de acordos judiciais posteriormente laborados na justiça especializada. Observa-se, portanto, ter havido clara omissão material quando da elaboração da lista de credores por parte das devedoras, e omissão dessas informações ao administrador judicial responsável pela lista final. Em manifestação de fls. 11851 vº, item 24 (vol. 60) o Ministério Público concordou plenamente com o pedido. A lista de credores laborada tanto pela devedora inicialmente e ao final pelo adminstrador judicial, deve expressar o mais perto possível a realidade e especificidade de cada crédito sujeito à Recuperação Judicial. É cediço por todos, em razão do caráter alimentar, que a lei confere determinados privilégios e garantias aos créditos derivados das relações de trabalho, devendo o juízo sempre que for possível facilitar e garantir com a maior brevidade possível o pagamento dos créditos desta natureza, o que certamente ocorrerá se o presente pedido for acolhido. Com efeito, considero que as informações agora trazidas revelam a clara existência de erro material que culminou com o lançamento equivocado dos créditos apontados, fato que deve ser corrigido de plano, com o que anuiu o MP, pelo que determino seja feita a devida retificação dos créditos junto à lista final de credores publicada. Determino, contudo, a fim de que haja possibilidade da impugnação por parte dos demais credores, na forma lei, que o administrador judicial apresente lista suplementar, contendo apenas os créditos retificados, a qual deverá ser publicada na forma do §2º do art. 7º da Lei 11.101/2005

9- Sobre a proposição de fls. 22 de fls. 12.220 feita pelo MP, digam as devedoras e o administrador judicial.

10.- Fls. 12.221/ /12.223 e 12.237/12.244: Digam as devedoras e administrador judicial.

Intimem-se.

Rio de Janeiro, 16/12/2015.

Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **48JD.TIBH.4NN2.RMM9**
Este código pode ser verificado em: http://www4.tjrj.jus.br/CertidaoCNJ/validacao.do

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

12 363

JOSEFPQ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81920161653216
Nome original: MEMO1063.pdf
Data: 01/12/2016 15:19:05
Remetente:

Juliana Martins de Oliveira
DGJUR - SECRETARIA DA 9 CAMARA CIVEL
TJRJ

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: MEMO1063 2016

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Nona Câmara Cível

Memorando 09CCIV/nº 1063 /2016
Ref. ao Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL Nº: 0056160-21.2015.8.19.0000
Ação Originária: Nº: 0093715-69.2015.8.19.0001

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2016

A(o) Exmo(a) Sr (a) Juiz (a),
CAPITAL 7 VARA EMPRESARIAL

Assunto: descarte/eliminação agravo de instrumento

Senhor(a) Juiz (a),

De ordem do(a) Exmo(a) Sr(a) DES. CARLOS AZEREDO DE ARAUJO , comunico a V. Exa. que transitou em julgado o(a) AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0056160-21.2015.8.19.0000, em que é/são AGRAVANTE PREMOLDADOS PROTENDIT LTDA e AGRAVADO GALVAO ENGENHARIA S A EM RECUPERACAO JUDICIAL, GALVAO PARTICIPACOES S A EM RECUPERACAO JUDICIAL, cujas peças digitalizadas poderão ser visualizadas no Portal do TJRJ, através do seguinte acesso: SERVIÇOS>SISTEMAS>LOGIN>SENHA>CONSULTA PROCESSO ELETRÔNICO>NUMERAÇÃO ÚNICA . (Obs: A visualização das peças poderá ser feita, também, através da página do Tribunal, no link "Consulta Processual")

Respeitosamente,

VALÉRIA BERNARDO DA ROCHA BATISTA
Secretária Nona Câmara Cível

14607

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81920161635752
Nome original: MEMO1041.pdf
Data: 22/11/2016 16:45:30
Remetente:

Keller Patricia de Rezende Reis
DGJUR - SECRETARIA DA 9 CAMARA CIVEL
TJRJ

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: MEMO1041 2016

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Nona Câmara Cível

Memorando 09CCIV/nº 1041 /2016
Ref. ao Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL Nº: 0056134-23.2015.8.19.0000
Ação Originária: Nº: 0093715-69.2015.8.19.0001

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2016

A(o) Exmo(a) Sr (a) Juiz (a),
CAPITAL 7 VARA EMPRESARIAL

Assunto: descarte/eliminação agravo de instrumento

Senhor(a) Juiz (a),

De ordem do(a) Exmo(a) Sr(a) DES. CARLOS AZEREDO DE ARAUJO , comunico a V. Exa. que transitou em julgado o(a) AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0056134-23.2015.8.19.0000, em que é/são AGRAVANTE NETHERLAND ENGENHARIA LTDA EPP e AGRAVADO GALVÃO PARTICIPAÇÕES S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, GALVAÃO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, cujas peças digitalizadas poderão ser visualizadas no Portal do TJRJ, através do seguinte acesso: SERVIÇOS>SISTEMAS>LOGIN>SENHA>CONSULTA PROCESSO ELETRÔNICO>NUMERAÇÃO ÚNICA . (Obs: A visualização das peças poderá ser feita, também, através da página do Tribunal, no link "Consulta Processual")

Respeitosamente,

VALÉRIA BERNARDO DA ROCHA BATISTA
Secretária Nona Câmara Cível

Usuário: KELLER PATRICIA DE REZENDE REIS
Data: 22/11/2016 14:18:32 Local DGJUR - SECRETARIA DA 9ª CÂMARA CÍVEL

14608

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81920171738440
Nome original: MEMO84.pdf
Data: 01/02/2017 16:00:42
Remetente:
Juliana Martins de Oliveira
DGJUR - SECRETARIA DA 9 CAMARA CIVEL
TJRJ
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: MEMO84 2017

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Nona Câmara Cível

Memorando 09CCIV/nº 84 /2017
Ref. ao Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL Nº: 0028560-88.2016.8.19.0000
Ação Originária: Nº: 0093715-69.2015.8.19.0001

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2017

A(o) Exmo(a) Sr (a) Juiz (a),
CAPITAL 7 VARA EMPRESARIAL

Assunto: descarte/eliminação agravo de instrumento

Senhor(a) Juiz (a),

De ordem do(a) Exmo(a) Sr(a) DES. CARLOS AZEREDO DE ARAUJO , comunico a V. Exa. que transitou em julgado o(a) AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0028560-88.2016.8.19.0000, em que é/são AGRAVANTE ITT BOMBAS GOULDS DO BRASIL LTDA e AGRAVADO GALVÃO ENGENHARIA S/A, GALVÃO PARTICIPAÇÕES S/A, cujas peças digitalizadas poderão ser visualizadas no Portal do TJRJ, através do seguinte acesso: SERVIÇOS>SISTEMAS>LOGIN>SENHA>CONSULTA PROCESSO ELETRÔNICO>NUMERAÇÃO ÚNICA . (Obs: A visualização das peças poderá ser feita, também, através da página do Tribunal, no link "Consulta Processual")

Respeitosamente,

VALÉRIA BERNARDO DA ROCHA BATISTA
Secretária Nona Câmara Cível

Escritório de Advocacia

14609

Celso Anicet Lisboa

Exmº Juiz de Direito da 7ª Vara Empresarial da Capital

Processo: 0093715-69.2015.8.19.0001 **GRERJ: 20906971133-01**

NÚCLEO ENGENHARIA, nos autos da recuperação judicial de GALVÃO PARTICIPAÇÕES S/A, vem requerer certidão de objeto e pé, que informe também como está o crédito em nome de Núcleo Engenharia.

Informa, outrossim, o nº da guia que comprova o recolhimento das custas judiciais para a prática do ato.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017.

Tiago Fagundes Anicet Lisboa

Tiago Fagundes Anicet Lisboa

OAB/RJ nº 107.210

FRSCAP ENF07 20170083767 7 14/02/17 14:52:42126480 T3569

Rua Sete de Setembro, 67/ 10º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – 20050-005

Tels.: (21) 2509-6430 / 2221-0439 / 2224-8223/ 2224-4026 – *e-mail:*

14610

FERRAZ DE CAMARGO
E BUGELLI
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO – RJ.

S. 9.

13/3/17

Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001

BANCO ABC BRASIL S.A., já qualificado, por seus procuradores infra-assinados, nos autos da Recuperação Judicial, proposta por **GALVÃO ENGENHARIA S.A.**, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao ato ordinário de fls. 14.416, expor e requerer o quanto segue:

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial homologado, a Recuperanda irá disponibilizar para o pagamento dos seus credores: *(i)* a integralidade dos créditos Newco, dos créditos GESA e dos Créditos GALPAS, que incluem a maior parte dos recursos que serão originados da alienação dos seguintes ativos: - participação integral da GALPAR no capital social da CAB Ambiental, em valor não inferior a R$ 600 milhões, na forma de UPI; - pedreira localizada no município de Arujá – SP; e – participação da GALPAR no capital social da Concessionária Galvão BR-153, na forma de UPI.

R. Gabinete
09/03/17
Mat. 01/8359

Em vista disso, a Recuperanda apresentou aos autos proposta de compra e venda da participação acionária que a GALPAR detém na

Concessionária de Rodovias Galvão BR -153 SPE S.A ("Concessionário BR-153").

A citada proposta consiste no pagamento de R$ 40 milhões em contrapartida (a) à aquisição de 100% das ações preferências da concessionária (GALPAR) e 49% das ações ordinárias por R$ 30 milhões; e (b) ao direito de compra das ações ordinárias remanescentes pelo valor de R$ 1,00.

Diante dessa situação, em 02 de Março de 2017 foi publicado o ato ordinário de fls. 14.416, nos seguintes termos: *"JUNTE-SE. DIGAM, O AJ E O MP. SEM PREJUÍZO, INTIME-SE OS CREDORES DESTINATÁRIOS DOS RECURSOS QUE ADVIERAM DA ALIENAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO EM 5 DIAS".*

Cumpre salientar que o Banco ABC S/A é credor quirografário da quantia de R$ 16.418.140,76 (dezesseis milhões quatrocentos e dezoito mil cento e quarenta reais e setenta e seis centavos), oriunda da "Cédula de Crédito Bancário nº 3544514".

E de acordo com o Plano de Recuperação Judicial, **o Banco ABC é um dos credores destinatários dos recursos oriundos da mencionada alienação.**

Sendo assim, **considerando a complexidade da proposta apresentada, o Banco ABC requer prazo suplementar de 15 (quinze) dias para submeter a proposta de compra e venda da participação acionária que a GALPAR detém na Concessionária de Rodovias Galvão BR -153 SPE S.A ("Concessionário BR-153") juntada aos autos, à área competente, a fim de verificar a viabilidade de tal alienação em benefício dos credores.**

Por fim, requer que a intimação de todos os atos judiciais seja feita em nome do **Dr. Paulo Sergio Uchoa Fagundes Ferraz de Camargo, inscrito na OAB/SP nº 189.623, anotando-o na contracapa dos autos, sob pena de nulidade.**

Termos em que,
pede deferimento.
Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

Luiz Antonio Alves Francisco
OAB/RJ 150.366

14613

FERRAZ DE CAMARGO
E BUGELLI
ADVOGADOS

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente, o abaixo assinado **PAULO SERGIO UCHÔA FAGUNDES FERRAZ DE CAMARGO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP nº. 180.623, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº. 397, 7º e 8º Andar, CEP 04534-011, Itaim Bibi, São Paulo - SP, **SUBSTABELECE**, como de fato substabelecido tem, com reserva de iguais poderes para si ou para qualquer integrante do seu escritório, os que foram outorgados por *Banco ABC Brasil S.A.*, nos autos da Recuperação Judicial promovida por Galvão Engenharia S.A, processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001, em tramite perante a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro - RJ, ao advogado **LUIZ ANTONIO ALVES FRANCISCO**, inscrito na OAB/RJ 150.366, podendo praticar todos os atos outorgados no instrumento de mandato original, dando tudo por bom, firme e valioso.

São Paulo, 09 de Março de 2017.

Paulo Sergio Uchoa Fagundes Ferraz de Camargo
OAB/SP 180.623

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, os poderes constantes da procuração, com as exceções mencionadas, aos Drs. **CARLOS ALBERTO DIAS SOBRAL PINTO**, OAB/RJ 83.175; **ROGERIO WILLIAM BARBOZA DE OLIVEIRA**, OAB/RJ 73.167; **VINICIUS MARI**, OAB/RJ 75.232; **EDUARDO DE OLIVEIRA GOUVÊA**, OAB/RJ 59.211; **NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO**, OAB/RJ 60.359; **MAXIMIANO JOSÉ GOMES DE PAIVA**, OAB/RJ 24.200; **RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA**, OAB/RJ 100.391 e **CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA**, OAB/RJ 19.608, todos com escritório na Rua Luis de Camões, 59 - Praça Tiradentes - Centro - RJ - CEP 20.060-040, poderes estes que me foram conferidos por **BANCO CREDICARD S.A.**

São Paulo, 19 de novembro de 2014.

RICARDO RIEI CHINEN

Ricardo Riei Chinen
OAB/SP 257.127

R²A

SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª. VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ

1 - Ao Sr. a manifestação de fls. 14615 e ss. Após, à distribuição, nada mais a cumprir.

Em 13/03/17

PROCESSO Nº. 0093715-69.2015.8.19.0001

RECUPERANDAS: GALVÃO ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

R2A SERVIÇOS EMPRESARIAIS, nomeada Administradora Judicial por este d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em decisão proferida em 07/02/2017, nos autos do processo em epígrafe de Recuperação Judicial da GALVÃO ENGENHARIA S.A. ("GESA") e da GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. ("GALPAR") (doravante denominadas em conjunto como "Recuperandas"), vem, respeitosamente, em atenção ao r. despacho proferido por este d. Juízo em 22/02/2017, expor e opinar o que se segue:

Na forma da cláusula 3.5.iii, as Recuperandas devem disponibilizar para o pagamento de seus credores os recursos oriundos da alienação, dentre outros, da participação da GALPAR no capital social da Concessionária Galvão BR-153 (100% do capital social da Concessionária Galvão BR-153), na forma de Unidade Produtiva Isolada, de acordo com as regras contidas nos artigos 60, parágrafo único, 142 e 145 da LRJ e artigo 133 do CTN ("Ativo BR-153"). Abaixo, a cláusula em referência transcrita para melhor compreensão:

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

3.5 Ativos destinados ao pagamento dos Credores Concursais e dos Credores Aderentes. As Recuperandas disponibilizam para o pagamento dos seus credores a integralidade dos Créditos Newco, Créditos GESA e Créditos GALPAR, que incluem (mas não se limitam) a maior parte dos recursos que serão originados da alienação dos seguintes ativos, observadas as demais disposições deste Plano:
(...)

iii. Participação da GALPAR no capital social da Concessionária Galvão BR-153 (100% do capital social da Concessionária Galvão BR-153), na forma de Unidade Produtiva Isolada, de acordo com as regras contidas nos artigos 60, parágrafo único, 142 e 145 da LRJ e artigo 133 do CTN

Segundo informam em sua petição de fls. 14.390/14.416, desde a aprovação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") em Assembleia Geral de Credores ("AGC"), as Recuperandas têm envidado seus melhores esforços para a efetivação da venda do ativo em referência, buscando compradores para o ativo e fornecendo aos interessados as informações e documentos necessários ao pleno conhecimento das operações da Concessionária BR-153, de maneira a fomentar um ambiente competitivo e permitir a formulação de propostas vinculantes.

Sustentam as Recuperandas que, durante este período, diversos interessados nacionais e internacionais demonstraram interesse na aquisição da Concessionária, sendo que 15 deles ultrapassaram o estágio inicial de consulta e passaram a examinar o ativo com maior profundidade. Contudo, informam as Recuperandas que nenhuma proposta firme de aquisição do ativo havia sido recebida pela GALPAR até o momento, fato que se reforça pelas diversas condições impostas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") no âmbito do contrato de concessão da Rodovia BR-153 celebrado com a União Federal.

Argumentam também que fatores externos como: (i) a suspensão das linhas de crédito da Concessionária, inclusive aquelas que já haviam sido aprovadas pelo BNDES; (ii) a instauração de um processo administrativo para aferição do cumprimento de metas assumidas no contrato de concessão firmado com a União Federal (processo n. 50500.215568/2016-36), o qual poderá resultar no decreto de caducidade da referida concessão; contribuíram para a redução do interesse de eventuais interessados em adquirir o ativo.

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

Informam, ainda, que, conforme notícias publicadas em jornais de grande circulação, o processo de caducidade está em fase avançada e a decretação de caducidade pode ocorrer a qualquer momento, fazendo com que o valor do ativo reduza significativamente, o que poderá causar prejuízo aos credores e ao sucesso deste processo de recuperação judicial.

Pois bem. Nesta petição de fls. 14.390/14.416, as Recuperandas informam que receberam uma "*proposta firme*" para aquisição da integralidade das ações que detêm na Concessionária BR-153, a qual seria a primeira desde que o PRJ foi aprovado. Em anexo à petição em referência, as Recuperandas juntaram o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"). De acordo com os termos do Contrato, a CHPO CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. ("Compradora") adquiriria:

(i) 100% (cem por cento) das ações preferenciais (110.500.000 ações) e 49% (quarenta e nove por cento) das ações ordinárias (55.249.999 ações) pelo preço de R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em 5 (cinco) dias após a manifestação positiva deste d. Juízo ou em outra data a ser acordada por todas as partes; e

(ii) o direito de exercer a opção de compra das ações ordinárias remanescentes (55.250.001 ações) pelo preço de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em 5 (cinco) dias após a manifestação positiva deste d. Juízo ou em outra data a ser acordada por todas as partes, ressaltando-se que, quanto a estas ações, a sua transferência somente seria efetivada em até 5 (cinco) dias após obtida a anuência da ANTT para a transferência do controle da Concessionária.

As Recuperandas apontam ainda que a chegada de um novo investidor permitirá a retomada do fluxo regular das obras da Rodovia BR-153, sob execução da GESA, cujos recebíveis (na ordem estimada de R$150 milhões nos próximos 5 anos) atrelados a esta prestação de serviços serão igualmente revertidos para o pagamento das debêntures e notas promissórias emitidas na forma do PRJ.

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

Diante disso, esta Administradora Judicial passa a opinar sobre o pedido de homologação do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, juntado às fls. 14.395/14.413.

É certo que a Lei n. 11.101/2005 prevê em seu art. 47 o princípio da preservação da função social da empresa. No entanto, este princípio não é absoluto e deve ser aplicado em conjunto com outros princípios implícitos e interesses, como o dos próprios credores, também norteadores desta Lei, permitindo, assim, uma equilibrada divisão dos ônus do processo de recuperação judicial entre os devedores e os seus credores.

Por esta razão, entende esta Administradora Judicial que a mera homologação do Contrato apresentado sem a realização de um processo concorrencial transparente, seja por qualquer das modalidades previstas no art. 142 da Lei n. 11.101/2005, coloca em dúvida a premissa de que o ativo efetivamente está sendo alienado pelo melhor preço e condições para os interessados no processo. Certo é que não há prova alguma de que as Recuperandas tenham efetivamente envidado seus melhores esforços para fomentar um ambiente competitivo e encontrar um comprador com a melhor proposta de aquisição para o ativo em referência, o que, como sustentado pelas próprias Recuperandas, seria a sua única obrigação na forma do PRJ.

Em adição, a realização de um processo concorrencial por uma das modalidades do art. 142 da Lei n. 11.101/2005 eliminará quaisquer dúvidas sobre a possibilidade de sucessão do arrematante, fato que, inclusive, permitirá maior segurança aos eventuais interessados em realizar propostas de aquisição do ativo, assim como poderá ser um fator para elevar o preço da compra, o que consequentemente trará mais recursos para os pagamentos dos créditos sujeitos aos efeitos desta recuperação.

Por outro lado, poder-se-ia sustentar que a realização de um processo concorrencial neste momento seria prejudicial à venda do ativo, já que, conforme sustentam as Recuperandas, a ANTT está em vias de decretar a caducidade da concessão, fato que esvaziaria por completo o valor do ativo.

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

No entanto, pelas razões apontadas acima, não se afigura razoável abrir mão de um processo concorrencial para alienação de um ativo cujos recursos decorrentes de sua venda serão destinados ao pagamento dos credores sujeitos aos efeitos desta recuperação na forma do PRJ proposto pelas Recuperandas e aprovado pelos credores.

Diante do exposto e das particularidades do presente caso, **opina esta Administradora Judicial pela realização de processo concorrencial para aquisição do Ativo BR-153 por meio de uma das modalidades de alienação previstas no art. 142 da Lei n. 11.101/2005, a ser escolhida por este d. Juízo, após ouvidos as Recuperandas, o Ministério Público e demais partes interessadas, com observância das condições abaixo detalhadas**.

Tendo em vista que a Compradora já se vinculou à aquisição do Ativo BR-153 nos moldes do Contrato juntado aos autos, caso seja apresentada por outro interessado proposta/lance que contenha melhor preço e condições para a alienação, **entende esta Administradora Judicial que deve ser concedido o direito à Compradora de igualar a proposta/lance eventualmente apresentada, tendo esta preferência na aquisição**.

Na hipótese de não ser apresentada proposta/lance com melhor preço e condições que a da Compradora, **esta Administradora Judicial não se opõe que este d. Juízo homologue o Contrato juntado às fls. 14.395/14.413, permitindo, assim, a regular produção dos seus efeitos e distribuição dos recursos decorrentes da venda aos respectivos credores na forma do PRJ**.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.

R2A SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

RUBEM PEREIRA DA SILVA JUNIOR

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria das Promotorias de Justiça de Massas Falidas
Recebido do TJ em 15/3/17 ☐ Ciência
Remessa ao Promotor de Justiça em 15/3/17
Devolvido à Secretaria das PJMAF em ___/___/___
Remetido ao TJ em ___/___/___

P. 0190057-50/2012

MM. (a). Juiz(a),
Segue promoção em 1
lauda(s) impressa(s)
Em 23 / mar / 2017

Gustavo Lunz
Promotor de Justiça
Matrícula 1873

14619

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5ª Promotoria de Justiça de Massas Falidas

Comarca da Capital – RJ
7ª Vara Empresarial
Processo n.º: 0093715-69.2015.8.19.0001
Recuperação Judicial de Galvão Engenharia S/A e Galvão Participações S/A

MM. Dr. Juiz:

Fica o MP ciente de tudo o que aos autos foi acrescido desde sua última manifestação (fls. 14.303/14.304 - 72º volume). Prosseguindo, passa a opinar nos termos e para os fins seguintes:

67º VOLUME

1. Fls. 14.305/14.306 – Ciente da decisão que entre outras providências, substituiu o AJ anterior e nomeou R2A Serviços Empresariais, ante sua declarada não responsabilização pelos dados contábeis encaminhados pela recuperanda para elaboração de seus relatórios e sua passividade em relação a medidas necessárias ao cumprimento do plano. A substituição não levou a qualquer acréscimo ou alteração das condições de pagamento do AJ

   Parece ao MP serem falhas as premissas que levaram o juízo a determinar a substituição. Em primeiras linhas, do AJ não se pode esperar que seja responsável por dados contábeis atinentes às atividades de uma sociedade empresária que continua em pleno funcionamento, sem intervenção externa. Em poucas palavras, o AJ não é gestor dos negócios da recuperanda.

   Por outro lado, suas atividades não podem ser confundidas com os de uma auditoria e esta tampouco responsabiliza o auditor pelos dados que lhe são encaminhados pelo auditado. É certo que isso também não impede o exercício de críticas sobre esses demonstrativos. No entanto, se nada de anormal foi até o momento

apontado, não se pode chegar à conclusão de que a atividade do AJ tenha necessariamente sido falha por não apontar o que não existia.

A outra linha de argumento é atinente a pouca proatividade do AJ substituído em tomar medidas tendentes a ver o plano cumprido. Não parece ao MP igualmente que essa seja incumbência do AJ, considerando que é a recuperanda a obrigada nos termos do plano homologado. Mais uma vez, do AJ não se espera que cumpra qualquer plano, mas o devedor.

Essas incongruências poderiam certamente motivar reforma do julgado, mas não entende o MP que isso possa se dar no caso presente, pelo que não articula recurso.

Primeiro porque não se mostraria conveniente ao bom andamento de uma recuperação que caminha para o término do biênio do período de observação mais uma alteração de tal natureza, sendo certo que o novo AJ nomeado (PJ de confiança do magistrado que vem presidindo o processo em auxílio ao titular e que exerce tal função e outros tantos processos de mesma natureza) já trabalha a algum tempo e vem apresentando algumas medidas concretas no sentido do cumprimento e conservação dos ativos cuja liquidação resultará no pagamento dos credores (muito embora isso devesse se esperar da recuperanda); no mais, como já dito, a natureza da função do AJ deve pressupor uma relação de confiança ostentada pelo novo auxiliar do juízo sendo certo que o AJ substituído não agravou do "*decisum*".

2. Fls. 14.307 – Termo de compromisso do AJ.
3. Fls. 14.308/14.309 – Carta precatória em cumprimento decisão de fls. 13.359/13.359v.
4. Fls. 14.310/14.312 – Carta de habilitação de crédito da União.
5. Fls. 14.313/14.353 - Ciente das decisões proferidas no conflito de competência nº 150.283/RJ.
6. Fls. 14.354/14.3373 – Representação processual da credora SIKA S.A.
7. Fls. 14.374/14.381 - Ciente do noticiado pela recuperanda acerca da atual estágio do processo de reestruturação da CAB.

14620

8. Fls. 14.382/14.389 – Ciente do noticiado pela credora Construtora J. Campara Eireli, pleiteia informação sobre a situação de seu crédito quirografário ante a ausência da AJ anterior.
9. Fls. 14.390/14.415 – Ciente do noticiado pela recuperanda na qual pleiteia a homologação da proposta de compra e venda das ações da concessionária BR-153, sob risco iminente de decretação de caducidade. O MP não se opõe à proposta, desde que adotado o modelo previsto no relatório do AJ às fls. 146.614/14.618.
10. Fls. 14.416 – Ato ordinatório para abertura de vista ao AJ, MP e credores destinatários de recursos que advieram da alienação.
11. Fls. 14.417/14.419 – Resposta ao Ofício referente ao conflito de competência nº 150.283, na qual informa ocorrência de novação dos créditos listados no QGC, sujeitos ao plano de recuperação. Informa ainda, que não consta da lista de credores Rubem Moreira Lima estando processo em fase de venda de ativo para arrecadação de valores para cumprimento do referido plano.
12. Fls. 144.420/14.438 - Ciente das decisões proferidas no conflito de competência nº 150.283/RJ.
13. Fls. 14.439/14.441 – Ciente do noticiado pela AJ anterior Alvarez & Marsal Consultoria Empresarial do Brasil Ltda. discordando da substituição determinada na decisão supra de fls. 14.305/14.306, sem no entanto, indicar que tenha da mesma agravado.
14. Fls. 14.442/14.448 - Ciente das decisões proferidas no conflito de competência nº 150.892/RJ.
15. Fls. 14.449/14.457 - Ciente das decisões proferidas no conflito de competência nº 150.894/RJ
16. Fls. 14.458/14.471 - Ciente das decisões proferidas no conflito de competência nº 150.620/RJ
17. Fls. 14.472/14.493 - Ciente das decisões proferidas no conflito de competência nº 150.892.
18. Fls. 14.494/14.528 - Ciente das decisões proferidas no conflito de competência nº 150.894.

19. Fls. 14.529/14.547 - Ciente das decisões proferidas no conflito de competência nº 150.620.
20. Fls. 14.548/14.608 - Carta precatória e ofício expedidas em cumprimento da decisão supra de fls. 13.359/13.359v.
21. Fls. 14.609 – Ciente do noticiado pelo credor Núcleo Engenharia, indagação sobre seu crédito.
22. Fls. 14.610/14. 613 - Credor Banco ABC Brasil S/A, em cumprimento ao ato ordinatório supra de fls. 14.416, pleiteia prazo suplementar de 15 dias para se manifestar a sobre a proposta apresentada de compra e venda da participação acionária que Galpar detém na Concessionária BR-153 para fins de verificar a viabilidade da alienação em benefício dos credores. O MP não se opõe ao pedido.
23. Fls. 146.614/14.618 – Ciente do relatório da AJ R2A Serviços Empresariais no qual se manifestou pela realização de processo concorrencial para aquisição do ativo BR-153 por meio de uma das modalidades de alienação do art. 142 da LFRE/2005. Aduziu, ainda, que deve ser concedido direito à proponente, tendo essa preferência na alienação. Por fim, afirma que não se opõe que seja homologado o contrato de fls. 14.395/14.413 para regular produção de seus efeitos e distribuição de recursos decorrentes da venda aos credores na forma do PRJ. O MP ENDOSSA EM PARTE A MANIFESTAÇÃO DO AJ, PUGNANDO PELA REALIZAÇÃO DE PROCESSO CONCORRENCIAL NOS TERMOS DO ART. 142 DA LFRE/2005 SEM DIREITO DE PREFERÊNCIA À PROPONENTE, O QUE NÃO ESTÁ PREVISTO EM LEI.
24. FINALMENTE, REITERA O MP OS ITENS NÃO APRECIADOS DE SUA MANIFESTAÇÃO ANTERIOR, CONSTANTE DE FLS. 14.303/14.304.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017.

Gustavo Lunz
Promotor de Justiça

TEPEDINO
MIGLIORE
BEREZOWSKI
POPPA
ADVOGADOS

Ricardo Tepedino
Alfredo Migliore
Aluisio Berezowski
Bruno Poppa
Kedma Moraes Watanabe
Claudia Regina Figueira
José Eduardo Tavanti Junior
Luiz Guilherme Martins Costa

Rodolfo Fontana
Cláudia Gruppi Costa
Felipe Emmanuel de Figueiredo
Matheus Almeida Prado de Siqueira
Augusto Delarco

Romeu Ricupero (Consultor)

14621

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL – RIO DE JANEIRO

FECAP EM07 201701359500 09/03/17 17:10:19122646 150972

Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, na qualidade de Agente Fiduciário do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Galvão Engenharia S.A.", em que é debenturista único BANCO VOTORANTIM S.A., nos autos da recuperação judicial em epígrafe, impetrada por GALVÃO ENGENHARIA S.A. ("GESA") e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. ("GALPAR"), vem, por seus advogados abaixo assinados, em atenção ao r. despacho de fls. 14390, expor e requerer a V.Exa. o seguinte:

1. As recuperandas apresentaram, mediante a manifestação de fls. 14.390 e seguintes, proposta para alienação da participação acionária que a Galpar detém na Concessionária de Rodovias Galvão BR/153 SPE S.A. ("BR/153").

2. Em suma, informam que a compradora é a empresa CHPO Consultoria e Participações Ltda. ("CHPO"), que pagará R$ 30 milhões para adquirir 100% das ações preferenciais e 49% das ações ordinárias da BR/153, podendo, ainda, comprar as ações ordinárias remanescentes pelo valor de R$ 1,00. Ao final da operação, a CHPO terá pago

R$ 40 milhões para aquisição integral da BR/153, cujo valor deverá ser direcionado na forma do plano.

3. Além disso, segundo as recuperandas, a retomada das operações da BR/153, com a entrada do novo investidor, permitirá a retomada das obras sob execução da GESA, originando recebíveis na ordem de R$ 150 milhões, nos próximos 5 anos.

4. Para permitir a análise pelos credores, algumas informações se mostram necessárias.

5. Em primeiro lugar, em que pese o pagamento à vista pela CHPO do valor da aquisição das ações, é de suma importância que a referida empresa detenha condições de, de fato, possibilitar a retomada das obras[1], já que, como bem apontado pelas recuperandas, os recebíveis pela execução do projeto também servirão para o pagamento da dívida concursal.

6. Nesse ponto, foi verificado que a referida empresa foi constituída apenas em 11.01.17 (doc. 1), menos de 1 mês antes da assinatura do contrato de fls. 14.395/14.413 e, diante disso, não foi possível, até em razão do prazo concedido, apurar sua capacidade financeira. É preciso, assim, que a recuperanda apresente dados financeiros e histórico da CHPO, para que, então, os credores possam apurar a sua capacidade financeira.

7. Ademais, na forma do plano de recuperação judicial homologado por esse MM. Juízo, as recuperandas poderiam ter o reembolso do "Valor do Desencaixe Inicial" e "Valor dos Gastos Iniciais", até o montante de **R$ 45 milhões**, conforme disposto na cláusula 8.1, aqui copiada para facilidade de exame:

> "8.1. Dedução do Valor do Desencaixe Inicial e do Valor dos Gastos Iniciais anterior aos Pagamentos. Todos os Dividendos, juros sobre capital próprio, remunerações, direitos creditórios e/ou recebíveis referentes aos Créditos GALPAR, Créditos GESA e Créditos Newco recebidos pela GALPAR, pela GESA e/ou pela Newco serão por elas transferidos para as Contas Vinculadas somente após o recebimento da integralidade do Valor de Desencaixe Inicial e do Valor dos Gastos Gerais relacionados especificamente aos Créditos GALPAR, Créditos GESA e Créditos

[1] Estima-se que o projeto em questão necessita de R$ 3 bilhões em investimentos.

> Newco então recebidos pela GALPAR, pela GESA e/ou pela Newco. Sendo certo que, em qualquer hipótese, o Valor do Desencaixe Inicial será limitado a R$ 45 milhões e terá preferência sobre o Valor dos Gastos Gerais relacionados especificamente aos Créditos GALPAR, Créditos GESA e Créditos Newco então recebidos pela GALPAR, pela GESA e/ou pela Newco, de maneira que somente serão utilizados valores para as finalidades do Valor dos Gastos Gerais relacionados especificamente aos Créditos GALPAR, Créditos GESA e Créditos Newco então recebidos pela GALPAR, pela GESA e/ou pela Newco, após o pagamento integral dos Créditos detidos pelos Credores Trabalhistas, pelos Credores Quirografários A e pelos Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte A."

8. Diante da referida cláusula, e considerando que não se tem notícia do valor exato já utilizado pelas recuperandas para fazer frente ao "Valor do Desencaixe Inicial" e "Valor dos Gastos Iniciais", é possível que o valor que será pago pela CHPO servirá apenas para o próprio reembolso das devedoras e não propriamente para amortização das debêntures emitidas na forma do plano.

9. Assim, e em respeito ao princípio da transparência que deve vigorar no processo concursal, requer também a intimação das recuperandas para que informem e comprovem qual o montante já utilizado referente ao "Valor do Desencaixe Inicial" e "Valor dos Gastos Iniciais".

10. Requer, assim, a intimação das recuperandas para apresentarem as informações requeridas e, após, a concessão de novo prazo de manifestação aos credores, não inferior à 10 dias.

Nestes termos,
P. deferimento.
De São Paulo para o Rio de Janeiro, 09 de março de 2017

Ricardo Tepedino
OAB/RJ 55.317

Kedma Moraes Watanabe
OAB/SP 256.534

Claudia G. Costa
Claudia Regina Figueira
OAB/SP 286.495

Rodolfo Fontana
OAB/SP 343.143

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

14624

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
26.842.407/0001-50 **MATRIZ**		**11/01/2017**

NOME EMPRESARIAL
CHPO CONSULTORIA E PARTICIPACOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
****

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV IMPERATRIZ LEOPOLDINA	**957**	**SALA 909**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
05.305-000	**VILA LEOPOLDINA**	**SAO PAULO**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(11) 3214-0820

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/01/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **09/03/2017** às **15:23:33** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

© Copyright Receita Federal do Brasil - 09/03/2017

SALES VIEIRA & ASSOCIADOS
Advocacia Tributária

14625

EXCELENTISSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO – RJ

Processo nº. 0093715-69.2015.8.19.0001

ESCAP EMP07 201701389703 10/03/17 16:14:47124690 138771

CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA, já devidamente qualificado nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** tendo como Recuperanda **GALVÃO ENGENHARIA S/A**, por seus procuradores ao final firmado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência para:

INFORMAR que a peticionaria é credora quirografária da Recuperanda GALVÃO ENGENHARIA, ocorre que não recebeu, até o momento, o valor do seu crédito conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.

O valor inicial do crédito da peticionaria é de R$ 9.746,65 (nove mil, setecentos e quarenta e seis reais, sessenta e cinco centavos) e ficou determinado que o pagamento seria feito da seguinte forma: mediante depósitos no valor integral com previsão para janeiro/2017.

Sendo assim, requer que a Recuperanda realize imediatamente os pagamentos conforme mencionado e estipulado no Plano, e caso contrário, requer-se que seja considerado o DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com a consequente convolação em falência.

Termos em que,
pede deferimento.

De Itajaí/SC, para
Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 2017.

NILTON ANDRÉ SALES VIEIRA
OAB/SC 18.660-B
OAB/SP 324.520

SIMONE CRISTINE DAVEL
OAB/SC 29.073
OAB/SP 324.505

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 68300603 - AC ITAJAI

ITAJAI - SC
CNPJ....: 34028316201192 Iel.:-
Ins Est.: 250254700

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SALES VIEIRA ASS ADVOC TRIBU
CNPJ/CPF.....: 09108710000104
Doc. Post.....: 225346537
Contrato...: 9912338029 Cod. Adm.: 13452703
Cartao..: 68095058

Movimento..: 08/03/2017 Hora.....: 17:08:22
Caixa.....: 80045702 Matricula..: 87108917
Lancamento.: 045 Atendimento: 00040
Modalidade.: A Faturar ID Tiquete.: 1272769995

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R$)
SERVICO DE PROTOCOL	1	43,41+
Valor do Porte(R$)..:	43,41	
Cep Destino:	20020-903 (RJ)	
Peso real (KG).....:	0,020	
Peso Tarifado:.....:	0,020	
OBJETO.....:	DV443219165BR	

Wagner A[illegible] Silva
Matr 8.71[illegible]391-7
Agente de Correios
AC/Itaja SC

Num. Documento..: 02651205940
N Processo: 00937156920158190001
Orgao Destino: .....FORUM RIO DE JANEIRO/RJ

TOTAL DO ATENDIMENTO(R$) 43,41

Valor Declarado não solicitado(R$)
No caso de objeto com valor,
utilize o servico adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheco a prestacão do(s) servico(s) acima prestado(s), ó(s) qual(is) pagarei mediante apresentacao de fatura. Os valores constantes deste comprovante poderao sofrer variacões de acordo com as clàusulas contratuais
Nome: RG:
Ass. Responsavel.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

CAC - Capitais e Regiões Metrop. 30030100
Demais Localidades: 08007257282 Sugestões e Reclamacões:08007250100-www.correios.com.br

VIA-AGENCIA SARA 7.7.02

Ministério Público

Galdino · Coelho · Mendes

1426

Flavio Galdino
Sergio Coelho
João Mendes de O. Castro
Rodrigo Candido de Oliveira
Eduardo Takemi Kataoka
Cristina Biancastelli
Gustavo Salgueiro
Rafael Pimenta
Isabel Picot França
Marcelo Atherino
Marta Alves
Cláudia Maziteli Trindade
Pedro C. da Veiga Murgel
Gabriel Rocha Barreto
Diogo Rezende de Almeida
Renata Jordão Natacci
José Eduardo G. Barros
Danilo Palinkas
Felipe Brandão
Adrianna Chambô Eiger
Lia Stephanie S. Pompili
Mauro Teixeira de Faria
André Furquim Werneck
Wallace Corbo
Isadora A. R. de Almeida
Gustavo Klein Soares
Julianne Zanconato
Rodrigo Saraiva P. Garcia
Vanessa F. F. Rodrigues
Renato Alves
Gabriela Matta Ristow
Diogo Vinicius Moriki Silva
Milene Pimentel Moreno
Carlos Brantes
Ivana Harter
Maria Carolina Bichara
Aline da Silva Gomes
Fernanda Rocha David
Amanda Torres Hollerbach
Maria Flávia J. F. Macarini
Camilla Carvalho de Oliveira
Isabela Rampini Esteves
Bruno Duarte Santos
Luiza Nasser S. Rodrigues
Tomás de S. G. Martins Costa
Júlia Leal Danziger
Jéssica Simões de Toledo
João Paulo Accioly Novello

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TJRJCAP EMP07 201701452715 14/03/17 12:02:04121869 T19252

Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001

GALVÃO ENGENHARIA S.A., em recuperação judicial e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., em recuperação judicial, já qualificadas nos autos de sua Recuperação Judicial em epígrafe, vêm a V.Exa. informar que transigiram quanto ao valor de crédito submetido aos efeitos desta recuperação judicial, nos termos do anexo Instrumento Particular de Conciliação de Valores de Crédito.

14627

Diante do que restou pactuado, requerem (i) seja homologado o acordo ora celebrado, para que produza os seus devidos efeitos legais; e (ii) a intimação da i. Administradora Judicial para que tome ciência do acordo e proceda às alterações pertinentes no Quadro Geral de Credores das Recuperandas.

Nestes termos,

Pedem deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

FLAVIO GALDINO
OAB/RJ Nº 94.605

CRISTINA BIANCASTELLI
OAB/SP Nº 163.993

DANILO PALINKAS
OAB/SP Nº 302.986

GABRIELA RISTOW
OAB/RJ Nº 202.414

14628

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONCILIAÇÃO DE VALORES DE CRÉDITO

São partes ("Partes") neste "Instrumento Participar de Conciliação de Valores de Crédito" ("Instrumento"):

I. como devedora ("GESA"):

GALVÃO ENGENHARIA S.A., em recuperação judicial, sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.340.937/0001-79, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 2º andar, Vila Olímpia, CEP 04.547-005;

II. como credor ("Credor"):

BANCO CATERPILLAR S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.658.435/0001-53, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240, Ed. Golden Tower, 17º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-130.

III. como interveniente anuente ("GALPAR"):

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., em recuperação judicial, sociedade por ações de capital fechado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.284.210/0001-75, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, Vila Olímpia, CEP 04.547-005.

GESA e GALPAR, quando mencionadas em conjunto, "Recuperandas".

CONSIDERANDO QUE:

(i) As Recuperandas encontram-se sob o especial regime de recuperação judicial, tendo seu pedido sido deferido pelo d. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (Proc. nº 0093715-69.2015.8.19.0001) em 27.3.2015;

(ii) O Credor não foi listado no quadro geral de credores das Recuperandas;

(iii) Posteriormente à publicação do edital contendo a relação de credores formulada pela Sra. Administradora Judicial, as Partes firmaram acordo judicial reconhecendo o crédito objeto deste Instrumento, bem como a sua concursalidade;

14629

(iv) A fim de evitar a instauração de litígio, as Partes têm interesse em se conciliar acerca do valor do crédito do Credor sujeito à recuperação judicial, nos termos a seguir:

1. OBJETO

1.1. A GESA reconhece dever ao Credor um crédito de natureza concursal, *i.e.*, sujeito ao regime de recuperação judicial, em razão do seu fato gerador ser anterior ao dia 25.3.2015 (data do ajuizamento da recuperação judicial das Recuperandas), no valor de R$ 8.886.545,34 (oito milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), em razão do acordo entabulado nos autos da ação de busca e apreensão nº 1136411-68.2016.8.26.0100, em trâmite perante a 43ª Vara Cível da Capital do Estado de São Paulo, consubstanciado nos documentos anexos, partes integrantes deste instrumento (Doc. 1).

1.2. As Partes concordam com a inclusão do crédito ora atribuído ao Credor no quadro geral de credores das Recuperandas.

2. PAGAMENTO

2.1. O pagamento do crédito descrito na Cláusula 1.1 acima será realizado nas condições apresentadas no plano de recuperação judicial das Recuperandas, de acordo com a devida classificação do crédito.

2.2. Os pagamentos realizados em favor do Credor, em conformidade com as disposições do Plano de Recuperação Judicial, implicarão automaticamente a outorga, em favor das Recuperandas, da mais ampla, plena, geral, irrestrita, irrevogável e irretratável quitação relativamente a todo e qualquer crédito do Credor cujos fatos geradores sejam anteriores à data do ajuizamento da Recuperação Judicial, para que nada mais possa ser demandado das Recuperandas em Juízo ou fora dele, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Aplicam-se a este instrumento todas as disposições do plano de recuperação judicial.

3.2. Este instrumento obriga as Partes signatárias e os seus respectivos sucessores e cessionários a qualquer título, e somente poderá ser aditado mediante a assinatura de instrumento próprio por todas as Partes.

3.3. Durante o processamento da recuperação judicial, quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes deste instrumento ou a ele relacionados deverão ser dirimidas pelo Juízo da Recuperação Judicial. Após o encerramento da recuperação judicial, eventuais controvérsias ou litígios deverão ser dirimidos por uma das Varas Cíveis

14630

da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes celebram o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2017.

GALVÃO ENGENHARIA S.A., EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome: Galvão Engenharia S.A.
Cargo: Paulo Eugênio Chaves Façanha
Diretor
RG n.° 38.850.564-3
CPF/MF: 317.156.563-34

Nome:
Cargo: Edison Martins

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:
Cargo: Eduardo de Queiroz Galvão

Nome:
Cargo: Edison Martins

BANCO CATERPILLAR S.A.

Nome: Alexandre de Santana Lima
Cargo: Procurador

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome: Luiz Eduardo Valença Pinto Mar...
CPF: 096.404.674-13

Nome: RONALDO MENDES DE SOUZA
CPF: 142.539.047-18

14631

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 43.ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - Foro Central Cível.

Autos n.º 1136411-68.2016.8.26.0100

BANCO CATERPILLAR S/A e GLOG LOGISTICA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, ambos devidamente qualificados nos autos de Ação de Busca e Apreensão Fiduciária em epígrafe, respectivamente como Autor e Ré, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seus advogados ao final assinados, constituídos conforme procurações já anexadas aos autos, ***NOTICIAR O ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES***, nas condições a seguir expostas.

1. DÍVIDA: A Ré reconhece, neste ato, ser devedora da quantia total **R$ 25.009.692,80** (vinte e cinco milhões nove mil seiscentos e noventa e dois reais e oitenta centavos) ("Valor Devido"), com posição para 16/01/2017, para fins de fluxo de pagamento do presente acordo, decorrente do saldo devedor das operações Cédulas de Crédito Bancário BNDES/PSI Finame nº FPS15819/FPS15819F, FPS16008/FPS16008F, FPS16009/FPS16009F, FPS16017/ FPS16017F, FPS21703/FPS21703F, FPS21704/FPS21704F, FPS21705/FPS21705F, FPS21706/FPS21706F, FPS21707/FPS21707F, FPS21708/FPS21708F, FPS21709/ FPS21709F, FPS21710/FPS21710F, FPS27911, FPS27912, FPS27913, FPS27914, FPS27915, FPS27916, FPS27917, FPS27918, FPS27919, FPS27920, FPS27921, FPS27922, FPS27923, FPS27924, FPS27925, FPS32743, FPS32745, FPS32746, FPS32747, FPS32748, FPS32749, FPS32750, FPS32751, FPS32752, FPS32753, e Mútuo nº MOS50483, que dão suporte a esta ação, bem como da Cédula de Crédito Bancário

BNDES/FINAME nº FPS16010/FPS16010F, objeto Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 1137902-13.2016.8.26.0100, em trâmite perante a 40ª Vara Cível de São Paulo/SP.

2. FORMA DE PAGAMENTO: Para quitação total das operações financeiras descritas na Cláusula 1 acima e do Valor Devido, que têm como correto e não representativo de novação, nos termos do artigo 361 do Código Civil, as partes compuseram extrajudicialmente, sendo que o Autor concorda em receber da Ré o Valor Devido, que será pago nas seguintes condições (Conforme Anexo 1 – "Composição"):

2.1. Consolidação do Autor na posse e propriedade plena e exclusiva de 70 (setenta) bens alienados fiduciariamente em garantia dos contratos objeto da transação, identificados no anexo 2, representando um valor de avaliação inicial de **R$ 12.414.370,00** (doze milhões quatrocentos e quatorze mil trezentos e setenta reais) ("Valor de Avaliação dos Bens Devolvidos"). As condições de entrega de cada um desses bens serão tratadas detalhadamente no item 3 deste instrumento ("Devolução de bens").

2.2. Somando-se (i) a diferença existente entre o Valor Devido e o Valor de avaliação dos Bens Devolvidos; e (ii) o valor dos bens entregues na forma do Item 7 para a Ré, verificar-se-á a existência de um saldo de **R$ 8.886.545,34** (oito milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), o qual deverá ser habilitado nos autos da Recuperação Judicial nº 0093715-69.2015.8.19.0001, em trâmite perante a 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em que é recuperanda a avalista das operações, GALVÃO ENGENHARIA S/A ("GESA") ("Recuperação Judicial"), ante a sua natureza concursal.

2.2.1. O pedido de habilitação de crédito descrito na Cláusula 2.2 acima será feito mediante protocolo, nos autos da Recuperação Judicial, de um instrumento de conciliação, a ser assinado entre as Partes em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura deste acordo (conforme Modelo Anexo 3).

2.2.2. A Ré entregará à Autora uma nota promissória emitida pela CEOS Administradora de Bens S.A., no valor descrito no item 2.2 acima, a qual será emitida e amortizada na forma das cláusulas 3.8.1, 3.8.2, 3.8.3 e demais disposições aplicáveis ao plano de recuperação aprovado no âmbito da Recuperação Judicial ("PRJ"), em até 5 (cinco) dias úteis contados da concordância do Sr. Administrador Judicial nomeado nos autos da Recuperação Judicial quanto aos termos da habilitação de crédito descrita no item 2.2.1 acima.

2.3. Para regularizar o saldo vencido até janeiro/2017 das CCB's FPS27914, FPS27915, FPS27916, FPS27917, FPS21705/FPS21705F, a Ré efetuará um pagamento, à vista de **R$ 185.065,93** (cento e oitenta e cinco mil sessenta e cinco reais e noventa e três centavos), e mais 12 (doze) pagamentos, mensais e consecutivos, no valor de **R$ 40.618,50** (quarenta mil seiscentos e dezoito reais e cinquenta centavos) cada, com vencimento da primeira em 26/02/2017 e da última em 26/01/2018, que totalizarão o valor de **R$ 487.422,00** (quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e dois reais) ("Saldo Vencido CCBs").

2.3.1. Adicionalmente, o saldo vincendo destas 5 (cinco) CCB's indicadas na cláusula 2.3 deverá ser pago nos termos originalmente ajustados juntamente com os 12 (doze) pagamentos aqui avençados.

2.3.2. Em reforço de garantia ("Garantia Adicional") ao Saldo Vencido CCBs, será constituída alienação fiduciária sobre os bens especificados abaixo, de propriedade da Ré e cujas notas fiscais seguem anexas (Anexo 5):

AF	EQUIPAMENTO	MODELO	ANO	SÉRIE
052.12.0007	GUINDASTE TORRE - GRUA	ZOOMLION TC7030B	12/12/2008	08T1284
052.12.0008	GUINDASTE TORRE - GRUA	ZOOMLION TC7030B	15/12/2008	08T1285
052.12.0009	GUINDASTE TORRE - GRUA	ZOOMLION TC7030B	18/12/2008	08T1286

3. DEVOLUÇÃO DE BENS: a devolução dos 70 (setenta) bens mencionados no item 2.1 e listados no anexo 2 se dará da seguinte forma:

3.1. Os 07 (sete) bens que foram apreendidos e removidos para os pátios do Autor nas Comarcas de Arujá/SP (Autos nº 1000041-19.2017.8.26.0045) e Fortaleza/CE (Autos nº 0105026-49.2017.8.06.0001), descritos abaixo, terão a posse e a propriedade plena e exclusiva consolidadas com o Autor a partir da assinatura deste termo. São eles:

CCB	Modelo	Série	Ano/fab	Ano/mod	Apreensão	Comarca
FPS16009	336DL	CAT0336DLM4T00310	2009	2009	23/01/2017	Arujá/SP
FPS16017	320DL	CAT0320DHA8F01281	2009	2009	23/01/2017	Arujá/SP
FPS16009	336DL	CAT0336DHM4T00308	2009	2009	23/01/2017	Arujá/SP
FPS21703	336DL	CAT0336DLM4T00842	2011	2010	23/01/2017	Arujá/SP
FPS21703	336DL	CAT0336DLM4T00839	2011	2010	23/01/2017	Arujá/SP
FPS21709	D6T	CAT00D6TAGCT00726	2011	2011	02/02/2017	Fortaleza/CE
FPS21710	D6T	CAT00D6TLGCT00727	2011	2011	02/02/2017	Fortaleza/CE

3.2. Os 05 (cinco) bens apreendidos em Fortaleza/CE (Autos nº 0105026-49.2017.8.06.0001) e que foram depositados com a Ré serão entregues pela Ré ao Autor nas datas e nos pátios mencionadas no Anexo 4. São eles:

CCB	Modelo	Série	Ano/fab	Ano/mod	Apreensão	Comarca
FPS21708	D6T	CAT00D6TVGCT00725	2011	2011	02/02/2017	Fortaleza/CE
MOS50483	4CX	JCB4CX4WK02015107	2012	2012	02/02/2017	Fortaleza/CE
MOS50483	320D	CAT0320DEA6F00631	2008	2008	02/02/2017	Fortaleza/CE
MOS50483	320D	CAT0320DEA6F00502	2008	2008	02/02/2017	Fortaleza/CE
FPS16009	336DL	CAT0336DCM4T00304	2009	2009	02/02/2017	Fortaleza/CE

3.3. Os 47 (quarenta e sete) bens listados a seguir, que estão em posse da Ré, serão entregues ao Autor também nas datas e nos pátios previstos no cronograma do Anexo 4:

CCB	Modelo	Série	Ano/fab	Ano/mod
FPS16008	320CL	CAT0320CLSBN01580	2006	2006
FPS16008	320DL	CAT0320DEA8F01282	2009	2009
FPS16008	320DL	CAT0320DCA8F01283	2009	2009
FPS16008	416E	CAT0416EPCBD00967	2006	2006
FPS16009	320CL	CAT0320CESBN01579	2006	2006

FPS16009	320CL	CAT0320CLSBN01515	2006	2006
FPS16009	336DL	CAT0336DAM4T00306	2009	2009
FPS16009	D6RIII	CAT00D6RLJDL00152	2006	2006
FPS16010	320CL	CAT0320CESBN00965	2005	2005
FPS16010	950H	CAT0950HLM1G01928	2009	2009
FPS16010	MBB-2423K	9BM6933868B583218	2008	2008
FPS16010	MVV-2423K	9BM6933868B585465	2008	2008
FPS16010	MBB-2423K	9BM6933868B585497	2008	2008
FPS16017	320DL	CAT0320DPA8F01271	2009	2009
FPS16017	320DL	CAT0320DCA8F01274	2009	2009
FPS16017	320DL	CAT0320DAA8F01276	2009	2009
FPS16017	320DL	CAT0320DJA8F01273	2009	2009
FPS16017	320DL	CAT0320DHA8F01278	2009	2009
FPS16017	D6RIII	CAT00D6RAJDL00151	2006	2006
FPS16017	D6RIII	CAT00D6RVJDL00150	2006	2006
FPS16017	MBB-2423K	9BM6933868B583955	2008	2008
FPS16017	MBB-2423K	9BM6933868B584755	2008	2008
FPS21703	336DL	CAT0336DVM4T00840	2011	2010
FPS21704	950H	CAT0950HJM1G02281	2011	2011
FPS21704	950H	CAT0950HCM1G02282	2011	2011
FPS21707	D6T	CAT00D6TKGCT00722	2011	2011
FPS27911	140M	CAT0140MCB9D03946	2012	2012
FPS27918	CP-533E	CATCP533LBZG01302	2012	2012
FPS27919	CP-533E	CATCP533ABZG01301	2012	2012
FPS27921	CP-533E	CATCP533JBZG01357	2012	2012
FPS27922	CP-533E	CATCP533KBZG01356	2012	2012
FPS27923	CP-533E	CATCP533TBZG01354	2012	2012
FPS32743	140M	CAT0140MVB9D04247	2013	2013
FPS32746	140M	CAT0140MLB9D04249	2013	2013
FPS32748	140M	CAT0140MHB9D04253	2013	2013
FPS32751	140M	CAT0140MCB9D04246	2013	2013
FPS32752	140M	CAT0140MLB9D04185	2013	2013
FPS32753	966H	CAT0966HTRYF01510	2013	2013
MOS50483	120M	CAT0120MJB9C00312	2008	2008
MOS50483	320D	CAT0320DHA6F00630	2008	2008
MOS50483	320D	CAT0320DTA6F00504	2008	2008
MOS50483	4CX	JCB4CX4WK02016077	2012	2012
MOS50483	4CX	JCB4CX4WP02015137	2012	2012
MOS50483	4CX	JCB4CX4WV02016083	2012	2012
FPS16010	MBB-2423K	9BM6933868B583940	2008	2008

FPS16017	MBB-2423K	9BM6933868B584326	2008	2008
MOS50483	320D	CAT0320DVA6F00610	2008	2008

3.3.1. Para os lotes de entrega de bens com prazo de 45 (quarenta e cinco) dias e 75 (setenta e cinco dias), conforme cronograma anexo (Anexo 4), deverá a Ré contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos, por e-mail, no endereço caterpillar@aalvim.com.br, ou por telefone, através do número (41) 3525-3516, para confirmação da disponibilidade do pátio.

3.3.2. Fica certo e ajustado entre as Partes que havendo disponibilidade nos pátios dos parceiros comerciais do Autor, este, por meio do escritório Wambier, Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos, indicará para a Ré pátios para entrega dos bens que sejam localizados no mesmo Estado no qual estão os bens, com exceção dos Estados do Piauí e do Maranhão, sendo que esses bens serão entregues no Ceará. A Autora poderá indicar pátios localizados em outros Estados, desde que esses: (a) sejam previamente aprovados pela Ré e que a Autora seja responsável pela diferença dos custos de transporte ("Diferença dos Custos de Transporte"); ou (b) estejam mais próximos do que os pátios localizados no mesmo Estado do bem. Caso acordado pelas Partes, os bens poderão permanecer no pátio da Ré por um período de tempo limitado.

3.3.3. Entende-se como Diferença dos Custos de Transporte a diferença de custos entre as situações descritas nos itens (i) e (ii) a seguir:

(i) valor do transporte para pátios que estão localizados dentro do Estado no qual estão os bens, conforme definição da Cláusula 3.3.2. acima, ou estejam mais próximos do que os pátios localizados no mesmo Estado do bem; e,

(ii) o valor do transporte para pátios indicados pela Autora e aprovados pela Ré.

3.3.3.1. O valor dos transportes deverá ser o de menor valor de dois orçamentos de empresas diferentes. Cada orçamento deverá abranger as situações descritas nos itens (i) e (ii) acima.

3.4. Os 11 (onze) bens descritos logo abaixo também deverão ser devolvidos ao Autor. Todavia, a Ré não se encontra na posse deles e a localização atual dos bens é

desconhecida. Logo, o Autor confere à Ré o prazo de exatos 2 (dois) anos da assinatura deste termo para que efetivamente entregue esses bens. Não obstante, reserva-se o Autor no direito de tentar localizar e retomar esses bens por conta própria, **sendo que a Ré concorda desde já com a expedição de mandado de busca e apreensão especificamente desses equipamentos**:

CCB	Modelo	Série	Ano/fab	Ano/mod
FPS15819	950H	CAT0950HPM1G01919	2010	2009
FPS16017	320DL	CAT0320DEA8F01279	2009	2009
FPS21703	336DL	CAT0336DCM4T00836	2011	2010
FPS21703	336DL	CAT0336DJM4T00835	2011	2010
FPS21706	962H	CAT0962HTM3G00761	2011	2011
FPS27913	140M	CAT0140MTB9D03947	2012	2012
FPS27920	CP-533E	CATCP533CBZG01353	2012	2012
FPS27924	D6T	CAT00D6TPGCT01058	2012	2012
FPS27925	D6T	CAT00D6TKGCT01059	2012	2012
FPS32749	140M	CAT0140MEB9D04254	2013	2013
MOS50483	320D	CAT0320DEA6F00614	2008	2008

3.4.1. Eventuais custas de transporte despendidas pela Autora com a apreensão e a remoção dos bens descritos no item 3.4 será de responsabilidade de ambas as partes, em proporções iguais. Havendo a remoção/entrega pela Ré, as custas serão de sua inteira responsabilidade.

3.5. A partir da presente data, a entrega de todos os bens previstos no Anexo 4, ficará a cargo e responsabilidade da Ré, que deverá contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade de pátio, bem como arcará com todos os custos do transporte.

3.6. Não havendo a entrega dos bens descritos nos itens 3.2, 3.3 e 3.4 nos prazos estipulados no Anexo 4, a Ré deverá, alternativamente, em até 10 (dez) dias após o prazo da entrega:

a) ressarcir o Autor no valor de cada bem não entregue de acordo com o valor descrito para cada bem no Anexo 2. Os valores descritos no Anexo 2 não sofrerão qualquer

alteração, seja de correção ou depreciação; ou

b) Pagamento imediato do valor das parcelas em atraso e das parcelas vincendas, nas datas de vencimento pactuadas inicialmente.

3.6.1. Em caso de sinistro, a Ré deverá ressarcir no prazo de até 10 (dez) dias o Autor no valor do bem, conforme valor descrito para cada bem no Anexo 2. Os valores descritos no Anexo 2 não sofrerão qualquer alteração, seja de correção ou depreciação.

3.7.Devolução dos bens: O processo de devolução será feito da seguinte forma:

3.7.1. FASE 1 – Check List em local indicado pela Ré.

(i) Antes da entrega do bem no pátio do Autor, será preenchido um check list, conforme Anexo 6 ("Check List"), pelo Autor, ou por terceiros contratados às expensas do Autor, em conjunto com técnicos da Ré, no pátio da Ré ou em local por ela indicado. O Check List tem a finalidade de verificar se o bem está completo e sem partes faltantes.

(ii) Caso seja constatada a ausência de alguma das partes e/ou componentes, o Autor e a Ré, em conjunto, determinarão um prazo para: (ii.a) a realização do reparo necessário pela Ré para a entrega definitiva do bem; ou, a critério da Ré (ii.b) o ressarcimento, pela Ré, da parte ou componente faltante ("Custo Ré").

3.7.2. FASE 2 – Entrega dos bens em local indicado pelo Autor.

(i) Após o cumprimento da Fase 1, os bens serão entregues pela Ré no local indicado pelo Autor, nos termos previstos na cláusula 3.3.2, no qual será realizado uma avaliação técnica para verificar se existe algum dano de estrutura ou de conjunto que comprovadamente inviabilize a utilização de algum ("Danos"), exceto os danos ou desgastes decorrentes do uso natural ("Desgaste").

(ii) Todos os Danos constatados deverão ser informados, para que o Autor e a Ré, em conjunto, no prazo de 30 (trinta) dias, avaliem: (a) a existência do Dano, ou (b) a extensão dos Danos para fins de ressarcimento do Autor ou a realização dos reparos pela Ré ("Reparo dos Danos"), respeitados os valores usuais de mercado. Autor e Ré concordam em fixar o limite de R$200.000,00 (duzentos mil reais) para o Reparo de todos os Danos.

(iii) Os valores aprovados para fins de Reparo de Danos serão pagos, pela Ré, em 3 (três) parcelas iguais e mensais, vencendo a primeira em 30 (trinta) dias da data de aprovação.

(iv) Para bens que não sejam da marca Caterpillar, o Autor e a Ré definirão em comum acordo as empresas que farão os Reparos, sem prejuízo de a Ré realizar os Reparos necessários, caso assim o prefira. Neste último caso, o valor gasto com o Reparo deverá ser considerado, desde que comprovado, para os fins do limite estabelecido no item "ii" acima.

4. As partes declaram expressamente, para fins de acordo, que os bens listados no anexo 2 não são essenciais para o desenvolvimento das suas atividades, bem como que todos os contratos descritos no item 1, quanto à Ré, não se sujeitam a eventual processo de recuperação judicial, tendo em vista a regra do artigo 49, § 3º da Lei 11.101/2005.

5. Fica autorizado o Autor, após o protocolo do presente acordo, a vender de imediato os equipamentos devolvidos pela Ré.

5.1. As partes reconhecem e concordam que eventual diferença existente entre o valor obtido com a venda dos bens, na forma da Cláusula 5 acima, e o respectivo valor de avaliação dos bens, conforme descrito no Anexo 2 deste instrumento, não poderá ser cobrada da Ré e/ou da Devedora Solidária.

6. Caso haja (a) indeferimento da habilitação do crédito na recuperação judicial descrita na Cláusula 2.2 acima, em razão da hipotética extraconcursalidade do crédito, (b) descumprimento das obrigações previstas no PRJ, no tocante às amortizações da nota promissória prevista no item 2.2.2 acima; ou (c) convolação da Recuperação Judicial em falência; o Autor procederá ao cumprimento de sentença/execução do acordo referente ao saldo de **R$ 8.886.545,34** (oito milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), descontados eventuais pagamentos já realizados, devidamente atualizado pelo IPCA acrescido de juros moratórios de 1% a.m. desde a data de assinatura do presente instrumento, contra a GLOG LOGISTICA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA e a GALVÃO ENGENHARIA S/A, em recuperação judicial, na qualidade de Devedora Solidária, ressalvada a disposição contida na Cláusula 2 e 15 deste instrumento.

7. Cumprida a obrigação prevista na Cláusula 2.2.2 acima, o Autor concorda que os 4 (quatro) bens discriminados abaixo, sejam mantidos em caráter definitivo com a Ré,

14640

através da transferência da propriedade pelo Autor e consolidação da posse dos bens em nome da Ré:

CCB	Modelo	Série	Ano/fab	Ano/mod
FPS27912	140M	CAT0140MPB9D03948	2012	2012
FPS32745	140M	CAT0140MAB9D04248	2013	2013
FPS32747	140M	CAT0140MVB9D04250	2013	2013
FPS32750	140M	CAT0140MCB9D04255	2013	2013

8. Tendo em vista que o saldo vencido das 05 (cinco) CCB's FPS27914, FPS27915, FPS27916, FPS27917 e FPS21705/ e FPS21705F está sendo regularizado pela Ré, os bens alienados em garantia desses contratos continuarão depositados com a Ré, a título precário, até que essas operações sejam enfim liquidadas e, então, a propriedade dos bens seja consolidada com a Ré.

CCB	Modelo	Série	Ano/fab	Ano/mod
FPS21705	140M	CAT0140MJB9D02995	2011	2010
FPS21705	140M	CAT0140MEB9D02987	2011	2010
FPS21705	140M	CAT0140MTB9D02992	2011	2010
FPS27915	336DL	CAT0336DCM4T02036	2012	2012
FPS27916	336DL	CAT0336DJM4T02035	2012	2012
FPS27917	336DL	CAT0336DVM4T02037	2012	2012
FPS27914	336DL	CAT0336DKM4T02034	2012	2012

8.1. Em caso de inadimplemento das CCB's FPS27914, FPS27915, FPS27916, FPS27917 e FPS21705, a Ré reconhece desde já a sua constituição de mora, independente de notificação, concordando ainda com a apreensão dos bens descritos acima.

9. As partes, em conjunto, esclarecem que a transação realizada será informada nas seguintes ações, sendo requerida, mediante petição conjunta, a extinção de todos os processos abaixo elencados e seus respectivos recursos e/ou incidentes:

a) *Execução de Título Extrajudicial nº 1137902-13.2016.8.26.0100, em trâmite perante a 40ª Vara Cível de São Paulo/SP, o que se estende inclusive ao co-executado* EDUARDO DE QUEIROZ GALVÃO (CPF nº 309.969.453-34)*; e*

b) Revisional nº 1136277-41.2016.8.26.0100, em trâmite perante a 6ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro.

10. Em razão do acordo firmado entre as partes, as Partes declaram expressamente que renunciam aos direitos sobre os quais se fundam as ações descritas nos itens "a" e "b" acima, bem como seus respectivos recursos, devendo esses processos serem extintos com resolução de mérito, na forma do disposto no artigo 487, inciso III, alínea 'c', do novo Código de Processo Civil, ressaltando-se que as despesas processuais (custas finais) eventualmente devidas nessas ações, serão suportadas exclusivamente pela Ré, sem a condenação em honorários sucumbenciais.

11. No intuito de assegurar e/ou reduzir o prazo para recuperação dos bens descritos na Cláusula 3.4 acima, o Autor poderá, a seu critério, sem prejuízo das demandas abaixo descritas, (a) propor, tempestivamente, as medidas jurídicas necessárias e adequadas para retomada dos bens em referência; e (b) ingressar, na qualidade de assistente litisconsorcial e/ou terceiro interessado, nos processos abaixo relacionados:

(i) Execução de Título Extrajudicial nº 0801779-59.2015.8.12.0021, em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Três Lagoas;
(ii) Embargos à Execução nº 0802321-77.2015.8.12.0021, em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Três Lagoas;
(iii) Cautelar de Arresto nº 0801400-21.2015.8.12.0021, em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Três Lagoas;
(iv) Embargos de Terceiro nº 0804161-25.2015.8.12.0021, em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Três Lagoas
(v) Execução de Título Extrajudicial nº 0800332-36.2015.8.12.0021, em trâmite perante a 4ª Vara Cível de Três Lagoas;
(vi) Embargos à Execução nº 0802319-10.2015.8.12.0021, em trâmite perante a 4ª Vara Cível de Três Lagoas;
(vii) Cautelar de Arresto nº 0800309-90.2015.8.12.0021, em trâmite perante a 4ª Vara Cível de Três Lagoas; e

(viii) Embargos de Terceiro nº 0804135-27.2015.8.12.0021, em trâmite perante a 4ª Vara Cível de Três Lagoas

12. Com o cumprimento integral do presente acordo, o Autor dará à Ré e à Devedora Solidária plena, geral e irrestrita quitação da presente ação, nos termos do art. 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for.

13. Fica acertado que cada parte arcará com os honorários de seus respectivos Advogados (hipótese que se aplicada igualmente para as ações enumeradas na Cláusula 9 acima), sendo que, deverão ser arbitrados os honorários em caso de descumprimento do presente acordo.

14. A Ré arcará integralmente com o valor das custas processuais, inclusive as remanescentes dos autos, bem como nas ações enumeradas no item 9. As custas já despendidas pelo Autor às fls. 763/764 dos autos deverão ser reembolsadas pela Ré em até 10 (dez) dias da data de homologação do acordo, até o limite de R$ 70.710,00 (setenta mil e setecentos e dez reais).

15. Subscreve o presente acordo, na qualidade de DEVEDORA SOLIDÁRIA: GALVÃO ENGENHARIA S/A, em recuperação judicial (CNPJ nº 01.340.937/0001-79), ressalvando-se a ausência de novação, nos termos da cláusula 2 acima.

16. As partes ajustam que para fins de contagem dos prazos desta transação, considerar-se-á o início no primeiro dia útil subsequente ao protocolo, e o término no último dia da contagem, inclusive. Ocorrendo o término de qualquer prazo em dia não útil, seu cumprimento estará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

Diante do exposto, as partes requerem a homologação do acordo, com base no art. 487, III, 'b' do CPC, bem como a suspensão de todos e quaisquer prazos processuais, nos termos do art. 191 do CPC, a fim de que a Ré cumpra voluntariamente

as obrigações assumidas neste termo, comprometendo-se ambas as partes de comunicar o cumprimento integral da avença e requerer a extinção do processo.

Sem prejuízo da suspensão dos prazos processuais acima requerida, as partes concordam em manter o processamento desta ação, assim como a busca e apreensão dos equipamentos relacionadas no item 3.4, de forma a possibilitar o cumprimento das obrigações contraídas no âmbito deste acordo. Diante disso, as Partes reiteram o pedido de expedição de mandado de busca e apreensão dos bens descritos no item 3.4.

Pedem deferimento.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017.

BANCO CATERPILLAR S/A
Advogada:
Priscila Kei Sato
OAB/SP 159.830

GALVÃO LOGÍSTICA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA

Flavio Antônio Esteves Galdino
OAB/SP 256.441

GALVÃO ENGENHARIA S/A
Devedora Solidária

14644

ANEXO 1
COMPOSIÇÃO

Divida Total Confessada (valor todos os contratos Galvão Log em atraso em 16/01/2017)	**R$ 25.009.692,80**	**Saldo Devedor Total**
Refinanciamento Saldo em Atraso (Item 2.3. Acordo)	(-) R$3.708.777,46	**Abatimento Saldo**
Devolução dos 70 Bens para o Autor (Item 2.1. Acordo)	(-) R$12.414.370,00	**Abatimento Saldo**
Diferença Valor Avaliação 70 Bens vs. Saldo Devedor	R$ 6.499.019,18	**Saldo Devedor Remanescente (1)**
Bens a serem liberados para a Ré (Item 7)	R$ 2.387.526,16	**Saldo Devedor Remanescente (2)**
Habilitação Créditos RJ (item 2.2 Acordo)	**R$ 8.886.545,34**	**Total Saldo Devedor Remanescente (1) e (2)**

ANEXO 2
Avaliação dos bens

CCB	Marca	Descrição	Mod.	Série	Avaliação (R$)
FPS15819	CATERPILLAR	CARREGADEIRA DE RODAS	950H	CAT0950HPM1G01919	202.186,75
FPS16008	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320CL	CAT0320CLSBN01580	78.642,60
FPS16008	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320DL	CAT0320DEA8F01282	117.747,61
FPS16008	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320DL	CAT0320DCA8F01283	117.747,61
FPS16008	CATERPILLAR	RETROESCAVADEIRA	416E	CAT0416EPCBD00967	49.659,90
FPS16009	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320CL	CAT0320CESBN01579	78.642,60
FPS16009	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320CL	CAT0320CLSBN01515	78.642,60
FPS16009	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	336DL	CAT0336DLM4T00310	207.118,13
FPS16009	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	336DL	CAT0336DCM4T00304	207.118,13
FPS16009	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	336DL	CAT0336DAM4T00306	207.118,13
FPS16009	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	336DL	CAT0336DHM4T00308	207.118,13
FPS16009	CATERPILLAR	TRATOR DE ESTEIRAS	D6RIII	CAT00D6RLJDL00152	178.221,95
FPS16010	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320CL	CAT0320CESBN00965	70.856,20
FPS16010	CATERPILLAR	CARREGADEIRA DE RODAS	950H	CAT0950HLM1G01928	176.145,58
FPS16010	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	MBB-2423K	9BM6933868B583218	39.710,62
FPS16010	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	MVV-2423K	9BM6933868B585465	39.710,62
FPS16010	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	MBB-2423K	9BM6933868B585497	50.438,54
FPS16010	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	MBB-2423K	9BM6933868B583940	39.710,62
FPS16017	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320DL	CAT0320DPA8F01271	117.747,61
FPS16017	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320DL	CAT0320DCA8F01274	117.747,61
FPS16017	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320DL	CAT0320DAA8F01276	117.747,61

FPS16017	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320DL	CAT0320DJA8F01273	117.747,61
FPS16017	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320DL	CAT0320DHA8F01278	117.747,61
FPS16017	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320DL	CAT0320DEA8F01279	117.747,61
FPS16017	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320DL	CAT0320DHA8F01281	117.747,61
FPS16017	CATERPILLAR	TRATOR DE ESTEIRAS	D6RIII	CAT00D6RAJDL00151	178.221,95
FPS16017	CATERPILLAR	TRATOR DE ESTEIRAS	D6RIII	CAT00D6RVJDL00150	178.221,95
FPS16017	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	MBB-2423K	9BM6933868B583955	39.710,62
FPS16017	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	MBB-2423K	9BM6933868B584755	39.710,62
FPS16017	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO BASCULANTE	MBB-2423K	9BM6933868B584326	50.438,54
FPS21703	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	336DL	CAT0336DLM4T00842	261.190,32
FPS21703	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	336DL	CAT0336DCM4T00836	261.190,32
FPS21703	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	336DL	CAT0336DVM4T00840	261.190,32
FPS21703	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	336DL	CAT0336DJM4T00835	261.190,32
FPS21703	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	336DL	CAT0336DLM4T00839	261.190,32
FPS21704	CATERPILLAR	CARREGADEIRA DE RODAS	950H	CAT0950HJM1G02281	225.545,93
FPS21704	CATERPILLAR	CARREGADEIRA DE RODAS	950H	CAT0950HCM1G02282	225.545,93
FPS21706	CATERPILLAR	CARREGADEIRA DE RODAS	962H	CAT0962HTM3G00761	227.795,34
FPS21707	CATERPILLAR	TRATOR DE ESTEIRAS	D6T	CAT00D6TKGCT00722	320.539,96
FPS21708	CATERPILLAR	TRATOR DE ESTEIRAS	D6T	CAT00D6TVGCT00725	320.539,96
FPS21709	CATERPILLAR	TRATOR DE ESTEIRAS	D6T	CAT00D6TAGCT00726	320.539,96
FPS21710	CATERPILLAR	TRATOR DE ESTEIRAS	D6T	CAT00D6TLGCT00727	320.539,96
FPS27911	CATERPILLAR	MOTONIVELADORA	140M	CAT0140MCB9D03946	357.741,63
FPS27913	CATERPILLAR	MOTONIVELADORA	140M	CAT0140MTB9D03947	357.741,63
FPS27918	CATERPILLAR	COMPACTADOR DE SOLO	CP-533E	CATCP533LBZG01302	97.676,01
FPS27919	CATERPILLAR	COMPACTADOR DE SOLO	CP-533E	CATCP533ABZG01301	97.676,01
FPS27920	CATERPILLAR	COMPACTADOR DE SOLO	CP-533E	CATCP533CBZG01353	97.676,01
FPS27921	CATERPILLAR	COMPACTADOR DE SOLO	CP-533E	CATCP533JBZG01357	97.676,01
FPS27922	CATERPILLAR	COMPACTADOR DE SOLO	CP-533E	CATCP533KBZG01356	97.676,01
FPS27923	CATERPILLAR	COMPACTADOR DE SOLO	CP-533E	CATCP533TBZG01354	97.676,01

FPS27924	CATERPILLAR	TRATOR DE ESTEIRAS	D6T	CAT00D6TPGCT01058	355.405,71
FPS27925	CATERPILLAR	TRATOR DE ESTEIRAS	D6T	CAT00D6TKGCT01059	355.405,71
FPS32743	CATERPILLAR	MOTONIVELADORA	140M	CAT0140MVB9D04247	399.009,53
FPS32746	CATERPILLAR	MOTONIVELADORA	140M	CAT0140MLB9D04249	399.009,53
FPS32748	CATERPILLAR	MOTONIVELADORA	140M	CAT0140MHB9D04253	399.009,53
FPS32749	CATERPILLAR	MOTONIVELADORA	140M	CAT0140MEB9D04254	399.009,53
FPS32751	CATERPILLAR	MOTONIVELADORA	140M	CAT0140MCB9D04246	399.009,53
FPS32752	CATERPILLAR	MOTONIVELADORA	140M	CAT0140MLB9D04185	399.009,53
FPS32753	CATERPILLAR	CARREGADEIRA DE RODAS	966H	CAT0966HTRYF01510	388.108,58
MOS50483	CATERPILLAR	MOTONIVELADORA	120M	CAT0120MJB9C00312	177.010,73
MOS50483	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320D	CAT0320DHA6F00630	103.299,52
MOS50483	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320D	CAT0320DVA6F00610	103.299,52
MOS50483	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320D	CAT0320DTA6F00504	103.299,52
MOS50483	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320D	CAT0320DEA6F00631	103.299,52
MOS50483	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320D	CAT0320DEA6F00502	103.299,52
MOS50483	CATERPILLAR	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	320D	CAT0320DEA6F00614	103.299,52
MOS50483	JCB	RETROESCAVADEIRA	4CX	JCB4CX4WK02016077	24.743,44
MOS50483	JCB	RETROESCAVADEIRA	4CX	JCB4CX4WK02015107	24.743,44
MOS50483	JCB	RETROESCAVADEIRA	4CX	JCB4CX4WP02015137	24.743,44
MOS50483	JCB	RETROESCAVADEIRA	4CX	JCB4CX4WV02016083	24.743,44
				TOTAL	**R$ 12.414.370,00**

ANEXO 3

Instrumento de conciliação

14650

ANEXO 4

Cronograma de entregas

CCB	Marca	Descrição	Mod.	Série	Estado (local do bem)	Patio	Prazo devolução
FPS16009	CAT	ESC. HIDR.	336DL	CAT0336DLM4T00310		-	0 dias
FPS16009	CAT	ESC. HIDR.	336DL	CAT0336DHM4T00308		-	0 dias
FPS16017	CAT	ESC. HIDR.	320DL	CAT0320DHA8F01281		-	0 dias
FPS21703	CAT	ESC. HIDR.	336DL	CAT0336DLM4T00842		-	0 dias
FPS21703	CAT	ESC. HIDR.	336DL	CAT0336DLM4T00839		-	0 dias
FPS16008	CAT	ESC. HIDR.	320DL	CAT0320DCA8F01283	CE	Sotreq - Fortaleza/CE	15 dias
FPS16009	CAT	ESC. HIDR.	336DL	CAT0336DCM4T00304	CE	Sotreq - Fortaleza/CE	15 dias
FPS16010	CAT	CARREG. ROD.	950H	CAT0950HLM1G01928	SP	Sotreq - Ribeirão Preto/SP	15 dias
FPS16010	M BENZ	CAM. BASCUL.	MBB-2423K	9BM6933868B583218	GO	Sotreq - Aparecida de Goiânia/GO	15 dias
FPS16010	M BENZ	CAM. BASC.	MBB-2423K	9BM6933868B585497	PE	Sotreq - Jaboatão dos Guararapes/PE	15 dias
FPS16017	CAT	TRATOR	D6RIII	CAT00D6RVJDL00150	BA	Sotreq - Salvador/BA	15 dias
FPS16017	M BENZ	CAM. BASCUL.	MBB-2423K	9BM6933868B583955	CE	Sotreq - Fortaleza/CE	15 dias
FPS21708	CAT	TRATOR	D6T	CAT00D6TVGCT00725	CE	Sotreq - Fortaleza/CE	15 dias
FPS21709	CAT	TRATOR	D6T	CAT00D6TAGCT00726	CE	Sotreq - Fortaleza/CE	0 dias
FPS21710	CAT	TRATOR	D6T	CAT00D6TLGCT00727	CE	Sotreq - Fortaleza/CE	0 dias
FPS27911	CAT	MOTONIV.	140M	CAT0140MCB9D03946	BA	Sotreq - Salvador/BA	15 dias
FPS27921	CAT	COMPACT. DE SOLO	CP-533E	CATCP533JBZG01357	PI	Sotreq - Fortaleza/CE	15 dias
FPS27922	CAT	COMPACT. DE SOLO	CP-533E	CATCP533KBZG01356	PI	Sotreq - Fortaleza/CE	15 dias
MOS50483	CAT	MOTONIV.	120M	CAT0120MJB9C00312	GO	Sotreq - Aparecida de Goiânia/GO	15 dias
MOS50483	CAT	ESCAV. HIDR.	320D	CAT0320DEA6F00631	CE	Sotreq - Fortaleza/CE	15 dias
MOS50483	CAT	ESCAV. HIDR.	320D	CAT0320DEA6F00502	CE	Sotreq - Fortaleza/CE	15 dias
MOS50483	JCB	RETROESCAV.	4CX	JCB4CX4WK02016077	MS	Sotreq - Cuiabá/MT	15 dias
MOS50483	JCB	RETROESCAV.	4CX	JCB4CX4WK02015107	CE	Sotreq - Fortaleza/CE	15 dias
MOS50483	JCB	RETROESCAV.	4CX	JCB4CX4WV02016083	MS	Sotreq - Cuiabá/MT	15 dias
FPS16008	CAT	ESCAV. HIDR.	320CL	CAT0320CLSBN01580	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	45 dias
FPS16017	CAT	TRATOR	D6RIII	CAT00D6RAJDL00151	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do	45 dias

						pátio	
FPS16017	M BENZ	CAM. BASCUL.	MBB-2423K	9BM6933868B584755	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	45 dias
FPS21704	CAT	CARREG. DE RODAS	950H	CAT0950HJM1G02281	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	45 dias
FPS32743	CAT	MOTONIV.	140M	CAT0140MVB9D04247	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	45 dias
MOS50483	CAT	ESCAV. HIDR.	320D	CAT0320DTA6F00504	BA	Consultar escritório contatar o escritório Wambier, Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	45 dias
MOS50483	JCB	RETROESCAV.	4CX	JCB4CX4WP02015137	SP	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	45 dias
FPS16008	CAT	ESCAV. HIDR.	320DL	CAT0320DEA8F01282	PI	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS16009	CAT	ESCAV. HIDR.	336DL	CAT0336DAM4T00306	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS16009	CAT	TRATOR	D6RIII	CAT00D6RLJDL00152	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS16017	CAT	ESCAV. HIDR.	320DL	CAT0320DPA8F01271	MA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS16017	CAT	ESCAV. HIDR.	320DL	CAT0320DAA8F01276	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS16017	CAT	ESCAV. HIDR.	320DL	CAT0320DJA8F01273	CE	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão,	75 dias

						Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	
FPS16017	CAT	ESCAV. HIDR.	320DL	CAT0320DHA8F01278	CE	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS21703	CAT	ESCAV. HIDR.	336DL	CAT0336DVM4T00840	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS21704	CAT	CARREG. DE RODAS	950H	CAT0950HCM1G02282	MA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS21707	CAT	TRATOR	D6T	CAT00D6TKGCT00722	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS27918	CAT	COMPACT. DE SOLO	CP-533E	CATCP533LBZG01302	PI	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS27919	CAT	COMPACT. DE SOLO	CP-533E	CATCP533ABZG01301	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS27923	CAT	COMPACT. DE SOLO	CP-533E	CATCP533TBZG01354	PI	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS32746	CAT	MOTONIV.	140M	CAT0140MLB9D04249	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS32748	CAT	MOTONIV.	140M	CAT0140MHB9D04253	BA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS32751	CAT	MOTONIV.	140M	CAT0140MCB9D04246	CE	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias

FPS32752	CAT	MOTONIV.	140M	CAT0140MLB9D04185	Bahia	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS32753	CAT	CARREG. DE RODAS	966H	CAT0966HTRYF01510	MA	Consultar escritório contatar o escritório Wambier, Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
MOS50483	CAT	ESCAV. HIDR.	320D	CAT0320DHA6F00630	MA	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS15819	CAT	CARREG. DE RODAS	950H	CAT0950HPM1G01919		Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	720 dias
FPS16008	CAT	RETROESCAV.	416E	CAT0416EPCBD00967	MT	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	75 dias
FPS16009	CAT	ESCAV. HIDR.	320CL	CAT0320CESBN01579	MT	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS16009	CAT	ESCAV. HIDR.	320CL	CAT0320CLSBN01515	MT	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS16010	CAT	ESCAV. HIDR.	320CL	CAT0320CESBN00965	MT	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS16010	M BENZ	CAM .BASC.	MVV-2423K	9BM6933868B585465	MT	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio	75 dias
FPS16010	M BENZ	CAM. BASC.	MBB-2423K	9BM6933868B583940	MT	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	75 dias
FPS16017	CAT	ESCAV. HIDR.	320DL	CAT0320DCA8F01274	MT	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para	75 dias

						confirmação da disponibilidade do pátio	
FPS16017	CAT	ESCAV. HIDR.LICA	320DL	CAT0320DEA8F01279		Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	720 dias
FPS16017	M BENZ	CAM. BASC.	MBB-2423K	9BM6933868B584326	MT	Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	75 dias
FPS21703	CAT	ESCAV. HIDR.	336DL	CAT0336DCM4T00836		Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	720 dias
FPS21703	CAT	ESCAV. HIDR.	336DL	CAT0336DJM4T00835		Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	720 dias
FPS21706	CAT	ESCAV. HIDR.	962H	CAT0962HTM3G00761		Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	720 dias
FPS27913	CAT	MOTONIV.	140M	CAT0140MTB9D03947		Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	720 dias
FPS27920	CAT	COMPACT. SOLO	CP-533E	CATCP533CBZG01353		Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	720 dias
FPS27924	CAT	TRATOR	D6T	CAT00D6TPGCT01058		Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	720 dias
FPS27925	CAT	TRATOR	D6T	CAT00D6TKGCT01059		Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	720 dias
FPS32749	CAT	MOTONIV.	140M	CAT0140MEB9D04254		Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	720 dias
MOS50483	CAT	ESCAV. HIDR.	320D	CAT0320DVA6F00610	MT	Consultar escritório contatar o	75 dias

						escritório Wambier, Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	
MOS50483	CAT	ESCAV. HIDR.	320D	CAT0320DEA6F00614		Consultar escritório contatar o escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins, Sato & Vasconcelos para confirmação da disponibilidade do pátio/retomada dos bens.	720 dias

14656

ANEXO 5

Cópias Notas fiscais garantias adicionais

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERC.SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOG INTEG SA IE 082.047.50-2 CNPJ 03.649.560/0001-60, ESTR.DO CONTORNO,SN, KM 281, CARIACICA, ES.NF EMIT.NOS TERMOS DOS REG. ESP.PROC.NI 24026107/03 E NI 27715612/04- EMIS.AUTORIZ.PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC.30602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087.IPI INCL NA B/C DO ICMS MERC DEST AO ATIVO IMOB DO ADQUIR CONF ART 155 INC XI DA CF/88. "BC ICMS CONF.LEI COMPL.87 ART13o INC.IR$868.929,49VR MERC.R$1.578.119,28CONF.NF ENTR. ACRESC DE R$9.696,86REF.AO ICMS RELATIVO A REC.BRUTA DO IMPORT-BC IPI $1.678.613,98.BC RED.EM 48,2353 CONF.CONV.ICMS 52/91.NF EMIT.CONF ART.705,DEC.1090-R/02 " E MP 2158-35 E IN SRF 247/02.MERC.IMPORT.POR CONTA E ORDEM DO ADQ./ENCOM.NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR N.014/2007 PROC N.36538000. BASE PIS/COFINS: 1.420.324,02 VL.PIS: 23.435,35 VL.COFINS: 107.944,63 - ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG.LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS - 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CNPJ. 04.524.132/0001-73 MERC.ENTREGUE POR SUA CONTA E ORDEM (COMBOIO) ATRAVES DAS NOSSAS NF'S 0365004 A 0365011, 0365013 E 0365014 DE 10/12/2008

Cisa Trading

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA — SÉRIE

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES
FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900
C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE
DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRAS SAIDAS N. ESPECIFICADAS	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	10/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	

TABELA A — 0 - NACIONAL; 1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA; 2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B — 00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE; 10 - TRIB. C/ COD. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA; 20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO; 30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COD. DO ICMS P/S.TRIB.; 40 - ISENTA; 41 - NÃO TRIBUTADA; 50 - SUSPENSÃO; 51 - DIFERIMENTO; 60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA; 70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA; 90 - OUTRAS

FATURA	VALOR POR EXTENSO	DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS	NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO
	Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Cento e Dezenove Reais e Vinte e Oito Centavos ********** **********				

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1284	84262000	100	Un	1,0000	1578119,28061	1578.119,28	017	00,0	0,00

AF: 052./2.0007

Cisa Trading

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
868.929,49	147.718,01	0,00	0,00	1.578.119,28

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.119,28

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — SÉRIE GA Nº 015745724

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	1			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
125,00	OUTROS	DESCONHECIDO		92.181,000	91.181,000

Cisa Trading S[illegible] Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/[illegible]-40 IE:08154955-5 - AIDF 4283/[illegible] de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autori[illegible]: SEP 19837097

CP0011

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES RADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A. - EMBARQUE:015755 AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. NÍ 082.047.50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO) C/ CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Í DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0364.999 DE 10.12.08, SRIE3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROC NÍ 36538000. ARRENDATARIO : LOGIBRAS LOG.LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS - 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍGATU4193822

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA U.F.: ES

FONE / FAX: 2733220060/ CEP: 29014900

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA SÉRIE 3

C.N.P.J. 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-S

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL:	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	10/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	10/12/08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA A
0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS POR SUBS.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. POR SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.
90 - OUTRAS

FATURA	VALOR POR EXTENSO	DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS	NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO
	Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Cento e Dezenove Reais e Vinte e Oito Centavos ********** **********				

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1284	84262000	190	Un	1,0000	1578119,28000	1578.119,28			

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.119,28

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.119,28

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	1			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
18,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

DADOS ADICIONAIS

ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

015434

ESTAMPA FISCAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

INUTILIZADO

SÉRIE GA

Nº 015745726

Cisa Trading SA - Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/0001-40 IE:08154955-5 - AIDF 4283/2[illegible]de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriz[illegible] SEP 19837097

GP0011

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A. - EMBARQUE:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. Nº 082.047.50-2 - C.N.P.J. Nº 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1º DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0364.999 DE 10.12.08, SRIE3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR Nº 014/2007 PROC Nº 36538000. ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG.LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS - 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR Nº GLDU0736986
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA U.F.: ES
FONE / FAX: 2733220060/ CEP: 29014900

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

SÉRIE3

C.N.P.J. 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 03/06/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTARIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	10/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	10-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	22:20

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA A
0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA.
90 - OUTRAS

FATURA

VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Cento e Dezenove Reais e Vinte e Oito Centavos *********
****

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . Nº SERIE: 08T-1284	84262000	140	Un	1,0000	1578119,28000	1578.119,28	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
11 12 08
405775
CONTROLADO ELETRONICAMENTE
40501652

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.119,28

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.119,28

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015745728

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
23,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

Cisa Trading S[illegible] Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/[illegible]-40 IE:08154955-5
- AIDF 4283/[illegible] de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriz[illegible] SEP 19837097

GP0011

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A. - EMBARQUE:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. NÍ 082.047.50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Í DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0364.999 DE 10.12.08, SRIE3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REDA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROC NÍ 36538000. ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG.LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS - 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CNPJ. 04.524.132/0001-73. - CNTR NÍMSKU9385866
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16 — [X] SAÍDA [ ] ENTRADA — SÉRIE3
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES
FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900
C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40 — 1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE
DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTARIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	10/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	10-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	22:20

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

ORIGEM: 0 - NACIONAL; 1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA; 2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B: 00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE; 10 - TRIB. C/ COD. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA; 20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO; 30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COD. DO ICMS P/O TRIB.; 40 - ISENTA; 41 - NÃO TRIBUTADA; 50 - SUSPENSÃO; 51 - DIFERIMENTO; 60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTARIA; 70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA; 90 - OUTROS

FATURA

VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Cento e Dezenove Reais e Vinte e Oito Centavos *********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1284	84262000	140	Un	1,0000	1578119,28000	1578.119,28	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
405900
11 12 08
40501662
PF/CARMO
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.119,28

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.119,28

DADOS ADICIONAIS

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
20,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — SÉRIE GA — Nº 015745730

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A. - EMBARQUE:015735 AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. NÍ 082.047.50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Í DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0364.999 DE 10.12.08, SRIEJ, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÓO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROC NÍ 36538000. ARRENDATÓRIO : LOGIBRAS LOG.LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS - 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍSEAU8512671
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA — SÉRIE 3

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES — CEP: 29014900
FONE/FAX: 2733220060/

C.N.P.J.	
39.373.782/0001-40	1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE — DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/03/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTARIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZAO SOCIAL:	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	10/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	10-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	22:20

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B

00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
90 - OUTRAS

FATURA	VALOR POR EXTENSO	DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS	NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO
	Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Cento e Dezenove Reais e Vinte e Oito Centavos ********** **********				

ADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1284	84262000	140	Un	1,0000	1578119,28000	1578.119,28	000		

Cisa Trading

ESTADO DE FAZENDA — 11 12 08 — 405672

ALCULO DO IMPOSTO

SE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.119,28

LOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.119,28

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — SÉRIE GA — 015732 — 22:15 — ESTADO DE FAZENDA — ENTRADA ELETRONICAMENTE

RANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

OME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

DEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

JANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
10,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

Cisa Trading [illegible] Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/[illegible]40 IE 08154955-5 - AIDF 4283/2[illegible] de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriz[illegible] SEP 19815097

GP0011

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A. - EMBARQUE:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. Nº 082.047.50-2 - C.N.P.J. Nº 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1º DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0364.999 DE 10.12.08, SRIE3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087* *NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR Nº 014/2007 PROC Nº 36538000. ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG.LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS - 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NºPONU7541281
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES
FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA — SÉRIE3

C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J/C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	10/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	10-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	23:50

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS POR TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.
90 - OUTRAS

FATURA — VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Cento e Dezenove Reais e Vinte e Oito Centavos *********
****

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS — NÚMERO | VALOR R$ | VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . Nº SERIE: 08T-1284	84262000	140	Un	1,0000	1578119,28000	1578.119,28	000		

Cisa Trading
11 12 08

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.119,28

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.119,28

DADOS ADICIONAIS

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J/CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
16,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SÉRIE GA
Nº 015745734

4663

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A. - EMBARQUE:015715 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. NÍ 082.047.50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I E II PARAGR 1Í DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0364.999 DE 10.12.08, SRIE3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÚO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROC NÍ 36538000. ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG.LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS - 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍMSKU6674356
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16 — [X] SAÍDA [ ] ENTRADA — SERIE1
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES — CEP: 29014900 — FONE / FAX: 2733220060/
C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40
1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE
DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL:	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	10/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	10-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	22:20

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B: 00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE; 10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA; 20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO; 30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.; 40 - ISENTA; 41 - NÃO TRIBUTADA; 50 - SUSPENSÃO; 51 - DIFERIMENTO; 60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA; 70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA; 90 - OUTRAS

FATURA	VALOR POR EXTENSO	DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS	NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO
	Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Cento e Dezenove Reais e Vinte e Oito Centavos ********** **********				

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1284	84262000	140	Un	1,0000	1578119,28000	1578.119,28	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
11 12 08 402322
PF ETF 40201323
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

Cisa Trading

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.119,28
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00		1.578.119,28

DADOS ADICIONAIS

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
10,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

PRESTAÇÃO FISCAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015745736

Cisa Trading S[illegible] Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/[illegible]0 IE:08154955-5
- AIDF 4283/2[illegible]c 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriza[illegible] SEP 19837097

GP0011

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A. - EMBARQUE:045735 AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. NÍ 082.047.50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Í DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC V1 DO RIPI RELATIVA A NF 0364.999 DE 10.12.08, SRIE3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÚO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087* *NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROC NÍ 36538000. ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG.LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS - 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍFRLU8608752
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A — Nº 0365010 — SÉRIE 3

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES — CEP: 29014900

FONE / FAX: 2733220060/

C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE — DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL:	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	10/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	10-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	22:20

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA A
0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.
90 - OUTRAS

FATURA	VALOR POR EXTENSO	DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS	NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO
	Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Cento e Dezenove Reais e Vinte e Oito Centavos ********** **********				

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
101592	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7010B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1284	84262000	140	Un	1,0000	1578119,28000	1578119,28	000		

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.119,28

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.119,28

DADOS ADICIONAIS

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
17,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — SÉRIE GA Nº 015745738

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cisa Trading S/A Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/[illegible]40 IE:08154955-5
- AIDF 4283/2[illegible]de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriz[illegible] SEP 19837097

GP0011

4665

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A. - EMBARQUE:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. Nº 082.047.50-2 - C.N.P.J. Nº 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1º DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0364.999 DE 10.12.08, SRIE3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR Nº 014/2007 PROC Nº 36538000. ARRENDATÁRIO .: LOGIBRAS LOG.LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS - 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NºGATU4126280
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

Cisa Trading S/A — MATRIZ — NOTA FISCAL — Nº 015745740 — SÉRIE 3

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES — CEP: 29014900
FONE / FAX: 2733220060/
C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE
DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	10/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	10-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	22:20

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

PRIMEIRA PARTE:
0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B:
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.
90 - OUTRAS

FATURA

VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Cento e Dezenove Reais e Vinte e Oito Centavos *********
****

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . Nº SERIE: 08T-1284	84262000	140	Un	1,0000	1578119,28000	1578.119,28	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO 405900 11 12 08 40501662 PF JCARIÃO CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.119,28

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.119,28

DADOS ADICIONAIS

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
8,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SÉRIE GA
Nº 015745740

Cisa Trading S[illegible] Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/[illegible]40 IE:08154955-5
- AIDF 4283/2[illegible]de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriz[illegible] SEP 19837097

GP0011

: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A. - EMBARQUE: 015035 MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. NÎ 082.047.50-2 - C.N.P.J. NÎ 03.649.560/0001-60. ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Î DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0364.999 DE 10.12.08, SRIE3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÚO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087* *NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROC NÍ 36538000. ARRENDATCRIO : LOGIBRAS LOG.LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS - 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÎPOCUG401487
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16 — [X] SAÍDA [ ] ENTRADA — SÉRIE3
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES
FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900
C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40
1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE
DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	10/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	10-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	22:20

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

ORIGEM: 0 - NACIONAL; 1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA; 2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B: 00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE; 10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA; 20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO; 30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/O TRIB.; 40 - ISENTA; 41 - NÃO TRIBUTADA; 50 - SUSPENSÃO; 51 - DIFERIMENTO; 60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA; 70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA; 90 - OUTRAS

FATURA

VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Cento e Dezenove Reais e Vinte e Oito Centavos *********
****

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1284	84262000	140	Un	1,0000	1578119,28000	1578.119,28	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
11 12 08 405775
PFJCARMO 40501658
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cisa Trading

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.119,28

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.119,28

DADOS ADICIONAIS

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
2,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.000,000	7.900,000

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015745742

Cisa Trading SA Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/0[illegible] IE:08154955-S
- AIDF 4283/20[illegible] 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriza[illegible] SEP 19837097

GP5011

14667

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A. - EMBARQUE: 015735 "S MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. NÍ 082.047.50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Í DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0364.999 DE 10.12.08, SRIE3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087* *NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROC NÍ 36538000. ARRENDATCRIO : LOGIBRAS LOG.LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS - 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍOCLU6313074
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV. JERONIMO MONTEIRO, 1000-SL1014/16 — [X] SAÍDA [ ] ENTRADA — SÉRIE3
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES
FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900
C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40
1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE
DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	10/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	11-12-2008

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	22:20

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

ORIGEM		TABELA B
0 - NACIONAL		00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE 10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA 20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO 30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB. 40 - ISENTA 41 - NÃO TRIBUTADA 50 - SUSPENSÃO 51 - DIFERIMENTO 60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA 70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA 90 - OUTRAS
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA		
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO		

FATURA — VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Cento e Dezenove Reais e Vinte e Oito Centavos **********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS — NÚMERO | VALOR R$ | VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1284	84262000	140	Un	1,0000	1578119,28000	1578.119,28	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO 11 12 08 405132 40501709 PEÇA CARIMBO CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.119,28

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.119,28

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
1,00	OUTROS	DESCONHECIDO		14.000,000	13.900,000

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — SÉRIE GA Nº 015745744

Cisa Trading S[illegible]V Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/[illegible]0 IE:08154955-5
- AIDF 4283/2[illegible]e 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriza[illegible] SEP 19837097

GP0011

8916

S ADICIONAIS (INFORMACOES COMPLEMENTARES)

)I: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE
'ITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE
'ITORIA/ES BADT - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS
:ERC.SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOG INTEG SA IE 082.047 50-2
:NPJ 03.649.560/0061-60. ESTR.DO CONTORNO,SN, KM 281,
:ARIACICA, ES.NF EMIT.NOS TERMOS DOS REG. ESF.PROC.NI
:4026107/03 E NI 27715612/04- EMIS.AUTORIZ.PELO REGIME
:ESPECIAL REDA 020/2007 PROC.36602396 E SRE PE 081/06
'ROCESSO 35719087.IPI INCL NA B/C DO ICMS MERC DEST AO ATIVO
:MOB DO ADQUIR CONF ART 155 INC XI DA CF/88. "BC ICMS
:ONF LEI COMPL.87 ART13o INC.IR$873.601,14VR
:ERC.R$1.578.913,80CONF.NF ENTR. ACRESC DE R$10.491,38REF.AC
:CMS RELATIVO A REC.BRUTA DO IMPORT-BC IPI $1.687.682,62.BC
:ED.EM 48.2353 CONF CONV. ICMS 52/91.NF EMIT.CONF
:RT.705,DEC.1090-R/02 " E MP 2158-35 E IN SRF
:47/02.MERC.IMPORT.POR CONTA E ORDEM DO ADQ./ENCOM.NF
:MITIDA NOS TERMOS DA AUTOR N.014/2007 PROC N.36538000. BASE
'IS/COFINS: 1.420.324,02 VL.PIS: 23.435,35 VL.COFINS:
107.944,63
ARRENDATARIO : LOGIBRAS LOGISTICA LTDA - ESTRADA DOS
:OLANGELOS, 860 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA -
SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 MERC.ENTREGUE
'OR SUA CONTA E ORDEM ATRAVES DE NOSSA NF 0365090 DE
:2/12/2008

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA B

- NACIONAL
- ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
- ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S TRIB
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
90 - OUTRAS

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A — Nº 0365085

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA — SÉRIE

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES — CEP: 29014900 — FONE/FAX: 27332200607

C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/03/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRAS SAIDAS N. ESPECIFICADAS	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL:	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	12/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	12-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20:20

FATURA — VALOR POR EXTENSO: *****Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Novecentos e Treze Reais e Oitenta Centavos ******

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NUMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1285	84262000	100	Un	1,000	1578913,80080	1578.913,80	017	00,0	0,00

AF. 052.12.0008

Cisa Trading

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
873.603,14	148.512,53	0,00	0,00	1.578.913,80
VALOR DO FRETE: 0,00	VALOR DO SEGURO: 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS: 0,00	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA: 1.578.913,80

DADOS ADICIONAIS

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA (1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO)	PLACA DO VEÍCULO	U.F	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	1			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
126,00	OUTROS	DESCONHECIDO		92.181,000	92.181,000

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SÉRIE GA

Nº 015745952

DADOS ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI: 08/1955939-6 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE ITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE ITORIA/ES SADI - COIMEX LOG INTEGRADA S A.-EMB:015735 "AS ERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA /A, 1 E. NÍ 863 047 50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60. ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO E CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), VNI ART 542 INC I E II PARAGR 1Í DO RICMS/ES. E ARTIGO 1v INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0365.085 DE 12.12.08, RIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 181/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 024/2007 PROC NÍ 36538050.
ARRENDATARIO - LOGIBRAS LOGISTICA LTDA - ESTRADA DOS OLANGELOS, 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA - P - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍ ONU7293740

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

- NACIONAL
- ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
- ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS POR TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
90 - OUTRAS

EMITENTE

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A

Nº 0365090

SÉRIE

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO, 1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA U.F.: ES

FONE/FAX: 2733220060/ CEP: 29014900

C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-S

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	12/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL, 00078	CENTRO	08561-000	12-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20:20

FATURA

VALOR POR EXTENSO: *****Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Novecentos e Treze Reais e Oitenta Centavos ******
****

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
101597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1285	84262000	190	Un	1,0000	1578913,80000	1578.913,80			

Cisa Trading

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
13 12 08 405455
PFJCARMO 40501696
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.913,80
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00		1.578.913,80

DADOS ADICIONAIS

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	1			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
26,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

ESTAMPA FISCAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SÉRIE GA
Nº 015745954

0470

DADOS ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARCADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. Nº 082.047 50-2 - C.N.P.J. Nº 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1º DO RICMS/ES, E ARTIGO 410 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0365.085 DE 12.12.08, SERIE 1, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REDA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR Nº 024/2007 PROC Nº 36538000.
APRENDIZ/ARIO : LOGIBRAS LOGISTICA LTDA - ESTRADA DOS COIMANGELOS, 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA - SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR Nº MSKU8880989
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTARIA

TABELA B

- NACIONAL
- ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
- ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CALCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/O TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTARIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA
90 - OUTRAS

EMITENTE

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz
ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES
FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900
C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 08154955-5

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A — Nº 0365091
[X] SAÍDA [ ] ENTRADA — SÉRIE 3

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE
DATA LIMITE PARA EMISSAO:31/03/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTARIO
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949	

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	12/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	12-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20:70

FATURA	VALOR POR EXTENSO	DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS	NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO
	*****Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Novecentos e Treze Reais e Oitenta Centavos ****** **********				

DOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . Nº SERIE: 08T-1285	84262000	140	Un	1,0000	1578913,80000	1578.913,80	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
14 12 08
DFJCARMO
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE
405926
405016-43

Cisa Trading

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S	VALOR DO I.C.M.S	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.913,80
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00		1.578.913,80

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
10,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015745956

S ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2006DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A. I.E. Nº [illegible]-2 - C.N.P.J. Nº 03.649.560/0001-60. ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1º DO RICMS/ES, E ARTIGO 410 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0365.085 DE 12.12.08, SERIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR Nº 224/2007 PROC Nº 36536000.
ARRENDATARIO : LOGIBRAS LOGISTICA LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA - SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR Nº TOLU3807493
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA B

- NACIONAL
- ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
- ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/COB. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
90 - OUTRAS

EMITENTE

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO, 1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA U.F.: ES

FONE / FAX: 2733220060/ CEP: 29014900

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A

Nº 0365092

SÉRIE

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

C.N.P.J. 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	12/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	12-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20:20

FATURA

VALOR POR EXTENSO: *****Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Novecentos e Treze Reais e Oitenta Centavos ******

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1285	84262000	140	Un	1,0000	1578913,80000	1578.913,80	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
14 12 08 405926
PFJCARMO 405[illegible]43
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

Cisa Trading

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.913,80
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00		1.578.913,80

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015745958

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F	C.N.P.J/CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
11,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	[illegible]8.400,000

Cisa Trading SA. Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vito[illegible] ES CNPJ 39373782/0001-40 IE:08154955-5 - AIDF 4283/2006 de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autorizacao : SEP 19837097

CP0011

4624

S ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI: 08/1955939-6 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A. EMB:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I E NÍ 082.041.70-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO , KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Í DO RICMS/ES, E ARTIGO 210 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0365.085 DE 12.12.08, SERIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRF RE 081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NI 114/2007 PROC NÍ 36538000.
ARRENDATARIO : LOGIBRAS LOGISTICA LTDA - ESTRADA DOS BOLANGELOS, 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA - SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍ MAEU6359119
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTARIA

- NACIONAL
- ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
- ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB C/COB. DO ICMS P/S TRIB
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/SUBST. TRIBUTARIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA
90 - OUTRAS

EMITENTE

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA U.F.: ES

FONE / FAX: 2733220060/ CEP: 29014900

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A

[X] SAIDA [ ] ENTRADA

Nº 0365093

SERIE 3

C.N.P.J. 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	12/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	12-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20:20

FATURA

VALOR POR EXTENSO: *****Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Novecentos e Treze Reais e Oitenta Centavos ******
****

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1285	84262000	140	Un	1,000	1578913,80000	1578.913,80	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS 73562 29/12 - 48104 CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE PF ETF 4023038 4 12 08 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.913,80

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.913,80

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
17,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SÉRIE GA

Nº 015745960

Cisa Trading SA. Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria ES CNPJ 39373782/0001-40 IE:08154955-5 - AIDF 4283/2006 de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autorizacao : SEP 19837097

GP0011

4673

S ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. Nº 082.047.50-2 - C.N.P.J. Nº 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 261 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO). CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1º DO RICMS/ES, E ARTIGO 510 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0365.085 DE 12.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR Nº 014/2007 PROC Nº 36538000.
ARRENDATARIO : LOGIBRAS LOGISTICA LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA - SP - CEP.07400-000 - CNPJ 04.524.132/0001-73 - CNTR Nº SLDU0918888
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA B

0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S TRIB
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
90 - OUTRAS

EMITENTE

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO, 1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA U.F.: ES

FONE / FAX: 2733220060/ CEP: 29014900

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A

Nº 0365094

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

SÉRIE 3

C.N.P.J. 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	12/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL, 00078	CENTRO	08561-000	12/12/08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20:30

FATURA

VALOR POR EXTENSO: *****Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Novecentos e Treze Reais e Oitenta Centavos ******
****

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . Nº SERIE: 08T-1285	84262000	140	Un	1,0000	1578913,80000	1578.913,80	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
4 12 08 4 05 123
PF/CARIMBO
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE
40501540

Cisa Trading

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.913,80
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00		1.578.913,80

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015745962

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
7,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	7.400,000

Cisa Trading SA. Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria ES CNPJ 39373782/0001-40 IE:08154955-5 - AIDF 4283/2006 de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autorizacao : SEP 19837097

CP0011

4624

S ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

:I: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE
'ITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE
'ITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS
IERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA
:/A, I.E. NÍ 082.047.50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60,
:STRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO
)E CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO),
'ONF ART 542 INC I e II PARAGR II DO RICMS/ES, E ARTIGO
'10 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0365.085 DE 12.12.08,
)RIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR
'ELO REGIME ESPECIAL REDA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE
)81/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ
'14/2007 PROC NÍ 36528000.
ARRENDATARIO : LOGIBRAS LOGISTICA LTDA - ESTRADA DOS
)LANGELOS, 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA -
)P - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍ
)OCU7044316
)ATUREZA DE OPERACAO: 6.949

EMITENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A — Nº 0365095 — SÉRIE 3

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES

FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900

C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTARIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZAO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSAO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	12/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	12-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20:20

FATURA — VALOR POR EXTENSO: *****Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Novecentos e Treze Reais e Oitenta Centavos ******

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

- NACIONAL
- ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
- ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS POR SUBS. TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. POR SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
90 - OUTRAS

DOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1285	84262000	140	Un	1,0000	1578913,80000	1578.913,80	000		

Cisa Trading

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
13 12 08 405455
PFJCARMO 40501696
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

CULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.913,80
R DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00		1.578.913,80

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — SÉRIE GA Nº 015745964

NSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
37,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.543,000	8.443,000

Cisa Trading SA. Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/0001-40 IE:08154955-5 - AIDF 4283/2006 de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autorizacao : SEP 19837097

GP0011

S ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI. 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE
/ITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE
/ITORIA/ES RADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS
MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA
S/A I.E. NI 082-047-50-7 - C.N.P.J. NI 03.649.560/0001-60,
ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO
DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO),
CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1I DO RICMS/ES, E ARTIGO
320 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0365.085 DE 12.12.08,
SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR
PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE
081/06 PROC 35719087" NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NI
014/2007 PROC NI 36538000.
ARRENDATARIC - LOGIBRAS LOGISTICA LTDA - ESTRADA DOS
COLANGELOS, 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA -
SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NI
INBU5159967
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTARIA

TABELA B

0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CALCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/O TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CALCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA
90 - OUTRAS

EMITENTE

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA U.F.: ES

FONE / FAX: 2733220060/ CEP: 29014900

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A

Nº 0365096

SÉRIE 3

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

C.N.P.J. 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/03/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	12/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	12-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20:20

FATURA

VALOR POR EXTENSO: *****Hum Milhão, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Novecentos e Treze Reais e Oitenta Centavos ******
****

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NI SERIE: 08T-1285	84262000	140	Un	1,0000	1578913,80000	1578.913,80	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
405547
13 12 08
40501662
PEVCARMO
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

LCULO DO IMPOSTO

E DE CALCULO DO I.C.M.S	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CALCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.913,80

OR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSORIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.913,80

ANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

E/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

EREÇO	MUNICÍPIO	U.F	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

NTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
9,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	400,000

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015745966

Cisa Trading SA. Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/0001-40 IE:08154955-5 - AIDF 4283/2006 de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autorizacao : SEP 19837097

GP0011

S ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A. I.E. NÍ 082.047.50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 261 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR II DO RICMS/ES, E ARTIGO 510 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0365.085 DE 12.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS, EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROC NÍ 36538000.
ARRENDATARIO : LOGIBRAS LOGISTICA LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA - SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍ JXXU4302563
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA B

0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/O TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
90 - OUTRAS

EMITENTE

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA U.F.: ES

FONE / FAX: 2733220060/ CEP: 29014900

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

Nº 0365097

SÉRIE

C.N.P.J. 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	12/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	12/12/08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20:20

FATURA — VALOR POR EXTENSO: *****Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Novecentos e Treze Reais e Oitenta Centavos ******

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS — NÚMERO | VALOR R$ | VENCIMENTO

DOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1285	84262000	140	Un	1,0000	1578913,80000	1578.913,80	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
14 12 08
PF. JGARMO
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE
4 3 5 3 4 3
405014544

LCULO DO IMPOSTO

E DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.913,80
OR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00		1.578.913,80

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015745968

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

ERAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

EREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

NTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
5,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	.400,000

Cisa Trading SA. Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria ES CNPJ 39373782/0001-40 IE:08154955-5 - AIDF 4283/2006 de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autorizacao : SEP 19837097

GP0011

S ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. NÍ 092.047.5[illegible]-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 261 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO), CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1º DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0365.085 DE 12.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE 081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROC NÍ 36538000.
ARRENDATARIO : LOGIBRAS LOGISTICA LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA - SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍ POCU6303372
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA B

- NACIONAL
- ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
- ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
90 - OUTRAS

EMITENTE

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA U.F.: ES

FONE / FAX: 2733220060/ CEP: 29014900

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A

Nº 0365098

SÉRIE

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	12/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	12-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20:20

FATURA

VALOR POR EXTENSO: *****Hum Milhão, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Novecentos e Treze Reais e Oitenta Centavos ******
****

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1285	84262000	140	Un	1,0000	1578913,80000	1578.913,80	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
14 12 08 405005
PF/CARMO
CARIMBO CONTRIBUINTE
49901532

Cisa Trading

LCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.913,80
OR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00		1.578.913,80

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SÉRIE GA

Nº 015745970

ANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
.00	OUTROS	DESCONHECIDO		14.000,000	.900,000

S ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

)I: 08/1955924-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE
/ITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE
/ITORIA/ES ZADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS
MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA
S/A, I.E. NI 08.047.60.-.P - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-69,
ENTRADA DO COMBORIO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO
DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL (COMBOIO),
CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Í DO RICMS/ES, E ARTIGO
410 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 0365.085 DE 12 12.08,
SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÚO AUTOR
PELO REGIME ESPECIAL REDA 020/2007 PROC 36602396 E SRE RE
081/06 PROC 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ
014/2007 PROC NÍ 36538000.
ARRENDATARIO : LOGISBRAS LOGISTICA LTDA - ESTRADA DOS
COLANGELOS, 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA -
SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍ
OCLU6314640
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA B

- NACIONAL
- ESTRANGEIRO - IMPORT DIRETA
- ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - THIB C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO THIB C/ COB. DO ICMS P/S TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
90 - OUTRAS

EMITENTE

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES

FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A

Nº 0365099

SÉRIE

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATÁRIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	12/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	12-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20:20

FATURA

VALOR POR EXTENSO: *****Hum Milhóo, Quinhentos e Setenta e Oito Mil, Novecentos e Treze Reais e Oitenta Centavos ******

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1285	84262000	140	Un	1,0000	1578913,80000	1578.913,80	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
14 12 08
PFJCARMO
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE
405005
4050151

LCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.578.913,80

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.578.913,80

DADOS ADICIONAIS

ANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
1,00	OUTROS	DESCONHECIDO		14.000,000	.900,000

ESTAMPA FISCAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SÉRIE GA

Nº 015745972

Cisa Trading SA. Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/0001-40 IE:08154955-5
- AIDF 4283/2006 de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autorizacao : SEF 19837097

GP0011

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERC.SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOG INTEG SA IE 082.047.50-2 CNPJ 03.649.560/0001-60, ESTR.DO CONTORNO,SN, KM 281, CARIACICA, "DSINF EMIT.NOS TERMOS DOS REG. ESP.PROC.NI 24026107/03 E NI 27715612/04- EMIS.AUTORIZ.PELO REGIME ESPECIAL REDA 020/2007 PROC.36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087.IPI INCL NA B/C DO ICMS MERC DEST AO ATIVO IMOB DO ADQUIR CONF ART 155 INC XI DA CF/88. "BC ICMS CONF.LEI COMPL.87 ART13o INC.IR$892.464,04VR MERC.R$1.582.120,15CONF.NF ENTR. ACRESC DE R$13.697,73REF.AO ICMS RELATIVO A REC.BRUTA DO IMPORT-BC IPI R$1.724.078.45.BC RED.EM 48,2353 CONF. CONV. ICMS 52/91.NF EMIT.CONF ART.70S,DEC.1090-R/02 " E MP 2158-35 E IN SRF 247/02.MERC.IMPORT.POR CONTA E ORDEM DO ADQ./ENCOM.NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR N.014/2007 PROC N.36538000. BASE PIS/COFINS: 1.420.324,02 VL.PIS: 23.435,35 VL.COFINS: 107.944,63
ARRENDATORIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, NI 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16 — [X] SAÍDA [ ] ENTRADA — SÉRIE:
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES — CEP: 29014900
FONE / FAX: 2733220060/

C.N.P.J.	
39.373.782/0001-40	1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRAS SAIDAS N. ESPECIFICADAS	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL:	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	15/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	15.12.08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	1930

FATURA — VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Oitenta e Dois Mil, Cento e Vinte Reais e Quinze Centavos **********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA A
0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
90 - OUTRAS

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1286	84262000	100	Un	1,0000	1582120,15340	1582.120,15	017	00,0	0,00

AF: 052/2.0009

Cisa Trading

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
892.464,04	151.718,89	0,00	0,00	1.582.120,15

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.582.120,15

DADOS ADICIONAIS

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	1			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
127,00	OUTROS	DESCONHECIDO		92.181,000	91.181,000

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — SÉRIE GA Nº 015746448

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735."AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. Nº 082.047.50-2 - C.N.P.J. Nº 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL, CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1º DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 365.256 DE 15.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REDA 020/2007 PROCESSO 36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR Nº 014/2007 PROCESSO Nº 36538000.
ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, Nº 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR Nº MSKU9501164
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA
U.F.: ES
FONE / FAX: 2733220060/
CEP: 29014900

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

SÉRIE 3

C.N.P.J.	
39.373.782/0001-40	1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J/C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	15/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	15/12/8

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	1940

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA A
0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISLANTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.
90 - OUTRAS

FATURA

VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Oitenta e Dois Mil, Cento e Vinte Reais e Quinze Centavos **********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . Nº SERIE: 08T-1286	84262000	140	Un	1,0000	1582120,15000	1582.120,15	000		

Cisa Trading

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZ. DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
16 12 08
PFJCARIMBO CARIMBO CONTROLADO ELETRÔNICO

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.582.120,15

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.582.120,15

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015746450

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
14,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

Cisa Trading Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/0001-40 IE:08154955-5
- AIDF 4283/ de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autori : SEP 19837097

CP0011

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008 - N.F.COMPLEMENTAR DE MERCADORIA , REF. NF. 0365.256 DE 15.12.08 - EMB:015735 .NF EMIT.NOS TERMOS DOS REG. ESP.PROC.NI 24026107/03 E NI 27715612/04- EMIS.AUTORIZ.PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC.36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087.IPI INCL NA B/C DO ICMS MERC DEST AO ATIVO IMOB DO ADQUIR CONF ART 155 INC XI DA CF/88. *BC RED.EM 48,2353 CONF. CONV. ICMS 52/91.NF EMIT.CONF ART.705,DEC.1090-R/02 * E MP 2158-35 E IN SRF 247/02.MERC.IMPORT.POR CONTA E ORDEM DO ADQ./ENCOM.NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR N.014/2007 PROC N.36538000. ARRENDATçRIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, Nº 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

0366098

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA U.F.:ES
FONE / FAX: 2733220060/ CEP: 29014900

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

SÉRIE3

C.N.P.J. 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE
DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRAS SAIDAS N. ESPECIFICADAS	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL:	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	29/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA A
0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COD. ICMS P/SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COD. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA.
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.
90 - OUTRAS

FATURA	VALOR POR EXTENSO	DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS	NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO
	Nove Mil, Vinte e Quatro Reais e Quinze Centavos * ********** **********				

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
NFC.SAF	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1286 - NF COMPLEMENTAR	00000000	120	Un	1,0000	9024,15000	9.024,15	017		

CALCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
4.671,32	794,12	0,00	0,00	9.024,15
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00		9.024,15

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
	2			00.000.000/0000-00

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
,0	0	ES	

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
0,00	Cisa Trading	SAFRA LEASING S/A		0,000	0,000

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SÉRIE GA
Nº 015749406

RECEBI(EMOS) DE CISA TRADING OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL FATURA INDICADA AO LADO.

DATA DE EMISSÃO	DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR
29/12/2008		

NOTA FISCAL FATURA SÉRIE3 Nº 0366098

Cisa Trading SA. Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/0001-40 IE:08154955-5
- AIDF 4283/2006 de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autorizacao : SEP 19837097

GP0011

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008 - N.F.COMPLEMENTAR DE BC DE ICMS E VALOR DE ICMS , REF. NF. 0365.256 DE 15.12.08 - EMB:015735 .NF EMIT.NOS TERMOS DOS REG. ESP.PROC.NI 24026107/03 E NI 27715612/04- EMIS.AUTORIZ.PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROC.36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087.IPI INCL NA B/C DO ICMS MERC DEST AO ATIVO IMOB DO ADQUIR CONF ART 155 INC XI DA CF/88. *BC RED.EM 48,2353 CONF. CONV. ICMS 52/91.NF EMIT.CONF ART.705,DEC.1090-R/02 * E MP 2158-35 E IN SRF 247/02.MERC.IMPORT.POR CONTA E ORDEM DO ADQ./ENCOM.NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR N.014/2007 PROC N.36538000. ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, Nº 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA
U.F.: ES
FONE / FAX: 2733220060
CEP: 29014900

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

SÉRIE

C.N.P.J. 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATÁRIO/EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRAS SAIDAS N. ESPECIFICADAS	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-96	29/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	

FATURA — VALOR POR EXTENSO: **********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA A
0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COD. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COD. DO ICMS P/O TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
90 - OUTRAS

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1286 - NF COMPLEMENTAR	00000000	140	UN	0,0000	0,00000	0,00	000		

Cisa Trading

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
48.411,89	8.230,02	0,00	0,00	0,00
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00		0,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
	2			00.000.000/0000-00
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**		**U.F.**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**
,0	0		ES	

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
0,00	Cisa Trading			0,000	0,000

DADOS ADICIONAIS

PRESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SÉRIE GA

Nº 015749430

RECEBI(EMOS) DE CISA TRADING OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL FATURA INDICADA AO LADO.

DATA DE EMISSÃO	DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR
29/12/2008		

NOTA FISCAL FATURA SÉRIE 3 Nº 0366100

0366100

Cisa Trading SA. Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/0001-40 IE:08154955-5
- AIDF 4283/2006 de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autorizacao : SEP 19837097

GP0011

N 4683

DADOS ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E., Nº 082.047.50-2 - C.N.P.J. Nº 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL, CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1º DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 365.256 DE 15.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÚO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROCESSO 36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR Nº 014/2007 PROCESSO Nº 36538000.
ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, Nº 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR Nº PONU7155777
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

EMITENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A — Nº 015746454 — SÉRIE 3

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES

FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900

C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	15/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	15.12.8

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	1000

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

ORIGEM	TABELA B
0 - NACIONAL	00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA	10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO	20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
	30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB
	40 - ISENTA
	41 - NÃO TRIBUTADA
	50 - SUSPENSÃO
	51 - DIFERIMENTO
	60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
	70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
	90 - OUTRAS

FATURA — VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóc, Quinhentos e Oitenta e Dois Mil, Cento e Vinte Reais e Quinze Centavos **********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . Nº SERIE: 08T-1286	84262000	140	Un	1,0000	1582120,1500	1582.120,15	0,00		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO 16 12 08 405460 PFJCA MO 4050 CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.582.120,15

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.582.120,15

DADOS ADICIONAIS

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
12,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — SÉRIE GA Nº 015746454

Cisa Trading [illegible] v Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/[illegible]40 IE:08154955-5
- AIDF 4283/2[illegible] de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriza[illegible] SEP 19837097

GP0011

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A. I.E. NÎ-082.007.50-2 - C.N.P.J. NÎ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL, CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Î DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 365.256 DE 15.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROCESSO 36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÎ 014/2007 PROCESSO NÎ 36538000.
ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, NÎ 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÎ MSKU0707473
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA — SÉRIE

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES — CEP: 29014900
FONE / FAX: 2733220060/
C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40
1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE
DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	15/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	15.12.08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	23:00

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B: 00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE; 10 - TRIB. C/ COM. ICMS P/SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA; 20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO; 30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.; 40 - ISENTA; 41 - NÃO TRIBUTADA; 50 - SUSPENSÃO; 51 - DIFERIMENTO; 60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA; 70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA; 90 - OUTRAS

FATURA

VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Oitenta e Dois Mil, Cento e Vinte Reais e Quinze Centavos **********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÎ SERIE: 08T-1286	84262000	140	Un	1,0000	1582120,15000	1582.120,15	000		

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA — DOCUMENTO AUTORIZADO ELETRONICAMENTE — 12/12/2008 — 4051173 — 40501499

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.582.120,15

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.582.120,15

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA (1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO)	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
17,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — SÉRIE GA Nº 015746456

Cisa Trading [illegible] Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/[illegible]40 IE:08154955-5
- AIDF 4283/[illegible] de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriz[illegible] SEP 19837097

GP0011

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. Nº 082.047.50-2 - C.N.P.J. Nº 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N. KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL, CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1º DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 365.256 DE 15.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÚO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROCESSO 36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR Nº 014/2007 PROCESSO Nº 36538000.
ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, Nº 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR Nº TEXU5538929
NATUREZA DE OPERAÇAO: 6.949

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

NOTA FISCAL/FATURA

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

SÉRIE

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA U.F.: ES CEP: 29014900

FONE/FAX: 2733220060/

C.N.P.J. 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J/C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	15/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	15.12.8

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	7030

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA A
0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/SUBST.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.
90 - OUTRAS

FATURA

VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Oitenta e Dois Mil, Cento e Vinte Reais e Quinze Centavos **********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . Nº SERIE: 08T-1286	84262000	140	Un	1,0000	1582120,15000	1582.120,15	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
16 12 08 40234343
40201323
PF ETF
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.582.120,15

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.582.120,15

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015746452

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
15,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

Cisa Trading Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/[illegible]-40 IE:08154955-5
- AIDF 4283/[illegible] de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriz[illegible] SEP 19837097

GP0011

4686

DADOS ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERCADORIAS FORAM RETTRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. NÍ 082.047.50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL, CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Í DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 365.256 DE 15.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÚO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROCESSO 36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROCESSO NÍ 36538000.
ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, NÍ 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍ MSKU6218464
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

NOME/RAZAO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

NOTA FISCAL/FATURA MOD. 1/A — SÉRIE 3

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES — CEP: 29014900 — FONE / FAX: 2733220060/

C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTARIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J/C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	15/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	15/12/8

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	19 30

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTARIA

	TABELA B	
0 - NACIONAL		00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA		10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO		20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
		30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.
		40 - ISENTA
		41 - NÃO TRIBUTADA
		50 - SUSPENSÃO
		51 - DIFERIMENTO
		60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
		70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
		90 - OUTRAS

FATURA — VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Oitenta e Dois Mil, Cento e Vinte Reais e Quinze Centavos **********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS — NÚMERO — VALOR R$ — VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1286	84262000	140	Un	1,0000	1582120,15000	1582.120,15	000		

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.582.120,15

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.582.120,15

DADOS ADICIONAIS

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J/CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
31,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — SÉRIE GA Nº 015746458

Cisa Trading [illegible] Av Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782[illegible]40 IE:08154955-5 - AIDF 4283/2[illegible] de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriz[illegible] SEP 19837097

GP0011

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 *AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. Nº 082.047.50-2 - C.N.P.J. Nº 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA - ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL, CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1º DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 365.256 DE 15.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÃO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROCESSO 36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087* *NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR Nº 014/2007 PROCESSO Nº 36538000.
ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, Nº 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR Nº PONU1404018
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA — SÉRIE 3

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES
FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900
C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40
1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE
DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	15/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	15/12/8

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	1000

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COD. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/O TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
90 - OUTRAS

FATURA — VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Oitenta e Dois Mil, Cento e Vinte Reais e Quinze Centavos **********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301592	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . Nº SERIE: 08T-1286	84262000	140	Un	1,0000	1582120,15000	1582.120,15	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
16 12 08 402343
PF ETF 40201323
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.582.120,15

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.582.120,15

DADOS ADICIONAIS

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
10,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015746460

DADOS ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES' EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. NÍ 082.047.50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL, CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Í DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 365.256 DE 15.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÚO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROCESSO 36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROCESSO NÍ 36538000.
ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, NÍ 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍ MSKU6054205
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1-A — Nº 0365256 — SÉRIE 3

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES

FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900

C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	15/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	15.12.8

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20.00

TABELA A
0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.
90 - OUTRAS

FATURA — VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Oitenta e Dois Mil, Cento e Vinte Reais e Quinze Centavos **********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1286	84262000	140	Un	1,0000	1582120,15000	1582.120,15	000		

Cisa Trading

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO 405460 405016 16 12 08 CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.582.120,15

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.582.120,15

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
8,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — SÉRIE GA Nº 015746462

Cisa Trading S[illegible] Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/0[illegible]0 IE:08154955-5
- AIDF 4283/2[illegible] de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriza[illegible] SEP 19837097

CP0011

DADOS ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 *AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. NÍ 082.047.50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL, CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Í DO RICMS/ES. E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 365.256 DE 15.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÚO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROCESSO 36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087* *NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROCESSO NÍ 36538000.
ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, NÍ 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍ MAEU6369652
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

EMITENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz

NOTA FISCAL-FATURA MOD. 1A

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

SÉRIE 3

Cisa Trading

ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16

BAIRRO/DISTRITO: CENTRO

MUNICÍPIO: VITORIA U.F.: ES

FONE / FAX: 2733220060/ CEP: 29014900

C.N.P.J. 39.373.782/0001-40

1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTARIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL:	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	15/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	15.12.8

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	19.45

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTARIA

0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B:
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NAO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTARIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTARIA.
90 - OUTRAS

FATURA

VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Oitenta e Dois Mil, Cento e Vinte Reais e Quinze Centavos **********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1286	84262000	140	Un	1,0000	1582120,15000	1582.120,15	000		

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.582.120,15

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.582.120,15

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F	INSCRIÇÃO ESTADUAL
- ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
5,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — SÉRIE GA Nº 015746464

Cisa Trading ... Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/0... IE:08154955-5
- AIDF 4283/2... de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriz... SEP 19837097

GP0011

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERCADORIAS SERAO RETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. NÍ 082...17.50-2 - C.N.P.J. NÍ 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL, CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1Í DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 365.256 DE 15.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÚO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REDA 020/2007 PROCESSO 36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR NÍ 014/2007 PROCESSO NÍ 36538000.
ARRENDATÇRIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, NÍ 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR NÍ MSKU8377399
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

Cisa Trading

NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz
NOTA FISCAL/FATURA MOD. 1-A — Nº 015746466 — SÉRIE 3
[X] SAÍDA [ ] ENTRADA
ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES
FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900
C.N.P.J.: 39.373.782/0001-40
1a. VIA DESTINATARIO/ EMITENTE
DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTARIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	15/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	15.12.8

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	20 00

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

TABELA A
0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.
90 - OUTRAS

FATURA

VALOR POR EXTENSO	DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS	NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO
Hum Milhóo, Quinhentos e Oitenta e Dois Mil, Cento e Vinte Reais e Quinze Centavos **********				

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . NÍ SERIE: 08T-1286	84262000	140	Un	1,0000	1582120,15000	1582.120,15	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
15 12 08 405254

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.582.120,15

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.582.120,15

DADOS ADICIONAIS

PFISCAL/MG 49591499
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

ESTAMPA FISCAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015746466

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
9,00	OUTROS	DESCONHECIDO		8.500,000	8.400,000

Cisa Trading S[illegible]v Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782/0[illegible]40 IE:08154955-5
- AIDF 4283/2[illegible]e 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriza[illegible]SEP 19837097

GP0011

DADOS ADICIONAIS (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

DI: 08/1955939-8 DE 05/12/2008DESEMBARCADA(S) NO PORTO DE VITORIA, ES E DESEMBARACADA(S) PERANTE A ALFANDEGA DE VITORIA/ES EADI - COIMEX LOG INTEGRADA S.A.-EMB:015735 "AS MERCADORIAS SERAO PETIRADAS DE COIMEX LOGISTICA INTEGRADA S/A, I.E. Nº 082.647.50-2 - C.N.P.J. Nº 03.649.560/0001-60, ESTRADA DO CONTORNO S/N, KM 281 PORTO ENGENHO , MUNICIPIO DE CARIACICA, DO ESTADO DO E.S. REMESSA PARCIAL, CONF ART 542 INC I e II PARAGR 1º DO RICMS/ES, E ARTIGO 310 INC VI DO RIPI RELATIVA A NF 365.256 DE 15.12.08, SRIE 3, ONDE FORAM DESTACADOS OS IMPOSTOS. EMISSÚO AUTOR PELO REGIME ESPECIAL REOA 020/2007 PROCESSO 36602396 E SRE RE 081/06 PROCESSO 35719087" "NF EMITIDA NOS TERMOS DA AUTOR Nº 014/2007 PROCESSO Nº 36538000.
ARRENDATÁRIO : LOGIBRAS LOG. LTDA - ESTRADA DOS COLANGELOS, Nº 800 - SALA 01 - PARQUE RODRIGUES BAR - ARUJA-SP - CEP.07400-000 - CNPJ. 04.524.132/0001-73 - CNTR Nº KNLU4926768
NATUREZA DE OPERACAO: 6.949

CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTARIA

TABELA A
0 - NACIONAL
1 - ESTRANGEIRO - IMPORT. DIRETA
2 - ESTRANGEIRO - ADQUIRIDO NO MERCADO INTERNO

TABELA B
00 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE
10 - TRIB. C/ COB. ICMS P/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
20 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO
30 - ISENTA OU NÃO TRIB. C/ COB. DO ICMS P/S.TRIB.
40 - ISENTA
41 - NÃO TRIBUTADA
50 - SUSPENSÃO
51 - DIFERIMENTO
60 - ICMS COBRADO ANT. P/ SUBST. TRIBUTÁRIA
70 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.
90 - OUTRAS

Cisa Trading

EMITENTE
NOME/RAZÃO SOCIAL: Cisa Trading S/A - Matriz
ENDEREÇO: AV JERONIMO MONTEIRO,1000-SL1014/16
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
MUNICÍPIO: VITORIA — U.F.: ES
FONE / FAX: 2733220060/ — CEP: 29014900

NOTA FISCAL-FATURA — SÉRIE: 3
[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

C.N.P.J.	1a. VIA
39.373.782/0001-40	DESTINATARIO/ EMITENTE
	DATA LIMITE PARA EMISSÃO:31/05/2010

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL
OUTRA SAIDA NAO ESPECIFICADA	6.949		08154955-5

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSÃO
SAFRA LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	62.063.177/0001-94	15/12/2008

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA/ENTRADA
AV. BRASIL,00078	CENTRO	08561-000	16-12-08

MUNICÍPIO	FONE/FAX	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
POA		SP	Isento	18:00

FATURA — VALOR POR EXTENSO: Hum Milhóo, Quinhentos e Oitenta e Dois Mil, Cento e Vinte Reais e Quinze Centavos **********

DESDOBRAMENTO DE DUPLICATAS

NÚMERO	VALOR R$	VENCIMENTO

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIFICAÇÃO FISCAL	CST	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
301597	GUINDASTE DE TORRE PARA TRANSPORTE HORIZONTAL E VERTICAL, MARCA ZOOMLION MODELO 7030B, COM CAPACIDADE MAXIMA DE LEVANTAMENTO DE CARGA DE 12 TONELADAS, CABINE DE COMANDO, TORRE COM 54 METROS DE ALTURA, LANA COM 70 METROS DE COMPRIMENTO E MOTORES ELETRICOS PROJETADOS PARA OPERAR EM 380 V A 60 HZ. . Nº SERIE: 08T-1286	84262000	140	Un	1,0000	1582120,15000	1582.120,15	000		

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
16 12 08 40 5 1 73
PF/CARMO 40501499
CARIMBO CONTROLADO ELETRONICAMENTE

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO I.C.M.S.	VALOR DO I.C.M.S.	BASE DE CÁLCULO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO I.C.M.S. SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	1.582.120,15

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00		1.582.120,15

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J./CPF
VANAMA TRANSPORTADORA LTDA	2			00.967.324/0002-84

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ROD. BR 101 KM 291	CARIACICA	ES	081.985.452

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
6,00	OUTROS	DESCONHECIDO		14.000,000	13.900,000

DADOS ADICIONAIS

ESTAMPA FISCAL — REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SÉRIE GA
Nº 015746468

Cisa Trading [illegible] Jeronimo Monteiro 1000 SL 1014/16 Vitoria-ES CNPJ 39373782[illegible]10 IE:08154955-S
- AIDF 4283/[illegible] de 25/10/2006 - Serie 3 - 358501 a 369000 - Processo autoriz[illegible] SEP 19837097

CP0011

14.692
14677

ANEXO 6

Check List

Relatório de Entrega de Equipamentos

Checklist (anexo 6)

Cliente:	
Modelo:	
Horímetro:	**Aplicação do Equipamento:**
Data da Vistori	**Nome do Analista:**
Local da Vistoria:	
Assinatura do analista:	

14.693
4672

ANEXO 6
(continuação)
Check List

Checklist (anexo 6)

	COMPONENTES	FASE I				FASE II						OBSERVAÇÃO
		Integralidade dos Bens				Análise preliminar do estado da estrutura e conjunto						
		Presente	Ausente	Será corrigido pela GLOG		BOM (GOOD)	REGULAR (REGULAR)	DANIFICADO (DAMAGED)	DESMONTADO (DISASSEMBLED)	SI TESTE (NOT TESTED)	NÃO HÁ (NOT APPLICABLE)	
0	Descrição			x	nº dias							
1	radiador (radiator)											
2	funcionamento motor											
3	funcionamento transmissão/conversor											
4	funcionamento freio											
5	funcionamento eixos											
6	tanque de combustível (fuel tank)											
7	Pneus (tires)											
8	Esteiras (mats)											
9	Níveis de óleo (oil level)											
10	Lâmina (blade)											
11	Caçamba (dump-cart)											
12	Ripper (ripper)											
13	Baterias (batteries)											
14	Painel de Instrumento (instrument panel)											
15	Farol / Lanterna (lighthouse/lantern)											
16	Cabine / Toldo (cabin/awning)											
17	Parabrisa / vidro (glass)											
18	Assento do operador (operator chair)											
19	Ar condicionado / Pressurizado (conditional air)											
20	Retrovisor (mirror)											
21	Pintura / Decalque (painting/decal)											
22	latarias											
23	peças faltantes (relacionar abaixo)											

Estado Geral (general status):

14.694
14673

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª. VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ

J. n. Oficie-se conforme requerido, solicitando à ANTT o encaminhamento de cópia integral do processo administrativo nº 50500.215568/2016-36, bem como a íntegra do parecer de encampação, com urgência, atentando para a prioridade absoluta em curso. Int.
e 15/03/17

PROCESSO Nº. 0093715-69.2015.8.19.0001

RECUPERANDAS: GALVÃO ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

R2A SERVIÇOS EMPRESARIAIS, nomeada Administradora Judicial por este d. Juízo em decisão proferida em 07/02/2017, nos autos do processo em epígrafe de Recuperação Judicial da GALVÃO ENGENHARIA S.A. ("GESA") e da GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. ("GALPAR") (doravante denominadas em conjunto como "Recuperandas") vem, respeitosamente, expor e requerer o seguinte.

Esta Administradora Judicial tomou ciência do processo administrativo interno de nº 50500,215568/2016-36, em curso no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), que em suas considerações finais propõe seja expedida a Declaração de Caducidade do contrato de concessão da Rodovia BR-153 celebrado pela União Federal, através do Ministério dos Transportes, com a Concessionária de Rodovias Galvão BR 153 SPE S.A..

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

14.695
14679

O processo administrativo acima referido encontra-se em fase avançada e a decretação da caducidade poderá ocorrer a qualquer momento, fazendo com que o valor do ativo se reduza significativamente ou até perca seu valor, o que poderá causar prejuízo aos credores e ao sucesso deste processo de recuperação judicial.

Tendo em vista a necessidade de proteger o sucesso do plano de recuperação homologado e, por conseguinte os interesses dos credores, esta Administradora Judicial agendou audiência no dia 10.03.2017, em Brasília, na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), com o seu Diretor Geral, Dr. Jorge Luiz Macedo Bastos.

O objetivo de tal audiência foi dar conhecimento da existência de uma "*proposta firme*" para a aquisição da integralidade das ações que a Galvão Participações S.A. (GALPAR) detêm na Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A., apresentada pelas Recuperandas perante esse MM Juízo em 22/02/2017 e juntada aos autos às fls. 14.390/14.393 e, assim, demonstrar a imperiosa necessidade de suspender temporariamente a tramitação daquele processo administrativo de proposição da caducidade da concessão, de forma a permitir a conclusão do processo de alienação daquele ativo.

Na oportunidade foi também dado conhecimento ao Exmo. Sr. Diretor Geral da ANTT que o processo de alienação daquela empresa Concessionária deverá seguir os trâmites previstos no artigo 142 da Lei nº 11.101/2005, o que provavelmente demandará um tempo estimado de aproximadamente 60 (sessenta) dias para a sua formalização.

Nesta audiência, o Exmo. Sr. Diretor Geral da ANTT demonstrou-se receptivo a uma alternativa que não implique em solução de continuidade da concessão licitada e se prontificou a encaminhar para a Diretoria da ANTT uma proposta visando a suspensão temporária da tramitação do referido processo administrativo, requerendo entretanto, para fundamentação de tal proposição, lhe seja enviado um ofício requerendo tal suspensão, que poderá ser estimada em 90 (noventa) dias, e através do qual também lhe sejam apresentados todos os documentos que respaldam a proposta de aquisição daquela Concessionária.

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

14.696
~~4675~~

Diante do bom resultado obtido com essa diligência em Brasília, esta Administradora Judicial requer a V. Exa. seja expedido ofício endereçado à Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), aos cuidados do seu Diretor Geral, Dr. Jorge Luiz Macedo Bastos, com endereço à SCES, Trecho 03, Lote 10, Projeto Orla, Polo 08, Brasília – DF, CEP 70.200-003, solicitando o sobrestamento do processo de decretação da caducidade do contrato de concessão outorgado à Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A. até a finalização do processo de venda judicial daquela empresa que detém a concessão, assim como seja anexado ao ofício os documentos disponíveis e não confidenciais inerentes a esta transação.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

R2A SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
RUBEM PEREIRA DA SILVA JUNIOR

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Recebi hoje (RICARDO MORAES) 28/03/17 14.697 44676

CÓPIA

Ofício : 315/2017/OF

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017

Processo Nº: **0093715-69.2015.8.19.0001**
Distribuição: 25/03/2015
Classe/Assunto:Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: GALVAO PARTICIPAÇOES S A - CNPJ: 11.284.210/0001-75
Autor: GALVAO ENGENHARIA S A - CNPJ: 01340937/0001-79
Administrador Judicial: R2A SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

Senhor Diretor,

Aproveitando o ensejo para saudá-lo, informo que, na condução do processo que cuida da Recuperação Judicial de Galvão Engenharia S.A (GESA) e Galvão Participações S.A (GALPAR), tomei conhecimento do procedimento administrativo interno de decretação da caducidade do contrato de concessão outorgado à Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A.

Sem adentrar no mérito das questões que levaram àquela conclusão, até porque este Juízo as desconhece, a verdade é que a concessão representa um importante ativo da Companhia e sua alienação, prevista no plano de recuperação já homologado, traria importantes recursos que, na sua integralidade, reverteriam em favor dos credores.

Nessa linha, há, nos autos, documento que retrata uma proposta de aquisição da integralidade das ações que detém a concessionária da BR-153. A ideia é que a venda de todas essas ações seja realizada através de uma das modalidades de alienação prevista no art. 142 da Lei nº 11.101/2005. Assim, após ser dada publicidade à proposta original, será aberta a possibilidade de participação de outros eventuais interessados, instalando-se a licitação.

Importante salientar que os pretensos participantes deverão declarar estarem cientes da necessidade de cumprimento das exigências da ANTT para assumir a concessão da Rodovia BR 153. Vale dizer: a alienação só será formalizada após a aprovação dessa Agência.

Diante do exposto, na esteira da reunião entre o Administrador Judicial e Vossa Senhoria, solicito que, vendo viabilidade no rumo acima sugerido, observada a estrita legalidade, suspenda, por 90 dias, o processo administrativo interno de decretação da caducidade do contrato de concessão outorgado à Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A., sob o nº 50500.215568/2016-36, possibilitando a efetivação do processo de venda judicial da integralidade das ações que a Galvão

MPFERREIRA

14.698
44677

Participações S.A. (GALPAR) detém na concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A.

Não menos importante serão, também, as sugestões que essa Agência fornecer para a melhor consecução do interesse público.

Atenciosamente,

Paulo Assed Estefan
Juiz de Direito

Código de Autenticação:**49PQ.PY5M.97WD.GWWL**
Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

Ao Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres
Aos cuidados do Dr. Jorge Luiz Macedo Bastos
Endereço: SCES, trecho 03, lote 1, Projeto Orla, Polo 08
Brasília - DF
CEP: 700.200-003

14.699
14678

Rec. em 28/03/2017 fls. 23655

R²A

SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª. VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ

PROCESSO Nº. **0093715-69.2015.8.19.0001**

RECUPERANDAS: **GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

R2A SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA., nomeada Administradora Judicial por esse r. Juízo nos autos em epígrafe do processo de Recuperação Judicial de **GALVÃO ENGENHARIA S.A.** - **EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** e **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.** - **EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (doravante denominadas em conjunto como "**RECUPERANDAS**"), vem, respeitosamente, por força de sua competência prevista no art. 22, inciso II, alínea "a" da Lei 11.101/2005, expor e requerer o que se segue.

O Administrador Judicial, às fls. 13.680/13.685, apresentou informações detalhadas sobre o pagamento do passivo trabalhista sujeito à recuperação judicial, na forma do Plano de Recuperação Judicial (PRJ). Isto porque, conforme previsão da cláusula 6.1[1] do PRJ, o pagamento dos créditos detidos pelos credores trabalhistas deveria ter sido integralmente realizado até a data de aniversário de 01 ano da homologação do PRJ, ou seja, 22/09/2016.

[1] **6.1 Pagamento dos Credores Trabalhistas**. Os Créditos detidos pelos Credores Trabalhistas serão pagos integralmente – sem deságio – da seguinte forma: (i) pagamento de R$ 20 mil a cada um dos Credores Trabalhistas, limitado ao valor do respectivo Crédito Trabalhista, no prazo de 30 Dias Corridos após a Data de Homologação Judicial do Plano; e (ii) pagamento do saldo remanescente dos Créditos detidos pelos Credores Trabalhistas em valores superiores a R$ 20 mil em prazo não superior ao Aniversário de 1 ano da Data da Homologação Judicial do Plano.

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

Nessa manifestação, especificamente quanto aos credores Bruno Mariante e Walfrido Andrade Neto, listados na relação de credores apresentada pelo Administrador Judicial (art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005) como detentores de créditos trabalhistas nos valores de R$128.441,81 e R$201.696,51, pontuou-se que as Recuperandas não realizaram o pagamento do saldo remanescente dos créditos detidos por estes credores, descumprindo o disposto no item (ii) da Cláusula 6.1 do PRJ.

As Recuperandas afirmaram, por meio de manifestação protocolada no dia 04/11/2016, que não procederam ao pagamento do saldo remanescente do crédito listado de Bruno Mariante no valor de R$108.441,81 e de Walfrido Andrade Neto no valor de R$181.696,51 em virtude da tramitação de reclamações trabalhistas que discutem a existência e o valor de tais créditos. Nessa linha, ofereceram ao d. juízo da Recuperação Judicial o bem "Pórtico de 16 toneladas", cujo valor de compra, realizada em 21/04/2016, corresponde, segundo as Recuperandas, a R$450.000,00, valor este superior à soma dos créditos inscritos na relação de credores de R$290.138,32.

Pois bem. Em que pese litigiosidade instaurada para o reconhecimento da existência e do valor do crédito de titularidade destes dois credores, **esta Administradora Judicial entende que, diante da ausência de decisão - seja no processo de recuperação judicial, seja via impugnação de crédito - determinando a exclusão do crédito do Quadro Geral de Credores (QGC), pelo menos o montante listado na relação de credores apresentada pelo Administrador Judicial é considerado incontroverso, motivo pelo qual seu pagamento deve ser realizado de acordo com o expressamente ajustado pela cláusula 6.1 do PRJ.**

Registre-se, inclusive, que as Recuperandas efetuaram o pagamento parcial de R$20.000,00 a tais credores, conforme previsto pela própria Cláusula 6.1, item (i), inexistindo razão para interrupção do cumprimento da obrigação delineada no item (ii) subsequente.

Por sua vez, esta Administradora Judicial entende que o pedido das Recuperandas de oferecimento do bem "Pórtico de 16 toneladas" em garantia "a fim de evitar qualquer alegação de descumprimento do plano" não possui fundamentação legal. Isto porque, no âmbito da recuperação judicial, **é direito de todos os credores que estão inscritos no QGC consolidado até este momento receber o pagamento de seus respectivos créditos na forma do PRJ aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado por este d. juízo**.

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

14.701
44680

Além disso, deve-se levar em consideração a restrição legal quanto à alienação/oneração dos bens e direitos do ativo permanente durante a Recuperação Judicial. Conforme previsto no art. 66 da Lei 11.101/2005, tais operações só podem ser realizadas sob a condição de que o juiz reconheça sua evidente utilidade depois de ouvido o Comitê/Administradora Judicial.

Entende esta Administradora Judicial, nessa linha, que não há evidente utilidade na proposta de oneração do bem, haja vista que as Recuperandas desejam se valer deste mecanismo para legitimar ato atentatório à sua própria recuperação judicial. Inclusive, as Recuperandas estariam se sujeitando a alto e injustificado risco de que sua recuperação judicial seja convolada em falência, dado que o descumprimento de obrigação prevista no PRJ é uma das hipóteses descritas no art. 73 da Lei 11.101/2005.

Por último, o não pagamento do crédito detido por estes credores constitui verdadeiro comportamento contraditório, visto que as próprias Recuperandas listaram estes credores como detentores de créditos trabalhistas e, após o Administrador Judicial ter elaborado a sua relação de credores, não promoveram a respectiva impugnação de crédito para sua exclusão do quadro geral de credores.

Nessa linha, conforme Cláusula 9.9[2] do PRJ, uma vez identificado o descumprimento de previsão do PRJ, as Recuperandas devem promover seu saneamento em 30 dias contados do aviso de notificação da parte prejudicada. Neste sentido, de forma a reparar a violação da Cláusula 6.1, item (ii), do PRJ, opina esta Administradora Judicial:

(i) pela intimação das Recuperandas para que promovam, em 30 dias, o pagamento do saldo remanescente de acordo com o valor dos créditos de titularidade de Bruno Mariante e Walfrido Andrade Neto listados no edital do Administrador Judicial, na forma do art. 7º, §2º da Lei n. 11.101/2005.

[2] **Descumprimento do Plano.** Para fins deste Plano, estará efetivamente caracterizado seu descumprimento caso, após o recebimento de notificação enviada por parte prejudicada em decorrência de descumprimento de alguma obrigação do Plano, o referido descumprimento não seja sanado no prazo de até 30 Dias Corridos contados do recebimento da notificação. Nesse caso de não saneamento, as Recuperandas deverão requerer ao Juízo, no prazo de 3 Dias úteis, a convocação da Assembleia de Credores no prazo de 15 Dias úteis, com a finalidade de deliberar acerca da medida mais adequada para sanar o descumprimento.

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

(ii) subsidiariamente ao item (i), caso V. Exª entenda que o oferecimento do bem "Pórtico de 16 toneladas" elide o descumprimento das obrigações relativas aos credores Bruno Mariante e Walfrido Andrade Neto, opina esta Administradora Judicial pela intimação das Recuperandas para que apresentem laudo técnico ou qualquer outro documento hábil a comprovar o valor atualizado do bem em questão, o qual deve corresponder à soma do crédito remanescente habilitado de titularidade de Bruno Mariante e Walfrido Andrade Neto. Caso reste comprovado que o bem oferecido "Pórtico de 16 toneladas" possui valor inferior à soma dos créditos, opina para que as Recuperandas reforcem a garantia oferecendo outros bens para cobrir o saldo não garantido ou o substituam por outro bem de valor comprovadamente equivalente ao valor da soma dos créditos. Saliente-se que o(s) bem(s) oferecido(s) pelas Recuperandas deve(m) garantir a soma do crédito remanescente habilitado até que haja retificação do Quadro Geral de Credores com base na sentença transitada em julgado das ações em que se discutem a existência e o valor correspondente de tais créditos. Para fins de retificação do Quadro Geral de Credores, as Recuperandas ou os credores devem promover a devida Impugnação do Crédito sujeito à Recuperação Judicial.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

R2A SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

RUBEM PEREIRA DA SILVA JUNIOR

LEONARDO LEITE MOREIRA
OAB/RJ 116.026

RAPHAELA MARTINELLE FREIRE
.OAB/RJ 145.864

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

14.703
4468

> **3.5 Ativos destinados ao pagamento dos Credores Concursais e dos Credores Aderentes.** As Recuperandas disponibilizam para o pagamento dos seus credores a integralidade dos Créditos Newco, Créditos GESA e Créditos GALPAR, que incluem (mas não se limitam) a maior parte dos recursos que serão originados da alienação dos seguintes ativos, observadas as demais disposições deste Plano:
> (...)
>
> iii. Participação da GALPAR no capital social da Concessionária Galvão BR-153 (100% do capital social da Concessionária Galvão BR-153), na forma de Unidade Produtiva Isolada, de acordo com as regras contidas nos artigos 60, parágrafo único, 142 e 145 da LRJ e artigo 133 do CTN

Segundo informam em sua petição de fls. 14.390/14.416, desde a aprovação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") em Assembleia Geral de Credores ("AGC"), as Recuperandas têm envidado seus melhores esforços para a efetivação da venda do ativo em referência, buscando compradores para o ativo e fornecendo aos interessados as informações e documentos necessários ao pleno conhecimento das operações da Concessionária BR-153, de maneira a fomentar um ambiente competitivo e permitir a formulação de propostas vinculantes.

Sustentam as Recuperandas que, durante este período, diversos interessados nacionais e internacionais demonstraram interesse na aquisição da Concessionária, sendo que 15 deles ultrapassaram o estágio inicial de consulta e passaram a examinar o ativo com maior profundidade. Contudo, informam as Recuperandas que nenhuma proposta firme de aquisição do ativo havia sido recebida pela GALPAR até o momento, fato que se reforça pelas diversas condições impostas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") no âmbito do contrato de concessão da Rodovia BR-153 celebrado com a União Federal.

Argumentam também que fatores externos como: (i) a suspensão das linhas de crédito da Concessionária, inclusive aquelas que já haviam sido aprovadas pelo BNDES; (ii) a instauração de um processo administrativo para aferição do cumprimento de metas assumidas no contrato de concessão firmado com a União Federal (processo n. 50500.215568/2016-36), o qual poderá resultar no decreto de caducidade da referida concessão; contribuíram para a redução do interesse de eventuais interessados em adquirir o ativo.

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

14.704
A4683

Informam, ainda, que, conforme notícias publicadas em jornais de grande circulação, o processo de caducidade está em fase avançada e a decretação de caducidade pode ocorrer a qualquer momento, fazendo com que o valor do ativo reduza significativamente, o que poderá causar prejuízo aos credores e ao sucesso deste processo de recuperação judicial.

Pois bem. Nesta petição de fls. 14.390/14.416, as Recuperandas informam que receberam uma "*proposta firme*" para aquisição da integralidade das ações que detêm na Concessionária BR-153, a qual seria a primeira desde que o PRJ foi aprovado. Em anexo à petição em referência, as Recuperandas juntaram o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"). De acordo com os termos do Contrato, a CHPO CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. ("Compradora") adquiriria:

(i) 100% (cem por cento) das ações preferenciais (110.500.000 ações) e 49% (quarenta e nove por cento) das ações ordinárias (55.249.999 ações) pelo preço de R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em 5 (cinco) dias após a manifestação positiva deste d. Juízo ou em outra data a ser acordada por todas as partes; e

(ii) o direito de exercer a opção de compra das ações ordinárias remanescentes (55.250.001 ações) pelo preço de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em 5 (cinco) dias após a manifestação positiva deste d. Juízo ou em outra data a ser acordada por todas as partes, ressaltando-se que, quanto a estas ações, a sua transferência somente seria efetivada em até 5 (cinco) dias após obtida a anuência da ANTT para a transferência do controle da Concessionária.

As Recuperandas apontam ainda que a chegada de um novo investidor permitirá a retomada do fluxo regular das obras da Rodovia BR-153, sob execução da GESA, cujos recebíveis (na ordem estimada de R$150 milhões nos próximos 5 anos) atrelados a esta prestação de serviços serão igualmente revertidos para o pagamento das debêntures e notas promissórias emitidas na forma do PRJ.

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

14.705
14684

Diante disso, esta Administradora Judicial passa a opinar sobre o pedido de homologação do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, juntado às fls. 14.395/14.413.

É certo que a Lei n. 11.101/2005 prevê em seu art. 47 o princípio da preservação da função social da empresa. No entanto, este princípio não é absoluto e deve ser aplicado em conjunto com outros princípios implícitos e interesses, como o dos próprios credores, também norteadores desta Lei, permitindo, assim, uma equilibrada divisão dos ônus do processo de recuperação judicial entre os devedores e os seus credores.

Por esta razão, entende esta Administradora Judicial que a mera homologação do Contrato apresentado sem a realização de um processo concorrencial transparente, seja por qualquer das modalidades previstas no art. 142 da Lei n. 11.101/2005, coloca em dúvida a premissa de que o ativo efetivamente está sendo alienado pelo melhor preço e condições para os interessados no processo. Certo é que não há prova alguma de que as Recuperandas tenham efetivamente envidado seus melhores esforços para fomentar um ambiente competitivo e encontrar um comprador com a melhor proposta de aquisição para o ativo em referência, o que, como sustentado pelas próprias Recuperandas, seria a sua única obrigação na forma do PRJ.

Em adição, a realização de um processo concorrencial por uma das modalidades do art. 142 da Lei n. 11.101/2005 eliminará quaisquer dúvidas sobre a possibilidade de sucessão do arrematante, fato que, inclusive, permitirá maior segurança aos eventuais interessados em realizar propostas de aquisição do ativo, assim como poderá ser um fator para elevar o preço da compra, o que consequentemente trará mais recursos para os pagamentos dos créditos sujeitos aos efeitos desta recuperação.

Por outro lado, poder-se-ia sustentar que a realização de um processo concorrencial neste momento seria prejudicial à venda do ativo, já que, conforme sustentam as Recuperandas, a ANTT está em vias de decretar a caducidade da concessão, fato que esvaziaria por completo o valor do ativo.

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

14.706
14685

No entanto, pelas razões apontadas acima, não se afigura razoável abrir mão de um processo concorrencial para alienação de um ativo cujos recursos decorrentes de sua venda serão destinados ao pagamento dos credores sujeitos aos efeitos desta recuperação na forma do PRJ proposto pelas Recuperandas e aprovado pelos credores.

Diante do exposto e das particularidades do presente caso, **opina esta Administradora Judicial pela realização de processo concorrencial para aquisição do Ativo BR-153 por meio de uma das modalidades de alienação previstas no art. 142 da Lei n. 11.101/2005, a ser escolhida por este d. Juízo, após ouvidos as Recuperandas, o Ministério Público e demais partes interessadas, com observância das condições abaixo detalhadas**.

Tendo em vista que a Compradora já se vinculou à aquisição do Ativo BR-153 nos moldes do Contrato juntado aos autos, caso seja apresentada por outro interessado proposta/lance que contenha melhor preço e condições para a alienação, **entende esta Administradora Judicial que deve ser concedido o direito à Compradora de igualar a proposta/lance eventualmente apresentada, tendo esta preferência na aquisição**.

Na hipótese de não ser apresentada proposta/lance com melhor preço e condições que a da Compradora, **esta Administradora Judicial não se opõe que este d. Juízo homologue o Contrato juntado às fls. 14.395/14.413, permitindo, assim, a regular produção dos seus efeitos e distribuição dos recursos decorrentes da venda aos respectivos credores na forma do PRJ**.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.

R2A SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

RUBEM PEREIRA DA SILVA JUNIOR

Rua São José 46, salas 805/806 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010-020
TEL: (021) 2571-8801 / 3549-4141
rubem.pereira@r2aconsultoria.com.br

14.707
#4686

Capital - 07 V. Empresarial

De: Pedro de Barros Rocha <pedro.rocha@trt1.jus.br>
Enviado em: segunda-feira, 13 de março de 2017 09:18
Para: Capital - 07 V. Empresarial
Assunto: processo 0093715-69.2015.8.19.0001
Anexos: oficio e mandado.pdf

Categorias: Categoria Vermelha

Ref: 0101352-19.2016.5.01.0056 (nosso processo)
0093715-69.2015.8.19.0001 (vosso processo)

Prezado Diretor,

No interesse do processo acima referido, solicito a V. Exª prestar informações acerca do andamento da penhora nos autos requerida por meio do ofício de id f09650f e mandado de id 7ce89aa, cópias anexas.

Atenciosamente

Pedro de Barros Rocha
Assistente de Diretor de Secretaria
56a VT RJ

14.708
~~14687~~

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - 1º Grau
PJe - Processo Judicial Eletrônico
Consulta Processual

17/02/2017

Número: **0101352-19.2016.5.01.0056**

Data Autuação: **01/09/2016**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA**

Valor da causa: **R$ 0,01**

Partes	
Tipo	**Nome**
AUTOR	**MARCIO DA SILVA FIGUEREDO - CPF: 897.801.325-20**
RÉU	**CONSÓRCIO UFN III e Outros (3)**

Documentos			
Id.	**Data de Juntada**	**Documento**	**Tipo**
f0965 0f	13/09/2016 21:15	Ofício	Ofício
7ce89 aa	15/09/2016 10:12	Mandado	Mandado

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO
56ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
RUA DO LAVRADIO, 132, 8º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20230-070
tel: (21) 23805156 - e.mail: vt56.rj@trt1.jus.br

PROCESSO: 0101352-19.2016.5.01.0056
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA (261)
AUTOR: MARCIO DA SILVA FIGUEREDO
RÉU: CONSÓRCIO UFN III e Outros (3)

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO
56ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
RUA DO LAVRADIO, 132, 8º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20230-070
tel: (21) 23805156 - e.mail: vt56.rj@trt1.jus.br

PROCESSO: 0101352-19.2016.5.01.0056
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA (261)
AUTOR: MARCIO DA SILVA FIGUEREDO
RÉU: CONSÓRCIO UFN III e Outros (3)

CARTA DE VÊNIA

A Exma. Juíza a 56ª VT/RJ, Dra. Rosane Ribeiro Catrib FAZ SABER ao Exmo. Juiz da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro que nesta Vara tramitam os autos do processo supracitado, no qual foi determinada a entrega a esse Juízo da certidão de habilitação de créditos de id f44641c - 01/09/2016 para satisfação dos credores por meio de penhora no rosto dos autos.

E, sendo assim, **peço vênia** a V. Exa., no sentido de que permita ao Oficial de Justiça, portador da presente, entregar a referida certidão e efetuar a penhora no rosto dos autos do processo que tramita nesse R. Juízo sob o nº 0093715-69.2015.8.19.0001, no valor de R$ R$ 39.601,17 (trinta e nove mil, seiscentos e um Reais e dezessete centavos), atualizado até 31.08.2016.

14.709
A4628

. E, assim procedendo, V. Exa. estará fazendo justiça às partes e, a mim, especial mercê, que o mesmo farei quando por V. Exa. for solicitado.

RIO DE JANEIRO , 12 de Setembro de 2016

Rosane Ribeiro Catrib

Juíza do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO
56ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
RUA DO LAVRADIO, 132, 8º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20230-070
tel: (21) 23805156 - e.mail: vt56.rj@trt1.jus.br

PROCESSO: **0101352-19.2016.5.01.0056**
CLASSE: CARTA PRECATÓRIA (261)
AUTOR: MARCIO DA SILVA FIGUEREDO
RÉU: CONSÓRCIO UFN III e Outros (3)

MANDADO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS (EM CPE)- PJe-JT

DESTINATÁRIO/LOCAL DA DILIGÊNCIA:

7 VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PALACIO DA JUSTICA,

Av. Erasmo Braga, 115 - sala 106 - C, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20020-903

O/A MM. Juiz(a) da 56ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, MANDA ao Sr. Oficial de Justiça a quem este for distribuído que, em seu cumprimento, dirija-se ao endereço acima indicado e, sendo aí, proceda a entrega da certidão de habilitação de créditos de id f44641c - 01/09/2016, a fim de que seja procedida a penhora, depois de concedida vênia pelo Exmo Juiz da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, no rosto dos autos do processo 0093715-69.2015.8.19.0001, em tanto quanto baste ao pagamento da importância abaixo.

Crédito do exequente: R$ 21.994,78

IRPF: R$4.407,08

INSS: R$11.236,74

Custas: R$785,90

Honorários Periciais: R$1.176,65

Total: **R$ 39.601,17** (atualizado em 31 /08 /2016)

14.710
14679

OBS: Acompanham o presente mandado o ofício de id f09650f - 13/09/2016 (carta de vênia) e a certidão de habilitação de crédito de id f44641c - 01/09/2016.

O presente mandado foi expedido nos termos de Carta Precatória extraída do processo 0024378-37.2014.5.24.0066, em trâmite perante a Vara do Trabalho de Ponta Porã e seus respectivos documentos, os quais poderão ser acessados pelo sítio **http://pje.trt1.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando a(s) chave(s) abaixo:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Ofício	Ofício	16091208164953600000041281572
Despacho	Despacho	16090607343899200000041055520
Anexo 01	Documento Diverso	16090112453551900000040848920
CP	Documento Diverso	16090112445706100000040848888
Petição Inicial	Petição Inicial	16090112425186600000040848844

Em caso de dúvida, acesse a página:

http://www.trt1.jus.br/processo-judicial-eletronico

Por determinação do(a) MM. Juiz(a) desta unidade, o presente mandado foi expedido e assinado pelo servidor abaixo (art. 250, VI, CPC)

RIO DE JANEIRO ,15 de Setembro de 2016

PEDRO DE BARROS ROCHA

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas), **0800 7257282** (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

14.712
44690

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<TLG. MCD2S-2345/2017 - SEGUNDA SEÇÃO - SOJ (ACA) 16/03/17
PUBLICAÇÃO PREVISTA NO DJ ELETRÔNICO DE 17/03/2017. A PARTIR DA PUBLICAÇÃO, O INTEIRO TEOR DA DECISÃO PODE SER CONSULTADO NA PÁGINA DO STJ NA INTERNET.

OR só PI ciência

COMUNICO A VOSSA EXCELÊNCIA QUE, NOS AUTOS DO(A) CONFLITO DE COMPETÊNCIA N/0 150620/RJ, 2017/0007447-0, NÚMERO NA ORIGEM: 00937156920151900O1 / 93715692015190001 / 00004643520155030181 / 4643520155030181, EM QUE FIGURAM, COMO SUSCITANTES GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVAO PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SUSCITADOS JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ E JUÍZO DA 43A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG, INTERESSADO WALFRIDO ANDRADE NETO, EXAREI A SEGUINTE DECISÃO:

"TRATA-SE DE CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA, COM PEDIDO LIMINAR, EM QUE SÃO SUSCITANTES GALVÃO ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E GALVAO PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TENDO COMO SUSCITADOS O JUÍZO DE DIREITO DA 7/A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ E O JUÍZO DA 43/A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG.AS SUSCITANTES INFORMAM QUE PLEITEARAM OS BENEFÍCIOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NOS TERMOS DA LEI N/0 11.101/2005, CUJO PROCESSAMENTO FOI DEFERIDO PELO PRIMEIRO SUSCITADO EM 27/3/2015. ADUZEM QUE:"3. DE OUTRO LADO, TEM-SE O JUÍZO DO TRABALHO, PERANTE O QUAL TRAMITA A RECLAMATÓRIA TRABALHISTA PROPOSTA POR WALFRIDO ANDRADE NETO ('RECLAMANTE') CONTRA A GESA, GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A . ('GALPAR'), COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL S.A. ('CAB'). GALVÃO FINANÇAS LTDA. ('GALVÃO FINANÇAS') E MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE ('MUNICÍPIO DE>

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
70095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1	Mudou-se	6	Recusado
2	Ausente	7	Falecido
3	Desconhecido	8	Não existe o número indicado
4	Endereço insuficiente. Faltou:		
5	Outros (Especificar)		

XMO(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
VENIDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL,
LA 706
NTRO
020-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 16/03 19:35

NÚMERO DO TELEGRAMA ME583030995BR 28159

DHP 16/03/2017 15:35

Correios

Telegrama

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<BH'), EM CONJUNTOS DENOMINADOS 'RECLAMADOS'.4. NO QUE TANGE À RECLAMAÇÃO TRABALHISTA SOB ANÁLISE, EM FASE DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA, TEM-SE QUE EM 11.1.2017, O JUÍZO DO TRABALHODETERMINOU O BLOQUEIO DE CRÉDITOS DETIDOS PELOS RECLAMADOS (E, CONSEQUENTEMENTE, PELAS RECUPERANDAS) CONTRA O MUNICÍPIO DE BH, ATÉ O LIMITE DE R$ 1.355.794, 78, COM O ESCOPO DE GARANTIR O PAGAMENTO DO CRÉDITO CONCURSAL PERQUIRIDO PELO RECLAMANTE NOS AUTOS TRABALHISTAS."(...)42. AO PROMOVER ATOS DE EXPROPRIAÇÃO E DE EXECUÇÃO, O JUÍZO DO TRABALHO ESTÁ DESFALCANDO A GESA E GALPAR DE UM ACERVO DE BENS QUE DEVE GARANTIR O PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DOS CREDORES, E NÃO APENAS O ADIMPLEMENTO DOS CRÉDITOS PERQUIRIDOS PELO RECLAMANTE" (FLS. 2/11 E-STJ).DEFENDE QUE SOMENTE O JUÍZO RECUPERACIONAL DETÉM COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SOBRE OS ATOS DE CONSTRIÇÃO CONTRA SEU PATRIMÔNIO, JUSTIFICANDO, ASSIM, A CONCESSÃO DE LIMINAR DE SUSPENSÃO DOS ATOS EXECUTÓRIOS DETERMINADOS PELO JUÍZO TRABALHISTA E, AO FINAL , A PROCEDÊNCIA DO CONFLITO SUSCITADO, DECLARANDO-SE COMPETENTE O JUIZ DA RECUPERAÇÃO PARA DECIDIR SOBRE O DESTINO DOS BENS.A LIMINAR FOI DEFERIDA PARCIALMENTE (FLS. 275/278 E-STJ).OS JUÍZOS SUSCITADOS APRESENTARAM SUAS INFORMAÇÕES (FLS. 287/288 E 305/308 E-STJ).EM SEU PARECER, O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL OPINOU PELA DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 7/A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ (FLS. 301/304 E-STJ).É O RELATÓRIO.DECIDO.O CONFLITO ENCONTRA-SE CONFIGURADO E DEVE SER DIRIMIDO.CUMPRE RESSALTAR QUE O TEMA NÃO É NOVO NESTA CORTE, QUE JÁ FIRMOU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE, APÓS O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, É DO JUÍZO DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL A COMPETÊNCIA PARA O PROSSEGUIMENTO DOS ATOS DE EXECUÇÃO RELACIONADOS A RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS CONTRA A EMPRESA.O SUPERIOR TRIBUNAL DE>

PERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
A CÍVICO-ADMINISTRATIVA
95-900 - Brasília/DF

(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
ARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
DA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL,
706
O
-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 16/03 19:35

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

NÚMERO DO TELEGRAMA ME583030995BR 28159

DHP 16/03/2017 15:35

x 297mm

Correios

Telegrama

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas), **0800 7257282** (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<JUSTIÇA TAMBÉM JÁ DECIDIU QUE, NO CASO DE DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO SE LIMITA À APURAÇÃO DO RESPECTIVO CRÉDITO (PROCESSO DE CONHECIMENTO), SENDO VEDADA A PRÁTICA, PELO CITADO JUÍZO, DE QUALQUER ATO QUE COMPROMETA O PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO (PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO). NESSE SENTIDO, TRAZ-SE À COLAÇÃO O SEGUINTE JULGADO: "CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. CARÁTER INFRINGENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E JUÍZO TRABALHISTA. LEI N. 11.101/05. PRESERVAÇÃO DOS INTERESSES DOS DEMAIS CREDORES. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA. INCOMPATIBILIDADE ENTRE O CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E A MANUTENÇÃO DE AÇÕES INDIVIDUAIS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.(...)2. A CONTROVÉRSIA POSTA NOS AUTOS ENCONTRA-SE SEDIMENTADA NO ÂMBITO DA SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE, QUE RECONHECE SER O JUÍZO ONDE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL O COMPETENTE PARA JULGAR AS CAUSAS EM QUE ESTEJAM ENVOLVIDOS INTERESSES E BENS DA EMPRESA RECUPERANDA, INCLUSIVE PARA O PROSSEGUIMENTO DOS ATOS DE EXECUÇÃO, RELATIVA A FATOS ANTERIORES AO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DEVENDO, PORTANTO, SE SUBMETER AO PLANO, SOB PENA DE INVIABILIZAR A RECUPERAÇÃO. PRECEDENTES.3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO."(EDCL NO CC N/0 129.226/SP, REL. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM 23/04/2014, DJE 28/04/2014)TAL COMPREENSÃO SE COADUNA COM O PROVIMENTO CGJT N° 001/2012 DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST, DE 3/5/2012, QUE "DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELOS MMS. JUÍZES DO TRABALHO>

PERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FS - QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
NA CÍVICO-ADMINISTRATIVA
095-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

O(A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
IDA ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL,
706
RO
0-903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 16/03 19:35

NÚMERO DO TELEGRAMA ME583030995BR 28159

DHP 16/03/2017 15:35

Correios

Telegrama

Recibo de Telegrama	Data ____/____/____	Hora ____ h ____	ME583030995BR 28159
	Nome Legível do Recebedor		
Uso dos Correios	Rubrica do Carteiro	Matrícula	Tipo/Serviços Adicionais DHP 16/03/2017 15:35

14.734
44693

Correios **TELEGRAMA**

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões metropolitanas), **0800 7257282** (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<RELATIVAMENTE A CREDORES TRABALHISTAS DE EMPRESA FALIDA OU EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", AO CONSIDERAR QUE, "APROVADO E HOMOLOGADO O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, É DO JUÍZO DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS A COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE QUAISQUER ATOS DE EXECUÇÃO REFERENTES A RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS CONTRA A EMPRESA RECUPERANDA, DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ E NO STF" (DEJT, DE 7/5/2012 – GRIFOU–SE).POR FIM, MANTÉM–SE O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES BLOQUEADOS. NÃO É O CASO DE LEVANTAMENTO DA CONSTRIÇÃO REALIZADA NOS AUTOS, MAS, SIM, DE REMESSA DOS BENS AO JUÍZO COMPETENTE, QUAL SEJA, O DA RECUPERAÇÃO, PARA QUE ESTE ADOTE AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS. ESSA É A LINHA ADOTADA POR MIM NOS EDCL NO CC N/0 115.524 (DJE 30.9.2011) E TAMBÉM PELO MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO NOS EDCL NO CC N/0S 112.300 (DJE 17.5.2011), 109.805 (DJE 10. 2.2011) E 112.301 (DJE 2.2.2011). NÃO HÁ FALAR EM LEVANTAMENTO DA PENHORA EM SE TRATANDO DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA.ANTE O EXPOSTO, CONHEÇO DO CONFLITO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA 7/A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO – RJ.INTIMEM–SE.OFICIEM–SE. PUBLIQUE–SE.".

ATENCIOSAMENTE, MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, RELATOR.
SEGUNDA SEÇÃO. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TELEFONES: (61) 3319.8000 (CENTRAL)/ (61) 3319.8410 (INFORMAÇÕES PROCESSUAIS)/ (61) 3319.8242/8243 PROTOCOLO DE PETIÇÕES)/(61) 3319.8700/8194/8195 (PROTOCOLO DE FAXES)/WWW.STJ.JUS.BR (SITE OFICIAL)/ENTES PÚBLICOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO PODEM UTILIZAR O MALOTE DIGITAL PARA AS COMUNICAÇÕES OFICIAIS (RES/CNJ N. 100, de 24.11.2009)>>

RIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
- QUADRA 06 LOTE - TRECHO III 1
CÍVICO-ADMINISTRATIVA
-900 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

A). SR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
A EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO
A ERASMO BRAGA, 115, LÂMINA CENTRAL,
06

903 - Rio de Janeiro/RJ

PE 16/03 19:35

NÚMERO DO TELEGRAMA ME583030995BR 28159

DHP 16/03/2017 15:35

Correios

Telegrama

Telegrama

TENTATIVAS DE ENTREGA

DATA / HORA	DATA / HORA	DATA / HORA	

COD	RUBRICA

Anotações complementares

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail: cap07vemp@tjrj.jus.br

Processo : **0093715-69.2015.8.19.0001** Distribuído em: 25/03/2015

ENCERRAMENTO

Nesta data encerrei o **73** volume dos autos acima mencionado, a partir da fl.14693 (14.714)

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2017.

Fonêca

Fabio Barata Antunes dos Santos Correa - Subst. do Resp. pelo Expediente - Matr. 01/7349,

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **47UQ.QW3X.QJJ4.YAGM**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

